

Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Médio Alto Uruguai 2015-2030



CODEMAU



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
GOVERNANÇA E GESTÃO



Organizadores:
Edemar Girardi
João Carlos Frantz
Marcia Faccin
Marcos Antonio Ritterbuch
Mauro Cezar Rosa
Cesar Riboli
José Galera

**PLANO ESTRATÉGICO DE
DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO
DO MÉDIO ALTO URUGUAI
2015-2030**

CODEMAU

Frederico Westphalen
Grafimax Editora Gráfica
2017

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO MÉDIO ALTO URUGUAI
CODEMAU

Ficha Técnica

Órgão financiador: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - SPGG

Convênio: 1636/2015 - SPGG/Fórum dos Coredes/CODEMAU

“Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos planos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), n/ao expressando necessariamente a opinião da SPGG/RS.”



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P774 Plano estratégico de desenvolvimento da região do Médio Alto Uruguai : 2015 -2030 : CODEMAU / Organizadores: Edemar Girardi ... [et al.]. – Frederico Westphalen, RS : Grafimax, 2017.
362p. ; 21 x 27,5 cm.

ISBN: 978-85-98253-29-9

1. Planejamento estratégico - desenvolvimento. 2. Região do COREDE. 3. Médio Alto Uruguai I. Girardi, Edemar (org.). II. Título.

CDU 658.012

Bibliotecária Gabriela de Oliveira Vieira CRB 10/2044

Revisão Linguística: Patrícia Simone Grandó

Grafimax
Editora Gráfica

Rua Maurício Cardoso, 705 - Fone: |55| 3744.3340
CEP 98400-000 - Frederico Westphalen/RS
www.grafimax.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

**CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DO MÉDIO ALTO URUGUAI**

ORGANIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Edemar Girardi

João Carlos Frantz

Marcia Faccin

Marcos Antonio Ritterbuch

Mauro Cezar Rosa

Cesar Riboli

José Galera

**CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DO MÉDIO ALTO URUGUAI**

DIRETORIA EXECUTIVA

**Presidente:
Edemar Girardi**

**Vice-presidente
César Riboli**

**Secretária Executiva
Marcia Faccin**

**Tesoureiro
José Galera**

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: DATA E LEI DE CRIAÇÃO, ÁREA E DISTÂNCIA DE PORTO ALEGRE DOS MUNICÍPIOS DO CODEMAU.....	30
QUADRO 2: POPULAÇÃO: TOTAL, URBANA, RURAL (CENSO 2000/2010), TAXA DE URBANIZAÇÃO E ESTIMATIVA POPULACIONAL PARA 2015.	43
QUADRO 3: ASPECTOS DEMOGRÁFICOS: HOMENS, MULHERES NA REGIÃO DO CODEMAU.	45
QUADRO 4: POPULAÇÃO DO CODEMAU POR FAIXA ETÁRIA NOS ANOS DE 2000 E 2010.....	46
QUADRO 5: POPULAÇÃO DO CODEMAU ECONOMICAMENTE ATIVA NOS ANOS DE 2000 E 2010.	47
QUADRO 6: DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DO CODEMAU.....	49
QUADRO 7: ESTRUTURAS MUNICIPAIS DE SERVIÇO DE MEIO AMBIENTE.	51
QUADRO 8: HOSPITAIS E NÚMERO DE LEITOS DOS MUNICÍPIOS DO CODEMAU.....	55
QUADRO 9: UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E DE PRONTO ATENDIMENTO.....	56
QUADRO 10: NÚMERO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE.....	57
QUADRO 11: NÚMERO DE CONSULTAS REALIZADAS.....	58
QUADRO 12: UNIDADES DE PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA.....	59
QUADRO 13: EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER.....	60
QUADRO 14: COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS)..	61
QUADRO 15: NÚMERO DE ESCOLAS POR NÍVEL DE ENSINO.	63
QUADRO 16: NÚMERO DE DOCENTES POR NÍVEL DE ENSINO.	64
QUADRO 17: NÚMERO DE MATRÍCULAS POR NÍVEL DE ENSINO.	65
QUADRO 18: TAXA DE ANALFABETISMO NOS MUNICÍPIOS DO CODEMAU.....	66
QUADRO 19: REPRESENTAÇÃO CULTURAL NA REGIÃO DO CODEMAU.	67
QUADRO 20: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – IDH-M.	69
QUADRO 21: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO – IDESE.....	70
QUADRO 22: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO – IDESE POR BLOCO.	71
QUADRO 23: TERMINAIS TELEFÔNICOS EM SERVIÇO POR MUNICÍPIO.....	73
QUADRO 24: EMISSORAS DE RÁDIO POR FAIXA E JORNAL IMPRESSO.	74
QUADRO 25: FROTA DE VEÍCULOS POR TIPO.....	75
QUADRO 26: CONSUMO DE COMBUSTÍVEL EM LITROS.....	76
QUADRO 27: NÚMERO DE CONSUMIDORES DA RIO GRANDE ENERGIA – RGE.....	80
QUADRO 28: CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DA RIO GRANDE ENERGIA – RGE, EM MWH.	81

QUADRO 29: RELAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS PCHS DA CRELUZ.....	82
QUADRO 30: NÚMERO DE CONSUMIDORES DA CRELUZ.....	83
QUADRO 31: CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DA CRELUZ, EM KWH.	84
QUADRO 32: RELAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS PCHS NA REGIÃO DO CODEMAU.....	85
QUADRO 33: ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS DO CODEMAU.	86
QUADRO 34: ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DO CODEMAU.	88
QUADRO 35: COLETA DE LIXO NOS MUNICÍPIOS DO CODEMAU.....	89
QUADRO 36: CAPACIDADE E EFETIVO NOS PRESÍDIOS.....	90
QUADRO 37: EFETIVOS DA POLÍCIA CIVIL NA REGIÃO DO CODEMAU.	92
QUADRO 38:FURTOS E ROUBOS NA REGIÃO DO CODEMAU.	93
QUADRO 39: EVOLUÇÃO DO PIB TOTAL E PIB PER CAPITA 2009-2013.	96
QUADRO 40: VAB – VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS.	98
QUADRO 41: EMPREGO - NÚMERO DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS ATIVOS POR CNAE... 99	
QUADRO 42: PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DOS MUNICÍPIOS DO CODEMAU.....	101
QUADRO 43: EFETIVOS DE REBANHOS DOS PRINCIPAIS REBANHOS DOS MUNICÍPIOS DO CODEMAU.	103
QUADRO 44: PRODUÇÃO DE LEITE NOS MUNICÍPIOS DO CODEMAU.	104
QUADRO 45: AGROINDÚSTRIAS NOS MUNICÍPIOS DO CODEMAU.	105
QUADRO 46: ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO CODEMAU.	106
QUADRO 47: EVOLUÇÃO DO ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO CODEMAU NO MONTANTE DO ESTADO.....	108
QUADRO 48: DEMONSTRATIVO DOS ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO DOS MUN ICÍPIOS DO CODEMAU.....	109
QUADRO 49: POSIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO CODEMAU PELO MAIOR ÍNDICE.	111
QUADRO 50: COMPOSIÇÃO DA ECONOMIA GAÚCHA POR SEGMENTO ECONÔMICO. 112	
QUADRO 51: DISTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL POR SEGMENTO ECONÔMICO. 112	
QUADRO 52: DISTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA MUNICIPAL POR SEGMENTO ECONÔMICO. 113	
QUADRO 53: FPM – FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO CODEMAU POR FAIXA DE HABITANTES.	114
QUADRO 54: RELAÇÃO DE ENTIDADES PRESENTES NOS MUNICÍPIOS DO CODEMAU. 117	
QUADRO 55: RELAÇÃO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS PRESENTES NOS MUNICÍPIOS DO CODEMAU.....	118
QUADRO 56: MATRIZ FOFA E SEUS RELACIONAMENTOS.....	120

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: SÍNTESE DAS ETAPAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.	17
FIGURA 2: REGIÕES FUNCIONAIS DE PLANEJAMENTO DO ESTADO	21
FIGURA 3: REGIÃO FUNCIONAL 9.....	23
FIGURA 4: MAPA DOS 28 COREDES INSTALADOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	26
FIGURA 5: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS COREDES/RS E DOS MUNICÍPIOS DO CODEMAU	29
FIGURA 6: MACRORREGIÃO NORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	33
FIGURA 7: MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL.	35
FIGURA 8: GEOMORFOLOGIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	37
FIGURA 9: BIOMA MATA ATLÂNTICA.	38
FIGURA 10: REPRESENTAÇÃO DA COBERTURA FLORESTAL DO COREDE MÉDIO ALTO URUGUAI.....	39
FIGURA 11: CLASSIFICAÇÃO DAS ZONAS CLIMÁTICAS DO BRASIL.	41
FIGURA 12: POPULAÇÃO DO RS, POR GRUPO DE IDADE 2015 A 2050 (EM MIL HABITANTES).	50
FIGURA 13: FAIXAS DE CLASSIFICAÇÃO DO IDH-M.	68
FIGURA 14: MAPA SITUACIONAL DAS RODOVIAS DO CODEMAU.	77
FIGURA 15: TRAÇADO DA FERROVIA NORTE-SUL.....	78

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	13
1. O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO REGIONAL. ...	15
1.1 Objetivos do Plano	15
1.2 Objetivos Específicos	15
1.3 Explicitação da Metodologia	16
1.3.1 Metodologia do processo de planejamento local.....	19
2. DIAGNÓSTICO TÉCNICO	21
2.1 Caracterização da Região Funcional 9.	21
2.1.1 Regiões Funcionais de planejamento do Estado do Rio Grande do Sul.....	21
2.1.2 Região Funcional de Planejamento - RF 9	22
3 CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO - COREDES/RS	25
4 COREDE MÉDIO ALTO URUGUAI - CODEMAU	27
5 CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO - COMUDES	31
6 MACRORREGIÃO NORTE - RS	33
7 MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL.	34
8 ASPECTOS FÍSICO-NATURAIS	35
8.1 Relevo	35
8.2 Vegetação	36
8.3 Hidrografia	37
8.4 Clima	38
9 ASPECTOS HISTÓRICO-CULTURAIS DA REGIÃO DO CODEMAU	40
10 DIMENSÃO DEMOGRÁFICA.	41
10.1 Dinâmica demográfica no Rio Grande do Sul.	41
10.2 Dinâmica demográfica no CODEMAU.	42
11 DIMENSÃO AMBIENTAL	50
11.1 Estrutura organizativa do meio ambiente	50
11.1.1 Estrutura municipal de meio ambiente	50
11.1.2 Comitê de gerenciamento de bacia Hidrográfica.....	51
11.1.3 Licenciamento ambiental e florestal	52
11.1.4 Problemas e potencialidades ambientais relevantes.....	53
12 DIMENSÃO SOCIAL	54
12.1 Saúde.	54
12.2 Educação e cultura	62
12.2.1 Educação	62

12.2.2 Cultura	66
12.3 Qualidade de vida	68
13 DIMENSÃO INFRAESTRUTURA	73
13.1 Comunicação	73
13.2 Transporte e logística	75
13.3 Energia	79
13.3.1 Rio Grande Energia - RGE	79
13.3.2 CRELUZ - Cooperativa de Distribuição de Energia	82
13.4 Potencial energético da região	85
13.5 Saneamento	86
13.6 Segurança Pública	90
13.6.1 Número de presídios, capacidade penal e efetivo carcerário	90
13.6.2 Efetivos da Brigada Militar e da Polícia Civil	91
13.7 Representação política na região do CODEMAU	94
13.8 Número de vereadores	94
14 DIMENSÃO ECONÔMICA	95
14.1 Dados sobre a economia regional	95
14.2 Composição da economia regional	99
14.3 Agroindústrias familiares	105
14.4 Índice de retorno do ICMS - Imposto Sobre Mercadorias e Serviços dos Municípios do CODEMAU, Análise do Decênio 2006/2016 e Comparativo Específico dos anos 2015/2016	107
14.5 FPM - Fundo de Participação dos Municípios do CODEMAU, por Faixa de Habitantes	113
15 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO PÚBLICA	115
16 PROCESSO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	116
17 DIMENSÃO INSTITUCIONAL	117
18 ANÁLISE FOFA REGIONAL	120
19 DIRETRIZES PRELIMINARES	121
20 ANÁLISE FOFA - DIMENSÃO AMBIENTAL	123
20.1 Recursos Hídricos e Meio Ambiente	123
21 ANÁLISE FOFA - DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL	125
21.1 Educação	125
21.2 Saúde	127
21.3 Segurança Pública	129
22 ANÁLISE FOFA - DIMENSÃO INFRAESTRUTURA	132
22.1 Infraestrutura	132
23 ANÁLISE FOFA - DIMENSÃO ECONÔMICA	134

23.1 Agropecuária e Agroindústria	134
23.2 Indústria, Comércio e Serviços.	136
23.3 Turismo	139
24 ANÁLISE FOFA - DIMENSÃO INSTITUCIONAL E GESTÃO PÚBLICA.	144
24.1 Gestão Pública.	144
25 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	149
26 CARTEIRA DE PROJETOS	151
26.1 ESTRATÉGIA 1 - Fortalecer o setor primário, buscando a agregação de valor das cadeias produtivas, através da agroindustrialização e comercialização	151
26.2 ESTRATÉGIA 2 - Dotar os municípios do CODEMAU com infraestrutura (asfáltica, ferroviária, energia elétrica, saneamento básico, internet, telefonia, aeroporto regional) adequada para fomentar e promover o desenvolvimento local e regional	199
26.3 ESTRATÉGIA 3 - Promover capacitação e qualificação continuada	233
26.4 ESTRATÉGIA 4 - Fortalecer os hospitais referência regional, com serviços de média e alta complexidade, dotando a região com serviços públicos de qualidade para a população.	243
26.5 ESTRATÉGIA 5 - Proporcionar maior segurança para a população, com o reaparelhamento dos órgãos de segurança, ampliação no número de efetivo, implantação de serviços de videomonitoramento nos 22 municípios do CODEMAU	274
26.6 ESTRATÉGIA 6 - Instigar o espírito empreendedor da população regional, através da agregação de valor nas cadeias produtivas, tanto na indústria, comércio e serviços.	281
26.7 ESTRATÉGIA 7 - Integrar todas as iniciativas existentes das mais variadas entidades e instituições regionais, visando o fortalecimento e a união de esforços em prol de um maior desenvolvimento harmônico e sustentável.	304
26.8 ESTRATÉGIA 8 - Tornar o plano estratégico como principal ferramenta para captação de recursos junto às esferas municipal, estadual e federal e balizador dos investimentos da iniciativa privada.	327
26.9 ESTRATÉGIA 9 - Fomentar a inovação tecnológica, através do fortalecimento do Polo de Modernização Tecnológico, transformando-o em parque de inovação tecnológico, congregando todas as instituições de ensino e pesquisa regional.	350
27 HIERARQUIZAÇÃO DE PROJETOS ESTRUTURANTES DA REGIÃO FUNCIONAL 9.	356
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	358
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	361
FONTES DE PESQUISA DE DADOS SECUNDÁRIOS	362

PREFÁCIO

O documento, Planejamento Estratégico de Desenvolvimento Regional, que abrange os 22 (vinte e dois) municípios da Região do COREDE – Médio Alto Uruguai – CODEMAU, parte do extremo norte do estado do Rio Grande do Sul, procura responder, através de estudos e pré-projetos alternativos, às demandas da comunidade, sinalizando um novo horizonte com uma visão para o ano de 2030.

O processo de planejamento, organização e elaboração teve como base o Planejamento Estratégico publicado em 2010, o qual, pela sua ampla divulgação, tornou-se referência para os colaboradores que participaram dos trabalhos, ampliando, aprofundando e qualificando os dados e as informações com relação à realidade regional, bem como na formulação de ações, as quais orientam o caminho a seguir no futuro.

Não resta dúvida de que se trata de uma iniciativa arrojada, e sobretudo, com a efetiva participação das instituições públicas e privadas, lideranças e técnicos das mais diferentes áreas de atuação na região, em consonância com as diretrizes do Plano Plurianual de Investimentos do Estado, levando em consideração o cenário regional com a identificação das potencialidades e oportunidades, bem como os obstáculos que precisam ser superados.

Uma região que quer crescer e se desenvolver precisa, em primeiro lugar, mobilizar os atores e planejar, a partir do conhecimento da realidade, projetar ações futuras, numa visão de médio e longo prazo. Não resta dúvida que se trata de uma missão que exige muita determinação, arrojo e perseverança de todos aqueles que assumiram o compromisso de viabilizar este processo que leva em conta as nossas raízes étnicas, culturais e religiosas, com valores familiares, legado deixado pelos imigrantes que aqui chegaram nas primeiras décadas do século passado, quando, com muita bravura, iniciaram as nossas histórias que nos orgulham muito. É importante destacar que a região do Médio Alto Uruguai passou por dificuldades nos anos 70/90, mas vem superando essas dificuldades com um novo projeto de desenvolvimento com sustentabilidade, respeitando a vocação regional, focando na população que vive neste espaço buscando a melhoria da qualidade de vida e permanecendo na região, orgulhando-se dela.

Diante do exposto, reconhecendo o trabalho de todos aqueles que se dedicaram direta ou indiretamente para que o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Médio Alto Uruguai, se tornasse uma realidade concreta, com objetivo de balizar e orientar as iniciativas públicas e privadas quanto aos investimentos futuros, fortalecendo e consolidando um novo

modelo de desenvolvimento, em nome do CODEMAU dedicamos este trabalho às futuras gerações, que com certeza saberão conduzir esta missão de desenvolver a região.

“É muito melhor arriscar coisas grandiosas, alcançar triunfos e glórias, mesmo expondo-se a derrota, do que formar fila com os pobres de espírito que nem gozam muito, nem sofrem muito, porque vivem nessa penumbra cinzenta que não conhece vitória nem derrota” (Theodore Roosevelt).

Prof. Edemar Girardi

Presidente do CODEMAU

Professor de Economia da URI/CFW

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo ampliar e aprofundar os estudos realizados quando da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional, organizado e documentado no período de 2008 a 2010, o qual contribuiu para que as instituições, lideranças e comunidade regional começassem a visualizar a região do Médio Alto Uruguai com um novo olhar, especialmente com relação às potencialidades, que este espaço geográfico gaúcho é detentor, bem como as possibilidades de viabilizar ações concretas para alavancar o desenvolvimento sustentável, tendo como foco a melhoria da qualidade de vida da população desta região.

Com base no diagnóstico e na análise de potencialidades, com o apoio e a participação de todos os segmentos públicos, privados e os COMUDES/Conselhos Municipais de Desenvolvimento, desencadeou-se uma nova etapa no processo de fortalecimento, articulação e mobilização de todos os agentes e atores que atuam na região, os quais assumiram o compromisso de participar ativamente com os poderes e a comunidade nas atividades de ampliação e aprofundamento dos estudos anteriormente realizados, com informações mais atualizadas e qualificadas, o que possibilitou a elaboração de projetos identificados com a vocação regional.

A cooperação, o esforço e a perseverança constituíram-se os instrumentos motivadores para que todos os 22 (vinte e dois) municípios do CODEMAU participassem com a plena convicção de que este documento será o balizador/orientador das tomadas de decisões futuras da iniciativa pública e privada, com relação aos investimentos municipais, estaduais e federais, fortalecendo assim, o novo processo de desenvolvimento em bases sustentáveis.

O trabalho está dividido em três partes: A primeira parte compreende um diagnóstico, o qual apresenta informações detalhadas, atualizadas e quantificadas, com relação aos aspectos fundamentais que conduzem a dinâmica do cotidiano da sociedade regional, destacando o papel do CODEMAU no desenvolvimento local, regional e aspectos como: Físicos e Naturais, turismo, recursos hídricos e meio ambiente, educação, saúde, segurança, malha rodoviária, saneamento básico, energia elétrica, comunicações, demografia, inovação tecnológica e atividades econômicas como: agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços e o processo agroindustrial.

Concluindo a primeira parte deste documento, a qual relata de forma sistematizada a realidade da região do Médio Alto Uruguai, apresentando uma caracterização que possibilita encaminhar conclusões no sentido de construir parcerias de natureza público/privada a partir de questões identificadas, que precisam encontrar respostas adequadas. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional, dada a sua ampla dimensão, da qual participam as instituições da região e a comunidade, com apoio do governo do Estado, certamente, no final serão evidenciados caminhos apropriados, considerando as informações deste documento, na

definição de políticas regionais em consonância com as políticas do Estado e da União.

A segunda parte do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional apresenta, inicialmente, uma agenda de seminários municipais para levantamento de dados e informações, os quais fazem parte da vida diária da população, identificando a real situação de cada um dos municípios, para posteriormente sistematizar e harmonizar o conjunto destes dados e informações levantados no âmbito das 22 (vinte e dois) municípios da região do CODEMAU.

No processo de organização do conjunto de dados levantados, levou-se em consideração o que orienta o Caderno de Regionalização da Região Funcional 9 (nove), o Perfil Socioeconômico do Corede Médio Alto Uruguai, com base no Plano Plurianual de Investimentos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Nesta parte cabe destacar que todos os municípios do Corede participaram ativamente, representados pelas suas instituições públicas e privadas, lideranças e comunidade nos seminários municipais e regionais. Com esta excelente performance participativa, foi possível identificar com maior precisão as potencialidades, as fraquezas, as oportunidades, as ameaças e as principais ações que poderão ser implementadas, levando em consideração as dimensões, as diretrizes e as estratégias, aprovadas pela região do CODEMAU.

A terceira parte, parte final deste documento, procura expressar e orientar quanto ao caminho a seguir no sentido de uma maior e real visão do que deve ser feito para fortalecer e potencializar o processo de desenvolvimento regional com sustentabilidade. Isto tornou-se possível a partir do conjunto de elementos trabalhados na primeira e na segunda parte deste documento, com a efetiva participação de todos os segmentos da comunidade regional.

Com a convicção de que este trabalho, que resultou no documento ora apresentado à comunidade regional, ao Estado e ao País, embora tenha algumas limitações, certamente a partir da socialização, que será mais intensa após a sua conclusão e publicação, será a bússola orientadora do caminho a seguir, agilizando assim as tomadas de decisões dos gestores públicos e privados, em consonância com o desejo e as necessidades da comunidade regional, para que a mesma permaneça na região, vivendo com qualidade de vida e feliz.

Por fim, gostaríamos de registrar e destacar agradecimentos às instituições públicas e privadas, representadas pelos seus competentes profissionais que se dedicaram com amor e carinho nesta tarefa de construir um novo horizonte para as futuras gerações, que terão a missão de dar continuidade a este novo processo de desenvolvimento em bases sustentáveis, que a região do Médio Alto Uruguai está construindo. A valorosa equipe, família, do Corede Médio Alto Uruguai-CODEMAU, que trabalhou incansavelmente, buscando de forma participativa, construir este, que sem dúvida alguma, é um dos maiores projetos que orienta o desenvolvimento regional de todos os tempos, associados às universidades e às instituições que dinamizam o dia a dia da comunidade, de forma integrada, respeitando o pluralismo e a vocação regional.

1 O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO REGIONAL

1.1 Objetivos do Plano

Atualizar e ampliar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE Médio Alto Uruguai-RS de acordo com os termos especificados no Plano de Trabalho e segundo as Diretrizes e Referências para a implementação da atualização dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional, estabelecidos no Convênio celebrado entre o Fórum dos Coredes - Conselhos Regionais de Desenvolvimento e Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG, do Estado do Rio Grande do Sul, conforme convênio nº 1636/2015.

1.2 Objetivos Específicos

- a) Atualizar e ampliar o banco de dados regionais, anteriormente elaborado e divulgado no Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE da Região do Médio Alto Uruguai de 2010, tendo como base os Perfis Socioeconômicos dos 28 COREDEs, elaborados pela SPGG em 2015, visando definir uma visão de futuro e ações estratégicas que apontem para o desenvolvimento e sustentabilidade regional;
- b) Definir a visão de futuro e as estratégias de desenvolvimento do COREDE, para determinação dos propósitos globais permanentes, que servirão como base para realização do planejamento estratégico;
- c) Identificar, em conjunto com a comunidade regional, os principais condicionantes, os problemas e as potencialidades setoriais e regionais a partir da participação de diferentes atores sociais na construção e operacionalização de políticas de desenvolvimento regional;
- d) Elaborar uma carteira/lista de projetos hierarquizada, contendo objetivos, justificativas, escopo, órgãos intervenientes, cronograma e estimativas de recursos;
- e) Estimular e valorizar o desenvolvimento do capital social e da identidade regional a partir da indicação de projetos estruturantes, de acordo com o perfil histórico da região, de suas potencialidades atuais, de novas oportunidades e de suas possibilidades de interação com outras regiões do estado;
- f) Qualificar o processo de participação das regiões no planejamento e orçamento governamental, nas esferas estadual, federal e municipal.

1.3 Explicitação da Metodologia

A elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2030, terá como ponto de partida o conjunto de diretrizes apresentadas no Plano de Trabalho referido Convênio. Também deve ser considerada a metodologia utilizada no processo de elaboração dos planos estratégicos dos COREDEs em 2010, cuja atualização é objeto do trabalho que está sendo desenvolvido.

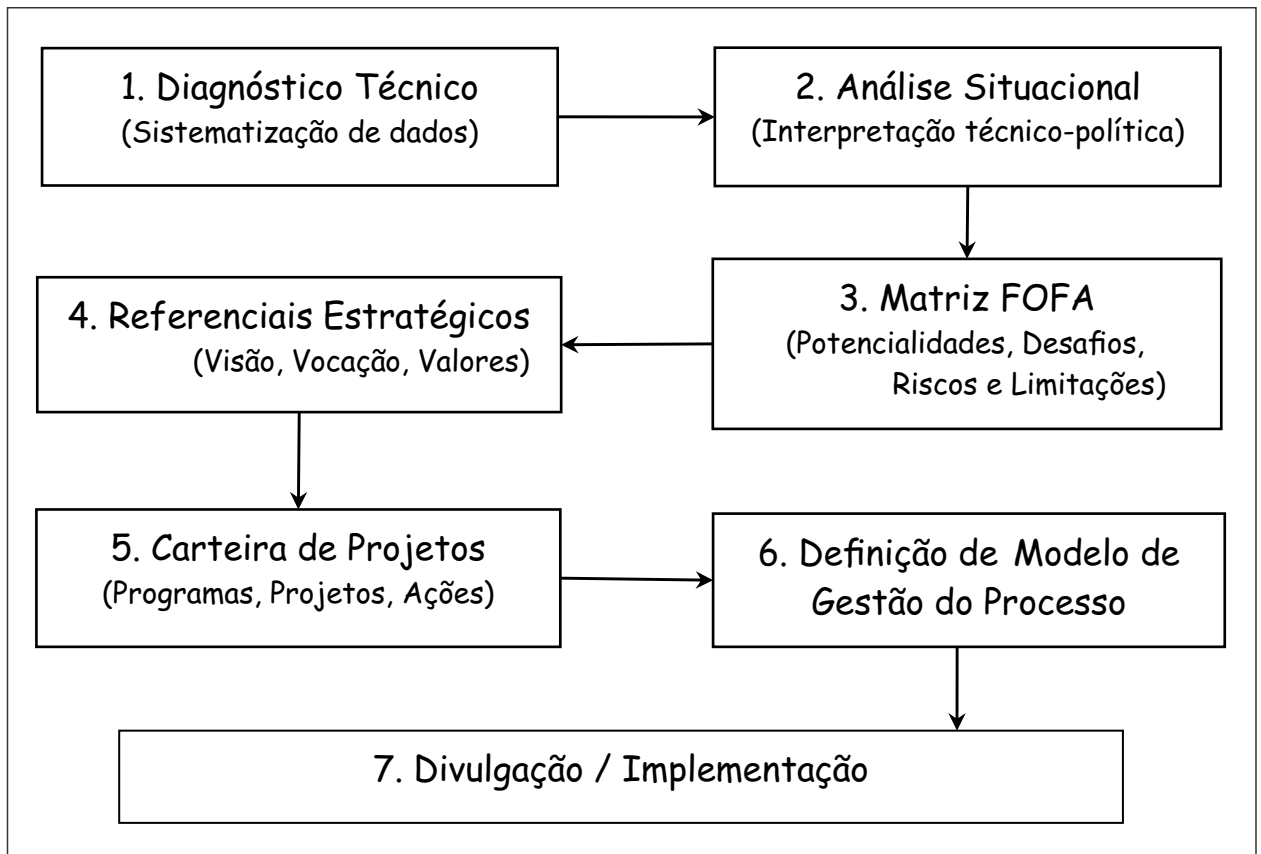
Além disso, deve-se considerar a produção com base em pesquisas realizadas pelas universidades regionais e pelo Fórum dos COREDEs, já sintetizados em documentos e que devem ser desenvolvidos quando da elaboração do Plano de Trabalho Ampliado. Além do Plano de Trabalho Ampliado o processo deverá conter a elaboração de um Diagnóstico e um Relatório de Avaliação, a Elaboração de um Relatório de Propostas Hierarquizadas, a Consolidação e a Impressão do Plano, conforme especificado no convênio.

A metodologia adotada para o processo de atualização/elaboração dos planos estratégicos dos Coredes é aquela definida como orientadora do processo de elaboração dos planos estratégicos em 2009/2010 e que se encontra publicada no capítulo “Detalhamento de um modelo de planejamento estratégico territorial” de autoria de Sérgio Luís Allebrandt, Pedro Luís Büttenbender e Dieter Rugard Siedenberg, em livro organizado por este último autor: Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional (2010).

Segundo estas orientações as etapas do planejamento estratégico são 7: a primeira etapa constitui-se no diagnóstico técnico, no qual busca-se organizar os dados existentes sobre a região, baseados em fontes secundárias, nos documentos previamente identificados no Convênio e outros que a região entender pertinentes; a segunda etapa, análise situacional, constitui-se em momentos de debate e discussão em seminários ampliados, nos quais participam técnicos, agentes políticos e a sociedade civil organizada, em que os dados são apresentados, interpretados e validados à luz da realidade regional; na terceira etapa procede-se a análise de forças e fraquezas, oportunidades e ameaças (FOFA), com o objetivo de construir coletivamente, com base no diagnóstico técnico e na análise situacional, bem como numa leitura correta do cenário externo, uma noção apropriada das principais potencialidades, limitações, riscos e desafios regionais. **As três primeiras etapas compreendem – Diagnóstico e Relatório de Avaliação.** Na quarta etapa proceder-se-á a definição de visão, vocação e valores regionais, constituindo-se os referenciais estratégicos. Segue-se a quinta etapa, na qual os objetivos, os projetos e as ações são definidos, ou seja, é a elaboração da chamada carteira de projetos e ações. Os projetos serão identificados minimamente: objetivos, justificativas, escopo, metas, órgãos intervenientes, cronograma e estimativa de recursos para execução. Integrada à quinta está a sexta etapa, na qual se discute e decide sobre o modelo de gestão para garantir a execução do plano em construção. **As três etapas citadas, 4, 5 e 6 compreendem o Relatório de Propostas.** Consequência das etapas anteriores, a sétima etapa preocupa-se com a divulgação e a efetiva definição das ações no sentido de implementar o plano aprovado. **A sétima etapa compreende a Consolidação, Publicação e Impressão do Plano Estratégico.**

As sete etapas do planejamento estratégico podem ser visualizadas na síntese apresentada na Figura 1.

Figura 1: Síntese das etapas do Planejamento Estratégico.



Fonte: adaptado de Siedenber (2009, p.30).

Seguindo ainda as orientações metodológicas o processo de planejamento estratégico deve contemplar seis dimensões (ou eixos temáticos): dimensão histórica, dimensão ambiental, dimensão social e cultural, dimensão infraestrutural, dimensão econômica e dimensão institucional. Cada dimensão integra um conjunto de subdimensões ou subtemas específicos.

Além disso, é necessário salientar que a metodologia proposta para o processo de planejamento estratégico regional prevê uma ampla participação dos cidadãos, da sociedade, das instituições públicas e privadas que atuam na respectiva região, viabilizadas através de assembleias ou audiências públicas, fomentando o exercício da cidadania, buscando a cooperação e a concertação necessária para garantir efetividade ao processo e aos resultados decorrentes da execução do plano.

Para viabilizar a unidade metodológica na diversidade histórica, sociocultural, econômica, infraestrutural e institucional das regiões coredianas gaúchas, fica estabelecida a obrigatoriedade dos Coredes participarem com em torno de três integrantes/técnicos nas oficinas de capacitação promovidas pelo Fórum dos Coredes com base na seguinte proposta programática:

OFICINAS METODOLÓGICAS

OFICINA 1: visão geral do processo de planejamento; diagnóstico técnico, análise situacional e matriz FOFA

Programa de Trabalho:

Turno 1: Desenvolvimento de territórios e regiões; desigualdades intra e inter-regionais; políticas públicas de desenvolvimento regional e territorial; a multidimensionalidade e multiescalaridade do desenvolvimento; o necessário olhar local, microrregional, macrorregional; o processo de planejamento participativo do desenvolvimento; as etapas e fases do processo de planejamento.

Turno 2: O diagnóstico técnico: como elaborar um bom diagnóstico técnico: aspectos e dimensões, coleta, organização e tratamento dos dados; transformando dados em informações: as interpretações dos dados; a cobertura histórica para a análise e a escolha dos dados; informações de âmbito multidimensional e multiescalar; o uso de indicadores socioeconômicos para orientar a análise da realidade regional.

Turno 3: Análise situacional: como organizar; a garantia da pluralidade do processo; como trabalhar com espaços públicos ampliados; a apresentação dos dados e da análise técnica; o processo técnico/político para o conhecimento da realidade regional. Análise micro e macrorregional: Coredes; Regiões Funcionais; Macrorregiões. A prática da análise situacional: casos.

Turno 4: a matriz FOFA como instrumento metodológico para o planejamento do desenvolvimento: conceitos e significados, construção e interpretação. A prática de construção da matriz FOFA: casos.

OFICINA 2 – MACRO-OBJETIVOS e CARTEIRA DE PROJETOS

Programa de Trabalho: Os referenciais estratégicos: valores, princípios, visão; definição dos macro-objetivos, programas estruturantes, projetos, ações e a carteira/lista de projetos.

OFICINA 3 – MODELO DE GESTÃO; FECHAMENTO DO PROCESSO; REVISÃO DO PLANO

Programa de Trabalho: a definição do modelo de gestão e sistema de governança do processo de planejamento e desenvolvimento regional.

Especificamente na região a metodologia participativa e plural se dará com o convite a participar das atividades para todas as entidades regionais que fazem parte das assembleias e reuniões do CODEMAU, tais como: os prefeitos, os vereadores, as instituições de ensino, as entidades empresariais e sociais, os sindicatos regionais, as representações políticas e as coordenações regionais do Estado e da União. Além destes, qualquer cidadão do Médio Alto Uruguai que tiver interesse poderá participar e contribuir com a discussão.

É fundamental, ao final da elaboração, a identificação de um modelo regional de

gestão, para a consolidação das ações propostas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional.

O Plano Estratégico apresenta uma carteira de projetos para a região, os quais são hierarquizados por grandes áreas de âmbito geral.

1.3.1 Metodologia do processo de planejamento local

Em meados de abril de 2016, a direção e a Equipe Técnica do CODEMAU reuniram-se para planejar as atividades pertinentes a revisão e atualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional. No qual foram definidas as ações para orientação e sensibilização das lideranças e entidades regionais, através da elaboração de cartazes, panfletos, entrevistas, chamadas em rádio e matérias em jornais, com a finalidade de auxiliar na compreensão e participação das comunidades no processo de construção do Plano Estratégico.

Para mobilização e efetiva participação das entidades e da comunidade foram realizadas visitas para as lideranças e entidades dos 22 municípios do CODEMAU, com o objetivo de sensibilizá-los da importância de um Plano Estratégico de Desenvolvimento e aproveitar para convidá-los a participar dos seminários a serem realizados nos municípios. Na oportunidade foram contatadas as entidades que atuam em cada município, como a Associação Comercial e Industrial (ACI) e o Clube de Diretores Lojistas (CDL), os Sindicatos, as Secretarias Municipais, os diretores de hospitais e escolas, entre outros.

Após a visita de mobilização foi realizada uma nova visita em cada município, para realização de um seminário municipal com a finalidade de discutir e identificar os componentes para a análise FOFA.

A dinâmica dos seminários era a seguinte: primeiramente foram apresentadas as caracterizações e a composição econômica e social da região, especificando os dados de cada município, com o objetivo de instigar a participação da comunidade. No segundo momento, com o auxílio da ferramenta de gestão MATRIZ FOFA, foram discutidas as potencialidades, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças das temáticas:

1. Dimensão Ambiental:
Meio Ambiente e Recursos hídricos.
2. Dimensão Social e Cultural:
Educação, Saúde e Segurança pública.
3. Dimensão Econômica:
Agropecuária e Agroindústria.
4. Dimensão infraestrutura:
Infraestrutura.
5. Dimensão Institucional e Gestão pública:
Gestão pública.

Abaixo a agenda de seminários locais:

Agenda dos Seminários Locais para Revisão do Plano Estratégico

Dia	Hora	Local
31 maio	14:00	Ametista do Sul/Auditório Prefeitura
01 junho	09:00	Planalto/Sala Reuniões Prefeitura
	14:00	Alpestre/Casa da Cultura
02 junho	09:00	Rio dos Índios/Câmara de Vereadores
	14:00	Nonoai/Câmara Vereadores
03 junho	09:00	Palmitinho/Câmara de Vereadores
	14:00	Taquaruçu do Sul/Câmara de Vereadores
06 junho	09:00	Dois Irmãos das Missões/Câmara de Vereadores
	14:00	Vista Alegre/Câmara de Vereadores
07 junho	09:00	Erval Seco/Câmara de Vereadores
	14:00	Pinheirinho do Vale/Câmara de Vereadores
08 junho	09:00	Seberi/Auditório Prefeitura
	14:00	Novo Tiradentes/Câmara de Vereadores
09 junho	09:00	Rodeio Bonito/Câmara de Vereadores
	14:00	Pinhal/Auditório Prefeitura
10 junho	09:00	Cristal do Sul/Sala Reuniões da Prefeitura
	14:00	Iraí/Câmara de Vereadores
13 junho	09:00	Vicente Dutra/Câmara de Vereadores
	14:00	Caiçara/Câmara de Vereadores
14 junho	09:00	Trindade do Sul/Câmara de Vereadores
	14:00	Gramado dos Loureiros/Câmara de Vereadores
15 junho	09:00	Frederico Westphalen/Auditório URI

O levantamento de dados secundários para o diagnóstico tem como base as publicações: Caderno de Regionalização da Região Funcional 9; Perfil Socioeconômico do COREDE Médio Alto Uruguaí; e outras publicações referente à temática. Outra fonte de informação amplamente consultada é a FEE – Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. Outros órgãos estaduais como SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente e FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental também foram consultados. O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística também forneceu dados que serviram de subsídio para o diagnóstico.

Para complementação de dados foram consultadas fontes locais, como: EMATER-ASCAR, 19ª CRS- Coordenadoria Regional da Saúde, Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais de Vereadores, COMUDES – Conselho Municipal de Desenvolvimento, Brigada Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil.

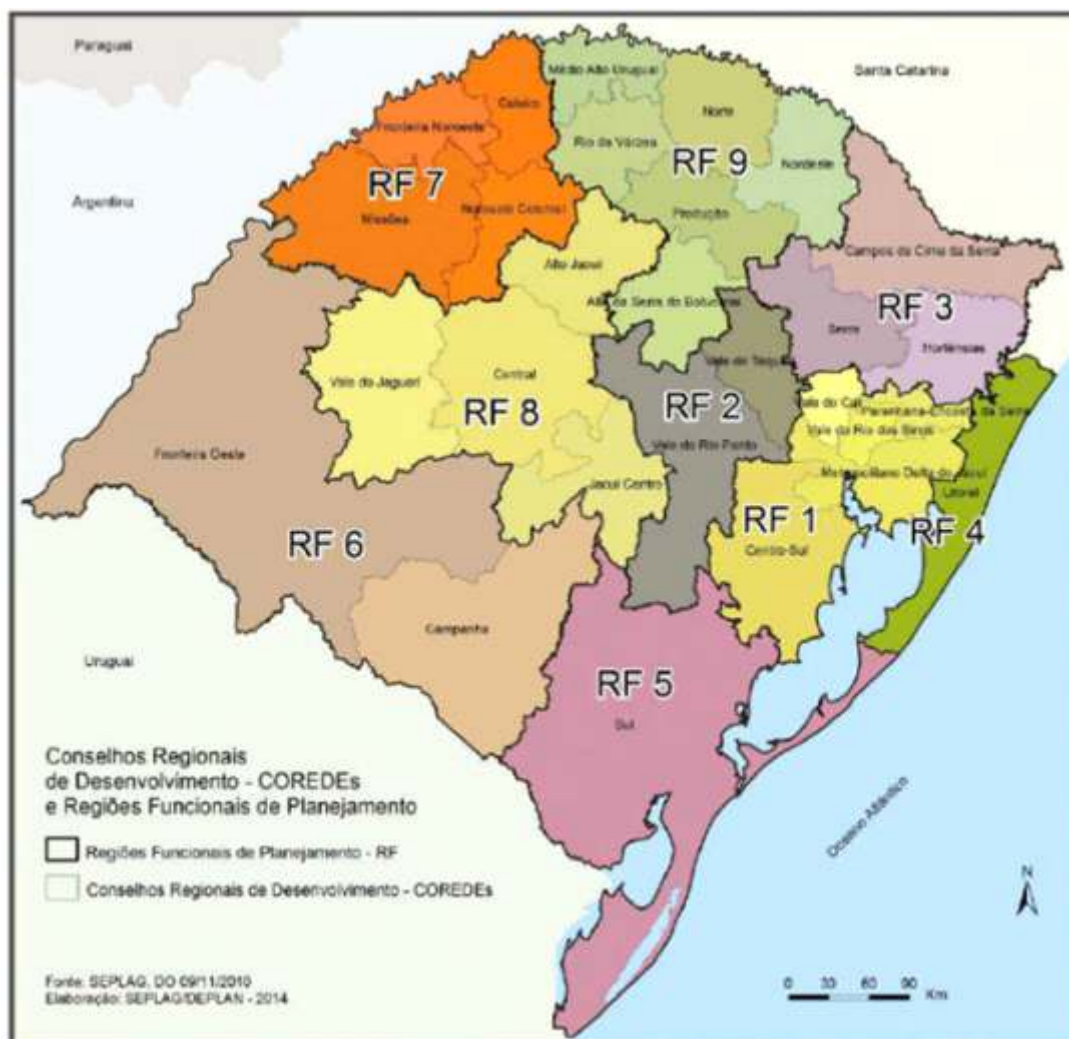
2 DIAGNÓSTICO TÉCNICO

2.1 Caracterização da Região Funcional 9

2.1.1 Regiões Funcionais de planejamento do Estado do Rio Grande do Sul

O Estado do Rio Grande do Sul está mapeado em 09 (nove) Regiões Funcionais de Planejamento, tendo como base as características regionais, ou seja, os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. As regiões funcionais podem ser visualizadas na Figura 2.

Figura 2: Regiões Funcionais de Planejamento do Estado.



Fonte: Plano Plurianual 2016-2019: Cadernos de regionalização: Região Funcional 9, 2015

De acordo com o Plano Plurianual 2016-2019: Cadernos de regionalização: Região Funcional 9, 2015, a regionalização associada a divisão do Estado por Coredes, passou a ser utilizada para o planejamento das ações do governo, quanto ao orçamento do Estado. Na mesma publicação afirma-se que: “Essa estratégia contribuiu de forma significativa para compreender a dinâmica territorial no Rio Grande do Sul”. Na escala sub-regional esse enfoque pode ser percebido nos documentos produzidos pelos COREDEs, tais como os planos estratégicos e o documento denominado Pró-RS, com diretrizes para o desenvolvimento do Estado, sob a ótica das regiões. Da mesma forma, o poder público também passou a disponibilizar ferramentas que contribuiriam para o melhor entendimento das diferenças regionais, ressaltando os pontos fortes e as fragilidades de cada uma das regiões do Estado.

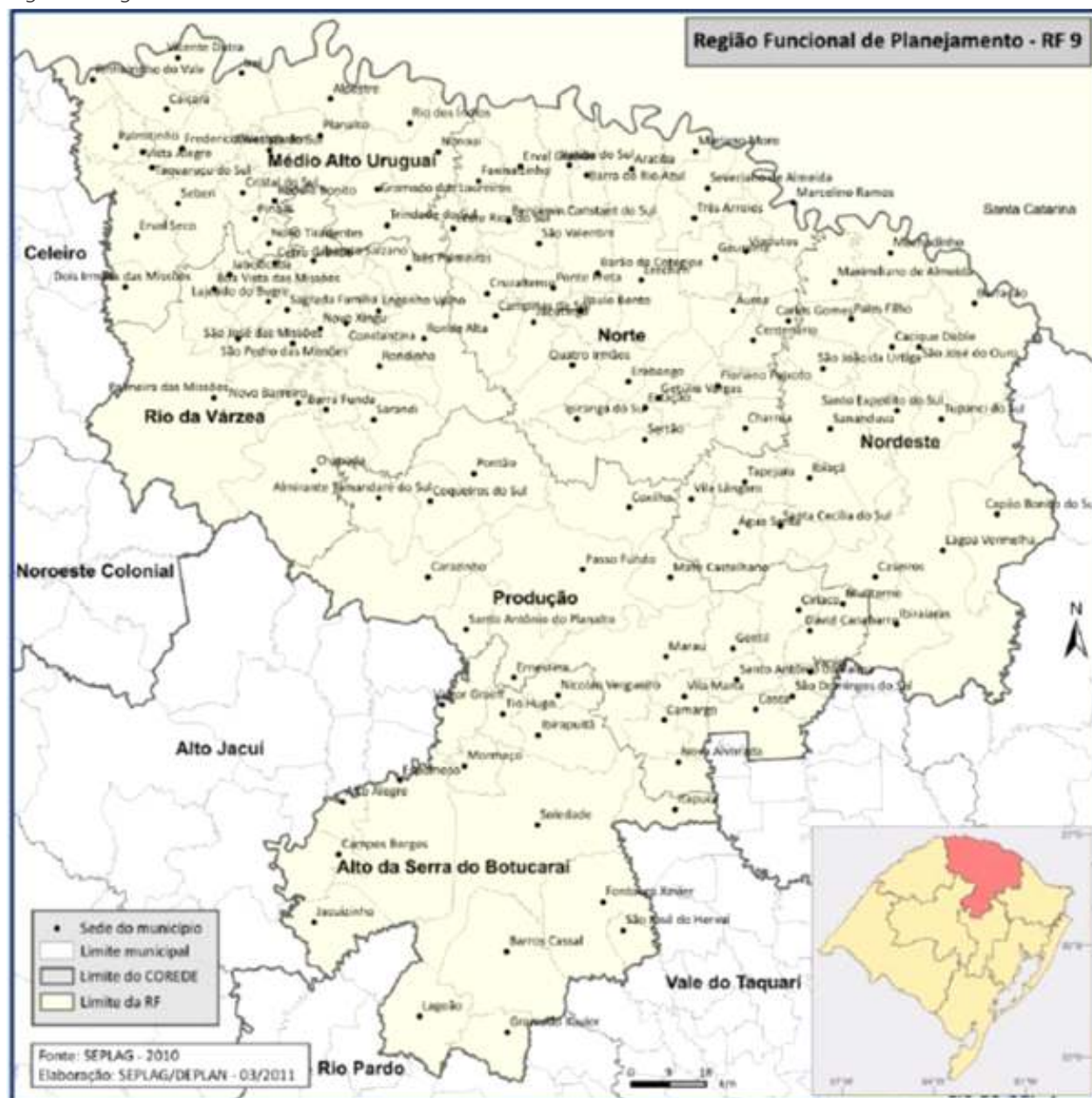
2.1.2 Região Funcional de Planejamento – RF 9

O Plano Plurianual 2016-2019: Cadernos de regionalização: Região Funcional 9, 2015, situa a Região Funcional 9 na fronteira com o Estado de Santa Catarina, sendo formada por seis COREDEs: Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai, Norte, Produção, Nordeste e Rio da Várzea. Apresenta uma população de 1.069.269 habitantes, de acordo com o senso do IBGE de 2010, o que corresponde a 10% da população gaúcha e, destes, 29% residem na área rural e 71% na área urbana. A Figura 3 apresenta a Região Funcional 9.

A RF 9 apresentou taxa positiva de crescimento populacional, com 0,13% ao ano, destacando-se os Coredes Produção, Nordeste e Alto da Serra do Botucaraí. Porém, destaca-se que quatro municípios desta região funcional apresentam os menores índices de crescimento populacional do estado, sendo eles: Engenho Velho, Rio dos Índios, Alpestre e Itatiba do Sul.

O PIB (Produto Interno Bruto) da RF 9, em 2012, correspondeu a 9,5% do PIB do Estado, porém, deste, 62% está concentrado nos Coredes Produção e Norte, sendo que o Corede Produção detém o terceiro melhor PIB *Per Capita* do estado. Em outro extremo, nesta mesma região funcional encontram-se oito municípios entre os menores valores de PIB do Estado.

Figura3: Região funcional 9.



Fonte: Plano Plurianual 2016-2019: Cadernos de regionalização: Região Funcional 9, 2015.

A economia é diversificada e tem como base atividades agroindustriais. A RF 9 é a principal produtora de grãos (soja, milho e trigo) do Estado, no entanto apresenta produção agrícola bastante diversificada, praticada principalmente em pequenas propriedades com mão de obra familiar. Na pecuária, destaca-se a produção de aves e suínos, com 27,2% e 29,8% da produção total do Estado, respectivamente. A bacia leiteira é bem desenvolvida e tem sido reforçada pelo aporte de novos estabelecimentos para o beneficiamento e processamento do leite e produção de derivados.

A indústria de transformação da RF9 concentra 7% da produção do setor no Estado. Se destacam os COREDEs Produção, com 3%, e Norte, com 2,4%, que vem aumentando a

quantidade de empregos gerados. Na indústria de transformação, destaca-se a fabricação de produtos alimentícios, concentrando 20,08% do total da produção do segmento no Estado, principalmente no grupo dos laticínios, do abate, da fabricação de produtos da carne e da moagem e fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais.

Em segundo plano aparecem indústrias de fabricação de máquinas e equipamentos; produção de cabines, carrocerias e reboques para veículos; fabricação de móveis, de calçados e de bebidas.

Na estrutura urbana destaca-se um eixo formado por Erechim, Passo Fundo e Carazinho e com menor hierarquia as cidades de Palmeira das Missões, Frederico Westphalen, Soledade e Lagoa Vermelha.

A estrutura rodoviária da Região favorece o escoamento da produção para Santa Catarina, resultando em uma fraca integração intrarregional. Um dos gargalos para o aumento da competitividade regional é dado por deficiências na logística de transportes e pela precariedade das condições que a malha viária se encontra, aliada a falta de acessos asfálticos em vários municípios da RF 9.

Todos os COREDEs da Região Funcional de Planejamento 9 possuíam, em 2012, IDESE na faixa de médio desenvolvimento. Considerando os índices municipais, a Região possui 11 municípios com IDESE na faixa de alto desenvolvimento com valores superiores a 0,800.

Além do Plano Plurianual 2016-2019: Cadernos de regionalização: Região Funcional 9, 2015, existe ainda um acervo significativo de diagnósticos e trabalhos realizados pelas associações de municípios do estado do Rio Grande do Sul que se somam aos estudos já realizados, são 27 (vinte e sete) Associações formadas pelos 497 municípios gaúchos.

O COREDE – Médio Alto Uruguai – CODEMAU, está localizado na região da Associação dos Municípios da Zona da Produção – AMZOP, norte do Estado, que abrange 42 municípios. Deste total 22 municípios fazem parte do COREDE – Médio Alto Uruguai e 20 municípios do COREDE – Rio da Várzea, entidades parceiras no processo de desenvolvimento regional.

3 CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO – COREDES/RS

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES–RS são o Fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visem o desenvolvimento com sustentabilidade. Foram criados pela Lei Estadual nº 10.238, de 01.10.94 e regulamentados pelo Decreto nº 35.764, de 28.12.94.

O principal objetivo é a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável, a integração dos recursos e das ações do governo na região, a distribuição equitativa da riqueza produzida, o estímulo à permanência do homem na região e a preservação e recuperação do meio ambiente, tendo como foco a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha.

Atualmente, o Estado do Rio Grande do Sul é composto de 28 COREDES, que foram organizados e constituídos com base na localização geográfica e nas suas potencialidades socioeconômicas. Participam os Poderes constituídos em nível municipal, estadual e federal, com sede nas respectivas regiões, bem como organizações de natureza pública ou privada, com ou sem fins econômicos, e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento – **COMUDES**.

- **Missão, Objetivos e Princípios dos COREDES**

A Missão dos COREDES é ser um espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas em nível regional, através da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões do Rio Grande do Sul.

- **Os principais objetivos dos COREDES são:**

- a) Formular e executar estratégias regionais, consolidando-as em planos estratégicos de desenvolvimento regional;
- b) Avançar a participação social e cidadã, combinando múltiplas formas de democracia direta com representação política;
- c) Constituir-se em instância de regionalização das estratégias e das ações do Executivo, Legislativo e Judiciário do Rio Grande do Sul, conforme estabelece a Constituição do Estado;
- d) Avançar na construção de espaços públicos de controle social dos mercados e dos mais diversos aparelhos do Estado;
- e) Conquistar e estimular a crescente participação social e cidadã na definição dos rumos do processo de desenvolvimento;
- f) Intensificar o processo de construção de uma organização social pró-desenvolvimento regional;

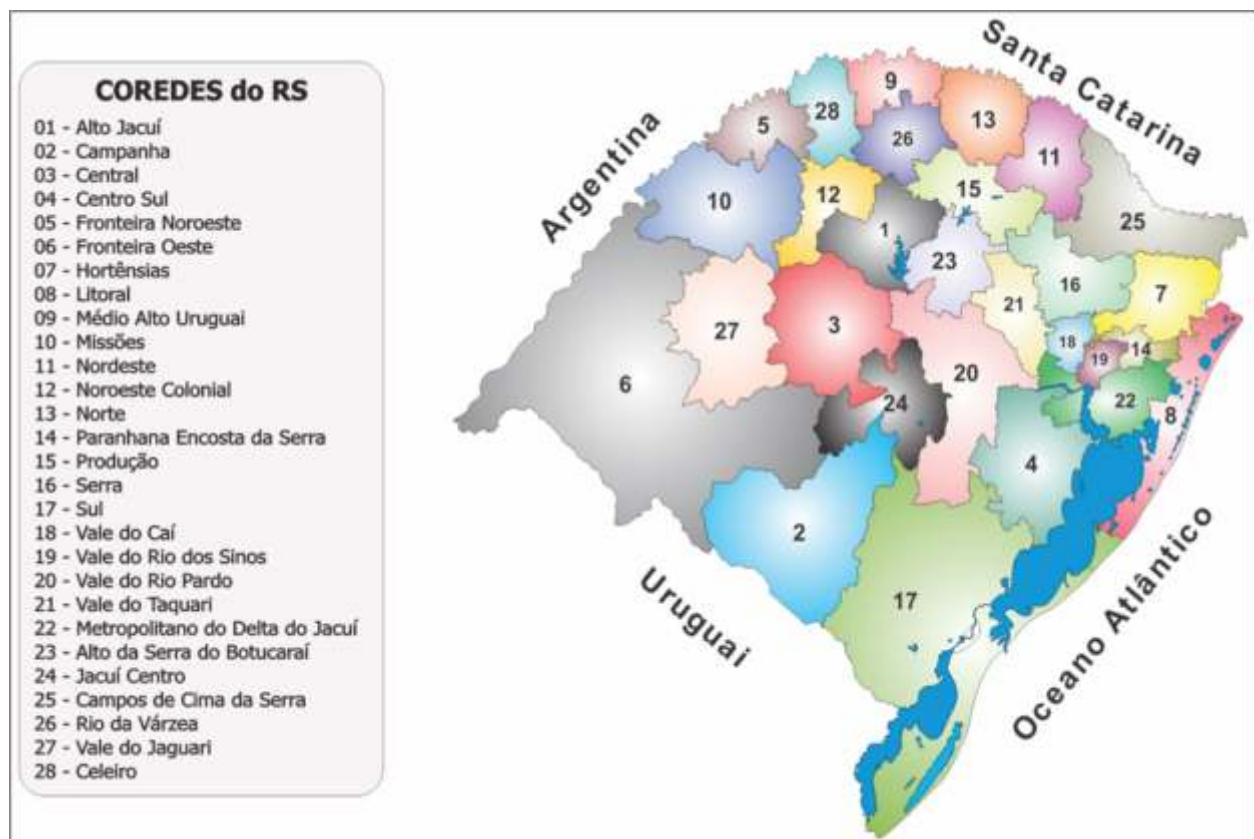
g) Difundir a filosofia e a prática cooperativa associativa de se pensar e fazer o desenvolvimento regional em parceria.

• **Os princípios que norteiam os COREDEs são:**

- a. Promoção de Desenvolvimento Regional Sustentável;
- b. Autonomia;
- c. Pluralidade e Identificação de Consensos;
- d. Confiança, Cooperação e Formação de Parcerias;
- e. Integração, Articulação e Consolidação das Identidades Regionais;
- f. Busca da Regionalização das Políticas de Desenvolvimento;
- g. Aumento Permanente da Representatividade e da Organização;
- h. Apoio à Continuidade das Políticas Públicas de Interesse Regional.

A figura 4 apresenta o mapa dos 28 Coredes do Estado.

Figura : Mapa dos 28 Coredes instalados no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Adaptado de FEE.

4 COREDE MÉDIO ALTO URUGUAI – CODEMAU

O COREDE Médio Alto Uruguai – CODEMAU - iniciou sua caminhada de construção e implantação em julho de 1991. Após várias reuniões e seminários realizados na região do Médio Alto Uruguai, que culminaram com um grande encontro em novembro de 1991, quando o ex-governador Alceu de Deus Collares, presente ao evento realizado em Frederico Westphalen, autorizou o processo de organização regional do Conselho, o qual foi instalado em 1992.

O COREDE Médio Alto Uruguai - CODEMAU - foi o nono (9º) a ser implantado. A região atualmente é composta por 22 municípios, situados no extremo norte do Estado do Rio Grande do Sul, divisa com o oeste do Estado de Santa Catarina, somando uma população de 148.403 habitantes, sendo 54,74% residentes no meio urbano e 45,26% no meio rural, segundo o Censo 2010. Dados preliminares do IBGE/2015 estima a população em 151.357 habitantes.

A sede do COREDE Médio Alto Uruguai – CODEMAU - está localizada em espaço físico cedido pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Câmpus de Frederico Westphalen. Conta com logística adequada para atender à demanda e uma equipe qualificada de assessores e colaboradores que voluntariamente atuam nas atividades de diagnóstico, elaboração e execução de projetos de interesse da comunidade regional.

Destacamos que a URI – Câmpus de Frederico Westphalen é parceira, além de disponibilizar infraestrutura sem ônus para o CODEMAU, tem disponibilizado, quando necessário, logística para a manutenção, juntamente com as Prefeituras Municipais e o Estado, que contribuem com recursos para a manutenção das atividades que têm como objetivo o desenvolvimento regional com sustentabilidade, de forma cooperativa, participativa e solidária, visando à melhoria da qualidade de vida da população regional.

Os membros representantes do COREDE Médio Alto Uruguai – CODEMAU, são os Prefeitos Municipais, os Presidentes das Câmaras Municipais de Vereadores, Presidentes de COMUDES – Conselhos Municipais de Desenvolvimento, parlamentares com domicílio eleitoral na região de abrangência e representantes de entidades organizadas, governamentais e não governamentais, com ou sem fins econômicos.

Seguindo a missão, visão, objetivos e princípios do Fórum dos COREDEs, o COREDE Médio Alto Uruguai – CODEMAU, pauta suas ações em:

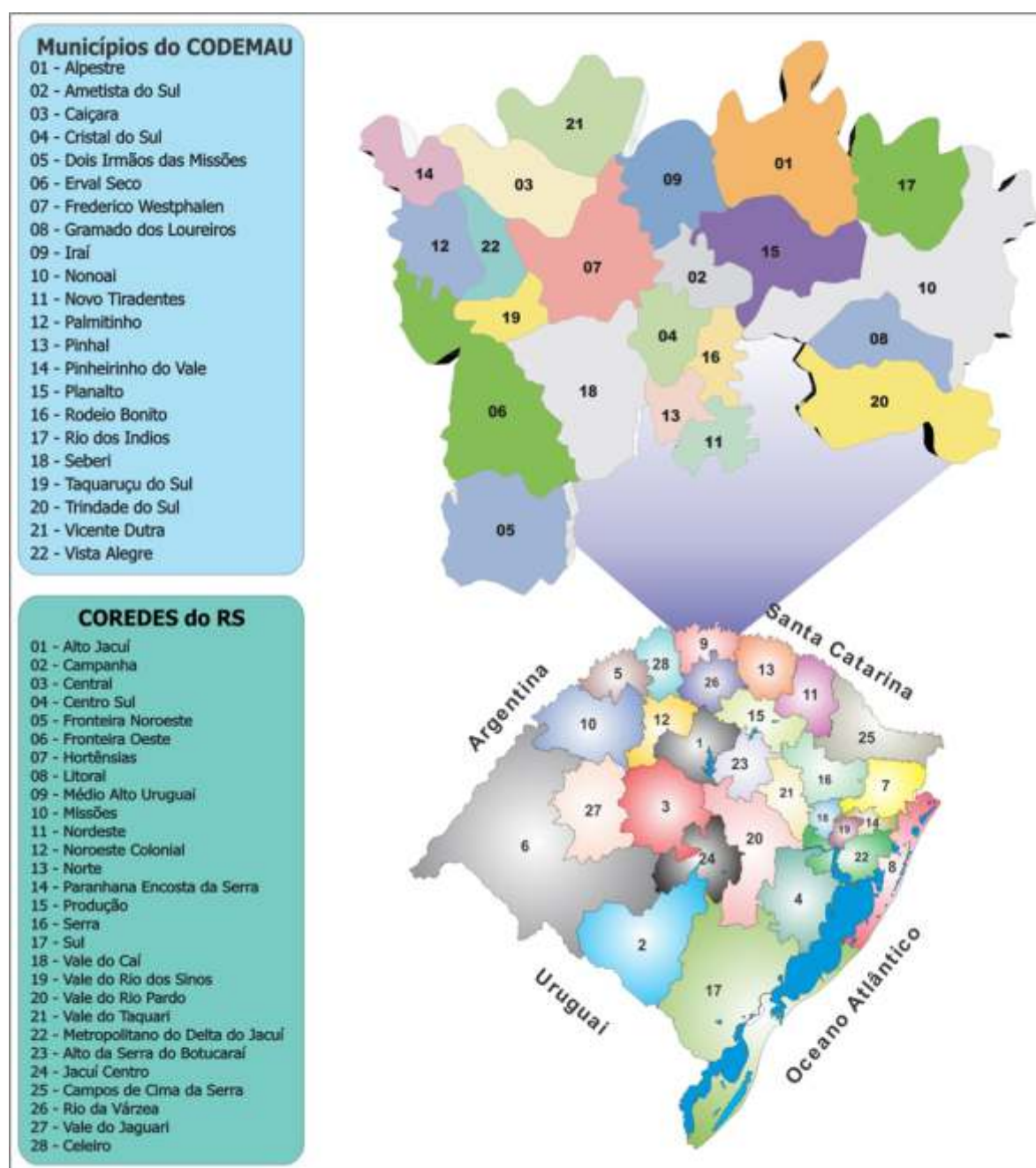
- Promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e implantação das políticas de desenvolvimento integrado da região;
- Elaborar planos diretores e estratégicos de desenvolvimento regional;
- Manter espaço permanente de participação democrática, respeitando o pluralismo e resgatando a cidadania, através da valorização da ação política;

- Constituir-se em instância de regionalização do orçamento do Estado, conforme estabelece o art. 149, § 8º da Constituição do Estado;
- Orientar e acompanhar, de forma sistemática, o desempenho das ações dos Governos Municipal, Estadual e Federal na região;
- Respalidar as ações do Governo do Estado na busca de maior participação nas decisões nacionais;
- Coordenar, em parceria com o Governo do Estado – SPGG, o processo de Consulta Popular, através das Assembleias Públicas Municipais e Regionais, oportunizando discutir e definir com a comunidade regional as prioridades, às quais serão alocados recursos financeiros e serão inseridos no orçamento Estadual do ano posterior.

O CODEMAU é uma entidade sem fins lucrativos, possui uma diretoria eleita a cada biênio, constituída por um presidente, dois vice-presidentes, um tesoureiro e um secretário executivo, sendo assessorados por comissões setoriais –COMUDEs – nas diferentes áreas de atuação da entidade. O CODEMAU ao longo de sua trajetória sempre primou pelo trabalho integrado e cooperado com outras entidades da região, buscando unir forças e recursos para impulsionar ainda mais o desenvolvimento da região norte do Estado do Rio Grande do Sul. Dentro desta premissa básica, tem sua forma de gestão totalmente democrática, na qual, antes de qualquer decisão se consultam seus membros estatutários, bem como se procura valorizar o capital humano e social existente na região, como forma de envolver cada vez mais pessoas e parceiros existentes.

A Figura 5 apresenta a localização dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento em todo o território Gaúcho. Da mesma forma, a localização dos 22 municípios que integram a região do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai – CODEMAU.

Figura5: Localização geográfica dos Coredes/RS e dos municípios do CODEMAU.



Fonte: Adaptado de FEE.

O Quadro 1 apresenta informações gerais dos 22 municípios do CODEMAU. Observa-se que os municípios do CODEMAU apresentam área territorial muito variável, com municípios menores que 70 Km² à municípios maiores que 400 Km².

A região é habitada por diversas etnias, predominando Italianos, Alemães, Poloneses, Açorianos e Indígenas, bem como outras etnias em menor número, mas enraizadas à comunidade regional.

Quadro 1: Data e lei de criação, área e distância de Porto Alegre dos municípios do CODEMAU.

Município	Data criação Municipal	Lei de Criação	Área Km ² 2003	Distância de POA em (KM)
Alpestre	26/12/1963	4688/63	324,6	480
Ametista do Sul	20/03/1992	9570/92	93,5	419
Caiçara	19/10/1965	5067/65	189,2	460
Cristal do Sul	28/12/1995	10650/95	97,7	430
Dois Irmãos das Missões	20/03/1992	9619/92	225,7	420
Ervál Seco	20/12/1963	4673/63	363,9	450
Frederico Westphalen	15/12/1954	2523/54	265	450
Gramado dos Loureiros	20/03/1992	9541/92	131,4	420
Iraí	01/07/1933	5368/33	181	478
Nonoai	30/01/1959	3695/59	468,9	416
Novo Tiradentes	20/03/1992	9628/92	75,4	420
Palmitinho	08/11/1965	5087/65	144	482
Pinhal	29/04/1988	8577/88	68,2	422
Pinheirinho do Vale	20/03/1992	9586/92	105,6	505
Planalto	26/12/1963	4692/63	230,4	450
Rio dos Índios	20/03/1992	9547/92	235,3	450
Rodeio Bonito	20/12/1963	4667/63	83,2	430
Seberi	30/01/1959	3696/59	301,4	420
Taquaruçu do Sul	09/05/1988	8599/88	76,8	420
Trindade do Sul	15/12/1987	8487/87	268,4	370
Vicente Dutra	17/09/1965	5032/65	193,1	465
Vista Alegre	09/05/1988	8596/88	77,5	480
TOTAL			4.209,20	

Fonte: Relatório de Atividades do CODEMAU – Gestão 2014-2015.

O espírito comunitário que se desenvolveu na região permite uma convivência harmoniosa e cooperativa na construção do projeto de desenvolvimento econômico, social e cultural.

5 CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO – COMUDES

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento - COMUDES - foram criados através de Leis Municipais, tendo como principal objetivo promover o desenvolvimento das ações do Poder Público com as Organizações Privadas, as Entidades da Sociedade Civil organizadas e os cidadãos, visando à melhoria da qualidade de vida da população, através de um processo econômico-social equilibrado, sustentável e preservando o meio ambiente.

O CODEMAU, nos anos de 2003 e 2004 seguindo as orientações da Lei Estadual 10.283, de 17 de outubro de 1994, orientou a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento COMUDES, regidos pelas normas dos COREDES, assim foram criados e implantados por lei municipal em todos municípios.

Os COMUDES atuam de forma participativa e dinâmica, principalmente no que diz respeito à organização e mobilização da comunidade local para a realização de debates, diagnósticos, audiências públicas, definições de prioridades locais, regionais e a consulta pública, tendo como foco o processo de desenvolvimento regional.

- **Competência dos COMUDES**

- Promover a participação de todos os segmentos da sociedade local organizada na discussão dos problemas, na identificação das potencialidades, na definição de políticas públicas de investimentos e ações que visem o desenvolvimento econômico e social do município;
- Organizar e realizar audiências públicas, nas quais a sociedade local discutirá e elegerá as prioridades municipais, integradas às regiões;
- Elaborar e/ou propor o Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal;
- Promover e fortalecer a participação da sociedade civil, buscando a sua integração regional;
- Realizar e fortalecer a integração com as atividades do COREDE – Médio Alto Uruguai (CODEMAU), Municípios, Estado e União;
- Promover a discussão e formulação de propostas para servirem como subsídios à elaboração dos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Municipais e Estadual, bem como articular políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do município e da região;
- Acompanhar e fiscalizar a execução das ações ou investimentos priorizados através do COMUDE, articulando a inclusão no orçamento municipal ou estadual.

- **Função dos COMUDES no Processo de Desenvolvimento Local/Regional e na Consulta Popular:**

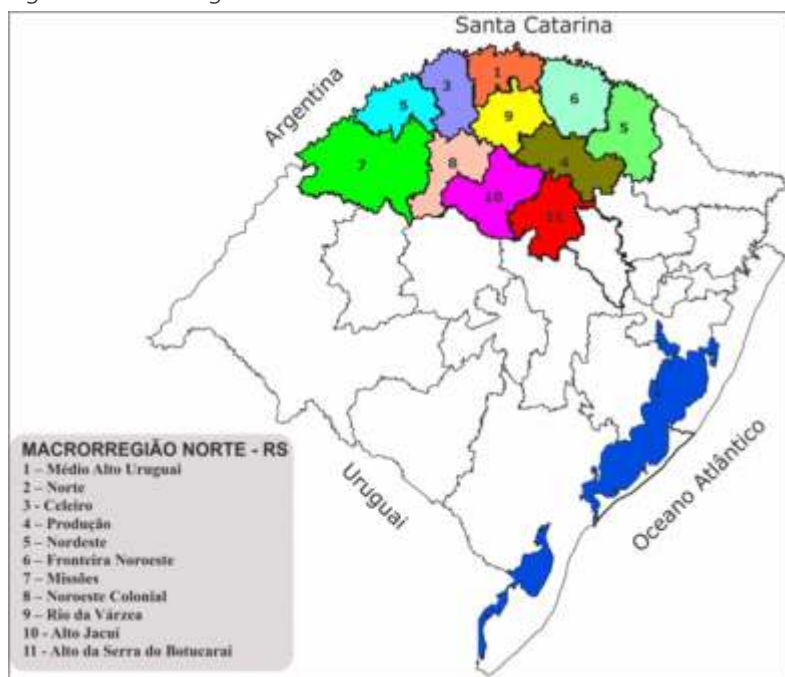
- Elaborar o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município em consonância com a região;
- Promover e coordenar o Processo Consulta Popular no município com apoio do COREDE;
- Participar ativamente, com o COREDE, na organização e execução da Consulta Popular, especialmente no âmbito do município;
- Participar nas etapas regionais da Consulta Popular, representando a comunidade local;
- Encaminhar ao COREDE os resultados da Assembleia Pública Municipal e da Consulta Popular;
- Promover a avaliação da Consulta Popular no município e encaminhá-lo ao COREDE;
- Acompanhar e fiscalizar a execução das prioridades municipais e regionais;
- Manter de forma constante um fluxo de comunicação com o COREDE para agilizar as ações;
- Atuar como instituição na articulação, mobilização e motivação da comunidade, para que a mesma participe ativamente no processo.

Os COMUDES têm papel fundamental para o fomento e desenvolvimento de seu município e região, pois têm como missão agregar todos os Conselhos e entidades em nível municipal para juntos formular um plano estratégico municipal, visando gerar emprego, renda e desenvolvimento sustentável para o município, sempre em consonância com o Plano Estratégico Regional, observando e respeitando a vocação regional.

6 MACRORREGIÃO NORTE – RS

A Macrorregião Norte é a parte da área geográfica do Estado/RS que abrange 223 municípios, na qual se localizam 11 (onze) Coredes, sendo: Médio Alto Uruguai, Norte, Celeiro, Produção, Nordeste, Fronteira Noroeste, Missões, Noroeste Colonial, Rio da Várzea, Alto Jacuí e Alto da Serra do Botucaraí, conforme Figura 6, e quatro Universidades Comunitárias: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Universidade de Ijuí – UNIJUI, Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, e Universidade de Passo Fundo – UPF, além da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/Federico Westphalen, Instituto Federal Farroupilha – IFF e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS. Nesta vasta área geográfica da Região Macro Norte do Estado, estão sediadas um número significativo de Universidades de natureza Pública ou Privada, as quais, integradas às comunidades, participam ativamente no processo de desenvolvimento regional.

Figura6: Macrorregião Norte do estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Adaptado de FEE.

As Instituições supramencionadas têm procurado desenvolver ações no sentido regional unificado, para melhor aproveitamento de projetos e recursos, visando as questões estratégicas da região. As ações prioritárias definidas pelos COREDEs compõem o Plano de Metas, que são integradas ao Plano de Desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira MERCOSUL.

7 MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL

A Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL abrange 396 municípios, sendo 223 municípios do norte do Rio Grande do Sul, que forma a Macrorregião Norte, 131 do oeste de Santa Catarina, e 42 do sudoeste do Paraná. Esta Mesorregião faz divisa com a fronteira da Argentina, totalizando 119.768 mil quilômetros quadrados e população de 3.778.858 milhões de habitantes. A Figura 7 apresenta a localização da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL.

A Mesorregião possui identidade própria, forjada desde a chegada dos imigrantes a toda Região Sul, quando houve a necessidade das famílias agirem em conjunto, a favor dos seus interesses individuais e coletivos.

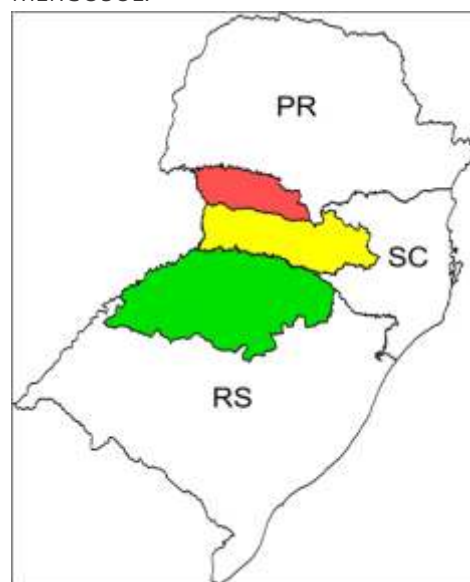
Essas vivências se refletem na dinâmica dos diferentes agentes sociais, atuantes na região, determinando o aprendizado para uma participação política e social organizada horizontalmente. Esta característica é identificada por uma densa rede de organizações com uma ativa participação nas ações comunitárias.

Este capital social, configurado como um dos principais ativos da sociedade regional, foi acionado de forma mais articulada diante da constatação da perda de competitividade da região, revelada, dentre outros indicadores, pela redução de boa parte de sua força de trabalho e, conseqüentemente, do emprego, da renda, do mercado e da representatividade política.

A consciência dessa realidade evidenciou que a retomada do dinamismo econômico, necessário para gerar crescimento, oportunidades de trabalho, qualidade de vida e sustentabilidade, estava a demandar um processo de planejamento estratégico e a efetiva participação do Estado em suas diferentes instâncias. Bons resultados já foram alcançados, tais como: **a elaboração de um Plano Estratégico, com a definição de Projetos Estruturantes.**

Cabe, no entanto, destacar que atualmente as ações desenvolvidas no âmbito da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL precisam ser revitalizadas com maior dinamismo, sob pena de ocorrer um processo de estagnação. Da mesma forma, contar com mais apoio do Governo Federal, especialmente do Ministério da Integração Nacional, bem como dos Governos Estaduais desta região, uma vez que a Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL foi uma referência nacional e no âmbito do MERCOSUL.

Figura : Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL.



Fonte: Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL. Organização: Equipe do CODEMAU.

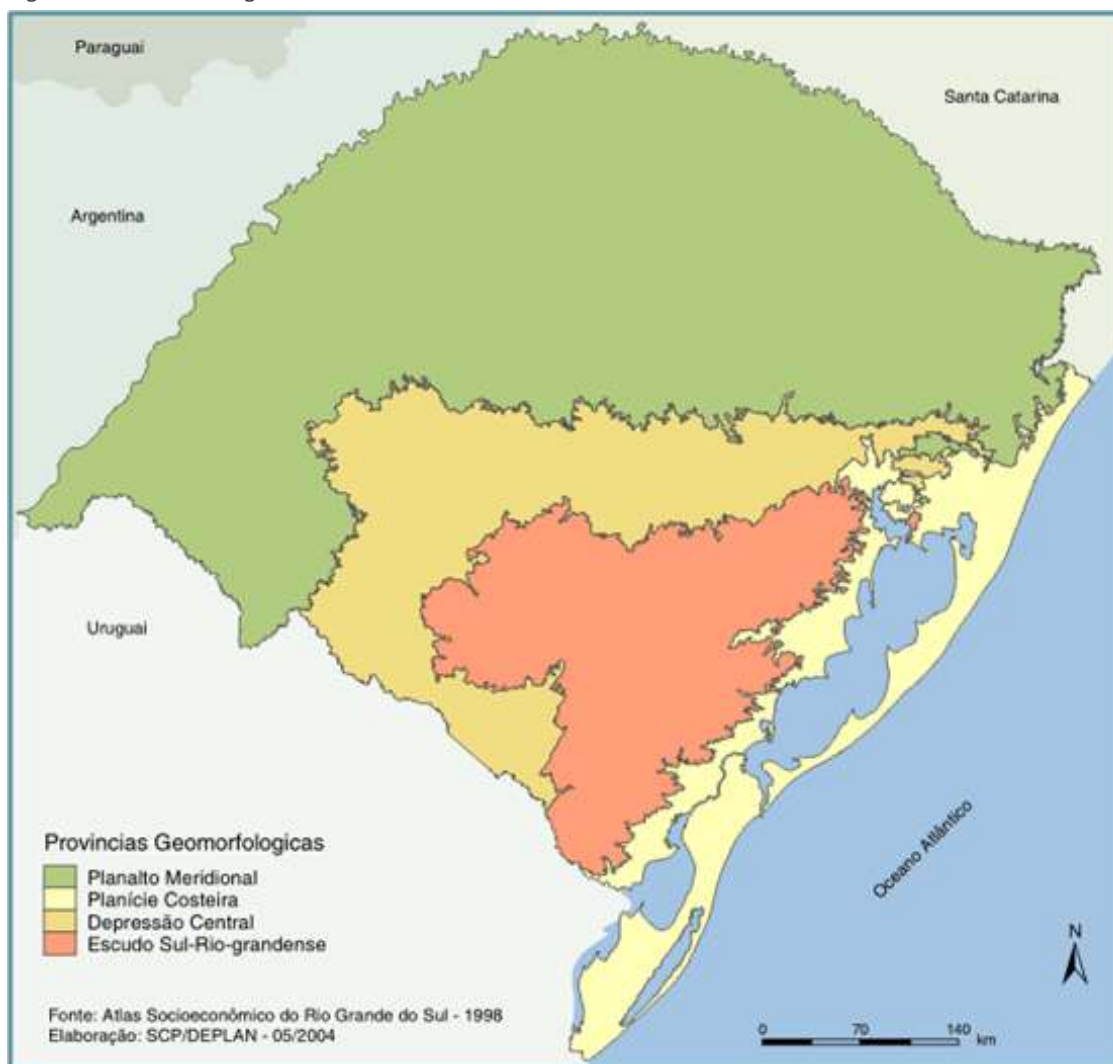
8 ASPECTOS FÍSICO-NATURAIS

8.1 Relevo

A Região do Médio Alto Uruguai é caracterizada por uma composição geológica predominantemente formada por basalto, do qual se origina o latossolo, que possibilita o desenvolvimento da agricultura com produtividade elevada, quando associada à correção e fertilização frequente do solo.

O relevo é de planalto, fazendo parte do Planalto Meridional, como mostra a Figura 8, na região as altitudes variam de 180 metros, na encosta do Rio Uruguai, podendo chegar a 800 metros nos pontos mais elevados (Adaptado de CASSOL e PIRAN, 1975, *Apud* PIRAN, 2015).

Figura 8: Geomorfologia do Estado do Rio Grande do Sul.

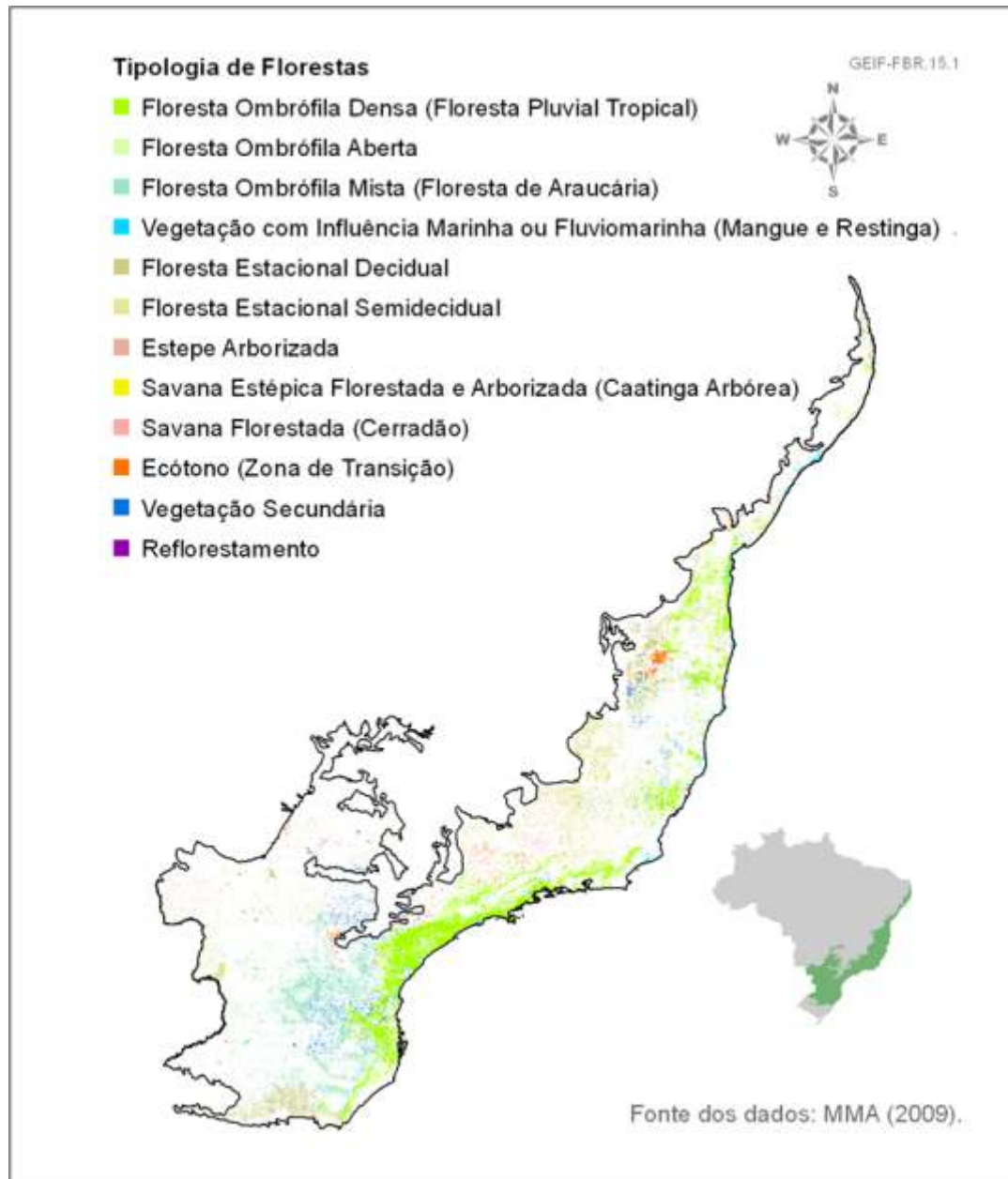


8.2 Vegetação

A vegetação é formada pelo Bioma Mata Atlântica, com a Tipologia Florestal formada por Floresta Estacional Decidual, como pode ser observado na Figura 9.

De acordo com SNIF – Sistema Nacional de Informações Florestais, 2016, o Bioma Mata Atlântica e seus ecossistemas associados abrange cerca de 13% do território brasileiro. Porém, devido ao desmatamento, a área florestal da Mata Atlântica foi muito reduzida e altamente fragmentada, mesmo assim a Mata Atlântica ainda abriga parcela significativa da diversidade biológica do Brasil.

Figura9: Bioma Mata Atlântica.



Fonte: <http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/os-biomas-e-suas-florestas>.

A cobertura vegetal da região está bastante fragmentada, como pode ser observado na Figura 10, restando apenas poucos remanescentes de vegetação com tamanho expressivo e estes se devem por fazerem parte de terras indígenas, como a Reserva Indígena Nonoai/Rio da Várzea, a Leste e a Reserva Indígena do Guarita a Oeste. Ainda, com tamanho menos expressivos, existem as Terras Indígenas Rio dos Índios, em Vicente Dutra, Kaingan, em Iraí e em Nonoai (<http://www.biodiversidade.rs.gov.br>, 2016).

Figura 10: Representação da cobertura florestal do Corede Médio Alto Uruguai.



Fonte: Google Earth; IBGE.Org.: Equipe do CODEMAU.

Na Figura 10 ainda pode-se observar que o CODEMAU fica próximo ao Parque Florestal Estadual do Turvo, que é outro remanescente da vegetação nativa da região. Existem ainda algumas APAs – Áreas de Preservação Ambiental particulares, como a Reserva Biológica Municipal Moreno Fortes, em Dois Irmãos das Missões e o Parque Municipal Arcângelo Busatto, conhecido como Parque da Faguense, em Frederico Westphalen.

Ademais, pode-se considerar que a cobertura vegetal está em processo de recuperação, principalmente nas áreas onde a topografia é acidentada. Isso se deve ao abandono de áreas que eram cultivadas e que, pela escassez de mão de obra e dificuldade no manejo encontram-se nos primeiros estágios de sucessão, constituindo-se por capoeira e vegetação arbustiva.

8.3 Hidrografia

A principal bacia hidrográfica do CODEMAU é a bacia do Rio Uruguai, a qual denomina a Região Hidrográfica a qual os municípios do CODEMAU pertencem, para onde

drenam todos os rios da região. A hidrografia do CODEMAU, em escala 1:50.000 corresponde a 1.800 Km, considerando todos os cursos d'água (perenes e intermitentes). Em volume de água, o Rio da Várzea é o maior contribuinte para o Rio Uruguai, porém outros rios se destacam pela importância, como o Rio Guarita, o Rio do Mel e o Rio Fortaleza. O CODEMAU está localizado na área do Comitê de bacia Hidrográfica do Rio da Várzea.

A exploração dos rios para geração de energia é bem desenvolvida, destacando-se a Barragem Foz do Chapecó, no Rio Uruguai(855 MW), além de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) instaladas na região.

8.4 Clima

O Corede Médio Alto Uruguai pertence a zona temperada, como pode ser observada na Figura 11, com clima subtropical úmido, com pouca estiagem e média anual em torno de 1.800 mm de precipitação pluviométrica, bem distribuídos ao longo do ano. A temperatura média anual fica em torno de 18°C, com verões quentes, com temperaturas médias superiores a 22°C e máximas podendo superar os 40°C. No inverno, as temperaturas caem, podendo ser registradas temperaturas abaixo de 0°, com período sujeito a geadas entre os meses de abril a julho. O microclima e o solo da Região do CODEMAU favorecem o cultivo de frutíferos como citros e videiras, entre outras, inclusive antecipando a colheita em relação a outras regiões do Estado.

A região está sujeita a mudanças climáticas abruptas, devida a invasões de frentes frias, o que torna a amplitude térmica média em torno de 11°C, podendo ser superior a 15°C.

Os ventos predominantes provem do Nordeste (NE) e a região sofre influência das massas de ar: Topical marítima (Tm), atuando todo o ano; Polar Marítima (Pm), atua mais intensamente no inverno; Tropical Continental (Tc), mais intensa no verão e Equatorial Continental (Ec), atua no estado principalmente no verão.

Figura 11: Classificação das zonas climáticas do Brasil.



Fonte: Nimer, E. Um modelo metodológico de classificação de climas. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, ano 41, n. 4, p. 50-80, out./dez. 1979. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: mar. 2012. Adaptado.

Textos adaptados de: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; GIRARDI, 1987; MISSIO, 2003.

9 ASPECTOS HISTÓRICO-CULTURAIS DA REGIÃO DO CODEMAU

A região do Médio Alto Uruguai ocupa uma área geográfica de 4.209,20 Km², localizada no extremo norte gaúcho. O processo de colonização da região teve seu início na segunda década do século passado, ou seja, por volta de 1920, quando chegaram os primeiros imigrantes Italianos, Alemães e Poloneses, instalaram-se em módulos rurais de 25 a 50 hectares, sob orientação da Comissão de Terras e Colonização sediada em Palmeiras das Missões.

O Processo de ocupação conduzia a formação de pequenas comunidades com a predominância das etnias que ali se instalaram e construíram, coletivamente, Igrejas, Sedes Sociais e suas habitações e instrumentos de trabalho. Formada por famílias numerosas, com o passar dos tempos os filhos foram casando e separando-se dos pais, quando então reabriam uma pequena gleba de terra, iniciando uma nova família, produzindo para atender suas necessidades. Desta forma as propriedades foram fragmentando-se e reduzindo a sua área. Hoje o tamanho médio das propriedades é de cerca de 15 hectares por família.

As diferentes etnias, agora com a presença de outros, passaram com muito esforço, trabalho e fé uma nova realidade regional, vivendo em comunidade de forma harmoniosa e solidária.

Há na região comunidades Indígenas que segundo a FUNAI, estão assim distribuídas: Terras Indígenas Guarita formada pelas etnias Kaingang e Guarani, com uma área de 23.407 hectares de extensão, Terra Indígena de Iraí com a presença da etnia Kaingang ocupando uma área de 280 hectares, Terra Indígena de Nonoai com a presença das etnias Kaingang e Guarani, assentados em uma área de 19.830 hectares, Terra Indígena Nonoai-Rio da Várzea, com a presença da etnia Kaingang ocupando uma área de 16.415 hectares e Terra Indígena Rio dos Índios em uma área de 712 hectares, com a etnia Kaingang, em Vicente Dutra (Fonte FUNAI). A comunidade Indígena se movimenta na região produzindo e vendendo artesanatos, produtos característicos das suas atividades no cotidiano.

No âmbito da Região do Médio Alto Uruguai, com a presença das etnias Italiana, Alemã, Polonesa, Açoriana, Russa e o Caboclo nato, entre outros, vários grupos artísticos-culturais estão organizados e promovendo eventos de integração e manifestação artísticos-culturais, visando resgatar as raízes culturais dos pioneiros que colonizaram a região.

Nestes últimos anos houve um aumento significativo de grupos que procuram estimular a participação comunitária nos eventos artísticos e culturais que, além da manifestação cultural, promovem a gastronomia típica, mantendo os hábitos e a tradição cultural, dos seus antepassados.

10 DIMENSÃO DEMOGRÁFICA

10.1 Dinâmica demográfica no Rio Grande do Sul

A análise da dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul descrita a seguir, tem como base a publicação do Plano Plurianual 2016-2019: Cadernos de regionalização: Região Funcional 9, 2015.

A publicação dos Cadernos de Regionalização aponta dados importantes sobre o Censo de 2010, divulgados pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os quais revelaram algumas tendências demográficas para o Rio Grande do Sul. Projeções realizadas pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) com relação a esses dados demonstram importantes consequências para o planejamento futuro.

Entre as projeções destaca-se o aumento das taxas da população urbana e a redução da taxa de crescimento populacional, que tende a ocasionar um aumento da população nas faixas etárias mais avançadas. A população do Rio Grande do Sul representava em 2010, 5,6% da população brasileira, porém, com tendência de queda nessa participação. Após um elevado crescimento populacional na década de 50, o ritmo passou a ser cada vez menor, chegando aos anos 80 com uma taxa de crescimento médio anual em torno de 1,5% a.a. Na década seguinte, esses valores foram reduzidos para 1,4% e, no ano 2000, atingiram 1,2%, com tendência de queda ainda maior, chegando a uma taxa de 0,49% a.a., o que coloca o Rio Grande do Sul como o Estado brasileiro com o menor crescimento populacional na década.

Isso se deve a diminuição da taxa de fecundidade apresentada pelo Estado, na qual a média de filhos por mulher, para 2010, estava em 1,8, valor que já se encontra abaixo da taxa de reposição populacional, que é de 2 filhos.

O declínio da taxa de fecundidade, assim como da mortalidade, e o aumento da expectativa de vida afetam diretamente a estrutura etária da população. No Rio Grande do Sul a expectativa de vida passou de 67,8 anos em 1970 para 75,9 anos nas últimas décadas.

Entre os anos de 1960 e 1970 as participações entre a população urbana e rural iniciaram um processo de inversão, acentuando-se a partir da década de 80, quando a urbanização do Estado passou de 67,5%, em 1980, para 85,1%, em 2010. Isso se deve principalmente à modernização da agricultura aliado a repartição da pequena propriedade, que forçou o êxodo rural, principalmente no Norte do Estado. Ressalva-se que existe a concentração de população urbana em algumas regiões, como nos COREDEs Vale dos Sinos e Metropolitano Delta do Jacuí, enquanto em outras como nos COREDEs Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai e Celeiro ainda há elevado percentual de população vivendo no meio rural. No Corede Médio Alto Uruguai-CODEMAU, o Censo do IBGE-2010 registrou que 45,26% da população residem no meio rural.

As projeções realizadas pela FEE para o Rio Grande do Sul demonstram que no ano de 2025 o estado atingirá 11 milhões de habitantes e começará um processo de redução da população, com projeção de 9,7 milhões de habitantes no ano de 2050.

Quando analisada por faixa etária, percebe-se que o contingente da população entre 0 e 14 anos, que já mostrou redução entre os anos de 2000 e 2010, deverá continuar em queda. Por outro lado, a quantidade de pessoas com idade entre 15 e 64 anos continuará aumentando e alcançará um contingente máximo entre 2015 e 2020 e então, iniciará um processo de redução e a população com mais de 65 anos continuará aumentando nas próximas décadas. Esse tipo de comportamento do crescimento populacional indica que estamos passando por uma transição demográfica, na qual o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e mais de 65 anos) sobre a população ativa (14 a 65 anos) ainda é menor.

Atualmente o Rio Grande do Sul está em vantagem para o desenvolvimento, considerando a população economicamente ativa, o chamado Bônus Demográfico, entretanto, é importante considerar que a população mais envelhecida, nas próximas décadas, implica inúmeros desafios à sociedade e ao poder público, principalmente nas questões relativas à saúde e à previdência (qualidade de vida).

Na Região Funcional 9, a taxa de crescimento populacional média é de 0,13% e a taxa de urbanização é de 71% e os demais 29% da população reside no meio rural.

10.2 Dinâmica demográfica no CODEMAU

Com base nos dados apresentados pelos Censos/IBGE, 2000 e 2010, constata-se que a região do Médio Alto Uruguai perdeu cerca de 5,0% de sua população no período, ou seja, de 156.107 habitantes em 2000, baixou para 148.403 habitantes em 2010. Cabe, no entanto, ressaltar que o período de maior intensidade migratória ocorreu entre os anos setenta até o final dos anos noventa.

O Quadro 2 apresenta dados sobre a população, referentes aos dois últimos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e uma projeção do próprio Instituto sobre a população em 2015.

Quadro 2: População: Total, Urbana, Rural (Censo 2000/2010), Taxa de Urbanização e estimativa populacional para 2015.

MUNICÍPIOS	2000			2010			Taxa de Urbanização 2010 (%)	Classificação*	Estimativa IBGE 2015
	População	Urbana	Rural	População	Urbana	Rural			
Alpestre	10.254	2.157	8.097	8.027	2.211	5.816	27,54	ER	7.640
Ametista do Sul	7.419	3.194	4.225	7.323	3.811	3.512	52,04	RUR	7.569
Caiçara	5.580	1.489	4.091	5.071	1.594	3.477	31,43	ER	5.104
Cristal do Sul	2.874	443	2.431	2.826	931	1.895	32,94	ER	2.917
Dois Irmãos das Missões	2.365	934	1.431	2.157	1.094	1.063	50,72	RUR	2.174
Erval Seco	9.177	3.246	5.931	7.878	3.437	4.441	43,63	RUR	7.773
Frederico Westphalen	26.716	20.394	6.322	28.843	23.333	5.510	80,9	EU	30.558
Gramado dos Loureiros	2.535	425	2.110	2.269	526	1.743	23,18	ER	2.270
Iraí	9.248	5.591	3.657	8.078	4.457	3.621	55,17	RUR	8.020
Nonoai	12.818	8.792	4.026	12.074	9.067	3.007	75,08	EU	12.295
Novo Tiradentes	2.385	564	1.821	2.277	654	1.623	28,72	ER	2.320
Palmitinho	6.942	2.577	4.365	6.920	3.393	3.527	49,03	RUR	7.170
Pinhal	2.502	977	1.525	2.513	1.290	1.223	51,29	RUR	2.609
Pinheirinho do Vale	4.185	677	3.508	4.497	915	3.582	20,32	ER	4.761
Planalto	11.413	5.752	5.661	10.524	5.932	4.592	56,37	RUR	10.678
Rio dos Índios	4.697	597	4.100	3.616	755	2.861	20,88	ER	3.418
Rodeio Bonito	5.753	3.901	1.852	5.743	4.310	1.433	75,05	EU	5.955
Seberi	11.349	5.430	5.919	10.897	5.923	4.974	54,33	RUR	11.164
Taquaruçu do Sul	2.920	928	1.992	2.966	1.164	1.802	39,19	ER	3.090
Trindade do Sul	5.849	2.132	3.717	5.787	2.899	2.888	50,1	RUR	5.961
Vicente Dutra	6.133	2.312	3.821	5.285	2.351	2.934	44,48	RUR	5.224
Vista Alegre	2.993	1.023	1.970	2.832	1.185	1.647	41,84	RUR	2.887
TOTAL CODEMAU	156.107	73.535	82.572	148.403	81.232	67.171			151.557
Percentuais		47,11%	52,89%		54,74%	45,26%	54,74%	RUR	

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 e 2010; e Estimativa do IBGE 2015– Org.: Equipe do CODEMAU

*ER: Essencialmente Rural (maioria da população no meio rural); EU: Essencialmente Urbano (maioria da população no meio urbano);

RUR: Relativamente Urbano ou Rural (proporcionalidade entre população urbana e rural).

Para esta classificação foi considerada principalmente a população por área urbana e rural. Corrobora com está classificação os valores apresentados no quadro do VAB, que demonstram que a agropecuária é a principal fonte de receita dos municípios ER, sendo mais equilibrada com os valores apresentados pela indústria e serviços nos municípios RUR e EU.

Observa-se que no período de 2000 a 2010, a maioria dos municípios do CODEMAU, num total de 18, tiveram redução na população e apenas 4 aumentaram, demonstrando que saíram 7.704 habitantes da região do CODEMAU. A projeção do IBGE para 2015 reverte esse quadro, demonstrando que 18 municípios tiveram aumento populacional e 4 municípios tiveram redução, totalizando incremento de 3.154 habitantes, o que representa 2,08%, ou seja, de uma população de 148.403, segundo o censo 2010, passou para 151.557 habitantes (dados preliminares IBGE/2015). O crescimento populacional é inferior à perda, porém deve-se considerar que o período analisado para o crescimento é de 5 anos, enquanto o período analisado para o decréscimo foi de 10 anos.

Este cenário da região do CODEMAU demonstra que a população está permanecendo na região, com participação ativa no processo produtivo, alavancando o desenvolvimento com o fortalecimento do empreendedorismo e uma visão de futuro. Isto significa que a população além de permanecer na região do Médio Alto Uruguai, está cada vez mais preocupada com a qualidade de vida e o bem-estar de todos.

Estes dados sinalizam mudanças quanto à permanência da população residindo na região, participando do processo produtivo, uma vez que a economia nestes últimos anos vem apresentando um crescimento satisfatório em todos os setores produtivos: Agropecuário, Indústria e comércio/serviços. Este quadro vem estimulando novos investimentos em atividades potenciais que vocacionam a região.

A taxa de urbanização de 54,74% é, em grande parte, devida aos índices dos municípios de Frederico Westphalen (80,9%), que é a maior cidade da região, Nonoai (75,08%) e Rodeio Bonito (75,05%). Juntos esses municípios somam 46.660 habitantes, o que representa 31,4 % da população total do COREDE. Quando analisada somente a população urbana, esses três municípios representam 45,1% do total de habitantes na área urbana, de acordo com dados do IBGE de 2010. Ainda de acordo com os mesmos dados os municípios com menor taxa de urbanização são Pinheirinho do Vale (20,32%), Rio dos Índios (20,88%) e Gramado dos Loureiros (23,18%), porém estes três municípios representam apenas 7,0% da população total do COREDE e apenas 2,7% da população urbana total. No Rio Grande do Sul, a taxa de urbanização é muito superior à taxa do CODEMAU, atingindo 85,1% em 2010.

Quando analisada de forma geral, o CODEMAU apresenta característica de urbanização que pode ser considerada como relativamente urbana, porém, 08 dos 22 municípios são essencialmente rurais e apenas 03 são essencialmente urbanos e os demais, 11 municípios, são relativamente urbanos.

Dentre os fatores que levaram à redução populacional destacam-se: o empobrecimento da agricultura familiar por falta de políticas adequadas ao setor e a falta de oportunidade de trabalho para os jovens em outros segmentos produtivos. Fatores que estimularam a migração da força de trabalho para outras regiões do Estado e do País.

A partir de 2000, o ritmo migratório começa a se estabilizar, a saída de pessoas da região comparando a anos anteriores é bem menor. Destaca-se uma redução de migração externa e um aumento na migração interna, ou seja, as pessoas deixam o interior, deslocando-se às cidades na região, um número reduzido de pessoas procuram outros centros

Quando analisados os dados referentes a homens e mulheres, constata-se que o Censo Demográfico do IBGE realizado em 2000 registrou que nos 22 municípios de abrangência do CODEMAU, 78.513 (50,29%) são homens e 77.594 (49,71%) são mulheres. Já o Censo demográfico do IBGE, realizado em 2010 registrou que do total da população, 49,98% são homens e 50,02% são mulheres, como pode ser observado no Quadro 3.

Quadro3: Aspectos Demográficos: Homens, Mulheres na Região do CODEMAU.

MUNICÍPIOS	2000					2010				
	Pop.	H	%	M	%	Pop.	H	%	M	%
Alpestre	10.254	5.242	3,4%	5.012	3,2%	8.027	4.129	2,8%	3.898	2,63%
Ametista do Sul	7.419	3.908	2,5%	3.511	2,2%	7.323	3.732	2,5%	3.591	2,42%
Caiçara	5.580	2.889	1,9%	2.691	1,7%	5.071	2.585	1,7%	2.486	1,68%
Cristal do Sul	2.874	1.509	1,0%	1.365	0,9%	2.826	1.441	1,0%	1.385	0,93%
Dois Irmãos das Missões	2.365	1.220	0,8%	1.145	0,7%	2.157	1.080	0,7%	1.077	0,73%
Erval Seco	9.177	4.675	3,0%	4.502	2,9%	7.878	3.920	2,6%	3.958	2,67%
Frederico Westphalen	26.716	13.072	8,4%	13.644	8,7%	28.843	14.132	9,5%	14.711	9,91%
Gramado dos Loureiros	2.535	1.260	0,8%	1.275	0,8%	2.269	1.151	0,8%	1.118	0,75%
Iraí	9.248	4.656	3,0%	4.592	2,9%	8.078	4.075	2,7%	4.003	2,70%
Nonoai	12.818	6.296	4,0%	6.522	4,2%	12.074	5.932	4,0%	6.142	4,14%
Novo Tiradentes	2.385	1.233	0,8%	1.152	0,7%	2.277	1.191	0,8%	1.086	0,73%
Palmitinho	6.942	3.516	2,3%	3.426	2,2%	6.920	3.494	2,4%	3.426	2,31%
Pinhal	2.502	1.239	0,8%	1.263	0,8%	2.513	1.272	0,9%	1.241	0,84%
Pinheirinho do Vale	4.185	2.108	1,4%	2.077	1,3%	4.497	2.274	1,5%	2.223	1,50%
Planalto	11.413	5.640	3,6%	5.773	3,7%	10.524	5.209	3,5%	5.315	3,58%
Rio dos Índios	4.697	2.417	1,5%	2.280	1,5%	3.616	1.860	1,3%	1.756	1,18%
Rodeio Bonito	5.753	2.888	1,9%	2.865	1,8%	5.743	2.846	1,9%	2.897	1,95%
Seberi	11.349	5.657	3,6%	5.692	3,6%	10.897	5.352	3,6%	5.545	3,74%
Taquaruçu do Sul	2.920	1.489	1,0%	1.431	0,9%	2.966	1.515	1,0%	1.451	0,98%
Trindade do Sul	5.849	2.947	1,9%	2.902	1,9%	5.787	2.884	1,9%	2.903	1,96%
Vicente Dutra	6.133	3.155	2,0%	2.978	1,9%	5.285	2.701	1,8%	2.584	1,74%
Vista Alegre	2.993	1.497	1,0%	1.496	1,0%	2.832	1.400	0,9%	1.432	0,96%
TOTAL	156.107	78.513	50,3%	77.594	49,7%	148.403	74.175	50,0%	74.228	50,02%
Percentuais		50,29%	49,71%	49,71%			49,98%		50,02%	

Fonte: IBGE – Censo 2000 e 2010 – Org.: Equipe do CODEMAU. H – Homem e M – Mulher.

Analisando a população por faixa etária nos Quadros 4 e 5, constata-se que no ano de 2000, 64,12% da população era economicamente ativa (15 a 64 anos), sendo deste percentual 32,33% homens e 31,79% mulheres. Para o ano de 2010, 68,34% da população era economicamente ativa, entre 15 e 64 anos, sendo 34,30% de homens e 34,04% de mulheres. Observa-se ainda que, como acontece com a população total, a distribuição da população economicamente ativa está igualmente distribuída nos dois períodos analisados.

As maiores variações em percentuais ocorrem na faixa etária de 0 a 14 anos, reduzindo de 28,64% em 2000 para 21,46% em 2010. A faixa etária de mais de 65 anos sofreu menor variação em termos percentuais, aumentando de 7,24% em 2000 para 10,20% em 2010.

Quadro 4: População do CODEMAU por faixa etária nos anos de 2000 e 2010.

Município	2000										2010									
	Total	0 a 14 anos			15 a 64 anos			Mais de 65 anos			Total	0 a 14 anos			15 a 64 anos			Mais de 65 anos		
		H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total		H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Alpestre	10.266	1.565	1.423	2.988	3.365	3.167	6.532	328	418	746	8.027	885	750	1.635	2.819	2.640	5.459	425	508	933
Ametista do Sul	7.414	1.261	1.138	2.399	2.459	2.170	4.629	185	201	386	7.323	909	894	1.803	2.566	2.406	4.972	257	291	548
Caçara	5.580	854	724	1.578	1.847	1.732	3.579	184	239	423	5.071	519	467	986	1.834	1.678	3.512	232	341	573
Cristal do Sul	2.874	407	380	787	986	889	1.875	117	95	212	2.826	320	299	619	963	922	1.885	158	164	322
Dois Irmãos das Missões	2.365	395	351	746	739	726	1.465	84	70	154	2.157	249	256	505	734	728	1.462	97	93	190
Enval Seco	9.177	1.415	1.296	2.711	2.917	2.826	5.743	333	390	723	7.878	949	880	1.829	2.581	2.610	5.191	390	468	858
Frederico Westphalen	26.759	3.719	3.583	7.302	8.655	9.103	17.758	715	984	1.699	28.843	2.961	2.829	5.790	10.086	10.454	20.540	1.081	1.432	2.513
Gramado dos Loureiros	2.543	377	422	799	801	763	1.564	77	103	180	2.269	276	258	534	770	730	1.500	105	130	235
Iraí	9.250	1.282	1.172	2.454	3.062	3.001	6.063	316	417	733	8.078	880	834	1.714	2.736	2.671	5.407	459	498	957
Nonoai	12.822	2.021	2.011	4.032	3.827	4.029	7.856	455	479	934	12.074	1.436	1.421	2.857	3.928	4.035	7.963	568	686	1.254
Novo Tiradentes	2.412	357	309	666	793	755	1.548	90	108	198	2.277	259	212	471	813	724	1.537	119	150	269
Palmitinho	6.943	1.018	997	2.015	2.299	2.216	4.515	187	226	413	6.920	736	652	1.388	2.445	2.414	4.859	313	360	673
Pinhal	2.503	346	362	708	800	803	1.603	95	97	192	2.513	276	224	500	880	876	1.756	118	139	257
Pinheirinho do Vale	4.184	661	603	1.264	1.331	1.313	2.644	122	154	276	4.497	509	494	1.003	1.584	1.521	3.105	184	205	389
Planalto	11.302	1.594	1.628	3.222	3.575	3.616	7.191	404	485	889	10.524	1.144	1.117	2.261	3.535	3.583	7.118	530	615	1.145
Rio dos Índios	4.702	702	703	1.405	1.525	1.415	2.940	189	168	357	3.616	392	348	740	1.228	1.188	2.416	240	220	460
Rodeio Bonito	5.751	795	747	1.542	1.892	1.910	3.802	183	224	407	5.743	597	566	1.163	2.000	2.019	4.019	249	312	561
Seberi	11.349	1.584	1.506	3.090	3.669	3.668	7.337	403	519	922	10.897	1.142	1.170	2.312	3.665	3.719	7.384	542	659	1.201
Taquaruçu do Sul	2.921	394	353	747	989	955	1.944	100	130	230	2.966	292	275	567	1.057	988	2.045	168	186	354
Trindade do Sul	7.497	976	1.007	1.983	2.530	2.311	4.841	307	366	673	5.787	686	646	1.332	1.925	1.925	3.850	273	332	605
Vicente Dutra	6.128	990	926	1.916	1.931	1.810	3.741	223	248	471	5.285	679	586	1.265	1.767	1.712	3.479	255	286	541
Vista Alegre	2.996	412	406	818	1.004	967	1.971	89	118	207	2.832	294	284	578	988	974	1.962	118	174	292
TOTAL	157.738	23.125	22.047	45.172	50.996	50.145	101.141	5.186	6.239	11.425	148.403	16.390	15.462	31.852	50.904	50.517	101.421	6.881	8.249	15.130
Percentuais		14,66%	13,98%	28,64%	32,33%	31,79%	64,12%	3,29%	3,96%	7,24%		11,04%	10,42%	21,46%	34,30%	34,04%	68,34%	4,64%	5,56%	10,20%

Fonte: FEE 2016. Organização: Equipe do CODEMAU.H –Homem e M – Mulher.

Destaca-se que o maior percentual de população economicamente ativa no ano de 2010 aparece nos municípios de Frederico Westphalen (71,2%) e Palmitinho (70,2%). Apenas três municípios ficam na casa dos 65% ou superior, sendo este os menores percentuais apresentados, como pode ser observado no Quadro 5.

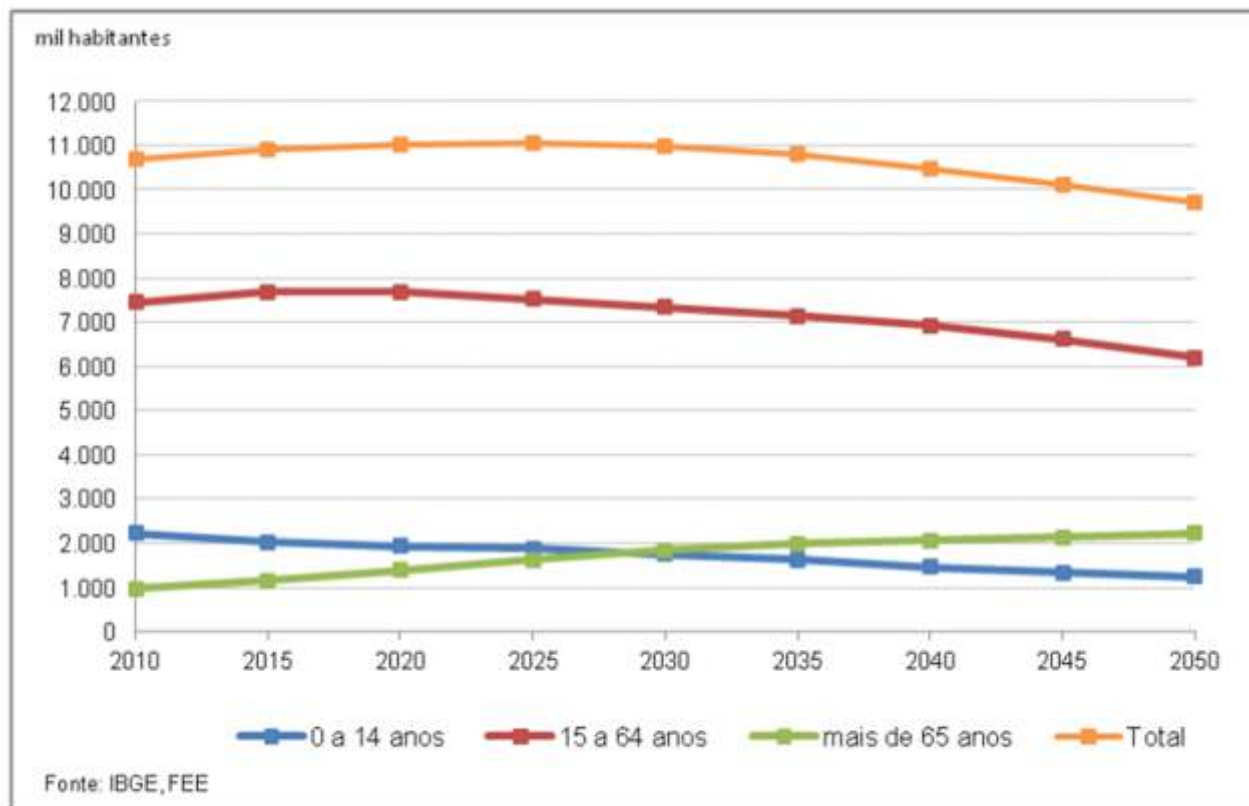
Quadro 5: População do CODEMAU economicamente ativa nos anos de 2000 e 2010.

Municípios	2000			2010		
	TOTAL	Econ. Ativa	%	TOTAL	Econ. Ativa	%
Alpestre	10.266	6.532	63,63%	8.027	5.459	68,01%
Ametista do Sul	7.414	4.629	62,44%	7.323	4.972	67,90%
Caiçara	5.580	3.579	64,14%	5.071	3.512	69,26%
Cristal do Sul	2.874	1.875	65,24%	2.826	1.885	66,70%
Dois Irmãos das Missões	2.365	1.465	61,95%	2.157	1.462	67,78%
Ervál Seco	9.177	5.743	62,58%	7.878	5.191	65,89%
Frederico Westphalen	26.759	17.758	66,36%	28.843	20.540	71,21%
Gramado dos Loureiros	2.543	1.564	61,50%	2.269	1.500	66,11%
Iraí	9.250	6.063	65,55%	8.078	5.407	66,93%
Nonoai	12.822	7.856	61,27%	12.074	7.963	65,95%
Novo Tiradentes	2.412	1.548	64,18%	2.277	1.537	67,50%
Palmitinho	6.943	4.515	65,03%	6.920	4.859	70,22%
Pinhal	2.503	1.603	64,04%	2.513	1.756	69,88%
Pinheirinho do Vale	4.184	2.644	63,19%	4.497	3.105	69,05%
Planalto	11.302	7.191	63,63%	10.524	7.118	67,64%
Rio dos Índios	4.702	2.940	62,53%	3.616	2.416	66,81%
Rodeio Bonito	5.751	3.802	66,11%	5.743	4.019	69,98%
Seberi	11.349	7.337	64,65%	10.897	7.384	67,76%
Taquaruçu do Sul	2.921	1.944	66,55%	2.966	2.045	68,95%
Trindade do Sul	7.497	4.841	64,57%	5.787	3.850	66,53%
Vicente Dutra	6.128	3.741	61,05%	5.285	3.479	65,83%
Vista Alegre	2.996	1.971	65,79%	2.832	1.962	69,28%
TOTAL	157.738	101.141	64,12%	148.403	101.421	68,34%

Fonte: FEE 2016. Organização: Equipe do CODEMAU.

Em termos gerais, a região está caminhando em consonância com o diagnóstico realizado no Plano Plurianual 2016-2019: Cadernos de regionalização: Região Funcional 9, 2015, o qual destaca que a população entre 0 e 14 anos tende a reduzir e a população com mais de 65 anos tende a aumentar, enquanto que a população entre 15 e 64 anos também está aumentando e alcançará um contingente máximo entre 2015 e 2020, como mostra a Figura 12.

Figura 12: População do RS, por grupo de idade 2015 a 2050 (em mil habitantes).



Fonte: Plano Plurianual 2016-2019: Cadernos de regionalização: Região Funcional 9, 2015.

Pelos indicativos analisados, a região do CODEMAU encontra-se em um momento propício para o crescimento, contudo, é necessário um planejamento a longo prazo, pois está acontecendo uma transição demográfica, chegando ao ápice da população economicamente ativa, confirmando que a população da região começará a se tornar mais velha nas próximas décadas. O Quadro 6 apresenta a densidade demográfica do CODEMAU.

A densidade demográfica que é expressa pela relação entre a área geográfica dos municípios e a população residente, totaliza no CODEMAU 35,33 habitantes por Km², ficando abaixo da densidade demográfica do Rio Grande do Sul que é de 38,1 habitantes por Km².

Ressalta-se que em alguns municípios essa relação extrapola em muito ao registrado no Estado. Em Frederico Westphalen a densidade fica em 108,84 habitantes e ainda Ametista do Sul e Rodeio Bonito e tem densidade acima de 65 habitantes por Km². Por outro lado, 11 municípios apresentam densidade demográfica inferior ao registrado no Estado e três municípios apresentam índices inferiores a 50% da média do Estado, com destaque para o município de Dois Irmãos das Missões com apenas 9,56 habitantes por Km².

Quadro6: Densidade Demográfica dos municípios do CODEMAU.

Município	Área Km ²	População em 2010	Densidade demográfica Habitante/Km ²
Alpestre	324,6	8.027	24,73
Ametista do Sul	93,5	7.323	78,32
Caçara	189,2	5.071	26,80
Cristal do Sul	97,7	2.826	28,93
Dois Irmãos das Missões	225,7	2.157	9,56
Erval Seco	363,9	7.878	21,65
Frederico Westphalen	265	28.843	108,84
Gramado dos Loureiros	131,4	2.269	17,27
Iraí	181	8.078	44,63
Nonoai	468,9	12.074	25,75
Novo Tiradentes	75,4	2.277	30,20
Palmitinho	144	6.920	48,06
Pinhal	68,2	2.513	36,85
Pinheirinho do Vale	105,6	4.497	42,59
Planalto	230,4	10.524	45,68
Rio dos Índios	235,3	3.616	15,37
Rodeio Bonito	83,2	5.743	69,03
Seberi	301,4	10.897	36,15
Taquaruçu do Sul	76,8	2.966	38,62
Trindade do Sul	268,4	5.787	21,56
Vicente Dutra	193,1	5.285	27,37
Vista Alegre	77,5	2.832	36,54
CODEMAU	4.200,2	148.403	35,33
Estado	281.748,5	10.695.532	38,10

Fonte: FEE/2016 e IBGE-Censo 2010. Organização: Equipe do CODEMAU

O Rio Grande do Sul é o Estado Brasileiro que apresenta a menor taxa anual de crescimento populacional, com aproximadamente 5,0% na última década, contra 12,3% do Brasil. De acordo com o Perfil Socioeconômico do COREDE Médio Alto Uruguai, o CODEMAU, com crescimento de 0,51% ao ano é a terceira menor taxa de crescimento populacional do Estado no período de 2000-2010, mesmo assim este índice é superior aos 0,72% registrados no período de 1991-2000.

As maiores perdas populacionais apresentam-se na área rural, acontecendo em 21 dos 22 municípios do Corede. No CODEMAU, o saldo migratório no período de 2005-2010 foi negativo, na ordem de 8.903 habitantes. No entanto, relacionando o Censo do IBGE de 2010 com a projeção populacional de 2015, este saldo torna-se positivo de 3.154 habitantes, demonstrando crescimento populacional no Corede nos últimos anos na faixa de 2,08%, o que significa um estancamento no processo migratório.

11 DIMENSÃO AMBIENTAL

11.1 Estrutura organizativa do meio ambiente

As questões ambientais são importantes para o desenvolvimento regional e apontam quais as ações para diminuir o impacto das atividades produtivas e humanas.

11.1.1 Estrutura municipal de meio ambiente

Os municípios do CODEMAU, em sua maioria, têm uma estrutura organizada no que se refere ao meio ambiente, sendo que 13 municípios têm Secretaria Municipal do Meio Ambiente e 18 municípios tem um departamento específico do setor. No cruzamento de informações, observa-se no Quadro 7, que todos os municípios têm alguma forma de atendimento de questões ambientais, seja por secretaria e departamento específico, apenas por secretaria ou apenas por departamento.

O número de funcionários que atua diretamente nas questões ambientais atende as necessidades, porém poderia ser ampliado, pois em alguns municípios há apenas um funcionário que atua no setor e deveria haver pelo menos um agente licenciador e um fiscal, podendo ainda existir a função de analista ambiental.

Quadro 7: Estruturas municipais de serviço de meio ambiente.

MUNICÍPIOS	Existe no Município		Nº de pessoas envolvidas		
	Sec. Meio Ambiente	Dpto. Meio Ambiente	Funcionários Meio Ambiente	Fiscais	Agente Licenciador
Alpestre	X	X	3	1	2
Ametista do Sul		X	1	1	1
Caiçara		X	2	1	1
Cristal do Sul	X		1	1	1
Dois Irmãos das Missões	X		2	1	1
Erval Seco	X	X	2	1	1
Frederico Westphalen	X	X	5	2	3
Gramado dos Loureiros		X	1	1	1
Iraí	X	X	2		1
Nonoai	X	X	2	1	1
Novo Tiradentes	X	X	2	1	1
Palmitinho	X	X	2	1	1
Pinhal		X	1	1	1
Pinheirinho do Vale	X		2	1	1
Planalto		X	1		1
Rio dos Índios		X	2	1	1
Rodeio Bonito	X		2	1	1
Seberi		X	2	1	1
Taquaruçu do Sul	X	X	2	1	1
Trindade do Sul	X	X	2		1
Vicente Dutra		X	1	1	1
Vista Alegre		X	1	1	1
CODEMAU	13	18	41	20	25

Fonte: Prefeituras Municipais/COMUDES Organização: Equipe do CODEMAU.

11.1.2 Comitê de gerenciamento de bacia Hidrográfica

A Bacia Hidrográfica do Rio da Várzea é uma das 11 Bacias Hidrográficas da Região Hidrográfica do Uruguai, identificada como U100. Abrange a Província Geomorfológica Planalto Meridional. Possui área de 9.463,46 Km², com população estimada em 323.924 habitantes, distribuídas em 55 municípios. Os principais rios são: Rio da Várzea, Rio do Mel, Rio Fortaleza e Rio Guarita. Ainda existem diversos lajeados que são contribuintes dos rios principais. Os principais usos da água na bacia se destinam a irrigação, a dessedentação animal, ao abastecimento humano e a geração de energia elétrica.

A maioria dos municípios do CODEMAU estão na área geográfica da Bacia Hidrográfica do Rio da Várzea, sendo eles: Alpestre, Ametista do Sul, Caiçara, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Erval Seco, Frederico Westphalen, Iraí, Novo Tiradentes, Palmitinho, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rodeio Bonito, Seberi, Taquaruçu do Sul, Vicente Dutra,

Vista Alegre, totalizando 18 municípios. Os outros 04 municípios, Gramado dos Loureiros, Nonoai, Rio dos Índios e Trindade do Sul pertencem a Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo, identificada como U020.

Compete ao Comitê de Bacia Hidrográfica a coordenação das atividades dos agentes públicos e privados relacionadas aos usos das águas, de acordo com as metas do Plano Estadual de Recursos Hídricos, visando a melhoria crescente da qualidade dos mananciais hídricos nesta Região e no Estado do Rio Grande do Sul.

11.1.3 Licenciamento ambiental e florestal

O licenciamento é um dos instrumentos de gestão ambiental estabelecidos pela Lei Federal nº 6938/81, também conhecida como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. O Código Estadual de Meio Ambiente - Lei Estadual nº 11.520, de 03 de agosto de 2000, estabelece em seu artigo 69 que "cabem aos municípios o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades consideradas como de impacto local. Também, aquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou Convênio". A Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011, estabeleceu que é competência dos municípios o licenciamento das atividades de impacto local.

O serviço licenciamento ambiental está implantado nos 22 municípios do CODEMAU, conforme a legislação estabelece, tendo a incumbência de realizar o licenciamento ambiental no âmbito de seu território de várias atividades econômicas, dentro dos limites estabelecido pela Legislação. A municipalização permite agilizar os processos de legalização ambiental dos empreendimentos locais, tanto urbanos quanto rurais.

Destaca-se que os municípios contam com profissionais habilitados na área, destinados ao licenciamento, no entanto necessitam de mais capacitações e desenvolvimento de parâmetros municipais para regulamentação de atividades econômicas, cobrança e desenvolvimento de formulários próprios para o processo de licenciamento, pois muitos municípios utilizam *checklist* e formulários da FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) o que não permite a obtenção dos benefícios que o licenciamento ambiental local pode representar. Este quadro demonstra a necessidade urgente de ações que venham qualificar os serviços municipais de Licenciamento ambiental desta Região, com apoio de instituições afins, como SEMA, FEPAM, FAMURS, CODEMAU, Prefeituras e outros.

O licenciamento florestal é um instrumento da política florestal do Estado, compreendendo serviços prestados pelo órgão ambiental estadual ou municipal competente, visando regularidade e fiscalização dos diferentes tipos de manejos de espécies florestais nativas e devidas compensações florestais, conforme legislação vigente. O Alvará de Licenciamento Florestal e a Autorização Florestal pode ser emitido pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas DEFAP/SEMA ou no próprio município, se este estiver qualificado para a gestão ambiental de impacto local, através de convênio específico. Na Região do CODEMAU, 12 municípios estão habilitados para este serviço, os demais devem solicitar junto aos Balcões de Licenciamento Ambiental Unificados que, para a região esta solicitação deve ser realizada em Passo Fundo.

11.1.4 Problemas e potencialidades ambientais relevantes

De acordo com a FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental, os principais problemas ambientais que ocorrem na Região Hidrográfica do Uruguai e, conseqüentemente, nos municípios do CODEMAU são:

- Descarga de esgotos sem tratamento nos corpos hídricos;
- Grandes cargas de efluentes de dejetos de aves, suínos e de efluentes industriais sem tratamento;
- Atividade agrícola sem utilização de práticas de conservação dos solos;
- Uso indiscriminado de agrotóxicos;
- Graves processos erosivos, assoreamento dos mananciais hídricos e contaminação por agrotóxicos;
- Perfuração de poços profundos, sem pesquisa, sem licenciamento e sem a avaliação do potencial dos aquíferos;
- Desmatamento intenso, principalmente em florestas ribeirinhas;
- Problemas relacionados com a mineração.

Fonte: <http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/uruguai.asp>

Por outro lado, a região do CODEMAU apresenta grande potencial hídrico, sendo propícia para geração de energia hidrelétrica. Destaca-se a geração de energia elétrica, existe um grande empreendimento, a Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, além de diversas PCHs, Pequenas Centrais Hidrelétricas. Outro potencial ligado à hidrografia é o potencial turístico que a água apresenta, porém é ainda pouco explorado na região.

A região mantém remanescentes de Mata Atlântica, que mesmo fragmentada abriga diversidade de aves, mamíferos de pequeno e médio porte, répteis e anfíbios. Em meio a estes remanescentes encontram-se diversas cascatas, que podem ser exploradas como potenciais turísticos.

12 DIMENSÃO SOCIAL

12.1 Saúde

A Região do CODEMAU está geograficamente distante dos grandes centros e conseqüentemente longe de várias especialidades da área da saúde. A maioria dos municípios pertencem à 19ª CRS - Coordenadoria Regional de Saúde e somente quatro municípios pertencem a outras coordenadorias. Os municípios de Nonoai e Rio dos Índios pertencem a 11ª CRS de Erechim os municípios de Gramado dos Loureiros e Trindade do Sul pertencem a 15ª CRS de Palmeira das Missões.

Os maiores centros de saúde próximos a região são Passo Fundo, Erechim e Ijuí e estão distantes cerca de 200 quilômetros da maioria dos municípios do CODEMAU. Estes centros recebem a maioria dos casos de alta complexidade da região e também casos em que não há profissionais da especialidade na região.

No CODEMAU existem três centros regionais que estão se projetando na área da saúde, localizados nos municípios de Frederico Westphalen, Nonoai e Rodeio Bonito. Da mesma forma vem aumentando a quantidade de centros de exames e laboratórios mais complexos, que antes não existiam na região. O Quadro 8 Apresenta os hospitais da região do CODEMAU e o número de leitos.

Quadro 8: Hospitais e número de leitos dos municípios do CODEMAU.

MUNICÍPIO	Hospitais				Número de leitos			
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Alpestre	1	1	1	1	27	27	27	27
Ametista do Sul	1	1	1	1	28	28	28	28
Caiçara	1	1	1	1	50	50	50	50
Cristal do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-
Dois Irmãos das Missões	-	-	-	-	-	-	-	-
Erval Seco	-	-	-	-	31	31	31	22
Frederico Westphalen	1	1	1	1	79	108	114	114
Gramado dos Loureiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Iraí	1	1	1	1	64	64	64	64
Nonoai	1	1	1	1	94	94	94	94
Novo Tiradentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Palmitinho	1	1	1	1	59	59	59	59
Pinhal	-	-	-	-	-	-	-	-
Pinheirinho do Vale	-	-	-	-	-	-	-	-
Planalto	1	1	1	1	51	51	51	51
Rio dos Índios	-	-	-	-	-	-	-	-
Rodeio Bonito	1	1	1	1	59	59	59	59
Seberi	1	1	1	1	50	50	50	50
Taquaruçu do Sul	-	-	-	-	16	16	16	16
Trindade do Sul	1	1	1	1	36	36	36	36
Vicente Dutra	1	1	1	1	27	27	27	27
Vista Alegre	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12	12	12	12	671	700	706	697

Fonte: Prefeituras Municipais/COMUDES Organização: Equipe do CODEMAU.

O número de hospitais manteve-se sem alterações no período, sendo que 12 dos 22 municípios do CODEMAU tem hospitais e os municípios que não tem utilizam-se da estrutura desses. O número de leitos também mantém-se estável no período, totalizando em torno de 700. Três hospitais têm referência regional, nos municípios de Frederico Westphalen, Nonoai e Rodeio Bonito.

Quadro 9: Unidade Básica de Saúde e de pronto atendimento.

MUNICÍPIO	Unidade Básica de saúde			
	2012	2013	2014	2015
Alpestre	-	4	4	4
Ametista do Sul	1	1	1	1
Caiçara	4	4	4	4
Cristal do Sul	1	1	1	1
Dois Irmãos das Missões	1	1	1	1
Erval Seco	1	1	1	1
Frederico Westphalen	7	7	7	7
Gramado dos Loureiros	-	-	-	2
Iraí	1	1	1	1
Nonoai	2	2	3	3
Novo Tiradentes	1	1	1	1
Palmitinho	1	1	1	3
Pinhal	1	1	1	1
Pinheirinho do Vale	2	2	2	2
Planalto	4	4	4	4
Rio dos Índios	1	1	1	1
Rodeio Bonito	2	2	2	2
Seberi	3	3	3	3
Taquaruçu do Sul	2	2	2	2
Trindade do Sul	3	3	3	3
Vicente Dutra	2	2	2	2
Vista Alegre	1	1	1	1
TOTAL	41	45	46	50

Fonte: Prefeituras Municipais/COMUDES Organização: Equipe do CODEMAU.

Dos 22 municípios do CODEMAU, nove tem apenas uma UBS - Unidade Básica de Saúde e os demais municípios tem mais de uma unidade. Frederico Westphalen que é o maior município em população tem 07 (sete) unidades e os demais variam de duas até quatro unidades. Observa-se que nenhum município tem UPA - Pronto Atendimento em funcionamento. O município de Frederico Westphalen tem uma UPA em fase de implantação, porém faz alguns anos que o processo está em andamento e não se tem definições de quando entrará em funcionamento.

Quadro 10: Número de profissionais da área da saúde.

Número de Profissionais	Médicos				Enfermeiros				Psicólogos			
	Município	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014
Alpestre	-	2	5	9	-	7	7	7	-	1	1	2
Ametista do Sul	2	5	3	4	3	4	4	4	2	3	4	4
Caiçara	3	3	3	3	4	4	5	5	1	1	2	2
Cristal do Sul	1	2	2	2	2	3	3	2	1	2	2	1
Dois Irmãos das Missões	1	1	2	2	3	2	2	2	1	1	1	1
Erval Seco	3	3	4	4	3	3	4	4	1	1	1	1
Frederico Westphalen	13	13	15	13	13	14	14	16	4	5	6	7
Gramado dos Loureiros	-	-	-	2	-	-	-	2	-	-	-	1
Iraí	4	4	4	4	2	2	2	2	1	1	1	1
Nonoai	17	18	20	20	7	9	11	14	1	1	2	1
Novo Tiradentes	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2
Palmitinho	2	4	4	4	2	2	2	3	1	3	4	4
Pinhal	1	1	1	1	2	2	2	2	1	2	2	2
Pinheirinho do Vale	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1
Planalto	1	6	6	6	5	5	5	5	2	2	2	2
Rio dos Índios	4	4	5	5	2	2	1	1	1	1	1	1
Rodeio Bonito	2	2	3	3	3	3	5	5	2	2	2	2
Seberi	7	9	9	10	4	4	4	4	1	1	2	2
Taquaraçu do Sul	3	3	4	5	3	3	3	3	2	2	2	2
Trindade do Sul	3	3	4	4	4	4	5	5	2	2	3	4
Vicente Dutra	2	3	4	4	2	2	2	2	1	2	2	2
Vista Alegre	4	4	4	4	2	2	2	2	1	1	1	2
TOTAL	76	93	105	112	69	80	86	93	29	37	44	47

Fonte: Prefeituras Municipais/COMUDES Organização: Equipe do CODEMAU.

O número de profissionais que atuam na área da saúde está aumentando, considerando o período analisado. Em média havia 5 médicos por município em 2015, número aproximadamente 32% maior que 2012. Em proporção menor, o número de enfermeiros também aumentou, assim como o número de psicólogos.

O número de consultas realizadas nos municípios da região evidencia que o aumento do número de profissionais atuando na saúde melhora o atendimento local. Observa-se que em relação a 2012, o número de consultas realizadas aumentou no período analisado.

Quadro 11: Número de consultas Realizadas.

MUNICÍPIO	Número de consultas Realizadas			
	2012	2013	2014	2015
Alpestre	12.894	19.592	22.624	17.596
Ametista do Sul	2.772	4.196	4.377	7.083
Caiçara	7.388	6.519	7.151	5.896
Cristal do Sul	-	5.299	4.157	4000
Dois Irmãos das Missões	5.461	5.857	7.356	4.884
Erval Seco	13.690	11.033	20.001	21.502
Frederico Westphalen	18.490	33.643	32.826	33.377
Gramado dos Loureiros	2.926	2.853	3.302	3.255
Iraí	-	-	-	8.028
Nonoai	10.965	9.879	10.546	9.599
Novo Tiradentes	3.824	2.739	2.889	2.695
Palmitinho	11.287	13.463	11.446	11.162
Pinhal	4.167	4.200	5.329	4.971
Pinheirinho do Vale	6.135	6.547	6.711	6.934
Planalto	10.104	15.357	8.634	17.615
Rio dos Índios	5.000	6.000	7.500	8.000
Rodeio Bonito	7.461	9.561	13.166	12.972
Seberi	6.476	11.608	11.656	6.534
Taquaruçu do Sul	2.603	6.314	6.576	4.391
Trindade do Sul	12.757	12.513	15.417	6.031
Vicente Dutra	9.713	12.523	13.839	10.092
Vista Alegre	6.647	7.962	7.968	7.566
TOTAL	160.760	207.658	223.471	214.183

Fonte: Prefeituras Municipais/COMUDES Organização: Equipe do CODEMAU.

Quadro 12: Unidades de Programa Saúde da Família.

MUNICÍPIO	Unidades de PSF							
	Urbana				Rural			
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Alpestre	-	3	3	3	-	1	1	1
Ametista do Sul	2	2	2	2	1	1	1	1
Caiçara	1	1	1	1	1	1	1	1
Cristal do Sul	1	1	1	1	-	-	-	-
Dois Irmãos das Missões	1	1	1	1	-	-	-	-
Erval Seco	1	1	1	1	1	1	2	2
Frederico Westphalen	4	4	5	5	-	-	-	-
Gramado dos Loureiros	-	-	-	1	-	-	-	1
Iraí	3	3	3	3	1	1	1	1
Nonoai	1	1	1	1	1	1	1	1
Novo Tiradentes	1	1	1	1	-	-	-	-
Palmitinho	1	1	1	2	1	1	1	1
Pinhal	1	1	1	1	-	-	-	-
Pinheirinho do Vale	-	-	-	-	-	-	-	-
Planalto	1	2	2	2	1	2	2	2
Rio dos Índios	1	1	1	1	0	0	0	0
Rodeio Bonito	2	2	2	2	-	-	1	1
Seberi	3	3	3	3	1	1	1	1
Taquaruçu do Sul	1	1	1	1	-	-	-	-
Trindade do Sul	2	2	2	2	1	1	1	1
Vicente Dutra	1	1	1	1	1	1	1	1
Vista Alegre	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL	29	33	34	36	11	13	15	16

Fonte: Prefeituras Municipais/COMUDES Organização: Equipe do CODEMAU.

Observa-se que o número de PSF – Programa Saúde da Família aumentou no período analisado, tanto na área urbana quanto na área rural. No entanto, constata-se que alguns municípios não têm PSF na área rural e que apenas um município não tem PSF na área urbana.

O aumento de unidades de atendimento e de profissionais de saúde na região reflete diretamente na longevidade da população e na expectativa de vida, que teve um aumento significativo, considerando os censos de 1991, 2000 e 2010 todos realizados pelo IBGE, como pode ser visualizado no quadro 13.

Ressalta-se que os números apresentados não contabilizam os profissionais que trabalham de forma privada.

Quadro 13: Expectativa de vida ao nascer.

MUNICÍPIOS	Expectativa de Vida ao Nascer (em anos)		
	1991	2000	2010
Alpestre	66	67	73
Ametista do Sul	67	72	74
Caiçara	69	75	74
Cristal do Sul	66	67	75
Dois Irmãos das Missões	64	67	73
Erval Seco	68	73	74
Frederico Westphalen	70	76	76
Gramado dos Loureiros	64	67	75
Iraí	67	72	74
Nonoai	67	67	75
Novo Tiradentes	67	73	73
Palmitinho	67	71	75
Pinhal	68	73	76
Pinheirinho do Vale	68	72	75
Planalto	67	67	73
Rio dos Índios	67	67	73
Rodeio Bonito	70	76	76
Seberi	69	71	77
Taquaruçu do Sul	69	72	75
Trindade do Sul	69	72	72
Vicente Dutra	67	71	74
Vista Alegre	67	72	76
CODEMAU	67	71	74
Rio Grande do Sul	69	72	75

Fonte: FEE/2016 e IBGE-Censo 2010. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

A expectativa de vida média da população do CODEMAU passou de 67 anos em 1991 para 74 anos em 2010, sendo que em 1991, apenas em dois municípios a expectativa de vida atingia 70 anos e em 2010 todos superaram os 70 anos, alguns chegando a atingir 77 anos.

O coeficiente de mortalidade infantil na região do CODEMAU acompanha os índices apresentados no estado, de acordo com série histórica disponibilizada pela FEE Dados, ficando em 15,45 em 2013, sendo que no Estado ficou em 15,33 no mesmo ano, como mostra o Quadro 14.

O Quadro 14 ainda demonstra que alguns municípios ficam abaixo da média estadual, com índices inferiores a 10 mortes para cada 1.000 nascidos vivos. Porém, em três municípios os índices superaram 20 mortes, mesmo havendo anos em que não ocorreram mortes.

Quadro 14: Coeficiente de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).

MUNICÍPIOS	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Média
Alpestre	7,52	9,52	5,95	10,75	9,90	10,58	11,49	40,70	25,64	9,43	9,26	0,00	0,00	8,47	19,23	25,64	0,00	12,20	12,50	0,00	0,00	16,39	11,15
Ametista do Sul	*	31,01	14,18	5,75	5,62	6,37	10,53	0,00	11,30	20,41	15,87	22,73	5,71	13,51	6,54	10,87	55,56	12,82	14,29	28,17	12,82	0,00	14,48
Caçara	28,57	35,40	18,52	10,53	20,20	19,05	39,47	33,33	0,00	39,47	34,88	51,72	31,25	32,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27,78	0,00	26,32	20,42
Cristal do Sul	*	*	*	*	*	60,00	0,00	0,00	16,95	0,00	0,00	0,00	0,00	21,74	0,00	0,00	25,00	0,00	29,41	0,00	30,30	37,04	12,97
Dois Irmãos das Missões	*	*	50,00	-	0,00	51,28	200,00	0,00	21,28	0,00	0,00	0,00	96,77	0,00	25,64	0,00	62,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26,71
Erval Seco	4,02	18,02	36,59	4,57	15,63	16,48	21,51	48,91	5,52	26,67	17,54	16,53	23,08	0,00	0,00	10,53	0,00	37,50	0,00	0,00	12,50	0,00	14,34
Frederico Westphalen	21,28	32,56	28,33	29,36	19,93	21,83	12,85	22,22	8,49	10,75	22,28	20,59	14,04	16,71	15,83	6,67	6,17	9,68	8,98	14,53	15,11	18,18	17,11
Gramado dos Loureiros	*	*	26,32	*	0,00	22,22	58,82	0,00	0,00	0,00	0,00	29,41	0,00	34,48	30,30	0,00	0,00	0,00	0,00	34,48	0,00	40,00	14,53
Iraí	12,66	11,95	9,57	13,57	10,93	0,00	22,47	19,74	12,12	12,05	13,61	22,22	8,70	18,69	9,01	0,00	0,00	28,57	0,00	20,62	11,36	20,20	12,64
Nonoai	18,60	8,13	12,58	23,46	16,95	13,03	21,41	6,90	5,88	18,52	43,48	4,83	16,13	40,23	27,97	37,04	31,25	11,90	6,80	0,00	12,74	6,67	17,48
Novo Tiradentes	*	*	25,64	41,67	22,73	0,00	0,00	28,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,57	38,46	0,00	0,00	37,04	0,00	76,92	0,00	0,00	14,98
Palmitinho	21,10	24,88	33,33	13,70	18,07	23,08	20,27	17,54	12,42	9,26	25,64	0,00	20,83	13,33	0,00	12,82	0,00	0,00	27,40	0,00	14,08	10,75	14,48
Pinhal	*	16,39	16,13	*	0,00	11,11	0,00	0,00	13,33	11,90	0,00	0,00	0,00	37,04	0,00	0,00	32,26	33,33	0,00	0,00	0,00	26,32	9,89
Pinheirinho do Vale	*	*	*	*	14,08	36,36	41,10	11,76	15,87	16,13	33,33	0,00	0,00	19,61	0,00	52,63	16,39	0,00	20,00	0,00	0,00	25,00	16,79
Planalto	8,17	19,11	19,23	9,74	26,62	14,02	12,99	4,46	18,05	17,44	22,10	29,41	26,14	27,97	15,27	24,59	18,35	10,42	7,25	15,27	0,00	0,00	15,75
Rio dos Índios	*	*	*	*	25,00	25,00	13,33	15,38	11,49	0,00	40,00	20,41	18,87	22,73	20,00	0,00	20,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,92
Rodeio Bonito	11,56	24,75	20,83	6,80	5,95	11,36	0,00	0,00	9,26	18,35	0,00	38,46	27,03	10,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,63	0,00	9,14
Seberí	5,19	15,63	17,86	26,02	19,69	16,26	13,45	17,14	4,85	27,40	28,41	8,33	13,25	14,08	0,00	23,44	23,26	14,60	7,41	34,01	20,83	0,00	15,96
Tequaruçu do Sul	*	*	44,44	57,69	19,61	0,00	0,00	29,41	27,03	22,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38,46	0,00	31,25	0,00	29,41	29,41	16,45
Trindade do Sul	*	8,47	*	*	9,09	17,39	9,01	7,58	9,43	0,00	21,05	26,67	11,11	0,00	21,74	13,89	0,00	15,63	0,00	14,08	0,00	0,00	9,74
Vicente Dutra	18,35	5,62	16,26	31,25	23,08	24,79	18,02	44,78	16,95	15,87	20,00	32,61	31,25	30,61	32,26	12,82	41,10	52,63	13,33	31,25	0,00	20,00	24,22
Vista Alegre	23,26	12,82	44,44	22,22	0,00	0,00	21,28	0,00	19,23	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,71	0,00	30,30	0,00	0,00	0,00	0,00	43,48	13,31
MÉDIA CODEMAU	15,02	18,28	24,46	20,47	13,48	18,19	24,91	15,84	12,05	14,36	15,79	14,72	15,64	17,80	13,54	10,50	18,23	12,56	8,12	13,51	7,94	14,53	15,45
Rio Grande do Sul	19,33	19,27	19,25	18,81	18,28	15,90	17,30	15,10	15,14	15,75	15,64	15,97	15,16	13,68	13,13	12,75	12,76	11,54	11,20	*	*	10,57	15,33

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

* Dado não disponível na FEEDados.

12.2 Educação e cultura

A educação é um indicador importante no desenvolvimento econômico, social e cultural de uma região. A região do CODEMAU apresenta-se bem desenvolvida neste quesito, apesar de ainda ter que evoluir, pois apresenta alguns índices inferiores aos do estado.

12.2.1 Educação

O Quadro 15 apresenta o número de escolas de educação infantil, especial, fundamental, médio e educação de jovens e adultos nos anos de 2011 a 2015. Pode-se observar que em 2011 haviam 388 escolas nos cinco níveis de ensino e que em 2015 esse número reduziu para 381 escolas. A maior redução aconteceu no ensino fundamental totalizando 13 escolas a menos de 2011 a 2015. Em contrapartida a educação infantil teve um incremento de sete escolas.

Dos 22 municípios do CODEMAU, 18 tem escolas de EJA – Educação de Jovens e Adultos, demonstrando aumento do número de estabelecimentos nos últimos três anos. Por outro lado, as escolas de ensino especial reduziram nos últimos anos. Nos últimos cinco anos somente o município de Frederico Westphalen teve aumento de estabelecimento de ensino de nível médio, mas o Quadro 15 demonstra que todos os municípios têm ao menos uma escola neste nível, porém apenas dois municípios têm mais que uma, destacando-se o município de Frederico Westphalen que tem sete ao todo.

Outro dado importante é que a região é sede de 05 (cinco) Câmpus Universitário e 01 (um) Instituto Federal de Pesquisa, sendo a URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Câmpus de Frederico Westphalen, a UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, Câmpus de Frederico Westphalen, a UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Câmpus de Frederico Westphalen, UNOPAR - Universidade Norte do Paraná, Unidade de Frederico Westphalen, Universidade Aberta em Seberi e o IFF – Instituto Federal Farroupilha, Câmpus de Frederico Westphalen.

Quadro 15: Número de Escolas por nível de ensino.

MUNICÍPIOS	Ensino Médio					Ensino Fundamental					Educação Infantil					Ensino Jovem Adulto					Ensino Especial				
	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
	Alpestre	1	1	1	1	1	12	12	13	11	10	9	9	11	11	10	-	-	-	0	0	1	1	1	1
Ametista do Sul	1	1	1	1	1	5	5	5	5	5	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0
Caiçara	1	1	1	1	1	6	6	6	6	6	4	4	5	6	6	-	-	-	0	0	-	-	-	-	0
Cristal do Sul	1	1	1	1	1	5	3	3	3	3	2	2	2	3	4	1	1	1	1	1	-	-	-	-	0
Dois Irmãos das Missões	1	1	1	1	1	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	-	1	1	1	1	-	-	-	-	0
Erval Seco	1	1	1	1	1	11	11	11	11	11	12	12	12	8	8	1	2	2	2	2	1	1	1	1	1
Frederico Westphalen	6	7	7	7	7	22	22	22	22	22	36	36	34	34	35	3	3	3	2	3	2	1	1	1	
Gramado dos Loureiros	1	1	1	1	1	4	4	4	4	4	3	3	3	3	3	1	1	1	1	1	-	-	-	0	
Iraí	1	1	1	1	1	10	10	10	9	9	8	7	8	7	7	3	3	3	3	3	1	1	1	1	
Nonoai	2	2	2	2	2	11	11	10	10	10	6	6	6	8	9	2	2	3	4	3	2	2	1	1	
Novo Tiradentes	1	1	1	1	1	4	4	4	4	4	3	3	4	4	3	1	1	2	2	2	-	-	-	0	
Palmítinho	1	1	1	1	1	8	8	8	7	7	7	6	9	6	6	6	4	3	2	2	1	1	1	1	
Pinhal	1	1	1	1	1	4	4	3	3	3	1	1	1	2	2	-	-	-	1	1	-	-	-	0	
Pinheirinho do Vale	1	1	1	1	1	5	5	5	5	5	8	8	8	8	8	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Planalto	1	1	1	1	1	11	11	11	11	11	11	11	13	13	13	1	2	3	3	3	1	1	1	1	
Rio dos Índios	1	1	1	1	1	9	9	8	8	7	2	2	7	6	6	1	1	1	1	1	-	-	-	1	
Rodeio Bonito	1	1	1	1	1	5	5	5	5	5	4	4	4	4	4	2	2	2	2	2	2	1	1	1	
Seberi	1	1	1	1	1	10	10	10	10	10	7	10	10	11	9	2	2	2	2	2	2	2	2	1	
Taquaruçu do Sul	1	1	1	1	1	3	3	3	2	2	3	2	3	2	2	1	1	-	0	0	-	-	-	0	
Trindade do Sul	1	1	1	1	1	10	10	10	9	9	2	3	6	6	5	1	1	1	2	2	-	-	-	0	
Vicente Dutra	1	1	1	1	1	6	6	6	6	5	9	9	8	8	5	2	1	1	1	1	-	-	-	0	
Vista Alegre	1	1	1	1	1	3	3	3	3	3	4	4	4	4	3	-	-	-	0	0	-	-	-	0	
Total	28	29	29	29	29	168	166	164	158	155	147	147	164	161	154	30	30	31	32	32	15	13	13	11	

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

De acordo com dados do Ministério da Educação, do censo educacional de 2012, realizado pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, classificados em ensino fundamental, ensino médio e pré-escola, o total de professores nos municípios do CODEMAU era de 2.703 em 2007 e esse número reduziu para 2.380 em 2012, como pode ser observado no quadro 15, perfazendo uma redução de 11,9% no total de docentes nos 22 municípios do CODEMAU.

Quadro 16: Número de Docentes por nível de ensino.

MUNICÍPIOS	Ensino Fundamental						Ensino Médio						Educação Infantil (Pré-Escola)					
	Particular		Municipal		Estadual		Particular		Municipal		Estadual		Particular		Municipal		Estadual	
	2007	2012	2007	2012	2007	2012	2007	2012	2007	2012	2007	2012	2007	2012	2007	2012	2007	2012
Alpestre	-	-	47	30	54	42	-	-	-	-	21	20	-	-	3	5	3	3
Ametista do Sul	-	-	29	28	57	45	-	-	-	-	25	28	-	-	1	8	2	-
Caçara	-	-	31	24	33	30	-	-	-	-	17	18	-	-	2	8	5	-
Cristal do Sul	-	-	33	25	15	13	-	-	-	-	11	12	-	-	2	4	-	-
Dois Irmãos das Missões	-	-	23	23	15	14	-	-	-	1	15	15	-	-	3	3	-	-
Erval Seco	-	-	44	41	66	61	-	-	-	-	25	22	-	-	10	12	5	5
Frederico Westphalen	17	16	97	95	181	162	41	35	-	-	60	69	2	8	24	35	19	-
Gramado dos Loureiros	-	-	20	20	17	20	-	-	-	-	11	13	-	-	3	5	-	-
Iraí	-	-	36	27	77	81	-	-	-	-	31	40	5	-	6	9	6	-
Nonoai	21	19	56	41	67	56	11	12	-	-	30	32	3	2	7	7	2	-
Novo Tiradentes	-	-	22	23	17	16	-	-	-	1	12	13	-	-	5	6	1	-
Palmitinho	-	-	47	44	47	44	-	-	-	-	37	38	-	-	3	4	3	-
Pinhal	-	-	14	16	24	24	-	-	-	1	14	15	-	-	3	4	-	-
Pinheirinho do Vale	-	-	32	19	33	17	-	-	1	-	12	13	-	-	10	6	3	1
Planalto	-	-	56	42	71	69	-	-	-	-	36	34	3	3	7	11	1	-
Rio dos Índios	-	-	44		38		-	-	-		19		-	-	2		-	
Rodeio Bonito	-	-	28	26	42	37	-	-	-	-	21	22	-	-	9	10	-	-
Seberi	-	-	80	54	71	59	-	-	-	-	37	39	-	-	6	10	6	3
Taquaruçu do Sul	-	-	22	17	19	18	-	-	-	-	12	14	-	-	2	2	1	-
Trindade do Sul	-	-	51	51	54	35	-	-	-	-	17	24	-	-	11	7	1	-
Vicente Dutra	-	-	26	24	37	38	-	-	-	-	16	17	-	-	9	6	4	4
Vista Alegre	-	-	20	18	18	16	-	-	-	-	14	16	-	-	4	5	1	-
CODEMAU	38	35	858	688	1053	897	52	47	1	3	493	514	13	13	132	167	63	16

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012.

Ainda o Quadro 16 demonstra que o nível de ensino que teve maior redução de docentes foi o fundamental, 16,9%, seguido pela pré-escola que perdeu 5,8% de docentes. Por outro lado, o ensino médio teve aumento de 3,2% no número de docentes. Apenas o Município de Frederico Westphalen tem ensino médio Federal e contava com 15 professores em 2007 e 24 professores em 2012.

A análise do Quadro 17 demonstra que nos últimos anos o número de matrículas vem diminuindo gradativamente. Em 2012, considerando educação infantil, ensino especial, fundamental, médio e EJA, foram registradas 32.825 matrículas e em 2014 foram registradas 32.227, uma redução de 1,8% em três anos, totalizando 598 matrículas a menos na comparação dos anos de 2012 e 2014.

Quadro 17: Número de Matrículas por nível de ensino.

MUNICÍPIOS	INFANTIL			ESPECIAIS			FUNDAMENTAL			MÉDIO			EJA		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
Alpestre	141	211	213	32	33	31	986	902	812	321	310	310	0	-	-
Ametista do Sul	251	271	288	7	5	-	1.163	1.154	1.063	293	286	329	105	77	47
Caiçara	89	87	166	0	-	-	678	664	590	163	169	183	0	-	-
Cristal do Sul	67	60	106	0	-	-	381	390	374	91	90	119	60	49	36
Dois Irmãos das Missões	96	110	114	0	-	-	327	332	301	94	131	111	8	15	9
Erval Seco	199	210	263	37	40	39	1.105	1.093	985	231	228	191	124	124	122
Frederico Westphalen	1.192	1.184	1.280	102	104	106	3.616	3.549	3.450	1.542	1.513	1.536	469	439	413
Gramado dos Loureiros	51	57	57	0	-	-	374	359	364	92	96	74	72	45	61
Iraí	230	264	294	37	37	45	1.085	1.050	1.015	247	292	262	231	267	180
Nonoai	381	380	474	58	54	55	1.695	1.576	1.560	447	494	479	189	226	211
Novo Tiradentes	63	81	77	0	-	-	268	254	235	97	95	94	106	100	88
Palmitinho	188	266	301	50	56	56	859	808	811	315	315	310	114	81	85
Pinhal	57	102	107	0	-	-	324	286	310	100	111	100	0	-	20
Pinheirinho do Vale	203	207	232	28	27	26	571	539	522	157	148	149	27	32	24
Planalto	294	351	412	9	8	8	1.469	1.376	1.259	414	393	453	95	103	69
Rio dos Índios	63	86	86	0	23	25	422	390	375	125	113	116	41	24	35
Rodeio Bonito	200	227	256	39	42	49	790	744	683	199	197	219	109	108	93
Seberi	340	362	371	63	66	61	1.398	1.369	1.302	457	388	417	136	132	142
Taquaruçu do Sul	102	99	119	0	-	-	368	349	334	86	93	73	11	-	-
Trindade do Sul	173	212	211	0	-	-	791	763	741	227	274	276	34	46	113
Vicente Dutra	150	179	172	0	-	-	778	774	758	176	163	170	24	29	33
Vista Alegre	84	105	99	0	-	-	374	342	323	98	109	109	0	-	-
Total	4.614	5.111	5.698	462	495	501	19.822	19.063	18.167	5.972	6.008	6.080	1.955	1.897	1.781

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

A redução ocorreu devido ao decréscimo no número de matrículas no nível fundamental, que reduziu 1.655 matrículas comparando-se 2012 e 2014 e no EJA 174 matrículas. Embora o percentual de redução seja baixo no nível fundamental, 8,3% o número é expressivo, pois é no ensino fundamental que concentra-se o maior número de alunos.

Por outro lado, ao analisar-se o número de matrículas no ensino médio, constata-se que aumentaram, mesmo havendo redução de matrículas no ensino fundamental. Desta forma é necessário um acompanhamento destes números, pois a tendência pode ser aumentar a demanda por professores e salas de aula, porém, os números da demografia contradizem estes dados.

Quanto a taxa de analfabetismo, os dados divulgados pela FEE para os anos de 2000 e 2010 demonstram que a média dos municípios do CODEMAU é praticamente o dobro da taxa do estado, porém alguns municípios apresentam percentuais três vezes maior que o apresentado no estado, como pode ser observado no Quadro 18.

Quadro 18: Taxa de analfabetismo nos municípios do CODEMAU.

MUNICÍPIOS	Pessoas de 15 Anos ou Mais		Pessoas de 10 Anos ou Mais	
	2000 (%)	2010 (%)	2000 (%)	2010 (%)
Alpestre	14,32	12,73	12,45	11,70
Ametista do Sul	14,36	11,41	12,57	10,40
Caiçara	8,02	7,59	7,15	7,01
Cristal do Sul	12,31	12,19	10,91	11,12
Dois Irmãos das Missões	13,59	12,29	11,91	11,48
Erval Seco	14,43	11,64	12,81	10,76
Frederico Westphalen	7,57	4,64	6,86	4,28
Gramado dos Loureiros	17,78	12,80	15,50	11,48
Iraí	11,76	9,44	10,68	8,77
Nonoai	16,75	11,02	14,78	9,93
Novo Tiradentes	16,27	15,28	14,24	13,96
Palmitinho	11,55	8,95	10,26	8,28
Pinhal	10,70	9,34	9,43	8,62
Pinheirinho do Vale	14,01	10,36	12,23	9,55
Planalto	13,79	11,29	12,27	10,28
Rio dos Índios	16,95	14,85	14,94	13,36
Rodeio Bonito	9,34	7,93	8,35	7,45
Seberi	10,66	8,00	9,49	7,36
Taquaruçu do Sul	9,80	8,63	8,88	8,06
Trindade do Sul	16,06	11,56	14,01	10,34
Vicente Dutra	14,60	10,97	12,86	10,15
Vista Alegre	10,19	7,23	9,21	6,68
Média CODEMAU	12,94	10,46	11,44	9,59
Média Rio Grande do Sul	6,65	4,53	6,11	4,25

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

12.2.2 Cultura

Na Região do CODEMAU a cultura se manifesta de diversas formas. No Quadro 19 pode-se observar as principais representações culturais, formadas por quatro categorias. Destaca-se a presença de Centros de Tradição Gaúcha (CTGs), totalizando 23 na Região do CODEMAU, com mais de um CTG em alguns municípios e apenas um município não tem CTG. As Bandas Marciais tem grande expressão na região, são ao todo 34 bandas, destacando-se o município de Frederico Westphalen, com 8 bandas. As Bandas Marciais apresentam-se em eventos municipais, na região e acontecem vários encontros de bandas durante o ano, nas quais se reúnem para integração e apresentações. Destaca-se a importância dessas bandas, pois em sua maioria são formadas por alunos de escolas estaduais e municipais e estão aprendendo e valorizando a importância da cultura.

Quadro 19: Representação cultural na Região do CODEMAU.

MUNICÍPIOS	CTG	Bandas marciais	Grupo Etnia	Terceira idade
Alpestre	2	3	3	7
Ametista do Sul	1	1		2
Caiçara	2	1	1	6
Cristal do Sul	1	1		1
Dois Irmãos das Missões	1			1
Erval Seco	1	2	1	1
Frederico Westphalen	1	8	3	16
Gramado dos Loureiros	1		1	2
Iraí	1	2	1	1
Nonoai	1	1	1	1
Novo Tiradentes	1	1		2
Palmitinho	1	1		2
Pinhal	1	1		1
Pinheirinho do Vale	1	1		2
Planalto	1	3	1	1
Rio dos Índios		1		4
Rodeio Bonito	1	1	1	2
Seberi	1	3	3	4
Taquaruçu do Sul	1	1	1	2
Trindade do Sul	1	1		2
Vicente Dutra	1	1		1
Vista Alegre	1			2
CODEMAU	23	34	17	63

Fonte: Prefeituras Municipais/COMUDES Organização: Equipe do CODEMAU.

Por ser uma região colonizada por europeus, existem várias etnias na região e desta forma é expressivo o número de grupos de Etnias, totalizando 17, somados os grupos dos 22 municípios. Estes grupos são importantes porque preservam as raízes da sua origem, mantendo costumes, culinária, dança e cultura e levando isso para a comunidade através de apresentações em eventos regionais.

Os grupos de terceira idade são representativos, totalizando 63 na Região do CODEMAU. Esses grupos têm importante papel na sociedade, pois são uma forma de integração e convivência dos idosos. Os estudos realizados na caracterização da região demonstram que no Estado do Rio Grande do Sul, a tendência é que a população jovem diminua e a população de idosos aumente nas próximas décadas.

Quanto às comunidades indígenas que habitam a região do Médio Alto Uruguai, extremo Norte do Estado, já mencionados no item 9 que fala dos aspectos históricos e culturais da região do CODEMAU, é importante destacar que aos poucos os índios foram perdendo a sua verdadeira cultura e também sua identidade, incorporando outros costumes originários

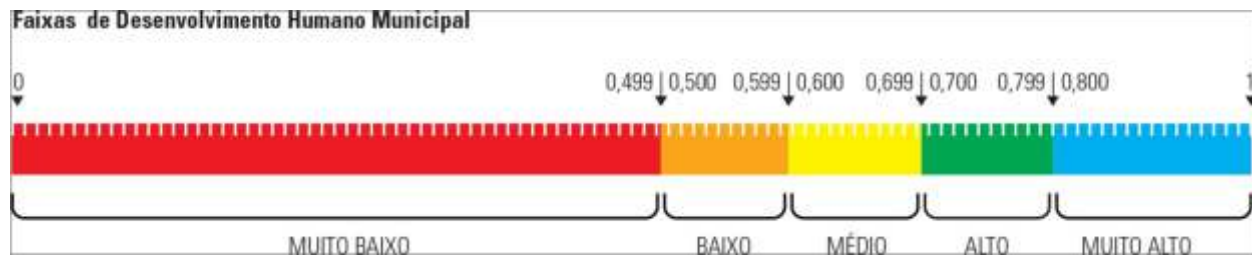
dos imigrantes europeus que aqui chegaram nas primeiras décadas do século passado, com hábitos e costumes diferente dos povos indígenas. Embora tenham ocorrido estas mudanças, percebe-se atualmente que as comunidades indígenas convivem em harmonia com as outras etnias que residem na região, mantendo a sua principal tradição em produzir artesanato, como principal fonte de renda para o seu sustento, bem como cultivando mandioca, milho e batata doce em pequena escala e de forma rudimentar.

Percebe-se a falta de casas de teatro e cinema que, por ser uma região formada por municípios pequenos e com pouca densidade populacional, dificulta a implantação. Esse tipo de atração cultural pode ser viabilizada com a implantação de estruturas regionais para atender essa demanda, pois para ter acesso a cinema, muitos se deslocam a centros maiores como Passo Fundo, no Rio Grande do Sul e Chapecó, em Santa Catarina.

12.3 Qualidade de vida

O IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana. A Figura 13 apresenta as faixas do IDH-M.

Figura 13: Faixas de classificação do IDH-M.



Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/

Considerando a evolução do IDHM dos anos de 1991, 2000 e 2010, houve crescimento de 70,4% no índice, ficando acima do crescimento nacional, que foi de 67,8%, conforme pode ser observado no Quadro 20.

Quadro 20: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M.

MUNICÍPIOS	IDH-M			IDH-M - Renda			IDH-M - Longevidade			IDH-M - Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Alpestre	0,346	0,524	0,671	0,453	0,564	0,700	0,677	0,769	0,795	0,135	0,332	0,543
Ametista do Sul	0,392	0,539	0,682	0,512	0,627	0,697	0,694	0,723	0,809	0,170	0,346	0,562
Caiçara	0,471	0,612	0,699	0,577	0,635	0,721	0,729	0,794	0,817	0,248	0,454	0,580
Cristal do Sul	0,315	0,516	0,660	0,371	0,489	0,641	0,681	0,775	0,826	0,124	0,362	0,542
Dois Irmãos das Missões	0,363	0,559	0,670	0,549	0,588	0,646	0,653	0,703	0,797	0,133	0,423	0,585
Erval Seco	0,434	0,538	0,685	0,509	0,571	0,666	0,721	0,757	0,821	0,223	0,360	0,589
Frederico Westphalen	0,536	0,683	0,760	0,626	0,689	0,754	0,749	0,813	0,846	0,329	0,569	0,688
Gramado dos Loureiros	0,336	0,573	0,685	0,413	0,579	0,662	0,658	0,737	0,832	0,139	0,442	0,584
Iraí	0,469	0,595	0,691	0,595	0,662	0,684	0,705	0,790	0,819	0,246	0,403	0,590
Nonoai	0,442	0,584	0,702	0,594	0,628	0,703	0,695	0,775	0,833	0,209	0,409	0,591
Novo Tiradentes	0,406	0,538	0,676	0,475	0,529	0,679	0,705	0,757	0,805	0,200	0,389	0,566
Palmitinho	0,413	0,615	0,720	0,500	0,635	0,707	0,705	0,772	0,836	0,200	0,474	0,632
Pinhal	0,403	0,628	0,720	0,496	0,701	0,701	0,718	0,792	0,852	0,184	0,446	0,624
Pinheirinho do Vale	0,375	0,530	0,710	0,526	0,577	0,713	0,710	0,748	0,828	0,141	0,345	0,607
Planalto	0,444	0,587	0,687	0,538	0,617	0,674	0,699	0,737	0,807	0,233	0,444	0,597
Rio dos Índios	0,327	0,512	0,656	0,401	0,559	0,645	0,707	0,776	0,804	0,123	0,309	0,545
Rodeio Bonito	0,496	0,642	0,732	0,555	0,667	0,733	0,751	0,793	0,842	0,293	0,501	0,636
Seberi	0,406	0,597	0,723	0,514	0,619	0,706	0,734	0,794	0,865	0,178	0,433	0,620
Taquaruçu do Sul	0,435	0,588	0,739	0,595	0,607	0,768	0,734	0,794	0,830	0,189	0,421	0,633
Trindade do Sul	0,378	0,561	0,687	0,464	0,568	0,675	0,734	0,769	0,787	0,158	0,405	0,610
Vicente Dutra	0,358	0,489	0,638	0,491	0,550	0,656	0,705	0,757	0,809	0,133	0,281	0,489
Vista Alegre	0,452	0,632	0,739	0,600	0,613	0,760	0,705	0,803	0,842	0,219	0,514	0,631
Média CODEMAU	0,409	0,575	0,697	0,516	0,603	0,695	0,708	0,769	0,823	0,191	0,412	0,593
Brasil	0,493	0,612	0,727									

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

Mesmo tendo ficado acima do crescimento nacional, os municípios do CODEMAU ainda estão abaixo dos índices nacionais.

Ao analisar a evolução do IDH-M por área, os municípios do CODEMAU tiveram maior aumento na educação, partindo do índice 0,191 em 1991, chegando a 0,593 em 2010, representando aumento de mais de 310% no período.

Outro índice importante no Rio Grande do Sul é o IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico que, conforme a classificação vigente, são consideradas as demarcações dos níveis em: alto (maior ou igual a 0,800), médio (entre 0,500 e 0,799) e baixo (abaixo de 0,499). Os índices do IDESE variam de zero a um, sendo zero o pior índice e um o melhor. O Quadro 21 apresenta o IDESE dos municípios do CODEMAU e do Rio Grande do Sul.

Quadro 21: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE.

MUNICÍPIOS	2009	2010	2011	2012	2013
Alpestre	0,61	0,66	0,69	0,69	0,70
Ametista do Sul	0,61	0,61	0,61	0,65	0,68
Caiçara	0,62	0,71	0,74	0,74	0,74
Cristal do Sul	0,57	0,62	0,63	0,63	0,67
Dois Irmãos das Missões	0,62	0,70	0,73	0,71	0,76
Erval Seco	0,65	0,64	0,67	0,67	0,72
Frederico Westphalen	0,79	0,75	0,77	0,76	0,77
Gramado dos Loureiros	0,59	0,62	0,66	0,68	0,74
Iraí	0,68	0,66	0,66	0,68	0,70
Nonoai	0,72	0,66	0,69	0,69	0,73
Novo Tiradentes	0,63	0,67	0,69	0,69	0,70
Palmitinho	0,66	0,65	0,65	0,65	0,73
Pinhal	0,70	0,70	0,72	0,71	0,75
Pinheirinho do Vale	0,62	0,66	0,70	0,72	0,74
Planalto	0,66	0,64	0,67	0,66	0,69
Rio dos Índios	0,62	0,61	0,62	0,64	0,71
Rodeio Bonito	0,70	0,68	0,70	0,71	0,73
Seberi	0,67	0,69	0,69	0,70	0,73
Taquaruçu do Sul	0,65	0,71	0,74	0,73	0,74
Trindade do Sul	0,68	0,67	0,66	0,66	0,70
Vicente Dutra	0,59	0,59	0,52	0,63	0,66
Vista Alegre	0,67	0,70	0,73	0,75	0,78
CODEMAU			0,65	0,66	0,72
RS	0,71	0,72	0,73	0,74	0,75

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

Pode-se observar que nenhum município da Região do CODEMAU é classificado como alto, porém, a média geral do CODEMAU demonstra que está mais próximo ao índice do estado. Ressalta-se que a média do Rio Grande do Sul também fica abaixo do considerado ideal e que a média dos municípios do CODEMAU está próxima à média do estado.

Cabe destacar que em 2013, com relação a 2012, o IDESE médio do CODEMAU, passou de 0,69 para 0,72, o que sinaliza que a qualidade de vida da população vem melhorando significativamente, principalmente na renda e educação, considerando que a saúde está classificada como alto, no período analisado, como demonstra o Quadro 22.

Quando analisado o Quadro 22 percebe-se que o bloco com melhor índice de desenvolvimento é a saúde que, nos últimos cinco anos alcançou índice superior a 0,82, sendo superior a 0,84 nos últimos dois anos.

Quadro22: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE por bloco.

MUNICÍPIOS	Bloco Saúde					Bloco Renda					Bloco Educação				
	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013
Alpestre	0,853	0,865	0,861	0,863	0,847	0,586	0,509	0,515	0,480	0,566	0,537	0,552	0,571	0,598	0,695
Ametista do Sul	0,793	0,806	0,803	0,801	0,794	0,592	0,447	0,486	0,491	0,542	0,596	0,540	0,536	0,642	0,702
Caçara	0,866	0,872	0,895	0,891	0,868	0,566	0,533	0,559	0,552	0,623	0,705	0,705	0,770	0,771	0,720
Cristal do Sul	0,816	0,818	0,799	0,797	0,799	0,464	0,435	0,453	0,419	0,508	0,602	0,555	0,600	0,666	0,697
Dois Irmãos das Missões	0,815	0,821	0,870	0,893	0,896	0,551	0,576	0,614	0,527	0,669	0,725	0,715	0,733	0,694	0,709
Erval Seco	0,804	0,821	0,829	0,843	0,857	0,520	0,499	0,545	0,545	0,628	0,595	0,585	0,612	0,614	0,672
Frederico Westphalen	0,853	0,870	0,863	0,854	0,845	0,661	0,689	0,685	0,690	0,720	0,683	0,671	0,761	0,745	0,748
Gramado dos Loureiros	0,808	0,789	0,805	0,843	0,866	0,552	0,460	0,497	0,468	0,596	0,646	0,603	0,628	0,638	0,759
Iraí	0,790	0,778	0,789	0,798	0,811	0,473	0,469	0,488	0,518	0,563	0,699	0,682	0,661	0,697	0,722
Nonoai	0,809	0,820	0,838	0,850	0,854	0,594	0,573	0,613	0,610	0,662	0,610	0,606	0,676	0,685	0,666
Novo Tiradentes	0,820	0,851	0,835	0,855	0,819	0,531	0,490	0,529	0,508	0,585	0,594	0,650	0,708	0,709	0,709
Palmitinho	0,867	0,862	0,859	0,826	0,843	0,531	0,529	0,549	0,572	0,618	0,627	0,559	0,556	0,594	0,718
Pinhal	0,818	0,811	0,807	0,830	0,814	0,602	0,558	0,612	0,588	0,639	0,739	0,704	0,707	0,697	0,787
Pinheirinho do Vale	0,814	0,819	0,850	0,849	0,871	0,570	0,518	0,544	0,561	0,634	0,691	0,661	0,676	0,696	0,723
Planalto	0,801	0,822	0,834	0,837	0,854	0,464	0,454	0,468	0,474	0,514	0,625	0,629	0,666	0,647	0,689
Rio dos Índios	0,890	0,892	0,880	0,870	0,864	0,522	0,443	0,504	0,512	0,613	0,551	0,475	0,488	0,548	0,645
Rodeio Bonito	0,818	0,847	0,862	0,846	0,845	0,569	0,585	0,617	0,617	0,651	0,624	0,624	0,658	0,684	0,688
Seberi	0,787	0,816	0,807	0,820	0,822	0,527	0,554	0,596	0,593	0,661	0,651	0,683	0,642	0,678	0,700
Taquaruçu do Sul	0,860	0,859	0,876	0,860	0,872	0,627	0,630	0,618	0,635	0,749	0,633	0,595	0,717	0,670	0,602
Trindade do Sul	0,841	0,868	0,847	0,849	0,825	0,474	0,508	0,527	0,509	0,614	0,629	0,589	0,605	0,620	0,648
Vicente Dutra	0,799	0,813	0,835	0,828	0,829	0,471	0,420	0,460	0,482	0,545	0,516	0,508	0,526	0,526	0,614
Vista Alegre	0,836	0,864	0,865	0,871	0,836	0,618	0,629	0,627	0,622	0,706	0,679	0,573	0,681	0,768	0,788
CODEMAU	0,824	0,839	0,842	0,844	0,843	0,570	0,558	0,581	0,580	0,640	0,635	0,618	0,656	0,673	0,710
Rio Grande do Sul	0,803	0,807	0,807	0,809	0,809	0,698	0,712	0,721	0,730	0,752	0,638	0,640	0,651	0,664	0,679

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

O mesmo Quadro 22 demonstra que o bloco renda apresenta índices inferiores à média do Estado, porém tem demonstrado crescimento superior a 10% nos últimos cinco anos, superando o crescimento do Estado. Da mesma forma, a educação apresenta crescimento superior ao crescimento do Estado, ficando acima de 10% nos últimos anos.

Os dados apresentados demonstram que a Região do CODEMAU superou a barreira de dificuldades que teve início nos anos 70 até o final dos anos 90. Atualmente a população está permanecendo na região com melhor qualidade de vida, com indicadores sinalizando um novo processo de crescimento harmônico e social, com sustentabilidade.

Este novo cenário promissor se deve às iniciativas viabilizadas no período, às quais continuam fomentando o desenvolvimento regional. Listamos algumas ações que contribuíram e estão contribuindo para o fortalecimento do processo.

- A implantação do ensino superior na região, que teve seu início nos anos 70, através da criação da FESAU – Fundação de Ensino Superior do Alto Uruguai. Mais tarde, em 1992 foi reconhecida como URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, o que possibilitou no médio prazo, ampliar significativamente a implantação de novos cursos de graduação para atender as

necessidades sociais da região, bem como cursos de pós-graduação Lato e Stricto Sensu. Atualmente, mais três universidades estão instaladas na região, com sede em Frederico Westphalen: UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e UNOPAR - Universidade Norte do Paraná e o IFF - Instituto Federal Farroupilha.

- Este processo de consolidação do ensino superior contribuiu para a implantação de Fibra Óptica na região, o que melhorou as comunicações, principalmente a telefonia, e possibilitou a implantação de provedores de Internet. Outro fator que contribuiu muito para o desenvolvimento regional foi a expansão da distribuição de energia elétrica, principalmente através da CRELUZ - Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia, que levou eletricidade ao meio rural, proporcionando qualidade de vida e de trabalho, pois permitiu o início da automação das propriedades rurais. Atualmente ainda persiste alguma demanda por rede trifásica.
- Com a implantação dos conselhos Regionais de Desenvolvimento no Estado, em 1992 foi instalado o CODEMAU – Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai, que atualmente é constituído por 22 municípios e é proponente de projetos fomentados pelo Governo do Estado. O CODEMAU foi o proponente de uma iniciativa que vem projetando a região, o PMTec - Polo de Modernização Tecnológica, implantado pela URI – Câmpus de Frederico Westphalen, que é a entidade gestora, em parceria com a Secretaria de Ciência e tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul. O PMTectem por objetivo atender as demandas do setor agropecuário e da agroindústria, vocação natural da região, bem como atuar na capacitação profissional.
- Em 1999 o Corede Médio Alto Uruguai foi a primeira instituição gaúcha a assinar convênio com o Fundo da Terra e da Reforma Agrária - Banco da Terra. No período de 1999 a 2002, enquanto operacionalizou o processo, beneficiou 944 famílias com o Crédito Fundiário. Visando melhor qualificar os beneficiários do crédito fundiário e outros produtores interessados, desenvolveu-se um programa de capacitação de pequenos produtores, em uma parceria entre a URI, o CODEMAU e o MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- O avanço de novas perspectivas que atualmente vem se consolidando conforme já destacado, tem como um dos pressupostos o clima favorável ao associativismo. Cresce a consciência na região que o cooperativismo é o melhor caminho para a construção de um projeto de desenvolvimento mais participativo e sustentável com o compromisso solidário. Cooperativas de produção, de crédito e de serviços começam a ocupar espaços, integrando cada vez mais a região. Outra forma de aliança são os consórcios intermunicipais com destacada atuação na saúde e na coleta e destinação do lixo urbano.
- Cabe ainda destacar que nos anos setenta foi inaugurada a BR 386/158, principal rodovia federal que liga a região ao centro do país e a capital do Estado. Esta rodovia recebe o fluxo das ERS da região. Quanto a ERS, cabe destacar que alguns municípios ainda não têm acesso asfáltico, com mencionado no item infraestrutura.

13 DIMENSÃO INFRAESTRUTURA

13.1 Comunicação

Observa-se no Quadro 23 que o número de terminais de telefones fixos está apresentando decréscimo nos últimos anos, tanto em telefones públicos quanto em telefones individuais.

Quadro 23: Terminais Telefônicos em Serviço por município.

MUNICÍPIOS	Terminais Telefônicos em Serviço								
	Total			Acessos Públicos			Acessos Individuais		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Alpestre	382	370	341	33	32	32	349	338	309
Ametista do Sul	357	349	331	30	30	30	327	319	301
Caiçara	344	332	316	20	21	21	324	311	295
Cristal do Sul	98	82	75	11	12	12	87	70	63
Dois Irmãos das Missões	85	82	81	9	9	9	76	73	72
Erval Seco	400	377	372	31	32	32	369	345	340
Frederico Westphalen	4.643	4.591	4.442	138	131	124	4.505	4.460	4.318
Gramado dos Loureiros	108	91	80	9	9	9	99	82	71
Iraí	698	666	607	39	38	36	659	628	571
Nonoai	1.250	1.181	1.070	48	49	49	1.202	1.132	1.021
Novo Tiradentes	90	84	77	10	10	10	80	74	67
Palmitinho	390	371	339	29	29	29	361	342	310
Pinhal	198	194	183	11	11	11	187	183	172
Pinheirinho do Vale	271	254	252	19	19	19	252	235	233
Planalto	829	777	714	42	43	43	787	734	671
Rio dos Índios	142	128	113	14	14	14	128	114	99
Rodeio Bonito	540	517	472	27	26	25	513	491	447
Seberi	808	788	815	45	45	45	763	743	770
Taquaruçu do Sul	189	196	194	12	12	12	177	184	182
Trindade do Sul	308	291	270	24	24	24	284	267	246
Vicente Dutra	211	200	189	21	21	21	190	179	168
Vista Alegre	149	147	141	12	12	12	137	135	129
TOTAL	12.490	12.068	11.474	634	629	619	11.856	11.439	10.855

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

A redução do número de telefones fixos está diretamente relacionada a expansão da telefonia móvel que, na região do CODEMAU, tem melhorado a cobertura e todos os

municípios são atendidos por alguma operadora que presta esse tipo de serviço. A melhoria da cobertura deve-se a construção e instalação de tores de telefonia móvel nos municípios que não eram cobertos por nenhuma operadora. Ressalta-se que a cobertura por telefonia móvel ainda é deficiente nas áreas rurais.

A cobertura por rádio difusão é bem desenvolvida na região, considerando o tamanho dos municípios e a população regional. Observa-se no Quadro 24 que dos 22 municípios da Região do CODEMAU, 21 tem pelo menos uma emissora de rádio, sendo que alguns municípios chegam a ter 4 emissoras. Observa-se há predominância de emissoras de Frequência Modulada (FM), presentes em 21 municípios, totalizando 28 emissoras, enquanto que rádios de Amplitude Modulada (AM) existem apenas em seis municípios do CODEMAU.

Quadro24: Emissoras de rádio por faixa e jornal impresso.

MUNICÍPIOS	Rádio			JORNAL
	AM	FM	TOTAL	
Alpestre		2	2	
Ametista do Sul		1	1	
Caiçara		1	1	
Cristal do Sul		1	1	
Dois Irmãos das Missões				
Erval Seco		1	1	1
Frederico Westphalen	1	3	5	4
Gramado dos Loureiros		1	1	
Iraí	1		1	1
Nonoai	1	1	2	1
Novo Tiradentes		1	1	
Palmitinho	1	2	3	
Pinhal		1	1	
Pinheirinho do Vale		1	1	
Planalto	1	2	3	1
Rio dos Índios		1	1	
Rodeio Bonito		2	2	1
Seberi	1	2	3	
Taquaruçu do Sul		1	1	
Trindade do Sul		2	2	
Vicente Dutra		1	1	
Vista Alegre		1	1	
TOTAL	6	28	34	9

Fonte: Prefeituras Municipais/COMUDES.

Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

O total de emissoras de rádio difusão nos municípios do CODEMAU é de 34, somando-se AM e FM. Quanto a veículos de comunicação impressos, existem nove jornais na região do CODEMAU, sendo que quatro estão no município de Frederico Westphalen e tem alcance regional.

Todos os municípios do CODEMAU têm cobertura de internet, principalmente na área urbana, em alguns municípios existe rede de fibra óptica, porém, a maioria dos pontos de acesso à internet se dá por conexão de sinal de rádio. Mesmo as áreas urbanas apresentando boa cobertura de internet, no meio rural ainda se encontra dificuldade para se conseguir sinal. Isso está relacionado aos altos custos para levar o sinal ao interior dos municípios, custo esse devido principalmente a baixa densidade de moradores por localidade e à topografia acidentada, que obstrui o sinal de rádio, sendo necessários muitos pontos de retransmissão.

13.2 Transporte e logística

Observa-se no Quadro 25 que a frota de veículos vem aumentando nos últimos anos em percentual superior a 20% em veículos de passageiros e de carga. Em outros tipos de veículos o aumento representa em torno de 40%.

Quadro25: Frota de veículos por tipo.

MUNICÍPIOS	Passageiro					Carga					Outros				
	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
Alpestre	2.501	2.658	2.771	2.884	2.935	370	399	443	502	536	134	155	179	204	230
Ametista do Sul	2.641	2.893	3.076	3.258	3.388	397	422	453	495	540	159	181	205	239	259
Caiçara	2.038	2.150	2.252	2.367	2.457	236	255	286	314	325	99	107	123	138	153
Cristal do Sul	818	902	969	1.081	1.108	90	107	112	117	124	34	37	49	53	57
Dois Irmãos das Missões	590	631	709	754	782	130	123	135	140	154	46	51	59	66	81
Erval Seco	2.108	2.306	2.489	2.709	2.864	324	349	378	403	422	135	152	160	170	188
Frederico Westphalen	12.188	13.057	13.822	14.734	15.263	2.227	2.402	2.612	2.763	2.891	853	989	1.134	1.319	1.431
Gramado dos Loureiros	544	576	626	655	659	83	93	108	123	134	28	32	38	41	46
Iraí	2.572	2.776	2.996	3.143	3.227	385	397	443	477	498	122	139	162	178	194
Nonoai	3.455	3.772	4.031	4.188	4.338	675	715	781	857	890	250	268	299	341	359
Novo Tiradentes	608	668	713	756	774	59	70	77	90	97	24	27	33	39	45
Palmitinho	2.952	3.235	3.440	3.652	3.763	427	464	513	583	621	137	165	199	262	289
Pinhal	756	834	937	978	1.025	162	175	188	202	225	49	58	63	82	99
Pinheirinho do Vale	1.337	1.396	1.496	1.597	1.649	126	135	155	167	169	46	60	68	75	95
Planalto	3.129	3.376	3.620	3.816	4.017	589	627	685	729	759	155	172	223	264	269
Rio dos Índios	894	953	1.011	1.026	1.054	138	151	165	190	202	32	34	36	43	51
Rodeio Bonito	2.314	2.593	2.821	3.026	3.135	460	492	536	607	628	211	226	250	273	310
Seberi	4.097	4.428	4.741	5.022	5.269	710	770	869	979	1.059	215	246	313	354	397
Taquaruçu do Sul	1.137	1.229	1.325	1.398	1.446	161	174	197	217	240	49	52	64	76	86
Trindade do Sul	1.677	1.887	2.047	2.183	2.271	328	344	388	417	419	107	134	152	169	174
Vicente Dutra	1.499	1.614	1.708	1.809	1.877	127	139	155	172	192	31	39	51	64	73
Vista Alegre	1.059	1.153	1.254	1.321	1.353	131	137	158	178	188	28	35	43	54	64
TOTAL	50.914	55.087	58.854	62.357	64.654	8.335	8.940	9.837	10.722	11.313	2.944	3.359	3.903	4.504	4.950

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

A classificação dos veículos do Quadro 25 abrange como transporte de passageiros veículos do tipo automóvel, motocicleta, motoneta e ciclomotor. Veículos de carga abrangem caminhão, reboque, trator, ônibus e micro-ônibus e ainda a categoria outros abrange Coleção, competição, especial, misto e tração.

De acordo com os dados fornecidos pela FEE Dados, o aumento do número de veículos está refletindo diretamente sobre o consumo de combustível, como pode ser observado no Quadro 26.

Quadro26: Consumo de combustível em litros.

MUNICÍPIOS	ALCOOL			GASOLINA			DIESEL		
	2010	2012	2014	2010	2012	2014	2010	2012	2014
Alpestre	74.000	37.000	38.000	729.500	906.000	942.000	1.088.000	1.080.000	1.237.000
Ametista do Sul	101.000	55.500	40.000	967.000	1.301.500	1.522.500	974.500	867.500	1.105.500
Caçara	21.000	15.000	23.000	545.000	495.000	853.000	393.000	600.000	1.022.000
Cristal do Sul	16.000	22.000	19.000	64.000	486.000	378.000	243.000	763.000	382.000
Dois Irmãos das Missões	20.000	6.500	6.000	188.000	251.500	252.000	176.000	225.000	199.000
Ervál Seco	107.000	89.000	86.000	965.000	1.174.000	1.640.000	3.043.000	3.518.000	3.273.000
Frederico Westphalen	611.500	300.400	293.500	7.549.000	9.167.000	10.215.500	10.143.715	10.652.000	10.299.000
Gramado dos Loureiros	3.000	15.600	10.000	119.000	156.000	151.000	232.000	224.000	132.000
Iraí	269.000	53.000	81.000	1.884.000	1.526.000	1.866.200	3.638.500	3.849.500	5.826.100
Nonoai	254.500	183.500	133.000	2.319.000	2.955.500	3.436.000	2.526.500	3.217.400	3.160.000
Novo Tiradentes	18.100	14.000	8.000	143.000	243.000	214.000	273.000	606.000	383.000
Palmitinho	73.000	18.800	30.000	884.000	1.102.000	1.254.000	838.000	583.000	835.000
Pinhal	13.000	7.000	9.000	283.000	367.000	449.000	472.000	560.000	458.000
Pinheirinho do Vale	21.000	9.000	-	380.000	508.000	453.000	568.000	607.000	341.000
Planalto	136.000	129.000	83.000	1.493.000	1.770.000	2.224.500	2.834.000	1.758.000	2.195.500
Rio dos Índios	6.000	7.800	9.000	178.000	209.000	232.000	551.000	385.000	381.000
Rodeio Bonito	97.000	66.000	60.000	1.138.000	1.460.000	1.745.000	1.656.000	1.958.000	2.156.000
Seberi	314.600	194.000	139.000	2.796.400	3.750.500	4.235.000	7.394.800	8.858.000	11.155.000
Taquaruçu do Sul	44.000	19.000	7.000	561.000	828.000	1.194.000	723.000	1.199.000	2.197.000
Trindade do Sul	114.000	66.000	50.000	1.004.000	1.007.000	1.253.000	1.648.000	1.091.500	1.468.000
Vicente Dutra	62.000	40.000	38.000	515.000	568.000	615.000	443.000	403.000	338.000
Vista Alegre	10.000	14.000	6.000	248.000	288.000	406.000	432.500	354.000	406.000
Total	2.385.700	1.362.100	1.168.500	24.952.900	30.519.000	35.530.700	40.291.515	43.358.900	48.949.100

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

O Quadro 26 demonstra que o consumo de álcool reduziu pela metade no período de 2010 a 2014, por outro lado, o consumo de gasolina aumentou mais de 40% e o consumo de diesel mais de 20% no mesmo período.

Apesar do aumento nos veículos de carga, categoria em que se enquadram os ônibus, ter aumentado nos últimos anos, nenhum município do CODEMAU tem infraestrutura de transporte coletivo urbano.

O transporte intermunicipal é, em sua maioria, realizado por linhas privadas que fazem ligações entre os municípios mais próximos, sendo necessário, em alguns casos, baldeação para chegar ao destino desejado. Para se deslocar de ônibus para os centros maiores, como Passo Fundo, Porto Alegre, Caxias, entre outros, é necessário primeiramente se deslocar aos polos de transporte, como é o caso de Frederico Westphalen, por exemplo, que tem linhas de transporte para vários destinos no estado e também para ligações interestaduais.

Os municípios do CODEMAU realizam o transporte escolar com veículos próprios ou com veículos terceirizados pelos municípios. Para os acadêmicos se deslocarem às universidades alguns municípios disponibilizam transporte integral, outros subsidiam parte do transporte e o restante é pago pelos próprios acadêmicos e em outros municípios o pagamento é feito integralmente pelos acadêmicos.

Um dos grandes gargalos da região é a inexistência de transporte ferroviário, principalmente, além da falta de transporte hidroviário e aeroviário, ficando a região restrita a existência de apenas um modal de transporte, o rodoviário. Neste modal, a BR 386/158 é a

principal via de acesso à Capital do Estado e ao centro do país e que, devido ao tráfego intenso de veículos pesados, está em precária situação na região, necessitando de constante manutenção.

As rodovias estaduais (ERS) na região do CODEMAU também se encontram em precária situação, necessitando de restaurações constantes, que muitas vezes demoram para serem realizadas. A Figura 14, apresenta um mapa com a situação das rodovias regionais, no ano de 2015.

É evidente que a região necessita, além de melhorias, ampliação no modal rodoviário, como a duplicação da BR 386/158.

Figura 14: Mapa situacional das rodovias do CODEMAU.



Fonte: Equipe do CODEMAU 2015.

Observa-se na Figura 14 que existem trechos nos quais estavam sendo realizadas obras de construção de rodovias e que, faltando apenas alguns quilômetros para conclusão, foram paralisadas. Pode-se ainda observar que alguns municípios não têm ligação asfáltica, dificultando o escoamento da produção e limitando investimentos externos, prejudicando a economia do município e da região, além de dificultar deslocamentos intermunicipais e o transporte de pacientes aos centros de saúde maiores como Passo Fundo, Erechim, Ijuí, Porto Alegre, entre outros.

Está em discussão na região, a possibilidade de traçado da **Ferrovias Norte-Sul**. Esta discussão está sob a liderança da AMZOP – Associação dos Municípios da Zona da Produção, com a participação de outras entidades como a URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus de Frederico Westphalen, ACVERMAU - Associação das Câmaras de Vereadores do Médio Alto Uruguai, CRELUZ - Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural do Médio Uruguai e deste Conselho Regional de Desenvolvimento, CODEMAU. Desencadeou-se um debate para alterar o traçado da **Ferrovias Norte-Sul**, visando beneficiar os municípios da Região do Médio Alto Uruguai, o que traria mais uma alternativa para desenvolver o norte do Estado, pois um dos gargalos que trava o desenvolvimento regional é o transporte, o qual atualmente é formado somente pelo modal rodoviário. A Figura 15 apresenta o traçado da ferrovia.

Figura 15: Traçado da Ferrovias Norte-Sul.



Fonte: VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

A ferrovia Norte-Sul foi projetada para promover a integração nacional, minimizar custos de transporte e interligar as regiões brasileiras. Para o Médio Alto Uruguai será mais uma forma de fortalecer o desenvolvimento que, nos últimos anos mudou a realidade regional, passando de uma região deprimida e subdesenvolvida a uma região em transição, com índices econômicos e sociais cada vez mais promissores.

13.3 Energia

Na região do CODEMAU atuam duas prestadoras de fornecimento de energia elétrica, a RGE – Rio Grande Energia e a CRELUZ – Cooperativa de Distribuição de Energia. A RGE atua em 19 municípios do CODEMAU, e a CRELUZ atua em 18 municípios do CODEMAU, sendo que em quatro destes são de exclusividade da CRELUZ.

13.3.1 Rio Grande Energia – RGE

A RGE assumiu a concessão de geração e fornecimento de energia na região em meados de 1996/97, quando a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE transferiu parte da sua área de atuação para a RGE, dentre elas a região do Médio Alto Uruguai.

O Quadro 27 apresenta o número de consumidores de energia elétrica da RGE, divididos em setor público, rural, residencial/urbana, industrial, comercial e outros, nos municípios do CODEMAU.

De forma geral, houve crescimento no número de consumidores de energia da RGE. Analisando-se por segmento, constata-se que houve redução de consumidores na área rural e na industrial, nos demais segmentos o número de consumidores aumentou, principalmente no residencial. Os segmentos do setor público, comercial e outros tiveram aumento menos expressivo no número de consumidores de energia elétrica.

O consumo de energia elétrica da RGE, em MWh, como pode ser observado no Quadro 28, acompanha o crescimento no número de consumidores, demonstrando aumento ano a ano, principalmente nos setores residencial, industrial e comercial, já o setor público demonstrou pouca variação no período analisado. Por outro lado, o consumo de energia elétrica no meio rural demonstra redução em mais de 50%, e o setor outros, que abrange outros tipos de consumidores não especificados teve um aumento que compensou a redução no meio rural.

Quadro 27: Número de consumidores da Rio Grande Energia – RGE.

MUNICÍPIOS	Total			Setor Público			Rural			Residencial			Industrial			Comercial			Outros			
	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2009	2011	2013	
Alpestre	1.895	1.925	1.991	41	43	42	812	720	704	893	1.018	1.101	19	13	12	130	130	131	-	-	1	1
Ametista do Sul	299	302	317	2	4	6	213	193	167	72	91	129	3	3	3	9	10	10	-	-	1	2
Caiçara	1.726	1.821	1.932	29	26	36	924	897	893	657	781	887	17	11	11	99	106	105	-	-	0	0
Cristal do Sul	162	169	175	1	1	1	137	141	135	21	24	36	-	0	0	3	3	3	-	-	0	0
Dois Irmãos das Missões	757	815	861	23	22	23	220	228	206	480	526	596	4	1	1	30	37	34	-	-	1	1
Erval Seco	2.792	2.907	3.062	36	38	39	1.212	1.230	1.141	1.341	1.444	1.690	34	22	23	169	173	169	-	-	0	0
Frederico Westphalen	9.849	10.717	11.669	110	121	121	702	708	684	7.709	8.525	9.504	200	132	126	1.127	1.226	1.228	1	5	5	6
Gramado dos Loureiros	357	372	382	4	4	3	308	312	305	38	50	68	-	0	0	7	6	6	-	-	0	0
Iraí	2.450	2.567	2.644	42	47	48	464	456	449	1.699	1.820	1.917	26	21	22	219	223	208	-	-	0	0
Nonoai	4.139	4.461	4.663	47	52	56	361	356	375	3.331	3.683	3.869	55	31	31	344	337	330	1	2	2	2
Palmitinho	2.127	2.328	2.479	34	35	37	843	856	805	1.053	1.231	1.422	31	25	24	166	181	191	-	-	0	0
Pinheirinho do Vale	1.316	1.439	1.544	36	41	42	751	715	690	447	597	725	9	9	9	73	77	78	-	-	0	0
Planalto	3.752	3.970	4.126	58	56	60	1.175	1.126	1.045	2.207	2.483	2.709	56	46	43	255	257	266	1	2	3	3
Rio dos Índios	1.336	1.379	1.411	32	29	28	882	869	893	366	431	440	7	1	1	49	49	49	-	-	0	0
Seberi	3.688	3.927	4.177	50	51	51	1.303	1.213	1.174	2.026	2.355	2.650	53	39	36	256	268	265	-	-	1	1
Taquaruçu do Sul	758	828	905	19	19	22	253	257	249	425	487	567	9	7	7	52	58	60	-	-	0	0
Trindade do Sul	2.123	2.304	2.469	28	27	29	785	751	717	1.154	1.368	1.569	21	18	14	135	140	140	-	-	0	0
Vicente Dutra	1.720	1.791	1.840	42	39	48	555	532	478	1.005	1.106	1.201	12	9	11	106	105	102	-	-	0	0
Vista Alegre	654	725	773	18	21	21	178	180	173	398	462	518	7	8	9	53	54	52	-	-	0	0
Total	41.900	44.747	47.420	652	676	713	12.078	11.740	11.283	25.322	28.482	31.598	563	396	383	3.282	3.440	3.427	3	13	3	16

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

Quadro 28: Consumo de energia elétrica da Rio Grande Energia – RGE, em MWh.

MUNICÍPIOS	Setor Público			Rural			Residencial			Industrial			Comercial			Outros		
	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2009	2011	2013
Alpestre	537,09	569,38	604,54	5.692,24	1.424,93	1.387,45	1.347,44	1.498,20	1.714,24	36,33	40,40	44,62	619,77	657,00	722,48	-	4.404,70	4.829,02
Ametista do Sul	464,28	588,58	731,48	10.277,13	502,00	488,79	67,31	85,10	254,77	38,36	55,05	26,59	7,56	22,77	52,46	-	13.553,12	11.897,66
Caçara	425,04	420,81	449,31	2.454,21	2.409,74	2.620,42	1.102,71	1.214,76	1.475,28	77,77	60,07	54,84	422,21	483,76	520,18	-	0,00	0,00
Cristal do Sul	1,05	0,37	0,36	309,78	315,73	337,21	20,25	28,30	37,67	-	0,00	0,00	1,89	3,25	2,46	-	0,00	0,00
Dois Irmãos das Missões	311,16	328,67	376,13	17.438,12	2.573,98	2.572,41	596,15	647,63	778,20	15,80	26,18	8,01	128,32	149,81	220,13	-	17.091,99	14.576,70
Erval Seco	647,88	712,36	746,87	3.002,09	3.299,13	3.375,81	1.810,05	2.107,65	2.483,97	419,60	487,73	349,67	885,66	983,15	1.215,25	-	0,00	0,00
Frederico Westphalen	4.005,18	4.582,86	4.917,27	12.529,58	2.755,30	2.349,99	14.793,53	16.824,87	19.415,84	21.121,88	23.567,93	22.918,64	9.538,53	10.825,25	12.375,54	11,54	21.140,52	20.062,82
Gramado dos Loureiros	12,12	12,49	11,69	868,94	764,09	796,13	36,63	56,85	76,56	-	0,00	0,00	12,75	17,79	16,13	-	0,00	0,00
Iraí	1.157,00	1.181,80	1.267,05	1.245,56	1.225,09	1.285,15	2.656,91	2.865,54	3.220,69	115,01	125,87	205,81	1.751,47	1.751,56	1.804,40	-	0,00	0,00
Nonoai	2.304,48	1.666,61	1.785,60	1.307,11	858,05	931,00	5.133,76	5.577,60	6.322,09	934,22	978,70	975,52	2.669,47	2.796,85	2.987,70	27,27	3.817,60	4.550,90
Palmitinho	1.967,46	1.808,21	1.887,23	2.261,53	2.652,30	2.586,31	1.768,22	2.116,59	2.567,53	590,57	589,37	614,13	1.104,97	1.216,96	1.360,35	-	0,00	0,00
Pinheirinho do Vale	339,63	379,59	417,87	2.844,88	2.938,78	3.092,09	742,31	938,62	1.233,49	361,45	434,21	451,45	418,66	499,96	495,35	-	0,00	0,00
Planalto	2.489,92	2.487,93	2.505,47	2.971,97	2.941,03	3.009,53	3.302,88	3.754,25	4.572,77	1.579,93	1.848,51	1.983,72	1.558,19	1.606,16	1.899,17	0,55	233,94	369,47
Rio dos Índios	351,21	354,07	358,49	1.658,24	1.684,35	1.863,09	397,21	486,35	546,32	8,24	6,56	3,84	174,10	220,17	222,42	-	0,00	0,00
Seberí	2.545,39	1.549,64	2.224,19	3.705,94	3.505,69	3.423,39	3.304,47	3.974,27	4.643,59	964,83	1.305,33	1.728,22	1.858,40	2.385,28	2.644,32	-	330,19	467,60
Taquaruçu do Sul	439,29	351,26	487,41	777,77	860,42	920,02	734,99	835,79	1.069,90	107,17	171,07	162,70	283,22	411,11	603,42	-	0,00	0,00
Trindade do Sul	514,42	411,43	451,69	2.562,49	2.041,63	2.129,04	1.639,52	1.956,12	2.448,81	196,49	413,62	485,69	888,16	890,93	1.033,20	-	0,00	0,00
Vicente Dutra	712,50	668,50	702,26	1.208,29	1.211,86	1.256,74	1.338,08	1.412,34	1.618,76	71,72	66,52	46,53	562,55	515,44	491,70	-	0,00	0,00
Vista Alegre	357,57	358,54	404,99	765,30	891,35	915,83	689,98	751,27	926,15	57,50	35,37	26,40	412,15	458,88	576,17	-	0,00	0,00
TOTAL	19.582,65	18.433,10	20.329,90	73.881,17	34.855,44	35.340,39	41.482,40	47.132,08	55.406,62	26.696,86	30.212,48	30.086,36	23.298,01	25.896,05	29.242,82	39,36	60.572,06	56.754,16

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

13.3.2 CRELUZ - Cooperativa de Distribuição de Energia

A CRELUZ, até 1999, atuava somente na distribuição de energia. Em 1999, inaugurou a primeira PCH – Pequena Central Hidrelétrica, iniciando uma nova era para a cooperativa, que atua em trinta e seis municípios no norte do Estado gaúcho, com mais de vinte mil associados, beneficiando cerca de oitenta mil pessoas da região, com programas sociais vem avançando, chegando aos mais longínquos rincões com energia elétrica entre outros programas.

A partir da implantação da primeira PCH, o projeto de expansão para geração de energia própria continuou com novos investimentos e mais 5 (cinco) PCHs foram implantadas e inauguradas, totalizando seis PCHs em pleno funcionamento na geração de energia. O Quadro 29 apresenta a relação e localização das PCHs da CRELUZ.

Quadro 29: Relação e localização das PCHs da CRELUZ.

Usina	Município de instalação
PCH FORTALEZA	Erval Seco-RS
PCH G.VELHA	Taquaruçu-RS
PCH BRAGA	Cristal do Sul-RS
CASCATA	Novo Barreiro-RS
NOVO TIRADENTES	Novo Tiradentes-RS
BEVILACQUA	Seberi-RS

Fonte: CRELUZ – Cooperativa de Distribuição de Energia. Org. Equipe do CODEMAU 2016.

A CRELUZ é hoje uma Instituição de referência e dinamicidade na geração de energia limpa, aproveitando o potencial hídrico do extremo Norte do Estado. Novos investimentos estão projetados, inclusive na geração de energia solar, o que sem dúvida alguma contribuirá para o desenvolvimento regional e ajudará o país a aumentar sua capacidade de geração de energia, uma vez que a atual geração nacional está no limite para atender novos investimentos, podendo tornar-se um entrave já no curto e médio prazo.

Além da geração e distribuição de energia elétrica, a CRELUZ mantém vários programas sociais, destacamos: ÁGUA LIMPA, que tem pôr o objetivo de apoiar associações comunitárias que utilizam-se de poços artesianos; programa PRO-LUMI, que tem a finalidade de melhorar a segurança e a qualidade de vida das pessoas de sua área de atuação, modernizando todo o sistema de iluminação pública dos municípios na área urbana e nos distritos e povoados; programa ECOSISTEMA, tem como objetivo principal estimular na comunidade o desenvolvimento de práticas de preservação e recuperação do meio ambiente envolvendo alunos de determinadas escolas da área de atuação da cooperativa, entidades sociais, associados e sociedade em geral; programa LIGAR, que tem o objetivo de não deixar nenhuma família de sua área de abrangência sem acesso à energia elétrica.

O número de consumidores de energia elétrica da CRELUZ demonstra crescimento de forma geral, em praticamente todos os segmentos, destacando-se o crescimento no meio rural. Outros segmentos de consumidores que aumentaram o consumo foram o comercial, residencial urbano e setor público, em menor proporção. Apenas o setor industrial teve redução no número de consumidores no período analisado, conforme demonstra os Quadros 30 e 31.

Quadro 30: Número de consumidores da CRELUZ.

MUNICÍPIOS	COMERCIAL			INDUSTRIAL			RESIDENCIAL URBANA			RURAL			SETOR PÚBLICO			TOTALPOR MUNICÍPIO		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Alpestre	38	40	40	2	1	1	112	114	123	1.050	1.058	1.069	23	24	29	1.225	1.237	1.262
Ametista do Sul	192	192	191	30	24	24	1.488	1.533	1.573	1.158	1.183	1.179	37	36	38	2.905	2.968	3.005
Caiçara	4	4	4	0	0	0	0	0	0	158	158	158	3	3	2	165	165	164
Cristal do Sul	72	77	81	2	1	1	356	382	399	597	605	600	22	23	27	1.049	1.088	1.108
Dois Irmãos Missões	3	3	3	0	0	0	0	0	0	109	112	112	3	3	3	115	118	118
Erval Seco	1	1	1	0	0	0	0	0	0	28	26	27	0	0	0	29	27	28
Frederico Westphalen	55	56	59	4	4	3	282	310	331	1.080	1.131	1.167	33	33	33	1.454	1.534	1.593
Iraí	18	18	18	1	1	1	79	74	74	643	652	648	9	9	9	750	754	750
Novo Tiradentes	59	61	59	1	0	0	270	280	296	526	525	533	38	38	40	894	904	928
Palmitinho	4	5	6	1	0	0	0	0	0	440	456	467	2	2	2	447	463	475
Pinhal	83	81	82	14	12	12	473	478	500	528	538	541	42	45	44	1.140	1.154	1.179
Pinheirinho do Vale	4	4	5	0	0	0	0	0	2	161	162	168	3	3	3	168	169	178
Planalto	6	6	6	0	0	0	0	0	0	200	201	206	5	6	6	211	213	218
Rodeio Bonito	263	273	279	28	24	17	1.584	1.632	1.709	875	900	899	70	56	56	2.820	2.885	2.960
Seberi	18	22	22	0	0	0	3	2	2	421	428	430	8	9	8	450	461	462
Taquaruçu do Sul	12	11	11	0	0	0	0	0	0	342	349	366	2	2	2	356	362	379
Vicente Dutra	5	5	5	0	0	0	0	0	0	307	294	292	2	3	3	314	302	300
Vista Alegre	9	10	10	0	0	0	0	0	0	313	322	325	9	9	9	331	341	344
TOTAL	960	985	1.003	87	71	63	5.182	5.358	5.593	9.898	10.087	10.161	341	334	345	16.468	16.835	17.165

Fonte: CRELUZ – Cooperativa de Distribuição de Energia. Org. Equipe do CODEMAU 2016.

Quadro 31: Consumo de energia elétrica da CRELUZ, em KWh.

MUNICÍPIOS	COMERCIAL			INDUSTRIAL			RESIDENCIAL URBANA			RURAL			SETOR PÚBLICO			TOTAL POR MUNICÍPIO		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Alpestre	162.967	173.707	184.352	4.663	4.433	5.880	166.831	168.706	181.508	2.165.929	2.294.717	2.305.821	296.172	311.518	326.232	2.796.562	2.953.081	3.003.793
Arretista do Sul	1.148.354	1.309.534	1.348.796	687.323	659.753	638.284	2.583.378	2.953.091	3.044.983	6.887.183	7.129.379	7.185.774	1.218.741	1.156.415	1.124.601	12.524.979	13.208.172	13.342.438
Caiçara	6.152	6.585	6.751	0	0	0	0	0	0	334.963	350.027	348.414	8.443	9.171	8.961	349.558	365.783	364.126
Cristal do Sul	350.550	368.746	408.766	44.304	47.442	17.274	462.905	540.835	592.403	1.712.371	1.853.828	1.743.879	467.749	498.853	495.991	3.037.879	3.309.704	3.258.313
Dois Irmãos Missões	3.871	4.668	2.884	0	0	0	0	0	0	949.088	1.012.212	824.105	27.762	27.509	28.608	980.721	1.044.389	855.597
Enval Seco	11.691	20.416	22.719	0	0	0	0	0	0	203.770	177.684	156.030	0	0	0	215.461	198.100	178.749
Frederico Westphalen	93.915	146.276	147.182	200.572	228.942	160.573	406.138	518.057	565.578	3.313.143	3.764.338	3.842.635	3.816.031	4.265.278	4.326.124	7.829.799	8.922.891	9.042.092
Iral	18.915	18.398	20.888	6.611	8.387	8.068	28.439	79.577	84.548	1.333.173	1.405.621	1.393.052	101.039	102.444	108.499	1.488.177	1.614.427	1.615.055
Novo Tiradentes	250.812	276.306	299.690	1.200	0	0	392.799	458.315	462.609	1.296.363	1.366.256	1.380.968	463.171	501.506	495.317	2.404.345	2.602.383	2.638.584
Palmitinho	25.146	28.923	31.482	455	0	0	0	0	0	904.689	1.029.686	1.083.966	8.847	10.217	12.832	939.137	1.068.826	1.128.280
Pinhal	369.594	406.329	423.883	1.767.243	2.074.581	2.335.738	767.857	866.106	891.516	2.000.055	2.159.740	2.241.215	650.076	736.897	776.877	5.554.825	6.243.653	6.669.229
Pinheirinho do Vale	3.337	3.832	4.407	0	0	0	0	0	0	393.751	417.397	431.487	2.443	1.656	2.930	399.531	422.885	438.824
Planalto	13.219	13.421	13.449	0	0	0	0	0	0	472.374	515.098	514.924	78.360	82.837	86.909	563.953	611.356	615.282
Rodeio Bonito	1.773.222	2.017.920	1.941.310	1.685.338	1.724.742	1.659.756	2.652.247	3.080.134	3.201.639	3.151.648	3.492.848	3.837.106	1.885.852	1.860.263	1.921.681	11.148.307	12.175.907	12.561.492
Seberi	503.614	567.286	628.439	0	0	0	2.646	4.065	3.182	1.495.431	1.598.618	1.415.128	148.716	162.111	151.201	2.150.407	2.332.080	2.197.950
Taquaruçu do Sul	13.811	14.206	13.860	0	0	0	1.799	0	0	1.110.786	1.261.687	1.299.918	24.415	24.338	26.916	1.150.811	1.300.231	1.340.694
Vicente Dutra	26.201	24.564	15.963	0	0	0	0	0	0	574.610	623.190	577.565	26.985	26.039	61.505	627.796	673.793	655.033
Vista Alegre	11.211	18.659	18.773	0	0	0	0	0	0	1.644.420	1.728.223	1.784.736	90.185	53.199	52.801	1.745.816	1.800.081	1.856.310
TOTAL	5.329.798	6.048.925	6.218.531	4.441.709	4.790.080	4.866.548	8.237.204	9.547.303	9.937.650	32.134.109	34.581.231	34.740.438	10.095.549	10.644.117	10.797.239	60.238.369	65.611.656	66.560.406

Fonte: CRELUZ – Cooperativa de Distribuição de Energia. Org. Equipe do CODEMAU 2016.

O crescimento no consumo de energia elétrica exige aumento de investimentos na geração de energia. Neste contexto, a CRELUZ tem projeto de construção de dois novos empreendimentos, as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) localizadas na Linha Aparecida e Linha Jacinto, uma entre os municípios de Rodeio Bonito e Liberato Salzano e a outra nos municípios de Novo Tiradentes e Liberato Salzano. Estas obras estão sob a responsabilidade da COGERVA - Cooperativa de Geração de Energia Rio da Várzea, presidida pelo Senhor Elemar Battisti, formada por quatro cooperativas: Creluz, de Pinhal; Coprel, de Ibirubá; Certel, de Teutônia; e Cooperluz, de Santa Rosa. Juntas as cooperativas somam cerca de 154 mil associados. Os investimentos nestas duas obras superam R\$ 235 milhões, gerando centenas de empregos, dando sustentabilidade na geração de energia para atender a demanda regional, entre outras regiões.

Além dos empreendimentos hidrelétricos, a CRELUZ também está construindo a primeira unidade de geração de energia solar na região.

Como demonstrado, a região está bem atendida por redes de transmissão de energia elétrica e serviços na área de eletrificação. Cabe ressaltar que devido às atividades agropecuárias que estão em pleno crescimento na região, existe uma demanda crescente por rede trifásica no meio rural. Atividades como suinocultura, avicultura e pecuária leiteira demandam energia trifásica de qualidade para atender as necessidades diárias no uso de equipamentos para produção e distribuição de alimentos, ordenha e conforto dos animais.

13.4 Potencial energético da região

A região do CODEMAU conta com duas concessionárias de distribuição de energia elétrica, como já explicitado. A CRELUZ além de distribuir energia elétrica na região, também gera energia pelas PCHs. Além das PCHs da CRELUZ, existem outras cinco instaladas na região, ligadas ao sistema nacional, como pode ser visto no Quadro 32.

Quadro 32: Relação e localização das PCHs na região do CODEMAU.

BT FERRADURA	Linha Lajeado Figueira, Erval Seco
GUARITA	Erval Seco
ALBANO MACHADO	Nonoai
RIO DOS ÍNDIOS	Nonoai
MONJOLINHO	Nonoai
TAMBAÚ	Erval Seco

Fonte: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Org. Equipe do CODEMAU 2016.

Outra importante geradora de energia na região é a Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, instalada no Rio Uruguai entre os municípios de Águas de Chapecó-SC e Alpestre-RS, na qual está instalada a casa de força. Esta usina é responsável pela adição de 855 MW ao Sistema Interligado Nacional, capacidade energética equivalente a 18% do consumo do Rio Grande do Sul, equivalendo ao abastecimento de mais de cinco milhões de lares.

13.5 Saneamento

O saneamento é um indicador de qualidade de vida importantíssimo. Na região do CODEMAU, os índices de saneamento estão evoluindo positivamente. O Quadro 33 demonstra isso, apresentando dados sobre o abastecimento de água dos censos realizados pelo IBGE nos anos de 1991, 2000 e 2010 e organizados e disponibilizados pela FEE Dados.

Observa-se que o abastecimento de água por rede geral aumentou muito seu percentual, tanto no meio urbano quanto no rural. No urbano o aumento de residências com abastecimento por rede geral foi superior a 130%, porém, no meio rural é que ocorreu o maior aumento, atingindo percentuais próximos a 800%. Destaca-se que este percentual teve o maior incremento entre 2000 e 2010. Esses dados demonstram os programas de investimentos no abastecimento de água são recentes.

Quadro 33: Abastecimento de água nos municípios do CODEMAU.

MUNICÍPIOS	Rede Geral						Poço ou Nascente						Outra Forma					
	Urbana			Rural			Urbana			Rural			Urbana			Rural		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Alpestre	450	554	768	4	126	302	147	68	26	2.426	1.744	1.548	10	38	1	55	209	42
Ametista do Sul	-	703	1.124	-	91	394	-	134	162	-	834	683	-	62	4	-	195	24
Caiçara	181	344	522	11	25	349	80	43	55	913	969	687	61	62	-	142	53	8
Cristal do Sul	-	-	319	-	5	479	-	132	6	-	509	145	-	2	1	-	158	4
Dois Irmãos das Missões	-	-	371	-	11	201	-	-	3	-	279	132	-	271	2	-	87	5
Erval Seco	496	716	1.179	36	22	724	274	24	61	2.171	774	637	86	270	1	41	729	2
Frederico Westphalen	3.568	5.497	7.500	369	162	943	321	307	324	1.884	901	713	34	231	23	41	538	18
Gramado dos Loureiros	-	5	189	-	68	452	-	1	2	-	321	79	-	123	-	-	125	-
Iraí	1.218	1.414	1.491	2	86	186	215	206	48	1.323	889	903	34	26	6	26	19	7
Nonoai	1.704	2.427	3.013	23	28	393	211	75	44	2.909	841	465	61	33	14	38	117	8
Novo Tiradentes	-	161	215	-	5	478	-	1	-	-	104	26	-	2	1	-	364	1
Palmitinho	342	697	1.038	82	122	485	105	48	87	2.237	956	667	3	5	2	32	121	12
Pinhal	-	283	437	3	216	329	1	-	2	337	142	50	211	-	-	83	20	-
Pinheirinho do Vale	-	153	287	-	151	413	-	40	25	-	763	697	-	-	1	-	31	9
Planalto	1.221	1.565	2.013	204	100	315	127	69	61	2.539	1.241	1.044	83	43	12	99	86	8
Rio dos Índios	-	166	232	-	45	220	-	3	15	-	979	698	-	1	-	-	72	5
Rodeio Bonito	465	987	1.431	128	39	390	12	31	102	1.617	205	81	143	121	4	239	252	3
Seberi	942	1.335	1.839	198	23	1.090	254	273	186	2.040	894	553	13	49	7	11	773	11
Taquaruçu do Sul	182	258	364	13	6	372	12	7	19	480	335	156	-	-	-	1	156	3
Trindade do Sul	302	605	991	2	140	543	94	34	21	1.191	761	391	2	5	1	17	89	7
Vicente Dutra	221	482	760	7	37	459	205	172	51	1.035	698	425	78	24	15	12	275	8
Vista Alegre	115	274	385	2	40	141	58	21	13	514	398	329	-	2	-	3	35	15
Total	11.407	18.626	26.468	1.084	1.548	9.658	2.116	1.689	1.313	23.616	15.537	11.109	819	1.370	95	840	4.504	200

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

Os índices apresentados no Quadro 33 ainda revelam que o abastecimento de água realizado por poço ou nascente reduziu no meio urbano em mais de 60%, porém, na cidade a quantidade de abastecimento de água nessa modalidade não era expressiva se comparado ao meio rural, que também teve redução de praticamente 53% de residências que deixaram de utilizar poço ou nascente.

Formas alternativas de abastecimento de água, representados no Quadro 33 como outra forma de abastecimento também reduziram e encontram-se poucas residências com

esta modalidade de abastecimento.

Quanto ao esgotamento sanitário os números também demonstram que a região do CODEMAU está melhorando as condições de saneamento, porém ainda está longe de serem satisfatórios, como pode ser observado no Quadro 34. Apesar de o número de fossa séptica e coleta por rede geral ter aumentado de 2000 para 2010, existem ainda muitas residências com outras formas de destino para o esgoto.

O número de fossa rudimentar é elevado se comparado com as outras modalidades de destino do esgoto e ainda deve ser computado nessa modalidade outras formas inadequadas de destino de esgoto, como dispostos em vala, rio ou lago e outras formas de escoamento.

Salienta-se que no meio rural é praticamente inexistente a coleta por rede geral, porém houve aumento significativo de fossa séptica e também houve redução significativa de residências sem banheiro ou sanitário. Na área urbana também é expressivo o aumento do número de fossa séptica no período estudado.

Quadro 34: Esgotamento sanitário nos municípios do CODEMAU.

MUNICÍPIOS	Vala				Sem Banheiro ou Sanitário				Rio, Lago ou Mar				Rede Geral de Esgoto ou Pluvial				Outro Escoadouro				Fossa Séptica				Fossa Ruidimentar			
	Urbana		Rural		Urbana		Rural		Urbana		Rural		Urbana		Rural		Urbana		Rural		Urbana		Rural		Urbana		Rural	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Alpestre	11	27	352	163	8	-	215	51	10	2	9	3	193	136	2	3	4	-	42	33	20	212	75	125	414	418	1.384	1.514
Ametista do Sul	68	6	366	73	15	10	198	50	-	-	1	1	3	56	-	2	7	9	29	7	12	323	5	312	794	886	521	656
Caicara	1	9	49	45	2	3	25	22	-	-	9	8	1	50	-	-	-	-	18	23	240	221	11	227	205	294	935	719
Cristal do Sul	-	-	1	62	2	4	231	28	-	-	-	-	-	1	-	3	2	2	106	11	-	121	-	44	130	198	334	480
Dois Irmãos das Missões	3	1	116	7	-	3	33	10	-	-	-	1	-	9	-	4	-	-	8	21	-	6	1	44	268	357	219	251
Eral Seco	5	5	91	91	5	10	182	65	53	61	4	1	76	115	-	3	4	10	12	47	14	204	19	158	853	836	1.217	998
Frederico Westphalen	44	51	110	36	107	39	112	34	59	52	9	2	3.719	5.000	17	5	13	26	40	18	520	1.185	88	409	1.573	1.494	1.225	1.170
Gramado dos Loureiros	-	-	35	5	-	-	84	16	3	-	22	1	-	-	-	-	4	-	61	25	-	190	3	290	122	1	309	194
Iral	25	5	50	107	12	18	61	61	1	6	4	2	382	420	-	1	17	-	17	7	81	174	5	37	1.033	928	945	938
Nonoai	124	22	90	57	67	14	190	68	62	47	16	3	76	96	-	2	21	9	130	22	32	744	2	166	2.153	2.139	558	548
Novo Tiradentes	-	-	34	2	2	2	22	16	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	35	5	34	54	-	76	128	160	382	405
Palmitinho	-	8	7	86	12	5	268	40	-	-	3	2	331	203	-	1	-	12	93	32	7	419	3	405	400	480	825	598
Pinhal	2	-	101	5	-	-	23	4	-	-	1	-	1	98	-	-	-	-	3	17	1	187	33	291	279	154	217	62
Pinheirinho do Vale	-	10	14	31	-	-	33	17	-	-	1	3	1	3	-	7	-	-	5	46	-	42	7	196	192	258	885	819
Planalto	29	26	124	54	35	9	185	80	15	4	11	12	124	125	-	2	1	2	18	51	248	744	291	249	1.225	1.176	798	919
Rio dos Índios	19	6	125	46	2	2	206	53	1	-	37	3	-	1	-	-	1	-	38	30	3	9	21	34	144	229	669	757
Rodeio Bonito	43	4	12	5	9	2	59	7	6	18	-	-	25	19	-	1	7	17	6	21	294	434	-	48	755	1.043	419	392
Seberi	12	7	46	39	11	10	99	38	4	-	9	-	70	90	-	77	13	3	57	67	7	222	8	196	1.540	1.700	1.471	1.237
Tequaruçu do Sul	6	-	20	2	1	-	96	15	-	-	-	-	2	-	-	-	6	5	1	20	7	175	10	102	243	203	370	392
Trindade do Sul	8	5	69	52	2	3	129	48	2	2	14	6	-	28	-	-	1	13	19	26	9	335	49	153	622	627	710	656
Vicente Dutra	30	28	63	44	31	10	75	38	2	4	9	1	14	49	-	-	21	33	63	59	105	386	37	365	475	316	763	385
Vista Alegre	-	-	64	17	-	5	26	5	-	-	1	-	1	1	-	-	-	2	8	14	32	96	13	80	264	294	361	369
Total	430	220	1.894	972	418	143	2.509	766	218	196	160	50	5.019	6.500	19	111	122	143	809	602	1.666	6.483	681	4.007	13.812	14.191	15.517	14.459

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

A coleta de lixo demonstra melhoria nos últimos anos. No Quadro 35 pode-se observar que os domicílios atendidos com coleta de lixo aumentaram muito, tanto na área urbana quanto na rural. Na área urbana esse aumento vem acontecendo desde 1991, porém na área rural começou a partir de 2010, sendo que anteriormente praticamente não existia.

Quadro 35: Coleta de lixo nos municípios do CODEMAU.

MUNICÍPIOS	Queimado						Outro Destino						Jogado						Enterrado						Coletado					
	Urbana			Rural			Urbana			Rural			Urbana			Rural			Urbana			Rural			Urbana			Rural		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010			
Alpestre	99	70	57	442	1.264	1.105	48	12	4	1.727	223	238	66	8	-	67	91	43	53	22	21	249	440	339	341	548	713	-	61	167
Ametista do Sul	-	151	59	-	937	748	-	-	-	-	78	7	-	6	5	-	11	23	-	16	6	-	69	128	-	726	1.220	-	25	195
Caicara	95	61	46	210	718	506	9	-	-	763	28	6	31	9	-	2	115	21	35	10	-	85	182	93	152	369	531	6	4	418
Cristal do Sul	-	16	11	-	471	492	-	1	-	-	134	19	-	-	5	-	2	20	-	5	5	-	54	66	-	112	305	-	11	31
Dois Irmãos das Missões	-	1	7	-	267	210	-	-	5	-	6	5	-	-	-	-	31	-	-	-	-	-	73	71	-	270	364	-	-	52
Ervail Seco	281	95	29	580	989	667	8	4	-	647	80	9	96	9	-	820	121	13	101	23	7	193	244	97	370	879	1.205	8	91	577
Frederico Westphalen	241	161	99	689	867	894	9	18	9	1.110	298	53	136	77	14	86	96	14	78	21	9	173	249	223	3.459	5.758	7.716	236	91	490
Gramado dos Loureiros	-	10	-	-	344	140	-	-	-	-	5	3	-	-	-	-	107	4	-	1	-	-	54	36	-	118	191	-	4	348
Iraí	337	187	26	466	667	681	66	2	-	496	26	29	44	32	4	12	57	38	83	20	2	377	239	163	937	1.405	1.513	-	5	185
Nonoai	311	68	57	1.578	624	636	30	5	1	939	130	15	261	38	2	54	87	15	53	30	13	393	141	166	1.321	2.394	2.998	6	4	34
Novo Tiradentes	-	6	4	-	333	379	-	-	-	-	30	-	-	-	-	-	21	2	-	3	-	-	70	116	-	155	211	-	19	8
Palmitinho	107	64	46	578	887	702	4	1	2	1.299	180	7	82	9	2	103	12	28	10	13	10	327	99	97	247	663	1.067	44	21	330
Pinhal	162	10	1	187	263	151	1	-	-	219	2	-	13	2	-	1	43	4	36	3	-	16	66	19	-	268	438	-	4	205
Pinheiro do Vale	-	6	7	-	219	628	-	7	-	-	689	8	-	1	-	-	12	14	-	1	2	-	18	67	-	178	304	-	7	402
Planalto	260	201	52	879	791	788	106	3	3	1.583	245	57	149	68	1	32	86	51	122	78	13	253	298	184	794	1.327	2.017	95	7	287
Rio dos Índios	-	42	11	-	735	682	-	1	-	-	63	14	-	2	1	-	163	21	-	23	4	-	135	166	-	102	231	-	-	40
Rodeio Bonito	120	175	53	628	307	303	17	4	9	1.193	71	7	36	19	3	22	39	8	16	20	24	96	74	55	431	921	1.448	45	5	101
Seberí	223	160	63	600	1.196	570	2	10	1	1.466	193	18	53	38	2	27	44	15	65	26	8	118	204	88	866	1.423	1.958	38	53	963
Taquaruçu do Sul	51	2	1	63	320	72	-	1	1	188	43	5	11	1	-	8	37	13	32	2	19	235	95	15	100	259	362	-	2	426
Trindade do Sul	53	53	13	616	679	406	2	-	1	535	27	2	75	7	-	22	145	27	9	12	-	33	123	70	259	572	999	4	16	436
Vicente Dutra	268	158	82	261	720	679	19	8	3	585	81	7	53	49	4	6	113	25	60	13	1	199	85	102	104	450	736	3	11	79
Vista Alegre	35	9	3	92	252	288	6	-	-	289	1	12	80	-	-	7	61	5	52	2	1	131	158	96	-	286	394	-	1	84
Total	2.643	1.706	727	7.869	13.850	11.727	327	77	39	13.039	2.633	521	1.186	375	44	1.269	1.494	404	805	344	145	2.878	3.170	2.457	9.381	19.183	26.921	485	442	5.858

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

Chama a atenção a quantidade domicílios no meio rural que queimam o lixo, por outro lado, a modalidade de destino classificada como outro destino praticamente não existe mais, assim como a modalidade jogado.

A maioria dos municípios do CODEMAU, 17 dos 22, são integrantes do CIGRES - Consórcio Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos, sendo eles: Ametista do Sul, Caiçara, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Erval Seco, Frederico Westphalen, Iraí, Novo Tiradentes, Palmitinho, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rodeio Bonito, Seberi, Taquaruçu do Sul, Vicente Dutra, Vista Alegre. O CIGRES é um consócio formado por 31 municípios que foi criado como uma alternativa para atender a região e seus municípios, no que diz respeito a resíduos sólidos urbanos, viabilizando a implantação de novos programas e tecnologias que possam apoiar o desenvolvimento autossustentável voltado para uma proteção do meio ambiente e uma busca pela qualidade de vida da população (<http://www.cigres.com.br/> Acesso em: 08 jun. 2016).

Os demais municípios, Alpestre, Gramado dos Loureiros, Nonoai, Rio dos Índios, e Trindade do Sul integram a CONIGEPU – Consórcio Intermunicipal de Cooperação e Gestão Pública, localizado em Trindade do Sul-RS, que abrange 12 municípios.

13.6 Segurança Pública

Quanto à segurança pública na região do CODEMAU, considerando as limitações de efetivo e viaturas da Brigada Militar – BM e da Polícia Civil – PC, pode-se considerar uma região tranquila, em função do trabalho que os policiais militares e civis realizam em consonância com a Justiça e o Ministério Público, o que dá tranquilidade à população, o mesmo ocorrendo com os serviços prestados pela unidade do Corpo de Bombeiros.

13.6.1 Número de presídios, capacidade penal e efetivo carcerário

As estatísticas apresentadas no Quadro 36, no período de 2010 a 2014, demonstram os dois presídios na região do CODEMAU. Um em Frederico Westphalen com capacidade para 84 (oitenta e quatro) detentos e o outro em Iraí, com capacidade de 96 (noventa e seis) detentos. Pode-se observar que o efetivo carcerário vem crescendo, tanto em Frederico Westphalen, quanto em Iraí que já ultrapassa muito a capacidade penal dos presídios.

Quadro 36: Capacidade e Efetivo nos Presídios.

Município	Efetivo carcerário					Capacidade penal				
	2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014
Frederico Westphalen	142	143	154	139	155	84	84	84	84	84
Iraí	87	100	81	79	85	96	96	96	96	96
Total	229	243	235	218	240	180	180	180	180	180

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

Nota-se que a capacidade penal, somados os dois presídios, é de 180 apenados, porém em 2014 haviam 240 apenados. O maior problema acontece no presídio de Frederico Westphalen, que em 2014 tinha capacidade para 84 apenados e tinha um efetivo carcerário de 155.

Vislumbra-se a necessidade da construção de um Presídio Público Privado (PPP) na abrangência deste COREDE, com capacidade para 500 apenados, sendo desativadas as instituições prisionais existentes na região.

13.6.2 Efetivos da Brigada Militar e da Polícia Civil

A Região do CODEMAU conta com atuação da Brigada Militar e da Polícia Civil. A Brigada Militar, de forma geral opera com efetivo insuficiente, na ordem de aproximadamente 50%, obrigando a maioria dos municípios a dar cobertura a outros municípios.

Observa-se no Quadro 37 que 15 municípios têm delegacia de Polícia Civil e que 07 não tem, porém, os municípios que não tem delegacia são atendidos por delegacias de outros municípios. Entretanto, o efetivo de policiais e agentes administrativos é insuficiente, bem como o número de viaturas, que em algumas delegacias encontram-se sucateadas com necessidade de substituição.

Quadro37: Efetivos da Polícia Civil na Região do CODEMAU.

Município	Efetivo		Viaturas	Municípios com unidade	Município atendido por outro
	Administrativo	Policiaimento		Delegacia	
Alpestre	-	01	01	01	-
Ametista do Sul	-	02	02	01	-
Caiçara	-	01	02	01	-
Cristal do Sul	-	-	-	-	RODEIO BONITO
Dois Irmãos das Missões	-	-	-	-	ERVAL SECO
Eerval Seco	01	02	01	01	-
Frederico Westphalen	01	13*	05*	01	-
Gramado dos Loureiros	-	-	-	-	NONOAI
Iraí	-	03	03	01	-
Nonoai	01	07	04	01	-
Novo Tiradentes	-	-	-	-	PINHAL
Palmitinho	-	02	01	01	-
Pinhal	-	02*	01	01	-
Pinheirinho do Vale	-	-	-	-	PALMITINHO
Planalto	-	05	03	01	-
Rio dos Índios	-	-	-	-	NONOAI
Rodeio Bonito	-	03	04	01	-
Seberi	-	03	04	01	-
Taquaruçu do Sul	-	02	01	01	-
Trindade do Sul	-	-	-	-	Nonoai
Vicente Dutra	01	01	01	01	-
Vista Alegre	-	02	01	01	-

Fonte: Delegacia de Polícia Regional. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

De acordo com dados da Fundação de Economia e Estatística, como demonstra o Quadro 38, o número de roubos e furtos, assim como os latrocínios e homicídios na Região do CODEMAU, mantém-se estável nos últimos anos, diferentemente do que ocorre no Estado. Por outro lado, roubos e furtos de veículos aumentaram na região, em índices superiores aos índices registrados no estado.

Quadro 38: Furtos e roubos na Região do CODEMAU.

MUNICÍPIOS	Roubos			Roubo de Veículo			Latrocínio			Furto de Veículo			Furtos			Homicídio Doloso		
	2011	2013	2015	2011	2013	2015	2011	2013	2015	2011	2013	2015	2011	2013	2015	2011	2013	2015
Alpestre	4	-	2	-	-	2	-	-	0	-	1	9	58	91	82	-	1	0
Ametista do Sul	-	4	1	-	-	0	-	-	0	1	3	12	66	48	74	2	-	1
Cajçara	-	2	1	-	-	1	-	-	1	1	-	2	25	31	34	1	-	0
Cristal do Sul	-	-	1	-	2	0	-	-	0	-	1	0	6	9	13	2	-	0
Dois Irmãos das Missões	1	-	3	-	-	0	-	-	0	-	-	0	18	11	8	-	-	0
Erval Seco	3	-	5	-	-	0	-	-	0	2	2	7	49	31	58	1	2	1
Frederico Westphalen	36	20	22	2	2	3	-	-	0	12	23	26	384	301	377	2	4	3
Gramado dos Loureiros	-	2	1	-	-	5	-	-	0	1	1	0	15	20	6	1	-	0
Iraí	8	16	7	-	-	0	-	-	0	3	2	2	60	89	103	2	2	0
Nonoai	10	16	13	2	3	7	-	-	0	14	6	10	235	195	157	1	1	3
Novo Tiradentes	1	-	0	-	-	0	-	-	0	1	-	0	7	8	15	-	-	0
Palmitinho	1	1	1	-	-	0	-	-	0	3	1	5	59	14	53	1	-	3
Pinhal	2	3	6	-	-	1	-	-	0	1	2	2	31	29	45	-	-	1
Pinheirinho do Vale	1	2	0	-	-	0	-	-	0	3	-	1	22	13	19	-	-	0
Planalto	8	4	3	-	-	0	-	-	0	4	7	6	97	146	107	1	2	1
Rio dos Índios	-	-	1	-	-	4	-	-	0	-	2	1	39	38	18	-	1	1
Rodeio Bonito	-	1	2	-	-	0	-	-	0	1	5	6	38	34	62	-	-	0
Seberi	6	6	6	-	-	0	-	-	0	5	3	13	138	74	140	2	3	1
Taquaruçu do Sul	-	1	1	1	-	0	-	-	0	-	-	2	20	13	14	-	-	1
Trindade do Sul	5	7	7	-	-	2	-	-	0	3	6	13	36	56	37	1	2	1
Vicente Dutra	-	1	0	-	-	0	1	-	0	-	3	2	28	28	28	1	1	2
Vista Alegre	-	-	2	-	-	0	1	-	0	-	-	0	19	11	24	-	-	0
CODEMAU	86	86	85	5	7	25	2	0	1	55	68	119	1450	1290	1474	18	19	19
ESTADO	44.922	52.508	79.112	10.967	11.986	18.142	82	131	140	14.650	16.883	20.409	166.694	166.340	158.009	1.743	1.935	2.429

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

O Corpo de Bombeiros atua na região com três unidades, sendo uma no município de Frederico Westphalen, que conta com um efetivo de 11 militares, sendo um administrativo e 10 bombeiros. Esta unidade conta ainda com quatro viaturas leves e duas pesadas e atende, além do município de Frederico Westphalen, mais 14 municípios do CODEMAU. A unidade do município de Nonoai atende mais cinco municípios do COREDE e conta com seis militares, sendo um administrativo e cinco bombeiros, além de duas viaturas leves e duas pesadas. Apenas um município é atendido por unidade que não pertence ao CODEMAU, o município de Dois Irmãos das Missões, que é coberto pela unidade de Palmeira das Missões, a qual conta com 13 militares, sendo um administrativo e 12 bombeiros. Esta unidade conta ainda com quatro viaturas leves e três pesadas.

Cabe destacar que as últimas Consultas Populares foram possíveis priorizar um número significativo de viaturas novas para a Brigada Militar, para a Polícia Civil e para o Corpo de Bombeiros, praticamente todas as viaturas entregues, somando ao Projeto Cidadão Seguro.

13.7 Representação política na região do CODEMAU

A representatividade política constitui-se em um instrumento muito importante no exercício da cidadania para construção de uma sociedade democrática forte.

A região do CODEMAU conta com a seguinte representação política no cargo de prefeito: Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, 07 (sete); Partido Progressista – PP, 06 (seis); Partido Democrático Trabalhista – PDT, 05 (cinco); PSDB – Partido da Social Democrática Brasileira, 02 (dois); Partido dos Trabalhadores – PT, 01 (um), e Partido Socialista Brasileiro – PSB, 01 (um).

13.8 Número de vereadores

Quanto ao número de vereadores, considerando que 21(vinte e uma) câmaras municipais são formadas por nove vereadores e uma câmara municipal é formada por 11 vereadores, na região totaliza 200 (duzentos) vereadores de várias agremiações partidárias.

14 DIMENSÃO ECONÔMICA

14.1 Dados sobre a economia regional

O PIB – Produto Interno Bruto, é a soma de todos os bens e serviços produzidos em um País, Estado ou Município, num determinado período de tempo, ou seja, corresponde ao total produzido pelos setores primário, secundário e terciário. O PIB demonstra o crescimento da economia de um País, Estado ou Município. A renda Per Capita obtém-se dividindo o total da produção PIB/Renda Nacional pelo número de habitantes.

A evolução do PIB dos anos de 2009 a 2013, na Região do CODEMAU, pode ser observada no Quadro 39, distribuídos em: PIB Total do Rio grande do Sul, PIB Total dos Municípios do CODEMAU, Média do PIB municipal, PIB Per Capita Municipal e participação do PIB regional na formação do PIB estadual.

Observa-se que o PIB dos municípios do CODEMAU vem aumentando ano a ano, refletindo no PIB Per Capita e na soma dos PIBs municipais, que formam a atividade econômica do CODEMAU. No período observado dois municípios tiveram aumento superior a 100% no seu PIB total e apenas um município teve aumento inferior a 30%, contudo, constata-se que o crescimento médio do PIB municipal no CODEMAU supera os 60%, enquanto que no mesmo período o crescimento médio do PIB do Estado ficou abaixo de 54%. Os dados apresentados demonstram que a região está em pleno processo de crescimento e que as ações que vem sendo desenvolvidas pelas instituições públicas e privadas estão resultando no Desenvolvimento Regional almejado por todos.

Pode-se observar que no ano de 2010 a contribuição do PIB regional na formação do PIB estadual superou os 0,90%, sendo neste ano a maior contribuição da região no PIB que, mesmo havendo pequena variação, manteve-se acima deste percentual até o ano de 2013. A perspectiva é que estes percentuais apresentados aumentem quando for realizado novo cálculo, pois posterior à 2013 novas indústrias, frigoríficos de aves e suínos, granjas de suinocultura, entre outros, foram implantados na região e seus dados serão computados para resultado dos próximos anos.

Quadro 39: Evolução do PIB Total e PIB Per Capita 2009-2013.

MUNICÍPIOS	2009			2010			2011			2012			2013			Crescimento	
	PER CAPITA	PIB (R\$)	PER CAPITA	PIB (R\$)	PER CAPITA	PIB (R\$)	PER CAPITA	PIB (R\$)	PER CAPITA	PIB (R\$)	PER CAPITA	PIB (R\$)	PER CAPITA	PIB (R\$)	PER CAPITA	PIB (%)	
Alpestre	9.853	87.491.801	13.431	107.812.902	19.378	153.896.975	20.428	157.068.700	14.005	110.236.181	42%	26%					
Ametista do Sul	6.303	53.812.465	9.244	67.693.349	9.672	70.954.479	11.329	82.812.048	9.597	72.551.921	52%	35%					
Caiçara	11.629	60.934.038	12.353	62.639.982	13.126	66.313.099	13.863	69.246.828	15.650	80.568.382	35%	32%					
Cristal do Sul	8.677	26.889.030	12.652	35.753.779	13.214	37.343.893	12.433	35.049.937	15.554	45.338.737	79%	69%					
Dois Irmãos das Missões	19.753	48.276.814	25.948	55.969.467	31.348	67.492.197	31.348	46.457.768	40.785	89.401.089	106%	85%					
Erval Seco	11.381	93.280.637	15.286	120.422.631	17.349	135.979.212	17.132	131.604.746	24.456	193.177.535	115%	107%					
Frederico Westphalen	17.829	506.852.293	25.036	722.243.989	21.606	626.417.734	21.748	634.129.232	26.114	789.981.063	46%	56%					
Gramado dos Loureiros	9.184	22.032.274	11.922	27.049.989	14.466	32.693.436	14.029	31.256.702	17.579	40.343.588	91%	83%					
Iraí	9.022	76.850.193	10.931	88.298.589	11.973	96.262.743	14.223	112.389.661	15.193	123.553.495	68%	61%					
Nonoai	15.522	195.587.360	18.344	221.527.802	20.313	245.100.264	19.188	229.526.343	22.907	282.854.828	48%	45%					
Novo Tiradentes	10.661	25.447.405	13.182	30.014.450	15.598	35.453.558	14.003	31.605.684	18.149	42.288.073	70%	66%					
Palmitinho	10.565	75.371.622	12.455	86.189.234	14.161	98.109.849	16.350	113.095.009	18.182	130.112.787	72%	73%					
Pinhal	16.660	40.000.998	18.952	47.664.039	19.739	49.682.868	20.113	50.582.971	21.704	56.474.795	30%	41%					
Pinheirinho do Vale	10.791	50.016.542	12.186	54.873.618	12.709	57.406.961	13.925	63.289.767	13.826	65.188.266	28%	30%					
Planalto	8.817	94.638.698	11.055	116.338.870	11.946	125.439.836	13.398	139.433.189	12.734	136.754.988	44%	45%					
Rio dos Índios	10.033	42.060.306	13.106	47.391.269	14.184	50.678.692	14.445	49.879.444	20.174	71.235.205	101%	69%					
Rodeio Bonito	10.665	62.711.412	13.140	75.465.431	15.051	86.575.548	15.585	89.487.669	19.277	114.542.166	81%	83%					
Seberi	12.321	136.735.014	15.067	164.259.689	16.793	182.906.714	16.972	183.788.979	23.135	258.830.770	88%	89%					
Taquaruçu do Sul	12.146	35.527.643	15.313	45.478.222	14.926	44.330.398	16.864	50.137.473	25.569	78.700.767	111%	122%					
Trindade do Sul	11.434	69.803.026	14.452	83.635.370	15.375	88.974.017	14.576	84.062.431	21.571	128.604.943	89%	84%					
Vicente Dútra	10.268	57.366.671	10.964	57.945.872	12.091	63.585.360	14.444	74.500.943	14.624	77.578.005	42%	35%					
Vista Alegre	12.954	37.981.392	16.802	47.583.581	15.471	43.753.153	16.466	46.236.660	18.229	52.845.125	41%	39%					
MÉDIA PER CAPITA	11.658		14.628		15.931		16.494		19.501		67%						
TOTAL PIB		1.899.667.634		2.366.252.124		2.459.350.986		2.505.642.184		3.041.162.709		60,09%					
PIB RS		215.863.000.000		252.482.000.000		263.633.000.000		277.657.000.000		331.095.183.000		53,38%					
Participação - PIB-RS		0,88%		0,94%		0,93%		0,90%		0,92%							

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

Um fator positivo é o reflexo que o crescimento do PIB total alavanca o PIB Per Capita, no qual quatro municípios tiveram aumento superior a 100% e apenas três municípios tiveram aumento inferior a 40%, ficando o crescimento médio do PIB Per Capita superior a 67%.

Outro indicador importante é o VAB – Valor Adicionado Bruto, que é o resultado final da atividade produtiva no decurso de um período determinado. O Quadro 40 apresenta o VAB dos municípios do CODEMAU e do Estado do Rio Grande do Sul. Observa-se que houve aumento nos índices totais deste indicador, assim como nos segmentos que dinamizam a economia.

O período analisado compreende os anos de 2010 a 2013 e percebe-se aumento superior a 65% no VAB total do CODEMAU, ficando um pouco abaixo do aumento do Estado que foi de 72,09%. Ressalva-se que o aumento no VAB do Estado mantém-se mais homogêneo em níveis percentuais e que no CODEMAU houve maior aumento no último ano analisado, 2013. Pelas perspectivas preliminares, considerando novos investimentos, os anos subsequentes terão um crescimento ainda maior, dois frigoríficos de ponta começaram a produzir, um de suínos e outro de aves, somando a outros investimentos.

Dos segmentos que compõe o VAB, serviços é o que mais contribui, superando 65% do total. A indústria é o segundo segmento em contribuição, seguida pela agropecuária.

Quadro 40: VAB – Valor Adicionado Bruto a preços básicos.

MUNICÍPIOS	Total (R\$ mil)				Indústria (R\$ mil)				Agropecuária (R\$ mil)				Serviços							
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	Total (R\$ mil)			Administração Pública (R\$ mil)				
														2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012
Alpedre	77.119	81.995	78.308	106.370	4.507	3.899	3.828	4.599	33.450	36.556	29.349	46.764	39.161	41.540	45.131	55.008	21.436	22.493	24.650	29.689
Ametista do Sul	48.726	52.753	59.686	68.587	7.918	8.515	10.471	12.090	9.652	9.976	10.729	13.011	31.156	34.262	38.487	43.485	19.791	21.264	23.124	26.392
Caçara	50.238	56.662	54.779	78.850	2.733	3.032	3.343	3.915	23.418	26.764	23.057	40.642	24.088	26.867	28.379	34.294	14.403	15.602	16.445	19.485
Cristal do Sul	29.343	30.729	28.143	44.374	1.035	950	1.170	1.527	15.497	15.921	12.091	23.851	12.812	13.858	14.882	18.996	8.410	8.954	10.124	12.334
Dois Irmãos das Missões	54.030	64.934	38.076	86.290	3.318	3.975	2.631	3.464	32.445	39.832	17.165	53.977	18.268	21.127	18.280	28.849	8.091	8.929	10.003	12.505
Enal Seco	97.562	119.787	115.498	181.057	6.183	7.439	7.308	7.726	40.747	48.006	29.943	73.761	50.632	64.341	78.247	99.571	20.444	21.797	23.413	27.080
Frederico Westphalen	547.605	558.283	602.115	713.383	111.865	139.798	140.313	137.703	36.009	43.491	34.742	62.657	399.731	374.995	427.060	513.023	69.228	75.419	86.245	101.832
Gramado dos Loureiros	23.141	27.269	21.234	39.622	776	1.141	965	1.580	11.128	13.122	7.719	22.275	11.237	13.006	12.551	15.766	7.818	8.528	9.056	10.295
Iraí	73.823	83.512	93.262	117.667	4.331	5.243	6.865	8.647	20.329	23.088	23.268	36.421	49.163	55.182	63.128	72.598	19.313	20.746	23.386	26.755
Nonoai	167.534	206.498	200.339	261.069	11.354	14.856	18.242	22.271	36.340	43.958	40.194	72.249	119.841	147.684	141.903	166.549	32.031	34.848	38.417	41.540
Novo Tiradentes	24.242	32.322	26.842	41.032	873	1.353	1.066	1.251	11.295	15.679	10.563	21.460	12.073	15.291	15.213	18.320	7.266	8.043	9.186	10.343
Palmatinho	75.759	90.670	99.289	125.092	9.470	15.756	20.577	20.999	24.479	27.134	23.585	37.192	41.810	47.780	55.127	66.900	17.829	19.668	21.553	25.922
Pinhal	33.526	37.589	39.066	53.898	5.061	6.497	8.588	9.290	13.963	15.105	13.084	24.557	14.502	15.987	17.394	20.052	8.046	8.547	9.404	11.274
Pinheirinho do Vale	43.291	47.573	48.891	63.457	2.780	3.772	4.145	3.603	19.186	19.975	18.303	29.036	21.325	23.825	26.442	30.817	13.053	14.135	15.592	18.617
Planalto	91.410	98.820	106.166	129.305	11.517	12.045	12.365	12.485	17.260	18.797	16.931	28.508	62.633	67.978	76.870	88.312	25.552	27.289	29.765	34.714
Rio dos Índios	37.761	44.205	40.777	68.545	1.416	1.656	1.642	3.855	16.088	19.219	13.962	32.271	20.257	23.331	25.173	32.420	11.113	12.065	13.441	15.810
Rodeio Bonito	66.359	79.817	81.275	104.449	10.763	15.047	14.437	12.635	15.992	17.990	13.923	28.722	39.603	46.781	52.915	63.092	15.278	16.791	18.299	22.316
Seberi	142.781	171.073	168.167	241.290	10.918	15.364	22.470	22.239	49.502	57.489	31.908	79.742	82.361	98.221	113.790	139.310	28.512	31.063	34.623	40.626
Taquaruçu do Sul	36.603	38.467	41.225	72.651	1.724	1.871	3.140	5.907	13.831	15.183	12.595	23.572	21.049	21.413	25.490	43.172	9.387	10.395	11.573	13.727
Trindade do Sul	71.218	79.549	70.531	120.170	8.380	10.241	12.307	15.269	25.860	27.165	13.059	44.686	36.978	42.144	45.166	60.215	15.543	17.342	19.507	22.623
Vicente Dutra	44.982	51.666	58.833	76.207	1.908	2.137	2.910	3.308	19.346	23.349	26.720	38.079	23.727	26.180	29.203	34.820	14.776	15.926	17.333	20.953
Vista Alegre	37.084	36.598	34.578	50.664	1.213	1.336	1.459	1.751	16.339	17.191	13.550	23.491	19.532	18.071	19.569	25.422	8.754	9.788	10.652	12.439
CODEMAU	1.874.138	2.090.773	2.107.083	2.844.029	220.044	275.921	300.243	316.114	502.154	574.990	436.439	856.925	1.151.940	1.239.862	1.370.401	1.670.990	396.074	429.632	475.791	557.169
Rio Grande do Sul	205.807.793	226.285.449	244.953.796	285.483.671	57.499.409	61.446.640	65.993.614	69.500.270	17.162.698	18.881.460	16.297.341	28.798.796	131.145.686	145.957.349	162.262.240	187.184.606	28.712.844	31.370.757	34.452.311	40.545.178

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

14.2 Composição da economia regional

O Quadro 41 apresenta o número de empregos por vínculos empregatícios ativos por CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

Quadro 41: Emprego - Número de Vínculos Empregatícios ativos por CNAE.

MUNICÍPIOS	Comércio						Indústria												Serviços						Outros						TOTALS					
	2010		2011		2012		2013		Construção			Transformação			Extrativas						2010		2011		2012		2013		2010		2011		2012		2013	
	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013	2010	2011	2012	2013				
Alpestre	176	173	172	186	14	11	-	2	31	36	39	27	-	-	-	-	1	3	2	2	61	64	67	56	292	307	307	366	639							
Ametista do Sul	207	243	274	263	9	14	7	6	99	156	223	163	-	-	1	3	-	-	-	-	18	22	21	23	277	291	358	370	829							
Caíçara	74	90	83	96	8	5	3	12	20	29	28	26	-	-	-	-	-	-	-	8	8	9	10	236	308	320	329	473								
Crystal do Sul	23	23	23	36	1	-	-	-	7	-	36	40	-	-	-	-	3	4	5	7	3	5	3	5	181	206	154	208	296							
Dois Irmãos das Missões	15	22	27	32	1	1	1	-	-	3	-	-	-	-	-	-	93	104	108	107	5	3	3	1	195	212	206	227	367							
Erval Seco	235	250	249	274	13	-	1	2	112	105	86	84	-	-	-	-	30	39	37	40	41	44	46	48	303	324	312	333	781							
Frederico Westphalen	2.018	2.225	2.319	2.443	531	597	706	755	2.247	2.320	2.466	2.435	103	44	46	23	29	22	23	40	931	1.018	1.036	1.153	1.463	1.708	1.776	1.988	8.837							
Gramado dos Loureiros	9	13	14	16	-	-	-	-	5	23	28	34	-	-	-	-	20	8	9	6	-	-	-	1	142	163	147	141	198							
Iraí	186	187	201	210	4	2	14	10	51	51	46	40	-	-	-	7	2	2	2	122	113	91	90	359	387	370	374	726								
Nonoai	479	557	600	643	62	56	55	52	100	170	197	220	-	-	-	-	46	52	57	52	143	210	119	221	565	622	632	666	1.854							
Novo Tiradentes	25	36	42	41	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	16	2	5	134	143	154	146	192							
Palmitinho	180	191	195	209	108	181	223	242	160	123	185	184	-	-	-	-	-	3	7	3	88	89	99	89	313	329	336	368	1.095							
Pinhal	145	52	59	51	59	68	81	83	145	144	155	144	-	-	-	-	33	31	32	36	16	12	13	15	147	162	163	179	508							
Pinheiro do Vale	65	84	83	73	17	33	27	23	73	85	61	71	-	-	-	-	23	27	21	23	10	12	12	16	210	254	233	242	448							
Planalto	340	347	395	388	67	89	14	9	295	346	322	304	-	-	-	-	2	1	-	-	59	60	60	72	437	406	467	472	1.245							
Rio dos Índios	2	18	26	22	-	-	-	24	2	2	1	1	-	-	-	-	2	4	5	3	1	2	3	2	228	229	204	230	282							
Rodeio Bonito	221	254	253	271	61	80	64	25	220	241	225	255	2	4	2	3	53	63	74	91	82	87	92	84	318	339	367	429	1.158							
Seberi	369	432	445	480	79	46	132	79	133	188	207	253	3	2	3	3	74	71	70	61	61	73	82	93	654	622	682	742	1.711							
Taquaruçu do Sul	101	108	91	105	14	7	1	60	32	45	81	47	3	-	-	-	12	11	4	15	21	25	23	22	163	166	178	199	448							
Trindade do Sul	124	183	174	236	36	2	52	3	24	57	86	119	-	-	-	-	19	16	17	18	17	25	21	23	273	355	343	397	796							
Vicente Dutra	57	49	53	64	2	-	1	1	6	6	6	8	-	-	-	-	3	3	2	2	6	4	4	3	266	249	250	231	309							
Vista Alegre	45	46	44	52	1	-	-	-	26	30	39	31	-	-	-	-	48	53	45	43	6	7	8	6	139	179	152	198	330							
TOTAL	5.096	5.583	5.822	6.191	1.088	1.192	1.382	1.388	3.788	4.160	4.517	4.486	111	50	52	32	498	517	520	552	1.702	1.899	1.814	2.038	7.295	7.961	8.111	8.835	23.522							

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

Observa-se que o Comércio é o setor com mais vínculos empregatícios, seguido pela indústria (construção, transformação e extrativista). Serviços é o terceiro setor em número de empregos e a agropecuária e a pesca são os setores que menos empregam.

Ainda o Quadro 41 demonstra que o setor que engloba outros tipos de vínculos é expressivo em número de empregos, pois nesta classificação estão todas as demais formas que não aparecem nos setores comércio, indústria, agropecuária e pesca e serviços.

Na produção agrícola, destaca-se a produção de grãos e dentre os principais produtos agrícolas produzidos na região estão o milho, a soja, o trigo e o feijão. O Quadro 42 apresenta uma evolução na produção e na área plantada nos municípios do CODEMAU, e pode-se observar que a produção de trigo oscila no período analisado, apresentando pequeno crescimento, tanto na produção quanto na área plantada, porém é pouco expressiva.

A soja revela uma dinâmica diferente, demonstrando evolução na forma de cultivo, seja pela criação de novas variedades, seja pela tecnificação da atividade. Os dados levantados revelam que a área plantada teve pequeno aumento no período analisado, porém a produtividade aumentou mais de 85%, evidenciando uma evolução importante na tecnologia empregada na atividade, desde a pesquisa por novas variedades mais adaptadas e produtivas até o desenvolvimento de máquinas e equipamentos que permitem melhor aproveitamento das áreas cultivadas.

Dinâmica ainda maior pode ser observada na produção de milho, que mesmo reduzindo em mais de 30% a área plantada, aumentou a produtividade em mais de 300% no período analisado, evidenciando avanços tecnológicos importantes tanto na pesquisa de novas variedades quanto na tecnificação na forma de cultivo. Percebe-se que o maior crescimento ocorreu entre os anos de 1996 e 2006, quando a produção aumentou mais de 100%, mantendo-se em crescimento até o final do período analisado.

Outra cultura importante, principalmente para subsistência, é a do feijão, porém está em declínio na região, tanto em área cultivada quanto em produção. O Quadro 42 demonstra que a área plantada com feijão reduziu, porém, a redução mais expressiva é na produção, que diminuiu para menos de 25% em 2014, em relação a 1996. Observa-se que esta redução é gradativa, pois em 2006 já havia reduzido pela metade, em relação a 1996.

Ressalta-se que na década de 90 a produção de feijão ocupava posição de destaque na região do Médio Alto Uruguai em área plantada e produção, sendo que o município de Alpestre, neste período, era considerado a capital do feijão. O esgotamento do solo e a falta de tecnologias, bem como as condições climáticas foram gradualmente desestimulando o plantio e a produção de feijão. Outro fator que contribuiu para a redução da área plantada com feijão foi a inserção de novas atividades pecuárias, como a atividade leiteira, que ocupou as áreas para cultivar pastagens perenes e forrageiras para alimentação do gado leiteiro, além da suinocultura e da avicultura, que demandam grãos como milho e soja para a alimentação dos animais. Outras atividades agrícolas também perderam espaço para esta nova matriz de produção agropecuária que está em fase de expansão, como é o caso do trigo e do fumo.

Alguns municípios se destacam na produção de grãos em relação a outros, isso se deve principalmente pelo relevo e aptidão agrícola característica de cada município e também pela área dos municípios, que varia de 68,2Km² à mais de 468,9Km². A média das propriedades em hectares dos 22 municípios do CODEMAU é de 15,98 ha.

Quadro 42: Principais produtos agrícolas dos municípios do CODEMAU.

MUNICÍPIOS	Trigo						Soja						Milho						Feijão					
	Produção (t)		Área (ha)		Produção (t)		Área (ha)		Produção (t)		Área (ha)		Produção (t)		Área (ha)		Produção (t)		Área (ha)					
	1996	2006	2014	1996	2006	2014	1996	2006	2014	1996	2006	2014	1996	2006	2014	1996	2006	2014	1996	2006	2014			
Alpestre	702	19	81	650	30	45	2.061	594	504	1.684	400	300	10.643	16.368	31.680	5.741	12.000	8.000	6.171	3.252	681	9.183	3.000	570
Ametista do Sul	24	-	75	51	-	75	747	525	432	678	700	400	1.938	6.885	3.780	1.269	2.700	900	236	1.060	225	660	900	200
Caicara	480	158	450	400	200	300	2.663	5.100	6.500	1.645	2.500	2.500	5.832	16.982	26.951	2.693	5.800	5.001	1.418	3.450	780	2.800	1.950	450
Cristal do Sul	-	1.350	588	-	900	600	-	9.120	9.120	-	3.800	3.800	-	21.600	27.000	-	4.000	3.000	-	810	245	-	540	100
Dois Irmãos das Missões	6.944	1.050	3.500	3.968	1.500	3.500	33.435	31.500	40.500	15.000	15.000	15.000	6.776	14.400	21.600	3.400	3.000	3.000	126	70	384	180	80	280
Enval Seco	4.800	2.000	3.150	3.000	2.000	3.500	21.312	19.500	32.000	18.500	13.000	12.800	9.690	16.800	33.750	7.000	6.000	4.500	421	576	278	662	530	240
Frederico Westphalen	2.520	493	678	1.500	360	600	5.627	15.050	16.800	3.657	7.000	7.000	10.434	28.800	25.200	4.503	8.000	4.200	1.384	2.460	1.062	3.844	1.640	590
Gramado dos Loureiros	900	420	839	600	400	500	4.480	9.408	18.206	3.600	4.200	5.600	2.667	8.640	6.117	4.900	1.800	1.100	197	122	420	1.010	115	300
Iraí	726	384	290	840	800	300	2.000	6.682	10.560	1.230	3.700	4.400	4.717	11.583	33.000	2.307	5.850	5.500	1.560	2.938	1.179	2.450	3.200	750
Nonoai	3.168	4.000	7.800	2.200	2.000	6.500	22.626	45.900	47.250	11.460	17.000	17.500	14.219	30.600	35.700	7.912	6.000	3.500	549	360	1.538	1.440	200	1.160
Novo Tiradentes	180	144	810	150	200	900	2.252	1.900	3.240	4.900	1.000	1.200	2.856	6.000	15.120	5.300	4.000	1.800	280	69	96	1.300	60	60
Palmitinho	370	38	224	350	35	200	2.528	1.440	1.470	3.018	1.600	700	11.040	10.800	9.450	12.773	5.000	2.250	394	540	310	791	400	200
Pinhal	588	56	450	600	80	600	2.016	3.200	2.750	1.800	2.000	1.100	2.955	8.910	15.870	4.000	3.300	2.300	436	630	44	982	500	45
Pinheiro do Vale	158	54	180	150	30	100	2.496	1.800	1.980	1.395	1.000	900	4.080	7.174	6.500	1.785	3.600	1.300	302	132	121	486	110	85
Planalto	1.800	45	156	1.500	50	130	1.569	864	2.160	1.511	1.200	1.200	6.976	6.300	17.112	4.337	4.200	3.100	3.034	4.560	342	5.579	4.000	330
Rio dos Índios	1.440	2.520	6.528	1.800	1.200	3.200	13.400	18.000	15.300	7.000	7.500	7.500	5.765	10.500	10.046	3.850	2.500	1.800	742	160	312	2.218	160	250
Rodeio Bonito	1.425	108	360	950	200	300	5.750	5.250	6.750	4.363	2.500	2.500	8.271	12.600	23.400	4.523	3.500	3.000	778	414	108	1.782	460	90
Seberi	5.400	1.575	7.200	4.500	2.500	6.000	14.530	25.245	29.640	8.775	11.000	13.000	11.315	34.000	64.680	6.385	10.000	7.700	1.371	1.048	1.944	2.502	1.000	1.450
Taquaruçu do Sul	893	226	1.023	700	320	550	2.283	2.570	3.078	1.453	1.800	1.900	4.184	6.646	7.932	1.800	2.840	1.950	387	150	158	542	188	110
Trindade do Sul	1.155	1.800	4.500	1.100	750	3.000	12.513	29.700	34.881	9.592	11.000	12.400	6.128	17.388	9.636	7.552	4.600	2.000	660	375	1.620	2.600	400	900
Vicente Dutra	140	120	520	200	150	400	1.605	3.800	7.840	1.039	1.900	2.800	480	17.850	30.000	225	5.000	5.000	2.027	5.940	3.410	2.837	3.300	1.700
Vista Alegre	958	620	675	760	615	450	1.941	2.563	2.896	1.445	1.620	1.650	3.932	5.235	5.850	1.960	2.280	1.300	400	113	81	771	134	60
CODEMAU	34.771	17.180	40.077	25.969	14.320	31.750	157.834	239.711	293.857	103.745	111.420	116.150	134.898	316.061	460.374	94.215	105.970	72.201	22.873	29.229	15.338	44.619	22.867	9.920

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

O efetivo de rebanhos nos municípios do CODEMAU pode ser observado no Quadro 43. Os principais rebanhos são formados por ovinos, suínos, galos, frangos e pintos, galinhas e bovinos. O rebanho de ovinos apresenta crescimento no período analisado, porém ainda é pouco expressivo na região, com mais destaque em alguns municípios.

Na avicultura, observa-se que o rebanho de galinhas reduziu significativamente no período, por outro lado, a produção de galos, frangos e pintos aumentou, principalmente nos últimos anos, demonstrando que a atividade está em crescimento na região, inclusive com a implantação de frigoríficos de aves, começando um processo de transformação da atividade, passando de produtora de matéria prima para transformadora dessa matéria, agregando valor a atividade.

A produção de suínos teve um incremento significativo, principalmente nos últimos anos. No Quadro 43 observa-se que o número de cabeças aumentou mais de 80% de 2006 a 2014. A região tem diversos abatedouros frigoríficos de suínos, destacando-se dois de grande porte, um localizado no município de Frederico Westphalen e outro no município de Seberi, este último entrou em operação no final de 2015, desta forma os dados não aparecem na composição atual da economia.

Quadro 43: Efetivos de rebanhos dos principais rebanhos dos municípios do CODEMAU.

MUNICÍPIOS	Ovinos (cabeças)			Galos, Frangos(as) e Pintos (cabeças)			Galinhas (cabeças)			Bovinos (cabeças)			Suínos (cabeças)		
	1996	2006	2014	1996	2006	2014	1996	2006	2014	1996	2006	2014	1996	2006	2014
Alpestre	151	897	438	135.837	148.080	94.000	82.499	92.500	56.000	21.789	28.545	25.525	22.600	28.656	7.068
Ametista do Sul	285	260	323	34.880	35.610	34.000	3.495	3.701	5.000	4.760	4.990	4.807	6.097	6.400	5.350
Caçara	278	360	237	29.800	33.702	22.000	36.402	37.055	16.000	11.230	15.300	14.864	15.563	20.262	12.626
Cristal do Sul	-	180	92	-	34.010	15.000	-	12.700	10.000	-	5.816	5.475	-	8.606	16.628
Dois Irmãos das Missões	1.082	1.000	1.100	9.983	10.320	6.164	4.279	4.900	3.712	4.254	3.690	5.622	2.345	1.296	2.730
Erval Seco	455	650	900	53.341	32.320	27.900	22.860	9.750	13.200	11.107	10.995	14.600	9.874	6.900	13.920
Frederico Westphalen	401	630	853	125.209	164.815	450.000	66.594	74.523	60.000	18.553	21.210	18.880	23.482	28.931	64.283
Gramado dos Loureiros	171	200	156	57.404	31.340	16.000	60.300	73.568	65.000	3.936	3.596	3.520	3.347	2.069	1.113
Iraí	370	362	373	29.430	34.223	28.000	34.600	35.830	13.000	13.500	17.351	15.035	8.040	8.411	4.739
Nonoai	961	320	1.422	43.222	69.114	78.050	20.000	11.352	8.850	9.689	10.928	8.489	8.818	4.064	2.860
Novo Tiradentes	85	72	79	25.262	13.250	6.925	10.827	6.750	6.675	3.925	4.527	4.110	5.029	2.753	3.950
Palmitinho	182	260	259	84.875	98.218	382.000	36.044	38.990	28.000	10.200	15.701	13.134	13.929	21.400	78.390
Pinhal	104	36	112	19.418	23.100	5.200	8.321	10.020	5.000	3.621	5.927	6.100	6.907	6.990	35.340
Pinheirinho do Vale	7	24	109	53.476	71.059	102.000	23.514	22.859	18.000	6.800	8.780	9.516	21.700	25.701	60.691
Planalto	277	415	318	167.400	170.822	475.000	81.935	78.065	55.000	11.700	11.850	11.727	12.492	12.755	9.277
Rio dos Índios	767	672	1.164	77.074	23.500	154.500	5.800	10.623	5.500	10.066	10.680	13.072	9.027	6.341	2.982
Rodeio Bonito	151	130	163	53.970	36.686	16.500	23.690	16.050	6.500	7.578	5.953	6.178	16.074	10.835	51.663
Seberi	1.005	1.192	1.087	130.802	122.829	45.000	44.124	42.017	33.000	17.083	18.652	16.360	21.211	20.565	17.289
Taquaruçu do Sul	120	186	171	19.413	20.610	48.200	18.523	18.042	8.800	5.100	6.048	6.888	19.839	22.753	27.045
Trindade do Sul	437	300	460	117.385	69.310	140.800	14.800	11.850	5.400	11.802	10.902	10.430	7.826	3.992	2.010
Vicente Dutra	530	833	253	28.900	33.422	25.000	31.539	33.100	13.000	16.116	17.952	14.294	7.360	7.541	5.125
Vista Alegre	31	50	45	33.482	38.810	46.000	14.634	17.232	12.000	4.883	6.880	8.527	10.354	17.851	41.152
CODEMAU	7.850	9.029	10.114	1.330.563	1.315.150	2.218.239	644.780	661.477	447.637	207.692	246.273	237.153	251.914	275.072	466.231

Fonte: FEE/2016. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

O rebanho de bovinos demonstra pouca evolução em termos de número de cabeças, porém existem alguns municípios com atividade de confinamento de gado de corte para a produção de carne. Na bovinocultura ganha destaque a produção de leite, que nos últimos anos demonstra crescimento na produtividade, como pode ser observado no Quadro 44.

Quadro44: Produção de leite nos municípios do CODEMAU.

Município	2015				
	Quantidade de Produtores	Vacas	Produção Litros/dia	Valor movimentado	Produção Média/vaca/dia
Alpestre	291	3.595,00	20.822,00	6.840.000,00	7
Ametista do Sul	40	400,00	3.652,00	1.170.000,00	10,8
Caiçara	350	5.500,00	32.876,00	10.800.000,00	7,2
Cristal do Sul	110	1.256,00	9.605,00	3.156.000,00	9,3
Dois Irmãos das Missões	170	3.235,00	31.498,00	10.347.000,00	11,8
Erval Seco	380	4.560,00	43.287,00	14.220.000,00	11,5
Frederico Westphalen	423	4.314,00	41.112,00	13.505.000,00	11,6
Gramado dos Loureiros	150	1.000,00	9.986,00	3.280.000,00	12,1
Iraí	450	4.500,00	88.767,00	29.160.000,00	24
Nonoai	103	1.700,00	16.767,00	5.508.000,00	12
Novo Tiradentes	110	1.136,00	11.178,00	3.672.000,00	11,9
Palmitinho	399	5.114,00	34.148,00	11.217.600,00	8,2
Pinhal	113	1.827,00	17.654,00	5.799.600,00	11,7
Pinheirinho do Vale	450	4.000,00	27.397,00	9.000.000,00	8,3
Planalto	212	2.220,00	10.520,00	3.456.000,00	5,7
Rio dos Índios	185	1.800,00	10.493,00	3.446.100,00	7
Rodeio Bonito	140	1.683,00	18.443,00	6.058.800,00	13,3
Seberi	363	2.189,00	32.356,00	10.629.000,00	17,9
Taquaruçu do Sul	219	3.078,00	24.750,00	8.130.600,00	9,8
Trindade do Sul	151	1.652,00	15.567,00	5.113.800,00	11,5
Vicente Dutra	265	3.600,00	32.548,00	10.692.000,00	11
Vista Alegre	215	4.440,00	32.246,00	11.250.000,00	9,4
CODEMAU	5.289	62.799,00	565.672,00	186.451.500,00	11,05

Fonte: EMATER. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

O Quadro 44 demonstra que em 2015 haviam mais de cinco mil produtores de leite no CODEMAU, somando uma produção superior a 565.600 litros de leite/dia, com média de 11 litros vaca/dia. Esta atividade é importante para a região, pois é uma alternativa que se mostra viável para a pequena propriedade que pratica agricultura familiar.

14.3 Agroindústrias familiares

De acordo com dados fornecidos pela EMATER Regional, existem 86 agroindústrias identificadas na região, produzindo açúcar, conservas, aguardente, panifícios, confeitaria, laticínios, sucos, vinhos, frango, doces, farinha, embutidos, filetagem de peixe, geleias, farinha de milho, mandioca, mel, ovos, geleias, sucos, melado, vinhos, conforme mostra o Quadro 45.

Quadro 45: Agroindústrias nos municípios do CODEMAU.

Município	Número	Tipos de agroindústrias
Alpestre	2	Sucos, melado e panifícios
Ametista do Sul	3	Embutidos, geleias, sucos e vinhos
Caiçara	5	Ovos, laticínios, geleias e açúcar
Cristal do Sul	1	Farinha de milho
Dois Irmãos das Missões	1	Panifícios
Erval Seco	9	Mandioca, açúcar, laticínios, embutidos, mel e ovos
Frederico Westphalen	21	Conservas, confeitaria, laticínios, sucos, vinhos, panifícios, embutidos, frango e ovos
Gramado dos Loureiros	2	Panifícios e laticínios
Iraí	6	Mandioca, panifícios, laticínios e embutidos
Nonoai	3	Aguardente, panifícios e mel
Novo Tiradentes	1	Derivados de cana de açúcar
Palmitinho	2	Filetagem de peixe e panifícios
Pinhal	3	Embutidos e panifícios
Pinheirinho do Vale	3	Laticínios, embutidos e mel
Planalto	2	Laticínios e viticultura
Rio dos Índios	1	Filetagem de peixe
Rodeio Bonito	2	Panifícios e embutidos
Seberi	7	Panifícios, farinha, conservas, embutidos Filetagem de peixe e mandioca
Taquaruçu do Sul	5	Filetagem de peixe e embutidos
Trindade do Sul	2	Mel e panifícios
Vicente Dutra	1	Açúcar
Vista Alegre	3	Açúcar, conservas e doces
Total	81	

Fonte: EMATER. Organização: Equipe do CODEMAU 2016.

Alguns pontos ainda precisam avançar na agroindustrialização, principalmente na formalização e questões de inspeção. Cabe ressaltar que a Emater atua incansavelmente nesta questão.

Outra entidade que é atuante nesta área é a ADMAU - Agência de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai, criada por uma demanda regional através do programa APL - Arranjos Produtivos Locais do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como uma das instituições precursoras o CODEMAU.

A estrutura fundiária dos Municípios do CODEMAU pode ser observada no Quadro 46 que apresenta, por município, número de estabelecimentos, área total e a média de área dos estabelecimentos rurais, em hectares.

Quadro 46: Estrutura fundiária dos Municípios do CODEMAU.

Municípios	Número de Estabelecimentos (Unidades)	Total de Área / ha	Média das propriedades em ha
Alpestre	1.784	25.417	14,25
Ametista do Sul	979	11.378	11,62
Caiçara	1.041	16.239	15,60
Cristal do Sul	550	7.583	13,79
Dois Irmãos das Missões	422	14.570	34,53
Erval Seco	1.692	22.357	13,21
Frederico Westphalen	1.412	23.742	16,81
Gramado dos Loureiros	452	7.829	17,32
Iraí	858	13.597	15,85
Nonoai	839	30.640	36,52
Novo Tiradentes	579	5.799	10,02
Palmitinho	1.118	11.918	10,66
Pinhal	383	5.330	13,92
Pinheirinho do Vale	930	8.529	9,17
Planalto	1.350	13.496	10,00
Rio dos Índios	1.026	22.949	22,37
Rodeio Bonito	743	7.063	9,51
Seberi	1.455	25.369	17,44
Taquaruçu do Sul	478	6.358	13,30
Trindade do Sul	774	23.851	30,82
Vicente Dutra	1.091	15.893	14,57
Vista Alegre	501	6.936	13,84
TOTAL:	20.457	326.843	15,98

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006 – Org.: Equipe do CODEMAU

Observa-se que os 22 municípios do CODEMAU possuem 20.457 estabelecimentos rurais. Totalizando 326.843 hectares, com uma média de 15,98 hectares por propriedade. A região é formada por pequenas propriedades, algumas com áreas com média de 10 hectares em alguns municípios.

A região do Médio Alto Uruguai, extremo Norte do Estado do Rio Grande do Sul é a região do Estado de maior concentração de pequenas propriedades. Embora tenha esta estrutura geográfica, a mesma conta com excelente microclima o que possibilita viabilizar iniciativas diversificadas, obtendo excelentes resultados.

O relevo da região é acidentado, mas conta com recursos hídricos o que possibilita implantar projetos de irrigação, estimulando a diversificação agropecuária, embora em pequena escala, mas com qualidade.

Considerando a estrutura fundiária de Região do CODEMAU, bem como solo, clima e recursos hídricos, como já destacados anteriormente, e da mesma forma considerando que, segundo o Censo IBGE/2010, 45,27% da população ainda vive no meio rural, as instituições públicas e privadas que atuam na região, tendo como eixo balizador o Plano Estratégico e vários outros estudos realizados, intensificam os esforços, fortalecendo o setor Agropecuário e a Agroindustrialização, com base na vocação regional. Os resultados positivos, conforme registrado neste relatório, já começaram a aparecer.

14.4 Índice de retorno do ICMS – Imposto Sobre Mercadorias e Serviços dos Municípios do CODEMAU, Análise do Decênio 2007/2017 e Comparativo Específico dos anos 2016/2017

Os índices de participação dos Municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (CODEMAU) na distribuição da arrecadação de ICMS do estado do Rio Grande do Sul, cota-parte dos Municípios (25%) podem ser observados nos quadros a seguir. O índice leva em consideração a média do comportamento da economia de cada Município entre os anos de 2013 e 2014, servindo de parâmetro para a distribuição de uma receita estimada para 2016.

O índice de retorno distribuído entre os Municípios da região em um comparativo da evolução do percentual de participação do conjunto dos Municípios da região do CODEMAU permite concluir que a região vem gradativamente aumentando a sua participação no montante total da arrecadação estadual. Isto indica o crescimento regional em relação ao desempenho da própria região e na relação com outras regiões do Estado.

Os indicadores que a seguir são demonstrados, permitem uma análise do desempenho do percentual de participação da soma dos Municípios da região do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai, ano após ano, sinalizando uma evolução crescente. O Quadro 47 apresenta a evolução dos índices de participação da região CODEMAU no montante do estado.

Quadro47: Evolução do índices de participação da região CODEMAU no montante do estado.

Região/Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Parti. da Região	1,129126	1,174931	1,200363	1,251377	1,322396	1,457627	1,587392	1,601827	1,659411	1,735274
Crescimento	0,41%	4,06%	2,16%	4,25%	5,68%	10,23%	8,90%	0,97%	3,59%	4,57%

Fonte: www.sefaz.rs.gov.br – Organização Equipe CODEMAU, 2015.

O demonstrativo do Quadro 47 evidencia que a região vem crescendo de forma gradativa nos últimos anos, na participação da região no montante do Estado, sinalizando um aspecto positivo. Para o ano de 2016, a região registra um aumento em relação ao ano de 2015 no percentual de 3,59%. Enquanto para o ano de 2017 em relação a 2016 o percentual foi maior passando de 3,59% para 4,57%.

É claro que deve ser considerado que os crescimentos nos índices de arrecadação aqui pesquisados estão diretamente relacionados com o comportamento da economia, no caso o desempenho econômico médio dos Municípios nos anos de 2014-2015, anos base do levantamento de dados.

É sempre importante para os Municípios realizarem uma análise do comportamento da evolução dos índices de participação na arrecadação do ICMS ao longo do tempo. Isso permite identificar o comportamento do índice em vários anos, o que possibilita planejar o futuro, na busca de incremento na arrecadação do tributo.

No Quadro 48 apresentam-se os índices de participação individual de todos os Municípios da região na distribuição da arrecadação do Estado no decênio de 2006 a 2016. Trata-se de informação importante para que cada Município, a partir dos dados evidenciados, possa adotar as medidas adequadas para incrementar sua arrecadação e com isso ter mais recursos para prestar melhores serviços à população.

Demonstra ainda a evolução dos índices dos Municípios do CODEMAU no decênio 2006/2016, evidenciando o aumento e conseqüentemente que a Região está em ascensão econômica no último decênio. Demonstra também que houve um crescimento de 69,08% na participação da Região no retorno de ICMS.

Quadro 48: Demonstrativo dos índices de participação dos municípios do CODEMAU.

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alpestre	0,050593	0,054906	0,052426	0,058636	0,058745	0,063225	0,159231	0,269885	0,283011	0,277364	0,274539
Ametista do Sul	0,086679	0,073557	0,062047	0,052814	0,050214	0,050640	0,053245	0,053957	0,056008	0,058260	0,059631
Caiçara	0,037980	0,043536	0,043590	0,045066	0,045436	0,045933	0,045410	0,046953	0,047953	0,048185	0,047433
Cristal do Sul	0,023526	0,025238	0,026516	0,025613	0,028529	0,028322	0,030302	0,032529	0,033931	0,034889	0,034609
Dois Irmãos das Missões	0,043183	0,040131	0,048115	0,046917	0,050206	0,050873	0,052099	0,049372	0,049593	0,051985	0,054027
Erval Seco	0,061492	0,061376	0,066344	0,068353	0,066264	0,068028	0,073460	0,077085	0,078303	0,085283	0,088302
Frederico Westphalen	0,152463	0,178767	0,195858	0,195556	0,202472	0,201717	0,196904	0,207282	0,216727	0,227760	0,259325
Gramado dos Loureiros	0,021738	0,021628	0,025694	0,026743	0,027186	0,026440	0,027608	0,029228	0,028476	0,031281	0,032136
Iraí	0,046675	0,044968	0,045028	0,044292	0,045408	0,047925	0,048698	0,052374	0,052128	0,052852	0,054446
Nonoai	0,073934	0,067443	0,071705	0,079690	0,098421	0,126964	0,137249	0,133355	0,127352	0,123661	0,123782
Novo Tiradentes	0,021679	0,022242	0,022481	0,024457	0,023163	0,025549	0,026885	0,027687	0,026864	0,028451	0,029474
Palmitinho	0,055629	0,055706	0,054936	0,057423	0,060329	0,061531	0,065177	0,064590	0,064535	0,067964	0,072067
Pinhal	0,026233	0,029146	0,037043	0,034103	0,032675	0,035907	0,036867	0,037663	0,041094	0,046157	0,050688
Pinheirinho do Vale	0,051980	0,050452	0,047852	0,054803	0,056139	0,058023	0,058921	0,056598	0,053840	0,056271	0,058430
Planalto	0,057153	0,052088	0,051336	0,055935	0,059311	0,065432	0,069402	0,068343	0,067020	0,068300	0,069626
Rio dos Índios	0,036888	0,034195	0,036629	0,040432	0,039613	0,039449	0,040827	0,041462	0,042408	0,042691	0,042561
Rodeio Bonito	0,042133	0,044154	0,045808	0,045110	0,044439	0,048438	0,049078	0,048512	0,051752	0,066274	0,080759
Seberi	0,074509	0,074770	0,077696	0,081079	0,086422	0,091013	0,094840	0,093245	0,089005	0,092082	0,096479
Taquaruçu do Sul	0,038261	0,036844	0,038882	0,039705	0,043917	0,044287	0,044975	0,048634	0,049004	0,048392	0,048067
Trindade do Sul	0,046420	0,046024	0,048426	0,048431	0,048349	0,051266	0,051944	0,051113	0,053407	0,056030	0,060680
Vicente Dutra	0,030748	0,033788	0,036826	0,034485	0,037202	0,040594	0,042176	0,042717	0,042590	0,045364	0,044623
Vista Alegre	0,044580	0,038167	0,039693	0,040720	0,046937	0,05084	0,052329	0,050459	0,046876	0,049915	0,053590
Região	1,124476	1,129126	1,174931	1,200363	1,251377	1,322396	1,457627	1,583043	1,601827	1,659411	1,735274

Fonte: www.sefaz.rs.gov.br – Org. Equipe CODEMAUObs.: Em negrito está o ano de melhor desempenho no decênio analisado.

A análise estatística dos índices demonstrados no Quadro 48 de **Retorno do ICMS dos Municípios** permite identificar a tendência de comportamento de cada Município na participação e distribuição da arrecadação estadual do ICMS, no período considerado.

Em relação ao quesito melhor índice de participação, os dados apontam que 15 dos Municípios da região têm, em 2017, o melhor índice de retorno do decênio, este fato é o indicativo de que a região está efetivamente avançando no desenvolvimento regional.

Percebe-se com mais segurança que a região está crescendo a cada ano, o que evidencia um crescimento sustentável. Estes resultados confirmam que valeu o esforço da comunidade regional que acreditou que este momento chegaria, contrariando até mesmo os pessimistas.

A região do CODEMAU cresceu na participação do índice de retorno do ICMS no ano de 2017 em relação ao ano de 2016. Alguns municípios apresentaram um crescimento inferior, embora em pequena proporção, o que não significa que os mesmos estão mais pobres, pelo contrário, os dados evidenciam pequenas variações sem comprometer a excelente performance de crescimento que a Região do CODEMAU vem obtendo nestes últimos anos.

Dentre os Municípios que integram o CODEMAU, existem grandes diferenças em relação ao índice de retorno de ICMS. O fato decorre dos critérios de apuração, especialmente em relação ao valor adicionado fiscal, pois os municípios com maior potencial industrial tendem a ter um índice de retorno de ICMS maior, como pode ser citado o município de Alpestre que aumentou o seu índice de retorno com a Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, como pode ser observado no Quadro 49.

Quadro 49: Posição dos municípios do CODEMAU pelo maior índice.

Município	Ano 2017	Posição
Alpestre	0,277364	1°
Frederico Westphalen	0,227760	2°
Nonoai	0,123661	3°
Seberi	0,092082	4°
Erval Seco	0,085283	5°
Planalto	0,068300	6°
Palmitinho	0,067964	7°
Rodeio Bonito	0,066274	8°
Ametista do Sul	0,058260	9°
Pinheirinho do Vale	0,056271	10°
Trindade do Sul	0,056030	11°
Iraí	0,052852	12°
Dois Irmãos das Missões	0,051985	13°
Vista Alegre	0,049915	14°
Taquaruçu do Sul	0,048392	15°
Caiçara	0,048185	16°
Pinhal	0,046157	17°
Vicente Dutra	0,045364	18°
Rio dos Índios	0,042691	19°
Cristal do Sul	0,034889	20°
Gramado dos Loureiros	0,031281	21°
Novo Tiradentes	0,028451	22°

Fonte: www.sefaz.rs.gov.br – Organização Equipe CODEMAU, 2015.

O Quadro 50 demonstra que em 2011 o segmento industrial foi o principal setor da economia do Estado do Rio Grande do Sul, representando 38,90%, seguido de perto pelo comércio que representa 32,97%, na sequência aparece à produção primária com 17,64% e os serviços representando 10,50%. Em 2012 a ordem de contribuição de cada setor na economia gaúcha não se inverteu, porém, a indústria teve um incremento, passando a 41,77%, contra uma redução no comércio para 30,86%, enquanto a produção primária e os serviços praticamente não tiveram variação.

Quadro50: Composição da economia Gaúcha por segmento econômico.

Distribuição da economia Gaúcha por segmento econômico				
Segmento econômico	2011		2012	
	Valor em R\$ (mil)	Percentual	Valor em R\$ (mil)	Percentual
Produção Primária	31.981.398	17,64%	34.475.214	17,37%
Indústria	70.531.264	38,90%	82.898.317	41,77%
Comércio	59.776.969	32,97%	61.243.443	30,86%
Serviços	19.041.257	10,50%	19.862.696	10,01%

Fonte: www.sefaz.rs.gov.br – Organização Equipe CODEMAU, 2015.

A composição da economia regional por segmento econômico que é demonstrada no Quadro 50, revela-se importante, pois permite que as lideranças regionais possam adotar políticas de desenvolvimento com conhecimento da realidade existente.

Observa-se no Quadro 51 que a produção primária, advinda do setor agropecuário não é mais a principal atividade econômica regional. Em 2011 esta atividade representava 37,55%, de toda a produção regional, contra 34,49 da indústria. Já em 2012 a contribuição destas atividades se inverteu, tendo a indústria assumido o papel de principal atividade, com 37,02% contra 35,30% da produção agropecuária.

Ressalva-se que esta inversão não significa a redução na produção primária da região, mas sim um substancial incremento da indústria na formação da economia regional, principalmente impulsionado de forma decisiva pelo município de Alpestre, já que a geração de energia da Foz do Chapecó integra o segmento indústria, bem como do processo de agroindustrialização que está crescendo.

Os setores de serviços e de comércio apresentam-se com tendência estável na participação da economia regional, registrando-se pequenas variações nos últimos anos.

Quadro51: Distribuição da economia regional por segmento econômico.

Segmento/Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Prod. Primária	52,90%	48,33%	51,62%	51,29%	53,17%	48,52%	45,45%	37,55%	35,30%
Indústria	10,93%	16,14%	12,80%	18,77%	12,84%	13,55%	18,77%	34,49%	37,02%
Comércio	17,71%	27,28%	27,99%	28,09%	26,73%	30,21%	20,06%	21,94%	21,39%
Serviços	18,46%	8,25%	7,59%	7,72%	7,26%	7,71%	7,72%	6,02%	6,29%

Fonte: www.sefaz.rs.gov.br – Organização Equipe CODEMAU, 2015.

Os dados apresentados demonstram a importância da indústria na formação da economia, a região precisa investir mais neste setor que, apesar do crescimento nos últimos anos, ainda precisa desenvolver muito para que a região, que já passou de deprimida para em transição, passe a ser considerado como em desenvolvimento.

O Quadro 52 demonstra como está distribuída a economia municipal por segmento econômico nos anos de 2011 e 2012.

Quadro52: Distribuição da economia municipal por segmento econômico.

Município/percentual	Produção primária		Indústria		Comércio		Serviços	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Alpestre	4,47%	3,94%	92,89%	93,93%	2,04%	1,75%	0,61%	0,39%
Ametista do Sul	57,66%	56,72%	14,99%	17,23%	23,01%	23,09%	4,34%	2,95%
Caiçara	77,84%	75,94%	2,92%	2,32%	13,47%	17,91%	5,77%	3,83%
Cristal do Sul	77,41%	85,76%	5,03%	2,03%	14,48%	10,63%	3,08%	1,58%
Dois Irmãos das Missões	84,26%	95,44%	5,45%	0,04%	8,40%	3,54%	1,89%	0,99%
Erval Seco	42,72%	54,72%	18,89%	13,66%	25,31%	28,90%	13,08%	2,73%
Frederico Westphalen	22,00%	15,20%	23,97%	24,34%	40,53%	39,53%	13,50%	20,93%
Gramado dos Loureiros	88,33%	85,89%	1,66%	1,44%	7,02%	10,53%	2,99%	2,14%
Iraí	34,13%	34,61%	8,10%	6,52%	46,31%	48,40%	11,46%	10,47%
Nonoai	23,78%	25,65%	29,16%	28,05%	42,34%	42,61%	4,71%	3,69%
Novo Tiradentes	76,42%	76,93%	2,34%	1,85%	17,37%	18,75%	3,88%	2,48%
Palmitinho	73,96%	73,17%	6,24%	5,90%	15,87%	17,25%	3,93%	3,67%
Pinhal	74,11%	69,87%	5,84%	13,33%	11,77%	10,08%	8,28%	6,72%
Pinheirinho do Vale	87,33%	84,80%	2,10%	1,68%	8,39%	12,07%	2,18%	1,46%
Planalto	46,25%	49,93%	13,76%	9,52%	32,07%	34,40%	7,93%	6,14%
Rio dos Índios	82,93%	84,73%	0,54%	0,61%	13,34%	12,89%	3,18%	1,77%
Rodeio Bonito	42,58%	45,50%	16,08%	14,69%	30,61%	31,49%	10,74%	8,32%
Seberi	48,57%	53,20%	17,20%	11,84%	28,68%	30,05%	5,55%	4,90%
Taquaruçu do Sul	70,72%	79,51%	2,21%	1,01%	17,25%	11,26%	9,82%	8,22%
Trindade do Sul	61,39%	56,64%	5,44%	13,07%	22,36%	22,08%	10,80%	8,21%
Vicente Dutra	58,41%	62,76%	1,97%	2,71%	34,34%	31,02%	5,28%	3,51%
Vista Alegre	89,61%	87,63%	2,72%	1,96%	5,41%	8,33%	2,26%	2,08%

Fonte: www.sefaz.rs.gov.br – Organização Equipe CODEMAU, 2015.

A composição da economia regional, analisada em percentuais por segmento econômico é bastante parecida entre os diversos municípios, o que permite vislumbrar que as características econômicas são muito similares, com algumas exceções.

14.5 FPM – Fundo de Participação dos Municípios do CODEMAU, por Faixa de Habitantes

O FPM – Fundo de Participação dos Municípios é uma das principais fontes de receita das Prefeituras Municipais. Para municípios com população de até 10.188 habitantes, com exceção dos industrializados, é a principal e mais importante fonte de receita.

O FPM é a transferência da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios brasileiros. Os recursos transferidos pela União têm como fonte a arrecadação do **IR – Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza** e do **IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados**. No Brasil, são 18 (dezoito) níveis, tendo como base o número de habitantes, sendo que o menor nível cabe aos **municípios de até 10.188 habitantes com coeficiente de 0,6. O maior coeficiente é de 4,0, para municípios de 156.216 habitantes acima**, conforme Quadro 53.

Quadro53: FPM – Fundo de Participação dos Municípios do CODEMAU por Faixa de Habitantes.

Município	Censo 2010	Estimativa 2016	FPM
Alpestre	8.027	7.533	0,6
Ametista do Sul	7.323	7.573	0,6
Caiçara	5.071	5.083	0,6
Cristal do Sul	2.826	2.918	0,6
Dois Irmãos das Missões	2.157	2.166	0,6
Ervál Seco	7.878	7.715	0,6
Frederico Westphalen	28.843	30.699	1,6
Gramado dos Loureiros	2.269	2.258	0,6
Iraí	8.078	7.969	0,6
Nonoai	12.074	12.270	0,8
Novo Tiradentes	2.277	2.316	0,6
Palmitinho	6.920	7.177	0,6
Pinhal	2.513	2.613	0,6
Pinheirinho do Vale	4.497	4.783	0,6
Planalto	10.524	10.650	0,8
Rio dos Índios	3.616	3.366	0,6
Rodeio Bonito	5.743	5.961	0,6
Seberi	10.897	11.154	0,8
Taquaruçu do Sul	2.966	3.096	0,6
Trindade do Sul	5.787	6.338	0,6
Vicente Dutra	5.285	5.187	0,6
Vista Alegre	2.832	2.882	0,6
TOTAL	148.403	151.707	

Fonte: IBGE – CNM – FEE – Org.: Equipe do CODEMAU

Dos 22 (vinte e dois) municípios do COREDE Médio Alto Uruguai, 18 (dezoito) tem uma população de até 10.188 (IBGE – Censo 2010), o que significa 82% do total. Pelo critério atualmente utilizado, o coeficiente destes municípios é de 0,6. Apenas quatro municípios, com base no número de habitantes estão com um coeficiente maior. Uma das principais, se não a principal fonte de receita dos municípios menores com o coeficiente de 0,6 é o FMP, o que pode representar mais de 60% do total de receita, o que depende muito da atividade econômica do país que gera os tributos, especialmente o IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados e o IR - Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza, que dão origem ao FPM, Fundo de Participação dos Municípios.

15 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO PÚBLICA

O processo de gestão pública requer um planejamento das ações a partir da identificação das demandas prioritárias da comunidade, as quais darão origem ao Plano Plurianual de Investimentos, Lei de Diretrizes e Orçamento que, aprovados em lei, disciplinam os gastos e investimentos públicos dos entes federativos, dos municípios, dos estados e da união.

A área temática, gestão pública, parte integrante dos programas estruturantes do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região do Médio Alto Uruguai Gaúcho, é apresentada tendo como base o resultado de pesquisa e atividades realizadas nos municípios do COREDE – Médio Alto Uruguai – CODEMAU, com a participação dos representantes e Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDEs.

O trabalho realizado no seu conjunto procurou coletar informações e dados, ouvir os gestores públicos municipais, destacando os pontos positivos que contribuem para uma boa administração pública e aqueles que dificultam uma maior dinamicidade na condução das ações em benefício da comunidade. Como se sabe, a gestão pública tem seu início nas administrações municipais, pois é neste local em que a comunidade vive independentemente da região geopolítica e econômica.

O elenco de informações, dados e opiniões levantadas junto aos municípios da região do CODEMAU, com relação ao processo de gestão pública, constitui-se em uma base de dados importantes para melhor conhecer o cotidiano das administrações municipais, suas facilidades e suas dificuldades, em procurar prestar o melhor serviço à comunidade com a qual tem um convívio direto.

16 PROCESSO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A região do Médio Alto Uruguai vem procurando acelerar o ritmo de crescimento através de um projeto de desenvolvimento regional integrado e global. O marco dessa dinâmica foi iniciado em março de 1996 com implementação do Polo de Modernização Tecnológica do Médio Alto Uruguai – PMTec, numa parceria entre a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Câmpus Frederico Westphalen e Secretaria de Ciência e Tecnologia - SCT/RS. A partir disso foram criadas três áreas de atuação: Diversidade Agropecuária; Agroindústria e Mineralogia. Esse órgão inovador é articulado com as Universidades por meio de professores pesquisadores e extensionistas buscam soluções para os problemas da região.

Com este foco o CODEMAU, em sintonia com a sociedade regional, assume o desafio de elaborar, avaliar e executar projetos alternativos de desenvolvimento, bem como, na capacitação de novos profissionais competentes, em um mundo cada vez mais exigente e competitivo, na produção com qualidade. Portanto, são esses atores que possibilitam a articulação e orientam ações em prol do bem-estar da comunidade.

O PMTec é um centro de produção, geração e difusão de novos conhecimentos, tecnologias e práticas para o setor rural. Peter Drucker já previu há 40 anos que, “no futuro, os trabalhadores do conhecimento iriam substituir os trabalhadores braçais”. O conhecimento e as informações tornaram-se fator estratégico num mundo de economia globalizada. Neste ano, 2016, o PMTec completou 20 anos de atuação. Nesse período milhares de pessoas já foram beneficiadas direta ou indiretamente pelos serviços prestados, além de promover a integração da região como agente catalisador no desenvolvimento sustentável.

Este Centro constitui-se, com certeza, em um dos principais espaços para inovação tecnológica, além da execução de projetos de natureza científica, social e econômica, ferramentas indispensáveis para o desenvolvimento regional. Nestes últimos dois anos o PMTec revitalizou suas ações, vários projetos foram elaborados e aprovados, pela Secretaria de Ciência e Tecnologia/RS e órgãos federais e municipais. Tais projetos são desenvolvidos pelos Grupos de Pesquisa, nos laboratórios e no Centro de Atendimento e Transferência de Tecnologia, com embasamento científico e acompanhamento de professores especializados.

17 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Os municípios do CODEMAU contam com inúmeras instituições que atuam e dinamizam econômica e socialmente a região. O Quadro 54 apresenta instituições e entidades presentes nos municípios. Observa-se que todos os municípios têm Sindicato dos trabalhadores Rurais (STR), evidenciando a característica rural que a região apresenta. Existem também 04 sindicatos patronais (Sindicatos Rurais).

A maioria dos municípios também tem organização empresarial, representadas pelas Associações Comerciais e Industriais (ACI) e Clubes de Diretores Lojistas (CDL).

Quadro 54: Relação de entidades presentes nos municípios do CODEMAU.

Municípios	Sindicatos Rurais Patronais	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais	ACI	CDL	SPC
Alpestre		1	1	1	
Ametista do Sul		1	1	1	
Caiçara		1	1		
Cristal do Sul		1	1		
Dois Irmãos das Missões		1			
Erval Seco		1	1		
Frederico Westphalen	1	1	1	1	1
Gramado dos Loureiros		1			
Iraí	1	1	1		
Nonoai	1	1	1	1	
Novo Tiradentes		1	1		
Palmitinho		1	1	1	
Pinhal		1	1		
Pinheirinho do Vale		1	1		
Planalto		1	1	1	
Rio dos Índios		1			
Rodeio Bonito	1	1	1	1	1
Seberi		1	1	1	
Taquaruçu do Sul		1	1		
Trindade do Sul		1	1	1	
Vicente Dutra		1	1		
Vista Alegre		1	1		
TOTAL	4	22	19	9	2

Fonte: FEE/2016; Prefeituras Municipais/COMUDES. Organização: Equipe do CODEMAU.

Instituições bancárias estão presentes em todos os municípios, como demonstra o Quadro 55. Observa-se que existem 26 bancos comerciais na Região do CODEMAU, porém oito municípios não têm agências, esse número deve-se ao fato de que alguns municípios terem duas ou até 03 agências. Apenas 01 município tem agência da Caixa Econômica Federal (CEF). É importante salientar que O BANRISUL e a CEF estão presentes em alguns municípios através de postos de atendimentos.

Quadro 55: Relação de instituições bancárias presentes nos municípios do CODEMAU.

Município	BANCOS COMERCIAIS	CEF	COOPERATIVAS DE CRÉDITO
	2016	2016	2016
Alpestre	1		1
Ametista do Sul	1		1
Caiçara	1		1
Cristal do Sul			1
Dois irmãos das Missões			1
Ervál Seco	2		1
Frederico Westphalen	3	1	4
Gramado dos Loureiros			1
Iraí	2		1
Nonoai	3		3
Novo Tiradentes			1
Palmitinho	2		2
Pinhal			1
Pinheirinho do Vale	1		1
Planalto	3		2
Rio dos Índios			1
Rodeio Bonito	1		2
Seberi	3		2
Taquaruçu do Sul			1
Trindade do Sul	1		2
Vicente Dutra	1		1
Vista Alegre	1		1
Total	26	1	31

Fonte: FEE/2016; Prefeituras Municipais/COMUDES. Organização: Equipe do CODEMAU.

Observa-se ainda que as Cooperativas de Crédito estão presentes em todos os municípios do CODEMAU, totalizando 31, sempre atuantes e comprometidas com o desenvolvimento econômico e social da região. Destaca-se a importância das Cooperativas de Crédito para a região, pois são entidades comprometidas com o desenvolvimento regional, tendo o foco no associado, realizando diversas ações sociais e de melhoria de qualidade de vida.

Na Educação Superior, Pesquisa e Extensão, destacam-se as Universidades:

URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões;

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria;

UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul;

UNOPAR - Universidade Norte do Paraná;

UAB - Universidade Aberta, em Seberi;

IFF - Instituto Federal Farroupilha.

Estas instituições recebem alunos da região do CODEMAU e de outras regiões e estados brasileiros.

Ainda na educação, existem 04 Escolas Técnicas na Região, oferecendo cursos profissionalizantes e colocando no mercado de trabalho profissionais que atendem parte da demanda de mão de obra qualificada existente na região.

Na assistência técnica, extensão rural e Cooperativismo a EMATER desenvolve papel importante, sendo uma instituição presente em todos os municípios do CODEMAU, promovendo o desenvolvimento rural sustentável.

Existem três hospitais com características regionais, nos municípios de Frederico Westphalen, Nonoai e Rodeio Bonito, que atendem casos de baixa e média complexidade dos demais municípios que não tem hospital ou que não tem alguma especialidade.

Na segurança, atuam na região a Brigada Militar e a Polícia Civil, que mesmo não estando em todos os municípios, atuam com patrulhamento, cobrindo os municípios que não tem delegacias. O Corpo de Bombeiros também está presente na região, com unidades em Frederico Westphalen e Nonoai.

Ainda na região do CODEMAU estão presentes outras instituições como OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, Tribunal de Contas do Estado, Promotoria Pública, Defesa Civil, Tribunal Regional Eleitoral, Ministério Público, Junta do Trabalho, SUSEPE.

18 ANÁLISE FOFA REGIONAL

O Quadro 56 apresenta a Matriz FOFA e seus relacionamentos.

	Potencialidades (Internas)															Fraquezas (Internas)															
	Bacia leiteira	Produção de aves e suínos	Agricultura orgânica	Fruticultura	Agricultura Familiar	Micro clima favorável	Polo Educação	Polo de Inovação Tecnológico	Potencial Hídrico	Turismo	Estâncias Hidrominerais	Reservas Biológicas	Consórcios Inter-municipais	Distribuição demográfica	Mão de obra qualificada	Acesso a Crédito	Vocação ao Associativismo	Descurtamento das potencialidades	Insuficiência na gestão dos empreendimentos	Pouca transformação de produtos primários	Cultivo de grãos em pequenas propriedades	Carência na formação dos servidores públicos	Ineficiência ou falta de Plano Diretor	Saneamento Básico	Plano Regional de Desenvolvimento do Turismo	Telefonia móvel deficiente	Energia elétrica insuficiente	Baixo índice demográfico	Consciência ambiental	Falta de empreendedorismo	
Região do CODEMAU																															
Oportunidades (externas)																															
Utilização Pedagógica da Altamância	3	3	3	3	3	2	3	3	1	2	1	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	1	1	2	2	2	1	3	3	
Transparência na aplicação de recursos públicos	1	1	1	1	1	3	3	1	2	1	1	3	1	1	3	1	1	3	2	1	3	3	3	2	2	1	1	2	1	2	1
Parcerias Públicas e Privadas	2	2	2	1	2	1	2	3	3	2	2	1	2	1	2	1	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	2	2	
Descentralização na gestão	3	3	2	2	2	1	2	2	1	2	1	3	1	1	2	1	3	3	2	3	2	2	2	2	2	1	1	1	2	2	
Construção da Ferrovia na região	3	3	3	3	3	2	1	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Diversificação na matriz energética	3	3	2	2	2	3	1	2	3	2	3	1	2	1	3	1	2	1	3	1	1	2	1	2	1	3	1	1	1	1	
Interligação nos diversos modais de transporte	3	3	3	3	3	1	2	2	3	3	2	1	2	2	2	2	1	2	3	2	2	1	2	1	2	1	2	2	1	2	
Duplicação das BRs 336 e 153	3	3	3	3	3	1	2	2	2	3	2	1	2	2	1	1	1	1	1	2	3	1	1	1	2	1	2	1	2	1	
Plano de Segurança Pública integrado	2	2	1	3	1	1	1	1	1	2	1	2	3	3	3	1	1	1	1	1	2	3	1	3	1	2	3	1	1	1	
Ameaças (externas)																															
Sucessão Familiar	3	3	2	2	3	3	2	2	1	2	1	2	2	2	3	3	3	3	3	2	3	1	1	1	2	3	3	2	3		
Urbanização da população	2	2	1	2	3	1	2	1	1	2	1	1	3	3	1	2	3	3	2	3	1	3	3	1	2	2	2	1	1		
Burocratização na Legislação dos empreendimentos	3	3	1	1	3	1	2	3	3	3	3	2	1	2	1	2	1	3	3	3	1	2	2	2	2	1	2	1	1	1	
Centralização dos tributos no Governo Federal	1	2	1	1	1	3	3	2	2	1	2	3	2	3	3	1	1	2	1	1	2	3	2	1	2	3	2	1	1	1	
Poucos investimentos na região	2	2	3	3	1	2	3	2	3	3	3	2	2	3	2	3	3	2	3	3	2	2	2	3	2	3	2	2	1	1	
Distância dos grandes centros metropolitanos	2	2	3	3	3	1	2	2	1	2	2	1	1	3	2	1	1	1	3	1	1	1	1	2	1	2	2	3	1	1	
Inexistência de aeroporto regional	2	2	1	1	2	1	3	2	1	3	2	1	2	2	1	1	1	1	2	1	1	1	1	2	1	1	3	1	3		
Acesso asfáltico aos municípios	3	3	3	3	3	1	2	2	2	3	3	2	3	3	1	1	1	1	2	3	1	1	1	3	1	1	1	2	1	2	
Modais de transporte (rodoviário)	3	3	3	3	3	1	2	2	2	3	3	3	2	1	1	1	1	1	2	3	1	1	1	3	1	1	1	2	1	1	
Insuficiente conservação das rodovias	3	3	3	3	3	2	3	2	2	3	3	1	3	2	1	1	1	1	2	3	1	1	1	3	1	1	1	2	1	1	
Infraestrutura de comunicação	3	3	3	3	3	1	3	3	3	3	2	1	2	3	3	2	2	3	2	2	2	2	3	2	3	1	2	3	2	2	
Serviços de média e alta complexidade na saúde	1	1	1	1	1	2	2	1	1	1	3	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	3	1	2	3	1	
Segurança Pública	2	2	2	2	2	1	2	2	1	3	2	1	2	3	3	1	1	1	1	1	1	2	2	2	3	2	2	3	1	1	
Baixa representatividade política	1	1	1	1	2	1	2	3	1	2	2	1	3	3	1	1	1	1	1	2	1	2	2	2	2	2	2	2	3	1	1

1 - Baixa importância
2 - Média importância
3 - Alta importância

19 DIRETRIZES PRELIMINARES

Modal rodoviário:

Concluir todas as ligações asfálticas nos 22 municípios do CODEMAU e manter uma malha rodoviária em condições de trafegabilidade, estimulando assim o desenvolvimento local e regional.

Bacia leiteira:

Ampliar a produção leiteira da região em 50% em um período de 10 anos;

Produção de aves e suínos:

Ampliar as políticas e programas visando o apoio aos atuais e novos empreendimentos rurais que atuam nas atividades.

Agricultura:

Fomentar a diversificação da matriz produtiva agropecuária;

Agroindustrialização:

Ampliar as estruturas das agroindústrias existentes, e criar programas para o incentivo à criação de novas unidades na região para aumentar os índices de valor agregado nos produtos primários locais;

Indústrias:

Criar um programa regional para incentivo à instalação de novas unidades indústrias, principalmente da área metal mecânica e de equipamentos específicos para agroindústrias;

Comércio:

Estimular o espírito empreendedor, através de formação e capacitação, bem como, na abertura de novos empreendimentos e no fomento aos já existentes.

Polo de modernização tecnológico:

Tornar o Polo de Modernização Tecnológica regional como um indutor do desenvolvimento, oferecendo pesquisas que forneçam novas dinâmicas de trabalhar e fomentar a agricultura familiar.

Turismo:

Potencializar o turismo regional, através da consolidação das rotas existentes, estimulando a iniciativa privada a investir e focar serviços e produtos visando proporcionar atrativos aos turistas para permanecer mais dias na região.

Educação:

Potencializar o conhecimento das universidades existentes na região, com foco na vocação regional.

Saúde:

Ampliar as estruturas hospitalares existentes dos serviços de média e alta complexidade, bem como, trabalhar mais fortemente na saúde preventiva.

20 ANÁLISE FOFA - DIMENSÃO AMBIENTAL

20.1 Recursos Hídricos e Meio Ambiente

Em consequência do modelo de desenvolvimento econômico realizado na região do Médio Alto Uruguai e das necessidades existentes, da implantação de atividades potencialmente poluidoras, sem medidas de mitigação ou mesmo compensatórias, com a degradação de áreas pelo uso intensivo e a não reposição da fertilidade, a perda de solo existente, a ausência de alternativas de contenção dos processos erosivos, o uso indiscriminado de agroquímicos, a pouca mão de obra existente, o aumento da fronteira agrícola em virtude da exaustão dos solos e conseqüentemente a baixa produtividade existente na região, o uso de áreas de preservação e mata ciliar, faz-se necessário repensar o modelo adotado, levando-se em consideração a tipo de atividade, o potencial, a poluição, enfim, todas as variáveis e principalmente o meio ambiente.

Neste sentido, as sugestões aqui apresentadas, buscam evidenciar e orientar para que os processos de desenvolvimento se efetivem, sem, entretanto, comprometer o ambiente em que todos nós vivemos.

POTENCIALIDADES

- Rios com potencial para a construção de hidrelétricas, turismo náutico e áreas de lazer;
- Parque Estadual de Nonoai, com potencial turístico, pesquisa e preservação;
- Parque Municipal Moreno Fortes localizado no município de Dois Irmãos das Missões, para utilização turística, pesquisa e preservação;
- Existência de usinas hidrelétricas com formação de lagos;
- Áreas da região com possibilidade de utilização para fins de reflorestamento;
- Existência de águas minerais com grande potencial de exploração.

FRAQUEZAS

- Uso indevido de poços artesianos;
- Prática de pesca em período de piracema;
- Utilização de áreas de preservação permanente;
- Falta de consciência de como tratar o meio ambiente;
- Deficiência ou falta na coleta de lixo da área rural;
- Destinação inadequada do lixo.

OPORTUNIDADES

- Ampliação do cultivo da agricultura orgânica e agroecológica na região;

- Concentração de águas superficiais com possibilidade de construção de açudes;
- Utilização dos lagos das Usinas Hidroelétricas para navegação, turismo, empreendimentos;
- Consórcios de recolhimento do lixo (Cigres, Conigepu);
- Ampla capacidade para exploração de águas minerais na região;
- Possibilidade de implantação de coleta seletiva de lixo;
- Realização de ações estratégicas de educação ambiental;
- Criação de unidades de conservação, tendo em vista a existência de áreas com possibilidade para este fim;
- Áreas próprias para atividades de reflorestamento.

AMEAÇAS

- Invasões de áreas verdes do perímetro urbano;
- Contaminação de águas, ar e solos por agrotóxicos;
- Desmatamento existente na região;
- Existência de queimadas;
- Erosão de solo;
- Utilização de irrigação ilegal;
- Assoreamento de rios e córregos;
- Uso Inadequado de recursos hídricos;
- Fragilidade política.

AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS:

- Buscar o aumento nas delegações de competências aos municípios, para dinamizar os processos de licenciamentos ambientais;
- Construção de açudes e micro açudes aproveitando a concentração de águas superficiais tendo como objetivos a irrigação e aqüicultura;
- Criação de novas unidades de conservação ambiental, tendo em vista a existência de áreas com possibilidade para este fim;
- Realização de ações sobre educação ambiental, com foco voltado a conscientização e preservação;
- Integrar ações com o Comitê Hidrográfico da Bacia do Rio da Várzea, com o objetivo da sensibilização sobre a importância da correta manipulação e utilização dos recursos hídricos, tanto para atividades rurais como urbanas;
- Realizar um estudo sobre as áreas da região com possibilidade de uso para fins de reflorestamento;

Elaborar logística apropriada para a coleta e destinação adequada do lixo urbano e rural, verificar o exemplo de logística aplicada no município de Gramado dos Loureiros, coordenada pela Emater local.

21 ANÁLISE FOFA - DIMENSÃO SOCIAL E CULTURAL

21.1 Educação

Toda e qualquer região que quer desenvolver e fomentar o desenvolvimento deve investir na educação, ou seja, na qualificação e capacitação constante de sua população. Diante disto, a região do Médio Alto Uruguai, possui inúmeras Instituições de Ensino, ofertando educação básica, ensino técnico e superior de qualidade, tanto pública quanto privada. Nota-se que ao longo dos anos vem aumentando, significativamente, o nível de escolaridade da comunidade regional, fator que está contribuindo para o desenvolvimento e o fortalecimento dos diferentes setores da economia, pois a educação é tida hoje como um dos principais fatores para impulsionar e desenvolver uma região. Uma grande conquista da comunidade regional foi nos últimos anos ter recebido investimentos do governo estadual e federal, pois está sendo possível disponibilizar educação técnica e superior gratuita para a comunidade regional, e já é possível verificar os avanços e a melhoria no mercado de trabalho e no nível cultural das pessoas.

POTENCIALIDADES

- Inúmeras instituições de ensino;
- Existência de universidades públicas e privadas;
- Educação de qualidade;
- Alto índice de alunos nos bancos escolares;
- Oferta cada vez maior de cursos técnicos profissionalizantes gratuitos e de qualidade na região;
- Aumento gradativo dos profissionais formados em cursos técnicos e superiores;
- Cursos ofertados pelas instituições de ensino atendendo a realidade regional;
- Ofertas de cursos pelas Universidades de Chapecó pela facilidade de deslocamento;
- Muitas administrações municipais oferecem transporte gratuito.

FRAQUEZAS

- Altos custos dos cursos superiores ofertados pelas instituições privadas dificultam um pouco a permanência e o acesso aos cursos superiores;
- Faltam cursos nas universidades públicas e privadas voltados à realidade regional;
- Custo do transporte elevado, estradas sem asfalto;
- Altos custos das faculdades privadas e pouca oportunidade de trabalho na região para custear demais despesas relacionadas ao curso;
- Poucas vagas para cursar nos períodos noturnos em universidades públicas.

OPORTUNIDADES

- Investimentos na manutenção das escolas da rede pública municipal e estadual;
- Investimentos significativos em infraestrutura e em profissionais pela esfera estadual e federal na ampliação da oferta de novos cursos técnicos e superiores;
- Instituições de Ensino da região ofertando cursos técnicos profissionalizantes, para formação de agricultores utilizando a pedagogia de alternância (Instituto Federal, Casa Familiar Rural);
- Criação de Curso Técnico Segurança do Trabalho na região;
- Programas como PROUNI e ENEM do governo federal.

AMEAÇAS

- Baixos salários pagos ao magistério público dificultam a permanência do profissional em sala de aula;
- Falta de recursos financeiros para contratar pessoas qualificadas para ministrarem cursos, falta de infraestrutura e de espaço adequado para a realização das aulas;
- Mercado de trabalho restrito na região;
- Baixo percentual dos alunos que terminam o ensino médio;
- Alfabetização de jovens e adultos;
- Falta de profissionais nos laboratórios (informática, ciências) das escolas de educação básica.

AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS:

- Formalizar parceria com UERGS (aproveitar melhor a instituição);
- Reorganização dos Cursos das Ciências Agrárias para os períodos noturnos;
- Possíveis aproveitamentos das estruturas físicas disponíveis nos municípios, para utilização no ensino técnico e superior na região;
- Implementar bibliotecas públicas, teatros, cinemas;
- Criar um Fórum para debater as ações nos níveis de educação infantil para a região (secretarias e conselhos municipais de educação);
- Incluir no currículo da educação básica matérias como técnicas agrícolas, empreendedorismo rural, gestão e planejamento das propriedades;
- Fortalecimento das formações a nível médio e técnico;
- Criação de novos cursos priorizando a vocação econômica da região;
- Criação de novos cursos superiores em Universidades da Região com foco na saúde (fitoterápicos);
- Revisão de grades curriculares de alguns cursos superiores oferecidos na região contemplando aspectos culturais da região;
- Realizar pesquisas específicas pelas universidades voltadas à realidade econômica e social da região;
- Criação de novos cursos técnicos relacionados ao setor metal mecânico, gestão hoteleira e gastronomia;

- Retomada das pesquisas do Polo Tecnológico Regional pelas Universidades (utilizar uma gestão compartilhada);
- Informatização da escola pública com maior ênfase no meio rural;
- Ampliar as Parcerias com instituições locais (cooperativas, ONG, empresas...);
- Retomada, ampliação e fortalecimento do Polo da UAB (Universidade Aberta) da região.

21.2 Saúde

Na área de abrangência do COREDE Médio Alto Uruguai, na temática da SAÚDE, a 19ª CRS, criada no ano de 1998, desmembrada da 15ª CRS de Palmeira das Missões, sendo a mais nova regional do Estado, abrange uma população estimada (2015) de 151.557 habitantes, sendo dezenove municípios pertencentes à 19ª CRS e três municípios pertencentes a 15ª CRS.

Possui uma cobertura do Programa de Saúde da Família de 76,82% (122.032 habitantes), índice considerado excelente em comparação ao do Estado, 38%, para a saúde preventiva.

A região dispõe atualmente de treze hospitais gerais e dois prontos atendimentos, num total de quinhentos e quarenta e oito leitos, o que dá uma relação de trinta e quatro leitos/1000 habitantes, sendo suficiente para atender às demandas de baixa complexidade hospitalar, porém faltam muitas especialidades de média e alta complexidade a serem ofertadas dentro do Sistema Único de Saúde.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região do Médio Alto Uruguai, na temática da saúde, está embasado nos resultados de atividades de pesquisa feitas junto aos COMUDES (Conselho Municipal de Desenvolvimento) e as Secretarias Municipais de Saúde dos municípios integrantes da região.

POTENCIALIDADES

- A região possui uma boa cobertura na estratégia de Saúde da Família;
- A região possui referência para atendimento em traumatologia (adulto) em média e alta complexidade nos hospitais de Rodeio Bonito, Três Passos e Erechim;
- A região contratou novos prestadores de serviços ao Sistema Único de Saúde;
- Com as referências e a regulação em Oncologia nas cidades de Ijuí e Erechim a demanda regional está atendida.
- A grande maioria dos Hospitais da região estão contratualizados com o SUS;
- Na área de Saúde Mental houve um aumento da oferta de leitos para tratamento de álcool e drogas e psiquiatria;
- A regulação regional das demandas específicas de saúde é de responsabilidade da Coordenadoria Regional de Saúde;
- Implantação de Programas voltados ao tabagismo;
- Existência de três CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial) já credenciados no Sistema Único de Saúde;

- Credenciamento de cinco APAE's que oferecem procedimentos SUS para a região;
- Duas Comunidades Terapêuticas, para internação de dependentes químicos credenciadas ao SUS;
- Construção da Unidade de Pronto Atendimento UPA em Frederico Westphalen;
- Horto medicinal em processo de implantação na região;
- Regionalização dos Hospitais;
- Construção do Hospital Regional de Palmeira das Missões (HPR).

FRAQUEZAS

- Dificuldade de contratação de profissionais médicos para pequenos municípios;
- Dificuldade das Secretarias Municipais de Saúde em agendamento via Central de Marcação de Consultas (em Porto Alegre e demais regiões);
- O Hospital da sede da 19ª CRS com deficiência no atendimento de certas especialidades;
- Baixo número de Ressonância Nuclear Magnética por município, que não atende à demanda e gera fila de espera;
- Alguns profissionais do Sistema Único de Saúde não seguem as normas técnicas para a solicitação de exames de alta complexidade.

OPORTUNIDADES

- Ampliação do Hospital Comunitário Nonoai (Ala da Psiquiatria);
- Fortalecimento dos Hospitais da região;
- Conscientização coletiva de prevenção;
- Horto medicinal em implantação na região;
- Formação de profissionais para atuar com fitoterápicos;
- Possibilidade de implantação de Centro de Tratamento Oncológico na região;
- Consórcios de Saúde;
- Monitoramento e Avaliação dos Programas de Saúde Preventiva;
- Programa de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Medicina alternativa (chás caseiros/fitoterápicos);
- Ampliação e melhoria no tratamento e distribuição da água no meio rural;
- Presença de Casas de passagem.

AMEAÇAS

- Dificuldade nos encaminhamentos de pacientes em função da falta de referência em média e alta complexidade;
- Falta de leitos em UTI (Unidade de Terapia Intensiva) adulto, neonatal e infantil;
- Problemas com alcoolismo, consumo e contrabando de entorpecentes na região;
- Falta, e/ou atrasos nos repasses de recursos, dificultando a manutenção dos hospitais e postos de saúde;
- Dificuldades de organizar os plantões médicos nos hospitais da região;

- Altos índices de utilização de agrotóxicos na produção dos alimentos;
- Deficiência no tratamento e distribuição da água no meio rural;
- Solicitação, por parte de alguns profissionais médicos, de valores complementares à tabela SUS;
- Cobranças por procedimentos médicos além dos planos de saúde;
- Deficiência de saneamento no meio rural;
- Dificuldades para viabilizar Unidade de Pronto Atendimento UPA;
- Dificuldades em contatar os serviços do SAMU;
- Dificuldades em ser atendido pelos planos de saúde;(IPE)
- Rever os critérios relativos aos programas de vacinação, (H1N1, grupos de riscos).

AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS:

- Criar e implementar novas campanhas para a conscientização sobre a necessidade de redução da utilização de agrotóxicos na produção dos alimentos;
- Realizar seminários nas escolas sobre consumo e contrabando de entorpecentes entre os jovens e adultos na região;
- Monitoramento e Avaliação dos Programas de Saúde Preventiva
- Divulgar e implementar programa de Segurança Alimentar e Nutricional
- Incentivar a Medicina alternativa (chás caseiros/fitoterápicos);
- Articular os órgãos de saúde para rever os critérios relativos aos programas de vacinação, (H1N1, grupos de riscos);
- Fortalecer os Consórcios de Saúde Hospital São Jose de Rodeio Bonito e Hospital Santa Rosa De Lima de Trindade do Sul;
- Necessidade de qualificar as informações referentes ao atendimento e, posterior avaliação nos exames de Ressonância;
- Articular região para pressionar politicamente o Estado e a União para agilizar o repasse de recursos;
- Avaliar e melhorar os encaminhamentos de pacientes, em função da falta de referência em média e alta complexidade nas áreas:Ortopedia infantil (O número de consultas é insuficiente para atender a demanda regional, pois há apenas duas consultas/mês); Oftalmologia (alta complexidade – sem referência); Endocrinologia;Urologia; Buco maxilo facial; Dermatologia; Gastrenterologia; Plástica; Torácica (Pneumologia); Geriatria; Neonatologia; Reumatologista;
- Buscar recursos juntos aos Governos Estadual e Federal para ampliar a oferta de leitos em UTI (Unidade de Terapia Intensiva) adulto, neonatal e infantil, na região;
- Ampliar os Programas de tratamento e distribuição de água e de saneamento básico no meio rural.

21.3 Segurança Pública

A Segurança Pública é considerada uma das mais importantes preocupações de

todos, seja em nível nacional ou estadual. É o bem público mais necessitado pelas pessoas. A região fortalecida e alicerçada em projetos sérios e concretos, não será considerada apenas um sonho, mas sim uma conquista de todos da área de nosso COREDE.

O presente estudo trata sobre a área temática do desenvolvimento da Segurança Pública, que integra o plano de Desenvolvimento da Região do Médio Alto Uruguai.

Todo o desdobramento sugerido, em relação ao COREDE, facilitará a concretização da hierarquia das necessidades humanas, fazendo cumprir a norma constitucional prevista na Constituição Federal de 1988, no seu Art. 144, que reza que “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

POTENCIALIDADES

- Efetivos policiais compostos por pessoas com vínculos na região;
- Integração das forças de segurança;
- Comprometimento dos agentes em prol de um resultado cada vez mais eficiente;
- Programa Educacional de Resistência à Violência e às Drogas;
- Programa Todos na Escola;
- Nova Base do Corpo de Bombeiros instalada na região;
- Nova unidade da Defesa Civil instalada na região.

FRAQUEZAS

- Falta de formação na área da segurança pública de forma regionalizada;
- Falta de efetivo mínimo nas Frações Policiais Militares dos pequenos municípios;
- Falta de efetivo mínimo nas Delegacias de Polícia;
- Pouca integração das forças policiais com os COMUDES;
- Falta de uma célula do Grupamento Aéreo da Brigada Militar;
- Área de abrangência da Regional da Defesa Civil ainda extensa;
- Inexistência de plano de evacuação em situações de extrema emergência;
- Dificuldade em deslocamento à capital para treinamento;
- Área de ação do Corpo de Bombeiros unidade de Frederico Westphalen é muito extensa;
- Falta ou deficiência nos equipamentos de segurança;
- Pouco investimento em segurança virtual na região, através de vídeo monitoramento;
- Não regionalização dos Órgãos de Segurança Pública.

OPORTUNIDADES

- Centro de Formação de novos policiais na região;
- Elaborar Plano de Segurança integrado regional;
- Novos concursos públicos para compor o quadro de efetivos das Instituições de Segurança Pública;

- Implantação de vídeo monitoramento no perímetro urbano de todos os municípios da região;
- Instalar uma unidade do IGP – Instituto Geral de Perícias na região.

AMEAÇAS

- Priorização do eixo Caxias – Porto Alegre em investimentos de segurança pública;
- Falta de investimentos em treinamento na região;
- Solução de problemas pontuais, não pensando no desenvolvimento da região;
- Falta de vontade política em virtude de a densidade demográfica não ser atraente e/ou preocupante na busca de representatividade política.
- Retorno de população de grandes centros para a região;
- Falta de investimentos para manter os pequenos presídios nas suas localidades;
- Falta ou deficiências nos programas para combater ao uso, consumo e contrabando de álcool e entorpecentes na região;
- Falta de políticas de segurança no meio rural;
- Falta ou deficiência nos materiais de trabalho e equipamentos de segurança;
- Falta de uma reforma no Código Penal brasileiro.

AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS:

- Buscar mais investimentos em vídeo monitoramento e segurança virtual junto às Instâncias Públicas de governo, atualmente grande parte dos investimentos do setor tem origem da iniciativa privada;
- Monitorar o retorno da população dos grandes centros urbanos para a região, pois com isso tende a aumentar a criminalidade, adequar e preparar os atores de segurança da região;
- Necessidade de buscarmos junto a Câmara Federal e ao Senado a reforma no Código Penal brasileiro, para acabar ou reduzir com a prática do prende e solta;
- Necessidade de manter ativos e equipados os pequenos presídios nas localidades onde foram implantados, facilitando assim a ressocialização de apenados à sociedade;
- Buscar junto às forças de segurança da região e implantar ações de políticas voltadas a segurança no meio rural;
- Fortalecer e apoiar as forças de segurança com o objetivo de buscar equipamentos, armas e demais materiais de trabalho com qualidade e quantidade para atender a demanda do efetivo regional;
- Buscar junto a Secretaria de Segurança do Estado a instalação de uma unidade do IGP – Instituto Geral de Perícias na região, com o objetivo de auxiliar e agilizar as investigações sobre os delitos cometidos na região.

22 ANÁLISE FOFA - DIMENSÃO INFRAESTRUTURA

22.1 Infraestrutura

Um dos fatores primordiais para atrair investimentos em um município ou região é ter uma infraestrutura de qualidade, que proporcione garantia de segurança e precisão aos investidores. Esses fatores vão desde as vias de acesso e a qualidade das mesmas, os meios de transporte e de escoamento da produção, quantidade e qualidade da energia elétrica disponível, dos meios de comunicação, dos planos diretores e do planejamento municipal. Ao elaborar-se o presente Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região, foi possível observar que inúmeros são os fatores relacionados à falta de infraestrutura básica que travam o desenvolvimento dos municípios da região. Com base neste diagnóstico, foi possível elencar as principais forças e fraquezas, bem como as oportunidades e ameaças e a partir disto, definir quais são as ações e estratégias que devem ser trabalhadas para potencializar as forças e as oportunidades e amenizar as fraquezas e as ameaças.

POTENCIALIDADES

- Rios com ampla capacidade de geração de energia, hidroturismo;
- Existência de reservas biológicas;
- Existência de inúmeras vias de acesso aos municípios;
- Boa distribuição demográfica;
- Centros urbanos relativamente próximos uns dos outros.

FRAQUEZAS

- Inexistência de um planejamento integrado municipal;
- Falta de planos diretores na grande maioria dos municípios;
- Falta de planos de saneamento básico nos municípios;
- Falta de água potável em algumas comunidades do interior;
- Deficiência nos Programas de Habitação para o meio rural;
- Inúmeros municípios sem ligações asfálticas;
- Deficiência nas vias de acesso das comunidades rurais;
- Falta de sinalização nas rodovias federais, estaduais e municipais;
- Deficiência na sinalização urbana;
- Inexistência de ciclovias na região;
- Falta de internet banda larga e de alta velocidade;
- Falta de emissoras de TV regional.

OPORTUNIDADES

- Cobertura na grande maioria dos municípios pela TV aberta;
- Possibilidade de a região ser contemplada com uma ferrovia;
- Instalação de PCHs em função da existência de rios com quedas;
- Instalação de usina de geração de energia a base do lixo;
- Instalação de Usina Solar na região;
- Possibilidades de produção privada de energia solar autossustentável;
- Interligação entre os diversos modais de transporte;
- Estudos de geração de energia a partir de dejetos suínos;
- Possibilidade de duplicação da BR 386/158;
- Existência de linhas de crédito.

AMEAÇAS

- Existência de um único meio para escoar a produção;
- Inexistência de um aeroporto regional;
- Falta de ligação asfálticas em alguns municípios da região;
- Qualidade deficitária nas vias de acesso aos municípios;
- Dificuldade ou inexistência de acesso da telefonia móvel na região;
- Deficiente infraestrutura viária (trevos, sinalização, encostamento, ruas urbanas);
- Saneamento básico e tratamento praticamente inexistente na região;
- Falta de recursos para melhorias na infraestrutura dos Distritos Industriais.

AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS:

- Efetuar parceria com as Universidades pública e privada, para a elaboração de Planos Diretores;
- Elaborar Planos de Saneamento Básico e projetos com a finalidade de buscar recursos para implantação;
- Melhorias no sistema de internet banda larga de alta velocidade e telefonia móvel, com instalação de antenas na região;
- Instalação de Usina Solar no município de Boa Vista das Missões pela Creluz;
- Incentivo à produção privada de energia solar sustentável, residencial e empresarial, para autossuficiência e com possível comercialização;
- Possibilidade de implantação de um aeroporto regional;
- Ampliação e melhorias nos Programas de Habitação para o meio rural, para os trabalhadores que não se enquadram nas políticas públicas já existentes;
- Elaboração de projetos e articulação política para buscar recursos para ligação asfáltica entre nos municípios faltantes;
- Articulação política para a duplicação das rodovias 386/158.

23 ANÁLISE FOFA - DIMENSÃO ECONÔMICA

23.1 Agropecuária e Agroindústria

Na história da humanidade os povos que se sobressaem sobre os demais são aqueles que não se acomodam e procuram enfrentar os desafios, adotando posturas de agentes. Certamente, a cautela frente às ameaças, a valorização dos potenciais humanos e materiais e o planejamento para enfrentar situações novas, norteiam as ações fazendo com que sejam diminuídos os riscos do fracasso.

Observa-se que o desenvolvimento ocorre onde as ações são frutos da articulação, do planejamento e, sobretudo do domínio dos bens de produção. A quantificação é fruto da qualificação. A agregação de valor ao trabalho ou ao produto decorre do conhecimento.

Numa visão semelhante, a região do Médio Alto Uruguai foi colonizada por empreendedores que buscaram vencer os desafios em uma época em que havia espaço para gerar riqueza, ampliando a área de domínio. A região foi desbravada e a riqueza foi gerada pela exploração da agricultura e da pecuária sob forte pressão dos recursos naturais. Este modelo, aos poucos, veio se esgotando e, ao mesmo tempo, retirando a capacidade articuladora e agregadora de conhecimento sobre novas oportunidades. Assim, a região, aos poucos, caiu no marasmo, tornando-se, economicamente, uma das mais empobrecidas do Rio Grande do Sul.

Esgotado o modelo gerador de riqueza pela produção simples de produtos primários oriundos da agricultura e da pecuária, que ainda representa 35% da economia regional, se torna necessário um esforço conjunto da comunidade para o planejamento de ações que venham revitalizar a economia, através da agroindustrialização desta parte do Rio Grande do Sul.

POTENCIALIDADES

- Microclima quente favorável a culturas perenes;
- Abundância de recursos hídricos;
- Solo com topografia favorável para agricultura;
- Clima favorável para agricultura e pecuária;
- Bacia leiteira forte;
- Fruticultura;
- Cultivo de erva mate;
- Agriculturas orgânicas e agroecológica;
- Acesso a crédito;
- Turismo rural;

- Bom nível de informações disponíveis;
- Polo Regional de Inovação Tecnológica;
- Novas oportunidades de trabalho e geração de negócios.

FRAQUEZAS

- Falta de conhecimento das potencialidades;
- Cultivo de grãos em áreas pequenas
- Deficiência na mecanização específica para pequenas propriedades;
- Falta ou deficiência na gestão das propriedades;
- Baixo índice de transformação de produtos primários na região;
- Distorções na aplicação do crédito (agrícola, fomento, investimento);
- Baixa autoestima do agricultor e desânimo (pouca persistência na atividade em crise);
- Tendência a urbanização da população.

OPORTUNIDADES

- Novas culturas (vocação produtiva da propriedade);
- Agriculturas orgânicas e agroecológicas;
- Apicultura;
- Capacidade de produção de aves e suínos;
- Cultivo aquicultura (piscicultura);
- Cultivo do porongo, incentivo e profissionalização da atividade;
- Selo de Certificação Regional (serviços e produtos);
- Possibilidade de implantação de uma Central de distribuição de produtos na região;
- Turismo rural;
- Polo Regional de Inovação Tecnológica.

AMEAÇAS

- Deficiência na conservação de solos e águas;
- Sucessão familiar comprometida (somente idosos na propriedade);
- Necessidade de melhoria do sistema viário (acesso asfáltico, ferrovia);
- Acesso deficiente a energia elétrica de qualidade (trifásica);
- Informações deficientes relativas à atividade econômica;
- Falta de pesquisas sobre o zoneamento agrícola direcionado ao perímetro do município;
- Seguro Agrícola engessado (somente cultivo grãos);
- Poucas agroindústrias instaladas na região;
- Dificuldades em viabilizar a legalização das agroindústrias (SIM, SIF, CISPOA, SUSAF, SISBI);
- Processos de Licenciamento burocráticos e morosos;
- Altos custos de produção.

AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS:

- Programa de capacitação, profissionalização e acompanhamento técnico;
- Pesquisas sobre os microclimas da região para introdução de novas culturas (abacaxi, banana, maracujá, mamão, cana de açúcar, mandioca, amendoim, pipoca, batata doce, limão, goiaba, olericultura);
- Incentivos a aquicultura e apicultura;
- Facilitação de canais de comercialização (organização coletiva, formal e informal);
- Orientação técnica contínua e efetiva, com foco no resultado;
- Programas municipais de incentivo a atividades tais como: suínos, aves, leite, fruticultura, erva mate, entre outras;
- Melhorias no sistema de fornecimento de energia elétrica;
- Programas municipais de incentivo à agroindustrialização (carnes, compotas, conservas, geleias e leite);
- Melhoria do sistema viário em geral, estradas vicinais, trevos e acostamentos;
- Redução de grãos e aumento de culturas perenes (pastagens e fruticultura em pequenas propriedades);
- Incentivo aos filhos de agricultores para estudar em escolas técnicas profissionalizantes para exercer atividades rurais (Casa Familiar Rural);
- Levantamento das propriedades rurais da região com potenciais sucessores;
- Programa de geração de trabalho e renda para os profissionais formados no ensino público técnico e superior a efetivar suas atividades na região;
- Implantação e melhorias no sistema de informatização nas propriedades rurais (internet, Sky e outros)
- Plano de ação integrado de assistência técnica (produtor recebe benefícios, acompanhamento e evolução dos resultados);
- Diversificar o Seguro Agrícola (abrir para outras culturas);
- Elaboração de Projetos Técnicos para a busca de recursos financeiros (qualificação, capacidade de pagamento e mensuração de resultados);
- Apoio para a reestruturação dos abatedouros municipais existentes na região;
- Uniformização da Legislação referente à agroindustrialização;
- Instigar a criação de políticas de controle de preços dos produtos agrícolas, pois influenciam diretamente na produção de aves, leite e suínos;
- Fortalecer políticas e ações voltadas à reorganização da força de trabalho do campo (reforma agrária);
- Fortalecer as ações nos municípios (Revisar o Pacto Federativo).

23.2 Indústria, Comércio e Serviços

A sociedade está inserida em um ambiente de muitas mudanças, estas impulsionadas principalmente pelas novas tecnologias que se inserem a cada momento na sociedade.

Neste sentido, as empresas do setor privado da região do CODEMAU devem entender

estas novas realidades, avaliar os caminhos a serem seguidos e planejar referenciais de futuro, com base no ambiente em que estão inseridas.

O presente estudo enfoca a área da Indústria, Comércio e Serviços, que integra o plano de Desenvolvimento da Região do Médio Alto Uruguai.

Analisando as potencialidades e fragilidades da economia dos municípios da região do CODEMAU verifica-se que o setor primário representa 35% da composição econômica da região, sendo que os setores comercial, industrial e de serviços representam 65% do total.

Isto é importante para potencializar o comércio, a indústria e o setor de serviços da região.

Na sequência descrevem-se sugestões das principais potencialidades, fraquezas, oportunidades e ameaças em relação aos vinte e dois municípios integrantes do CODEMAU.

POTENCIALIDADES

- Aproximação geográfica dos municípios de abrangência do CODEMAU;
- Potencial turístico natural a ser explorado e desenvolvido;
- Polo de educação superior;
- Concentração de pequenas propriedades rurais com potencial de diversificação das atividades;
- Potencial hidroelétrico da região;
- Aproximação geográfica com outros estados e outros países;
- Indicativos de qualidade de vida a população (segurança, saúde, infraestrutura);
- Setores do comércio e de serviços com bom desenvolvimento e condições de atendimento à região;
- Boa qualificação de mão de obra na região.

FRAQUEZAS

- Insuficiência de incentivos financeiros para a instalação de empresas na região;
- Ligações asfálticas deficientes entre os municípios;
- Falta de ações integradas para a solução de problemas da região;
- Migração de investimentos da região do CODEMAU para outras regiões;
- Pouca identidade (autoestima) de alguns municípios da região no contexto da própria região no Estado e Brasil;
- Deficiência na operacionalização de planos diretores nos municípios da região;
- Infraestrutura de serviços inadequadas (saneamento etc.);
- Incipiente desenvolvimento do sistema cooperado, associações e do incentivo às cadeias produtivas;
- Pouca experiência no delineamento estratégico regional;
- Projetos políticos partidários acima de projetos de desenvolvimento da região;
- Deficiência na transferência de novas tecnologias aos setores econômicos regionais;
- Baixa renda per capita na região;

- Pouco investimento do governo federal e estadual nos setores econômicos da região;
- Alto índice de informalidade principalmente no setor serviços.

OPORTUNIDADES

- Alavancar o turismo na região;
- Desenvolvimento de projetos de pesquisas e extensão pelas Universidades voltadas às características da região;
- Desenvolver o cooperativismo e associativismo nas pequenas propriedades rurais, tendo em vista a diversificação das atividades;
- Disponibilização de assessoria e ou consultoria para os projetos oriundos da agricultura familiar e do agronegócio;
- Exploração hídrica da região;
- Melhoria de acessos e ligações asfálticas entre os municípios;
- Desenvolvimento de ações congregadas para a alavancagem dos setores da economia regional;
- Cultura de pensamento regional pelas lideranças regionais, para o incremento de investimentos por parte da União e Estados;
- Comprometimento sobre as estratégias de crescimento da região por parte das lideranças locais;
- Parcerias com empresas do agronegócio de outras regiões e outros estados;
- Localização geográfica (fronteiras);
- Crescimento da formação técnica e superior na região.

AMEAÇAS

- Interesses dos municípios dissociados dos interesses regionais;
- Descomprometimento de algumas lideranças regionais e políticas em relação à região;
- Falta de incentivos aos setores do comércio, indústria e serviços;
- Transferência de órgãos públicos (saúde pública) para centros maiores;
- Pouca formação técnica de profissionais da área metal mecânica na região;
- Dificuldades nos processos de licenciamentos dos empreendimentos.

AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS:

- Necessidade de aperfeiçoamentos dos setores da indústria, do comércio e de serviços para melhor atender as demandas da região;
- Melhorias na transferência tecnológicas para a região, considerando áreas temáticas descritas;
- Necessidade de criar um Comitê Regional com o objetivo acompanhar com maior eficiência a aplicação dos recursos públicos na região;
- Aproveitar as instituições de ensino com cursos nas áreas temáticas, para apoio na organização e gestão dos empreendimentos da agricultura familiar e do agronegócio;

- Ampliar as parcerias existentes com as instituições governamentais, Embater, Sena, SEBRAE e outras, para acompanhamento técnico dos empreendimentos regionais.

23.3 Turismo

A Região do Médio Alto Uruguai foi à última do Estado do Rio Grande do Sul a ser ocupada, mas a primeira do Estado a ter um destino turístico definido e consolidado: as águas minerais e termais, utilizadas no tratamento de saúde. No aspecto natural, a região apresenta um relevo acidentado, rios, matas, flora e fauna diversificada.

A atividade turística teve o seu início a partir do ano de 1916, com a descoberta da água mineral e termal no município de Iraí e, mais tarde, em Vicente Dutra. Torres Gonçalves assim se refere sobre o fluxo de pessoas em Iraí no Balneário Osvaldo Cruz que utilizaram os banhos: “na estação que acaba de findar (1920), elevou-se para seiscentos banhos dia. Prevendo para o próximo ano mais de mil banhos dia”. Mostrando a grande procura que teve a estação balneária e fazendo uma projeção para a próxima temporada (GONÇALVES, 1920, p. 192).

Em 1925 uma nova atividade econômica passa a ser considerada na região. Torres Gonçalves estabeleceu, através de edital, as condições gerais para a exploração de ágatas, cristais e outras pedras em terras de domínio do Estado. Trata-se de uma nova fonte de riqueza e que hoje é uma das principais atrações turística e econômica da região.

O turismo até a década de quarenta ficou restrito ao município de Iraí e Vicente Dutra, e voltado ao turismo saúde, vindo a somar como mais um atrativo turístico o Cassino O Guarani, que funcionou de 1940 até 1946, oficialmente, período este que contou com voos diários de Porto Alegre a Iraí, com sete hotéis e um fluxo de turistas superior a mil pessoas por dia nos períodos de temporada que compreendia de novembro a março.

Percebe-se o grande potencial que as águas possuem para atrair pessoas. Este fluxo de turistas manteve-se até a década de 60 a 70, quando foram proibidos os cassinos no Brasil e, por consequência, fechou também o cassino O Guarani, que estava localizado no município de Iraí. A partir dos anos 60, novo governo com novos planos e Iraí ficou no esquecimento, pois dependia sempre dos governos, a comunidade não teve forças suficientes para reverter e implementar um novo ritmo ao setor turístico.

O setor do turismo, a partir dos anos 90, busca estruturar-se de forma regional, aproveitando outros atrativos turísticos, além das águas, com destaque para as pedras preciosas, os rios, as reservas indígenas e florestais, as propriedades rurais com agroindústria artesanal, a lama negra e a religião, formando um conjunto de oportunidades naturais e culturais, as quais elevam as possibilidades de revigorar social e economicamente a região em questão.

A infraestrutura de apoio aos turistas, instalações dos hotéis e restaurantes, distribuídos nos municípios de Ametista do Sul, Frederico Westphalen e Iraí dão suporte à demanda de mil turistas por dia. Também, destacam-se dois centros de informações instalados, um, no município de Iraí, e outro, no município de Ametista do Sul.

Já a mão-de-obra existente precisa ser qualificada e ampliada, com cursos de guia de

turismo, cursos técnicos qualificando profissionais para atuarem junto aos empreendimentos ligados ao setor em todos os níveis, garçons, atendentes da rede hoteleira e gestores de empreendimentos turísticos e setores públicos, pois, conforme pesquisa, a falta de profissionalização e profissionais qualificados na área impedem o crescimento do setor.

A mobilização e a organização da sociedade são importantes, pois há mais de dez anos a região vem trabalhando em conjunto, buscando a organização e divulgação de seus atrativos turísticos. A importância da atividade foi reforçada nesses últimos anos com a criação do Ministério do Turismo e, por consequência, da Política Nacional do Turismo, da elaboração do Plano Nacional de Turismo e do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Tudo isto levou a sociedade civil, universidades e empreendedores do setor, juntamente com os Governos Municipal e Estadual a traçarem ações em conjunto para a viabilização do turismo sustentável e profissional.

O processo de elaboração do presente plano estratégico teve a participação dos representantes do Fórum regional de turismo e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDEs, nos quais foram discutidos os fatores críticos e/ou inibidores do processo e as oportunidades e possibilidades do processo de gestão. Os principais aspectos apontados foram:

POTENCIALIDADES

- Oportunidades para novos investimentos, atraindo investidores para o setor do turismo;
- Conhecimento e identificação do produto turístico regional;
- Turismo como propulsor para o desenvolvimento regional, promovendo o crescimento econômico e social, ampliando o mercado de trabalho, gerando novos empregos;
- Ligação histórico-cultural entre os municípios da região, com os centros de cultura e lazer;
- Atrativos turísticos diversificados e significativos em vários municípios da região;
- Existência e extrativismo de pedras preciosas e calcitas na região;
- Recursos naturais distintos, privilegiando a região;
- Existência de diversos atrativos religiosos;
- Estâncias Hidrominerais presentes na região;
- Atividades da agricultura e agroindústria familiar presentes na região;
- Apoio e organização do setor público para o desenvolvimento adequado do turismo;
- Coordenação das ações pelo Fórum Regional de Turismo;
- Região com potencial para prática de Trilhas ecológicas, arborismo, escaladas, rapel, ciclismo, passeios e caminhadas;
- Comercialização do produto turismo para o mercado regional, nacional e internacional;
- Programas de incentivo e organização do setor turístico coordenados pelo Ministério de Turismo;
- Todos os municípios da abrangência do Corede possuem Inventário Turístico.

FRAQUEZAS

- Região não possui um calendário de eventos anual;
- Inexistência de um Portal Regional ou um site com um sistema regional de informações turísticas;
- Falta de hotéis com preços acessíveis para atender trilheiros, caminhantes, peregrinos;
- Deficitária consciência turística da sociedade regional;
- Falta de Plano regional para o desenvolvimento do Turismo integrado;
- Falta de conhecimento dos atrativos turísticos pela pouca divulgação;
- Falta de credibilidade pela infraestrutura regional existente, necessidade de ampliar a oferta de lazer e entretenimento aos turistas
- Pouca valorização dos profissionais do setor, acarretando na falta de recursos humanos qualificados;
- Falta de cursos técnicos na região voltados ao produto turismo;
- Pouca demanda turística, sazonalidade no turismo e baixa ocupação da infraestrutura regional existente;
- Falta de roteiros turísticos e eventos para atrair o turista;
- Necessidade de modernizar os atrativos turísticos: restaurantes e rede hoteleira.

OPORTUNIDADES

- Existência e extrativismo de pedras preciosas e calcitas na região;
- Investimentos em empreendimentos já realizados por empreendedores regionais: Hotéis, Restaurantes, Museu, Garimpos para visitação de galerias;
- Utilização da Pir mide Exot rica de Ametista do Sul para energização;
- Possibilidade de explorar o turismo esportivo (motocross, trilhas);
- Estimulo ao turismo aquático nos lagos das represas (moton utica);
- Apoio e fortalecimento da agricultura e agroindústria familiar;
- A construção das barragens e hidrelétricas preparadas para visitação;
- Criação de uma instância de governanç a regional para a gestão do turismo regional;
- Possibilidade de criar um calendário anual de eventos para a região;
- Implantação de turismo colaborativo na região (ecoturismo);
- Possibilidade de criar de um sistema regional integrado com informações turísticas;
- Desenvolver um material promocional adequado, com informações sobre os atrativos turísticos em idiomas diversos;
- Atualizar e divulgar a existência de Inventário turístico em todos os municípios da região;
- Foco na comercialização do produto turismo para os jovens e a terceira idade, mercado regional, nacional e internacional;
- Explorar as Rotas Turísticas Regionais inseridas no Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil do Ministério do Turismo.

AMEAÇAS

- Projetos políticos temporários que não dão continuidade aos projetos técnicos existentes;
- Pouca e inadequada sinalização turística junto às rodovias federais e estaduais, direcionada aos atrativos turísticos regionais;
- Falta de um aeroporto regional;
- Conservação deficitária da malha rodoviária regional;
- Cultura do turismo tímida na região;
- Pouca atenção e recursos destinados dos executivos municipais as Secretárias de Turismo locais;
- Falta de programas voltados ao incentivo à cultura do turismo, envolvendo as escolas e as instituições do setor;
- Necessidade de maior volume de investimentos público privado no setor.

AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS:

- Programas de incentivo a ações relacionadas ao turismo impulsionando o desenvolvimento regional, promovendo o crescimento econômico e social, ampliando o mercado de trabalho e gerando novos negócios e empregos;
- Valorizar os significativos e diversificados atrativos turísticos como: natureza, saúde, lazer, pedras, religioso, náutico, pesca e turismo rural presentes em vários municípios da região;
- Divulgar a existência e extrativismo de pedras preciosas e calcitas na região, valorizando a beleza e a raridade das mesmas;
- Valorizar e mostrar os vastos recursos naturais presentes na região, clima, relevo acidentado, matas e florestas tropicais, rios, cascatas, entre outros;
- Divulgar os investimentos realizados por empreendedores regionais, Hotéis, Museu, Restaurantes, Garimpos para visitação de galerias. Dentre os quais podemos citar em Ametista do Sul: Cooperametista – Cooperativa de Produtores de Uva e Derivados de Ametista do Sul, Vinícola Ametista, Ametista Parque Museu, Hotel das Pedras, Hotel Ametista. Na cidade de Iraí: Hotel Thermas, Balneário Hotel, Hotel Iraí, Hotel São Luiz, Restaurante Panorâmico. Já em Frederico Westphalen: Hotel Cantelle, Hotel Pigatto e Hotel Palace, os hotéis junto a BR 386 do Posto Serrano, Hotel Bela Vista junto ao Posto Lagoa. Em Vicente Dutra Hotel Termas do Prado;
- Apoiar e divulgar a existência de atrativos religiosos: Catedrais dos municípios, a Igreja de Ametista do Sul toda revestida com pedra ametista, Monumento Cristo Rei, Santuário de Schoenstatt em Frederico Westphalen, Santuário dos Mártires do Rio Grande do Sul em Nonoai, Gruta Nossa Senhora de Lourdes em Caiçara e Trindade do Sul;
- Apoiar e fortalecer a agricultura e agroindústria familiar, a produção de frutas, a laranja, o figo, a uva e a produção do vinho com a possibilidade do envelhecimento nas minas desativadas, indústria de pedras preciosas e o artesanato;

- Desenvolver um sistema regional de informações turísticas, podendo ser um Portal ou um Site, com sugestões de rotas, hotéis, restaurantes e demais atrações;
- Centralizar as atividades na FUNDECTUR - Fundação para o Desenvolvimento da Cultura e do Turismo para organizar as ações e agendas regionais;
- Criar um calendário regional integrado de eventos, para os 365 dias do ano, com pacotes turísticos apropriados, otimizando a estrutura turística existente, promovendo famtuor para agências de turismo;
- Apoiar e dar maior visibilidade a Ecovila em formação na região, com foco voltado a implantação do turismo colaborativo (ecoturismo);
- Divulgar as ações do Ministério de Turismo, do Conselho Nacional de Turismo, do Fórum Estadual e Regional de Turismo, a existência da Política Nacional do Turismo e do Plano Nacional de Turismo e do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil;
- Incentivar investimentos em hotéis com preços mais compatíveis para atender trilheiros, caminhantes, peregrinos;
- Capacitar e mobilizar a região sobre a importância de recepcionar bem os turistas, criar uma consciência turística na sociedade regional, comércio, serviços e produtos para atender bem e valorizar o turista, necessidade de profissionalizar o setor;
- Criar um material promocional adequado, valorizando as informações sobre os atrativos turísticos regionais e utilizando a linguagem nos diversos idiomas: alemão, espanhol e Inglês. Elaborar material para divulgação e com qualidade e praticidade diferenciada; participar e divulgar em feiras e eventos a região, apresentar informações precisas e completas dos atrativos turísticos; criar e manter centros de informações turísticas em pontos estratégicos junto às rodovias;
- Necessidade de uma formatação de roteiros, transformando em produto turístico que identifique a região, diferenciando dos demais destinos turísticos;

Governos temporários que não dão continuidade aos projetos existentes; falta de uma política de incentivos voltada ao turismo; poucos recursos financeiros para investimento no setor; faltam recursos públicos para dotar de condições os parques e atrativos turísticos; ruas e passeios necessitando de melhorias; setor turístico muito dependente do setor público.

24 ANÁLISE FOFA - DIMENSÃO INSTITUCIONAL E GESTÃO PÚBLICA

24.1 Gestão Pública

O processo de gestão pública requer um planejamento das ações a partir da identificação das demandas prioritárias da comunidade, as quais darão origem ao Plano Plurianual de Investimentos, Lei de Diretrizes e Orçamento que aprovados em lei, disciplinam os gastos e investimentos públicos, dos entes federativos, municípios, estados e união.

A área temática, gestão pública, parte integrante dos programas estruturantes do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região do Médio Alto Uruguai Gaúcho é apresentada tendo como base o resultado de pesquisa e atividades realizadas nos municípios do COREDE – Médio Alto Uruguai – CODEMAU, com a participação dos representantes e Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDEs.

O trabalho realizado no seu conjunto procurou coletar informações e dados, ouvir os gestores públicos municipais, destacando os pontos positivos que contribuem para uma boa administração pública e aqueles que dificultam uma maior dinamicidade na condução das ações em benefício da comunidade. Como se sabe, a gestão pública tem seu início nas administrações municipais, pois é neste local em que a comunidade vive independentemente da região geopolítica e econômica.

O elenco de informações, dados e opiniões levantadas junto aos municípios da região do CODEMAU com relação ao processo de gestão pública constitui-se em uma base de dados importante para melhor conhecer o cotidiano das administrações municipais, suas facilidades e suas dificuldades, em procurar prestar o melhor serviço à comunidade com a qual tem um convívio direto.

POTENCIALIDADES

- O avanço dos recursos tecnológicos (informática), vem possibilitando melhorar o processo de gestão nas tomadas de decisões e nos controles internos e externos;
- A vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal assegurou maior equilíbrio nas contas públicas;
- Maior transparência dos gestores e um acompanhamento constante da comunidade dos gastos públicos;
- Planejamento das ações públicas com a participação da comunidade e servidores estimula o comprometimento de todos (audiências públicas);
- O papel importante que exercem os conselhos municipais de desenvolvimento em planejar e melhor priorizar os investimentos públicos;
- Embora haja carência de pessoal qualificado, atualmente as ações são mais planejadas, organizadas e controladas;

- Maior facilidade de integração dos municípios da região vem contribuindo para formação de consórcios para atender demandas consideradas de vital importância para a comunidade;
- A eliminação gradual do clientelismo, os gestores públicos passaram a deixar de lado o paternalismo, respondendo com mais e melhor serviço à comunidade;
- O enfraquecimento do radicalismo político, com maior respeito às diferentes convicções vem contribuindo para consensualizar e viabilizar projetos de interesse de todos;
- Condições facilitadas para desenvolver ações focadas em metas e resultados previamente estabelecidos;
- No conjunto dos dados, informações e opiniões levantadas, a grande maioria dos gestores públicos destaca um ambiente de otimismo, sinalizando que a região vive um novo momento promissor, estimulando investimentos em obras de infraestrutura e na atividade produtiva.
- As informações apresentadas pelos gestores públicos destacando questões relevantes vem contribuindo para o aperfeiçoamento do processo de gestão pública.

FRAQUEZAS

- Carência na formação e qualificação de servidores públicos, o que muitas vezes prejudica um melhor atendimento à comunidade;
- Estrutura organizacional municipal e logística não atende às necessidades diante da crescente demanda de serviços da sociedade;
- Falta de equipe qualificada que tenha uma visão de toda dimensão da administração pública, ou seja, a inter-relação entre todos os setores da organização na qual atuam;
- Dificuldade em organizar um setor de projetos com profissionais qualificados na elaboração e acompanhamento dos respectivos convênios;
- Dificuldade na elaboração de diagnósticos que identifiquem necessidades prioritárias da comunidade para viabilizar a elaboração de projetos;
- Deficiência ou a falta de projetos tecnicamente bem elaborados impede a obtenção de recursos;
- Pouca representatividade política da região em função da baixa densidade eleitoral, o que dificulta obter recursos;
- Dificuldade em estabelecer parcerias na busca de recursos para investimentos relevantes;
- Endividamento dos municípios consome grande parte das receitas no pagamento de compromissos, como, folha de pagamento e dívidas de longo prazo, restringindo investimentos;
- Dificuldade em manter contatos com órgãos públicos, falta de canais para agilizar estes contatos;
- Faltam programas para apoiar a implantação de indústrias para gerar mais empregos e renda;

- Meios de transportes, a região conta somente com o rodoviário, sem as condições ideais de trafegabilidade;
- Transferência de serviços sob responsabilidade do Estado ou da União repassados para os municípios, não ocorrendo, o mesmo com os recursos financeiros para custear estes serviços;
- Municípios pequenos, sua arrecadação é oriunda especialmente do IPTU e ISS, ITBI, entre outros, que são arrecadações baixas;
- Dificuldade em encontrar mecanismos que aumente as fontes de receitas para aumentar os investimentos;
- Ineficiência ou falta de Plano Diretor impede a implantação e legalização de novos loteamentos, favorecendo a ocupação desordenada;
- Gestores públicos com larga experiência na iniciativa privada, num primeiro momento enfrentam algumas dificuldades em agilizar as decisões, em função da burocracia pública;
- Falta ou deficiência nos cursos de qualificação para gestores públicos para melhor conhecer o processo e a legislação que devem ser obedecidas;
- Dificuldade em realizar reuniões de avaliação de desempenho dos servidores públicos;
- Constata-se que alguns servidores indicados para participar de cursos de qualificação, não possuem o perfil apropriado;
- A falta de qualificação gera baixa produtividade e a conseqüente acomodação do servidor;
- Cursos oferecidos não atendem as necessidades reais dos municípios, servem apenas para estimular a indústria turística;
- Dificuldade em organizar um programa de treinamento/qualificação contínuo nas diferentes áreas da gestão pública.

OPORTUNIDADES

- A nova forma de atuar dos auditores do Tribunal de Contas, primeiro orientando e depois exigindo o cumprimento da Lei;
- Maior transparência dos gestores e um acompanhamento constante da comunidade dos gastos públicos;
- Planejamento das ações públicas com a participação da comunidade e servidores estimula o comprometimento de todos (audiências públicas);
- O papel importante que exercem os conselhos municipais de desenvolvimento em planejar e melhor priorizar os investimentos públicos;
- Redução do clientelismo por parte dos gestores públicos, respondendo com melhores e mais qualificados serviços à comunidade;
- Enfraquecimento do radicalismo político vem contribuindo para consensualizar e viabilizar projetos de interesse de todos;
- Parcerias do poder público com a iniciativa privada através de apoio e incentivo na implantação de novos empreendimentos que geram emprego, renda e qualidade de

vida;

- Descentralização das atividades da gestão pública tem melhorado os resultados;
- Maior transparência e seriedade com o trato dos recursos públicos
- Os municípios que conseguiram se adequar à Lei de Responsabilidade Fiscal, vem aumentando a sua capacidade de investimentos;
- Maior conhecimento da administração pública, na qual os gestores, assessores e servidores conheçam as relações que se estabelecem em todo fluxo da gestão pública;
- Programas para geração de renda voltada ao meio rural para que os jovens permaneçam trabalhando na terra.

AMEAÇAS

- Os recursos são insuficientes para atender os serviços e investimentos com qualidade para a comunidade;
- As exigências de contrapartidas elevadas nos projetos, muitas inviabilizam o acesso a recursos Estaduais e Federais;
- Centralização dos tributos pelo Governo Federal;
- Os programas originários dos governos estadual e federal, quando descentralizados para os municípios executarem, os recursos são insuficientes;
- Processo burocrático que a administração pública enfrenta, gera atrasos e prejuízos na execução de projetos;
- Escassez de recursos impede investimentos no apoio à atividade produtiva;
- Recursos escassos para atender as necessidades da comunidade, obras de infraestrutura, saúde, saneamento, água, esgoto pluvial e sanitário;
- Região geograficamente, esta distantes dos grandes centros metropolitanos do Estado;
- Nos modais de transportes, a região conta somente com o rodoviário, sem as condições ideais de trafegabilidade;
- Muitos serviços de responsabilidade do Estado ou da União são descentralizados para os municípios;
- Baixa arrecadação própria, os municípios dependem basicamente das transferências do FPM, ICMS e IPVA, o que dificulta os investimentos;
- Pequenos municípios com escassos recursos dependendo, especialmente, das transferências do Estado e da União.

AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS:

- Discutir com os municípios e outros órgãos públicos a organização de um programa permanente de capacitação dos gestores e servidores públicos, com base nas demandas prioritizadas;
- Organizar uma equipe (grupo) de trabalho com ampla visão da administração pública

em toda a sua dimensão, visando estabelecer a interface, ou seja, a inter-relação de todos os setores envolvidos;

- Criar mecanismos que facilitem o acesso dos municípios junto aos governos, para agilizar os encaminhamentos e acompanhamento de projetos de interesse local e regional;
- Considerando a frequência com que os municípios recebem mais encargos das esferas Estadual e Federal, sem o devido repasse dos recursos, criar grupos de trabalhos regionais que representem os municípios para aprovar a reforma tributária, para melhor distribuir os recursos (bolo tributário) entre os municípios, estados e união;
- Desenvolver um trabalho de sensibilização junto aos políticos, lideranças e comunidade para que após as eleições, que periodicamente ocorrem, esqueçam-se as diferenças e radicalidades e unam-se para o desenvolvimento do município e o bem-estar de todos;
- Implantar um rigoroso cadastro para controle de todos os setores da administração pública, para se ter uma ampla e completa visão de todo funcionamento de uma administração municipal;
- Abrir um amplo debate com as autoridades superiores no sentido de sensibilizar as diferentes instâncias da importância dos pequenos produtores rurais (agricultura familiar), na produção de alimentos, constituindo-se a base econômica dos pequenos municípios, e não contar com apoio necessário por falta de uma política específica e recursos financeiros.
- Desenvolver ações com objetivo de avaliar o desempenho dos servidores públicos, meritocracia;
- Elaborar e implantar o Plano Estratégico Municipal, em consonância com o Plano Estratégico Regional;
- Implementar os Planos Diretores Municipais, auxiliar na elaboração dos planos nos municípios que ainda não possuem;

Desenvolver ações para sensibilização da população sobre a importância do setor tributário municipal, pois as receitas de maior expressão do município resultam desse processo.

25 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Com base na Análise FOFA, a qual identificou no âmbito do processo de desenvolvimento regional as principais potencialidades, fraquezas, oportunidades e ameaças, bem como as ações a serem implementadas junto aos municípios do CODEMAU, foram definidas 05 (cinco) Diretrizes Estratégicas: **a) Dimensão Ambiental; b) Dimensão Social e Cultural; c) Dimensão Infraestrutural; d) Dimensão Econômica e d) Dimensão Institucional-Gestão Pública.**

De posse de informações levantadas através dos seminários municipais, reuniões com a presença de instituições e técnicos especializados, bem como das Consultas Populares realizadas nestes últimos anos e referências do Plano Estratégico construído no período 2008/2012, foram formados 05 (cinco) grupos de trabalho para elaboração dos pré-projetos, os quais seguem relacionados e hierarquizados, tendo como base as necessidades mais prioritárias da cada área.

LINHAS ESTRATÉGICAS DA REGIÃO DO CODEMAU

1. Fortalecer o setor primário, buscando a agregação de valor das cadeias produtivas, através da agroindustrialização e comercialização;
2. Dotar os municípios do CODEMAU com infraestrutura (asfáltica, ferroviária, energia elétrica, saneamento básico, internet, telefonia, aeroporto regional) adequada para fomentar e promover o desenvolvimento local e regional;
3. Promover capacitação e qualificação continuada;
4. Fortalecer os hospitais, referência regional, com serviços de média e alta complexidade, dotando a região com serviços públicos de qualidade para a população;
5. Proporcionar maior segurança para a população, com o reaparelhamento dos órgãos de segurança, ampliação no número de efetivo, implantação de serviços de videomonitoramento nos 22 municípios do CODEMAU;
6. Instigar o espírito empreendedor da população regional, através da agregação de valor nas cadeias produtivas, tanto na indústria, comércio e serviços;
7. Integrar todas as iniciativas existentes das mais variadas entidades e instituições regionais, visando o fortalecimento e a união de esforços em prol de um maior desenvolvimento harmônico e sustentável;
8. Tornar o plano estratégico como principal ferramenta para captação de recursos junto às esferas municipal, estadual e federal e balizador dos investimentos da iniciativa privada;

9. Fomentar a inovação tecnológica, através do fortalecimento do Polo de Modernização Tecnológico, transformando-o em parque de inovação tecnológico, congregando todas as instituições de ensino e pesquisa regional;

Ao realizar a revisão e atualização do Plano Estratégico Regional, foram realizados seminários junto aos 22 municípios de abrangência do CODEMAU, para discutir, revisar e construir com as lideranças locais e regionais as oportunidades e ameaças, forças e fraquezas das áreas estratégicas para o desenvolvimento local e regional. Com base nestas riquíssimas informações coletadas nos seminários, nas visitas, nas conversas, nas pesquisas e nas reuniões de trabalho foram elaborados mais de 100(cem) projetos, os quais são considerados de fundamental importância para o fortalecimento do desenvolvimento local e regional, empoderamento cada vez maior da população com sentimento de pertencimento e motivação elevada.

Foi possível revisar e construir com as lideranças regionais, as 9(nove) linhas consideradas estratégicas a serem fomentadas e incentivadas com aporte de recursos das esferas estadual, federal, municipal e privada. Essas linhas estratégicas congregam todos os eixos fundamentais a serem fomentados para proporcionar a comunidade local e regional uma região com maior distribuição da renda e equidade econômica e social, servindo como balizadores na captação de recursos junto as esferas estadual e federal, bem como de direcionamento aos empreendedores que desejam investir e ampliar seus negócios na região do COREDE Médio Alto Uruguai.

26 CARTEIRA DE PROJETOS

Para a priorização dos programas e projetos apresentados no Plano Estratégico Regional, optou-se em elencar algumas questões consideradas fundamentais na hora de escolher um ou outro programa ou projeto, pois todos são considerados importantes dentro das respectivas áreas, mas há a necessidade de priorizarmos, para isso, elencou-se alguns critérios, que foram seguidos em todas as dimensões, sendo eles:

- 1° Macro para o micro;
- 2° Programa para projeto;
- 3° Transversalidade;
- 4° Regional para local;
- 5° Fundamental para importante.

Utilizando os critérios apresentados acima, foi possível chegar rapidamente a um consenso quanto a hierarquização da carteira de projetos e assim ter priorizado quais são os programas e projetos que necessitam com mais urgência aporte de recursos financeiros para serem implementados.

26.1 ESTRATÉGIA 1 - Fortalecer o setor primário, buscando a agregação de valor das cadeias produtivas, através da agroindustrialização e comercialização

A região do COREDE Médio Alto Uruguai possui um setor primário muito rico no que diz respeito a diversidade das atividades desenvolvidas nos 22 municípios de sua área de atuação. Tem como características as propriedades rurais da agricultura familiar, aparecendo muito forte a produção de leite nos 22 municípios, necessitando apenas modernizar e profissionalizar um pouco mais o processo produtivo. A fruticultura, com a plantação de citrus, figo e vitivinicultura estão cada vez mais presentes nas propriedades rurais, sendo boas opções para incrementar a renda e agregar valor na propriedade. Outras atividades que aparecem em evidencia é a integração entre produtores e empresas para a criação de aves e suínos, onde possuem alguns frigoríficos na região que realizam o abate e processamento da matéria prima em produto final, gerando emprego, renda e retorno de impostos.

Destacam-se também inúmeras iniciativas de empreendedores rurais no processo de agroindustrialização, algumas já legalizadas e comercializando para diversos lugares do Estado e muitas outras buscando adequar-se a legislação para conseguir acessar novos mercados e ter um incremento na renda da propriedade rural. Tais iniciativas estão ligadas as agroindústrias da área vegetal, como conservas e doces, farináceos e da área animal, no processamento de embutidos, queijos e derivados de leite e pescados. Necessitando desta forma, um apoio maior por parte dos órgãos governamentais no processo de legalização e adequação às inúmeras

legislações (ambiental, sanitária, fiscal e tributária etc), para assim conseguir legalizar de forma mais rápida as atividades, sendo possível gerar mais renda e desenvolvimento para os empreendedores e para a comunidade local e regional.

A produção de produção de grãos, como soja, milho, trigo e feijão estão presentes em diversos municípios, principalmente os que apresentam maior extensão de área no meio rural, e propriedades com maior escala de produção.

A região também se destaca na extração de pedras preciosas como Ametista e Água, entre outras. Além destas atividades de produção, o setor primário também tem vocação para atividades alternativas de geração de empregos e renda, como a caprino e ovinocultura, a apicultura e a produção de porongo, erva-mate, cana de açúcar e bambu.

PRIORIDADE 01

PROJETO Nº 116

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de apoio e fortalecimento as cadeias produtivas, indutoras do desenvolvimento regional.
Localização: Municípios de abrangência do COREDE Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 6.000.000,00
Duração do projeto: 120 meses
Responsável pela implementação: Codemau, Emater, SDR, Sindicatos, Municípios.
Escopo: Fortalecer as cadeias produtivas regionais como forma de agregação de valor, geração de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida da comunidade local e regional.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Promover a agregação de valor das diferentes atividades econômicas existentes nos 22 municípios de abrangência do CODEMAU como forma de impulsionar o desenvolvimento local e o fortalecimento da região como um todo.
Justificativa: A região do Médio Alto Uruguai Gaúcho é conhecida pela riqueza na diversidade do setor primário, com inúmeras particularidades de solo, clima, belezas naturais e vocação das pessoas que residem nos 22 municípios do COREDE Médio Alto Uruguai, como principais cadeias produtivas que necessitam ser fomentadas destacam-se: Bacia Leiteira; Agroindústrias do ramo animal e vegetal; Grãos; Fruticultura, com destaques para a Vitivinicultura e Citricultura; Apicultura; Caprinocultura; Ovinocultura; Piscicultura; Aves; Bovinos; Suínos; Erva Mate; Porongo; Hortaliças e Pedras Preciosas. Algumas iniciativas promissoras já existem na região, mas há a necessidade de um maior fomento para que empreendedores locais e regionais possam enxergar tais atividades produtivas como alternativas para a geração de renda e acúmulo de riqueza, e automaticamente, um maior incremento na economia com geração de emprego, renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia produtiva, proporcionando a agregação de valor na própria região. Atualmente grande parte da transformação dos produtos primários em produtos finais se dá fora da região, sendo que em muitos casos o que permanece para os municípios e para a região administrar é o passivo ocasionado com a produção dos referidos produtos. Pretende-se, com esse programa, proporcionar maneiras para estimular, fomentar, ajudar e acompanhar os empreendedores a investir nas mais variadas atividades existentes na região, as quais apresentam grande potencial produtor e muitas vezes, estão adormecidas ou pouco consolidadas como atividade econômica importante para a economia local e regional.
Resultados pretendidos: Cadeias produtivas mais consolidadas, proporcionando que todos os elos da cadeia possam beneficiar-se com os estímulos e fomento deste programa, com municípios mais fortes e fortalecidos economicamente, socialmente, ambientalmente e pessoas com autoestima capaz de acreditar no potencial da região e sentimento de pertencimento e envolvimento local e regional.
Alinhamento Estratégico: Fortalecer o setor primário, buscando a agregação de valor das cadeias produtivas, através da agroindustrialização e comercialização.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Sensibilizar e capacitar as pessoas sobre as mais variadas cadeias produtivas com potencial produtivo local e regional.
Meta: Realizar palestras, cursos e seminários nos 22 municípios da região do Corede.
Custo: R\$ 18.000,00 mensais, total R\$ 2.160.000,00
Prazo: 120 meses
Produto 2: Instigar, orientar e fomentar as pessoas a investir nos diferentes elos das cadeias produtivas locais e regional.
Meta 1: Realizar visitas técnicas dirigidas para as pessoas que demonstrarem interesse em investir nas cadeias produtivas locais e regional.

Meta 2: Orientar, conforme a necessidade e interesse dos empreendedores, a investir em um dos elos das cadeias produtivas locais e regional.
Meta 3: Acompanhar, através dos órgãos competentes (EMATER, SEBRAE, SENAR, Universidades, IFF e etc.), conforme a demanda e necessidade, os empreendedores para que consigam obter renda satisfatória com a atividade.
Custo: R\$ 32.000,00 mensais, total R\$ 3.840.000,00
Prazo: 120 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Codemau, Emater e Universidades.
Órgãos Públicos Envolvidos: Governo Federal, Governo do Estado, SDR, SEBRAE, SENAI, SENAR.
Organizações parceiras: Emater, Sindicatos, Cooperativas, AMZOP, demais entidades do setor.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 6.000.000,00
Fontes de recursos: União, Estado, Município e Empresas parceiras.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: 0,00
Despesas Correntes: R\$ 6.000.000,00
Produto 1: R\$ 2.160.000,00
Produto 2: R\$ 3.840.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO																				
	Período (semestres)																			
Produto	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Produto 1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 02

PROJETO Nº 58

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa para o Desenvolvimento da cadeia da piscicultura na região.
Localização: Conselho de Desenvolvimento Regional do Médio Alto Uruguai

Valor total estimado do projeto: R\$ 27.585.000,00 (vinte e sete milhões, quinhentos e cinco mil reais).
Duração do projeto: 120 meses.
Responsável pela implementação: Corede Médio Alto Uruguai.; Universidade Federal de Santa Maria – Campus Frederico Westphalen e Emater/RS.
Escopo: síntese do que será feito e principais resultados do projeto
Responsável: Corede Médio Alto Uruguai, Universidade Federal de Santa Maria – Campus Frederico Westphalen e Emater/RS.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo:

- a) Capacitar produtores/piscicultores, operadores de máquinas, técnicos extensionistas da EMATER, trabalhadores da indústria, Secretarias Municipais da Agricultura, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Cooperativos de Produção Agropecuária através de cursos básicos e avançados de piscicultura;
- b) Fomentar o associativismo e o cooperativismo.
- c) Fomentar a pesquisa aplicada à piscicultura através das universidades da região e do Instituto Federal Farroupilha;
- d) Implantar estações de reprodução de alevinos de espécies nativas e exóticas;
- e) Apoiar e implantar a instalação de um banco de matrizes para fornecimento aos produtores de alevinos;
- f) Apoiar a construção, a reforma e a ampliação de viveiros para o cultivo de peixes.
- g) Apoiar, implantar e estruturar feiras municipais para comercialização de peixes;
- h) Fomentar a criação e implementação de abatedouros municipais e frigorífico regional com inspeção municipal e federal, respectivamente;
- i) Fomentar e apoiar a implantação de pesque-pague, visando o turismo regional;
- j) Fomentar a piscicultura em tanques-rede, visando o aproveitamento do potencial hídrico existente nas barragens hidroelétricas contemplando piscicultores e pescadores;
- k) Apoiar a implantação de um centro de capacitação para a agricultura familiar.
- l) Promoção de viagens de visita técnica para piscicultores, técnicos e empreendedores da agroindústria a Regiões mais evoluídas na piscicultura.
- m) Divulgar aos piscicultores da Região a Resolução da ANEEL que subsidia a energia elétrica de uso noturno, em 70% do custo.
- n) Necessidade de melhoria da qualidade da energia no meio rural, com expansão das redes trifásicas ou aumento de carga.
- o) Implantação pelas Prefeituras do SIM-Sistemas de Inspeção Municipal, estruturados, para permitir criação de abatedouros com licenciamento sanitário e permitir comércio em feiras e mercado local com carne processada e legalizada.
- p) Qualificar os Serviços de Licenciamento Ambiental Municipal para licenciamento da piscicultura.
- q) Incentivar e fomentar a legalização ambiental da atividade junto aos órgãos ambientais FEPAM e IBAMA, permitindo implantação de projetos de maior escala.
- r) Contemplar ações de desenvolvimento sustentável da pesca nos rios da Região;
- s) Realizar ações para o aumento do consumo de peixe pelas famílias e consumidores da Região.

Justificativa: O Corede Médio Alto Uruguai (CODEMAU) congrega 22 municípios, sendo: Alpestre, Ametista do Sul, Caiçara, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Erval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Iraí, Nonoai, Novo Tiradentes, Palmitinho, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Seberi, Taquaruçu do Sul, Trindade do Sul, Vicente Dutra e Vista Alegre (FEE, 2013). Segundo o Censo 2010, nos 22 municípios a população residente no meio urbano é de 54,74% e 45,26% são residentes no meio rural, somando uma população de 148.403 habitantes (IBGE 2010). Dados preliminares do IBGE/2015 estimam a população em 151.357 habitantes.

Considerando uma região mais ampla o COREDE Médio Alto Uruguai está inserido na

Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL, que abrange 396 municípios destes, 223 pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul, 131 municípios pertencentes ao extremo oeste de Santa Catarina e 42 municípios do Sudoeste do Paraná (GIRARDI, 2010).

A importância socioeconômica da agricultura familiar nas mais diversas regiões brasileiras já é reconhecida, seja na produção de alimentos, na geração de empregos ou conservação da biodiversidade. No entanto, os dados do último Censo Agropecuário apontam que boa parte dos agricultores familiares são pouco escolarizados, nem todos são proprietários das suas terras, poucos participam de organizações ou associações de produtores, o grau tecnológico é restrito e fazem baixo uso de recursos públicos (IBGE, 2010). Muitas vezes os agricultores também deixam de lado a produção de subsistência e passam a produzir apenas produtos voltados ao mercado. Isso significa deixar de lado os cultivos tradicionais e o seu saber-fazer, favorecendo situações de insegurança alimentar.

Além disso, estudos apontam as crescentes dificuldades da agricultura familiar no campo da reprodução social, devido ao crescente êxodo juvenil. A falta de filhos dispostos a permanecer na atividade agrícola e no comando das propriedades paternas pode comprometer a continuidade das propriedades, favorecer o envelhecimento da população, bem como diminuir a oferta de mão de obra e a constituição de novas famílias no meio rural (SILVESTRO et al. 2001).

Segundo dados do IPEA (2010) nos últimos anos está havendo uma redução da população rural, provavelmente está ocorrendo a migração de parte da população rural para o perímetro urbano, ocasionando diversas implicações sociais, econômicas e ambientais associada ao êxodo rural. Esse comportamento da população rural pode ser explicado pela concentração fundiária. Já o comportamento da população urbana pode estar atrelado ao fato de que o meio urbano não possui a capacidade de absorver a mão de obra que migra do rural, pois, praticamente não há indústrias de médio e grande porte. Assim, o deslocamento para grandes centros passa a ser a única alternativa aos migrantes.

CECCARELLI et al. (2000) afirmam que o Brasil tem um dos maiores potenciais do mundo para o desenvolvimento da piscicultura, particularmente devido ao seu clima, diversidade de espécies, quantidade de água, tipo e extensão do solo e facilidade de acesso aos locais de produção. Aonde essas condições, juntamente com a carência alimentar da maioria dos brasileiros, tornam a exploração desse potencial praticamente uma exigência social. A FURG e SDR (2015) estimam que a região de abrangência do CODEMAU possui uma área alagada de 1221ha que pode ser utilizada para atividade de piscicultura.

Os agricultores/piscicultores, que já desenvolvem a piscicultura, o fazem de maneira empírica e com pouca ou nenhuma estruturação da cadeia produtiva, especialmente no que tangem aos processos produtivos e de organização da comercialização.

Os agricultores familiares que ainda resistem sofrem constante pressão dos grandes proprietários que buscam ampliar suas áreas para o cultivo de *commodities*, especialmente a soja. Assim, o desenvolvimento de ações que visem a manutenção da segurança alimentar e a geração de renda tem como finalidade garantir o desenvolvimento econômico e social destes agricultores familiares e pescadores.

Nos municípios da EMATER Regional de Frederico Westphalen, embora possam ser encontrados alguns poucos produtores relativamente mais estruturados do ponto de vista produtivo, em sua maioria utilizam baixa tecnologia e encontram dificuldades para acessar aos diferentes mercados, visto que a cadeia produtiva não se encontra estruturada.

Alguns municípios desta região realizam feiras de peixe vivo, organizadas pelas Secretarias Municipais de Agricultura e EMATER. As feiras são organizadas basicamente na Semana Santa e têm pouca adesão por parte dos produtores. Essa pouca adesão pode ser explicada pela falta de estrutura dos produtores para levar o peixe até o local, a falta de produto para manter a feira e também a falta de um estímulo empreendedor aos produtores.

A região conta ainda com duas colônias de pescadores, a Colônia de Pescadores Z22 localizada no município de Iraí/RS e a Colônia de Pescadores Z33 localizada no município de Vicente Dutra/RS. Esses pescadores, há vários anos, vêm enfrentando sérias dificuldades em razão da escassez de peixes nativos na Bacia do Rio Uruguai, compreendendo o próprio rio Uruguai e seus tributários. Neste sentido, estes pescadores, através de cursos de capacitação e investimentos

na produção em tanques-redes encontrariam melhores condições de agregação de renda colocando-se em prática o cultivo de peixes em tanques-rede em águas públicas preconizado pela RESOLUÇÃO CONAMA Nº 459, de 16 de outubro de 2013.

Vale salientar ainda, que o Programa da Cadeia da Piscicultura na Região do Médio Alto Uruguai está alinhado às políticas públicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento, da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul, da EMATER/RS, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Instituto Federal Farroupilha e do APL - Arranjo Produtivo Local, Agência de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai – ADMAU, Conselhos Municipais de Desenvolvimento, AMUCELEIRO, AMZOP, SENAR e SEBRAE.

Assim, busca-se através deste programa aprimorar o desenvolvimento da piscicultura, que é realizada com mão de obra familiar, através do fornecimento de ferramentas que melhorem a gestão, o manejo produtivo, a qualidade e a organização da produção, integrando o saber-fazer do agricultor, com o saber técnico. Nesse sentido, pretende-se fortalecer a diversificação de renda, agregação de valor e a segurança alimentar, gerando oportunidades para a inserção dos jovens rurais em alternativas produtivas que os estimulem a permanecerem no meio rural.

Bibliografias consultadas:

GIRARDI, E. In: **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional**. Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai. 2010. 218 p.

CECCARELLI, P.S.; SENHORINI, J.A.; VOLPATO, G. Dicas em piscicultura; perguntas e respostas. São Paulo: Santana Gráfica Editora. Botucatu, **SP, 2000**, 247p.

FURG e SDR. Análise das cadeias produtivas do pescado oriundo da pesca artesanal e/ou da aquicultura familiar no estado do Rio Grande do Sul. Relatório Sintético – Panorama Atual da Piscicultura do Rio Grande do Sul. 2015. 24p.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. 2013. Acesso em 06 de dezembro de 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Acesso em 07 de dezembro de 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2015. Acesso em 07 de dezembro de 2016.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2010. Acesso em 07 de dezembro de 2016.

SILVESTRO M.L. et al. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.

Florianópolis: EPAGRI; Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: Nead, 2001. 120p.

Beneficiários: serão os agricultores, piscicultores, pescadores, pesquisadores, técnicos, extensionistas, estudantes, transportadores e consumidores.

Resultados pretendidos:

CURTO PRAZO:

- a) Capacitar produtores/piscicultores, técnicos extensionistas da EMATER, das Secretarias Municipais da Agricultura, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e das Cooperativas de Produção Rural através de cursos básicos e cursos avançados de piscicultura;
- b) Apoiar a construção, a reforma e a ampliação de viveiros para o cultivo de peixes.
- c) Apoiar, implantar e estruturar feiras municipais para comercialização de peixes;
- d) Fomentar a criação e implementação de abatedouros municipais e frigorífico regional com inspeção municipal e federal, respectivamente;
- e) Qualificar os Serviços de Licenciamento Ambiental Municipal para licenciamento da piscicultura.
- f) Promoção de viagens de visita técnica para piscicultores, técnicos, empreendedores da atividade.
- g) Divulgar aos piscicultores da Região a Resolução da ANEEL que subsidia a energia elétrica de uso noturno, em 70% do custo.
- h) Necessidade de melhoria da qualidade da energia no meio rural, com expansão das redes trifásicas ou aumento de carga.
- i) Implantação do SIM- Sistema de Inspeção Municipal, estruturados para permitir criação de abatedouros com licenciamento sanitário e permitir comercialização de peixe processado em nível local;
- j) Incentivar e fomentar a legalização ambiental da atividade junto aos órgãos ambientais

- FEPAM e IBAMA.
- k) Contemplar ações de desenvolvimento sustentável da pesca nos rios da Região.
 - l) Realizar ações para o aumento do consumo de peixe pelas famílias e consumidores da Região.

MÉDIO PRAZO:

- a) Implantar estações de reprodução de alevinos de espécies nativas e exóticas;
- b) Fomentar o associativismo e o cooperativismo entre os piscicultores;
- c) Fomentar a pesquisa aplicada à piscicultura através das universidades da região e do Instituto Federal Farroupilha;
- d) Apoiar e implantar a instalação de um banco de matrizes para fornecimento aos produtores de alevinos;
- e) Fomentar e apoiar a implantação de pesque-pague visando o turismo regional;
- f) Fomentar a piscicultura em tanques-rede visando o aproveitamento do potencial hídrico existente nas barragens hidroelétricas contemplando piscicultores e pescadores;
- g) Apoiar a implantação de um centro de capacitação para a agricultura familiar e pescadores.

Alinhamento Estratégico: Fortalecer o setor primário, buscando a agregação de valor das cadeias produtivas, através da agroindustrialização e comercialização.

3 - PRODUTOS DO PROJETO: CURTO PRAZO

Produto 1: Capacitar produtores/piscicultores, técnicos extensionistas

Meta: 1.000 participantes

Custo: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Prazo: 60 meses

Produto 2: Apoiar a construção, a reforma e ampliação de viveiros para o cultivo de peixes.

Custo: R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)

Meta: 600 viveiros

Prazo: 60 meses

Produto 3: Apoiar, implantar e estruturar feiras municipais para comercialização de peixes;

Custo: R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais)

Meta: 22 feiras com estrutura de resfriamento e comercialização

Prazo: 60 meses

Produto 4: Fomentar a criação e implementação de abatedouros municipais e frigorífico regional com inspeção municipal e federal, respectivamente;

Custo: R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) /SIM + R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) /SIF

Meta: 20 abatedouros para o SIM e 01 para SIF

Prazo: 60 meses

Produto 5: Qualificar os Serviços de Licenciamento Ambiental Municipal para licenciamento da piscicultura.

Custo: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Meta: 44 profissionais do serviço ambiental municipal e Federal

Prazo: 24 meses

Produto 6: Promoção de viagens de visita técnica para piscicultores, técnicos, pescadores e empreendedores da atividade.

Custo: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Meta: 400 agricultores, técnicos, pescadores e empreendedores

Prazo: 60 meses

Produto 7: Divulgar e encaminhar junto aos piscicultores da Região a Resolução da ANEEL que subsidia a energia elétrica de uso noturno, em 70% do custo.

<p>Custo: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) Meta: 600 agricultores, técnicos, pescadores e empreendedores Prazo: 60 meses</p>
<p>Produto 8: Necessidade de projetos de melhoria da qualidade da energia no meio rural, com expansão das redes trifásicas ou aumento de carga. Resolução 414 ANEEL. Custo: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) Meta: 100 agricultores Prazo: 60 meses</p>
<p>Produto 9: Implantação do SIM- Sistema de Inspeção Municipal, estruturados para permitir criação de abatedouros com licenciamento sanitário e permitir comercialização de peixe processado em nível local; Custo: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) Meta: 20 agricultores Prazo: 60 meses</p>
<p>Produto 10: Fomentar a implantação de tanques-rede visando o aproveitamento do potencial hídrico existente nas barragens hidroelétricas contemplando piscicultores e pescadores, legalizando junto aos órgãos ambientais FEPAM e IBAMA. Custo: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) Meta: 80 pescadores e piscicultores Prazo: 60 meses</p>
<p>Produto 11: Contemplar ações de desenvolvimento sustentável da pesca nos rios da Região. Meta: 50 pescadores Custo: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) Prazo: 36 meses</p>
<p>MÉDIO PRAZO</p>
<p>Produto 1: Implantar estações de reprodução de alevinos de espécies nativas e exóticas; Custo: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) Meta: 01 Estação Prazo: 60 meses</p>
<p>Produto 2: Fomentar o associativismo e o cooperativismo entre os piscicultores; Custo: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) Meta: 22 Associações de piscicultores Prazo: 60 meses</p>
<p>Produto 3: Fomentar a pesquisa aplicada à piscicultura através das universidades da região e do Instituto Federal Farroupilha; Custo: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) Meta: 10 pesquisas aplicadas Prazo: 120 meses</p>
<p>Produto 4: Apoiar e implantar a instalação de um banco de matrizes para fornecimento aos produtores de alevinos; Custo: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) Meta: 1 instalação Prazo: 120 meses</p>
<p>Produto 5: Fomentar e apoiar a implantação de pesque-pague visando o turismo regional; Custo: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) Meta: 22 pesque-pague Prazo: 120 meses</p>
<p>Produto 6: implantação de um centro de capacitação para a agricultura familiar e pescadores; Custo: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) Meta: 1 centro de capacitação. Prazo: 120 meses</p>

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: UFSM/Campus de Frederico Westphalen/RS; Emater/ RS, Regional de Frederico Westphalen; AMZOP; URI/Campus de Frederico Westphalen/RS; UFSM/Campus de Palmeira das Missões/RS; Agroindústria de peixe Chapada; Polo Tecnológico Estação de alevinos Frederico Westphalen/RS; SDR- POA; UFRGS Campus Porto Alegre; Emater/PR Unidade de Maripá - PR; UFPR Campus de Palotina - PR
Órgãos Públicos Envolvidos: UFSM; AMZOP; SDR/Depaqui; Prefeituras Municipais; MAPA; UFRGS; Emater-PR; UFPR/Campus Palotina; FAMURS; SEMA/FEPAM/DRH; IBAMA; ANA; Comitê da Bacia do Rio Várzea; Codemau;
Organizações parceiras: URI/Campus FW; EMATER/RS ASCAR; ACIs da Região; ADMAU; AMUSUH - Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados; SENAR; SEBRAE; Frigorífico São Francisco/Chapada; Frigorífico Natufish /Horizontina/RS; Rações Puro Trato; Rações Supra; Rações Presence; Viveiros Márcio Márfio/FW;

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: SDR/FEAPER; PRONAF; PRONAMP; MDA; MI; Fundação do Banco do Brasil; Emendas Parlamentares; BNDS; BRDE; FINEP; CNPQ; FAPERGS; Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado; Orçamento PPC;
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 27.585.000,00(vinte e sete milhões quinhentos e oitenta e cinco mil reais)
Fontes de recursos: Governos Federal; Estadual; Municipal e Autarquias
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais) Referente as despesas com deslocamento, hospedagem, alimentação, material de expediente e demais despesas que venham a acompanhar as ações do projeto
Despesas Correntes: R\$ 26.505.000,00 (vinte e seis milhões, quinhentos e cinco mil reais)
Investimentos e despesas correntes por produto: "VIDE ÍTEM 3"

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
CURTO PRAZO:
Produto 1: Capacitar produtores/piscicultores e técnicos extensionistas. Meta: 1.000 participantes 05 Etapas = 12 meses por etapa, sendo 200 participantes por etapa.
Produto 2: Apoiar a construção, a reforma e a ampliação de viveiros para o cultivo de peixes. Meta: 600 viveiros 05 Etapas = 12 meses /Etapa = 120 reformas e ampliações de viveiros/Etapa.
Produto 3: Apoiar, implantar e estruturar feiras municipais para comercialização de peixes; Meta: 22 feiras com estrutura de resfriamento e comercialização 05 Etapas = 12 meses /Etapa = 1ª -2ª Etapas (24 meses) = 10 feiras e 3-4-5ª Etapas (36 meses) = 12 feiras.
Produto 4: Fomentar a implantação de abatedouros municipais e frigorífico regional com inspeção municipal e federal, respectivamente; Meta: 20 abatedouros para o SIM e 01 para SIF 05 Etapas para Abatedouros SIM - 12 meses/Etapa = 04 abatedouros/Etapa 01 Etapa para Abatedouro SIF – 36 meses
Produto 5: Qualificar os Serviços de Licenciamento Ambiental Municipal para licenciamento da

piscicultura. Meta: 44 profissionais do serviço ambiental municipal e Federal 02 Etapas :12 meses/Etapa= 22 profissionais/etapa
Produto 6: Promoção de viagens de visita técnica para piscicultores, técnicos, pescadores, empreendedores da atividade. Meta: 400 agricultores, técnicos, pescadores, empreendedores 05 Etapas: 12 meses/Etapa = 80 participantes /etapa;
Produto 7: Divulgar e encaminhar junto aos piscicultores da Região a Resolução da ANEEL que subsidia a energia elétrica de uso noturno em 70% do custo. Meta: 200 agricultores, técnicos, pescadores e empreendedores 05 Etapas; 12 meses/Etapa = 40 subsídios de energia a piscicultores/Etapa
Produto 8: Necessidade de projetos de melhoria da qualidade da energia no meio rural, com expansão das redes trifásicas ou aumento de carga. Resolução 414 ANEEL. Meta: 100 agricultores 05 Etapas – 12 meses/Etapa = 20 projetos de rede trifásica/Etapa
Produto 9: Incentivar e fomentar a legalização ambiental da atividade de produção de peixes em águas públicas para criação em tanque-redes junto aos órgãos ambientais FEPAM e IBAMA. Meta: 80 pescadores e piscicultores 05 Etapas -12 meses/Etapa = 16 piscicultores/pescadores com tanque-rede/Etapa
Produto 10: Contemplar ações de desenvolvimento sustentável da pesca nos rios da Região. Capacitação na área econômica, social e ambiental. Meta: 60 pescadores 03 etapas – 12 meses/Etapa = 20 pescadores treinados/etapa
MÉDIO PRAZO
Produto 1: Implantar Estação de reprodução de alevinos de espécies nativas e exóticas; Meta: 01 Estação 01 ETAPA/60 meses para implantação de estação de reprodução e alevinos
Produto 2: Fomentar o associativismo entre os piscicultores; Meta: 20 Associações de piscicultores
Produto 3: Fomentar a pesquisa aplicada à piscicultura através das universidades da região e Instituto Federal Farroupilha; Meta: 10 pesquisas aplicadas 05 Etapas: 24 meses/Etapa= 2 pesquisas/Etapa.
Produto 4: Apoiar e implantar a instalação de um banco de matrizes para fornecimento aos produtores de alevinos das espécies nativas e exóticas; Meta: 1 instalação 1 etapa de 120 meses – para implantar banco de matrizes de peixes.
Produto 5: Fomentar e apoiar a implantação de pesque-pague visando o turismo regional; Meta: 20 pesque-pague 10 Etapas = 12 meses por etapa – 2 pesque-pague/Etapa
Produto 6: implantação de um centro de capacitação para a agricultura familiar e pescadores; Meta: 1 centro de capacitação. 1 Etapa de 60 meses

PRIORIDADE 03**PROJETO Nº 56**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA
Título: Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Bovinocultura de Leite na região
Localização: Corede Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais)
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Codemau e instituições parceiras

Escopo: A atividade leiteira, que possui neste ano 4.083 produtores vinculados às indústrias, distribuídos em 100% dos municípios do Corede Médio Alto Uruguai, continuará mantendo a sua importância social. A exemplo do que já vem ocorrendo nos últimos anos é de se esperar que os produtores continuem sendo apresentados a um conjunto crescente de exigências para que os mesmos se mantenham na atividade. A denominada “Lei do Leite”, aprovada neste ano na Assembleia Legislativa, deverá contribuir para essa situação.

Dessa forma, é de se esperar que continue o processo de especialização e seleção dos produtores de leite, tendo como critérios principais a escala de produção, o custo do frete (composição da rota e distância percorrida) e a qualidade do leite. Há que se destacar que, à nível de região, a Emater-RS/Ascar realizou neste ano uma pesquisa da cadeia produtiva do leite e identificou que 75,3% das 4.083 propriedades vinculadas as indústrias produziam até 150 litros de leite por dia (4500 litros de leite por mês)

A exclusão de produtores não se dará apenas por decisão das indústrias, sendo necessário considerar também os fatores internos as propriedades, como: mão de obra, sucessão familiar, permanência do jovem no campo e principalmente a viabilidade econômica da atividade leiteira.

A atividade leiteira presente nos 22 municípios da região de abrangência do Corede Médio Alto Uruguai se destaca na matriz produtiva da região por sua importância social e econômica e por ser uma das principais atividades com potencial de promover a sucessão familiar.

Responsável: Direção do Codemau.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROGRAMA

Objetivos

2.1 Geral

Promover o desenvolvimento sustentável da atividade de bovinocultura de leite, proporcionando as famílias rurais aumento da renda mensal, com qualidade de vida. Isto nos orienta a destinar esforços para alavancar e consolidar essa atividade como fundamental para o desenvolvimento da região.

2.1.1 Específicos

- Implantar sistema de gerenciamento da atividade leiteira, visando produção de indicadores econômicos, sociais, ambientais, zootécnicos, visando qualificar o processo de tomada de decisão.
- Criar um programa regional de educação básica e manejo da atividade leiteira envolvendo tópicos relacionados a: gestão da propriedade rural; manejo de ordenha e qualidade do leite; manejo e criação da terceira; manejo da vaca no pré-parto; manejo e nutrição da vaca em transição; produção de alimentos conservados (silagem de milho, feno e pré-secado); manejo e conservação dos solos; planejamento forrageiro; tópicos sobre nutrição de bovinos leiteiros; controle sanitário do rebanho; melhoramento genético.
- Aperfeiçoar a nutrição das vacas leiteira pelo aumento da eficiência na produção de alimentos e maximização a ingestão de pasto;
- Melhorar a qualidade do leite em relação à quantidade de sólidos e redução na contagem bacteriana e contagem de células somáticas;
- Discutir com as famílias a sucessão familiar como elemento de gestão da propriedade e apresentando a atividade leiteira como fundamental para efetivação da sucessão no campo.
- Organizar a escala de produção a nível local adequada para as famílias, viabilizando para o transportador. Traçar um planejamento a longo prazo para as propriedades, visando a evolução da cadeia leiteira regional, no que tange a produção de leite de qualidade superior, agregando valor ao produto e viabilizando a manutenção e crescimento da atividade.

Justificativa: O projeto busca o desenvolvimento sustentável da atividade leiteira, buscando a permanência da família no meio rural com dignidade, recuperando sua autoestima e consequentemente reduzindo o êxodo rural.

Na região do Corede Médio Alto Uruguai, nos 22 municípios, temos 4083 famílias que produzem leite, aonde 99,9% são agricultores familiares. É uma atividade importante na matriz produtiva da região e exerce função social e econômica importante para toda a sociedade.

Na região predomina pequenas propriedades e pequenos produtores de leite, 75,3% das

famílias envolvidas na atividade produzem menos de 150 litros por dia. Aliado a baixa escala de produção, se apresenta de forma forte como pontos de estrangulamento a qualidade do leite e a falta de gestão da atividade, na qual poucos produtores fazem controle sistemático do processo. Estes fatores, que estão ligados diretamente a ação da família dentro da porteira da propriedade, juntamente com a dificuldade de acesso, energia elétrica deficiente, falta de políticas públicas em todos os níveis e falta de comprometimento da indústria com o produtor, está levando a exclusão de um bom número de famílias. Esta exclusão pode aumentar se nada for feito.

Beneficiários: Serão beneficiários do projeto famílias de agricultores familiares que desenvolvem a atividade leiteira, na região do Corede Médio Alto Uruguai e que produzem até 150 litros de leite por dia.

Resultados pretendidos:

- 1) Profissionalização das famílias produtoras de leite.
- 2) Aumento da renda mensal e melhoria da qualidade de vida das famílias.
- 3) Melhoria da qualidade do leite, através a efetivação de boas práticas de produção e da educação sanitária e controle efetivo das zoonoses.
- 4) Sucessão familiar com a efetiva participação dos jovens da gestão da atividade leiteira e com participação nos resultados econômicos e financeiros.

Alinhamento Estratégico: Fortalecer o setor primário, buscando a agregação de valor das cadeias produtivas, através da agroindustrialização e comercialização.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Ter o sistema de gerenciamento da atividade leiteiras, e conseqüentemente os índices econômicos, sociais, ambientais e zootécnicos em uso pelos produtores e entidades relacionadas para as tomadas de decisões.

Meta: Atingir no 60% das propriedades que produzem menos de 150L/dia com os índices calculados e atualizados. Realizar cursos em gestão da atividade leiteira para todas as famílias.

Custo: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

Prazo: 60 meses

Produto 2: Um programa regional permanente de educação básica continuada, envolvendo questões relacionadas a produção de leite.

Custo: R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)

Meta: Realização de dias de campo e cursos de aperfeiçoamento técnico na atividade leiteira.

Prazo: 60 meses

Produto 3: Aperfeiçoar a nutrição das vacas leiteiras pelo aumento da eficiência na produção de alimentos e maximização da ingestão de pasto, visando escala de produção a nível local adequada para as famílias e de qualidade superior, atingindo mercados específicos, adequados aos custos de produção, para garantir remuneração

Custo: R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais)

Meta: Adequação do planejamento forrageiro anual das propriedades, relacionando os atributos quantitativos e qualitativos do pasto com a variação ao longo do ano.

Prazo: 60 meses

Produto 4: Leite com maior quantidade de sólidos e redução na contagem bacteriana e contagem de células somáticas

Custo: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

Meta: Criar um sistema de controle da qualidade do leite nas propriedades

Prazo: 60 meses

Produto 5: A sucessão familiar, giro da economia local ou regional.

Custo: Valores referentes a cada produto, consideradas as quantidades

Meta: Garantir a permanência de mais de 60% das propriedades de menos de 150L/dia na atividade leiteira, através de cursos e debates sobre sucessão familiar.

Prazo: 60 meses

<p>Produto 6: Melhoria das instalações Custo: R\$ 9.900.000,00 (nove milhões e novecentos mil reais) Meta: Buscar o bem-estar e a diminuição da penosidade das pessoas no processo de ordenha e manejo dos animais Prazo:60 meses</p>
--

<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p> <p>Equipe do Projeto: Pessoas capacitadas e responsáveis por viabilizar alguns produtos do projeto, constituindo uma equipe. EMATER/RS-ASCAR – ESREG de Frederico Westphalen Instituto Federal Farroupilha – Campus Frederico Westphalen Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Frederico Westphalen/RS. Universidade Federal de Santa Maria – Campus de Frederico Westphalen Câmara Setorial Regional do Leite Indústrias de leite da região Cooperativas de agricultores que trabalham com atividade leiteira Regional Sindical da FETAG Regional Sindical da Fetraf</p> <p>Órgãos Públicos Envolvidos: MAPA, Secretaria Estadual Agricultura Pesca e Irrigação, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, Prefeituras Municipais da região do CODEMAU.</p> <p>Organizações parceiras: EMATER/RS-ASCAR – ESREG de Frederico Westphalen Instituto Federal Farroupilha – Campus Frederico Westphalen Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Frederico Westphalen/RS. Universidade Federal de Santa Maria – Campus de Frederico Westphalen Câmara Setorial Regional do Leite Indústrias de leite da região Cooperativas de agricultores que trabalham com atividade leiteira Regional Sindical da FETAG Regional Sindical da Fetraf.</p>
--

<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p> <p>Fonte de Financiamento: União, Estado, Municípios, empresas e Cooperativas do setor. Elaboração de Projeto Executivo: Sim Desapropriação: Não Licença Ambiental: Não Licitação: Não</p>
--

<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p> <p>Valor total estimado do projeto: R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) Fontes de recursos: Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim Investimentos: gastos com execução de obras, construção e melhoria de instalações, equipamentos, material permanente, correção da acidez e fertilidade do solo. Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, produção de alimentação para rebanho bovino, manejo de pastagem, manejo de solo e água, capacitação. Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 1: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) Produto 2: R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) Produto 3: R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais)</p>

Produto 4: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)
Produto 5: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)
Produto 6: R\$ 9.900.000,00 (nove milhões e novecentos mil reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto	Período (semestres)									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Produto 1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 3	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 4	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 5	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 6	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 04**PROJETO Nº 63****1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

Título: Programa de Incentivo a instalação de Agroindústrias de Transformação de Frutas e Hortalças na região.

Localização: Corede Médio Alto Uruguai- Codemau

Valor total estimado do projeto: R\$ 2.250.000,00

Duração do projeto: 120 meses

Responsável pela implementação: Codemau, Emater, SDR.

Escopo: Sensibilização, organização e capacitação de agricultores para promoção de industrialização de produtos agrícolas primários em alimentos

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: desenvolver cadeia de produção de alimentos, minimamente processados, resfriados ou congelados, através de agroindústrias de pequeno e médio porte, de forma que o valor agregado a matéria-prima beneficie a família dos agricultores e suas organizações, promovendo desenvolvimento econômico social da região

Justificativa: a produção de alimentos seguros precisa atender aos quesitos de segurança alimentar. Neste sentido, para que se possa industrializar e comercializar alimentos há necessidade de investimentos em tecnologia de Boas Práticas de Fabricação.

Também deve ser avaliada, a dificuldade de comercialização de alimentos perecíveis, pelo fato a região estar localizada distante da concentração do mercado consumidor. Assim, o congelamento é uma opção tecnológica de conservação de alimentos.

Dessa forma o aporte de tecnologia através de formação de mão de obra e equipamentos de produção de alimentos fazem o conjunto de investimentos necessários.

A agroindustrialização é uma das alternativas econômicas para a permanência dos agricultores familiares no meio rural. Para eles, a industrialização dos produtos agropecuários não se constitui em uma novidade. Isto já faz parte da sua própria história e cultura. Embora não represente a solução única e imediatamente aplicável a todos os locais e realidades, a agroindustrialização oportuniza a inclusão social, promovendo a participação no desenvolvimento e a equidade, especialmente de segmentos menos privilegiados como, por exemplo, as mulheres, os idosos e os jovens.

Neste sentido, há necessidade de recursos externos das unidades de produção familiar da agricultura da região.

Resultados pretendidos: Instalação de 22 novas agroindústrias na região.

Alinhamento Estratégico: Fortalecer o setor primário, buscando a agregação de valor das cadeias produtivas, através da agroindustrialização e comercialização.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Diagnosticar e sensibilizar o potencial de famílias de agricultores, que tenham vocação, potencial produtivo e de investimento nas agroindústrias Meta: Realizar 22 seminários com famílias nos municípios de abrangência Custo: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) Prazo: 60 meses
Produto 2: financiar equipamentos de transformação, conservação de frutas e hortaliças, com resfriamento e congelamento Meta: promover a instalação de 22 novas agroindústrias na região do Codemau. Custo: R\$ 2.200.000,00 Prazo: 120 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Codemau e Emater
Órgãos Públicos Envolvidos: Codemau, SDR, SEAPI, Emater
Organizações parceiras: Universidades, Sindicatos, Cooperativas, ADMAU, CREA, demais empresas do setor.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo Federal, Governo do Estado, SDR e Prefeituras.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.450.000,00
Fontes de recursos: União, Estado e Município.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 250.000,00
Produto 2: R\$ 2.200.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO																				
	Período (semestres)																			
Produto	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X										
Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

PRIORIDADE 05

PROJETO Nº 60

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de incentivo do associativismo e cooperativismo como indutores do desenvolvimento regional.
Localização: Municípios de abrangência do Corede Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 940.000,00
Duração do projeto: 120 meses
Responsável pela implementação: Codemau, Emater, SDR, Cooperativas, Sindicatos, Municípios.
Escopo: Promover ações que instigam as pessoas a trabalhar de forma associativa e cooperativa, despertando a ajuda mútua, o trabalho integrado e colaborativo nos diferentes setores da economia local e regional.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Instigar nas pessoas o espírito associativo e cooperativo, visando um trabalho integrado, colaborativo com união de esforços em prol de um mesmo objetivo, gerando uma distribuição de renda mais harmônica e justa para as famílias residentes nos 22 municípios da região do CODEMAU.
Justificativa: Uma das formas mais justas de distribuição de renda é através do associativismo e cooperativismo e para que isto aconteça é fundamental que as pessoas acreditem, compartilhem e vivam este espírito de trabalho colaborativo, associativo e cooperado. E para que isto aconteça é necessário trabalhar através da sensibilização, motivação, demonstração e divulgação de que é possível trabalhar de forma integrada via associação ou cooperativa, buscando uma distribuição mais harmônica de renda, promovendo assim uma qualidade de vida melhor para todas as pessoas das comunidades existentes nos 22 municípios de abrangência do CODEMAU. A região possui inúmeras iniciativas de trabalho associativo e cooperativo, necessitando, em muitas situações apenas lembrar a importância dessa forma de distribuição de renda que é através das associações e cooperativas. Este programa pretende ampliar o trabalho que já vem sendo realizado, de formação, de capacitação, de divulgação e de apresentação para a comunidade regional dos benefícios que uma comunidade e os seus cidadãos têm em estarem sócio de uma associação ou cooperativa, na qual as riquezas geradas e produzidas por estas instituições permanecem na região, contribuindo com o fortalecimento do desenvolvimento local e regional, além de oportunizar para estas pessoas, serem donas e pertencerem efetivamente a estes empreendimentos associativos.
Resultados pretendidos: Maior número de pessoas associadas em associações e cooperativas, sabedoras e seguras dos benefícios em estar sócios de empreendimentos associativos, divulgando e sentindo-se donos dos respectivos negócios.
Alinhamento Estratégico: Fortalecer o setor primário, buscando a agregação de valor das cadeias produtivas, através da agroindustrialização e comercialização.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: sensibilizar e capacitar as pessoas sobre associativismo e cooperativismo. Meta: Realizar palestras, cursos e seminários sobre associativismo e cooperativismo. Custo: R\$ 380.000,00 Prazo: 60 meses
Produto 2: Instigar e orientar a constituição de novas associações e cooperativas. Meta 1: Realizar sensibilização sobre os benefícios em estar sócio de empreendimentos associativos. Meta 2: Auxiliar, através da Unidade de Cooperativismo da Emater, a constituição de novas associações e cooperativas.

<p>Meta 3: Acompanhar, através do Programa de Gestão Cooperativa, os novos empreendimentos formalizados.</p> <p>Custo: R\$ 240.000,00</p> <p>Prazo: 120 meses</p>
<p>Produto 3: Ampliar a divulgação dos benefícios e vantagens em estar sócios de cooperativas e associações.</p> <p>Meta 1: Realizar divulgação permanente das vantagens e benefícios que o associativismo e cooperativismo trazem para a comunidade regional.</p> <p>Meta 2: Criar, de forma integrada com todas as cooperativas regionais, um informativo único, destinado a divulgar as ações e atividades realizadas e desenvolvidas pelas cooperativas.</p> <p>Custo: R\$ 320.000,00</p> <p>Prazo: 120 meses</p>

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Codemau, Emater, Cooperativas e Universidades.
Órgãos Públicos Envolvidos: Governo Federal, Governo do Estado, SDR
Organizações parceiras: Emater, Sindicatos, Cooperativas, AMZOP, demais entidades do setor.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 940.000,00
Fontes de recursos: Ministério Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Governo do Estado, Secretaria Desenvolvimento Rural.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: 0,00
Despesas Correntes: R\$ 940.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: já estão inclusas nos produtos.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO																				
	Período (semestres)																			
Produto	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Produto 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X										
Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Produto 3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

PRIORIDADE 06

PROJETO Nº 61

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de apoio a infraestrutura das Agroindústrias e Cooperativas com a formação de núcleos de base de serviços, implantação das centrais de comercialização.
Localização: COREDE Médio Alto Uruguai:
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.065.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Codemau e ADMAU – Agência de Desenvolvimento Médio Alto Uruguai e Municípios.
Escopo: organização e inclusão dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização da produção, melhoria da renda e qualidade de vida.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Apoiar a inclusão dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização da sua produção, de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural, com conseqüente melhoria das condições de vida das populações beneficiadas.
Justificativa: A agroindustrialização é uma das alternativas econômicas para a permanência dos agricultores familiares no meio rural. Para eles, a industrialização dos produtos agropecuários não se constitui em uma novidade. Isto já faz parte da sua própria história e cultura. Embora não represente a solução única e imediatamente aplicável a todos os locais e realidades, a agroindustrialização oportuniza a inclusão social, promovendo a participação no desenvolvimento e a equidade, especialmente de segmentos menos privilegiados como, por exemplo, as mulheres, os idosos e os jovens. Para essas pessoas pode representar o (re) início da construção de cidadania, bem como uma oportunidade de resgate de valores sociais e culturais e principalmente como oportunidade de trabalho e, conseqüentemente, de obtenção de renda suficiente para se viver com qualidade. Diversos debates em torno dessa temática apontam inúmeros fatores que podem determinar a viabilidade dos empreendimentos, dentre os quais destacam-se: a necessidade de estudos de viabilidade na implantação; economia de escala na comercialização e/ou da compatibilidade da escala da agroindústria com o mercado; a continuidade da oferta; o acesso aos mercados; disponibilidade de matéria-prima, mão de obra, capital, equipamentos e instalações; padronização e qualidade; capacidade gerencial em todas as etapas do processo produtivo; organização dos agricultores familiares; disponibilidade de infraestrutura pública; adequação e o conhecimento das legislações sanitária, fiscal e tributária; suporte creditício para a estruturação produtiva e o capital de giro. Além disso, a promoção e divulgação dos produtos agropecuários e a articulação com o mercado institucional, são estratégias importantes para assegurar a comercialização dos produtos da agricultura familiar. A taxa de “sobrevivência” ao longo do tempo das pequenas agroindústrias pode aumentar consideravelmente na medida em que elas estejam articuladas entre si, atuando em conjunto em aspectos importantes, como a comercialização, com marca comum e a prestação de serviços técnicos essenciais para o seu desenvolvimento. Sobre os serviços, a assistência técnica nos setores primário e secundário, no planejamento e na gestão é decisiva para o sucesso desse tipo de empreendimento. O custo dos serviços, em geral, diminui significativamente quando contratados por um conjunto de agroindústrias, ou, em muitos casos, é decisivo até mesmo para poder acessar os referidos serviços. A base para a organização das Redes são as pequenas unidades de agroindustrialização descentralizadas instaladas no meio rural; a utilização da matéria-prima e da mão de obra das próprias famílias associadas; a diferenciação dos produtos, como orgânicos, aspectos culturais, locais, entre outros; a incorporação dos resíduos no processo produtivo; não uso ou diminuição de agrotóxicos e outros cuidados ambientais; etc. A incorporação desses fatores no processo

produtivo revela importante preocupação das Redes em buscar permanentemente construir e consolidar um modelo de desenvolvimento para as famílias associadas, duradouro e sustentável do ponto de vista econômico, social, ambiental e cultural.

Esses aspectos ratificam o princípio de que para a agricultura familiar, as unidades agroindustriais devem ter uma escala mínima. Essa escala mínima e o número pequeno de associados em cada empreendimento, em média três a seis, devem permitir a viabilidade técnica e econômica e a gestão pelas famílias, como pode ser constatado nos exemplos de Redes. As unidades agroindustriais de grande escala inviabilizam a gestão pelas famílias

O modelo organizacional da Rede de agroindústrias, composto pela organização das famílias individualmente ou em pequenos grupos, cada um deles legalizado e proprietária de uma agroindústria.

Para realizar o ato comercial serão constituídas cooperativas locais e regionais. Essas cooperativas fazem parte da Rede e tem a função de prestar esse e outros serviços as associações.

Dessa forma, a constituição das cooperativas permite a comercialização dos produtos industrializados, com Nota Fiscal, sem implicar na perda da condição de Segurado Especial dos agricultores cooperados junto a Previdência Social.

Todas as agroindústrias, legalizadas em sua formatação jurídica e todas as cooperativas microrregionais compõem a Unidade Central das Agroindústrias Familiares e será registrada em forma de associação com abrangência regional.

Portanto, o projeto não trata de estimular o aumento da escala de produção e processamento em cada agroindústria, mas sim, formar escala maior com os produtos de várias agroindústrias para a comercialização em conjunto e para viabilizar o acesso aos serviços especializados.

Pretendemos com esse processo organizativo ser um diferencial para a sustentabilidade desse modelo descentralizado de agroindustrialização que vem sendo desenvolvido pela agricultura familiar.

Beneficiários: Agricultores Familiares/ou Unidades familiares da região do Médio Alto Uruguai Gaúcho.

Resultados pretendidos: Alinhar parcerias dos Programas, nas instâncias federal, estadual e municipal, com organizações públicas e privadas, visando a complementaridade no apoio às demandas dos agricultores familiares organizados.

Articular os agricultores, individualmente ou organizados em pequenos grupos, para participar efetivamente da organização, do planejamento e das decisões sobre os projetos agroindustriais, inclusive sobre as ações em apoio a ele.

Produzir os projetos agroindustriais formulados para integrar a produção primária, secundária e terciária, sendo o agricultor familiar o público beneficiário direto e gestor deste processo, nas suas diferentes formas de organização.

Integrar aos grupos de agricultores que optarem pela formação de Redes de agroindústrias, para viabilizar a racionalização das atividades e serviços de apoio, como o planejamento e gestão, comercialização e a assistência técnica.

Elaborar projetos agroindustriais concebidos dentro de escalas mínimas de processamento objetivando a sua adequação ao mercado e à disponibilidade de matéria-prima, mão de obra, capital e equipamentos e instalações.

Implantar e consolidar a Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Corede Médio Alto Uruguai.

Alinhamento Estratégico: Fomento as cadeias produtivas.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Dotar de infraestrutura quatro pontos estratégicos para armazenagem e conservação da produção de matéria-prima para a agroindustrialização.

Custo: R\$ 180.000,00

Meta: Disponibilizar e facilitar o acesso aos produtos primários, necessários à utilização no dia a dia dos processos de transformação.

Prazo: 24 meses

<p>Produto 2: Estruturar com equipamentos a sede da Unidade central administrativa das agroindústrias Familiares.</p> <p>Custo: R\$ 160.000,00</p> <p>Meta: Planejar e Organizar a estrutura da agroindústria, proporcionando infraestrutura mínima para a execução das tarefas necessárias, bem como orientar para legalização de todos os serviços e produtos resultantes.</p> <p>Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 3: Elaboração de manuais técnicos e documentos orientadores desde a temática envolvida na elaboração de projetos, à implantação dos empreendimentos e a gestão dos mesmos;</p> <p>Custo: R\$ 80.000,00</p> <p>Meta: Distribuir os manuais orientadores, capacitar multiplicadores para que estes auxiliem nos procedimentos operacionais das agroindústrias.</p> <p>Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 4: Apoio de ciência e tecnologia para o desenvolvimento e adequação de processos, máquinas e equipamentos, disponibilização de perfis agroindustriais, capacitação e assessoria (Polo Tecnológico)</p> <p>Custo: R\$ 250.000,00</p> <p>Meta: Proporcionar aos agricultores familiares da região do Corede, acesso a tecnologias de baixo custo, que resultem em maior qualificação e aumento da produtividade.</p> <p>Prazo: 48 meses</p>
<p>Produto 5: Montar uma estrutura central para a gestão do negócio.</p> <p>Custo: R\$ 90.000,00</p> <p>Meta: Estruturar Escritório de Negócios na Unidade central para promoção e divulgação dos produtos agropecuários, identificação de mercados e articulação com o mercado institucional de modo a assegurar a comercialização dos produtos</p> <p>Prazo: 40 meses</p>
<p>Produto 6: Monitoramento, avaliação, implantação de sistema operacional e intercâmbio.</p> <p>Custo: R\$ 140.000,00</p> <p>Meta: Acompanhar as atividades e aplicar as ferramentas do sistema de informações de modo a minimizar os erros e maximizar acertos, tanto nas fases de planejamento quanto na implementação das agroindústrias</p> <p>Prazo: 60 meses</p>
<p>Produto 7: Implantação de modelo de negócios nas centrais de comercialização com venda direta (Serviços de alimentação e entrega de produtos industrializados)</p> <p>Custo: R\$ 165.000,00</p> <p>Meta: Atender a comunidade regional com periodicidade e padronização dos produtos, oferecendo qualidade e comodidade aos consumidores.</p> <p>Prazo: 24 meses</p>

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Codemau, Admau, Emater, Sindicato dos Trabalhadores, Uri, Polo Tecnológico, UFSM e pessoas capacitadas e responsáveis por viabilizar alguns produtos do projeto, constituídos em equipe.

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério (Agricultura e MDS), Secretaria, (SCTEC, SDR, SEAPE) autarquia (AGDI), empresa pública, Prefeituras pertencentes ao Corede.

Organizações parceiras: Emater, Sindicatos, Universidades, Empresas, Cooperativas, etc.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Ministérios (Integração Nacional, MDS, Agricultura) Governo Estadual, Municípios.

Elaboração de Projeto Executivo: sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.065.000,00
Fontes de recursos: União, Estado e Município.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO												
Produto	Período (semestres)											
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
Produto 1	x	x	x	x								
Produto 2	x	x										
Produto 3	x	x	x	x	x							
Produto 4		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 5				x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 6	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 7						x	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 07**PROJETO Nº 119**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de fomento e estruturação da cadeia fruticultura como opção de renda aos agricultores familiares.
Localização: COREDE Médio Alto Uruguai.
Valor total estimado do projeto: R\$ 11.203.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai.
Escopo: estruturar a cadeia da fruticultura como opção de renda aos agricultores familiares, viabilizar a permanência de jovens no meio rural.
Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo Geral: Fomentar e estruturar a cadeia da fruticultura como opção de renda aos agricultores familiares.
Objetivos Específicos:
<ul style="list-style-type: none"> a) Estimular os agricultores a adotarem a fruticultura como atividade de renda; b) Disponibilizar assistência técnica aos agricultores familiares contemplando a fruticultura; c) Disponibilizar cursos de fruticultura para os agricultores familiares; d) Articular financiamentos bancários para disponibilizar aos fruticultores; e) Apoiar a implantação e a modernização de agroindústrias processadoras de frutas; f) Apoiar a implantação e a estruturação de centrais ou cooperativas de comercialização de frutas e seus derivados.
Justificativa: A Região do Médio Alto Uruguai possui uma condição edafoclimática ímpar para a adoção da fruticultura comercial. As áreas agricultadas as margens dos Rios Uruguai, do Rio da Várzea entre outros rios apresentam uma condição climática de antecipação da maturação das frutas em relação a outras regiões do Sul do Brasil. Assim, a produção de uvas, citros, pêssego, nectarina, figo, melão, melancia entre outras frutas chegam ao mercado antecipadamente, com qualidade e preço que viabilizam tanto os consumidores quanto os produtores. Esta condição vem viabilizando inúmeras famílias que possuem pouca terra para a exploração comercial de culturas e

criações que exigem grande escala de produção. Contudo, o aumento das áreas de cultivo vem ocorrendo acanhadamente em função da fragilidade de estruturas de apoio, tais como a assistência técnica, linhas de crédito favoráveis para a implantação e para o beneficiamento das frutas, poucas agroindústrias de processamento de frutas e, pouca capacidade de processamento de frutas nas agroindústrias existentes. Portanto se justificam ações que venham dinamizar, através do fomento e da estruturação da cadeia produtiva das principais frutíferas viáveis na região, como forma de oferecer atividades de renda aos pequenos agricultores familiares e ao mesmo tempo dinamizar os elos da cadeia produtiva que são de apoio a estas atividades.

Beneficiários:

- a) Produtores que possuem vocação para a atividade da fruticultura;
- b) População em geral que terá acesso a frutas de qualidade em período antecipado aos mercados tradicionais;
- c) Municípios que terão aumentada a arrecadação de impostos.

Resultados pretendidos:

Espera-se com a viabilização do projeto:

- a) Aumentar o número de atividades possíveis para renda aos agricultores familiares;
- b) Contribuir com atividades que possam viabilizar a permanência de jovens no meio rural;
- c) Contribuir com a dinamização da atividade econômica dos pequenos municípios da região;
- d) Disponibilizar frutas de qualidade e antecipadamente a população.

Alinhamento Estratégico: O projeto alinha-se com o Plano de Desenvolvimento Regional e Plano de Desenvolvimento Estadual pelos seus objetivos, estratégias e resultados esperados.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Programa de seminários motivacionais sobre a atividade da fruticultura.

Meta: Desenvolver 3 (três) seminários microrregionais para produtores como forma de motivar a atividade.

Custo: R\$15.000,00 (Quinze mil reais)

Prazo: 12 meses

Produto 2: Treinamento para técnicos que acompanharão a atividade da fruticultura.

Meta: Desenvolver um curso para os técnicos das prefeituras municipais, Emater, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, empresas e demais instituições que poderão se envolver na atividade da fruticultura.

Custo: R\$24.000,00 (vinte e quatro mil Reais)

Prazo: 12 meses

Produto 3: Convênio com prefeituras, Emater e empresas para prestar assistência técnica aos fruticultores.

Meta: Conveniar pelo menos 10 prefeituras, 1 escritório da Emater e uma empresa para prestar assistência técnica aos fruticultores.

Custo: R\$800.000,00 (oitocentos mil reais)

Prazo: 48 meses

Produto 4: Programa de capacitação para fruticultores.

Meta: Desenvolver um programa de capacitação compreendendo 4 cursos de 20 horas sobre viticultura, 4 cursos de 20 horas sobre citricultura, 4 cursos de 8 horas sobre melão e melancia, 2 cursos de 20 horas sobre moranguinho, 4 cursos de 20 horas sobre ameixa, nectarina, pêssego e nozes para produtores que demonstrarem interesse nesta atividade.

Custo: R\$264.000,00 (duzentos e dezesseis mil Reais)

Prazo: 48 meses

Produto 5: Linha de crédito para financiar a atividade da fruticultura.

Meta: Articular com os órgãos financiadores linhas de crédito para financiar a atividade da fruticultura a pelo menos 50% dos fruticultores.

<p>Custo: R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil Reais) Prazo: 48 meses Produto 6: Agroindústrias de processamento de frutas Meta: Implantar ou estruturar pelo menos 12 agroindústrias processadoras de frutas. Custo: R\$3.600.000,00 (Três milhões e seiscentos mil Reais) Prazo:48 meses</p>
<p>Produto 7: Cooperativas ou centrais de comercialização de frutas e seus derivados. Meta: Apoiar a implantação e a estruturação de pelo menos 6 cooperativas ou centrais de comercialização de frutas e seus derivados. Custo: R\$3.000.000,00 (Três milhões de Reais) Prazo:48 meses</p>

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
<p>Equipe do Projeto: Equipe do CODEMAU; Universidades; Prefeituras; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos Rurais (Senar); SEBRAE; Emater; Cooperativas; Bancos e Cooperativas de crédito; Empresas.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Universidades; Ministério da Agricultura; Prefeituras Municipais.</p>
<p>Organizações parceiras: Emater; Universidades; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos Rurais; Empresas; ONGs; Cooperativas; Ministério da Agricultura; Secretarias Municipais da Agricultura.</p>
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
<p>Fonte de Financiamento: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Ministério da Agricultura; Bancos; Cooperativas; ONGs; BID; BIRD; Prefeituras; Empresas provadas.</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: SIM</p>
<p>Desapropriação: NÃO</p>
<p>Licença Ambiental: SIM</p>
<p>Licitação: SIM</p>

6 - RECURSOS DO PROJETO
<p>Valor total estimado do projeto: R\$11.203.000,00 (Onze milhões duzentos e três mil reais)</p>
<p>Fontes de recursos: Governo Federal – Ministério da Agricultura; Governo do Estado – Secretaria da Agricultura; Prefeituras municipais; Bancos; ONGs, Organismos Internacionais; Empresas.</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim</p>
<p>Investimentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil Reais) - Linha de crédito para financiar a atividade da fruticultura; R\$3.600.000,00 (Três milhões e seiscentos mil Reais) - Implantar ou estruturar agroindústrias processadoras de frutas. R\$3.000.000,00 (Três milhões de Reais) –Implantar ou estruturar cooperativas ou centrais de comercialização de frutas e seus derivados.
<p>Despesas Correntes: R\$1.103.000,00 (um milhão cento e três mil reais).</p>

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 01 - R\$15.000,00 (Quinze mil reais)
 Produto 02 - R\$24.000,00 (vinte e quatro mil Reais)
 Produto 03 - R\$800.000,00 (oitocentos mil reais)
 Produto 04 - R\$264.000,00 (duzentos e dezesseis mil Reais)
 Produto 05 - R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil Reais)
 Produto 06 - R\$3.600.000,00 (Três milhões e seiscentos mil Reais)
 Produto 07 - R\$3.000.000,00 (Três milhões de Reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto	Período (semestres)							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Produto 1	x	x						
Produto 2	x	x						
Produto 3	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 4	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 5	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 6	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 7	x	x	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 08**PROJETO Nº 120****1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

Título: Programa de apoio à reestruturação da cadeia apícola como opção de renda aos agricultores familiares.

Localização: COREDE Médio Alto Uruguai.

Valor total estimado do projeto: R\$ 2.443.000,00 (Dois milhões quatrocentos e quarenta e três mil reais)

Duração do projeto: 48 meses

Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai.

Escopo: estruturar a cadeia apícola como opção de renda aos agricultores familiares, viabilizar a permanência de jovens no meio rural.

Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo Geral: Fomentar e estruturar a cadeia apícola como opção de renda aos agricultores familiares.

Objetivos Específicos:

- Estimular os agricultores a adotarem a apicultura como atividade de renda e de maximização das produções vegetais;
- Disponibilizar assistência técnica aos agricultores familiares contemplando a apicultura;
- Disponibilizar cursos de apicultura para os agricultores familiares;
- Intermediar matrizes (rainhas) de qualidade aos apicultores;
- Articular financiamentos bancários para disponibilizar aos apicultores;
- Viabilizar uma Central Regional de Processamento, de Inspeção sanitária e de comercialização de mel.

Justificativa: A Região do Médio Alto Uruguai possui uma flora nativa diversificada principalmente ao longo de rios, riachos e encostas impróprias para a agricultura, cujas áreas encontram-se sem aproveitamento econômico a não ser como reserva florestal das propriedades. A flora, por ser nativa e em muitas áreas em regeneração, possui espécies melíferas distribuídas em longos períodos de floradas o que favorece a atividade apícola e pode se constituir em

importante atividade econômica para os agricultores. Por outro lado, as atividades, tais como as de plantas de lavoura (soja, feijão) e principalmente a fruticultura (citros, pêssego, nectarina, morango) e a olericultura (espécies cucurbitáceas) dependem da polinização entomófila para assegurar as produções. Por isso, a atividade apícola, além de aproveitar a flora nativa, também contribuirá para o aumento das produções cujas atividades já são praticadas pelos agricultores. Ainda, considerando que o mel é um produto de origem animal e, por isso, sujeito a inspeção sanitária para a comercialização é necessário de uma estrutura de beneficiamento e de inspeção para dar legalidade à comercialização. Sendo assim, se justifica fomentar e estruturar a cadeia da apicultura como forma de proporcionar atividade de renda aos agricultores, contribuir com a elevação das produções de atividades já consagradas, bem como aumentar a arrecadação de impostos aos municípios tão carentes de verbas para suas necessidades.

Beneficiários:

- a) Produtores que possuem vocação para a atividade apícola;
- b) População em geral que terá acesso a mel de qualidade;
- c) Municípios que terão aumentada a arrecadação de impostos.

Resultados pretendidos:

Espera-se com a viabilização do projeto:

- a) Aumentar o número de possibilidades de atividades de renda para os agricultores familiares e demais produtores que por vezes possuem áreas diminutas e desfavorecidas para a prática da agricultura ou da pecuária;
- b) Contribuir com atividades que possam viabilizar a permanência de jovens no meio rural;
- c) Contribuir com o aumento das produções tais como plantas de lavoura, olerícolas e frutíferas pela polinização das abelhas;
- d) Disponibilizar mel de qualidade a população.

Alinhamento Estratégico: O projeto alinha-se com o Plano de Desenvolvimento Regional e Plano de Desenvolvimento Estadual pelos seus objetivos, estratégias e resultados esperados.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Programa de seminários motivacionais sobre a atividade da apicultura.

Meta: Desenvolver 3 (três) seminários microrregionais para produtores como forma de motivar a atividade.

Custo: R\$15.000,00 (Quinze mil reais)

Prazo: 12 meses

Produto 2: Treinamento para técnicos que acompanharão a atividade apícola.

Meta: Desenvolver um curso para os técnicos das prefeituras municipais, Emater, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, empresas e demais instituições que poderão se envolver na atividade apícola.

Custo: R\$24.000,00 (vinte e quatro mil Reais)

Prazo: 12 meses

Produto 3: Convênio com prefeituras, Emater e empresas para prestar assistência técnica aos apicultores.

Meta: Convenir pelo menos 2 prefeituras, 1 escritório da Emater e 1 empresa para prestar assistência técnica aos apicultores.

Custo: R\$160.000,00 (Cento e sessenta mil reais)

Prazo: 48 meses

Produto 4: Treinamento para produtores que adotarão a atividade apícola.

Meta: Desenvolver um curso de âmbito regional para produtores que demonstrarem interesse para a atividade apícola.

Custo: R\$24.000,00 (vinte e quatro mil Reais)

Prazo: 12 meses

Produto 5: Matrizes (rainhas) para os apicultores

Meta: Identificar e intermediar matrizes (rainhas) de qualidade para, pelo menos, 50% dos apicultores do projeto.

Custo: R\$20.000,00 (vinte mil Reais) Prazo: 24 meses
Produto 6: Linha de crédito para financiar a atividade apícola. Meta: Articular com os órgãos financiadores (Bancos, Instituições, empresas) linhas de crédito para financiar a atividade apícola dos produtores do projeto. Custo: R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil Reais) Prazo: 48 meses
Produto 7: Central regional de processamento, padronização, inspeção e comercialização de mel. Meta: Implantar uma Central regional de processamento, padronização, inspeção e comercialização de mel. Custo: R\$700.000,00 (Setecentos mil Reais) Prazo: 36 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Equipe do CODEMAU; Universidades; Prefeituras; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos Rurais (Senar); SEBRAE; Emater; Cooperativas do ramo Agropecuário; Bancos e Cooperativas de crédito; Empresas.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Universidades; Ministério da Agricultura; Prefeituras Municipais.

Organizações parceiras: Emater; Universidades; Escolas; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos Rurais; Empresas privadas; ONGs; Cooperativas; Ministério da Agricultura; Secretarias Municipais da Agricultura

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Ministério da Agricultura; Bancos; Cooperativas; ONGs; BID; BIRD; Prefeituras; Empresas privadas.

Elaboração de Projeto Executivo: SIM

Desapropriação: NÃO

Licença Ambiental: SIM

Licitação: SIM

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto R\$2.443.000,00 (Dois milhões quatrocentos e quarenta e três mil reais)

Fontes de recursos: Governo Federal – Ministério da Agricultura; Governo do Estado – Secretaria da Agricultura; Prefeituras municipais; Bancos; ONGs, Organismos Internacionais; Empresas.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos:

a) R\$700.000,00 (Setecentos mil Reais) – Implantação da Central de Processamento, Inspeção e de comercialização de mel.

b) R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil Reais) – Financiamento de estruturas para agricultores (colmeias, equipamentos...).

Despesas Correntes:

R\$243.000,00 (duzentos e quarenta e três mil reais).

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 01- R\$15.000,00 (Quinze mil reais)

Produto 02- R\$24.000,00 (vinte e quatro mil Reais)

Produto 03- R\$160.000,00 (Cento e sessenta mil reais)

Produto 04- R\$24.000,00 (vinte e quatro mil Reais)

Produto 05- R\$20.000,00 (vinte mil Reais)

Produto 06- R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil Reais)

Produto 07- R\$700.000,00 (Setecentos mil Reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO								
Produto	Período (semestres)							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Produto 1	x	x						
Produto 2	x	x						
Produto 3	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 4	x	x						
Produto 5	x	x	x	x				
Produto 6	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 7	x	x	x	x	x	x		

PRIORIDADE09

PROJETO Nº 122

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de fomento e estruturação da cadeia da Caprinocultura, Ovinocultura e de Pequenos Animais como opção de renda aos agricultores familiares.
Localização: COREDE Médio Alto Uruguai.
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.183.000,00(cinco milhões cento e oitenta e três mil reais)
Duração do projeto: 30 meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai.
Escopo: estruturar a cadeia produtiva da Caprinocultura, Ovinocultura e dos Pequenos Animais como opção de renda aos agricultores familiares.
Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo:
Geral: Fomentar e estruturar a cadeia produtiva da Caprinocultura, Ovinocultura e dos Pequenos Animais como opção de renda aos agricultores familiares.
Específicos:
<ul style="list-style-type: none"> a) Estimular os produtores a adotarem a Caprinocultura, a Ovinocultura e a criação Pequenos Animais como atividade de renda; b) Disponibilizar assistência técnica aos produtores familiares contemplando a ovinocultura, a caprinocultura e a criação de pequenos animais; c) Disponibilizar cursos de Caprinocultura, de Ovinocultura e de criação de Pequenos Animais para os agricultores familiares; d) Intermediar matrizes e reprodutores de qualidade aos produtores; e) Articular financiamentos bancários para disponibilizar aos produtores; f) Viabilizar abatedouros ou frigoríficos para abate e Inspeção sanitária para ovinos, caprinos e pequenos animais;
Justificativa: A Região do Médio Alto Uruguai carece de carnes oriundas de ovinos, caprinos e de pequenos animais para oferecer a população local. O pouco de carne ofertada nos supermercados e demais casas comerciais do gênero é oriunda de criadouros distantes da região o que encarece o produto não sendo atrativo aos consumidores, ao mesmo tempo em que desmotiva e não forma a cultura do consumo de tais carnes. Por outro lado, há na região produtores que criam pequenas quantidades desses animais que servem para o autoconsumo tendo condições de ampliar a atividade e, também de servir de exemplo para outros criadores. As condições regionais também são propícias para tais atividades visto que tem áreas, clima apropriados e agricultores interessados na adoção da atividade. Tem também universidades, órgãos e empresas de assistência técnica que podem auxiliar os produtores a adotarem tais atividades como renda em suas propriedades contribuindo com a permanência dos jovens no campo. Quanto ao abate dos animais há

abatedouros e frigoríficos locais em condições de oferecer os serviços do abate e da inspeção conforme preconiza a legislação. Sendo assim, há necessidade de estruturar tais cadeias de produção para que sejam efetivas e tenham resultado e social para os agricultores locais.

Beneficiários:

- a) Produtores que possuem vocação para as atividades da ovinocultura, da caprinocultura e da criação de pequenos animais;
- b) População em geral que terá acesso a carne de ovinos, caprinos de pequenos animais com qualidade e legalidade;
- c) Municípios que terão aumentada a arrecadação de impostos.

Resultados pretendidos:

Espera-se com a viabilização do projeto:

- a) Aumentar o número de possibilidades de atividades de renda para os produtores, especialmente os familiares;
- b) Contribuição com atividades que possam viabilizar a permanência de jovens no meio rural;
- c) Ampliação da oferta de carnes de diferentes espécies animais para o consumo da população;
- d) Ampliação das possibilidades de viabilização dos abatedouros existentes na região;
- e) Ampliação da possibilidade de arrecadação de impostos dos municípios.

Alinhamento Estratégico: O projeto alinha-se com o Plano de Desenvolvimento Regional e Plano de Desenvolvimento Estadual pelos seus objetivos, estratégias e resultados esperados.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Programa de seminários motivacionais sobre as atividades da Caprinocultura, da ovinocultura e da criação de pequenos animais.

Meta: Desenvolver 3 (três) seminários microrregionais para produtores como forma de motivar as atividades.

Custo: R\$15.000,00 (Quinze mil reais)

Prazo:12 meses

Produto 2: Treinamento para técnicos que acompanharão as atividades da caprinocultura, da ovinocultura e da criação de pequenos animais.

Meta: Desenvolver um curso para os técnicos das prefeituras municipais, Emater, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, empresas e demais instituições que poderão se envolver nas atividades da caprinocultura, da ovinocultura e da criação de pequenos animais.

Custo: R\$24.000,00 (vinte e quatro mil Reais)

Prazo:12 meses

Produto 3: Convênio com prefeituras, Emater e empresas para prestar assistência técnica aos caprinocultores, ovinocultores e criadores de pequenos animais.

Meta: Conveniar pelo menos 2 prefeituras, 1 escritório da Emater e uma empresa para prestar assistência técnica aos criadores.

Custo: R\$160.000,00 (Cento e sessenta mil reais)

Prazo:48 meses

Produto 4: Treinamento para produtores que adotarão a atividade da caprinocultura, da ovinocultura e da criação de pequenos animais.

Meta: Desenvolver um curso de âmbito regional para produtores que demonstrarem interesse para as atividades.

Custo: R\$24.000,00 (vinte e quatro mil Reais)

Prazo:12 meses

Produto 5: Matrizes e reprodutores para os caprinocultores, ovinocultores e criadores de pequenos animais.

Meta: Identificar e intermediar matrizes e reprodutores de qualidade para, pelo menos, 50% dos criadores que se envolverão com o projeto.

Custo: R\$960.000,00 (Novecentos e sessenta mil Reais)

Prazo: 24 meses
Produto 6: Linha de crédito para financiar estruturas para as atividades da caprinocultura, da ovinocultura e da criação de pequenos animais para os produtores.
Meta: Articular com os órgãos financiadores (Bancos, Instituições, empresas) linhas de crédito para financiar a atividade cujos produtores aderirem o projeto.
Custo: R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil Reais)
Prazo: 48 meses
Produto 7: Estruturação de abatedouros ou frigoríficos para abate e Inspeção sanitária para ovinos, caprinos e pequenos animais.
Meta: Estruturação de pelo menos dois abatedouros ou frigoríficos para abate e Inspeção sanitária para ovinos, caprinos e pequenos animais.
Custo: R\$2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil Reais)
Prazo: 36 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Equipe do CODEMAU; Universidades; Prefeituras; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos Rurais (Senar); SEBRAE; Emater; Cooperativas do ramo Agropecuário; Bancos e Cooperativas de crédito; Empresas privadas.
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Universidades; Ministério da Agricultura; Prefeituras Municipais.
Organizações parceiras: Emater; Universidades; Escolas; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos Rurais; Empresas privadas; ONGs; Cooperativas.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Ministério da Agricultura; Bancos; Cooperativas; ONGs; BID; BIRD; Prefeituras; Empresas privadas
Elaboração de Projeto Executivo: SIM
Desapropriação: NÃO
Licença Ambiental: SIM
Licitação: SIM

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto R\$5.183.000,00(cinco milhões cento e oitenta e três mil reais)
Fontes de recursos: Governo Federal – Ministério da Agricultura; Governo do Estado – Secretaria da Agricultura; Prefeituras municipais; Bancos; ONGs; Organismos Internacionais; Empresas privadas.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
a) Aquisição de matrizes e reprodutores -R\$960.000,00 (Novecentos e sessenta mil Reais);
b) Financiamento de estruturas para as atividades - R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil Reais);
c) Estruturação de abatedouros e frigoríficos - R\$2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil Reais).
Despesas Correntes: R\$223.000,00 (duzentos e vinte e três mil reais).
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 01- R\$15.000,00 (Quinze mil reais)
Produto 02- R\$24.000,00 (vinte e quatro mil Reais)
Produto 03- R\$160.000,00 (Cento e sessenta mil reais)
Produto 04- R\$24.000,00 (vinte e quatro mil Reais)
Produto 05- R\$960.000,00 (novecentos e sessenta mil Reais)
Produto 06- R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil Reais)
Produto 07- R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil Reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO								
Produto	Período (semestres)							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Produto 1	x	x						
Produto 2	x	x						
Produto 3	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 4	x	x						
Produto 5	x	x	x	x				
Produto 6	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 7	x	x	x	x	x	x		

PRIORIDADE 10

PROJETO Nº 57

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Projeto de apoio e implantação de Agroindústrias de Transformação de Frutas na região.
Localização: Corede Médio Alto Uruguai- Codemau
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.930.000,00
Duração do projeto: 120 meses
Responsável pela implementação: Codemau, Emater, SDR.
Escopo: Sensibilização, organização e capacitação de agricultores para promoção de industrialização de produtos agrícolas primários em alimentos

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: desenvolver a cadeia de produção de alimentos, através de agroindústrias de pequeno e médio porte, de forma que o valor agregado a matéria-prima beneficie a família dos agricultores e suas organizações, promovendo desenvolvimento econômico social da região
Justificativa: a produção de alimentos seguros precisa atender aos quesitos de segurança alimentar. Neste sentido para que possa industrializar e comercializar alimentos há necessidade de investimentos em tecnologia de Boas Práticas de Fabricação. Assim o aporte de Tecnologia através de formação de mão de obra e equipamentos de produção de alimentos faz o conjunto de investimentos necessários. A agroindustrialização é uma das alternativas econômicas para a permanência dos agricultores familiares no meio rural. Para eles, a industrialização dos produtos agropecuários não se constitui em uma novidade. Isto já faz parte da sua própria história e cultura. Embora não representa a solução única e imediatamente aplicável a todos os locais e realidades, a agroindustrialização oportuniza a inclusão social, promovendo a participação no desenvolvimento e a equidade, especialmente de segmentos menos privilegiados como, por exemplo, as mulheres, os idosos e os jovens. Neste sentido, há necessidade de recursos externos das unidades de produção familiar da agricultura da região.
Resultados pretendidos: Incentivar a instalação de 10 novas agroindústrias
Alinhamento Estratégico: fortalecimento das cadeias produtivas.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Diagnosticar e sensibilizar o potencial de famílias de agricultores, que tenham vocação, potencial produtivo e de investimento nas agroindústrias
Meta: Realizar 22 seminários com famílias nos municípios de abrangência
Custo: R\$ 250.000,00
Prazo: 36 meses

<p>Produto 2: Financiar equipamentos, com a finalidade de produção de sucos, geleias e demais produtos. Custo: R\$ 1.680.000,00 Meta: Incentivar a instalação de 10 novas agroindústrias Prazo: 120 meses</p>
--

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Codemau e Emater
Órgãos Públicos Envolvidos: Codemau, SDR, SEAPI, Emater
Organizações parceiras: Universidades, Sindicatos, Cooperativas, ADMAU, CREA, demais empresas do setor.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo Federal, Governo do Estado, SDR e Prefeituras.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.930.000,00
Fontes de recursos: União, Estado e Município.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 250.000,00
Produto 2: R\$ 1.680.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO																				
	Período (semestres)																			
Produto	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Produto 1	X	X	X	X	X	X														
Produto 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

PRIORIDADE 11

PROJETO Nº 121

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de fomento e fortalecimento da cadeia da Erva Mate como opção de renda aos agricultores.
Localização: COREDE Médio Alto Uruguai.
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.975.000,00 (Dois milhões novecentos e setenta e cinco mil reais).
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai.

Escopo: estruturar a cadeia da Erva mate como opção de renda, contribuir com a dinamização da atividade econômica dos pequenos municípios da região.

Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo:

Geral: Fomentar e estruturar a cadeia da Erva mate como opção de renda aos agricultores.

Específicos:

- a) Estimular os agricultores a adotarem a cultura da Erva Mate como atividade de renda;
- b) Disponibilizar assistência técnica aos agricultores contemplando a cultura da Erva Mate;
- c) Elaborar e oferecer um programa de capacitação aos agricultores sobre a cadeia da Erva Mate;
- d) Articular financiamentos bancários para disponibilizar aos produtores de Erva mate;
- e) Apoiar a implantação e a modernização de agroindústrias processadoras de erva mate;
- f) Apoiar a pesquisa e a validação de cultivares apropriados para o processamento na região;

Justificativa: A Região do Médio Alto Uruguai possui histórico de extração e processamento da erva mate por ser ela naturalizada aqui. Os solos e o clima favoreceram o estabelecimento da cultura que se naturalizou e se expandiu mata adentro pela atividade dos pássaros e animais silvestres, vindo a se constituir, por longa data, em atividade de renda importante para os povos desta região. No entanto, com a gradativa expansão da lavoura de soja e trigo os ervais foram cedendo espaço a estas culturas e passaram a ser constituídos em outros Estados com técnicas modernas de condução, manejo e processamento. Tentativas de implantação e de condução intensiva de ervais ocorreram e ainda persistem em alguns municípios daqui, porém sem muita expressão econômica uma vez que as culturas de *commodities* são mais atrativas pelo conforto da mecanização e pelo valor de mercado. Por outro lado, o mercado de derivados de erva mate está aquecido, pois novos produtos alternativos surgiram fruto da pesquisa e da experimentação na área da engenharia de alimentos e, até mesmo a erva mate cancheada não saiu do hábito do povo sulista tendo grande demanda de consumo. Além disso, a erva mate passou a ser alternativa para a formação de bosques e para a implantação em áreas de recuperação e preservação ambiental ao longo de córregos, ao redor de nascentes, enriquecimento de interiores de áreas de mata em regeneração entre outros locais. Pelas aplicações dos derivados, pela importância ambiental e pela opção de renda aos agricultores se justifica um projeto de fomento e de fortalecimento da cadeia produtiva da erva mate na região do Médio Alto Uruguai.

Beneficiários:

- a) Produtores rurais que possuem vocação para o cultivo e o processamento da Erva Mate;
- b) Agroindústrias processadoras de Erva Mate instaladas na região;
- c) População em geral que terá acesso a derivados de Erva mate;
- d) Municípios que terão aumentada a arrecadação de impostos.

Resultados pretendidos:

Espera-se com a viabilização do projeto:

- a) Aumentar o número de atividades possíveis para renda aos agricultores;
- b) Contribuir com atividades que possam viabilizar a permanência de jovens no meio rural;
- c) Viabilizar as agroindústrias processadoras de erva mate instaladas na região;
- d) Apoiar a pesquisa ou a validação de cultivares para processamento nas agroindústrias locais;
- e) Contribuir com a dinamização da atividade econômica dos pequenos municípios da região;
- f) Disponibilizar derivados de erva mate de qualidade a população.

Alinhamento Estratégico: O projeto alinha-se com o Plano de Desenvolvimento Regional e Plano de Desenvolvimento Estadual pelos seus objetivos, estratégias e resultados esperados.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
<p>Produto 1: Seminário motivacional para agricultores sobre a atividade da erva mate na região. Meta: Desenvolver um seminário regional para produtores como forma de motivar a atividade. Custo: R\$5.000,00 (Cinco mil reais). Prazo:12 meses</p>
<p>Produto 2: Programa de treinamento dos técnicos que acompanharão a atividade da erva mate. Meta: Desenvolver um curso, um Dia de Campo e uma viagem de estudo para os técnicos das prefeituras municipais, Emater, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, cooperativas, empresas e demais instituições que poderão se envolver na atividade da erva mate. Custo: R\$40.000,00 (quarenta mil Reais) Prazo:12 meses</p>
<p>Produto 3: Convênio com prefeituras, Emater e empresas para prestar assistência técnica aos produtores de Erva Mate. Meta: Conveniar pelo menos 5 prefeituras, 5 escritórios da Emater e uma empresa para prestar assistência técnica aos produtores de erva mate. Custo: R\$300.000,00 (trezentos mil reais) Prazo:48 meses</p>
<p>Produto 4: Programa de capacitação para produtores de Erva Mate. Meta: Desenvolver um programa de capacitação compreendendo 2 cursos de 20 horas sobre produção de erva mate, um Dia de Campo sobre a condução dos ervais e uma viagem de estudo para conhecer sistemas modernos de implantação, de condução e de processamento da erva mate. Custo: R\$30.000,00 (Trinta mil Reais) Prazo:24 meses</p>
<p>Produto 5: Linha de crédito para financiar a atividade da Erva mate. Meta: Articular com os órgãos financiadores linhas de crédito para financiar a atividade da Erva Mate para pelo menos 50% dos produtores. Custo: R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais) Prazo:36 meses</p>
<p>Produto 6: Agroindústrias de processamento de Erva Mate. Meta: Apoiar a modernização ou estruturação de pelo menos 3 agroindústrias processadoras de Erva mate. Custo: R\$600.000,00 (seiscentos mil Reais) Prazo:4 meses</p>
<p>Produto 7: Pesquisa sobre cultivares de Erva Mate adequadas para o cultivo e o processamento na região. Meta: Apoiar um programa de pesquisa sobre cultivares de Erva mate adequadas para o cultivo e o processamento na região. Custo: R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais) Prazo:48 meses</p>
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
<p>Equipe do Projeto: Equipe do CODEMAU; Universidades; Prefeituras; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos Rurais (Senar); SEBRAE; Emater; Cooperativas; Bancos e Cooperativas de crédito; Empresas privadas.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Universidades; Ministério da Agricultura; Prefeituras Municipais.</p>
<p>Organizações parceiras: Emater; Universidades; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos Rurais; Empresas privadas; ONGs; Cooperativas; SENAR; SEBRAE.</p>
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
<p>Fonte de Financiamento: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Ministério da Agricultura; Bancos; Cooperativas; ONGs; BID;</p>

BIRD; Prefeituras municipais; Empresas privadas.
Elaboração de Projeto Executivo: SIM
Desapropriação: NÃO
Licença Ambiental: SIM
Licitação: SIM

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$2.975.000,00 (dois milhões novecentos e setenta e cinco mil reais).

Fontes de recursos: Governo Federal – Ministério da Agricultura; Governo do Estado – Secretaria da Agricultura; Prefeituras municipais; Bancos; ONGs; Organismos Internacionais; Empresas privadas.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos:

- R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais) - Linha de crédito para financiar a atividade da produção da erva mate.
- R\$600.000,00 (Seiscentos mil Reais) - Implantar ou estruturar pelo menos 3 agroindústrias processadoras de Erva Mate.
- R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais) - Apoiar um programa de pesquisa sobre cultivares de Erva mate adequadas para o cultivo e o processamento na região.

Despesas Correntes: R\$375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais).

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 01 - R\$5.000,00 (Cinco mil reais);
 Produto 02 - R\$40.000,00 (Quarenta mil Reais);
 Produto 03 - R\$300.000,00 (Trezentos mil reais);
 Produto 04 - R\$30.000,00 (Trinta mil Reais);
 Produto 05 - R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais);
 Produto 06 - R\$600.000,00 (Seiscentos mil Reais);
 Produto 07 - R\$1.000.000,00 (Um milhão de Reais).

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto	Período (semestres)							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Produto 1	x	x						
Produto 2								
Produto 3	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 4	x	x	x	x				
Produto 5	x	x	x	x	x	x		
Produto 6	x	x	x	x				
Produto 7	x	x	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 12**PROJETO Nº 65****1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

Título: Projeto de implantação de Agroindústria de Laticínios

Localização: Corede Médio Alto Uruguai- CODEMAU

Valor total estimado do projeto: R\$ 4.430.000,00

Duração do projeto: 60 meses

Responsável pela implementação: CODEMAU, Emater, SDR

Escopo: Sensibilização, organização e capacitação de agricultores para promoção de industrialização de laticínios.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Desenvolver cadeia de produção de alimentos, através de agroindústrias de pequeno e médio porte, de forma que o valor agregado a matéria prima beneficie as famílias dos agricultores e suas organizações, promovendo desenvolvimento econômico social da região
Justificativa: A agroindustrialização é uma das alternativas econômicas para a permanência dos agricultores familiares no meio rural. Para eles, a industrialização dos produtos agropecuários não se constitui em uma novidade. Isso já faz parte da sua própria história e cultura. Embora não represente a solução única e imediatamente aplicável a todos os locais e realidades, a agroindustrialização oportuniza a inclusão social, promovendo a participação no desenvolvimento e a equidade, especialmente de segmentos menos privilegiados como, por exemplo, as mulheres, os idosos e os jovens. A produção de alimentos seguros precisa atender aos quesitos de segurança alimentar. Neste sentido para que possa industrializar e comercializar alimentos há necessidade de investimentos em tecnologia de Boas Práticas de Fabricação. Assim, o aporte de tecnologia através de formação de mão de obra e equipamentos de produção de alimentos, fazem o conjunto de investimentos necessários.
Resultados pretendidos: Instalação de agroindústrias.
Alinhamento Estratégico: fortalecimento das cadeias produtivas.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: diagnosticar e sensibilizar famílias de agricultores, que tenham vocação, potencial produtivo e capacidade de investimento nas agroindústrias Meta: realizar 22 seminários com famílias nos municípios de abrangência do CODEMAU. Custo: R\$ 250.000,00 Prazo: 36 meses
Produto 2: financiar 11 conjuntos de equipamentos, com a finalidade armazenar matéria-prima, beneficiar e estocar os produtos acabados. Meta: instalar 11 novas agroindústrias de porte pequeno na região Custo: R\$ 380.000 cada conjunto, total de R\$ 4.180.000,00 Prazo: 60 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: CODEMAU e Emater
Órgãos Públicos Envolvidos: CODEMAU, SDR, SEAPI, Emater
Organizações parceiras: Universidades, Sindicatos, Cooperativas, ADMAU, CREA, demais empresas do setor.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo Federal, Governo do Estado, SDR e Prefeituras.
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Não
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.430.000,00
Fontes de recursos: União, Estado e Município.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente e etc.

Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo e etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 250.000,00
Produto 2: R\$ 4.180.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto	Período (semestres)									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Produto 1	x	x	x	x	x	x				
Produto 2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 13

PROJETO Nº 64

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Projeto Implantação de Agroindústrias de Transformação de Peixe na região do Codemau.

Localização: Corede Médio Alto Uruguai- Codemau

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.130.000,00

Duração do projeto: 60 meses

Responsável pela implementação: Codemau, Emater, SDR

Escopo: Sensibilização, organização e capacitação de agricultores para promoção de industrialização de produtos agrícolas primários em alimentos.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: desenvolver cadeia de produção de alimentos, através de agroindústrias de pequeno e médio porte, de forma que o valor agregado a matéria-prima beneficie a família dos agricultores e suas organizações, promovendo desenvolvimento econômico social da região.

Justificativa: a produção de alimentos seguros precisa atender aos quesitos de segurança alimentar. Neste sentido para que possa industrializar e comercializar alimentos há necessidade de investimentos em tecnologia de Boas Práticas de Fabricação. Assim o aporte de Tecnologia através de formação de mão de obra e equipamentos de produção de alimentos, fazem o conjunto de investimentos necessários.

A agroindustrialização é uma das alternativas econômicas para a permanência dos agricultores familiares no meio rural. Para eles, a industrialização dos produtos agropecuários não se constitui em uma novidade. Isto já faz parte da sua própria história e cultura. Embora não representa a solução única e imediatamente aplicável a todos os locais e realidades, a agroindustrialização oportuniza a inclusão social, promovendo a participação no desenvolvimento e a equidade, especialmente de segmentos menos privilegiados como, por exemplo, as mulheres, os idosos e os jovens.

Neste sentido, há necessidade de recursos externos das unidades de produção familiar da agricultura da região.

Resultados pretendidos: Instalar agroindústrias de pequeno e médio porte, de forma que o valor agregado a matéria-prima beneficie a família dos agricultores e suas organizações, promovendo desenvolvimento econômico social da região.

Alinhamento Estratégico: estar conectado com programa de piscicultura e organização de produção e comercialização cooperativada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: diagnosticar e sensibilizar o potencial de famílias de agricultores que tenham vocação, potencial produtivo e de investimento nas agroindústrias

Meta: realizar 22 seminários com famílias nos municípios de abrangência.

Custo: R\$ 250.000,00

Prazo: 36 meses

Produto 2: financiar equipamentos com a finalidade de filetagem de peixes, para 8 agroindústrias.

Meta: instalar 8 novas agroindústrias

Custo: R\$ 880.000,00

Prazo: 60 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Codemau e Emater

Órgãos Públicos Envolvidos: Codemau, SDR, SEAPI, Emater

Organizações parceiras: Universidades, Sindicatos, Cooperativas, ADMAU, CREA, demais empresas do setor.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal, Governo do Estado, SDR e Prefeituras.

Elaboração de Projeto Executivo: não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: sim

Licitação: sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.130.000,00

Fontes de recursos: União, Estado e Município.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.

Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 250.000,00

Produto 2: R\$ 880.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto	Período (semestres)									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Produto 1	x	x	x	x	x	x				
Produto 2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 14

PROJETO Nº 123

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Programa de fortalecimento da cadeia da porongocultura como opção de renda aos agricultores e artesãos.

Localização: COREDE Médio Alto Uruguai.

Valor total estimado do projeto: R\$ 2.260.000,00 (dois milhões duzentos e sessenta mil reais).

Duração do projeto: 48 meses

Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai.

Escopo: Fortalecer a cadeia da porongocultura como opção de renda aos agricultores e aos artesãos, apoiar a conclusão da sede da Cooperativa.

Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo:

Geral: Fortalecer a cadeia da porongocultura como opção de renda aos agricultores e aos artesãos.

Específicos:

- a) Disponibilizar assistência técnica aos produtores de porongo;
- b) Oferecer um programa de capacitação aos produtores de porongo;
- c) Disponibilizar um programa de qualificação aos artesãos de porongo;
- d) Articular financiamentos bancários para disponibilizar aos produtores e artesãos de porongo;
- e) Apoiar a conclusão da sede da Cooperativa/Central Regional de comercialização de artesanato situada em Frederico Westphalen;
- f) Apoiar a pesquisa sobre a cultura do porongo na região;

Justificativa: A Região do Médio Alto Uruguai é tradicional produtora de porongo para cuias e para artesanatos diversos. A cultura do porongo ocorre principalmente nas regiões de baixada, próximos aos rios dos municípios de Vicente Dutra, Iraí, Frederico Westphalen, Planalto, Ametista do Sul e Alpestre. Centenas de famílias dominam a atividade da porongocultura e se sustentam pela renda proveniente dela. As cuias e o artesanato, que é confeccionado de forma rústica, é comercializado nas beiras das rodovias, na maioria das vezes pelos próprios produtores que detêm a cadeia completa da atividade: produção, transformação da matéria-prima em artesanato e comercialização. A cultura do porongo tem pouco estudo científico para amparar as necessidades dos agricultores e artesãos. Basicamente o que se sabe sobre a cultura é de práticas e de experiências que se perpetuam de pai para filho não havendo estudos de melhoramento genético, de manejo e de condução da atividade de forma sistemática. Mesmo assim a atividade tem se firmado e se constituído de meio de vida para inúmeras famílias e, além disso, se perpetuado culturalmente e economicamente. Por isso se justifica ações que venham a apoiar e qualificar a atividade para maximizar o potencial produtivo, econômico e cultural melhorando a qualidade de vida dos envolvidos.

Beneficiários:

- a) Produtores rurais que possuem vocação para o cultivo e o processamento do porongo;
- b) Artesãos de porongo;
- c) População que terá maior diversificação de artesanato;
- d) Municípios que terão aumentada a arrecadação de impostos.

Resultados pretendidos:

Espera-se com a viabilização do projeto:

- a) Qualificar a atividade para aumentar a renda aos agricultores;
- b) Contribuir com atividades que possam viabilizar a permanência de jovens no meio rural;
- c) Viabilizar os artesãos instalados na região;
- d) Apoiar a pesquisa ou a validação de cultivares com aptidão para os diversos tipos de artesanato;
- e) Contribuir com a dinamização da atividade econômica dos pequenos municípios da região;
- f) Conclusão da sede da Cooperativa/Central Regional de comercialização de artesanato situada em Frederico Westphalen.

Alinhamento Estratégico: O projeto alinha-se com o Plano de Desenvolvimento Regional e Plano de Desenvolvimento Estadual pelos seus objetivos, estratégias e resultados esperados.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Programa de treinamento dos técnicos que acompanharão a atividade do porongo;

Meta: Desenvolver um curso, um Dia de Campo e uma viagem de estudo para os técnicos das prefeituras municipais, Emater, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, cooperativas, empresas e demais instituições que poderão se envolver na atividade da porongocultura.

Custo: R\$40.000,00 (quarenta mil Reais)

Prazo: 12 meses

<p>Produto 2: Convênio com prefeituras, Emater e empresas para prestar assistência técnica aos produtores de Erva Mate.</p> <p>Meta: Conveniar pelo menos 5 prefeituras, 5 escritórios da Emater e uma empresa para prestar assistência técnica aos produtores de porongo.</p> <p>Custo: R\$300.000,00 (trezentos mil reais)</p> <p>Prazo:48 meses</p>
<p>Produto 3: Programa de capacitação para produtores de Porongo.</p> <p>Meta: Desenvolver um programa de capacitação compreendendo 2 cursos de 20 horas sobre produção de porongo e um Dia de Campo sobre a condução dos porongais.</p> <p>Custo: R\$20.000,00 (vinte mil Reais)</p> <p>Prazo:24 meses</p>
<p>Produto 4: Linha de crédito para financiar atividades ligadas a porongocultura.</p> <p>Meta: Articular com os órgãos financiadores linhas de crédito para financiar atividades ligadas ao porongo para pelo menos 50% dos produtores e artesãos.</p> <p>Custo: R\$800.000,00 (oitocentos mil Reais)</p> <p>Prazo:36 meses</p>
<p>Produto 5: Conclusão da construção da sede da Cooperativa/Central Regional de comercialização de artesanato situada em Frederico Westphalen</p> <p>Meta: Disponibilizar recursos financeiros e apoio técnico para a conclusão da sede da Cooperativa/Central Regional de comercialização de artesanato.</p> <p>Custo: R\$600.000,00 (seiscentos mil Reais)</p> <p>Prazo:24 meses</p>
<p>Produto 6: Pesquisa sobre a porongocultura.</p> <p>Meta: Apoiar um programa de pesquisa sobre cultivares de porongo adequadas para o cultivo e para os diferentes tipos de artesanato.</p> <p>Custo: R\$500.000,00 (quinhentos mil Reais)</p> <p>Prazo:48 meses</p>

<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p> <p>Equipe do Projeto: Equipe do CODEMAU; Universidades; Prefeituras; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos Rurais (Senar); SEBRAE; Emater; Cooperativas; Bancos e Cooperativas de crédito; Empresas privadas.</p> <p>Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Universidades; Ministério da Agricultura; Prefeituras Municipais.</p> <p>Organizações parceiras: Emater; Universidades; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos Rurais; Empresas; ONGs; Cooperativas; SENAR; SEBRAE.</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p> <p>Fonte de Financiamento: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Ministério da Agricultura; Bancos; Cooperativas; ONGs; BID; BIRD; Prefeituras municipais; Empresas privadas.</p> <p>Elaboração de Projeto Executivo: SIM</p> <p>Desapropriação: NÃO</p> <p>Licença Ambiental: SIM</p> <p>Licitação: SIM</p>

<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p> <p>Valor total estimado do projeto: R\$ 2.260.000,00(dois milhões duzentos e sessenta mil reais).</p> <p>Fontes de recursos: Governo Federal – Ministério da Agricultura; Governo do Estado – Secretaria Da Agricultura; Prefeituras municipais; Bancos; ONGs, Organismos Internacionais; Empresas.</p> <p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim</p> <p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim</p> <p>Investimentos:</p>

<p>a) R\$800.000,00 (oitocentos mil Reais) - Linha de crédito para financiar a atividade da porongocultura.</p> <p>b) R\$600.000,00 (Seiscentos mil Reais) –Concluir a sede da Cooperativa/Central Regional de comercialização de artesanato situada em Frederico Westphalen.</p> <p>c) R\$500.000,00 (Quinhentos mil Reais) - Apoiar um programa de pesquisa sobre a porongocultura identificando cultivares adequadas para os diferentes destinos de artesanato.</p>
Despesas Correntes: R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).
Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 01 - R\$40.000,00 (Quarenta mil Reais); Produto 02 - R\$300.000,00 (Trezentos mil reais); Produto 03 - R\$20.000,00 (vinte mil Reais); Produto 04 - R\$800.000,00 (oitocentos mil Reais); Produto 05 - R\$600.000,00 (Seiscentos mil Reais); Produto 06 - R\$500.000,00 (Quinhentos mil Reais).

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO								
Produto	Período (semestres)							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Produto 1	x	x						
Produto 2	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 3	x	x	x	x				
Produto 4	x	x	x	x	x	x		
Produto 5	x	x	x	x				
Produto 6	x	x	x	x	x	x	x	x

PEIORIDADE 15**PROJETO Nº 124**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa fomento e estruturação da cadeia da olericultura como opção de renda aos agricultores familiares.
Localização: COREDE Médio Alto Uruguai.
Valor total estimado do projeto: R\$ 10.505.000,00 (dez milhões e quinhentos e cinco mil reais)
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai.
Escopo: estruturar a cadeia da olericultura como opção de renda, contribuir com a dinamização da atividade econômica dos pequenos municípios da região.
Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo:
Geral: Fomentar e estruturar a cadeia da olericultura como opção de renda aos agricultores familiares.
Específicos:
<p>a) Estimular os agricultores a adotarem a olericultura como atividade de renda;</p> <p>b) Disponibilizar assistência técnica aos agricultores familiares contemplando a olericultura;</p> <p>c) Disponibilizar cursos de olericultura para os agricultores familiares;</p> <p>d) Articular financiamentos bancários para disponibilizar aos olericultores;</p> <p>e) Apoiar a implantação e a modernização de agroindústrias processadoras de olerícolas;</p> <p>f) Apoiar a implantação e a estruturação de centrais ou cooperativas de comercialização de olerícolas e seus derivados.</p>
Justificativa: A Região do Médio Alto Uruguai possui uma condição edafoclimática ímpar para a

adoção da olericultura comercial. Tanto as espécies que exigem temperaturas amenas como as de clima quente encontram áreas aptas ao cultivo, conferindo produções diferenciadas nos mercados regionais. Assim, a produção de olerícolas de clima quente tais como o tomate, o pimentão, as cucurbitáceas entre outras, quando estabelecidas em áreas próximas aos rios podem vegetar e produzir antecipadamente conferindo produtos de qualidade e fresquinhos para o mercado regional. Da mesma forma, em regiões de maior altitude podem ser produzidas culturas olerícolas exigentes em temperaturas amenas tais como brócolis, repolho, couve flor entre outras, mesmo em épocas de primavera e outono também conferindo produtos de qualidade. Além disso, há áreas que reúnem as condições de clima e de solo propícias para o cultivo da maioria das olerícolas demandadas pelo mercado regional sem que necessitasse a importação de produtos para o abastecimento local. Para isso é necessário o apoio para o fomento e para a estruturação da cadeia da olericultura se justificando as ações nesta área.

Beneficiários:

- a) Produtores que possuem vocação para a atividade da olericultura;
- b) População em geral que terá acesso a olerícolas de qualidade em período antecipado aos mercados tradicionais;
- c) Agroindústrias que se viabilizarão pela produção local;
- d) Municípios que terão aumentada a arrecadação de impostos;

Resultados pretendidos: Espera-se com a viabilização do projeto:

- a) Aumentar o número de atividades possíveis para renda aos agricultores familiares;
- b) Contribuir com atividades que possam viabilizar a permanência de jovens no meio rural;
- c) Viabilizar agroindústrias do ramo da olericultura;
- d) Contribuir com a dinamização da atividade econômica dos pequenos municípios da região;
- e) Disponibilizar olerícolas de qualidade e antecipadamente a população.

Alinhamento Estratégico: O projeto alinha-se com o Plano de Desenvolvimento Regional e Plano de Desenvolvimento Estadual pelos seus objetivos, estratégias e resultados esperados.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Programa de seminários motivacionais sobre a atividade da olericultura.

Meta: Desenvolver 3 (três) seminários microrregionais para produtores como forma de motivar a atividade da olericultura.

Custo: R\$15.000,00 (Quinze mil reais)

Prazo: 12 meses

Produto 2: Treinamento dos técnicos que acompanharão a atividade da olericultura.

Meta: Desenvolver um programa de capacitação para técnicos tais como: 1 curso de 20 horas sobre a produção de olerícolas; um curso de 20 horas sobre a produção de olerícolas em cultivo protegido; uma viagem de estudo a centros de referência em olericultura;

Custo: R\$30.000,00 (trinta mil Reais)

Prazo: 12 meses

Produto 3: Convênio com prefeituras, Emater e empresas para prestar assistência técnica aos olericultores.

Meta: Convenir pelo menos 3 prefeituras, 3 escritórios da Emater e uma empresa para prestar assistência técnica aos olericultores.

Custo: R\$560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais)

Prazo: 48 meses

Produto 4: Programa de capacitação para olericultores.

Meta: Desenvolver um programa de capacitação compreendendo 2 cursos de 20 horas sobre cultivo protegido, 2 cursos de 20 horas sobre olerícolas de frutos, 2 cursos de 8 horas sobre olerícolas folhosas, 2 cursos de 20 horas sobre olerícolas de raízes, 2 cursos de 20 horas sobre processamento de olerícolas para produtores que demonstrarem interesse nesta atividade.

Custo: R\$300.000,00 (trezentos mil Reais)

Prazo: 48 meses

<p>Produto 5: Linha de crédito para financiar a atividade da olericultura. Meta: Articular com os órgãos financiadores linhas de crédito para financiar a atividade da olericultura a pelo menos 50% dos olericultores. Custo: R\$3.000.000,00 (três milhões de Reais) Prazo:48 meses</p>
<p>Produto 6: Agroindústrias de processamento de olerícolas Meta: Implantar ou estruturar pelo menos 12 agroindústrias processadoras de olerícolas. Custo: R\$3.600.000,00 (Três milhões e seiscentos mil Reais) Prazo:48 meses</p>
<p>Produto 7: Cooperativas ou centrais de comercialização de olerícolas e seus derivados. Meta: Apoiar a implantação e a estruturação de pelo menos 6 cooperativas ou centrais de comercialização de frutas e seus derivados. Custo: R\$3.000.000,00 (Três milhões de Reais) Prazo:48 meses</p>

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Equipe do CODEMAU; Universidades; Prefeituras; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos Rurais (Senar); SEBRAE; Emater; Cooperativas; Bancos e Cooperativas de crédito; Empresas privadas.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Universidades; Ministério da Agricultura; Prefeituras Municipais.

Organizações parceiras: Emater; Universidades; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos Rurais; Empresas; ONGs; Cooperativas; Ministério da Agricultura; Secretarias Municipais da Agricultura.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Ministério da Agricultura; Bancos; Cooperativas; ONGs; BID; BIRD; Prefeituras Municipais; Empresas.

Elaboração de Projeto Executivo: SIM

Desapropriação: NÃO

Licença Ambiental: SIM

Licitação: SIM

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$10.505.000,00 (dez milhões e quinhentos e cinco mil reais)

Fontes de recursos: Governo Federal – Ministério da Agricultura; Governo do Estado – Secretaria Da Agricultura; Prefeituras municipais; Bancos; ONGs; Organismos Internacionais; Empresas.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos:

- R\$3.000.000,00 (três milhões de Reais) - Linha de crédito para financiar a atividade da olericultura;
- R\$3.600.000,00 (Três milhões e seiscentos mil Reais) - Implantar ou estruturar agroindústrias processadoras de olerícolas.
- R\$3.000.000,00 (Três milhões de Reais) –Implantar ou estruturar cooperativas ou centrais de comercialização de olerícolas e seus derivados.

Despesas Correntes: R\$905.000,00 (novecentos e cinco mil reais).

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 01 - R\$15.000,00 (Quinze mil reais)

Produto 02 - R\$30.000,00 (vinte e quatro mil Reais)

Produto 03 - R\$560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais)

Produto 04 - R\$300.000,00 (Trezentos mil Reais)

Produto 05 - R\$3.000.000,00 (três milhões de Reais)

Produto 06 - R\$3.600.000,00 (Três milhões e seiscentos mil Reais)
 Produto 07 - R\$3.000.000,00 (Três milhões de Reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto	Período (semestres)							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Produto 1	x	x						
Produto 2	x	x						
Produto 3	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 4	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 5	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 6	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 7	x	x	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 16

PROJETO Nº 126

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Programa de apoio ao fomento reestruturação da cadeia da cana de açúcar como opção de renda aos agricultores.

Localização: COREDE Médio Alto Uruguai.

Valor total estimado do projeto: R\$ 4.569.000,00 (Quatro milhões quinhentos e sessenta e nove mil reais).

Duração do projeto: 48 meses

Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai.

Escopo:

Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo:

Geral: Fomentar e estruturar a cadeia da cana de açúcar como opção de renda aos agricultores.

Específicos:

- Estimular os agricultores a adotarem a cultura da cana de açúcar como atividade de renda;
- Disponibilizar assistência técnica aos agricultores contemplando a cultura da cana de açúcar;
- Elaborar e oferecer um programa de capacitação aos agricultores familiares sobre a cadeia da cana de açúcar;
- Articular financiamentos bancários para disponibilizar aos produtores;
- Apoiar a implantação e a modernização de agroindústrias processadoras de cana de açúcar;
- Apoiar a pesquisa e a validação de cultivares apropriadas para o processamento na região;

Justificativa: A Região do Médio Alto Uruguai possui cultivo histórico de cana de açúcar para a produção de açúcar mascavo, melado, rapadura e cachaça. Também, tradicionalmente os agricultores cultivam pequenas áreas de cana para alimentação complementar de animais especialmente para os períodos de inverno. As condições de clima e de solo dão condições para o cultivo e para a produção dos derivados (açúcar mascavo, melado, rapadura e cachaça) que apresentam qualidade tida como identidade da agricultura familiar. No entanto pouca evolução houve nas técnicas de cultivo, bem como no processamento dos derivados, o que dificulta a produção legalizada e em escala para atender mercados qualificados. Além disso, pela falta de acesso a cultivares mais produtivas e adequadas para o processamento de diferentes derivados, a atividade deixou de ser atrativa como fonte de renda e sobrevive apenas para a subsistência e como alternativa para a alimentação animal. Com isso, observa-se paulatinamente a diminuição das áreas de cultivo, o abandono do processamento doméstico e principalmente a escassez dos

produtos para a comercialização. É notória a falta de perpetuação dos conhecimentos do processamento nas famílias e a perda da identidade cultural na população mais jovem. Por outro lado, há uma grande demanda por produtos coloniais, entre os quais os derivados de cana de açúcar (açúcar mascavo, melado, rapadura), que podem viabilizar cultivos comerciais e o processamento em agroindústrias familiares conferindo renda para inúmeras famílias com aptidão na área. Aliado a isso, há várias agroindústrias na região que necessitam de apoio para a reestruturação e que podem absorver a matéria-prima produzida pelos agricultores. Por isso é justificado um projeto para fomentar e reestruturar a cadeia produtiva da cana de açúcar para conferir trabalho e renda ao homem do campo ao mesmo tempo em que pode oferecer o resgate cultural da elaboração de diversos produtos de tradicional identidade familiar da região.

Beneficiários:

- a) Produtores rurais que possuem vocação para o cultivo e o processamento da cana de açúcar;
- b) Agroindústrias processadoras de cana de açúcar instaladas na região;
- c) População em geral que terá acesso a derivados de cana de açúcar;
- d) Municípios que terão aumentada a arrecadação de impostos.

Resultados pretendidos: Espera-se com a viabilização do projeto:

- a) Aumentar o número de atividades possíveis para renda aos agricultores familiares;
- b) Contribuir com atividades que possam viabilizar a permanência de jovens no meio rural;
- c) Viabilizar as agroindústrias processadoras de cana instaladas na região;
- d) Apoiar a pesquisa ou a validação de cultivares para processamento nas agroindústrias familiares locais;
- e) Contribuir com a dinamização da atividade econômica dos pequenos municípios da região;
- f) Disponibilizar derivados de cana de açúcar de qualidade a população.

Alinhamento Estratégico: O projeto alinha-se com o Plano de Desenvolvimento Regional e Plano de Desenvolvimento Estadual pelos seus objetivos, estratégias e resultados esperados.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Programa de seminários motivacionais sobre a atividade da cana de açúcar.

Meta: Desenvolver 3 (três) seminários microrregionais para produtores como forma de motivar a atividade.

Custo: R\$15.000,00 (Quinze mil reais)

Prazo: 12 meses

Produto 2: Treinamento para técnicos que acompanharão a atividade da cana de açúcar.

Meta: Desenvolver um curso para os técnicos das prefeituras municipais, Emater, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, cooperativas, empresas e demais instituições que poderão se envolver na atividade da cana de açúcar.

Custo: R\$24.000,00 (vinte e quatro mil Reais)

Prazo: 12 meses

Produto 3: Convênio com prefeituras, Emater e empresas para prestar assistência técnica aos produtores de cana de açúcar.

Meta: Conveniar pelo menos 10 prefeituras, 10 escritórios da Emater e uma empresa para prestar assistência técnica aos produtores de cana de açúcar.

Custo: R\$800.000,00 (oitocentos mil reais)

Prazo: 48 meses

Produto 4: Programa de capacitação para produtores de cana de açúcar.

Meta: Desenvolver um programa de capacitação compreendendo 2 cursos de 20 horas sobre produção de cana de açúcar e 2 cursos de 20 horas sobre o processamento da cana de açúcar.

Custo: R\$30.000,00 (Trinta mil Reais)

Prazo: 24 meses

Produto 5: Linha de crédito para financiar a atividade da cana de açúcar.

Meta: Articular com os órgãos financiadores linhas de crédito para financiar a atividade da cana de açúcar a pelo menos 50% dos produtores.

Custo: R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais)

Prazo: 36 meses

<p>Produto 6: Agroindústrias de processamento de cana de açúcar. Meta: Implantar ou estruturar pelo menos 3 agroindústrias processadoras de cana de açúcar. Custo: R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil Reais) Prazo:48 meses</p>
<p>Produto 7: Pesquisa sobre cultivares de cana de açúcar adequadas para o processamento na região. Meta: Apoiar um programa de pesquisa sobre cultivares de cana de açúcar adequadas para o processamento na região. Custo: R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil Reais) Prazo:48 meses</p>

<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Equipe do CODEMAU; Universidades; Prefeituras; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos Rurais (Senar); SEBRAE; Emater; Cooperativas; Bancos e Cooperativas de crédito; Empresas privadas.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Universidades; Ministério da Agricultura; Prefeituras Municipais.</p>
<p>Organizações parceiras: Emater; Universidades; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos Rurais; Empresas; ONGs; Cooperativas; SENAR; SEBRAE</p>

<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Ministério da Agricultura; Bancos; Cooperativas; ONGs; BID; BIRD; Prefeituras municipais; Empresas.</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: SIM</p>
<p>Desapropriação: NÃO</p>
<p>Licença Ambiental: SIM</p>
<p>Licitação: SIM</p>

<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$4.569.000,00 (Quatro milhões quinhentos e sessenta e nove mil reais).</p>
<p>Fontes de recursos: Governo Federal – Ministério da Agricultura; Governo do Estado – Secretaria Da Agricultura; Prefeituras municipais; Bancos; ONGs; Organismos Internacionais; Empresas privadas.</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim</p>
<p>Investimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais) - Linha de crédito para financiar a atividade da cana de açúcar. b) R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil Reais) - Implantar ou estruturar pelo menos 3 agroindústrias processadoras de cana de açúcar.
<p>Despesas Correntes: R\$2.369.000,00 (dois milhões e trezentos e sessenta e nove mil reais).</p>
<p>Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 01 - R\$15.000,00 (Quinze mil reais); Produto 02 - R\$24.000,00 (vinte e quatro mil Reais); Produto 03 - R\$800.000,00 (oitocentos mil reais); Produto 04 - R\$30.000,00 (Trinta mil Reais); Produto 05 - R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais); Produto 06 - R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil Reais); Produto 07 - R\$1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil Reais).</p>

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto	Período (semestres)							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Produto 1	x	x						
Produto 2	x	x						
Produto 3	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 4	x	x	x	x				
Produto 5	x	x	x	x	x	x		
Produto 6	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 7	x	x	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 17**PROJETO Nº 125****1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

Título: Projeto de fomento a cultura do bambu na região do Médio Alto Uruguai.

Localização: COREDE Médio Alto Uruguai.

Valor total estimado do projeto: R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais).

Duração do projeto: 48 meses

Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai.

Escopo: apoio a cultura do bambu na região, como alternativa de renda para a pequena propriedade.

Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO**Objetivo:**

Geral: Fomentar a cultura do bambu na região do Médio Alto Uruguai.

Específicos:

- Realizar um seminário regional sobre a cultura do bambu;
- Desenvolver uma apostila sobre a cultura e as aplicações do bambu;
- Apoiar a pesquisa sobre a cultura do bambu na região, bem como suas aplicações;

Justificativa: O bambu é uma planta de muitas espécies e muito utilizada pelos povos orientais em aplicações diversas. Enquanto nas regiões que compreende a Ásia a utilização é corriqueira, nas Américas e especialmente na nossa região é de utilização marginal. Muito se deve pela gama de opções variadas e alternativas que aqui possuímos em detrimento ao bambu. Contudo, o bambu apresenta vantagens de aplicações que o identificam apto para a construção civil, para o artesanato, para a culinária, para recuperação ambiental entre outras. Há experiências exitosas do cultivo e da aplicação do bambu na região que merecem maior atenção para esta importante cultura que pode ser alternativa econômica com fins múltiplos. Por isso, se justifica um projeto de atenção para a cultura do bambu na região.

Beneficiários:

- Produtores rurais interessados na cultura do bambu;
- Artesãos que utilizam o bambu como matéria-prima;
- Arquitetos e engenheiros, bem como empresas construtoras de obras civis;
- População beneficiária de produtos do bambu.

Resultados pretendidos:

Espera-se com a viabilização do projeto:

- Tornar o bambu como matéria-prima de amplo uso comercial;
- Expandir a cultura na região como forma alternativa as espécies florestais implantadas para a construção civil;
- Apoiar a pesquisa ou a validação de espécies com aptidão para as múltiplas aplicações;

Alinhamento Estratégico: O projeto alinha-se com o Plano de Desenvolvimento Regional e Plano de Desenvolvimento Estadual pelos seus objetivos, estratégias e resultados esperados.

3 - PRODUTOS DO PROJETO	
Produto 1: Seminário regional sobre as aplicações múltiplas do bambu	
Meta: Desenvolver um seminário regional sobre o bambu e suas aplicações múltiplas direcionados para agricultores, profissionais da área da arquitetura e da engenharia, construtoras e população em geral.	
Custo: R\$20.000,00 (vinte mil Reais)	
Prazo: 12 meses	
Produto 2: Desenvolver apostila sobre a cultura do bambu, bem como suas aplicações múltiplas.	
Meta: Desenvolver uma apostila sobre a cultura do bambu e de suas aplicações múltiplas direcionadas para arquitetos, engenheiros, construtores e população em geral	
Custo: R\$20.000,00 (vinte mil Reais)	
Prazo: 24 meses	
Produto 3: Pesquisa sobre o bambu e suas aplicações.	
Meta: Apoiar um programa de pesquisa sobre as diferentes espécies de bambu e sua adaptabilidade na região, bem como definir suas aplicações.	
Custo: R\$500.000,00 (quinhentos mil Reais)	
Prazo: 48 meses	

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:	
Equipe do Projeto: Equipe do CODEMAU; Universidades; Prefeituras Municipais; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos Rurais (Senar); SEBRAE; Emater; Cooperativas; Bancos e Cooperativas de crédito; Empresas privadas.	
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Universidades; Ministério da Agricultura; Prefeituras Municipais.	
Organizações parceiras: Emater; Universidades; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos Rurais; Empresas; ONGs; Cooperativas; SENAR; SEBRAE.	
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO	
Fonte de Financiamento: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação; Ministério da Agricultura; Bancos; Cooperativas; ONGs; BID; BIRD; Prefeituras Municipais; Empresas.	
Elaboração de Projeto Executivo: SIM	
Desapropriação: NÃO	
Licença Ambiental: SIM	
Licitação: SIM	

6 - RECURSOS DO PROJETO	
Valor total estimado do projeto: R\$ 540.000,00(quinhentos e quarenta mil reais).	
Fontes de recursos: Governo Federal – Ministério da Agricultura; Governo do Estado – Secretaria Da Agricultura; Prefeituras municipais; Bancos; ONGs; Organismos Internacionais; Empresas privadas.	
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim	
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim	
Investimentos: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil Reais) - Apoiar um programa de pesquisa sobre a porongocultura identificando cultivares adequadas para os diferentes destinos de artesanato.	
Despesas Correntes: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).	
Investimentos e despesas correntes por produto:	
Produto 01 - R\$20.000,00 (vinte mil Reais);	
Produto 02 - R\$20.000,00 (Vinte mil reais);	
Produto 03 - R\$500.000,00 (Quinhentos mil Reais).	

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO								
Produto	Período (semestres)							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Produto 1	x	x						
Produto 2	x	x	x	x				
Produto 3	x	x	x	x	x	x	x	x

26.2 ESTRATÉGIA 2 - Dotar os municípios do CODEMAU com infraestrutura (asfáltica, ferroviária, energia elétrica, saneamento básico, internet, telefonia, aeroporto regional) adequada para fomentar e promover o desenvolvimento local e regional

A infraestrutura da região do CODEMAU encontra-se em situação que carece investimentos para torná-la adequada a demanda regional.

Os acessos asfálticos à alguns municípios necessitam de restauração e existem municípios na região que não possuem acesso asfáltico, comprometendo o desenvolvimento em todos os setores. Além disso, o principal meio de escoamento da produção, transporte de pacientes para hospitais especializados nos grandes centros e deslocamento da população é a BR 386, a qual encontra-se em péssimo estado de conservação, além de possuir pista simples, que não atende o fluxo atual de veículos de passeio e de transporte de cargas e passageiros, pois mantém a mesma estrutura de quando foi projetada a meio século atrás, na década de 1970.

Uma alternativa para o transporte, principalmente de cargas, é o modal ferroviário. A região não tem ferrovias e a passagem da Ferrovia Norte/Sul é uma opção para o escoamento dos produtos da região, aliviando o fluxo de veículos pesados na BR 386.

A construção de um aeroporto regional é mais uma ação de inserção da região no cenário estadual e nacional, pois é um modal de transporte, principalmente de passageiros, que facilitará o trânsito de pessoas da região para os grandes centros e vice-versa.

Quanto ao serviço de distribuição de energia elétrica, existem gargalos, principalmente no meio rural, onde a energia trifásica não atinge todas as localidades, dificultando e por vezes inviabilizando o desenvolvimento de algumas atividades que demanda por esta forma de energia. A telefonia e o acesso à internet no meio rural são precários e em muitas localidades ainda não chegaram e, este fator contribui com o êxodo rural, principalmente dos jovens.

No que se refere ao saneamento básico, a maior carência é no esgotamento sanitário, pois a maioria dos municípios do CODEMAU não possuem infraestrutura básica de coleta de esgotos e não possuem estações de tratamento dos efluentes.

PRIORIDADE 01

PROJETO Nº 112

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de pavimentação, acesso asfáltico e mobilidade a todos os municípios da região do Codemau.
Localização: Corede Médio Alto Uruguai- Codemau
Valor total estimado do projeto: R\$ 210.047.033,68
Duração do projeto: 180 meses
Responsável pela implementação: Codemau, Municípios, AMZOP, Ministério dos Transportes, DNIT, DAER e Governo do Estado.
Escopo: implantar projetos de pavimentação e acesso asfáltico a todos os 22 municípios da região do Corede e facilitar a mobilidade regional. Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Licenciamentos, desapropriações e conclusão das obras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: implantar projetos de pavimentação e acesso asfáltico a todos os 22 municípios da região do Corede e facilitar a mobilidade regional, de cargas e pessoas, redução dos acidentes, crescimento econômico e social, aumento na arrecadação e melhoria na qualidade de vida.

Justificativa: Muito se comenta sobre a prioridade de construção de rodovias pelas diversas gestões que administraram o Brasil, desde os primórdios em detrimento de ferrovias. No entanto em análises preliminares e que saltam aos olhos de qualquer cidadão isento de paixões, podemos destacar as diferenças de custos de implantação conforme cita OLIVA, (2008)¹, visto que em média o custo de implantação de 1,0 km de ferrovia se estabelece em US\$ 1.400.000,00/km ferroviário e para construir o mesmo quilômetro de rodovia é estabelecido o valor de US\$ 440.000,00/km rodoviário.

Usando a mesma lógica havemos de destacar a extrema necessidade de as administrações públicas voltarem seus olhos ao estabelecimento de hidrovias, visto que o mesmo autor resume que os custos de implantação deste meio de transporte se estabelecem em US\$ 34.000/km hidroviário e considerando a inserção de diversos potenciais hidroelétricos nos mananciais hídricos da região com possibilidade de inserção de eclusas, ser-se-ia uma alternativa aos movimentos de transporte, principalmente de carga no Estado do Rio Grande do Sul. Cabe destacar que no passado este foi o principal meio de transporte utilizado na região através dos **Balseiros do Rio Uruguai**.

Sabe-se que o transporte rodoviário brasileiro é de suma importância para a transportação de mercadorias diretas para os consumidores abastecerem seus comércios e indústrias. Mesmo que há outros tipos de transporte no país, como o ferroviário e o hidroviário, não largamente disponível, o rodoviário acaba sendo a opção mais requisitada por empresas.

A importância do sistema rodoviário é gigantesca, pois a maior parte do transporte de cargas e pessoas é feita pelas rodovias e autoestradas. Mesmo que os governos de diversas regiões queiram propor regras de legislação para diminuir o tráfego, a praticidade e segurança são itens que devem ser levados em conta, pois essas estradas são seguras, principalmente aqueles que concentram grandes centros urbanos.

Para atender as demandas rodoviárias foram considerados todos os equipamentos públicos ligados às infraestruturas viárias na área de abrangência do CODEMAU, a exemplo de pista de rolagem, entroncamentos, interseções, viadutos de pedestres, sinalização viária, manutenção entre outras. Na região do CODEMAU, o único meio de transporte que a região dispõe é o modal rodoviário, sendo a rodovia BR 386/158 o principal meio de transporte que liga a região à capital do estado e ao centro do país. A rodovia BR 386 que faz entroncamento com a BR 158, no município de Boa Vista das Missões, norte do estado, foi inaugurada no início da década de setenta com a denominação estrada da produção. Nos últimos vinte anos, pouca manutenção foi feita na pista, nos acostamentos e na sinalização. Além de receber toda a crescente demanda do tráfego com caminhões.

Para inserção de valores foram consultadas as planilhas orçamentárias de alguns projetos existentes, também foi realizada pesquisa junto ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) em casos pontuais.

Em se tratando de obras de pavimentação foi realizada a média de custo do quilômetro pavimentado (R\$/KM), conforme editais publicados pelo Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2015, momento em que se estabeleceu em R\$ 1.425.614,31 o quilômetro construído.

Há mais de duas décadas, o CODEMAU juntamente com a AMZOP – Associação dos Municípios da Zona da Produção, os prefeitos municipais, vereadores, entidades de classe, lideranças, com o apoio decisivo da imprensa regional, travam uma luta permanente, reivindicando a manutenção e rodovia, bem como a sua duplicação, tendo em visto o grande número de veículos que trafega diariamente pela região, aproximadamente 20 mil/dia, sendo a BR 386/158 o único modal presente em toda a região. A pouca atenção dos Governos Federal e Estadual acabam por atrasar o desenvolvimento da região do Médio Alto Uruguai – CODEMAU.

¹ OLIVA, J. A. B. (ANTAQ). Cenário Atual do Transporte Hidroviário Brasileiro. 5º Seminário Internacional em Logística Agroindustrial. Piracicaba, 2008.

Beneficiários: população do Corede, da região funcional 9 e demais regiões do estado e sul do país.

Resultados pretendidos: Mobilidade de cargas e pessoas, redução dos acidentes, crescimento econômico e social, local e regional e qualidade de vida.

Alinhamento Estratégico: Dotar os municípios do CODEMAU com infraestrutura (asfáltica, ferroviária, energia elétrica, saneamento básico, internet, telefonia, aeroporto regional) adequada para fomentar e promover o desenvolvimento local e regional

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Interseção da BR 158/386 com a ERS 324.

Meta: Obra concluída.

Custo: R\$ 1.500.000,00

Prazo: 24 meses.

Produto 2: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Interseção da BR 158/386 com a ERS 150.

Meta: Obra concluída.

Custo: R\$ 9.000.000,00

Prazo: 30 meses.

Produto 3: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Interseção da BR 158/386 com a ERS 591.

Meta: Obra concluída.

Custo: R\$ 1.500.000,00

Prazo: 24 meses.

Produto 4: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Interseção da BR 158/386 com o Trevo Sul de Acesso a Frederico Westphalen.

Meta: Obra concluída.

Custo: R\$ 9.000.000,00

Prazo: 30 meses.

Produto 5: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Interseção da BR 158/386 com a Rodovia de Acesso aos Campi Universitários em Frederico Westphalen.

Meta: Obra concluída.

Custo: R\$ 1.500.000,00

Prazo: 24 meses.

Produto 6: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Interseção da BR158/386 com a ERS 472.

Meta: Obra concluída.

Custo: R\$ 9.000.000,00

Prazo: 30 meses.

Produto 7: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Interseção da BR 158/386 com o Polo Industrial de Seberi.

Meta: Obra concluída.

Custo: R\$ 9.000.000,00

Prazo: 30 meses.

Produto 8: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo,

<p>Execução do Projeto. Inserção de Passarelas na BR 158/386 - Frederico Westphalen. Meta: Obra concluída. Custo: R\$ 2.067.797,67 Prazo: 24 meses.</p>
<p>Produto 9: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Inserção de Passarela na BR158/386 Seberi. Meta: Obra concluída. Custo: R\$ 1.172.011,82 Prazo: 24 meses.</p>
<p>Produto 10: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Interseção na BR 468 com a ERS 330. Meta: Obra concluída. Custo: R\$ 1.500.000,00 Prazo: 24 meses.</p>
<p>Produto 11: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Pavimentação Asfáltica na ERS 330. Meta: Obra concluída. Custo: R\$ 25.661.057,58 Prazo: 48 meses.</p>
<p>Produto 12: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Interseção na ERS 330 com a ERS 317. Meta: Obra concluída. Custo: R\$ 1.500.000,00 Prazo: 24 meses.</p>
<p>Produto 13: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Pavimentação Asfáltica na ERS 317. Meta: Obra concluída. Custo: R\$ 17.107.371,72 Prazo: 48 meses.</p>
<p>Produto 14: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Pavimentação Asfáltica na ERS 528. Meta: Obra concluída. Custo: R\$ 25.661.057,58 Prazo: 60 meses.</p>
<p>Produto 15: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Pavimentação Asfáltica Trecho da ERS 150. Meta: Obra concluída. Custo: R\$ 9.979.300,17 Prazo: 48 meses.</p>
<p>Produto 16: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Pavimentação Asfáltica Trecho da ERS 324. Meta: Obra concluída. Custo: R\$ 14.256.143,10 Prazo: 48 meses.</p>
<p>Produto 17: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Pavimentação Asfáltica na ERS 504. Meta: Obra concluída. Custo: R\$ 31.363.514,82 Prazo: 60 meses.</p>

Produto 18: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Pavimentação Asfáltica Trecho Frederico Westphalen da ERS 591.

Meta: Obra concluída.

Custo: R\$ 4.989.650,09

Prazo: 48 meses.

Produto 19: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Pavimentação Asfáltica Trecho Ametista do Sul da ERS 591.

Meta: Obra concluída.

Custo: R\$ 17.107.371,72

Prazo: 60 meses.

Produto 20: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Interseção da ERS 323 com a ERS 325.

Meta: Obra concluída.

Custo: R\$ 1.500.000,00

Prazo: 24 meses.

Produto 21: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Pavimentação Asfáltica Trecho da ERS 325.

Meta: Obra concluída.

Custo: R\$ 12.830.528,79

Prazo: 60 meses.

Produto 22: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, Projeto Executivo, Execução do Projeto. Pavimentação Asfáltica Trecho da ERS 587.

Meta: Obra concluída.

Custo: R\$ 2.851.228,62

Prazo: 48 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: DNIT, Empresas do setor.

Órgãos Públicos Envolvidos: Governo Federal, Estadual, AMZOP, DNIT, DAER, CREA, demais empresas.

Organizações parceiras: Codemau, ADMAU, Universidades.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Sim

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 210.047.033,68
Fontes de recursos: Governo Federal, Estadual e Municipal.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 210.047.033,68
Despesas Correntes: inclusos no valor dos produtos

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
Produto	Período (semestres)									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Produto 1	x	x	x	x						
Produto 2	x	x	x	x	x					
Produto 3	x	x	x	x						
Produto 4	x	x	x	x	x					
Produto 5	x	x	x	x						
Produto 6	x	x	x	x	x					
Produto 7	x	x	x	x	x					
Produto 8	x	x	x	x						
Produto 9	x	x	x	x						
Produto 10	x	x	x	x						
Produto 11	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 12	x	x	x	x						
Produto 13	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 14	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 15	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 16	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 17	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 18	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 19	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 20	x	x	x	x						
Produto 21	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 22	x	x	x	x	x	x	x	x		

PRIORIDADE 02

PROJETO Nº 55

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de Inclusão Digital (Telefonia, Internet, Televisão) em toda área de abrangência da Região do CODEMAU
Localização: Corede do Médio Alto Uruguai - Codemau
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.390.000,00
Duração do projeto: 120 meses
Responsável pela implementação: Corede do Médio Alto Uruguai - Codemau
Escopo: estruturar as ferramentas digitais para o atendimento das demandas da população regional.
Responsável: Prefeituras, Codemau, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Universidades, Cooperativas, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Empresas do Setor.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Dotar todo o território da região do Corede com infraestrutura digital, proporcionar principalmente ao meio rural o acesso ao sinal de internet, telefone móvel e televisão por assinatura, de qualidade, com preço justo. Desta forma auxiliar aos agricultores familiares e demais empresários, com ferramentas de gestão, de acesso rápido e eficaz. Contribuindo com a permanência dos jovens na região.

Justificativa: Com a intensa e dinâmica evolução no mundo dos negócios, faz se imprescindível as pessoas estarem conectadas em tempo real e integral, com o mundo digital. Hoje as tendências de mercado, bem como as novidades tecnológicas percorrem o universo em questão de segundos, neste sentido os agricultores e empresários, da nossa região, infelizmente ainda não tem facilidade de acessar um sinal de telefonia móvel na sua propriedade e ou empresa, muito menos sinal de internet ou televisão.

Neste aspecto estamos buscando apoio financeiro e tecnológico para proporcionar avanços nos meios urbanos e rurais, facilitar a vida dos produtores rurais, das agroindústrias familiares, dos empresários, que de modo geral não conseguem receber informações, nem tão pouco acessar ferramentas para melhorar a gestão dos processos produtivos e a qualidade de vida da família em geral.

As Políticas públicas existentes são deficientes e insatisfatórios, assim por vezes desqualificando ou descontinuando ações propositivas voltadas a estruturar uma infraestrutura mínima de acesso digital principalmente aos locais mais distantes do centro do município.

Este Plano Estratégico que estamos apresentando auxiliará em muito a evolução dos processos tecnologia de informação e de inclusão digital na Região do Codemau. Neste sentido, a preocupação para se apresentar uma estrutura eficiente, que possa garantir condições mínimas e essenciais de sustentabilidade econômica das atividades primarias, proporcionando qualidade de vida aos usuários de seus produtos e serviços.

Justificamos a relevância no desenvolvimento deste projeto através de ações de caráter estratégico, integrando todas as regiões dos municípios, ofertando maior infraestrutura digital, possibilitando assim, melhorar a qualidade de vida da população, demonstrado pelos indicadores econômicos, sociais e culturais.

Beneficiários: Agricultores familiares, empresários e demais pessoas residentes na região do Codemau. Total de aproximadamente 155 mil pessoas.

Resultados pretendidos: Melhoria da gestão e da produtividade, renda, permanência de jovens na região, criação de novos postos de trabalho, maior e melhor oferta na qualidade dos produtos e serviços prestados, crescimento econômico e da arrecadação na região.

Alinhamento Estratégico: Dotar os municípios do CODEMAU com infraestrutura (asfáltica, ferroviária, energia elétrica, saneamento básico, internet, telefonia, aeroporto regional) adequada para fomentar e promover o desenvolvimento local e regional

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Efetuar um levantamento sobre a viabilidade econômica e tecnológica, da implementação de tecnologia de informação nos municípios da região do Corede, considerando telefonia móvel, internet e televisão.

Meta: Proporcionar cobertura digital em toda a região do Corede.

Custo: R\$ 410.000,00

Prazo: 18 meses

Produto 2: Implantação de toda estrutura tecnológica de informação adequada e necessária aos municípios da região, considerando telefonia móvel, internet e televisão.

Meta: Disponibilizar acesso às tecnologias de informação a toda a região do Codemau.

Custo: R\$ 3.980.000,00

Prazo: 120 meses

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Proporcionar a melhoria da mobilidade regional através da duplicação da BR 386/158 no trecho da região Funcional 9 entre os municípios de Iraí a Tio Hugo.

Justificativa: Na região do CODEMAU, o único meio de transporte que a região dispõe é o modal rodoviário, sendo a rodovia BR 386/158 o principal meio de transporte que liga a região à capital do estado e ao centro do país.

A Rodovia BR 386 que faz entroncamento com a BR 158, no município de Boa Vista das Missões, norte do estado, foi inaugurada no início da década de setenta com a denominação estrada da produção. Nos últimos vinte anos, pouca manutenção foi feita na pista, nos acostamentos e na sinalização. Além de receber toda a crescente demanda do tráfego com caminhões, a estrutura que foi planejada para receber veículos de carga de porte pequeno e médio, na última década passou a receber veículos pesados e superpesados.

Há mais de duas décadas, o CODEMAU juntamente com a AMZOP – Associação dos Municípios da Zona da Produção, os prefeitos municipais, vereadores, entidades de classe, lideranças, com o apoio decisivo da imprensa regional, travam uma luta permanente, reivindicando a manutenção e rodovia, bem como a sua duplicação, tendo em visto o grande número de veículos que trafega diariamente pela região, aproximadamente 20 mil/dia, sendo a BR 386/158 o único modal presente em toda a região. A pouca atenção dos Governos Federal e Estadual acabam por atrasar o desenvolvimento da região do Médio Alto Uruguai – CODEMAU.

Beneficiários: população da região funcional 9 e demais regiões do estado e sul do país.

Resultados pretendidos: Reduzir os acidentes no perímetro que compreende a região funcional 9, crescimento econômico e social, local e regional qualidade de vida.

Alinhamento Estratégico: Dotar os municípios do CODEMAU com infraestrutura (asfáltica, ferroviária, energia elétrica, saneamento básico, internet, telefonia, aeroporto regional) adequada para fomentar e promover o desenvolvimento local e regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental, BR 386/158 no trecho da região Funcional 9 entre os municípios de Iraí a Tio Hugo.

Meta: Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental elaborado.

Custo: R\$ 920.000,00

Prazo: 12 meses.

Produto 2: Elaborar Projeto executivo para a duplicação da BR 386/158 no trecho da região Funcional 9 entre os municípios de Iraí a Tio Hugo.

Meta: Projeto executivo concluído.

Custo: R\$ 2.100.000,00

Prazo: 12 meses.

Produto 3: Licenciamentos e viabilização das ações para a realização do Projeto de duplicação da BR 386/158 no trecho da região Funcional 9 entre os municípios de Iraí a Tio Hugo total de 220 km.

Meta: liberação dos licenciamentos.

Custo: R\$ 1.670.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 4: Execução do Projeto de duplicação da BR 386/158 no trecho da região Funcional 9 entre os municípios de Iraí a Tio Hugo total de 220 km.

Meta: duplicação da BR 386/158 no trecho da região Funcional 9

Custo: R\$ 2.000.000,00 por km pavimentado total 440.000.000,00

Prazo: 120 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: DNIT, Empresas do setor.

Órgãos Públicos Envolvidos: Governo Federal, Estadual, AMZOP, DNIT, CREA, demais empresas.

Organizações parceiras: Codemau, ADMAU, Universidades.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Sim

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

Outros: Edital

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 444.790.000,00

Fontes de recursos: Governo Federal e Estadual.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 444.790.000,00

Despesas Correntes: inclusos no valor dos produtos

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO																				
Produto	Período (semestres)																			
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Produto 1	x	x																		
Produto 2	x	x																		
Produto 3			x	x	x	x	x													
Produto 4								x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 04

PROJETO Nº 01

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Instalação de estruturas destinadas a transformação de aeródromo sediado na sede do Corede em Aeroporto Regional
Localização: O aeródromo local se apresenta com Operação VRF Diurna, sendo que a altitude média do mesmo em relação ao marégrafo de Imbituba se estabelece na cota topográfica 562,144 metros. A localização geográfica estabelecida no DATUM SIRGAS 2000 se descreve conforme segue: CABECEIRA 11 - Latitude Sul: 27° 20'50,11" e Longitude Oeste: 53°24'25,39" CABECEIRA 29 - Latitude Sul: 27° 20'52,57" e Longitude Oeste: 53°23'59,35"
Valor total estimado do projeto: Pavimentação da atual Pista: R\$ 2.970.000,00 Inserção de Viaduto Sobre Rodovia Municipal: R\$ 856.940,00; Ampliação de Pista de Pouso: R\$ 30.000.000,00 Estruturas de apoio: R\$ 11.456.060,00 TOTAL ESTIMADO DO PROJETO: R\$ 45.283.000,00 (deverá ser atualizado)
Duração do projeto: 18 meses
Responsável pela implementação: BRASIL - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil / Fundo Nacional de Aviação Civil / Programa de Investimentos Federais em Aviação Regional; RIO GRANDE DO SUL - Secretaria dos Transportes / Departamento Aeroportuário - DAP; FREDERICO WESTPHALEN – Secretária Municipal de Coordenação e Planejamento – SePLAN; Acompanhamento da execução: COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai – CODEMAU
Escopo: Ampliação do aeródromo local com atual Faixa de Pista de 780,00 metros e comprimento de Pista de 720,00 metros e 26,00 metros de largura com pavimentação em Concreto Asfáltico Pré-Misturado à Frio, devidamente compactado, cabe destacar que este tipo de pavimento comporta o recebimento de aeronaves dotadas de turbinas, no entanto tem limitância de sobreposição de peso, sendo que para sanar a situação destacamos itens conforme segue: I. Pavimentação da atual pista do aeródromo com Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ; II. Inserção de viaduto sobre rodovia municipal; III. Ampliação para Faixa de Pista de 1.560,00 metros; IV. Ampliação do comprimento de Pista Perfil Longitudinal de 1.500,00 metros e Largura de 30,00 metros; V. Construção de estruturas de apoio (Instrumentalização, Taxiamento, terminal de passageiros, etc....).
Responsável: Poder Executivo de Frederico Westphalen: Prefeito Municipal (E-mail: gabinete@fredericowestphalen.rs.gov.br. – Fone: 55 3744 5050); Legislativo de Frederico Westphalen: Câmara Municipal – Presidente da Câmara Municipal de Vereadores (E-mail: camarafw@tcheturbo.com.br - Fone: (55) 3744-4966); Associação dos Municípios da Zona da Produção – AMZOP: Presidente da AMZOP (E-mail: amzop.amzop@gmail.com – Fone: 55 3746 1938); Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai – CODEMAU: Presidente do CODEMAU (E-mail: codemau@codemau.org.br – Fone: 55 3744 4080).

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Atender a demanda de transporte aeroviário (**cargas e passageiros**) dos municípios, do Rio Grande do Sul, que possuem todo ou parte do território dentro de um raio de aproximadamente cinquenta quilômetros (≈ 50 km), da sede do município de Frederico Westphalen - RS.

Justificativa: O Município de Frederico Westphalen está localizado aproximadamente a 115 km de Chapecó, Santa Catarina, município que conta com a presença de um Aeroporto que tem operação noturna e procedimentos para pouso por instrumentos, constituído por rádio VOR/DME e NDB, sistema PAPI para procedimentos de aproximação e uma seção contra incêndio. Na concepção das necessidades de transporte aeroviário para a região do CODEMAU, destacamentos pontos importantes que proporcionam estas necessidades com inserção de alternativas para incremento da Produção Agroindustrial, Eventos Educacionais, Turismo de Lazer e Empresarial:

TRANSPORTE DE CARGAS: A região abriga duas das maiores agroindústrias de processamento de Carne Suína do Brasil (JBS – Unidade Frederico Westphalen e AdelleFoods - Unidade Seberi), com destaque que a exportação da produção ocorre na atualidade com produtos congelados com deslocamento rodoviário até os portos do país acarretando com isto aumento dos custos e maior tempo do produto em deslocamento (produção – consumidor). As demandas e exigências dos consumidores de carne suína no mundo mudam. É preciso ficar atento para atender à crescente demanda e aumento de exigências do consumidor global de Carne Suína. A demanda global por carnes conforme prognóstico dobrou deste 2008 e para um horizonte de 2030 a demanda deverá chegar em torno de 327 milhões de toneladas (Associação Paranense de Suinocultores - APS: <http://www.aps.org.br/>). Os valores diferenciados recebidos pela carne suína recebem variações de 22% a 43% mais elevados para a carne resfriada em detrimento da congelada, no entanto deve ser destacado que para ser considerado Carne Resfriada os produtos possuem um curto espaço de tempo que devem estar à disposição do consumidor por isto os métodos atuais de transporte (Rodoviário e Hidroviário), não permitem para a região oferecer esta tipologia de produto ao mercado externo.

TRANSPORTE DE PASSAGEIROS: Além da diversificação do comércio e da indústria o Município conta atualmente com cinco (05) instituições de ensino superior e duas (02) escolas técnicas, sendo que a população tem um aumento significativo no período letivo, momento em que existem na atualidade cerca de 8.000 acadêmicos no ensino superior e aproximadamente 800 alunos nos cursos técnicos, aumentando, então, aproximadamente 8.800 habitantes no período, considerando-se está uma população flutuante acrescida à população atual de 30.699 (IBGE, 2016), somente em Frederico Westphalen. Por si só o Município é Polo Regional de Educação, momento em que muitas demandas de deslocamento relacionadas aos eventos educacionais ocorrem no município. Acresce-se a este item de transporte de passageiros a região comportar duas Instâncias Hidrominerais e ser polo mundial de produção de gemas preciosas (Ametista), sendo que com a inserção desta forma de transporte será acelerado o processo de aproveitamento do potencial turístico hoje restrito aos meios de acesso à região por via rodoviária.

Beneficiários: Conforme documentos que instruem esta demanda (anexo II), toda a região em um raio aproximado de 50 km será beneficiada pela implantação de Aeroporto Regional de vital importância para o desenvolvimento da região.

Resultados pretendidos: Aumento nas exportações, Melhoria e aumento dos usos dos potenciais turísticos, incremento de bens circulante e por consequência maior geração de impostos, melhoria na disponibilidade de deslocamento regional, redução de veículos em circulação na única rodovia (BR 158/386), que liga a região ao resto do estado por consequência redução de acidentes automobilísticos.

Alinhamento Estratégico: Dotar os municípios do CODEMAU com infraestrutura (asfáltica, ferroviária, energia elétrica, saneamento básico, internet, telefonia, aeroporto regional) adequada para fomentar e promover o desenvolvimento local e regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
<p>Produto 1: Disponibilização de pista de pouso pavimentada com Concreto Betuminosos Usina a Quente – CBUQ</p> <p>Meta: Pavimentação da atual pista</p> <p>Custo: R\$ 2.970.000,00 (deverá ser atualizado)</p> <p>Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 2: Iniciar processo de ampliação do aeródromo</p> <p>Custo: R\$ 856.940,00 (deverá ser atualizado)</p> <p>Meta: Inserção de viaduto sobre rodovia municipal</p> <p>Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 3: Disponibilidade de Pista com Perfil Longitudinal de 1.500,00 metros e Largura de 30,00 metros;</p> <p>Custo: R\$ 30.000.000,00</p> <p>Meta: Ampliação do comprimento de Pista</p> <p>Prazo: 48 meses</p>
<p>Produto 4: Inserção de estruturas de apoio;</p> <p>Custo: R\$ 11.456.060,00</p> <p>Meta: Construção de estruturas de apoio (Instrumentalização, Taxiamento, terminal de passageiros, etc....)</p> <p>Prazo: 12 meses</p>
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
<p>Equipe do Projeto: Técnicos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; Técnicos da Secretaria dos Transportes / Departamento Aeroportuário - DAP; Técnicos da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento do Município de Frederico Westphalen.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: BRASIL - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil / Fundo Nacional de Aviação Civil / Programa de Investimentos Federais em Aviação Regional; RIO GRANDE DO SUL - Secretaria dos Transportes / Departamento Aeroportuário - DAP; FREDERICO WESTPHALEN – Secretária Municipal de Coordenação e Planejamento – SePLAN;</p>
<p>Organizações parceiras: Ministério dos Transportes – MT – BRASIL, Estado do Rio Grande do Sul, Município de Frederico Westphalen.</p>
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
<p>Fonte de Financiamento: Orçamento Geral da União, Orçamento Geral do Estado</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Já existe projeto básico parcial para o empreendimento, demais estudos técnicos dever-se-á serem concebidos.</p>
<p>Desapropriação: Para as metas 01, 02 e 04 não se fazem necessárias. Para a ampliação se fazem necessárias.</p> <p>Para a meta 03 se fazem necessárias.</p>
<p>Licença Ambiental: Deverá ser verificado.</p>
<p>Licitação: Deverá ser verificado.</p>
6 - RECURSOS DO PROJETO
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 45.283.000,00 (com necessidade de atualização das metas 01 e 02)</p>
<p>Fontes de recursos: Orçamento Geral da União: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil / Fundo Nacional de Aviação Civil / Programa de Investimentos Federais em Aviação Regional; Orçamento Geral do Estado</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não</p>
<p>Investimentos: R\$ 45.283.000,00 (com necessidade de atualização das metas 01 e 02)</p>
<p>Despesas Correntes: Depois de conclusas deverão ocorrer às manutenções preventivas nas estruturas (Sinalização, Iluminação, Ajardinamento, Patologias do concreto, etc....).</p>

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO								
Produto	Período (semestres)							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Produto 1	x	x						
Produto 2	x	x	x	x				
Produto 3	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 4	x	x	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 05

PROJETO Nº 31

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de apoio a Produção de Energia Alternativa com o uso de Painéis Solares.
Localização: Corede Médio Alto Uruguai- Codemau
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.232.000,00
Duração do projeto: 168 meses
Responsável pela implementação: Codemau, Emater, SDR.
Escopo: Sensibilização, organização e capacitação de agricultores para que produzam energia solar, com a finalidade de viabilizar processos de conservação de alimentos.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Produção de energia alternativa solar par viabilizar cadeia de produção de alimentos, através da conservação a frio nas agroindústrias de pequeno e médio porte, de forma que o valor agregado a matéria-prima beneficie a família dos agricultores e suas organizações, promovendo desenvolvimento econômico social da região
Justificativa: A produção de alimentos Seguros na indústria de alimentos tem demonstrado da viabilidade de produção de alimentos congelados e resfriados minimamente processados. Este método vem propiciara os consumidores a disponibilidade de alimentos integrais e praticidade no consumo. Porém para as agroindústrias, o consumo de energia passa ser um insumo importante. Avaliando assim, pelo fato de que o processo de energia alternativa solar, utilizando placas fotovoltaicas se apresenta como alternativa de investimento, viabilizando assim esta possibilidade de produção de alimentos Frutas e hortaliças minimamente refrigeradas e, ou, congeladas.
Resultados pretendidos: produção de 50.000KW de energia com placas fotovoltaicas.
Alinhamento Estratégico: fortalecimento das cadeias produtivas.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Diagnosticar e sensibilizar o potencial de famílias de agricultores, que tenham vocação, potencial produtivo e de investimento em energia solar, com agroindústrias que utilizem resfriamento e congelamento de alimentos Meta: Realizar 22 seminários com famílias nos municípios de abrangência Custo: R\$ 250.000,00 Prazo: 36 meses.
Produto 2: Financiar equipamentos, para produção de energia alternativa, em agroindústrias da agricultura familiar. Custo: R\$ 1.982.000,00 Meta: Implantar no Mínimo em 24 Agroindústrias, Sistemas com Produção de Energia Solar. Prazo: 120 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Codemau e Emater
Órgãos Públicos Envolvidos: Codemau, SDR, SEAPI, Emater
Organizações parceiras: Universidades, Sindicatos, ADMAU, CREA, demais empresas do setor.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo Federal, Governo do Estado, SDR e Prefeituras.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.232.000,00
Fontes de recursos: União, Estado e Município.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.
Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 250.000,00
Produto 2: R\$1.982.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO																				
	Período (semestres)																			
Produto	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Produto 1	x	x	x	x	x	x														
Produto 2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 06**PROJETO Nº 23**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implantação e Operação de Pequenas Centrais Hidroelétricas na Calha do Rio da Várzea; PCH Aparecida com Potencial de 25,000 MWs;
Localização: Corede Médio Alto Uruguai- Codemau PCH Aparecida: Estrutura de Barramento na Calha do Rio da Várzea / Coordenada UTM: Este: 289709.58 M / Norte: 6952481.98 M.
Valor total estimado dos projetos: PCH Aparecida: R\$ 164.634.146,34 (Deverá Ser Atualizado)
Duração do projeto: Vinte e quatro (24) meses
Responsável pela implementação: Cooperativas e Consórcios, com investimentos da iniciativa privada, mas, de interesse da comunidade regional; Acompanhamento da execução: COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai – CODEMAU

Escopo: Construção e implantação de Pequenas Centrais Hidroelétricas com capacidade de geração de energia para distribuição na região.

Responsável: Sociedades de Fins Específicos com aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, AMZOP e Codemau.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Nesta demanda tem-se como primordial a participação dos entes públicos, visto o montante financeiro a ser inserido nas obras previstas, que deverão gerar frente de trabalho e valores circulantes nas economias locais justamente em momento de crise financeira do estado e sem necessidade de investimentos financeiros dos entes públicos.

Justificativa: Tendo em vista a necessidade de esclarecimento de informações e ajustes dos projetos as realidades da composição legislativa atualmente em vigor, de extrema importância à participação dos entes públicos envolvidos na resolução dos impasses que objetam óbices aos empreendimentos.

Beneficiários: Ter-se-á o incremento da capacidade de geração elétrica na região de inserção dos empreendimentos, momento em que destacamos alguns pontos julgados oportunos pela equipe que elaborou o presente documento, quais sejam:

No meio socioeconômico, está sendo considerada as áreas sujeitas aos efeitos das obras, a serem adicionadas as edificações, nos territórios dos municípios, nos quais está prevista a mobilização de mão de obra interna para execução do proposto para os locais.

Além do vasto canteiro de obras durante o período de operação destes empreendimentos hidroelétricos ocorrem o incremento de energia limpa e livre de resíduos no sistema elétrico regional, além de outros postos de trabalho necessários a execução e manutenção da operação desta modalidade de empreendimento.

Pode ser aqui destacado também a divisão dos impostos advindos da geração de energia aos quais, se prevê de acordo com o Decreto Federal 3.739 de 2001, ao qual destina 6,75% da energia gerada para compensação financeira, sendo este percentual distribuído conforme Lei 7.990 de 1980 e Lei 9.984 de 2000 e a divisão ocorre de acordo com o abaixo:

O percentual de 0,75% conforme determina a Lei 9.984 de 2000 que vai para o MMA (Política Nacional de Recursos Hídricos), do montante final do percentual de 6% conforme determina a Lei 3.7.990 de 1980 a divisão dos recursos financeiros se estabelece em:

- MMA – (3%)
- MME – (3%)
- FNDCT – (4%)
- ESTADOS – (45%)
- MUNICÍPIOS – (45%)

Outro item importante neste contexto é o incremento durante o período de construção no ISSQN nos municípios, através da circulação de materiais de construção e outros bens de comércio e serviços necessários à implantação e a realização dos empreendimentos em lide.

Resultados pretendidos: Inserção de condições de segurança no fornecimento de energia elétrica para o desenvolvimento da região.

Alinhamento Estratégico: Dotar os municípios do CODEMAU com infraestrutura (asfáltica, ferroviária, energia elétrica, saneamento básico, internet, telefonia, aeroporto regional) adequada para fomentar e promover o desenvolvimento local e regional.

<p>Produto 1: Auxílio na solução de questões relacionadas a liberação para execução das obras de interesse regional</p> <p>Meta: Inserção de estruturas de geração de energia elétrica</p> <p>Custo: R\$ 164.634.146,34</p> <p>Prazo: 24 meses</p>
--

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Investimentos da iniciativa privada: Sociedades de Fins Específicos com aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Técnicos das Secretarias Municipais de Coordenação e Planejamento dos Municípios de inserção dos empreendimentos.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Estadual de Minas e Energia; Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social; Municípios da região e AMZOP.

Organizações parceiras: Estado do Rio Grande do Sul; Municípios da região e AMZOP; Universidades; Cooperativas.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Investimento da iniciativa privada

Elaboração de Projeto Executivo:

Encontra-se com projetos executivos aprovados junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (PCHs Aparecida e Jacinto), os outros três encontram-se com inventário aprovado junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Desapropriação: Fazem parte dos planos de execução do empreendimento.

Licença Ambiental: Deverão ser verificados os trâmites necessários para aclarar e ajustar os detalhes quanto aos procedimentos ambientais.

Licitação: Investimento da iniciativa privada.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: 164.634.146,34

Fontes de recursos: Investimento da iniciativa privada

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Os projetos fazem parte do Plano Decenal de Energia Elétrica da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, inclusive em dois casos com energia a ser produzida já leiloadas em evento proporcionado por esta autarquia federal (PCHs Aparecida e Jacinto).

Investimentos: 164.634.146,34

Despesas Correntes: Depois de concluídas deverão ocorrer às manutenções preventivas nas estruturas (Sinalização, Iluminação, Ajardinamento, Tratamento de Patologias do concreto, etc....) e operação propriamente dito das Pequenas Centrais Hidroelétricas.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Investimento da iniciativa privada com cronogramas aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

PRIORIDADE 07

Projeto nº 24

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Implantação e Operação de Pequenas Centrais Hidroelétricas na Calha do Rio da Várzea; PCH Jacinto com Potencial de 17,619 MW;

Localização: Corede Médio Alto Uruguai- Codemau PCH Jacinto: Estrutura de Barramento na Calha do Rio da Várzea / Coordenada UTM: ESTE: 287093.75 m / NORTE: 6956352.19 m
Valor total estimado dos projetos: PCH Jacinto: R\$ 116.027.560,98 (deverá ser atualizado)
Duração do projeto: Vinte e quatro (24) meses
Responsável pela implementação: Cooperativas e Consórcios, com investimentos da iniciativa privada, mas, de interesse da comunidade regional; Acompanhamento da execução: COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai – CODEMAU
Escopo: Construção e implantação de Pequenas Centrais Hidroelétricas com capacidade de geração de energia para distribuição na região.
Responsável: Sociedades de Fins Específicos com aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, AMZOP e Codemau.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Nesta demanda tem-se como primordial a participação dos entes públicos, visto o montante financeiro a ser inserido nas obras previstas, que deverão gerar frente de trabalho e valores circulantes nas economias locais justamente em momento de crise financeira do estado e sem necessidade de investimentos financeiros dos entes públicos.

Justificativa: Tendo em vista a necessidade de esclarecimento de informações e ajustes dos projetos as realidades da composição legislativa atualmente em vigor, de extrema importância à participação dos entes públicos envolvidos na resolução dos impasses que objetam óbices aos empreendimentos.

Beneficiários: Ter-se-á o incremento da capacidade de geração elétrica na região de inserção dos empreendimentos, momento em que destacamos alguns pontos julgados oportunos pela equipe que elaborou o presente documento, quais sejam:

No meio socioeconômico, está sendo considerada as áreas sujeitas aos efeitos das obras, a serem adicionadas as edificações, nos territórios dos municípios, nos quais está prevista a mobilização de mão de obra interna para execução do proposto para os locais.

Além do vasto canteiro de obras durante o período de operação destes empreendimentos hidroelétricos ocorrem o incremento de energia limpa e livre de resíduos no sistema elétrico regional, além de outros postos de trabalho necessários a execução e manutenção da operação desta modalidade de empreendimento.

Pode ser aqui destacado também a divisão dos impostos advindos da geração de energia aos quais, se prevê de acordo com o Decreto Federal 3.739 de 2001, ao qual destina 6,75% da energia gerada para compensação financeira, sendo este percentual distribuído conforme Lei 7.990 de 1980 e Lei 9.984 de 2000 e a divisão ocorre de acordo com o abaixo:

O percentual de 0,75% conforme determina a Lei 9.984 de 2000 que vai para o MMA (Política Nacional de Recursos Hídricos), do montante final do percentual de 6% conforme determina a Lei 3.7.990 de 1980 a divisão dos recursos financeiros se estabelece em:

- MMA – (3%)
- MME – (3%)
- FNDCT – (4%)
- ESTADOS – (45%)
- MUNICÍPIOS – (45%)

Outro item importante neste contexto é o incremento durante o período de construção no ISSQN nos municípios, através da circulação de materiais de construção e outros bens de comércio e serviços necessários à implantação e a realização dos empreendimentos em lide.

Resultados pretendidos: Inserção de condições de segurança no fornecimento de energia elétrica para o desenvolvimento da região.

Alinhamento Estratégico: Dotar os municípios do CODEMAU com infraestrutura (asfáltica, ferroviária, energia elétrica, saneamento básico, internet, telefonia, aeroporto regional) adequada para fomentar e promover o desenvolvimento local e regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Auxílio na solução de questões relacionadas a liberação para execução das obras de interesse regional

Meta: Inserção de estruturas de geração de energia elétrica

Custo: 116.027.560,98 (deverá ser atualizado)

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Investimentos da iniciativa privada: Sociedades de Fins Específicos com aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Técnicos das Secretarias Municipais de Coordenação e Planejamento dos Municípios de inserção dos empreendimentos.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Estadual de Minas e Energia; Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social; Municípios da região e AMZOP.

Organizações parceiras: Estado do Rio Grande do Sul; Municípios da região e AMZOP; Universidades; Cooperativas.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Investimento da iniciativa privada

Elaboração de Projeto Executivo: Encontra-se com projetos executivos aprovados junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (PCHs Aparecida e Jacinto), os outros três encontram-se com inventário aprovado junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Desapropriação: Fazem parte dos planos de execução do empreendimento.

Licença Ambiental: Deverão ser verificados os trâmites necessários para aclarar e ajustar os detalhes quanto aos procedimentos ambientais.

Licitação: Investimento da iniciativa privada.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: 116.027.560,98 (deverá ser atualizado)

Fontes de recursos: Investimento da iniciativa privada

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Os projetos fazem parte do Plano Decenal de Energia Elétrica da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, inclusive em dois casos com energia a ser produzida já leiloada em evento proporcionado por esta autarquia federal (PCHs Aparecida e Jacinto).

Investimentos: 116.027.560,98 (deverá ser atualizado)

Despesas Correntes: Depois de conclusas deverão ocorrer às manutenções preventivas nas estruturas (Sinalização, Iluminação, Ajardinamento, Tratamento de Patologias do concreto, etc....) e operação propriamente dito das Pequenas Centrais Hidroelétricas.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Investimento da iniciativa privada com cronogramas aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

PRIORIDADE 08

Projeto nº 25

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implantação e Operação De Pequenas Centrais Hidroelétricas Na Calha Do Rio Da Várzea: PCH Rodeio Bonito com Potencial de 24,100 MWs;
Localização: Corede Médio Alto Uruguai- Codemau PCH Rodeio Bonito: Estrutura de Barramento na Calha do Rio da Várzea / Coordenada UTM: ESTE: 286340.80 m / NORTE: 6961431.75 m
Valor total estimado dos projetos: PCH Rodeio Bonito: R\$ 158.707.317,07 (deverá ser atualizado)
Duração do projeto: Vinte e quatro (24) meses
Responsável pela implementação: Cooperativas e Consórcios, com investimentos da iniciativa privada, mas, de interesse da comunidade regional; Acompanhamento da execução: COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai – CODEMAU
Escopo: Construção e implantação de Pequenas Centrais Hidroelétricas com capacidade de geração de energia para distribuição na região.
Responsável: Sociedades de Fins Específicos com aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, AMZOP e Codemau.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Nesta demanda tem-se como primordial a participação dos entes públicos, visto o montante financeiro a ser inserido nas obras previstas, que deverão gerar frente de trabalho e valores circulantes nas economias locais justamente em momento de crise financeira do estado e sem necessidade de investimentos financeiros dos entes públicos.
Justificativa: Tendo em vista a necessidade de esclarecimento de informações e ajustes dos projetos as realidades da composição legislativa atualmente em vigor, de extrema importância à participação dos entes públicos envolvidos na resolução dos impasses que objetam óbices aos empreendimentos.
Beneficiários: Ter-se-á o incremento da capacidade de geração elétrica na região de inserção dos empreendimentos, momento em que destacamos alguns pontos julgados oportunos pela equipe que elaborou o presente documento, quais sejam: No meio socioeconômico, está sendo considerada as áreas sujeitas aos efeitos das obras, a serem adicionadas as edificações, nos territórios dos municípios, nos quais está prevista a mobilização de mão de obra interna para execução do proposto para os locais. Além do vasto canteiro de obras durante o período de operação destes empreendimentos hidroelétricos ocorrem o incremento de energia limpa e livre de resíduos no sistema elétrico regional, além de outros postos de trabalho necessários a execução e manutenção da operação desta modalidade de empreendimento. Pode ser aqui destacado também a divisão dos impostos advindos da geração de energia aos quais, se prevê de acordo com o Decreto Federal 3.739 de 2001, ao qual destina 6,75% da energia gerada para compensação financeira, sendo este percentual distribuído conforme Lei 7.990 de 1980 e Lei 9.984 de 2000 e a divisão ocorre de acordo com o abaixo: O percentual de 0,75% conforme determina a Lei 9.984 de 2000 que vai para o MMA (Política Nacional de Recursos Hídricos), do montante final do percentual de 6% conforme determina a Lei 3.7.990 de 1980 a divisão dos recursos financeiros se estabelece em:
<ul style="list-style-type: none"> • MMA – (3%) • MME – (3%) • FNDCT – (4%) • ESTADOS – (45%) • MUNICÍPIOS – (45%)

Outro item importante neste contexto é o incremento durante o período de construção no ISSQN nos municípios, através da circulação de materiais de construção e outros bens de comércio e serviços necessários à implantação e a realização dos empreendimentos em lide.

Resultados pretendidos: Inserção de condições de segurança no fornecimento de energia elétrica para o desenvolvimento da região.

Alinhamento Estratégico: Dotar os municípios do CODEMAU com infraestrutura (asfáltica, ferroviária, energia elétrica, saneamento básico, internet, telefonia, aeroporto regional) adequada para fomentar e promover o desenvolvimento local e regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Auxílio na solução de questões relacionadas a liberação para execução das obras de interesse regional

Meta: Inserção de estruturas de geração de energia elétrica

Custo: 158.707.317,07 (deverá ser atualizado)

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Investimentos da iniciativa privada: Sociedades de Fins Específicos com aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
Técnicos das Secretarias Municipais de Coordenação e Planejamento dos Municípios de inserção dos empreendimentos.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Estadual de Minas e Energia; Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social; Municípios da região e AMZOP.

Organizações parceiras: Estado do Rio Grande do Sul; Municípios da região e AMZOP; Universidades; Cooperativas

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Investimento da iniciativa privada

Elaboração de Projeto Executivo: Empreendimentos encontra-se com projetos executivos aprovados junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (PCHs Aparecida e Jacinto), os outros três encontram-se com inventário aprovado junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Desapropriação: Fazem parte dos planos de execução do empreendimento.

Licença Ambiental: Deverão ser verificados os trâmites necessários para aclarar e ajustar os detalhes quanto aos procedimentos ambientais.

Licitação: Investimento da iniciativa privada.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 158.707.317,07 (deverá ser atualizado)

Fontes de recursos: Investimento da iniciativa privada.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Os projetos fazem parte do Plano Decenal de Energia Elétrica da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, inclusive em dois casos com energia a ser produzida já leiloadada em evento proporcionado por esta autarquia federal (PCHs Aparecida e Jacinto).

Investimentos: R\$ 158.707.317,07 (deverá ser atualizado)

Despesas Correntes: Depois de conclusas deverão ocorrer às manutenções preventivas nas estruturas (Sinalização, Iluminação, Ajardinamento, Tratamento de Patologias do concreto, etc....) e operação propriamente dito das Pequenas Centrais Hidroelétricas.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Investimento da iniciativa privada com cronogramas aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

PRIORIDADE 09**Projeto nº 26****1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

Título: Implantação e Operação De Pequenas Centrais Hidroelétricas Na Calha Do Rio Da Várzea: PCH São Miguel com Potencial de 25,600 MWs;

Localização: Corede Médio Alto Uruguai- Codemau

PCH São Miguel: Estrutura de Barramento na Calha do Rio da Várzea / Coordenada UTM: ESTE: 281931.37 m / NORTE: 6967468.12 m.

Valor total estimado dos projetos: PCH São Miguel: R\$ 168.585.365,85 (deverá ser atualizado)

Duração do projeto: Vinte e quatro (24) meses

Responsável pela implementação: Cooperativas e Consórcios, com investimentos da iniciativa privada, mas, de interesse da comunidade regional;
Acompanhamento da execução: COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai – CODEMAU

Escopo: Construção e implantação de Pequenas Centrais Hidroelétricas com capacidade de geração de energia para distribuição na região.

Responsável: Sociedades de Fins Específicos com aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, AMZOP e Codemau.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Nesta demanda tem-se como primordial a participação dos entes públicos, visto o montante financeiro a ser inserido nas obras previstas, que deverão gerar frente de trabalho e valores circulantes nas economias locais justamente em momento de crise financeira do estado e sem necessidade de investimentos financeiros dos entes públicos.

Justificativa: Tendo em vista a necessidade de esclarecimento de informações e ajustes dos projetos as realidades da composição legislativa atualmente em vigor, de extrema importância à participação dos entes públicos envolvidos na resolução dos impasses que objetam óbices aos empreendimentos.

Beneficiários: Ter-se-á o incremento da capacidade de geração elétrica na região de inserção dos empreendimentos, momento em que destacamos alguns pontos julgados oportunos pela equipe que elaborou o presente documento, quais sejam:

No meio socioeconômico, está sendo considerada as áreas sujeitas aos efeitos das obras, a serem adicionadas as edificações, nos territórios dos municípios, nos quais está prevista a mobilização de mão de obra interna para execução do proposto para os locais.

Além do vasto canteiro de obras durante o período de operação destes empreendimentos hidroelétricos ocorrem o incremento de energia limpa e livre de resíduos no sistema elétrico regional, além de outros postos de trabalho necessários a execução e manutenção da operação desta modalidade de empreendimento.

Pode ser aqui destacado também a divisão dos impostos advindos da geração de energia aos quais, se prevê de acordo com o Decreto Federal 3.739 de 2001, ao qual destina 6,75% da energia gerada para compensação financeira, sendo este percentual distribuído conforme Lei 7.990 de 1980 e Lei 9.984 de 2000 e a divisão ocorre de acordo com o abaixo:

O percentual de 0,75% conforme determina a Lei 9.984 de 2000 que vai para o MMA (Política Nacional de Recursos Hídricos), do montante final do percentual de 6% conforme determina a Lei 3.7.990 de 1980 a divisão dos recursos financeiros se estabelece em:

- MMA – (3%)
- MME – (3%)

- FNDCT – (4%)
- ESTADOS – (45%)
- MUNICÍPIOS – (45%)

Outro item importante neste contexto é o incremento durante o período de construção no ISSQN nos municípios, através da circulação de materiais de construção e outros bens de comércio e serviços necessários à implantação e a realização dos empreendimentos em lide.

Resultados pretendidos: Inserção de condições de segurança no fornecimento de energia elétrica para o desenvolvimento da região.

Alinhamento Estratégico: Dotar os municípios do CODEMAU com infraestrutura (asfáltica, ferroviária, energia elétrica, saneamento básico, internet, telefonia, aeroporto regional) adequada para fomentar e promover o desenvolvimento local e regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Auxílio na solução de questões relacionadas a liberação para execução das obras de interesse regional

Meta: Inserção de estruturas de geração de energia elétrica

Custo: R\$ 168.585.365,85 (deverá ser atualizado)

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Investimentos da iniciativa privada: Sociedades de Fins Específicos com aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Técnicos das Secretarias Municipais de Coordenação e Planejamento dos Municípios de inserção dos empreendimentos.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Estadual de Minas e Energia; Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social; Municípios da região e AMZOP.

Organizações parceiras: Estado do Rio Grande do Sul; Municípios da região e AMZOP; Universidades; Cooperativas

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Investimento da iniciativa privada

Elaboração de Projeto Executivo: Empreendimento encontra-se com projetos executivos aprovados junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (PCHs Aparecida e Jacinto), os outros três encontram-se com inventário aprovado junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Desapropriação: Fazem parte dos planos de execução do empreendimento.

Licença Ambiental: Deverão ser verificados os trâmites necessários para aclarar e ajustar os detalhes quanto aos procedimentos ambientais.

Licitação: Investimento da iniciativa privada.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 168.585.365,85 (deverá ser atualizado)

Fontes de recursos: Investimento da iniciativa privada.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Os projetos fazem parte do Plano Decenal de Energia Elétrica da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, inclusive em dois casos com energia a ser produzida já leiloadada em evento proporcionado por esta autarquia federal (PCHs Aparecida e Jacinto).

Investimentos: R\$ 168.585.365,85 (deverá ser atualizado)

Despesas Correntes: Depois de concluídas deverão ocorrer às manutenções preventivas nas

estruturas (Sinalização, Iluminação, Ajardinamento, Tratamento de Patologias do concreto, etc....) e operação propriamente dito das Pequenas Centrais Hidroelétricas.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Investimento da iniciativa privada com cronogramas aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

PRIORIDADE 10

Projeto nº 27

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Implantação e Operação De Pequenas Centrais Hidroelétricas Na Calha Do Rio Da Várzea: PCH Duas Pontes com Potencial de 23.400 MWs.

Localização: Corede Médio Alto Uruguai- Codemau
PCH Duas Pontes: Estrutura De Barramento Na Calha Do Rio Da Várzea / Coordenada UTM: ESTE: 274928.82 m / NORTE: 6976009.19 m

Valor total estimado dos projetos: PCH Duas Pontes: R\$ 154.097.560,98 (deverá ser atualizado)

Duração do projeto: Vinte e quatro (24) meses

Responsável pela implementação: Cooperativas e Consórcios, com investimentos da iniciativa privada, mas, de interesse da comunidade regional;
Acompanhamento da execução: COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai – CODEMAU

Escopo: Construção e implantação de Pequenas Centrais Hidroelétricas com capacidade de geração de energia para distribuição na região.

Responsável: Sociedades de Fins Específicos com aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, AMZOP e Codemau.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Nesta demanda tem-se como primordial a participação dos entes públicos, visto o montante financeiro a ser inserido nas obras previstas, que deverão gerar frente de trabalho e valores circulantes nas economias locais justamente em momento de crise financeira do estado e sem necessidade de investimentos financeiros dos entes públicos.

Justificativa: Tendo em vista a necessidade de esclarecimento de informações e ajustes dos projetos as realidades da composição legislativa atualmente em vigor, de extrema importância à participação dos entes públicos envolvidos na resolução dos impasses que objetam óbices aos empreendimentos.

Beneficiários: Ter-se-á o incremento da capacidade de geração elétrica na região de inserção dos empreendimentos, momento em que destacamos alguns pontos julgados oportunos pela equipe que elaborou o presente documento, quais sejam:

No meio socioeconômico, está sendo considerada as áreas sujeitas aos efeitos das obras, a serem adicionadas as edificações, nos territórios dos municípios, nos quais está prevista a mobilização de mão de obra interna para execução do proposto para os locais.

Além do vasto canteiro de obras durante o período de operação destes empreendimentos hidroelétricos ocorrem o incremento de energia limpa e livre de resíduos no sistema elétrico regional, além de outros postos de trabalho necessários a execução e manutenção da operação desta modalidade de empreendimento.

Pode ser aqui destacado também a divisão dos impostos advindos da geração de energia aos quais, se prevê de acordo com o Decreto Federal 3.739 de 2001, ao qual destina 6,75% da energia gerada para compensação financeira, sendo este percentual distribuído conforme Lei 7.990 de 1980 e Lei 9.984 de 2000 e a divisão ocorre de acordo com o abaixo:

O percentual de 0,75% conforme determina a Lei 9.984 de 2000 que vai para o MMA (Política Nacional de Recursos Hídricos), do montante final do percentual de 6% conforme determina a Lei

3.7.990 de 1980 a divisão dos recursos financeiros se estabelece em:

- MMA – (3%)
- MME – (3%)
- FNDCT – (4%)
- ESTADOS – (45%)
- MUNICÍPIOS – (45%)

Outro item importante neste contexto é o incremento durante o período de construção no ISSQN nos municípios, através da circulação de materiais de construção e outros bens de comércio e serviços necessários à implantação e a realização dos empreendimentos em lide.

Resultados pretendidos: Inserção de condições de segurança no fornecimento de energia elétrica para o desenvolvimento da região.

Alinhamento Estratégico: Dotar os municípios do CODEMAU com infraestrutura (asfáltica, ferroviária, energia elétrica, saneamento básico, internet, telefonia, aeroporto regional) adequada para fomentar e promover o desenvolvimento local e regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Auxílio na solução de questões relacionadas a liberação para execução das obras de interesse regional

Meta: Inserção de estruturas de geração de energia elétrica

Custo: R\$ 154.097.560,98 (deverá ser atualizado)

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Investimentos da iniciativa privada: Sociedades de Fins Específicos com aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Técnicos das Secretarias Municipais de Coordenação e Planejamento dos Municípios de inserção dos empreendimentos.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Estadual de Minas e Energia; Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social; Municípios envolvidos da região e AMZOP.

Organizações parceiras: Estado do Rio Grande do Sul; Municípios da região e AMZOP; Universidades; Cooperativas

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Investimento da iniciativa privada

Elaboração de Projeto Executivo: Empreendimentos encontram-se com projetos executivos aprovados junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (PCHs Aparecida e Jacinto), os outros três encontram-se com inventário aprovado junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Desapropriação: Fazem parte dos planos de execução do empreendimento.

Licença Ambiental: Deverão ser verificados os trâmites necessários para aclarar e ajustar os detalhes quanto aos procedimentos ambientais.

Licitação: Investimento da iniciativa privada.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 154.097.560,98 (deverá ser atualizado)

Fontes de recursos: Investimento da iniciativa privada.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Os projetos fazem parte do Plano Decenal de Energia Elétrica da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, inclusive em dois casos com energia a ser produzida já leiloada em evento proporcionado por esta autarquia federal (PCHs Aparecida e Jacinto).
Investimentos: R\$ 154.097.560,98 (deverá ser atualizado)
Despesas Correntes: Depois de concluídas deverão ocorrer às manutenções preventivas nas estruturas (Sinalização, Iluminação, Ajardinamento, Tratamento de Patologias do concreto, etc....) e operação propriamente dito das Pequenas Centrais Hidroelétricas.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Investimento da iniciativa privada com cronogramas aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

PRIORIDADE 11**PROJETO Nº 28**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implantação e Operação de Pequenas Centrais Hidroelétricas na Calha Do Rio Guarita, PCH Guarita B (Edelweiss) com Potencial de 4,210 MWs;
Localização: PCH Guarita B (Edelweiss): Estrutura De Barramento Na Calha Do Rio Guarita / Coordenada UTM: ESTE: 245187.92 m / NORTE: 6945604.94 m
Valor total estimado dos projetos: PCH Guarita B (Edelweiss): R\$ 27.724.390,24 (deverá ser atualizado)
Duração do projeto: Vinte e quatro (24) meses
Responsável pela implementação: Cooperativas e Consórcios, com investimentos da iniciativa privada, mas, de interesse da comunidade regional; Acompanhamento da execução: COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai – CODEMAU
Escopo: Construção e implantação de Pequenas Centrais Hidroelétricas com capacidade de geração de energia para distribuição na região.
Responsável: Sociedades de Fins Específicos com aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, AMZOP e Codemau.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Nesta demanda tem-se como primordial a participação dos entes públicos, visto o montante financeiro a ser inserido nas obras previstas, que deverão gerar frente de trabalho e valores circulantes nas economias locais justamente em momento de crise financeira do estado e sem necessidade de investimentos financeiros dos entes públicos.
Justificativa: Tendo em vista a necessidade de esclarecimento de informações e ajustes dos projetos as realidades da composição legislativa atualmente em vigor, de extrema importância à participação dos entes públicos envolvidos na resolução dos impasses que objetam óbices aos empreendimentos.
Beneficiários: Ter-se-á o incremento da capacidade de geração elétrica na região de inserção dos empreendimentos, momento em que destacamos alguns pontos julgados oportunos pela equipe que elaborou o presente documento, quais sejam: No meio socioeconômico, está sendo considerada a área sujeita aos efeitos das obras, a serem adicionadas as edificações, nos territórios dos municípios, nos quais está prevista a mobilização de mão de obra interna para execução do proposto para os locais. Além do vasto canteiro de obras durante o período de operação destes empreendimentos hidroelétricos ocorrem o incremento de energia limpa e livre de resíduos no sistema elétrico regional, além de outros postos de trabalho necessários a execução e manutenção da operação desta modalidade de empreendimento. Pode ser aqui destacado também a divisão dos impostos advindos da geração de energia aos

quais, se prevê de acordo com o Decreto Federal 3.739 de 2001, ao qual destina 6,75% da energia gerada para compensação financeira, sendo este percentual distribuído conforme Lei 7.990 de 1980 e Lei 9.984 de 2000 e a divisão ocorre de acordo com o abaixo:

O percentual de 0,75% conforme determina a Lei 9.984 de 2000 que vai para o MMA (Política Nacional de Recursos Hídricos), do montante final do percentual de 6% conforme determina a Lei 3.7.990 de 1980 a divisão dos recursos financeiros se estabelece em:

- MMA – (3%)
- MME – (3%)
- FNDCT – (4%)
- ESTADOS – (45%)
- MUNICÍPIOS – (45%)

Outro item importante neste contexto é o incremento durante o período de construção no ISSQN nos municípios, através da circulação de materiais de construção e outros bens de comércio e serviços necessários à implantação e a realização dos empreendimentos em lide.

Resultados pretendidos: Inserção de condições de segurança no fornecimento de energia elétrica para o desenvolvimento da região.

Alinhamento Estratégico: Dotar os municípios do CODEMAU com infraestrutura (asfáltica, ferroviária, energia elétrica, saneamento básico, internet, telefonia, aeroporto regional) adequada para fomentar e promover o desenvolvimento local e regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Auxílio na solução de questões relacionadas a liberação para execução das obras de interesse regional

Meta: Inserção de estruturas de geração de energia elétrica

Custo: R\$ 27.724.390,24 (deverá ser atualizado)

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Investimentos da iniciativa privada: Sociedades de Fins Específicos com aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Técnicos das Secretarias Municipais de Coordenação e Planejamento dos Municípios de inserção dos empreendimentos.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Estadual de Minas e Energia; Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social; Municípios envolvidos da região e AMZOP.

Organizações parceiras: Estado do Rio Grande do Sul; Municípios da região e AMZOP; Universidades; Cooperativas

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Investimento da iniciativa privada

Elaboração de Projeto Executivo: Os empreendimentos encontram-se com projetos executivos aprovados junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Desapropriação: Fazem parte dos planos de execução do empreendimento.

Licença Ambiental: Deverão ser verificados os trâmites necessários para aclarar e ajustar os detalhes quanto aos procedimentos ambientais.

Licitação: Investimento da iniciativa privada

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 27.724.390,24 (deverá ser atualizado)
Fontes de recursos: Investimento da iniciativa privada
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Os projetos fazem parte do Plano Decenal de Energia Elétrica da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
Investimentos: R\$ 27.724.390,24 (deverá ser atualizado)
Despesas Correntes: Depois de concluídas deverão ocorrer às manutenções preventivas nas estruturas (Sinalização, Iluminação, Ajardinamento, Tratamento de Patologias do concreto, etc....) e operação propriamente dito das Pequenas Centrais Hidroelétricas.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Investimento da iniciativa privada com cronograma aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

PRIORIDADE 12**Projeto Nº 29**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implantação e Operação de Pequenas Centrais Hidroelétricas na Calha Do Rio Guarita, PCH Bico de Pato com Potencial de 5,650 MWs;
Localização: PCH Bico de Pato: Estrutura de Barramento da Calha do Rio Guarita / Coordenada UTM: ESTE: 245898.04 m / NORTE: 6949960.32 m
Valor total estimado dos projetos: PCH Bico de Pato: R\$ 37.207.317,07 (deverá ser atualizado)
Duração do projeto: Vinte e quatro (24) meses
Responsável pela implementação: Cooperativas e Consórcios, com investimentos da iniciativa privada, mas, de interesse da comunidade regional; Acompanhamento da execução: COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai – CODEMAU
Escopo: Construção e implantação de Pequenas Centrais Hidroelétricas com capacidade de geração de energia para distribuição na região.
Responsável: Sociedades de Fins Específicos com aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, AMZOP e Codemau.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Nesta demanda tem-se como primordial a participação dos entes públicos, visto o montante financeiro a ser inserido nas obras previstas, que deverão gerar frente de trabalho e valores circulantes nas economias locais justamente em momento de crise financeira do estado e sem necessidade de investimentos financeiros dos entes públicos.
Justificativa: Tendo em vista a necessidade de esclarecimento de informações e ajustes dos projetos as realidades da composição legislativa atualmente em vigor, de extrema importância à participação dos entes públicos envolvidos na resolução dos impasses que objetam óbices aos empreendimentos.
Beneficiários: Ter-se-á o incremento da capacidade de geração elétrica na região de inserção dos empreendimentos, momento em que destacamos alguns pontos julgados oportunos pela equipe que elaborou o presente documento, quais sejam: No meio socioeconômico, está sendo considerada a área sujeita aos efeitos das obras, a serem adicionadas as edificações, nos territórios dos municípios, nos quais está prevista a mobilização de mão de obra interna para execução do proposto para os locais.

Além do vasto canteiro de obras durante o período de operação destes empreendimentos hidroelétricos ocorrem o incremento de energia limpa e livre de resíduos no sistema elétrico regional, além de outros postos de trabalho necessários a execução e manutenção da operação desta modalidade de empreendimento.

Pode ser aqui destacado também a divisão dos impostos advindos da geração de energia aos quais, se prevê de acordo com o Decreto Federal 3.739 de 2001, ao qual destina 6,75% da energia gerada para compensação financeira, sendo este percentual distribuído conforme Lei 7.990 de 1980 e Lei 9.984 de 2000 e a divisão ocorre de acordo com o abaixo:

O percentual de 0,75% conforme determina a Lei 9.984 de 2000 que vai para o MMA (Política Nacional de Recursos Hídricos), do montante final do percentual de 6% conforme determina a Lei 3.7.990 de 1980 a divisão dos recursos financeiros se estabelece em:

- MMA – (3%)
- MME – (3%)
- FNDCT – (4%)
- ESTADOS – (45%)
- MUNICÍPIOS – (45%)

Outro item importante neste contexto é o incremento durante o período de construção no ISSQN nos municípios, através da circulação de materiais de construção e outros bens de comércio e serviços necessários à implantação e a realização dos empreendimentos em lide.

Resultados pretendidos: Inserção de condições de segurança no fornecimento de energia elétrica para o desenvolvimento da região.

Alinhamento Estratégico: Dotar os municípios do CODEMAU com infraestrutura (asfáltica, ferroviária, energia elétrica, saneamento básico, internet, telefonia, aeroporto regional) adequada para fomentar e promover o desenvolvimento local e regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Auxílio na solução de questões relacionadas a liberação para execução das obras de interesse regional

Meta: Inserção de estruturas de geração de energia elétrica

Custo: R\$ 37.207.317,07 (deverá ser atualizado)

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Investimentos da iniciativa privada: Sociedades de Fins Específicos com aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Técnicos das Secretarias Municipais de Coordenação e Planejamento dos Municípios de inserção dos empreendimentos.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Estadual de Minas e Energia; Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social; Municípios envolvidos da região e AMZOP.

Organizações parceiras: Estado do Rio Grande do Sul; Municípios da região e AMZOP; Universidades; Cooperativas

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Investimento da iniciativa privada
Elaboração de Projeto Executivo: Os empreendimentos encontram-se com projetos executivos aprovados junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
Desapropriação: Fazem parte dos planos de execução do empreendimento.
Licença Ambiental: Deverão ser verificados os trâmites necessários para aclarar e ajustar os detalhes quanto aos procedimentos ambientais.
Licitação: Investimento da iniciativa privada

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 37.207.317,07 (deverá ser atualizado)
Fontes de recursos: Investimento da iniciativa privada
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Os projetos fazem parte do Plano Decenal de Energia Elétrica da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
Investimentos: R\$ 37.207.317,07 (deverá ser atualizado)
Despesas Correntes: Depois de concluídas deverão ocorrer às manutenções preventivas nas estruturas (Sinalização, Iluminação, Ajardinamento, Tratamento de Patologias do concreto, etc....) e operação propriamente dito das Pequenas Centrais Hidroelétricas.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Investimento da iniciativa privada com cronograma aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

PRIORIDADE 13**Projeto Nº 30**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implantação e Operação de Pequenas Centrais Hidroelétricas na Calha Do Rio Guarita, CGH Das Cabras com Potencial de 1.000 MW;
Localização: CGH Das Cabras: Estrutura de Barramento na Calha do Rio Guarita / Coordenada UTM: ESTE: 246189.48 M / NORTE: 6951488.91 M
Valor total estimado dos projetos: CGH Das Cabras: R\$ 6.585.365,85 (deverá ser atualizado)
Duração do projeto: Vinte e quatro (24) meses
Responsável pela implementação: Cooperativas e Consórcios, com investimentos da iniciativa privada, mas, de interesse da comunidade regional; Acompanhamento da execução: COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai – CODEMAU
Escopo: Construção e implantação de Pequenas Centrais Hidroelétricas com capacidade de geração de energia para distribuição na região.
Responsável: Sociedades de Fins Específicos com aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, AMZOP e Codemau.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Nesta demanda tem-se como primordial a participação dos entes públicos, visto o montante financeiro a ser inserido nas obras previstas, que deverão gerar frente de trabalho e valores circulantes nas economias locais justamente em momento de crise financeira do estado e sem necessidade de investimentos financeiros dos entes públicos.
Justificativa: Tendo em vista a necessidade de esclarecimento de informações e ajustes dos projetos as realidades da composição legislativa atualmente em vigor, de extrema importância à participação dos entes públicos envolvidos na resolução dos impasses que objetam óbices aos empreendimentos.

Beneficiários: Ter-se-á o incremento da capacidade de geração elétrica na região de inserção dos empreendimentos, momento em que destacamos alguns pontos julgados oportunos pela equipe que elaborou o presente documento, quais sejam:

No meio socioeconômico, está sendo considerada a área sujeita aos efeitos das obras, a serem adicionadas as edificações, nos territórios dos municípios, nos quais está prevista a mobilização de mão de obra interna para execução do proposto para os locais.

Além do vasto canteiro de obras durante o período de operação destes empreendimentos hidroelétricos ocorrem o incremento de energia limpa e livre de resíduos no sistema elétrico regional, além de outros postos de trabalho necessários a execução e manutenção da operação desta modalidade de empreendimento.

Pode ser aqui destacado também a divisão dos impostos advindos da geração de energia aos quais, se prevê de acordo com o Decreto Federal 3.739 de 2001, ao qual destina 6,75% da energia gerada para compensação financeira, sendo este percentual distribuído conforme Lei 7.990 de 1980 e Lei 9.984 de 2000 e a divisão ocorre de acordo com o abaixo:

O percentual de 0,75% conforme determina a Lei 9.984 de 2000 que vai para o MMA (Política Nacional de Recursos Hídricos), do montante final do percentual de 6% conforme determina a Lei 3.7.990 de 1980 a divisão dos recursos financeiros se estabelece em:

- MMA – (3%)
- MME – (3%)
- FNDCT – (4%)
- ESTADOS – (45%)
- MUNICÍPIOS – (45%)

Outro item importante neste contexto é o incremento durante o período de construção no ISSQN nos municípios, através da circulação de materiais de construção e outros bens de comércio e serviços necessários à implantação e a realização dos empreendimentos em lide.

Resultados pretendidos: Inserção de condições de segurança no fornecimento de energia elétrica para o desenvolvimento da região.

Alinhamento Estratégico: Dotar os municípios do CODEMAU com infraestrutura (asfáltica, ferroviária, energia elétrica, saneamento básico, internet, telefonia, aeroporto regional) adequada para fomentar e promover o desenvolvimento local e regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Auxílio na solução de questões relacionadas a liberação para execução das obras de interesse regional

Meta: Inserção de estruturas de geração de energia elétrica

Custo: R\$ 6.585.365,85 (deverá ser atualizado)

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Investimentos da iniciativa privada: Sociedades de Fins Específicos com aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
Técnicos das Secretarias Municipais de Coordenação e Planejamento dos Municípios de inserção

dos empreendimentos.
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Estadual de Minas e Energia; Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social; Municípios envolvidos da região e AMZOP.
Organizações parceiras: Estado do Rio Grande do Sul; Municípios da região e AMZOP; Universidades; Cooperativas

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Investimento da iniciativa privada
Elaboração de Projeto Executivo: O empreendimento encontra-se com projeto executivo aprovado junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
Desapropriação: Fazem parte dos planos de execução do empreendimento.
Licença Ambiental: Deverão ser verificados os trâmites necessários para aclarar e ajustar os detalhes quanto aos procedimentos ambientais.
Licitação: Investimento da iniciativa privada

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 6.585.365,85 (deverá ser atualizado)
Fontes de recursos: Investimento da iniciativa privada
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Os projetos fazem parte do Plano Decenal de Energia Elétrica da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
Investimentos: R\$ 6.585.365,85 (deverá ser atualizado)
Despesas Correntes: Depois de conclusas deverão ocorrer às manutenções preventivas nas estruturas (Sinalização, Iluminação, Ajardinamento, Tratamento de Patologias do concreto, etc....) e operação propriamente dito das Pequenas Centrais Hidroelétricas.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Investimento da iniciativa privada com cronograma aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

PRIORIDADE 14**PROJETO Nº 32**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa para integrar os modais de transporte à Ferrovia Norte-Sul na área de abrangência do Corede.
Localização: Corede do Médio Alto Uruguai - Codemau
Valor total estimado do projeto: R\$ 225.980.000,00
Duração do projeto: 120 Meses
Responsável pela implementação: Corede do Médio Alto Uruguai - Codemau
Escopo: Interligar os modais de transporte com a Ferrovia Norte – Sul na região.
Responsável: Prefeituras, Codemau, Cooperativas, Governo do Estado, Secretaria de Ciência e Tecnologia e Empresas do Setor.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Dotar a região do Corede com infraestrutura logística, com o foco voltado a integrar os modais de transporte com a Ferrovia Norte - Sul, proporcionando vantagens competitivas ao setor primário e aos segmentos econômicos regionais.
Justificativa: A região do Médio Alto Uruguai, conta somente com o modal de transporte rodoviário, este com estradas em situações degradáveis e insuficientes para atender as demandas

existentes, o que dificulta em muito o escoamento da produção, e o acesso a mercados. Atualmente a principal via de utilização para os serviços de transportes e a rodovia BR 386/158, este corredor de escoamento não possui mais capacidade de fluxo de escoamento, fazendo com que os transportadores elevem os preços dos fretes e muitas vezes recusam os serviços.

As Políticas públicas existentes são deficientes e insatisfatórios, que por vezes não atendem as necessidades de manutenção dos trechos dessa região, voltadas a uma infraestrutura mínima viária.

Neste aspecto estamos buscando apoio financeiro e tecnológico para proporcionar a interligação entre os modais existente com a Ferrovia Norte – Sul que possui seu traçado passando pelo município de Nonoai, possibilitando aos empreendedores da região, melhorar a gestão dos processos produtivos, competitividade e rentabilidade.

Justificamos a relevância no desenvolvimento deste projeto através de ações de caráter estratégico, integrando todas as regiões dos municípios, ofertando maior infraestrutura, possibilitando assim, melhorar a qualidade de vida da população, demonstrado pelos indicadores econômicos, sociais e culturais.

Beneficiários: Agricultores, empresários e demais pessoas residentes na região do Codemau. Total de aproximadamente 155 mil pessoas.

Resultados pretendidos: melhoria no escoamento da produção, agregação de valor, descongestionamento das rodovias, criação de novos postos de trabalho, maior e melhor oferta na qualidade dos produtos e serviços prestados, competitividade, crescimento econômico e da arrecadação na região.

Alinhamento Estratégico: Dotar os municípios do CODEMAU com infraestrutura (asfáltica, ferroviária, energia elétrica, saneamento básico, internet, telefonia, aeroporto regional) adequada para fomentar e promover o desenvolvimento local e regional.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: implantação de ferrovia com aproximadamente 140 km de extensão para interligar as atividades de transporte ferroviário.

Meta: Colocar em atividade o transporte ferroviário na região do Corede.

Custo: R\$ 210.000.000,00

Prazo: 120 meses

Produto 2: Instalação de um Porto Seco para utilização dos procedimentos de transbordo de cargas, na região.

Meta: Interligação do modal rodoviário com o ferroviário para toda a região do Codemau.

Custo: R\$ 15.980.000,00

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Membros do Ministério dos Transportes, do Codemau e Técnicos envolvidos do setor na região.

Órgãos Públicos Envolvidos: VALEC, ANTT, DNIT, Ministério dos Transportes, Governo do Estado e Prefeituras.

Organizações parceiras: Sindicatos, Emater, Cooperativas, AMZOP, ACVERMAU, Universidades, Empresas do Setor.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Ministério dos Transportes.

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 225.980.000,00
Fontes de recursos: Públicos e Privados
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Não
Despesas Correntes: R\$ 225.980.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: inclusas no total de cada produto.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO																				
Produtos	Período(semestres)																			
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Produto 1	x	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 2	x	x	x	x																

26.3 ESTRATÉGIA 3 - Promover capacitação e qualificação continuada

A educação é a base da sociedade e a capacitação e qualificação dos agentes que atuam neste importante segmento social é fundamental. A proposição e execução de projetos e a criação de programas visando a formação continuada de docentes e gestores educacionais é uma forma de melhorar a educação em todos os segmentos.

Capacitar e qualificar os agentes educacionais engloba ações que alcancem gestores públicos através da Secretaria de Educação, Conselheiros Municipais da Educação, gestores de escolas, professores e prestadores de serviços ligados à educação em nível municipal e estadual.

PRIORIDADE 01

PROJETO Nº 74

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de formação continuada para a humanização dos sujeitos da educação escolar básica: perspectivas sociais e culturais
Localização: COREDE Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 389.500,00 (trezentos e oitenta e nove mil e quinhentos reais)
Duração do projeto: 12 meses.
Responsáveis pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai
Escopo: A formação continuada destinada a conselheiros Municipais de Educação, conselheiros Tutelares e membros do CONDICA será realizada por meio de Fórum com vistas à atualização constante nas áreas do conhecimento e /ou nas funções específicas. A formação continuada de gestores, professores e profissionais escolares da educação básica será realizada a partir de palestras, cursos, seminários e oficinas para subsidiar o seu fazer profissional.
Responsável: Direção do CODEMAU e Instituições Parceiras

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Oportunizar formação continuada a profissionais envolvidos com a educação escolar básica tendo em vista a humanização dos sujeitos por meio de: Fórum para conselheiros Municipais de Educação, conselheiros Tutelares e membros do CONDICA; Formação Continuada de gestores, professores e profissionais da educação básica.
Justificativa: É função das Instituições de Educação Superior, tanto comunitárias quanto públicas, prestar serviços à comunidade regional e proporcionar qualificação e capacitação constante da sua população. A educação constitui-se como meio transformador e impulsionador do desenvolvimento da realidade nos municípios de abrangência deste COREDE. A Universidade sinaliza por meio deste projeto integrado a proposição de formação continuada para conselheiros Municipais de Educação, conselheiros Tutelares e membros do CONDICA, bem como para gestores, professores e profissionais escolares que atuam na Educação Básica tendo em vista o desenvolvimento regional, a ciência e a tecnologia caracterizada pela capacidade de conhecer, refletir e transformar a realidade regional. Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas. A sociedade brasileira é constituída por características culturais bastante diversas e a convivência entre grupos diferenciados nos planos social e cultural tem gerado situações de preconceito e discriminação, inclusive nas próprias instituições educativas. O grande desafio da Escola e da Universidade é investir na superação dessas práticas discriminatórias e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando e respeitando a trajetória particular dos diversos grupos que enriquecem a sociedade. Isso pode ser potencializado por meio de ações que fomentem o diálogo e o respeito às diferentes formas de ser e conviver, experienciando a própria cultura e formas de expressão cultural (BRASIL, 1997).

Beneficiários: Os principais beneficiários são os estudantes das escolas municipais, os profissionais das diferentes instituições educativas envolvidas, bem como, a comunidade em geral, ao ampliar características acolhedoras e de respeito à diversidade.

Resultados pretendidos:

Atualização de saberes específicos do Gestor Escolar;
 Atualização de saberes específicos e pedagógicos dos professores da Educação Básica;
 Atualização de saberes específicos para profissionais que atuam na Educação Básica;
 Atualização de saberes específicos para profissionais que atuam nos Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais de Educação e CONDICA;
 Formação cultural da população em geral, em especial, aos estudantes da rede pública de educação básica.

Alinhamento Estratégico: Promover capacitação e qualificação continuada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Atualização de saberes específicos para profissionais que atuam nos Conselhos municipais de Educação, conselhos tutelares e CONDICA.

Meta: Qualificação de 60h para 200 Conselheiros municipais de Educação, conselheiros tutelares membros do CONDICA.

Custo: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais - R\$ 325,00 por participante)

Prazo: 12 meses.

Produto 2: Criação e um Fórum para debater ações na Educação Infantil

Meta: Qualificação de 20h para 200 conselheiros municipais de Educação, conselheiros tutelares e membros do CONDICA.

Custo: R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais - R\$ 220,00 por participante).

Prazo: 12 meses.

Produto 3: Atualização de saberes específicos e pedagógicos dos professores da Educação Básica.

Meta: Qualificação de 110h para 800 professores da Educação Básica.

Custo: R\$ 176.000,00. (Cento e setenta e seis mil reais - R\$ 220,00 por participante)

Prazo: 12 meses.

Produto 4: Atualização de saberes específicos do Gestor Escolar.

Custo: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais - R\$460,00 por participante)

Meta: Qualificação de 110 h para 50 gestores

Prazo: 12 meses.

Produto 5: Atualização de saberes específicos dos profissionais da Educação Básica.

Meta: Qualificação de 110h para 100 profissionais da educação básica.

Custo: R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais - R\$265,00 por participante)

Prazo: 12 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Equipe técnica do CODEMAU; Universidades; Secretarias Municipais de Educação; Escolas.

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Educação; Secretaria Estadual de Educação; Secretarias Municipais de Educação; Gestão Municipal.

Organizações parceiras: Universidades; Coordenadoria Regional da Educação; Secretarias Municipais de Educação.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Recursos Federais; Estaduais; Municipais.

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO	
Valor total estimado do projeto:	R\$ 389.500,00 (trezentos e oitenta e nove mil e quinhentos reais)
Fontes de recursos:	Recursos Federais; Estaduais; Municipais.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:	Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:	Sim
Investimentos:	R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
Despesas Correntes:	R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)
Produto 1:	R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)
Produto 2:	R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais)
Produto 3:	R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais)
Produto 4:	R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)
Produto 5:	R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produtos	Períodos(semestres)	
	I	II
Produto 1	x	x
Produto 2	x	x
Produto 3	x	x
Produto 4	x	x
Produto 5	x	x

PRIORIDADE 02**PROJETO Nº 76**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
Título:	Programa de formação Continuada de Gestores, professores e profissionais da Educação Básica
Localização:	Região do COREDE Médio Alto Uruguai - Universidades
Valor total estimado do projeto:	R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)
Duração do projeto:	12 meses
Responsável pela implementação:	COREDE Médio Alto Uruguai
Escopo:	formação continuada com palestras, cursos, seminários e oficinas destinado a gestores, professores e profissionais escolares da Educação Básica para subsidiar a atualização constante nas áreas do conhecimento e /ou nas funções específicas.
Responsável:	direção do CODEMAU e Instituições Parceiras

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO	
Objetivo:	Proporcionar formação continuada aos gestores, professores e profissionais da Educação Básica a fim de oportunizar a atualização de saberes específicos e pedagógicos das diferentes áreas do conhecimento que compõem o currículo em todos os níveis de ensino.
Justificativa:	A URI por ser uma Universidade Comunitária presta relevantes serviços à comunidade regional, destaca-se na área da Educação, e na qualificação e capacitação constante da sua população. Sendo a educação o meio transformador da realidade nos municípios de abrangência deste COREDE, a Universidade sinaliza enquanto atividade deste projeto integrado para este setor, a proposição de formação continuada para gestores, professores e profissionais escolares que atuam na Educação Básica, propiciando através deste o desenvolvimento regional, a ciência e a tecnologia caracterizada pela capacidade de conhecer, refletir e transformar a realidade regional.
Beneficiários:	Gestores, professores e profissionais que atuam na Educação Básica deste COREDE
Resultados pretendidos:	Atualização de saberes específicos do Gestor Escolar; Atualização de saberes específicos e pedagógicos dos professores da Educação Básica; Atualização

de saberes específicos para profissionais que atuam na Educação Básica.
Alinhamento Estratégico: Promover capacitação e qualificação continuada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Atualização de saberes específicos e pedagógicos dos professores da Educação Básica. Meta: Qualificação de 110 h para 800 professores da Educação Básica. Custo: R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais - R\$ 120,00 por participante) Prazo: 12 meses
Produto 2: Atualização de saberes específicos do Gestor Escolar. Custo: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais - R\$ 360,00 por participante) Meta: Qualificação de 110 h para 50 gestores Prazo: 12 meses
Produto 3: Atualização de saberes específicos dos profissionais da Educação Básica. Custo: R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais - R\$165,00 por participante) Meta: Qualificação de 110 h para 100 profissionais da Educação Básica Prazo: 12 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Equipe técnica do CODEMAU; Universidades; Secretarias Municipais de Educação; Escolas.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Educação; Secretaria Estadual de Educação; Secretarias Municipais de Educação; Gestão Municipal.
Organizações parceiras: Universidades; Coordenadoria Regional da Educação; Secretarias Municipais de Educação.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Recursos Federais; Estaduais; Municipais.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)
Fontes de recursos: Recursos Federais; Estaduais; Municipais.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Despesas Correntes: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais)
Produto 2: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)
Produto 3: R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produtos	Períodos(semestres)	
	I	II
Produto 1	x	x
Produto 2	x	x
Produto 3	x	x

PRIORIDADE 03

PROJETO Nº 71

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Elaborar, implantar e acompanhar um programa de capacitação integrando e envolvendo as diferentes instituições afins.
Localização: Corede do Médio Alto Uruguai - Codemau
Valor total estimado do projeto: R\$ 970.000,00
Duração do projeto: 60 Meses
Responsável pela implementação: Corede do Médio Alto Uruguai – Codemau.
Escopo: Capacitação da comunidade regional, sobre a importância do Produto Turismo para a região
Responsável: Codemau, Emater e Fórum Regional do Turismo.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Capacitar os atores envolvidos, das mais diversas áreas de atuação, para que consigam oferecer produtos e serviços de excelente qualidade, proporcionando comodidade e segurança aos turistas, favorecendo a permanência e o retorno dos visitantes à Região;
Justificativa: Políticas públicas deficientes e insatisfatórios, acabam por vezes desqualificando ou descontinuando ações propositivas voltadas ao fomento do turismo, assim este Plano Estratégico que estamos apresentando auxiliará em muito a evolução do produto turismo na Região do Codemau. Neste sentido, a preocupação com a satisfação e o encantamento proporcionado aos usuários de seus produtos e serviços, alertando para a necessidade de repensar as estratégias de desenvolvimento de modo que possam ser garantidas condições mínimas e essenciais de sustentabilidade do destino turístico. <p>Na medida em que estamos buscando o desenvolvimento integrado para a região do Médio Alto Uruguai, vemos no Turismo uma alternativa de grande importância, econômica e social, contudo a necessidade de qualificar as estruturas e os recursos humanos da região e indispensável.</p> <p>Destacamos diversas opções turísticas na região, como as pedras preciosas, a água mineral e termal, os rios, as reservas indígenas e florestais, as propriedades rurais com base na agricultura familiar, agroindústria artesanal, o artesanato, e o turismo religioso, entre outras, tudo isso contribui para um infinito número de belezas naturais, culturais e religiosas da região, e com a participação da comunidade em geral, objetivamos o progresso social, a geração de empregos e, conseqüentemente, o aumento da renda.</p> <p>Para que o desenvolvimento aconteça, precisamos agregar valor através dos produtos e serviços oferecidos, usando a inovação e a diversificação, possibilitando assim, uma maior rentabilidade para o setor produtivo. Isto associado com as potencialidades turísticas poderá fazer com que haja um crescimento e desenvolvimento regional gerando mais empregos e renda.</p> <p>Justifica-se a relevância no desenvolvimento deste projeto através de ações de caráter estratégico, integrando, num primeiro momento, os municípios com maior potencialidade turística, no contexto do desenvolvimento regional, possibilitando, assim, melhorar a qualidade de vida da população, demonstrado pelos indicadores econômicos, sociais e culturais.</p>
Beneficiários: Qualidade de vida para os usuários, geração de renda aos trabalhadores e maior faturamento aos empresários do setor. Elevação no ticket médio de compras e permanência na região, por consequência aumento nas arrecadações.
Resultados pretendidos: Aumento da passagem e permanência de pessoas na região, criação de novos postos de trabalho, maior e melhor oferta na qualidade dos serviços prestados, crescimento da arrecadação do setor de serviços na região.
Alinhamento Estratégico: Promover capacitação e qualificação continuada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
<p>Produto 1: Capacitar os trabalhadores do comércio em geral (comerciários, atendentes de postos de combustíveis, prestadores de serviços, funcionários públicos, entre outros).</p> <p>Meta: Oferecer conhecimentos e experiências aos trabalhadores, para que estes ao receber visitantes, consigam proporcionar condições de suporte e bem-estar aos turistas, fazendo com que a visita se sinta em casa.</p> <p>Custo: R\$ 480.000,00</p> <p>Prazo: 48 meses</p>
<p>Produto 2: Sensibilizar, capacitar e preparar os jovens estudantes das escolas públicas e privadas da região, para a importância da atividade turística.</p> <p>Meta: Com a participação da comunidade, promover o progresso social, a geração de empregos e, conseqüentemente, o aumento da renda.</p> <p>Custo: R\$ 210.000,00</p> <p>Prazo: 36 meses</p>
<p>Produto 3: Efetuar sensibilizações, capacitações e apoio organizativo aos agricultores familiares, estes que possui potencial de exploração do turismo rural.</p> <p>Meta: Demonstrar a importância da organização de visitas programadas, promover o turismo nas agroindústrias familiares e nas propriedades que compõem a Rota visitada.</p> <p>Custo: R\$ 180.000,00</p> <p>Prazo: 18 meses</p>
<p>Produto 4: Avaliação e acompanhamento das atividades relacionadas a qualidade do atendimento, bem como a avaliação dos produtos turísticos prestados.</p> <p>Meta: Elevar o número de visitantes e ampliar sua permanência na região.</p> <p>Custo: R\$ 100.000,00</p> <p>Prazo: 20 meses</p>

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
<p>Equipe do Projeto: Membros do Codemau, Emater, Universidades e Técnicos envolvidos do setor na região.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério, Secretaria de Turismo, Prefeituras da Região e Universidades, Escolas, ACIs, CDLs.</p>
<p>Organizações parceiras: Fórum Regional do Turismo Águas e Pedras, Sindicatos, Emater, Cooperativas, Coordenadorias de Educação, SINE.</p>

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
<p>Fonte de Financiamento: Ministérios do Turismo e Integração Nacional, Secretaria do Turismo</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Não</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: Sim</p>

6 - RECURSOS DO PROJETO
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 970.000,00</p>
<p>Fontes de recursos: Públicos e Privados</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim</p>
<p>Investimentos: Não</p>
<p>Despesas Correntes: R\$ 970.000,00</p>
<p>Investimentos e despesas correntes por produto: inclusas no total de cada produto.</p>

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produtos	Períodos(semestres)									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VII	IX	X
	Produto 1	x	x	x	x	x	x	x	x	
Produto 2	x	x	x	x	x	x				
Produto 3			x	x	x					
Produto 4						x	x	x	x	x

PRIORIDADE 04**PROJETO Nº 77****1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO****Título:** Projeto Educação Empreendedora**Localização:** COREDE Médio Alto Uruguai**Valor total estimado do projeto:** R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)**Duração do projeto:** 24 meses**Responsável pela implementação:** COREDE Médio Alto Uruguai**Escopo:** Capacitar docentes de 4ª série anos iniciais e docentes do 2º ano ensino Médio para despertar os discentes a buscar ações inovadoras e empreendedoras.**Responsável:** Direção do CODEMAU e Instituições Parceiras**2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO****Objetivo:** Oferecer metodologias e recursos tecnológicos que possibilitem aos professores do ensino fundamental e do ensino Médio de escolas municipais e estaduais, previamente aderentes (4º série e 2º ano do Médio) a realização de projetos que visem despertar em seus alunos, ações inovadoras e empreendedoras respeitando a sua base curricular.**Justificativa:** É de suma importância despertar nos discentes o interesse por ações inovadoras e empreendedoras, pois estas ações ao se concretizarem melhoram a situação econômica das pessoas porque geram riquezas para as elas. Sociedade economicamente mais forte e rica, gastam mais e contribuem para o aumento de geração de receita para o governo através da arrecadação de impostos. A OCDE (Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico) em 2008 conceituou empreendedor as pessoas que são donas do negócio e buscam criar valor por meio da expansão ou criação de alguma atividade econômica, as quais identificam e criam novos produtos, processos e mercados. Por isso o empreendedorismo não é o simples fato de abrir um negócio, mas sim criar um negócio novo, que agregue valor para o cliente, ou seja, que trará satisfação ao cliente que adquirir aquele produto ou serviço. Assim, temos a essência do empreendedorismo a criação de valor para o consumidor e no momento que se tem a criação de valor, também se tem a geração de valor econômico, porque as pessoas somente consomem aquilo que sentem ser necessário para si. (IBGE, 2013)

Diante do exposto é possível constatar que a geração de valor econômico fomenta o aumento da receita para o Estado a qual é fundamental para que este possa desenvolver e desempenhar as atividades de forma a atender os anseios da população.

Beneficiários: Algumas iniciativas vêm sendo desenvolvidas para fomentar o empreendedorismo, mas o despertar na fase inicial da educação, isto é, no ensino fundamental, no ensino Médio tendem a gerar um número maior de empreendedores preparados e motivados para desenvolverem atividades que gerarão valor para as pessoas e proporcionarão aumento renda, tornando o país mais forte economicamente.**Resultados pretendidos:** enumerar os resultados possíveis de serem alcançados no curto, médio e longo prazo.

- Valorização e aprimoramento do próprio negócio da família, pois tem como objetivo também despertar amor por negociar e manter e desenvolver a própria empresa.
- Surgimento de novas empresas inovadoras, preocupadas com a criação de valor para seus

clientes e preparadas para enfrentar as adversidades que ocorre no mercado, assim perdurando o negócio.

Alinhamento Estratégico: Promover capacitação e qualificação continuada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Desenvolver estratégias empreendedoras para que os beneficiários adquiram condições para tomada de decisões na viabilização de negócios próprios.

Meta: Capacitar os empreendedores

Custo: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)

Prazo: 12 meses

Produto 2: Criar condições para que os futuros empreendedores tenham acesso às tecnologias apropriadas, linhas de créditos e conhecimento do mercado.

Custo: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)

Meta: Inserir os empreendedores no mercado de trabalho

Prazo: 12 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Equipe do CODEMAU; Universidades; Associações Comerciais e Industriais; Sebrae/SESC/SENAC; Coordenadoria Estadual de Educação.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria Estadual de Educação; Prefeituras Municipais; Entidades públicas e privadas vinculadas ao empreendedorismo

Organizações parceiras: Universidades; Cooperativas; Associações empresariais.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Secretaria Estadual de Educação; Prefeituras Municipais; Sebrae/SESC/SENAC

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)

Fontes de recursos: - Secretaria Estadual de Educação; Prefeituras Municipais; Sebrae/SESC/SENAC.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Despesas Correntes: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)

Produto 2: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto	Período (semestres)			
	I	II	III	IV
Produto 1	x	x		
Produto 2			x	x

PRIORIDADE 05

PROJETO Nº 75

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Formação Continuada para conselheiros Municipais de Educação, conselheiros Tutelares e membros do CONDICA
Localização: COREDE Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$69.000,00 (sessenta e nove mil reais)
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai
Escopo: formação continuada com palestras, cursos, seminários e oficinas destinado a conselheiros Municipais de Educação, conselheiros Tutelares e membros do CONDICA visando a atualização constante nas áreas do conhecimento e /ou nas funções específicas.
Responsável: Direção do CODEMAU e Instituições Parceiras
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Proporcionar formação continuada a conselheiros Municipais de Educação, conselheiros Tutelares e membros do CONDICA a fim de oportunizar a atualização de saberes específicos de seus cargos e/ou funções.
Justificativa: A URI por ser uma Universidade Comunitária presta relevantes serviços à comunidade regional, destaca-se na qualificação e capacitação constante da sua população. Sendo a educação o meio transformador da realidade nos municípios de abrangência deste COREDE, a Universidade sinaliza enquanto atividade deste projeto integrado para este setor, a proposição de formação continuada para conselheiros Municipais de Educação, conselheiros Tutelares e membros do CONDICA, propiciando através deste o desenvolvimento regional, a ciência e a tecnologia caracterizada pela capacidade de conhecer, refletir e transformar a realidade regional.
Beneficiários: conselheiros Municipais de Educação, conselheiros Tutelares e membros do CONDICA
Resultados pretendidos: Atualização de saberes específicos para profissionais que atuam nestas áreas.
Alinhamento Estratégico: Promover capacitação e qualificação continuada.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Atualização de saberes específicos para profissionais que atuam nos Conselhos municipais de Educação, conselhos tutelares e CONDICA. Meta: Qualificação de 60 h para 200 Conselheiros municipais de Educação, conselheiros tutelares e membros do CONDICA. Custo: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais - R\$ 225,00 por participante) Prazo: 12 meses
Produto 2: Criação e um Fórum para debater ações na Educação Infantil Meta: Qualificação de 20 h para 200 conselheiros municipais de Educação, conselheiros tutelares e membros do CONDICA. Prazo: 12 meses Custo: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais - R\$ 120,00 por participante)
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Equipe técnica do CODEMAU; Universidades; Secretarias Municipais de Educação; Escolas.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Educação; Secretaria Estadual de Educação; Secretarias Municipais de Educação; Gestão Municipal.
Organizações parceiras: Universidades; Coordenadoria Regional da Educação; Secretarias Municipais de Educação.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO	
Fonte de Financiamento:	Recursos Federais; Estaduais; Municipais.
Elaboração de Projeto Executivo:	Sim
Desapropriação:	Não
Licença Ambiental:	Não
Licitação:	Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO	
Valor total estimado do projeto:	R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais)
Fontes de recursos:	Recursos Federais; Estaduais; Municipais.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:	Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:	Sim
Investimentos:	R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
Despesas Correntes:	R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
Investimentos e despesas correntes por produto:	
Produto 1:	R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
Produto 2:	R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO				
Produto	Período (semestres)			
	I	II	III	IV
Produto 1	x	x		
Produto 2			x	x

26.4 ESTRATÉGIA 4 - Fortalecer os hospitais referência regional, com serviços de média e alta complexidade, dotando a região com serviços públicos de qualidade para a população.

A região do CODEMAU conta com 12 hospitais, sendo que três são hospitais referência e atendem casos de baixa e média complexidade vindos de municípios da região. No entanto, casos de alta complexidade que exigem tratamentos específicos, necessitam ser levados a centros maiores.

Diante do exposto fica claro e evidente que os hospitais referência na região precisam ser fortalecidos e demandam a realização de melhorias, adequações e ampliações da estrutura física e também demandam a aquisição de equipamentos, para atender a demanda regional, não só dos municípios do CODEMAU, mas também de outros municípios da Região Funcional 9, na qual está inserido.

Além das ampliações e aquisições, é necessária a execução de projetos/programas que visem a qualificação nos serviços prestados na área da saúde, bem como na conscientização da população que, por muitas vezes demanda por serviços do SUS (consultas, exames) e não cumprem a agenda, tirando a vaga de outro paciente que poderia estar utilizando o serviço.

PRIORIDADE 01

PROJETO Nº 79

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de criação e fortalecimento de referências nos hospitais da região
Localização: Região do Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 43.600.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: 19ª CRS, gestores municipais e hospitais
Escopo: implantar melhorias na área da saúde na região do Médio Alto Uruguai, através de projetos que visem fortalecer o Sistema Único de Saúde na região por meio de uma ação conjunta entre o Governo Federal, Governo Estadual, 19ª CRS, gestores municipais de saúde e hospitais da região.
Responsável: Corede Médio Alto Uruguai.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: O projeto visa fortalecer a saúde na nossa região através da implantação do Hospital Público Regional; Fortalecimento dos hospitais da região; Implantação de serviço de oncologia e a criação de serviços e leitos de UTI no Hospital Divina Providência; Implantação dos serviços nas especialidades de cardiologia, cirurgia geral, pneumologia e oftalmologia no HDP, fortalecer e ampliar a especialidade de traumatologia no Hospital São José de Rodeio Bonito;
Justificativa: Os projetos são necessários para fins de fortalecer a saúde pública, proporcionar um melhor atendimento e cobertura dos serviços de saúde à população, para que o usuário do sistema único de saúde não precise se deslocar para outras regiões para ser atendido e/ou ter tratamento adequado nas mais diversas especialidades da saúde. O crescimento da população e o aumento da expectativa de vida mostram que cada vez mais é necessário descentralizar os serviços de saúde para atender toda a população e não polarizar especialidades de média e alta complexidade apenas para grandes centros urbanos. Além disso, o surgimento de especialidades fortalece a economia e o mercado de trabalho da região, agregando os profissionais da área de saúde que estão se formando nas universidades locais, formando assim um ciclo de união entre a saúde e a educação.
Beneficiários: população do Corede Médio Alto Uruguai e região Funcional 9.
Resultados pretendidos: melhoria dos serviços de saúde, fortalecimento econômico e social da região.
Alinhamento Estratégico: Fortalecer os hospitais referência regional, com serviços de média e alta complexidade, dotando a região com serviços públicos de qualidade para a população.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
<p>Produto 1: UTI no Hospital Divina Providência Meta: Finalizar os trâmites documentais e demais estruturas necessárias para encaminhar o pleito ao Ministério da Saúde. Custo: R\$ 1.720.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 2: Serviço de Oncologia no Hospital Divina Providência. Meta: Finalizar os trâmites documentais e demais estruturas necessárias para encaminhar o pleito ao Ministério da Saúde. Custo: R\$ 1.450.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 3: Criação das especialidades de Cardiologia, Cirurgia Geral, Pneumologia, Oftalmologia, entre outras, no Hospital Divina Providência. Meta: Buscar apoio para a concretização dos incentivos financeiros para instalação das especialidades. Custo: R\$ 2.390.000,00 Prazo: 36 meses</p>
<p>Produto 4: Implantação da UPA Meta: Finalizar os trâmites documentais e demais estruturas necessárias. Custo: R\$ 680.000,00 Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 5: Continuar na busca de recursos para implantação do HPR. Meta: Verificar junto aos responsáveis a situação do pleito e dar providências necessárias. Custo: R\$ 18.500.000,00 Prazo: 60 meses</p>
<p>Produto 6: Criação e fortalecimento do Hospital de Nonoai Meta: Estabelecimento de referência em Cirurgia Geral, Traumatologia, entre outras especialidades necessárias. - Manutenção da referência em atendimento à população indígena; - Afirmação como sede do hospital-escola da URI Erechim -para o curso de Medicina. Custo: R\$ 5.250.000,00 Prazo: 36 meses</p>
<p>Produto 7: Fortalecer a referência em Traumatologia no Hospital de Rodeio Bonito Meta: Materiais, equipamentos e incremento financeiro de incentivos ao hospital. Custo: R\$ 3.220.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 8: Fortalecer a referência em Saúde Mental Hospital Nossa Senhora Auxiliadora de Iraí. Meta: Materiais, equipamentos e incremento financeiro de incentivos ao hospital. Custo: R\$ 1.220.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 9: Fortalecer a referência em Saúde Mental Hospital São Roque em Caiçara. Meta: Materiais, equipamentos e incremento financeiro de incentivos ao hospital. Custo: R\$ 890.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 10: Fortalecer a referência em Saúde Mental Hospital Santa Terezinha de Palmitinho. Meta: Materiais, equipamentos e incremento financeiro de incentivos ao hospital. Custo: R\$ 1.290.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 11: Fortalecer a referência em Saúde Neonatal do Hospital Pio XII de Seberi Meta: Materiais, equipamentos e incremento financeiro de incentivos ao hospital. Custo: R\$ 1.290.000,00 Prazo: 24 meses.</p>

<p>Produto 12: Fortalecer a referência em Saúde do trabalhador no Hospital São Gabriel de Ametista do Sul. Meta: Materiais, equipamentos e incremento financeiro de incentivos ao hospital. Custo: R\$ 850.000,00 Prazo: 24 meses.</p>
<p>Produto 13: Fortalecer a referência em Saúde no Hospital Medianeira de Planalto. Meta: Materiais, equipamentos e incremento financeiro de incentivos ao hospital. Custo: R\$ 980.000,00 Prazo: 24 meses.</p>
<p>Produto 14: Fortalecer a referência em Saúde no Hospital de Caridade de Erval Seco. Meta: Materiais, equipamentos e incremento financeiro de incentivos ao hospital. Custo: R\$ 680.000,00 Prazo: 24 meses.</p>
<p>Produto 15: Fortalecer a referência em Saúde no Hospital Nossa Senhora de Fátima de Alpestre. Meta: Materiais, equipamentos e incremento financeiro de incentivos ao hospital. Custo: R\$ 820.000,00 Prazo: 24 meses.</p>
<p>Produto 16: Fortalecer a referência em Saúde no Hospital Santa Rosa de Lima de Trindade do Sul. Meta: Materiais, equipamentos e incremento financeiro de incentivos ao hospital. Custo: R\$ 990.000,00 Prazo: 24 meses.</p>
<p>Produto 17: Fortalecer a referência em Saúde no Hospital São Roque de Taquaruçu do Sul. Meta: Materiais, equipamentos e incremento financeiro de incentivos ao hospital. Custo: R\$ 690.000,00 Prazo: 24 meses.</p>
<p>Produto 18: Fortalecer a referência em Saúde no Hospital São Roque de Vicente Dutra. Meta: Materiais, equipamentos e incremento financeiro de incentivos ao hospital. Custo: R\$ 690.000,00 Prazo: 24 meses.</p>

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: pessoas capacitadas e responsáveis por viabilizar alguns produtos do projeto, constituindo uma equipe.

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual e Municipal da Saúde, Prefeitura, Hospitais

Organizações parceiras: Universidades

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento:

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 43.600.000,00

Fontes de recursos:

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 43.600.000,00

Despesas Correntes:

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 1.720.000,00
Produto 2: R\$ 1.450.000,00
Produto 3: R\$ 2.390.000,00
Produto 4: R\$ 680.000,00
Produto 5: R\$ 18.500.000,00
Produto 6: R\$ 5.250.000,00
Produto 7: R\$ 3.220.000,00
Produto 8:R\$ 1.220.000,00
Produto 9:R\$ 890.000,00
Produto 10:R\$ 1.290.000,00
Produto 11:R\$ 1.290.000,00
Produto 12:R\$ 850.000,00
Produto 13:R\$ 980.000,00
Produto 14:R\$ 680.000,00
Produto 15:R\$ 820.000,00
Produto 16:R\$ 990.000,00
Produto 17:R\$ 690.000,00
Produto 18:R\$ 690.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
Produtos	Períodos(semestres)									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Produto 1	x	x	x	x						
Produto 2	x	x	x	x						
Produto 3	x	x	x	x	x	x				
Produto 4	x	x								
Produto 5	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 6	x	x	x	x	x	x				
Produto 7	x	x	x	x						
Produto 8	x	x	x	x						
Produto 9	x	x	x	x						
Produto 10	x	x	x	x						
Produto 11	x	x	x	x						
Produto 12	x	x	x	x						
Produto 13	x	x	x	x						
Produto 14	x	x	x	x						
Produto 15	x	x	x	x						
Produto 16	x	x	x	x						
Produto 17	x	x	x	x						
Produto 18	x	x	x	x						

PRIORIDADE 02

PROJETO Nº 117

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de implantação de Sistemas de Tratamento de Efluentes nos Hospitais da região do Codemau.
Localização: Corede Médio Alto Uruguai – Codemau.
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.710.000,00 (três milhões setecentos e dez mil reais).
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Corede Médio Alto Uruguai.
Escopo: Efluentes hospitalares caracterizam-se como possíveis veículos de disseminação de inúmeros microrganismos patogênicos, além de apresentar grandes concentrações de

contaminantes utilizados por serviços de saúde, que são excretados pelas vias urinária e fecal de pacientes. Sendo assim, quando não tratados são importantes contaminantes dos recursos hídricos. Considerando-se a problemática dos efluentes líquidos gerados pelos serviços de saúde.

Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Implantar Sistema de Tratamentos de Efluentes nos Hospitais localizados na região do Médio Alto Uruguai.

Justificativa: Os problemas associados aos líquidos residuais gerados em centros de saúde tem sido motivo de preocupação internacional devido a um grande potencial de propagação de enfermidades e aos riscos ambientais da ausência de tratamento adequados. Estes problemas transcendem o campo técnico-sanitário e envolvem aspectos sociais, políticos e ambientais, entre outros (LA ROSA, 2000). A remoção dos poluentes no tratamento de efluentes hospitalares deve ser realizada de forma a adequar o lançamento a uma qualidade desejada ou ao padrão de qualidade vigente está associada aos conceitos de nível de tratamento e eficiência de tratamento. Os hospitais geram efluentes de diversos tipos e devem ter tratamento específico antes de dispostos no meio ambiente, assim, esses resíduos precisam ser tratados de forma diferenciada, incluindo o tratamento terciário de efluentes. Nesse sentido, ocorre através da implantação do Sistema de Efluentes à otimização dos processos naturais de decomposição de matéria orgânica por microrganismos, preservando assim, os ecossistemas naturais e conseqüentemente, a saúde da população. Portanto, o monitoramento desses efluentes, bem com seu devido tratamento se faz necessário em todos os Hospitais presentes na Região do CODEMAU, de forma a mitigar os riscos supracitados, uma vez que, a grande maioria das unidades de saúde, em especial nas regiões menos favorecidas, é desprovida do adequado manejo desses efluentes e recursos financeiros para tal implantação devido ao seu elevado custo.

Beneficiários: População aproximada de 155 mil pessoas

Resultados pretendidos: Redução de impactos ambientais, atender aos parâmetros ambientais e tratamento correto de efluentes para retorno ao meio ambiente.

Alinhamento Estratégico: Fortalecer os hospitais referência regional, com serviços de média e alta complexidade, dotando a região com serviços públicos de qualidade para a população.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Sistema aeróbio de tratamento de efluentes no Hospital Divina Providencia de Frederico Westphalen.

Meta: Implantar sistema de tratamento de efluentes para destino correto dos resíduos ao meio ambiente, e assim preservando a saúde da população.

Custo: R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais)

Prazo: 24 meses

Produto 2: Sistema aeróbio de tratamento de efluentes no Hospital São José de Rodeio Bonito.

Meta: Implantar sistema de tratamento de efluentes para destino correto dos resíduos ao meio ambiente, e assim preservando a saúde da população.

Custo: R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)

Prazo: 24 meses

Produto 3: Sistema aeróbio de tratamento de efluentes no Hospital Comunitário de Nonoai.

Meta: Implantar sistema de tratamento de efluentes para destino correto dos resíduos ao meio ambiente, e assim preservando a saúde da população.

Custo: R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)

Prazo: 24 meses

Produto 4: Sistema aeróbio de tratamento de efluentes no Hospital Santa Terezinha de Palmitinho.

Meta: Implantar sistema de tratamento de efluentes para destino correto dos resíduos ao meio ambiente, e assim preservando a saúde da população.

Custo: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Prazo: 12 meses

<p>Produto 5: Sistema aeróbio de tratamento de efluentes no Hospital Pio XII de Seberi. Meta: Implantar sistema de tratamento de efluentes para destino correto dos resíduos ao meio ambiente, e assim preservando a saúde da população. Custo: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 6: Sistema aeróbio de tratamento de efluentes no Hospital Nossa Senhora Auxiliadora de Iraí. Meta: Implantar sistema de tratamento de efluentes para destino correto dos resíduos ao meio ambiente, e assim preservando a saúde da população. Custo: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 7: Sistema aeróbio de tratamento de efluentes no Hospital São Roque de Caiçara. Meta: Implantar sistema de tratamento de efluentes para destino correto dos resíduos ao meio ambiente, e assim preservando a saúde da população. Custo: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 8: Sistema aeróbio de tratamento de efluentes no Hospital São Gabriel de Ametista do Sul. Meta: Implantar sistema de tratamento de efluentes para destino correto dos resíduos ao meio ambiente, e assim preservando a saúde da população. Custo: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 9: Sistema aeróbio de tratamento de efluentes no Hospital Santa Rosa de Lima de Trindade do Sul. Meta: Implantar sistema de tratamento de efluentes para destino correto dos resíduos ao meio ambiente, e assim preservando a saúde da população. Custo: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 10: Sistema aeróbio de tratamento de efluentes do Hospital Medianeira de Planalto. Meta: Implantar sistema de tratamento de efluentes para destino correto dos resíduos ao meio ambiente, e assim preservando a saúde da população. Custo: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 11: Sistema aeróbio de tratamento de efluentes do Hospital Nossa Senhora de Fátima de Alpestre. Meta: Implantar sistema de tratamento de efluentes para destino correto dos resíduos ao meio ambiente, e assim preservando a saúde da população. Custo: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 12: Sistema aeróbio de tratamento de efluentes do Hospital São Roque de Taquaruçu do Sul. Meta: Implantar sistema de tratamento de efluentes para destino correto dos resíduos ao meio ambiente, e assim preservando a saúde da população. Custo: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 13: Sistema aeróbio de tratamento de efluentes no Hospital de Caridade de Erval Seco. Meta: Implantar sistema de tratamento de efluentes para destino correto dos resíduos ao meio ambiente, e assim preservando a saúde da população. Custo: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 14: Sistema aeróbio de tratamento de efluentes do Hospital São Roque de Vicente Dutra. Meta: Implantar sistema de tratamento de efluentes para destino correto dos resíduos ao meio ambiente, e assim preservando a saúde da população. Custo: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) Prazo: 12 meses</p>

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Coordenadorias de Saúde, Secretarias municipais de saúde, demais profissionais do setor.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde e Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Saúde e Meio Ambiente, Prefeitura Municipal
Organizações parceiras: Universidades, Escolas Técnicas, Empresas diversas.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo Federal, Estadual e Municipal
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Não
Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO	
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.710.000,00 (três milhões setecentos e dez mil reais)	
Fontes de recursos: Ministério da Saúde, Governos estadual e municipal	
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim	
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim	
Investimentos:	
Produto 1	R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais)
Produto 2	R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)
Produto 3	R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)
Produto 4	R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
Produto 5	R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
Produto 6	R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
Produto 7	R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
Produto 8	R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
Produto 9	R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
Produto 10	R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
Produto 11	R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
Produto 12	R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
Produto 13	R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
Produto 14	R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO				
Produto	Período (semestres)			
	I	II	III	IV
Produto 1	x	x	x	x
Produto 2	x	x	x	x
Produto 3	x	x	x	x
Produto 4		x	x	
Produto 5		x	x	
Produto 6		x	x	
Produto 7		x	x	
Produto 8		x	x	
Produto 9		x	x	
Produto 10		x	x	
Produto 11		x	x	

Produto 12		x	x	
Produto 13		x	x	
Produto 14		x	x	

PRIORIDADE 03**PROJETO Nº 86**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ampliação da Estrutura Física do Hospital Divina Providência
Localização: Região Funcional ou COREDE ou municípios de incidência do projeto:
Valor total estimado do projeto: R\$ 40.250.000,00 (quarenta milhões e duzentos e cinquenta mil reais)
Duração do projeto: 72 meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguaí
Escopo: O presente projeto destina-se a elaboração e execução de cronograma de ampliação da estrutura física do Hospital Divina Providência, através do planejamento físico-financeiro para a reestruturação das unidades funcionais obedecendo às diretrizes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O referido projeto abrange 72 municípios localizados no norte/noroeste do estado do Rio Grande do Sul, pertencentes, principalmente a 15 e 19 Coordenadorias Regionais de Saúde. O Hospital Divina Providência, tem por finalidade buscar, atender e proporcionar o melhor atendimento a pacientes nas diversas áreas de atendimento profissionais, garantindo a comunidade local e regional um atendimento mais qualificado. A importância deste Hospital para a atenção à saúde de toda nossa região de abrangência é demonstrada pelo elevado número de atendimentos e procedimentos realizados e também, pelos diversos programas implementados com o objetivo de ampliar e manter a qualidade dos serviços oferecidos à nossa população. Portanto, o objetivo desse projeto é ampliar a estrutura física do hospital através da reestruturação das unidades funcionais existentes, bem como viabilizar a expansão dos serviços atualmente ofertados e a criação de novos serviços.
Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Ampliar a estrutura física do Hospital Divina Providência.
Justificativa: O Hospital Divina Providência (HDP), tem por finalidade buscar, atender e proporcionar o melhor atendimento a pacientes nas diversas áreas de atendimento profissionais, garantindo a comunidade local e regional um atendimento mais qualificado. Hoje, a instituição possui um total de 108 leitos, sob o CNES: 2228602, com média de 80% de atendimento SUS, realiza uma média de 490 internações/mês e 5.310 atendimentos de urgência/emergência por mês. Localizado no norte/noroeste do estado do Rio Grande do Sul, o Hospital Divina Providência de Frederico Westphalen pretende ampliar e reestruturar a área física já existente com o intuito de ofertar novos serviços e melhorar os já ofertados para a população local e regional. Através do planejamento arquitetônico, o referido projeto abrangerá aproximadamente 72 municípios pertencentes a 15 e 19 Coordenadorias Regionais de Saúde, buscando readequar os fluxos e acessos, setorização das unidades funcionais que desempenham papel fundamental na elaboração do projeto hospitalar, obedecendo aos critérios definidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) – RDC 50 de 21 de fevereiro de 2002 (Brasil, 2002) que dispõe sobre “o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação dos projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS)”. Assim, a viabilização do projeto apresentação justifica-se pela demanda regional em serviços especializados nas mais diversas áreas, especialmente UTI, hemodiálise, oncologia, entre outras, atualmente, o HDP possui uma área total de 6.797,76m ² , atendendo 40 municípios. Portanto, o HDP pretende através desse projeto ampliar a estrutura física já existente, para uma área total de 13.462,60 m ² com uma meta pretendida de 150 leitos, através da individualização dos acessos e fluxos; setorização dos serviços por níveis de complexidade e classificação de riscos; criar novas instalações para atendimento eletivos em regime ambulatorial de especialidades; criar novas instalações e acessos aos pacientes;

reformular as Unidades de Diagnóstico por Imagem (Raio – X, Ultrassonografia, Tomografia e Ressonância Magnética); reestruturar e ampliar as Unidades de Internação; Criar novas instalações de Centro Cirúrgico, Centro Obstétrico e Central de Material Esterilizado; Criar Unidades de Reabilitação Física, Patologia Clínica e Lactário; Criar a Unidade de Radioterapia; Criar a Unidade de Cuidados Intermediários de Neonatologia; Criar novas instalações de ensino e pesquisa com salas de aula, biblioteca e auditório; Adequar a infraestrutura predial às novas demandas (gases, medicinal, elétrica, hidráulica, climatização, efluentes, resíduos, entre outros), para que assim possamos ofertar de maneira especializada e com qualidade o número mais de pessoas que necessitam desse atendimento.

Beneficiários: aproximadamente 72 municípios abrangendo a 15ª e 19ª Coordenadorias Regionais de Saúde, cerca de 400.000 habitantes.

Resultados pretendidos: Ampliação da estrutura física do Hospital Divina Providência na busca de melhoria na qualidade dos serviços já ofertados e os que serão instalados.

Alinhamento Estratégico: Fortalecer os hospitais referência regional, com serviços de média e alta complexidade, dotando a região com serviços públicos de qualidade para a população.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Viabilização da construção de bloco novo com uma área estimada de 6.234,67 m².

Meta: Construção da área física do bloco novo, a qual abrangerá as unidades funcionais atendimento, internação apoio e diagnóstico por imagem, apoio técnico e apoio administrativo e ensino/pesquisa.

Custo: 29.400.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 2: Reformulação das unidades funcionais com uma área estimada de 6.292,06 m².

Meta: Reformar e regularizar a área física das unidades funcionais que abrangerá as unidades de internação, apoio técnico, apoio administrativo e ensino/pesquisa e apoio logístico.

Custo: R\$ 10.850.000,00

Prazo: 36 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Prefeituras, Codemau, equipe contratada pela Associação Hospitalar.

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde; Secretaria Estadual de Saúde Prefeitura Municipal.

Organizações parceiras: Universidades; Empresas; Cooperativas

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal, Estadual e Municipal

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 40.250.000,00 (quarenta milhões e duzentos e cinquenta mil reais)

Fontes de recursos: Governo Federal, Estadual e Municipal

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 40.250.000,00 (quarenta milhões e duzentos e cinquenta mil reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO												
Produto	Período (semestres)											
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
Produto 1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 04

PROJETO Nº 78

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ampliação, reforma, construção e aquisição de equipamentos para a Associação Hospitalar Comunitária e Beneficente de Nonoai.
Localização: COREDE Médio Alto Uruguai. O Hospital está localizado no município de Nonoai, porem prestando atendimentos para diversos municípios pertencentes a 11ª, 15ª e 19ª Coordenadoria Regional de Saúde, sendo referência direta para 6 municípios (Faxinalzinho, Gramados dos Loureiros, Entre Rios do Sul, Benjamim Constant do Sul, Rio dos Índios e Nonoai) e indireta para diversos municípios da região Norte do Estado.
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai
Escopo: Construção de uma nova Lavanderia Hospitalar, reforma de todas as alas SUS, maternidade e bloco cirúrgico, construção e ampliação do Laboratório e Clínica de imagem, readequação da Emergência Hospitalar e Construção de novos consultórios médicos para especialidades.
Responsável: Direção CODEMAU e entidades parceiras

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Será construída uma nova Lavanderia Hospitalar; Reformado as Alas SUS, Maternidade e Bloco Cirúrgico; Readequada a Emergência hospitalar, com reforma e ampliação; Construção de novos consultórios médicos para especialidades; Ampliação e readequação do Laboratório e serviço de Imagem; serão também adquiridos novos equipamentos para substituir os que já estão obsoletos e adquirir os que ainda não possuímos.
Justificativa: O Hospital é o único em uma região de 6 municípios, possui 94 leitos, com perspectiva de ampliação. Somos referência em Psiquiatria para o Estado, estamos localizados em uma região que possui reserva indígena, garantindo o atendimento para toda essa população indígena aqui residente. Devido ao município estar situado às margens da RS 406, atendemos diversos acidentes de trânsito resgatados pelo SAMU. A Associação Hospitalar é referência dentro da grande região, sendo Hospital Escola, servindo de Unidade para os alunos do curso de medicina da Universidade Regional Integrada – URI de Erechim. Busca-se através do presente Pré-projeto a ampliação das instalações e dos serviços oferecidos pelo hospital.
Beneficiários: O Hospital beneficia a população dos municípios de Nonoai, Rio dos Índios, Gramados dos Loureiros, Trindade do Sul, Benjamim Constant do Sul, Faxinalzinho e Entre Rios do Sul, bem como população dos municípios que fazem parte da 11ª, 15ª e 19ª Coordenadoria Regional de Saúde.
Resultados pretendidos: Ampliar os atendimentos referenciados a região de abrangência, disponibilizando novas especialidades e garantindo cada vez mais qualidade nos atendimentos.
Alinhamento Estratégico: Fortalecer os hospitais referência regional, com serviços de média e alta complexidade, dotando a região com serviços públicos de qualidade para a população.

3 - PRODUTOS DO PROJETO**Produto 1:** Construção, Reforma e Ampliação**Meta:** Construir lavanderia, Raio x, laboratório, emergência, maternidade e bloco cirúrgico.**Custo:** R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)**Prazo:** 48 meses**Produto 2:** Aquisição de equipamentos**Meta:** Adquirir equipamentos novos para o hospital**Custo:** R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**Prazo:** 48 meses**4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:****Equipe do Projeto:** Prefeitura, Codemau equipe contratada pela Associação Hospitalar**Órgãos Públicos Envolvidos:** Hospitais; Prefeituras; Estado; Ministério da Saúde.**Organizações parceiras:** Universidades; Lions Clube.**5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO****Fonte de Financiamento:** Governo Federal, Ministério da Saúde, Governo do Estado.**Elaboração de Projeto Executivo:** Sim**Desapropriação:** Não**Licença Ambiental:** Sim**Licitação:** Sim**6 - RECURSOS DO PROJETO****Valor total estimado do projeto:** 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais)**Fontes de recursos:** Estado; Ministério da Saúde.**Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:** Sim**Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:** Sim**Investimentos:** R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais)**Despesas Correntes:** R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**Investimentos e despesas correntes por produto:****Produto 1:** R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)**Produto 2:** R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**7 - CRONOGRAMA DO PROJETO**

Produto	Período (semestres)							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Produto 1	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 2	x	x	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 05

PROJETO Nº 81

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**Título:** Programa de capacitação dos profissionais da área de saúde e assistência social**Localização:** Corede Médio Alto Uruguai.**Valor total estimado do projeto:** R\$ 3.510.000,00 (três milhões quinhentos e dez mil reais)**Duração do projeto:** 48 meses**Responsável pela implementação:** COREDE Médio Alto Uruguai**Escopo:** Atualizar e capacitar profissionais que trabalham na área de saúde e assistência social dos 22 municípios do COREDE Médio Alto Uruguai, visando oferecer um atendimento mais humanizado, com igualdade e equidade entre as pessoas, que necessitam dos serviços destes profissionais.**Responsável:** CODEMAU e entidades parceiras

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: O presente projeto tem por objetivos:

- a) Desenvolver ações de Educação Permanente em Saúde por meio de atividades educacionais e pedagógicas realizada entre profissionais da área da saúde e assistência social.
- b) Promover o cuidado de Enfermagem ao idoso, mulher, homem, criança e adolescente.
- c) Qualificar os profissionais que trabalham na área de saúde e assistência social para que os mesmos possam oferecer um atendimento mais humanizado, sendo capazes de bem acolher as pessoas que deles necessitam, bem como dar suporte psicológico e emocional para que tais profissionais consigam desempenhar com competência e humanização suas atividades.

Justificativa: A Região do Médio Alto Uruguai, composta por 22 municípios, situa-se no Norte do Rio Grande do Sul, divisa, pelo Rio Uruguai, com Santa Catarina, bem como com Coredes-Norte, Rio da Várzea e Celeiro. A região corresponde a 1,6% do território do RS e sua região central situa-se entre as seguintes coordenadas geográficas: 27°21'40.67" de latitude Sul e 53°19'39.00" longitude Oeste. Segundo o IBGE, integra a Microrregião de Frederico Westphalen, o Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai, a Associação dos Municípios da Zona da Produção (AMZOP) e, mais amplamente, a Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL.

Em relação à população total do RS, a Região participa com 1,39% (IBGE, 2010). Ainda, segundo os dados preliminares do IBGE/2015, vivem na Região 151.367 habitantes, sendo 54,73% em áreas urbanizadas e 45,27% no meio rural. No Médio Alto Uruguai o percentual de mulheres é de 50,13% e o de homens é de 49,87% (IBGE, 2010). O contexto socioeconômico e político, além dos principais serviços de educação, político-administrativos, tecnológicos, privados, públicos e de saúde acabam por construir Frederico Westphalen como polo da microrregião do Médio Alto Uruguai.

A infraestrutura social é um dos principais determinantes sistêmicos da competitividade das regiões. No Médio Alto Uruguai, no campo da infraestrutura social, a avaliação dá-se a partir do Índice de Desenvolvimento Econômico e Social, IDESE/FEE e por indicadores dos setores de educação, habitação, saneamento e saúde produzidos pelo IBGE, principalmente. O IDESE é um índice sintético (varia de zero a um), inspirado no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: *Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde*. Este indicado tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado, de seus municípios e COREDES, informando a sociedade e orientando os governos (municipal e estadual) nas suas políticas socioeconômicas. Esse índice permite a classificação em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais que 0,800). O IDESE do Médio Alto Uruguai é 0,685, situando-se na última posição entre os COREDES.

Com relação ao desempenho do sistema de saúde a Região situa-se na 10ª posição no *ranking* estadual dos COREDES, com um indicador de 0,861. O indicador do Rio Grande do Sul é de 0,850. As primeiras posições do *ranking* são ocupadas pelos Coredes Vale do Caí, 0,888, Celeiro 0,882, Fronteira Noroeste 0,881. Este indicador é uma combinação de três taxas com pesos iguais: percentual de crianças com baixo peso ao nascer; taxa de mortalidade de menores de cinco anos e esperança de vida ao nascer. Entretanto, chama a atenção que Frederico Westphalen encontra-se entre os 100 municípios com os melhores indicadores do bloco temático saúde do IDESE, 0,867 (71ª posição no *ranking* dos 496 municípios). Piores do COREDE, na região em epígrafe, neste bloco temático, estão os municípios de Iraí, Gramado dos Loureiros, Ametista do Sul, Pinhal e Vicente Dutra. Chama a atenção o fato de que o Rio Grande do Sul apresenta alguns dos melhores indicadores de saúde do país, sendo comparáveis aos de países desenvolvidos, de acordo com padrões internacionais da Organização Mundial de Saúde. Considerando-se apenas a Região Sul, o Estado apresenta poucas variações, localizando-se ora acima ora abaixo da média regional.

Tendo em vista o quanto a saúde tem a avançar na Região do Médio Alto Uruguai, neste bloco, o CODEMAU tem focado esforços em apontar ações que visem melhorar as condições da saúde e consequentemente o Indicador IDESE da Região. Entre as ações do bloco Saúde que têm sido apontadas estão: a implantação do Hospital Público Regional, Unidade de Pronto

Atendimento (UPA) Frederico Westphalen, Construção e equipamentos para a UTI e oncologia no Hospital Divina Providência de Frederico Westphalen, tornar os hospitais de Frederico Westphalen, Rodeio Bonito e Nonoai referências regionais, Farmácia viva com fitoterápicos e Qualificação dos serviços em saúde.

No que tange a qualificação dos serviços de saúde, está é balizada pela Política Nacional de Educação Permanente em Saúde que busca a transformação dos perfis dos profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS), visando o fortalecimento deste sistema de saúde por parte dos trabalhadores, serviços, gestores, população e instituições formadoras. A mesma envolve o cotidiano e as necessidades dos usuários como escopo de sua estruturação e consolidação, desse modo visando ações participativas e integradoras. (BRASIL, 2007). A Educação Permanente em Saúde (ESP) se constitui como um dos pilares para a organização da gestão democrática e para elaboração de práticas inovadoras, desse modo consolidando ações de saúde que possam efetivar o SUS (MERHY, FEUERWERKER, CECCIM, 2006). Deste modo a EPS é a nova estratégia de formação para a transformação das práticas de saúde, com base nas necessidades sociais e assim visando a integralidade e humanização da assistência. Para Ceccim (2008), a EPS baseia-se no aprendizado contínuo fazendo-se necessária para o desenvolvimento do sujeito, buscando competência pessoal, profissional e social. Nessa perspectiva fomenta-se a ideia de que a EPS não só qualifica os serviços, mas garante ao profissional que este tenha maior credibilidade consigo e com as práticas as quais desenvolve.

Dentro do bloco saúde e dentro do contexto da Educação Permanente em Saúde, cabe salientar a importância de avanços nos hospitais da Região no que se refere ao serviço de hotelaria.

A hotelaria hospitalar tem como objetivo assegurar ao paciente e seus acompanhantes conforto e segurança, através de ações planejadas. Além de contribuir para o aprimoramento do sistema hospitalar num sentido amplo, abrangendo aspectos tangíveis e intangíveis de atendimento, nos quais os gestores e trabalhadores se comprometem com a hospitalidade. A hotelaria hospitalar tem como propósito introduzir novos serviços e processos nas ações desenvolvidas no cotidiano, com o intuito de não somente tratar as pessoas como pacientes, mas sim como paciente que busca o melhor serviço.

No Brasil a hotelaria no ramo hospitalar surgiu há pouco tempo e têm evoluído nos últimos anos em todas as regiões, devido à necessidade emergente de vários fatores, tais como: o próprio paciente, que começou a questionar e sentir necessidade de que o ambiente hospitalar não só lhe oferecesse a cura ou tratamento, mas também a segurança, o conforto, e o seu bem-estar, tanto de sua família e seus visitantes durante seu período de internação (RIBEIRO, 2013).

Segundo Ribeiro (2013) é importante destacar que a hotelaria hospitalar não é sinônimo de luxo, mas sim de conforto e qualidade, visando respeitar as regras, funções e especificidades do ambiente hospitalar. Além, de se preocupar com o bem-estar dos pacientes, alcançando todas as condições necessárias para oferecer assistência com segurança, conforto e qualidade.

Para buscar mudar esta realidade é fundamental que os hospitais ofereçam não apenas padronização nos serviços, mas também diferenciação dos mesmos auxiliando na recuperação do cliente (OLIVEIRA et al, 2012; SILVA, 2012).

A hotelaria hospitalar oferece recursos que, se bem planejados e utilizados, beneficiam a geração de ganhos ou redução de custos. Para que esta prática seja lucrativa é fundamental o estudo, a busca por conhecimento e inovação da hotelaria, pois ela é um serviço que se importa em atender o cliente e família desde a recepção, serviço de quarto, higiene, lavanderia, rouparia, até as mudanças feitas na arquitetura. Tudo isso com o propósito de acolher e resolver os problemas do paciente com um cuidado ético, seguro e focado em sua carência e expectativas, o que acaba impactando na redução do tempo de internação (OLIVEIRA et al, 2012).

Face ao exposto, é necessário repensar a formação dos profissionais que atuam na atenção em saúde, destacando-se aqui a educação permanente em saúde como prática transformadora e geradora de mudanças na organização do processo de trabalho.

Beneficiários: Pacientes em estado de vulnerabilidades social e familiares atendidos nos Hospitais da região do Corede Médio Alto Uruguai. Profissionais técnicos da atenção básica que atuam nos hospitais abrangidos pelo projeto; Unidades hospitalares atendidas pelo projeto.

Resultados pretendidos: Profissionais mais bem preparados para oferecer um atendimento mais

<p>humanizado, com igualdade e equidade a toda a população que necessita deste atendimento. População melhor atendida pelos profissionais que trabalham diretamente no atendimento nas áreas de saúde e assistência social.</p> <p>Profissionais com maior capacidade de administrar os sentimentos e emoções antes, durante e após o atendimento realizado junto às áreas de saúde e assistência social dos 22 municípios do COREDE Médio Alto Uruguai.</p> <p>Redução de custos para os Hospitais; Redução do tempo de internação de pacientes atendidos nos hospitais; Melhoria no atendimento dos familiares dos pacientes internados.</p> <p>Alinhamento Estratégico: Fortalecer os hospitais referência regional, com serviços de média e alta complexidade, dotando a região com serviços públicos de qualidade para a população.</p>

<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p> <p>Produto 1: Dotar a região de uma Escola de Formação Técnica para a área específica, voltada a capacitação de agentes prestadores de serviços de atendimento a saúde e assistência social.</p> <p>Meta: Qualificar os profissionais para oferecer atendimento mais humanizado, com igualdade e equidade as pessoas que necessitam dos serviços das áreas de saúde e assistência social.</p> <p>Custo: R\$ 1.540.000,00 (Um milhão quinhentos e quarenta mil reais)</p> <p>Prazo: 24 meses</p> <p>Produto 2: Aquisição de equipamentos de manipulação, equipamentos de informática, mobília e materiais de expediente para utilização nas atividades de capacitação de profissionais das áreas de saúde e assistência social da região.</p> <p>Meta: Profissionais melhor preparados para oferecer atendimento mais humanizado, nas áreas de saúde e assistência social.</p> <p>Custo: R\$ 580.000,00 (Quinhentos e oitenta mil reais)</p> <p>Prazo: 12 meses</p> <p>Produto 3: Capacitação de profissionais que trabalham nas áreas de saúde e assistência social dos 22 municípios do CODEMAU.</p> <p>Meta: Profissionais melhor preparados para oferecer atendimento mais humanizado, com igualdade e equidade as pessoas que necessitam dos serviços das áreas de saúde e assistência social.</p> <p>Custo: R\$ 610.000,00 (Seiscentos e dez mil reais)</p> <p>Prazo: 36 meses</p> <p>Produto 4: Criação de um canal de comunicação(internet e rádio) para divulgação e uso exclusivo nas capacitações de profissionais que atuam nas áreas de saúde e assistência.</p> <p>Meta: Profissionais melhor preparados para oferecer atendimento mais humanizado, com igualdade e equidade as pessoas que necessitam dos serviços das áreas de saúde e assistência social.</p> <p>Custo: R\$ 780.000,00 (Setecentos e oitenta mil reais)</p> <p>Prazo: 36 meses</p>
--

<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p> <p>Equipe do Projeto: Codemau, profissionais das áreas da saúde, e áreas afins.</p> <p>Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais; Secretarias de Saúde; 19º Coordenadoria Regional de Saúde.</p> <p>Organizações parceiras: URI; EMATER.</p>

<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p> <p>Fonte de Financiamento: Secretaria Estadual da Saúde; Ministério da Saúde; Secretarias Municipais de Saúde.</p> <p>Elaboração de Projeto Executivo: Não</p> <p>Desapropriação: Não</p> <p>Licença Ambiental: Não</p> <p>Licitação: Sim</p>

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.510,00 (três milhões quinhentos e dez mil reais)
Fontes de recursos: Secretaria Estadual da Saúde; Ministério da Saúde; Secretarias Municipais de Saúde.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 1.540.000,00 (Um milhão quinhentos e quarenta mil reais)
Produto 2: R\$ 580.000,00 (Quinhentos e oitenta mil reais)
Produto 3: R\$ 610.000,00 (Seiscentos e dez mil reais)
Produto 4: R\$ 780.000,00 (Setecentos e oitenta mil reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO								
Produto	Período (semestres)							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Produto 1	x	x	x	x				
Produto 2				x	x			
Produto 3			x	x	x	x	x	x
Produto 4			x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 06**PROJETO 130**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Projeto de Implantação de Curso de Medicina Alternativa na região do Codemaú.
Localização: COREDE do Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais).
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai
Escopo: Implantação de Curso de Medicina Alternativa (Fitoterápica), instalar uma horta de plantas medicinais, produzirem fitoterápicos padronizados preparados em áreas específicas para as operações farmacêuticas, de acordo com as Boas Práticas de Preparação de Fitoterápicos (BPPF) visando ao provimento das unidades do SUS, qualificar profissionais da saúde para a prescrição de drogas vegetais e fitoterápicos.
Responsável: Direção CODEMAU e entidades parceiras

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo Geral: Criação e implantação de um Curso de Medicina Alternativa (Fitoterápica), aproveitando os saberes populares, bem como vincular o curso ao projeto da farmácia viva, sendo uma alternativa a recuperação da saúde da população de baixa renda, bem como a conscientização pela preservação do meio ambiente, possibilitando à população o acesso aos benefícios medicinais.
Objetivos específicos: Ampliação das opções terapêutica da população, gerando menor demanda aos serviços de saúde e menor gastos com medicamentos; Resgatar conhecimentos empíricos da população quanto à tradição do uso de plantas medicinais; Estimular o cultivo de plantas medicinais da região, empregando técnicas corretas de manejo, despertando a consciência ambiental e o uso sustentável; Capacitar pessoas na identificação, cultivo e manejo adequado das plantas medicinais, fortalecendo a agricultura familiar e a geração de emprego e renda; Capacitar profissionais da saúde para a prescrição de drogas vegetais e fitoterápicos; Ampliar campo de estágio e pesquisa para acadêmicos da área da saúde e fomentar a pesquisa na área de produtos naturais.

Justificativa: A utilização de práticas medicinais, aliado ao uso de plantas medicinais acompanha a sua história e o seu uso para finalidades terapêuticas é um traço comum presente em todos os sistemas de medicina tradicional dispersos pelo mundo. Povos antigos aplicavam extensamente tais recursos terapêuticos, contribuindo para a construção dos sistemas de Medicina Tradicional existentes ainda hoje.

Sabe-se que 80% da população mundial dependem das práticas tradicionais no que se refere à atenção primária à saúde, e 85% dessa parcela utiliza plantas ou preparações à base de vegetais. Somado a isso, 67% das espécies vegetais medicinais do mundo são originadas dos países em desenvolvimento.

Apesar do interesse na modelagem molecular, na química combinatória e outras técnicas de síntese química, os produtos naturais e, particularmente, as plantas, permanecem, portanto, como uma importante fonte de novos agentes terapêuticos contra infecções (fúngicas ou bacterianas), radicais livres, mosquitos vetores de doenças, câncer, dislipidemias e imunomodulação.

Atualmente, no Brasil muitos fatores têm contribuído para o aumento da utilização deste recurso, à diversidade de espécies vegetais e biomas, à riqueza étnico-cultural, ao modismo mundial recente de consumo de produtos considerados *in natura* e ao aumento de preço dos medicamentos industrializados.

Nas últimas décadas do Século XX, o uso de plantas medicinais foi reconhecido como recurso terapêutico válido, iniciando-se as discussões sobre a sua incorporação nos sistemas de saúde pública. A partir da iniciativa da Organização Mundial da Saúde, em 2006 o Brasil através da Portaria MS/GM No. 971, de 3 de maio de 2006, instituiu a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), estimulam a criação de hortos de espécies medicinais, bem como a implantação de seu usono Sistema Único de Saúde –SUS.

A criação do PNPIC constitui um importante marco regulatório, uma vez que estabelece parâmetros legais e prioriza as peculiaridades socioeconômicas, culturais e científicas brasileiras. A partir deste marco legal, a pesquisa e o desenvolvimento de produtos a baseados em espécies bioativas nacionais foram incentivados.

O PNPIC se impõe como uma estratégia inovadora, uma vez que se propõe a promover a saúde da população através do uso terapêutico da flora. Assim, atua como um elemento de resgate de valores culturais, de integração entre setores nas ações governamentais e de incentivo à formação de um vínculo efetivo entre os profissionais de saúde e as comunidade es onde atuam, contribuindo para o desenvolvimento local e a participação comunitária

Para o desenvolvimento destas ações, a ANVISA elaborou alguns marcos regulatórios dentre os quais destaca-se a RDC nº 18, de 3 de abril de 2013, que dispõe sobre as boas práticas de processamento e armazenamento de plantas medicinais, preparação e dispensação de produtos magistrais e oficinais de plantas medicinais e fitoterápicos em farmácias vivas no âmbito do sistema Único de Saúde–SUS.

As Farmácias vivas as quais foram concebidas há quase três décadas como um projeto da Universidade Federal do Ceara (UFC), a partir dos ideais do professor Dr. Francisco Jose de Abreu Matos de promover a assistência social farmacêutica às comunidades, baseado nas recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), com ênfase aquelas voltadas aos cuidados primários em saúde, e diante da observação de que boa parte da população do Nordeste do Brasil não tinha acesso aos serviços de saúde, utilizando plantas da flora local como único recurso terapêutico.

Beneficiários: População em geral, aproximadamente 155 mil pessoas, profissionais de saúde e demais interessados.

Resultados pretendidos: Na implantação de uma estrutura de curso de medicina alternativa (fitoterápica) a fim de servir de piloto para implantação de outras áreas na comunidade; No processamento da matéria-prima vegetal, a fim de tornar acessível à população planta medicinal seca/droga vegetal; Na preparação de formulação a base de plantas medicinais para a população fornecendo alternativas terapêuticas; Qualificação através de ministrados cursos e treinamentos à população alvo do projeto, tornando-a apta a reconhecer e utilizar adequadamente plantas medicinais, visando à melhora da qualidade de vida desta população; Qualificação através de ministrados cursos e treinamentos profissionais da saúde para a prescrição de drogas vegetais e

fitoterápicos, apresentando desta forma uma alternativa viável e mais econômica em termos de aquisição de medicamentos; Qualificação através de ministrados cursos e treinamentos de agricultores para o cultivo e manejo adequado das plantas medicinais, fortalecendo a agricultura familiar e a geração de emprego e renda.

Alinhamento Estratégico: Fortalecer os hospitais referência regional, com serviços de média e alta complexidade, dotando a região com serviços públicos de qualidade para a população.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Estruturação e instalação do espaço físico para realização das aulas.

Meta: aquisição e adequação

Custo: R\$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais)

Prazo: 36 meses.

Produto 2: Aquisição de máquinas e equipamentos, para utilização nas aulas práticas e de processamento de matéria-prima vegetal.

Meta: processar as matérias-primas vegetais oriundas da horta a fim de dispensá-las como droga vegetal bem como disponibilizá-las para a produção de fitoterápicos

Custo: R\$ 1.290.000,00 (um milhão duzentos e noventa mil reais)

Prazo: 36 meses

Produto 3: Qualificação de público alvo do projeto

Meta: qualificar 50 profissionais da área da saúde por ano.

Custo: R\$ 920.000,00 (novecentos e vinte mil reais)

Prazo: 60 meses

Produto 4: Preparação e dispensação de formulação a base de plantas medicinais

Meta: produzir no mínimo 5 fitoterápicos padronizados visando o provimento das unidades do SUS

Custo: R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais)

Prazo: 48 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Docentes e acadêmicos da área da saúde, Profissionais da área da saúde.

Órgãos Públicos Envolvidos: Governo Federal, Estadual, Prefeituras; Secretarias Municipais de Saúde; 19ª Coordenadoria de Saúde.

Organizações parceiras: Universidades; EMATER; Escolas Técnicas.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal, Estadual, OMS.

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais)

Fontes de recursos: Governo Federal, Estadual, OMS.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais)

Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo.

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais)

Produto 2: R\$ 1.290.000,00 (um milhão duzentos e noventa mil reais)

Produto 3: R\$ 920.000,00 (novecentos e vinte mil reais)

Produto 4: R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
Produto	Período (semestres)									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Produto 1	x	x	x	x	x	x				
Produto 2	x	x	x	x	x	x				
Produto 3	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 4			x	x	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 07

PROJETO Nº 80

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implantação de uma Farmácia Viva no Município de Frederico Westphalen/RS
Localização: COREDE do Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai
Escopo: <ol style="list-style-type: none"> Instalar uma horta de plantas medicinais piloto no município de Frederico Westphalen; Processar a matéria-prima vegetal, a fim de tornar acessível à população planta medicinal seca/droga vegetal; Produzir fitoterápicos padronizados preparados em áreas específicas para as operações farmacêuticas, de acordo com as Boas Práticas de Preparação de Fitoterápicos (BPPF) visando ao provimento das unidades do SUS; Capacitar à população tornando-a apta para reconhecer e utilizar adequadamente plantas medicinais; Qualificar profissionais da saúde para a prescrição de drogas vegetais e fitoterápicos; Capacitar a população para a identificação, cultivo e manejo adequado das plantas medicinais.
Responsável: Direção CODEMAU e entidades parceiras

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
<p>Objetivo Geral: Implantação de uma Farmácia Viva Comunitária modelo III no município de Frederico Westphalen, como uma alternativa a recuperação da saúde da população de baixa renda, bem como a conscientização pela preservação do Meio Ambiente, possibilitando à população o acesso aos benefícios da flora medicinal.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação das opções terapêutica da população, gerando menor demanda aos serviços de saúde e menor gastos com medicamentos; - Resgatar conhecimentos empíricos da população quanto à tradição do uso de plantas medicinais; - Estimular o cultivo de plantas medicinais da região, empregando técnicas corretas de manejo, despertando a consciência ambiental e o uso sustentável; - Capacitar pessoas na identificação, cultivo e manejo adequado das plantas medicinais, fortalecendo a agricultura familiar e a geração de emprego e renda; - Capacitar profissionais da saúde para a prescrição de drogas vegetais e fitoterápicos; - Ampliar campo de estágio e pesquisa para acadêmicos da área da saúde e fomentar a pesquisa na área de produtos naturais <p>Justificativa: O uso de plantas medicinais acompanha a sua história e o seu uso para finalidades terapêuticas é um traço comum presente em todos os sistemas de medicina tradicional dispersos pelo mundo. Povos antigos aplicavam extensamente tais recursos terapêuticos, contribuindo para a construção dos sistemas de Medicina Tradicional existentes ainda hoje.</p> <p>Sabe-se que 80% da população mundial dependem das práticas tradicionais no que se</p>

refere à atenção primária à saúde, e 85% dessa parcela utiliza plantas ou preparações à base de vegetais. Somado a isso, 67% das espécies vegetais medicinais do mundo são originadas dos países em desenvolvimento.

Apesar do interesse na modelagem molecular, na química combinatória e outras técnicas de síntese química, os produtos naturais e, particularmente, as plantas, permanecem, portanto, como uma importante fonte de novos agentes terapêuticos contra infecções (fúngicas ou bacterianas), radicais livres, mosquitos vetores de doenças, câncer, dislipidemias e imunomodulação.

Atualmente, no Brasil muitos fatores têm contribuído para o aumento da utilização deste recurso, à diversidade de espécies vegetais e biomas, à riqueza étnico-cultural, ao modismo mundial recente de consumo de produtos considerados *in natura* e ao aumento de preço dos medicamentos industrializados.

Nas últimas décadas do Século XX, o uso de plantas medicinais foi reconhecido como recurso terapêutico válido, iniciando-se as discussões sobre a sua incorporação nos sistemas de saúde pública. A partir da iniciativa da Organização Mundial da Saúde, em 2006 o Brasil através da Portaria MS/GM No. 971, de 3 de maio de 2006, instituiu a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), estimulam a criação de hortos de espécies medicinais, bem como a implantação de seu uso no Sistema Único de Saúde –SUS.

A criação do PNPIC constitui um importante marco regulatório, uma vez que estabelece parâmetros legais e prioriza as peculiaridades socioeconômicas, culturais e científicas brasileiras. A partir deste marco legal, a pesquisa e o desenvolvimento de produtos a baseados em espécies bioativas nacionais foram incentivados.

O PNPIC se impõe como uma estratégia inovadora, uma vez que se propõe a promover a saúde da população através do uso terapêutico da flora. Assim, atua como um elemento de resgate de valores culturais, de integração entre setores nas ações governamentais e de incentivo à formação de um vínculo efetivo entre os profissionais de saúde e as comunidades nas quais atuam, contribuindo para o desenvolvimento local e a participação comunitária

Para o desenvolvimento destas ações, a ANVISA elaborou alguns marcos regulatórios dentre os quais destaca-se a RDC nº 18, de 3 de abril de 2013, que dispõe sobre as boas práticas de processamento e armazenamento de plantas medicinais, preparação e dispensação de produtos magistrais e oficinais de plantas medicinais e fitoterápicos em farmácias vivas no âmbito do sistema Único de Saúde–SUS.

As Farmácias vivas as quais foram concebidas há quase três décadas como um projeto da Universidade Federal do Ceará (UFC), a partir dos ideais do professor Dr. Francisco Jose de Abreu Matos de promover a assistência social farmacêutica às comunidades, baseado nas recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), com ênfase aquelas voltadas aos cuidados primários em saúde, e diante da observação de que boa parte da população do Nordeste do Brasil não tinha acesso aos serviços de saúde, utilizando plantas da flora local como único recurso terapêutico.

A metodologia utilizada quando da implantação de uma unidade Farmácia Viva pode ser realizada por meio de três níveis de complexidade:

Farmácia Viva I: Na qual são desenvolvidas as atividades de cultivo, a partir da instalação de hortas de plantas medicinais em unidades de farmácias vivas comunitárias e/ou unidades do SUS, tornando acessível à população assistida a planta medicinal *in natura* e a orientação sobre a correta preparação e uso dos remédios caseiros; Farmácia Viva II, na qual são realizadas as atividades de produção/ dispensação de plantas medicinais secas (droga vegetal). Para tanto, deve possuir uma adequada estrutura de processamento da matéria-prima vegetal, visando a tornar acessível à população à planta medicinal seca/droga vegetal. Poderá ainda desenvolver as atividades previstas no modelo I; e Farmácia Viva III o qual se destina a preparação de “fitoterápicos padronizados”, preparados em áreas específicas para as operações farmacêuticas, de acordo com as Boas Práticas de Preparação de Fitoterápicos (BPPF), visando ao provimento das unidades do SUS. O modelo III poderá ainda realizar as atividades previstas para os modelos I e II.

Neste sentido, este projeto por objetivo implantar uma Farmácia Viva, modelo III no município de Frederico Westphalen, a fim de resgatar a utilização de plantas medicinais da região, proporcionando uma alternativa terapêutica à população. Somado a isso, pretende-se fortalecer

a relação dos profissionais de saúde com os usuários dos serviços de saúde, além de fortalecer a fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS).
Beneficiários: - População de baixa renda de Frederico Westphalen e região; - Agricultores ligados aos arranjos produtivos locais; - Profissionais da área da saúde; - Acadêmicos da área da saúde;
Resultados pretendidos: O projeto consiste: - Na implantação de uma estrutura de produção de mudas numa área cultivada, já existente, com plantas medicinais a fim de servir de piloto para implantação de outras áreas na comunidade; - No processamento da matéria-prima vegetal, a fim de tornar acessível à população planta medicinal seca/droga vegetal; - Na preparação de formulação a base de plantas medicinais para a população fornecendo alternativas terapêuticas; - Qualificação através de ministrados cursos e treinamentos à população alvo do projeto, tornando-a apta a reconhecer e utilizar adequadamente plantas medicinais, visando à melhora da qualidade de vida desta população; - Qualificação através de ministrados cursos e treinamentos profissionais da saúde para a prescrição de drogas vegetais e fitoterápicos, apresentando desta forma uma alternativa viável e mais econômica em termos de aquisição de medicamentos; - Qualificação através de ministrados cursos e treinamentos de agricultores para o cultivo e manejo adequado das plantas medicinais, fortalecendo a agricultura familiar e a geração de emprego e renda.
Alinhamento Estratégico: Fortalecer os hospitais referência regional, com serviços de média e alta complexidade, dotando a região com serviços públicos de qualidade para a população.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Estrutura de produção de mudas piloto Meta: implantar uma horta de plantas medicinais piloto contendo no mínimo 5 espécies nativas da região Custo: R\$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais) Prazo: 24 meses
Produto 2: Estrutura de processamento de matéria-prima vegetal Meta: processar as matérias-primas vegetais oriundas da horta a fim de dispensá-las como droga vegetal, bem como disponibilizá-las para a produção de fitoterápicos Custo: R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) Prazo: 24 meses
Produto 3: Qualificação de público alvo do projeto Meta: qualificar 30 profissionais da área da saúde, 10 agricultores ligados a arranjos produtivos locais Custo: R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) Prazo: 48 meses
Produto 4: Preparação e dispensação de formulação a base de plantas medicinais Meta: produzir no mínimo 5 fitoterápicos padronizados visando o provimento das unidades do SUS Custo: R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) Prazo: 48 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto:- Docentes e acadêmicos da área da saúde, Profissionais da área da saúde.
Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais;Secretarias Municipais de Saúde;19ª Coordenadoria de Saúde.
Organizações parceiras: Universidades, EMATER, Sindicatos, Cooperativas.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Secretaria Estadual da Saúde; Ministério da Saúde; Secretarias Municipais de Saúde.

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)

Fontes de recursos: Governo Federal, Estadual e Municipal.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente.

Despesas Correntes: gastos com manutenção de atividades, material de consumo.

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais)

Produto 2: R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais)

Produto 3: R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)

Produto 4: R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto	Período (semestres)							
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Produto 1	x	x	x	x				
Produto 2	x	x	x	x				
Produto 3	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 4	x	x	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 08**PROJETO Nº 87****1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

Título: Obra de Construção de Prédio para Serviço de Quimioterapia/ Ampliação do Serviço de Hemodiálise

Localização: COREDE Médio Alto Uruguai

Valor total estimado do projeto: R\$1.313.461,29 (um milhão trezentos e treze mil quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e nove centavos)

Duração do projeto: 24 meses

Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai

Escopo: O objetivo deste projeto é construir e ampliar a estrutura física dos Serviços de Oncologia e Hemodiálise. A finalidade do HDP é ser referência no âmbito regional em tratamento oncológico, proporcionando um atendimento humanizado, técnico, qualificado e eficaz, para melhor acolher o paciente que aqui buscar atendimento especializado. Destaca-se a importância deste serviço visto que o aumento na demanda no tratamento oncológico, sendo considerado o câncer como a segunda causa de mortes no Rio Grande do Sul. A partir dos dados coletados através do Portal do Ministério da Saúde e a Rede Estadual de Oncologia do Rio Grande do Sul, nota-se que o município de Frederico Westphalen está inserido numa Região de Saúde considerada de extrema carência para tratamento oncológico, visto que os pacientes oriundos da região se deslocam para as cidades mais próximas, Ijuí e Erechim, distância aproximada de 250 km. Destacamos também o Serviço de Hemodiálise do HDP, o qual é também objeto de interesse deste proposto, localizado em anexo ao hospital atendendo os 40 municípios da 19ª e 15ª

Coordenadorias Regionais de Saúde, com uma média de 80 pacientes em 03 turnos de serviços. Como forma de melhorar o atendimento a estes pacientes, a ampliação do Serviço tem como prioridade atender as normas sanitárias da RDC nº 50/02, RDC nº 189/03, RDC nº 154/04, RDC nº 32/08, RDC nº 306/04 e Portaria nº 13/12, as quais tratam de condições de acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos. Sendo assim, a proposta traz a ligação deste pavimento com o pavimento térreo através de elevador permitindo o acesso interno entre os estabelecimentos de saúde. Portanto, a obra de construção solicitada será de extrema importância para duas especialidades (Oncologia e Hemodiálise), aonde será oferecido novo serviço e a ampliação do serviço já existente. Ainda, a obra a ser construída terá uma área total de 2.072,00 m².

Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Obra de Construção do Serviço de Quimioterapia e Ampliação do Serviço de Hemodiálise.

Justificativa: A proposta a ser solicitada é para construção da área física para implantação do Serviço de Quimioterapia e Ampliação do Serviço de Hemodiálise no Hospital Divina Providência. Na área de Oncologia, o objetivo é ser referência no âmbito regional em medicina oncológica, proporcionando um atendimento humanizado, técnico, qualificado e eficaz, para melhor acolher o paciente que aqui buscar atendimento especializado. Estima-se que cerca de 40 mil novos casos anuais no estado, com projeção de aumento da incidência de casos a cada ano, devendo haver assim 40 instituições de atenção oncológica e atualmente só é composta por 26 instituições de atenção oncológica. Nota-se que o município de Frederico Westphalen está inserido numa Região de Saúde considerada de extrema carência para tratamento oncológico, visto que os pacientes oriundos da região se deslocam para as cidades mais próximas, Ijuí e Erechim, distância aproximada de 250 km de Frederico Westphalen. O valor postulado será utilizado na construção da área física do Serviço de Quimioterapia, sendo que o plano de trabalho prevê o cronograma de aproximadamente dois anos para conclusão da obra, numa área total de 2.072,00 m², além disso, a UTI estará em funcionamento para servir como apoio aos pacientes que precisarem. O Serviço de Quimioterapia atenderá aos pacientes da 19ª e 15ª Coordenadorias Regionais de Saúde, podendo ser ampliada a mais municípios das demais Coordenadorias, priorizando pelo melhor atendimento aos pacientes, diminuindo o sofrimento de espera, localização e deslocamento para a área de Hemodiálise, destacamos a importância no atendimento regional que o serviço oferta atualmente, abrangendo aproximadamente 40 municípios da 19ª e 15ª Coordenadorias Regionais de Saúde, com uma média de 80 pacientes em 03 turnos de serviços. Como forma de melhorar o atendimento a estes pacientes, a ampliação do Serviço tem como prioridade atender as normas sanitárias da RDC nº 50/02, RDC nº 189/03, RDC nº 154/04, RDC nº 32/08, RDC nº 306/04 e Portaria nº 13/12, as quais tratam de condições de acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos. Sendo assim, a proposta traz a ligação deste pavimento com o pavimento térreo através de elevador permitindo o acesso interno entre os estabelecimentos de saúde. A proposta tem por objetivo a ampliação do Serviço de Diálise, o qual atende hoje com 17 poltronas numa área total aproximada de 600m², sendo que após a ampliação atenderá com 32 poltronas de tratamento. Justifica-se a obra de construção do prédio no qual será instalado o serviço de Quimioterapia e a ampliação do serviço de Hemodiálise por serem especialidades de alta complexidade e de extrema carência para nossa região.

Beneficiários: aproximadamente 40 municípios com uma população regional de 271.402 habitantes.

Resultados pretendidos: Construção e ampliação da área física da unidade; oferecer tratamento oncológico e de hemodiálise aos municípios abrangentes da 15ª e 19ª CRS; ser excelência na área de oncologia e hemodiálise na região do noroeste do estado.

Alinhamento Estratégico: Fortalecer os hospitais referência regional, com serviços de média e alta complexidade, dotando a região com serviços públicos de qualidade para a população;

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Construção da estrutura física para instalação do Serviço de Oncologia e Ampliação do Serviço de Hemodiálise no HDP

Meta: Elaboração e Execução do cronograma detalhado da obra

Custo: R\$ 1.313.461,29 (um milhão trezentos e treze mil quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e nove centavos)

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Codemau, profissionais das áreas da saúde, e áreas afins.

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde; Secretaria Estadual da Saúde
Prefeitura municipal.

Organizações parceiras: Universidades, Empresas, Cooperativas.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal, Estadual e Municipal

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.313.461,29 (um milhão trezentos e treze mil quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e nove centavos)

Fontes de recursos: Governo Federal, Estadual e Municipal.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 1.313.461,29 (um milhão trezentos e treze mil quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e nove centavos)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto	Período (semestres)			
	I	II	III	IV
Produto 1	x	x	x	x

PRIORIDADE 09**PROJETO Nº 83****1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

Título: Aquisição de Equipamentos de Hemodiálise para o Hospital Divina Providência

Localização: COREDE Médio Alto Uruguai.

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.195.000,00 (um milhão cento e noventa e cinco mil reais)

Duração do projeto: 24 meses

Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai

Escopo: A proposta a ser solicitada é para aquisição de equipamentos para o Serviço de Hemodiálise do Hospital Divina Providência, o qual se justifica pelo aumento na demanda no tratamento de diálise, atendendo atualmente 40 municípios da 19ª e 15ª Coordenadorias Regionais de Saúde, com uma média de 80 pacientes em 03 turnos de serviços. Como forma de melhorar o atendimento a estes pacientes, a ampliação do Serviço tem como prioridade atender as normas sanitárias da RDC nº 50/02, RDC nº 189/03, RDC nº 154/04, RDC nº 32/08, RDC nº 306/04 e Portaria nº 13/12, as quais tratam de condições de acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos. Portanto, o presente projeto tem por objetivo adquirir aparelhos de hemodiálise, visto que o HDP possui projeto arquitetônico de ampliação da estrutura

física do serviço assim, há necessidade de novos equipamentos de hemodiálise para melhor tratamento de pacientes crônicos.

Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Aquisição de Equipamentos de Hemodiálise para o Hospital Divina Providência.

Justificativa: O Serviço de Hemodiálise do HDP atende, atualmente, 40 municípios da 19ª e 15ª Coordenadorias Regionais de Saúde, com uma média de 80 pacientes em 03 turnos de serviços. Como forma de melhorar o atendimento a estes pacientes, a ampliação do Serviço tem como prioridade atender as normas sanitárias da RDC nº 50/02, RDC nº 189/03, RDC nº 154/04, RDC nº 32/08, RDC nº 306/04 e Portaria nº 13/12, as quais tratam de condições de acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos. Sendo assim, a proposta traz a ligação deste pavimento com o pavimento térreo através de elevador permitindo o acesso interno entre os estabelecimentos de saúde. A proposta do projeto tem por objetivo a aquisição de Equipamentos de Hemodiálise, o qual atende hoje com 17 poltronas numa área aproximada de 600m², sendo que após a ampliação atenderá numa área total de 1.382,18m² com 32 poltronas de tratamento, sendo 20 poltronas para pacientes não contaminados, 08 poltronas para pacientes hemodialíticos C, e 04 poltronas para pacientes hemodialíticos B, além de 02 máquinas de hemodiálise de reserva para assegurar o atendimento. Portanto, com a crescente demanda de tratamento de hemodiálise, o Hospital Divina Providência vem por meio deste solicitar equipamentos para o serviço acima citado, para melhor atender os pacientes crônicos e oferecer um serviço cada vez mais especializado.

Beneficiários: População regional, aproximadamente 40 municípios.

Resultados pretendidos: Ampliar o atendimento a pacientes crônicos no Serviço de Hemodiálise do HDP, através da aquisição de equipamentos.

Alinhamento Estratégico: Fortalecer os hospitais referência regional, com serviços de média e alta complexidade, dotando a região com serviços públicos de qualidade para a população.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Aparelhos para Hemodiálise

Meta: Máquina de Hemodiálise para tratamento de pacientes adultos, pediátricos e neonatais.

Custo: R\$ 1.000.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 2: Poltronas para Hemodiálise

Meta: Poltrona com estofamento para utilização em hemodiálise, ou seja, procedimentos mais longos que necessitam de acomodação.

Custo: R\$95.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 3: Máquina de Osmose Reversa

Meta: Poltrona com estofamento para utilização em hemodiálise, ou seja, procedimentos mais longos que necessitam de acomodação.

Custo: R\$35.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 4: Bancadas Reuso Capilar com Manômetro

Meta: Permitir fácil limpeza e desinfecção química possibilitando a limpeza prévia dos capilares antes do reprocessamento automático no setor de hemodiálise.

Custo: R\$65.000,00

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Codemau, profissionais das áreas da saúde, e áreas afins.

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde; Secretaria Estadual da Saúde
Prefeitura Municipal.

Organizações parceiras: Universidades, Empresas, ONGs e Cooperativas

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal, Estadual e Municipal

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.195.000,00

Fontes de recursos: Federal, Estadual e Municipal.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 1.195.000,00 (um milhão cento e noventa e cinco mil reais)

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 1.000.000,00 (cem mil reais)

Produto 2: R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais)

Produto 3: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Produto 4: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto	Período (semestres)			
	I	II	III	IV
Produto 1	x	x		
Produto 2	x	x	x	x
Produto 3	x	x	x	x
Produto 4	x	x	x	x

PRIORIDADE 10

PROJETO Nº 85

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Aquisição de Equipamentos para a Unidade do Bloco Cirúrgico e Materiais Permanentes para o Hospital Divina Providência

Localização: COREDE Médio Alto Uruguai.

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.332.500,00 (um milhão trezentos e trinta e dois mil e quinhentos reais)

Duração do projeto: 24 meses

Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai

Escopo: O presente projeto tem como objetivo adquirir equipamentos para suprir uma necessidade tão latente hoje em dia no ambiente cirúrgico, sendo que requer perceber a responsabilidade de inserir mais um elemento dentro deste espaço que dever ser, ao mesmo tempo, útil, ou seja, que atenda às necessidades de uso permitindo qualidade e segurança durante o procedimento cirúrgico, e ao mesmo tempo não represente um obstáculo para a realização das cirurgias. Neste contexto, os equipamentos a serem adquiridos vêm ao encontro da demanda existente no setor de Bloco Cirúrgico do Hospital Divina Providência, para a realização de procedimentos cirúrgicos, ao mesmo tempo buscando melhor tecnologia e qualidade nos equipamentos utilizados. Também solicitamos a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os quartos SUS, priorizando o melhor atendimento e humanização aos pacientes internados, sendo de fundamental importância a substituição de equipamentos e materiais que estão depreciados. Assim, é notável a necessidade de tais equipamentos para o bom andamento das atividades

desenvolvidas no hospital, buscando o melhor para a saúde do paciente.

Responsável: Direção do CODEMAU e Instituições Parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Aquisição de Equipamentos para a Unidade do Bloco Cirúrgico e Materiais Permanentes para o Hospital Divina Providência.

Justificativa: A importância deste Hospital para a atenção à saúde de toda nossa região de abrangência é demonstrada pelo elevado número de atendimentos e procedimentos realizados e também, pelos diversos programas implementados com o objetivo de ampliar e manter a qualidade dos serviços oferecidos à nossa população. Nesse sentido, o presente projeto tem como objetivo a Aquisição de Equipamentos permanentes para Bloco Cirúrgico do Hospital Divina Providência, nas seguintes especialidades: Anestesiologia, Cardiologia; Cirurgia Buco-Facial; Cirurgia Geral; Cirurgia Plástica; Clínica Geral; Dermatologia; Ginecologia-Obstetrícia; Nefrologia; Oftalmologia; Ortopedia-Traumatologia; Otorrinolaringologia; Radiologia; Urologia e UTI. Como a Sociedade situa-se em uma região de um baixo poder aquisitivo da população temos poucas entradas de recursos próprios, dependendo assim basicamente dos recursos repassados pela União e Estado. Como é de conhecimento geral os hospitais prestadores de serviços ao SUS comprometem suas receitas repassadas pelo Estado nas questões operacionais não tendo assim recursos para aquisições de equipamentos hospitalares necessários para o bom atendimento e segurança aos pacientes. Portanto, o HDP busca a aquisição de equipamentos permanentes para a unidade do Bloco Cirúrgico, projeto este de fundamental importância para realização de procedimentos cirúrgicos com qualidade e eficiência, e acima de tudo, equipamentos de alta tecnologia com requisitos técnicos de acordo com as complexidades oferecidas em nosso hospital. Também solicitamos a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os quartos SUS, priorizando o melhor atendimento e humanização aos pacientes internados, sendo de fundamental importância a substituição de equipamentos e materiais que estão depreciados. Assim, é notável a necessidade de tais equipamentos para o bom andamento das atividades desenvolvidas no hospital, buscando o melhor para a saúde do paciente.

Beneficiários: população regional da região do Corede

Resultados pretendidos: Dispor de equipamentos permanentes para realização de cirurgias na Unidade do Bloco Cirúrgico e Materiais Permanentes para o HDP.

Alinhamento Estratégico: Fortalecer os hospitais referência regional, com serviços de média e alta complexidade, dotando a região com serviços públicos de qualidade para a população.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Torre para Videolaparoscopia Full HD (1080p)

Meta: Realização de cirurgias menos invasivas e com menor período de recuperação do paciente.

Custo: R\$ 250.000,00

Prazo: 12 meses

Produto 2: Instrumentos Cirúrgicos

Meta: Aquisição de instrumentos cirúrgicos (pinças, tesouras, fontes de luz, endoscópio rígido, etc.) para realização de procedimentos cirúrgicos.

Custo: R\$ 172.000,00

Prazo: 12 meses

Produto 3: Perfurador Pneumático ósseo

Meta: Atender a evolução dos procedimentos cirúrgicos na realização de orifícios no tecido ósseo, proporcionando cirurgias mais seguras, rápidas e eficazes.

Custo: R\$ 38.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 4: Camas Hospitalares Fowler com grades

Meta: Adquirir novas camas hospitalares para melhor acolhimento dos pacientes internados.

Custo: R\$ 180.000,00

Prazo: 24 meses

<p>Produto 5: Colchões para cama hospitalar Meta: Adquirir colchões hospitalares para melhor acolhimento dos pacientes internados. Custo: R\$ 25.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 6: Poltronas hospitalares reclináveis Meta: Adquirir poltronas hospitalares reclináveis para melhor acolhimento dos acompanhantes dos pacientes internados. Custo: R\$ 32.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 7: Suportes de soro de parede Meta: Adquirir suportes de soro de parede para instalar nos quartos, readequando os mesmos. Custo: R\$ 8.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 8: Mesa auxiliar Meta: Adquirir mesas auxiliares para melhor atendimento aos pacientes internados. Custo: R\$ 120.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 9: Armários vitrine Meta: Adquirir armários vitrines para melhor organização dos materiais e medicamentos. Custo: R\$ 35.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 10: Aparelho de pressão Meta: Adquirir aparelhos de pressão para uso da equipe profissional no atendimento aos pacientes. Custo: R\$ 2.500,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 11: Duodenoscópio Meta: Realizar procedimentos cirúrgicos de colangiopancreatografia endoscópica retrógrada (CPRE) Custo: R\$ 190.000,00 Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 12: Central Processadora de Vídeo (Videogastrosópio Flexível e Videocolonosópio Flexível) Meta: Realizar procedimentos cirúrgicos na área de cirurgia geral. Custo: R\$ 280.000,00 Prazo: 12 meses</p>

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Codemau, profissionais das áreas da saúde, e áreas afins.

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde; Secretaria Estadual de Saúde
 Prefeitura Municipal.

Organizações parceiras: Universidades; Empresas; Cooperativas

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal, Estadual e Municipal

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.332.500,00 (um milhão trezentos e trinta e dois mil e quinhentos reais)

Fontes de recursos: Governo Federal, Estadual e Municipal
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 1.332.500,00 (um milhão trezentos e trinta e dois mil e quinhentos reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO				
Produto	Período (semestres)			
	I	II	III	IV
Produto 1	x	x		
Produto 2	x	x		
Produto 3	x	x	x	x
Produto 4	x	x		
Produto 5	x	x		
Produto 6	x	x	x	x
Produto 7	x	x	x	x
Produto 8	x	x	x	x
Produto 9	x	x	x	x
Produto 10	x	x	x	x
Produto 11	x	x	x	x
Produto 12	x	x		

PRIORIDADE 11 PROJETO Nº 82

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de conscientização e educação aos usuários do SUS
Localização: Região do Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Corede Médio Alto Uruguai.
Escopo: Desenvolver canais de comunicação mais efetivos com a população a fim de evitar o grande número de faltas a consultas e exames agendados no Sistema Único de Saúde, além da redução do número de exames não retirados dos estabelecimentos prestadores pelos usuários.
Responsável: CODEMAU e instituições parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Conscientizar a população da importância no comparecimento aos agendamentos, para o melhor aproveitamento da estrutura, profissionais e equipamentos disponibilizados pela rede, de forma a reduzir custos e capacidade ociosa destes locais.
Justificativa: Os altos índices de absenteísmo regionais, em contraponto à elevada demanda e fila de espera em algumas especialidades mais críticas, tais como Otorrinolaringologia, Dermatologia, Ortopedia-pediátrica, Neurologia, etc.
Beneficiários: toda a população da região do Corede.
Resultados pretendidos: Melhoria dos serviços de saúde, fortalecimento econômico e social da região.
Alinhamento Estratégico: Fortalecer os hospitais referência regional, com serviços de média e alta complexidade, dotando a região com serviços públicos de qualidade para a população.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Desenvolver parcerias com universidades e meios de comunicação
Meta: Ampliar a divulgação dos números de absenteísmo existentes, envolvendo outros órgãos e mídias.
Custo: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Prazo: 12 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Pessoas capacitadas e responsáveis por viabilizar alguns produtos do projeto, constituindo uma equipe.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde; Secretaria Estadual e Municipal da Saúde; Prefeituras; Hospitais.
Organizações parceiras: Universidades; Meios de comunicação.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Ministério da Saúde; Secretaria Estadual e Municipal da Saúde; Prefeituras; Hospitais
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Fontes de recursos: Ministério da Saúde; Secretaria Estadual e Municipal da Saúde; Prefeituras; Hospitais.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO		
Produtos	Períodos(semestres)	
	I	II
Produto 1	x	x

PRIORIDADE 12**PROJETO Nº 84**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Aquisição de equipamentos para o Serviço de Quimioterapia do Hospital Divina Providência
Localização: COREDE Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai
Escopo: O presente projeto tem como objetivo a aquisição de equipamentos para o Serviço de Quimioterapia a ser instalado no Hospital Divina Providência. O atual cenário epidemiológico indica aumento dos casos de câncer no Brasil e no mundo, observa-se uma crescente demanda de pacientes nos serviços de saúde, à procura de atenção e tratamentos especializados. Conforme determina a portaria da ANVISA, através da Resolução RDC nº 067/07, as Centrais de Manipulação de Quimioterápicos devem possuir ambientes controlados e poltronas hospitalares para pacientes da Unidade de Quimioterapia, conforme preconiza a legislação vigente.
Responsável: Direção do CODEMAU e Instituições Parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Aquisição de equipamentos permanentes para o Serviço de Quimioterapia.

Justificativa: O HDP é considerado uma entidade de Utilidade Pública credenciada como entidade fornecedora de serviços ao SUS e com atestado de Filantropia, recebe todas as receitas decorrentes dos serviços prestados, aplicando-os no fomento e na execução dos serviços de assistência médico-hospitalares de acordo com legislação vigente. Como a Sociedade situa-se em uma região de um baixo poder aquisitivo da população temos poucas entradas de recursos próprios, dependendo assim basicamente dos recursos repassados pela União e Estado. A proposta a ser solicitada é para aquisição de equipamentos para o Serviço de Quimioterapia no Hospital Divina Providência o qual se justifica pelo aumento na demanda no tratamento oncológico, sendo considerado o câncer como a segunda causa de mortes no Rio Grande do Sul. Estima-se que cerca de 40 mil novos casos anuais no estado, com projeção de aumento da incidência de casos a cada ano, devendo haver assim 40 instituições de atenção oncológica e atualmente só é composta por 26 instituições de atenção oncológica. Nota-se que o município de Frederico Westphalen está inserido numa Região de Saúde considerada de extrema carência para tratamento oncológico, visto que os pacientes oriundos da região se deslocam para as cidades mais próximas, Ijuí e Erechim. Dessa forma, busca-se com urgência na implantação desse serviço, sendo fundamental a aquisição de tais equipamentos, imprescindíveis para a operacionalização do mesmo. Terapia Antineoplásica (TA) é o conjunto de procedimentos terapêuticos medicamentosos aplicados ao paciente oncológico ou a quem deles necessitar, ou seja, Unidade de Quimioterapia. Nessa unidade, o equipamento principal é a Central de Quimioterapia (CQT) é o local no qual todo processo manipulação e aplicação do medicamento ao paciente é realizado, objetivando uma assistência de qualidade otimizada e sistematizada. Para que isso ocorra, a existência de uma estrutura organizada é fundamental.

Beneficiários: população regional, abrangendo aproximadamente 40 municípios pertencentes a 15 e 19 Coordenadorias Regionais de Saúde.

Resultados pretendidos: Adquirir equipamentos para o Serviço de Quimioterapia.

Alinhamento Estratégico: Fortalecer os hospitais referência regional, com serviços de média e alta complexidade, dotando a região com serviços públicos de qualidade para a população.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Central de Manipulação de Quimioterápicos

Meta: Aquisição de Central de Manipulação de Quimioterápicos

Custo: R\$ 110.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 2: Poltronas Hospitalares para aplicação de quimioterapia

Meta: Aquisição de poltronas hospitalares para aplicação de medicamentos quimioterápicos

Custo: R\$ 90.000,00

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Codemau, profissionais das áreas da saúde, e áreas afins.

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério da Saúde; Secretaria Estadual da Saúde; Prefeituras.

Organizações parceiras: Prefeituras Municipais.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal; Estadual e Municipal

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00

Fontes de recursos: Governo Federal; Estadual e Municipal.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)
Produto 2: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO				
Produto	Período (semestres)			
	I	II	III	IV
Produto 1	x	x	x	x
Produto 2	x	x	x	x

26.5 ESTRATÉGIA 5 - Proporcionar maior segurança para a população, com o reaparelhamento dos órgãos de segurança, ampliação no número de efetivo, implantação de serviços de videomonitoramento nos 22 municípios do CODEMAU.

A segurança pública ano após ano está sofrendo com o descaso por parte dos órgãos responsáveis em manter um ambiente seguro e protegido. Na região do CODEMAU é notório a falta de efetivo, principalmente da Brigada Militar e Polícia Civil junto aos 22 municípios, principalmente os com menor população, os quais nos últimos anos estão sendo alvo de vândalos e bandidos, que estão migrando dos grandes centros para “atacar” cidades menores, onde a estrutura de segurança pública é deficitária. Para isso, é fundamental que o Estado amplie o número de efetivos trabalhando na região, bem como, os dote com veículos e equipamentos de trabalho capazes de serem “competitivos” frente ao atual cenário criminal instalado.

É necessário também dotar os 22 municípios com equipamentos de videomonitoramento, servindo como estratégia para auxiliar os órgãos de segurança e a população no geral, a ter conhecimento de tudo o que acontece no município.

É necessário também ampliar e fortalecer os presídios existentes na região, uma vez que ambos estão trabalhando com superlotação, e infelizmente a tendência é ampliar o número de presos e não reduzir.

A segurança é direito do cidadão e nos municípios do CODEMAU é deficitária, necessitando melhorias na execução desse serviço que é primordial para a população. Dentre as deficiências que a segurança pública apresenta nos municípios do CODEMAU pode-se destacar a falta de efetivo, a insuficiência e o sucateamento de viaturas. Alguns municípios também não tem unidade base com efetivo, sendo que o policiamento acontece esporadicamente, realizado por efetivo de outros municípios.

O reaparelhamento também é uma necessidade que a região apresenta, além de questões como o videomonitoramento que contribui com o esclarecimento de ocorrências e também inibe a ação de meliantes que tentam conturbar a paz e a tranquilidade que ainda existe na região.

PRIORIDADE 01 PROJETO Nº 91

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa para implantação de videomonitoramento em pontos estratégicos das áreas urbanas e rodovias de abrangência do Corede.
Localização: Corede do Médio Alto Uruguai - Codemau
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.985.000,00
Duração do projeto: 36 Meses
Responsável pela implementação: Corede do Médio Alto Uruguai – Codemau
Escopo: Instalar câmaras de videomonitoramento para auxiliar os órgãos de segurança manter a ordem e o bem-estar da população regional.
Responsável: Prefeituras, Secretaria de Segurança Pública, Susepe, 37º BPM, Codemau, e Empresas do Setor.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Instalar câmaras de videomonitoramento em pontos estratégicos das áreas urbanas e vias de acesso de todos os 22 municípios que compõe o Codemau. Dotar a região de uma Central de acompanhamento, junto ao 37º BPM.
Justificativa: O mapeamento das rotinas nas áreas urbanas e principais estradas da região, com a instalação de novos equipamentos e a readequação de entes policiais especializados, se fazem necessários para propiciar melhores condições de atendimento às demandas regionais de segurança pública. As Políticas públicas existentes são deficientes e insatisfatórios, que por vezes não atendem

as necessidades de segurança pública da população regional, a redução dos efetivos policiais, viaturas com deficiência de manutenção, armas e munições insuficientes, demonstram a grande necessidade de implantação do monitoramento regional. Neste aspecto estamos buscando apoio financeiro e tecnológico para proporcionar a instalação das câmaras de monitoramento e sua interligação com a Central de acompanhamento, possibilitando ações eficientes e de uma melhora na gestão das atividades relacionadas à segurança.

Justificamos a relevância no desenvolvimento deste projeto através de ações de caráter estratégico, integrando todas as regiões dos municípios, ofertando infraestrutura de segurança, possibilitando assim, melhorar a qualidade de vida da população, demonstrado pelos indicadores econômicos, sociais e culturais.

Beneficiários: aproximadamente 155 mil pessoas residentes na região do Codemau.

Resultados pretendidos: Instalar uma estrutura de videomonitoramento nos 22 municípios do Corede para auxiliar na segurança pública da população da região.

Alinhamento Estratégico: Proporcionar maior segurança para a população, com o reaparelhamento dos órgãos de segurança, ampliação no número de efetivo, implantação de serviços de videomonitoramento nos 22 municípios do CODEMAU.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Levantamento dos pontos estratégicos e a necessidade de posicionamento de câmaras a serem instaladas em cada cidade de abrangência do Corede.

Meta: identificar quais as melhores áreas a serem observadas.

Custo: R\$ 115.000,00

Prazo: 12 meses

Produto 2: Instalação de sistemas integrados de câmaras de videomonitoramento na região.

Meta 1: ampliação das instalações, ao todo 25 pontos no perímetro urbano em Frederico Westphalen.

Meta 2: Instalação de 3 pontos no perímetro urbano de Alpestre.

Meta 3: Instalação de 3 pontos no perímetro urbano de Ametista do Sul.

Meta 4: Instalação de 3 pontos no perímetro urbano de Caiçara.

Meta 5: Instalação de 3 pontos no perímetro urbano de Cristal do Sul.

Meta 6: Instalação de 3 pontos no perímetro urbano de Dois Irmãos das Missões.

Meta 7: Instalação de 3 pontos no perímetro urbano de Erval Seco.

Meta 8: Instalação de 3 pontos no perímetro urbano de Gramado dos Loureiros.

Meta 9: Instalação de 5 pontos no perímetro urbano de Iraí.

Meta 10: Instalação de 5 pontos no perímetro urbano de Nonoai.

Meta 11: Instalação de 3 pontos no perímetro urbano de Novo Tiradentes.

Meta 12: Instalação de 5 pontos no perímetro urbano de Palmitinho.

Meta 13: Instalação de 3 pontos no perímetro urbano de Pinhal.

Meta 14: Instalação de 3 pontos no perímetro urbano de Pinheirinho do Vale.

Meta 15: Instalação de 5 pontos no perímetro urbano de Planalto.

Meta 16: Instalação de 3 pontos no perímetro urbano de Rio dos Índios.

Meta 17: Instalação de 5 pontos no perímetro urbano de Rodeio Bonito.

Meta 18: Instalação de 5 pontos no perímetro urbano de Seberi.

Meta 19: Instalação de 3 pontos no perímetro urbano de Taquaruçu do Sul.

Meta 20: Instalação de 5 pontos no perímetro urbano de Trindade do Sul.

Meta 21: Instalação de 3 pontos no perímetro urbano de Vicente Dutra.

Meta 22: Instalação de 3 pontos no perímetro urbano de Vista Alegre.

Total de 102 pontos de observação instalados

Custo: R\$ 2.290.000,00

Prazo: 36 meses

Produto 3: Instalação de Central de Monitoramento na região.

Meta: Integrar com os 22 municípios de abrangência do Corede

Custo: 580.000,00

Prazo: 36 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Prefeituras, Secretaria de Segurança Pública, Susepe, 37° BPM, Codemau, e Empresas do Setor na região.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministérios, Governo do Estado e Prefeituras.
Organizações parceiras: Sindicatos, Emater, Cooperativas, AMZOP, ACVERMAU, Universidades, Empresas do Setor.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo Federal, Ministério da Defesa, Governo do Estado, Secretaria de Segurança Pública.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.985.000,00
Fontes de recursos: Públicos e Privados
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 2.985.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: inclusas no total de cada produto.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO						
Produtos	Períodos(semestres)					
	I	II	III	IV	V	VI
Produto 1	x	x				
Produto 2	x	x	x	x	x	x
Produto 3	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 02**PROJETO Nº 90**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa Ampliação no número de efetivos policiais para a região do CODEMAU
Localização: Corede do Médio Alto Uruguai – Codemau e Região Funcional 9
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.580.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Segurança Pública, Susepe e Corede do Médio Alto Uruguai - Codemau
Escopo: Efetuar a contratação de novos policiais, para atender o efetivo mínimo da região.
Responsável: Secretaria de Segurança Pública, Susepe, 37° BPM, Codemau, Prefeituras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Complementar o efetivo de segurança pública nos municípios do Médio Alto Uruguai.
Justificativa: Conforme as reuniões realizadas juntos aos municípios da região do Corede, principalmente os de pequeno porte, cerca de 60% dos mesmos não possuem efetivo mínimo de polícias. Os munícipes relataram que a quantidade de efetivo policial contatada atualmente é menor que a necessidade. Em muitos casos apenas 1(um) policial efetua o suporte para vários municípios, desta forma o socorro acaba sendo demorado, como consequência aumenta a insegurança da população.

De acordo com a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, em 2016, o efetivo da tropa é de 21.269 policiais militares (PMs). Havendo déficit em torno de 43%, dos 37.050 previstos por lei estadual, a maior diferença desde a década de 1970.

Historicamente o Estado se mostra incapaz de repor o efetivo em proporção equivalente ao número de Policiais que passam a Reserva ou se afastam de suas atividades, o que prevê uma perspectiva não favorável com as questões relacionada a Segurança Pública da região tanto dos perímetros urbanos como das áreas rurais.

As Políticas públicas existentes são deficientes e insatisfatórios, assim por vezes desqualificando ou descontinuando ações propositivas voltadas a estruturar uma infraestrutura mínima de acesso a Segurança Pública nos municípios, impossibilitando assim, melhorar a qualidade de vida da população, demonstrado pelos indicadores econômicos, sociais e culturais.

Beneficiários: aproximadamente 155 mil pessoas residentes na região do Codemau.

Resultados pretendidos: garantir uma condição de segurança mínima necessária para o desenvolvimento econômica e social da região.

Alinhamento Estratégico: Proporcionar maior segurança para a população, com o reaparelhamento dos órgãos de segurança, ampliação no número de efetivo, implantação de serviços de videomonitoramento nos 22 municípios do CODEMAU.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Efetuar a contratação de no mínimo 50(cinquenta) novos policiais efetivos para a região do Corede.

Meta: Proporcionar a contratação de equivalência mínima de policias para atender a população regional.

Custo: R\$ 4.650 por policial, (232.500,00) mês, R\$ 2.790.000,00(ano)

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Governo do Estado.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Segurança Pública, Susepe, Prefeituras da Região e Codemau,

Organizações parceiras: Organizações públicas e privadas da região,

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo do Estado, Secretaria de Segurança Publica

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 5.580.000,00

Fontes de recursos: Públicos e Privados

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: Não

Despesas Correntes: R\$ 5.580.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto: inclusas no total de cada produto.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produtos	Períodos(semestres)			
	I	II	III	IV
Produto 1	x	x	x	x

PRIORIDADE 03

PROJETO Nº 88

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa para o reaparelhamento dos órgãos de segurança da região do CODEMAU (viaturas, equipamentos, armas e munições)
Localização: Corede do Médio Alto Uruguai – Codemau e Região Funcional 9
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.140.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Segurança Pública, Susepe e Corede do Médio Alto Uruguai - Codemau
Escopo: efetuar a contratação de novos policiais, para atender o efetivo mínimo da região.
Responsável: Secretaria de Segurança Pública, Susepe, 37º BPM, Codemau, Prefeituras.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Reordenar e equipar os órgãos de segurança da região com maior efetivo, mais viaturas, equipamentos, armas e munições, para que os cidadãos e suas famílias consigam conviver com tranquilidade na região.
Justificativa: Conforme as reuniões realizadas juntos aos municípios da região do Corede, principalmente os de pequeno porte, cerca de 60% dos mesmos não possuem efetivo mínimo de polícias, de viaturas, de equipamentos, armas e munições. Os munícipes relataram que a quantidade de efetivo policial contatada atualmente é menor que a necessidade. Em muitos casos apenas 1(um) policial efetua o suporte para vários municípios, desta forma o socorro acaba sendo demorado, como consequência aumenta a insegurança da população. De acordo com a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, em 2016, o efetivo da tropa é de 21.269 policiais militares (PMs). Havendo déficit em torno de 43%, dos 37.050 previstos por lei estadual, a maior diferença desde a década de 1970. Historicamente o Estado se mostra incapaz de repor o efetivo em proporção equivalente ao número de Policiais que passam a Reserva ou se afastam de suas atividades, o que prevê uma perspectiva não favorável com as questões relacionada a Segurança Pública da região tanto dos perímetros urbanos como das áreas rurais. As Políticas públicas existentes são deficientes e insatisfatórios, assim por vezes desqualificando ou descontinuando ações propositivas voltadas a estruturar uma infraestrutura mínima de acesso a Segurança Pública nos municípios, impossibilitando assim, melhorar a qualidade de vida da população, demonstrado pelos indicadores econômicos, sociais e culturais.
Beneficiários: aproximadamente 155 mil pessoas residentes na região do Codemau.
Resultados pretendidos: garantir uma condição de segurança mínima necessária para o desenvolvimento econômica e social da região.
Alinhamento Estratégico: Proporcionar maior segurança para a população, com o reaparelhamento dos órgãos de segurança, ampliação no número de efetivo, implantação de serviços de videomonitoramento nos 22 municípios do CODEMAU.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Renovação da frota de viaturas da Brigada Militar, da Polícia Civil, da Susepe para a região do Corede, Total de 12 viaturas de porte grande, 10 viaturas de porte médio, para a Brigada Militar. Mais 10 veículos de porte pequeno para Polícia Civil. Mais 5 veículos para a Susepe. Meta 1: Disponibilizar para atender a população regional. Custo: R\$ 3.500.000,00 Prazo: 24 meses
Produto 2: Efetuar a aquisição de equipamentos eletrônicos, coletes, armas e munições, para a melhor aparelhamento das estruturas locais das unidades de segurança da região do Corede. Meta: disponibilização para uso dos policiais para atender a população regional. Custo: R\$ 640.000,00 Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Governo do Estado.
Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Segurança Pública, Susepe, Prefeituras da Região e Codemau.
Organizações parceiras: Organizações públicas e privadas da região.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo do Estado, Secretaria de Segurança Pública
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.140.000,00
Fontes de recursos: Públicos e Privados
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Não
Despesas Correntes: R\$ 4.140.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: inclusas no total de cada produto.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO				
	Períodos(semestres)			
Produtos	I	II	III	IV
Produto 1	x	x	x	x
Produto 2	x	x	x	x

PRIORIDADE 04**PROJETO Nº 89**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de manutenção, ampliação e construção de novas Unidades Prisionais da região do CODEMAU.
Localização: Corede do Médio Alto Uruguai – Codemau.
Valor total estimado do projeto: R\$ 11.990.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Secretaria de Segurança Pública, Susepe e Corede do Médio Alto Uruguai – Codemau
Escopo: efetuar a construção e ampliação das unidades prisionais da região.
Responsável: Secretaria de Segurança Pública, Susepe, 37º BPM, Codemau, Prefeituras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Ampliar e fortalecer as estruturas existentes das unidades prisionais da região.
Justificativa: A região do Médio Alto Uruguai, nos seus 22 municípios conta somente com duas unidades prisionais, sendo uma na sede do Corede em Frederico Westphalen, que em 2014, possuía capacidade penal de 84 detentos, sendo que a população carcerária no mesmo período era de 155 detentos. Já a unidade do município de Iraí, em 2014, contava com capacidade de 96 detentos, sendo ocupado pela totalidade no mesmo período. Atualmente a unidade de Frederico Westphalen conta com uma superlotação de mais de 200 detentos, sendo que neste sentido faz se necessário uma readequação nas estruturas existentes, para a ampliação e construção de novas unidades prisionais na região.

Historicamente as políticas públicas existentes no Estado, são deficientes e insatisfatórias, e se mostram incapazes de atender proporcionalmente a demanda crescente de vagas nas unidades prisionais, a perspectiva não é favorável com as questões relacionada a Segurança Pública da região, necessitando de uma urgente reestruturação.

Beneficiários: aproximadamente 155 mil pessoas residentes na região do Codemau.

Resultados pretendidos: garantir uma condição de segurança mínima necessária para o desenvolvimento econômica e social da região.

Alinhamento Estratégico: Proporcionar maior segurança para a população, com o reaparelhamento dos órgãos de segurança, ampliação no número de efetivo, implantação de serviços de videomonitoramento nos 22 municípios do CODEMAU.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Reforma, adequação e ampliação das Unidades Prisionais já existentes na região do Corede.
Meta: Proporcionar uma melhor infraestrutura nas instalações carcerárias existentes, facilitar o trabalho dos policiais da região.
Custo: R\$ 1.540.000,00
Prazo: 24 meses

Produto 2: Construção de 2(duas) novas unidades Prisionais na região, com capacidade de 100(cem) detentos cada uma.
Meta: Ampliar a capacidade das instalações carcerárias existentes na região.
Custo: R\$ 10.450.000,00
Prazo: 60 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Governo do Estado, Susepe, Secretaria de Segurança Pública, Prefeituras.

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Segurança Pública, Susepe, Prefeituras, Codemau e demais entidades do setor.

Organizações parceiras: Organizações públicas e privadas da região.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Ministério da Justiça, Governo do Estado, Secretaria de Segurança Pública e Prefeituras.

Elaboração de Projeto Executivo: sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 11.990.000,00

Fontes de recursos: Públicos e Privados

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: Não

Despesas Correntes: R\$ 11.990.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto: inclusas no total de cada produto.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produtos	Períodos(semestres)									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Produto 1	x	x	x	x						
Produto 2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

26.6 ESTRATÉGIA 6 - Instigar o espírito empreendedor da população regional, através da agregação de valor nas cadeias produtivas, tanto na indústria, comércio e serviços.

O empreendedorismo é uma característica da população do CODEMAU, principalmente em pequenas empresas familiares na indústria e agroindústria, no comércio e nos serviços. Essa característica de empreender é uma aliada na permanência da população, principalmente jovem, na região.

O incentivo às empresas existentes aliado à programas de incentivo à criação de novas empresas é uma forma de agregar valor às cadeias produtivas, melhorando a qualidade de vida da população. De forma indireta, o apoio ao empreendedorismo é uma forma de garantir a sucessão familiar, principalmente no meio rural.

PRIORIDADE 01

PROJETO Nº 62

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de apoio à gestão e sucessão familiar.
Localização: Região do Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.370.000,00
Duração do projeto: 120 meses
Responsável pela implementação: Corede Médio Alto Uruguai
Escopo: Intensificar o trabalho com os jovens do meio urbano e rural, levando alternativas de renda, oferecendo cursos e formações visando despertar senso crítico e espírito de liderança dos jovens mediante processos de discussão das temáticas pertinentes a realidade em que estão inseridos e enxergando nos empreendimentos urbanos e rurais alternativas de empreender e obter renda satisfatória.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Criar mecanismos para que os jovens possam permanecer na região, escolhendo-a para construir sua carreira profissional, com renda e qualidade de vida.
Justificativa: Pensar em oferecer alternativas para que os jovens permaneçam na região é um dos grandes desafios para a comunidade regional, e para isso é fundamental que as forças vivas da região, possam, juntas encontrar alternativas e estratégias para motivar, instigar e despertar no jovem o interesse em permanecer na região, em construir sua trajetória profissional e pessoal em um dos 22 municípios do COREDE Médio Alto Uruguai. Vale destacar que esta região é uma das que nos últimos 10 anos mais perdeu jovens, segundo dados do IBGE de 2000 a 2010, a região perdeu 23,5% dos jovens, ou seja, um quarto dos jovens da região optaram em sair, em buscar oportunidades em outras regiões, pessoas que estão ingressando na considerada "população economicamente ativa", optaram por migrar da região, indo em busca de novas opções e alternativas em centros maiores. Algumas ações já estão sendo desenvolvidas e trabalhadas, mas diante desta triste realidade, é necessário ter ações mais direcionadas e específicas para os jovens e com os jovens, para que estes, possam enxergar oportunidades na região, priorizando desta forma, os nossos municípios para investir, crescer e construir sua família. Ao analisarmos os dados disponibilizados pela Fundação de Economia e Estatística do Estado, no COREDE Médio Alto Uruguai tem-se uma média de 2,5% dos jovens do Estado do Rio Grande do Sul residindo aqui, e um dado considerado importante que é dos jovens de 15 a 19 anos, é o maior percentual que ainda estão na região, ou seja, 2,8%. Destaca-se que esse deve ser um dos focos das ações do programa para a juventude a curto prazo, buscando oferecer opções e alternativas para que o jovem "enxergue" a região como uma boa opção de viver e obter renda. Destaca-se que, este programa, vem em um momento muito oportuno em ser desenvolvido, implementado e trabalhado, por dois motivos: Primeiro, por estarmos com um número significativo de jovens de 15 a 19 anos ainda residindo na região, podendo direcionarmos esforços para esse público permaneça na região e o outro motivo é que, atualmente os grandes centros estão sofrendo com altos índices de desemprego, sendo possível oferecer o meio urbano e rural como uma boa alternativa para construir carreira, visando renda e qualidade de vida.

<p>É necessário desenvolver ações específicas para cada público jovem, para os ainda adolescentes que estão decidindo seu futuro e carreira profissional e para os jovens que estão buscando alternativas em obter e melhorar a renda.</p>
<p>Beneficiários: Adolescentes e jovens residentes no meio urbano e rural dos 22 municípios do CODEMAU.</p>
<p>Resultados pretendidos: Curto Prazo: Qualificar os jovens do meio urbano e rural para o espírito empreendedor, direcionando a sucessão familiar dos empreendimentos regionais. Médio Prazo: Aumentar a confiança dos pais nos filhos quanto à sucessão familiar, possibilitando um maior diálogo e entendimento quanto aos projetos e ações a serem implementadas nos empreendimentos familiares do meio urbano e rural. Longo Prazo: Ter na região um número expressivo de jovens a frente dos negócios familiares, bem como, novos empreendedores dinamizando ainda mais a economia local e regional.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Instigar o espírito empreendedor da população regional, através da agregação de valor nas cadeias produtivas, tanto na indústria, comércio e serviços</p>

<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Implantação a manutenção de políticas para fomentar a permanência do jovem na região. Meta: apresentar programas de fomento e agregação de valor para o aumento da renda das atividades econômicas da região do Corede Custo: R\$ 890.000,00 Prazo: 120 meses</p>
<p>Produto 2: Capacitar os jovens do meio urbano e rural, sobre empreendedorismo, alternativas de geração de renda e importância de implementar ferramentas gerenciais. Meta 1: Mapear quem são os jovens que ainda estão na região, para sabermos quem são, o que pensam e o que pretendem fazer para obter renda e estabelecer-se economicamente. Meta 2: Promover encontros em cada município para apresentação e estudo das atividades geradoras de renda com foco na diversidade regional, possíveis de serem trabalhadas e investidas. Custo: R\$ 1.280.000,00 Prazo: 120 meses</p>
<p>Produto 3: Proporcionar com que todas as entidades regionais possam estar no mesmo espaço discutindo e construindo alternativas para os jovens com a presença dos jovens. Meta: Criar fóruns permanentes a nível local e regional, para que os jovens possam se encontrar e juntos, construir alternativas de geração de renda. Custo: R\$ 200.000,00 Prazo: 120 meses</p>

<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Codemau, Emater e Universidades.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Governo Federal, Governo do Estado, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Emater.</p>
<p>Organizações parceiras: Universidades, Cooperativas, AMZOP, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, ACIs, CDLs e Empresas do setor.</p>

<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: não</p>

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.370.000,00
Fontes de recursos: Governo Federal, Governo do Estado, entre outras.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 2.370.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO																				
Produtos	Período(semestres)																			
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Produto 1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x										
Produto 2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 3	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 02**PROJETO Nº 59**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Projeto Jovem Empreendedor Rural
Localização: Municípios de abrangência do Corede Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 700.000,00
Duração do projeto: 120 meses.
Responsável pela implementação: Codemau, Emater, SDR, Cooperativas, Sindicatos, Municípios.
<p>Escopo: O presente projeto terá como principal objetivo resgatar no jovem filho de agricultores o entusiasmo e a motivação de permanecer no meio rural, com geração de renda, qualidade de vida e inclusão social.</p> <p>Um problema muito presente na maioria das comunidades rurais da região é o êxodo rural, principalmente do jovem, que não encontrando propósito maior de permanecer na agricultura familiar, migra para centros urbanos, muitos deles distantes, em busca de novas oportunidades de geração de renda mensal, a qual é considerada uma das principais condicionantes que motiva ainda mais o êxodo rural, principalmente no jovem, que ao sair da propriedade, agrava a situação da sucessão familiar, comprometendo o presente e futuro das famílias rurais. Visando fortalecer a permanência do capital social e intelectual na região, busca-se através deste projeto, resgatar a autoestima dos agricultores seus familiares na atividade rural, incentivando-os a permanecer no meio rural, gerando renda média mensal significativa, desenvolvendo a matriz produtiva da propriedade com empreendedorismo, capacidade de gestão e melhoria da qualidade de vida.</p> <p>Buscando despertar desta forma o empreendedorismo rural, que aos poucos, em função da pouca valorização do setor, foi se perdendo. O foco deste projeto será demonstrar que existe um espaço muito grande no mercado consumidor para os produtos oriundos da agricultura familiar, mas há sim, a necessidade da mesma se qualificar e aperfeiçoar, para acompanhar as tendências e exigências do mercado consumidor existente em todo o mundo.</p> <p>Para isso, é necessário e fundamental qualificar e capacitar os agricultores e seus filhos, ou seja, todo o grupo familiar, para que os mesmos consigam planejar juntos a forma como irão utilizar a propriedade rural como um centro de geração de renda e sustentabilidade para a família, além de apresentar as opções de atividades possíveis e viáveis de serem produzidas nas propriedades rurais da região. Buscar-se-á trabalhar com uma metodologia clara e objetiva, com</p>

uma linguagem acessível a todos os participantes, para que os mesmos, consigam entender e aplicar no dia-a-dia da sua propriedade, fazendo os mesmos entender que atualmente é fundamental planejar, analisar e depois agir, para que efetivamente o capital investido consiga dar o retorno esperado e almejado pelo investidor.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Fortalecer o setor primário dos 22 municípios da área de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai – CODEMAU, através de cursos, seminários, palestras, fóruns, oficinas e incentivos, focando as características e perfil empreendedor e na sucessão familiar.

Buscar despertar no público envolvido o espírito empreendedor, que muitas vezes está “adormecido”, necessitando ser estimulado, motivado e ampliado nestas pessoas, instigando as mesmas a acreditar na região e no potencial produtivo, melhorando a produtividade e lucratividade obtida da propriedade rural, através da agregação de valor aos produtos oriundos da agricultura familiar.

Pretende-se também, enfocar a importância da profissionalização da mão de obra, do trabalho desenvolvido de forma cooperada e associativa, bem como o aumento da renda da agricultura familiar, despertando desta forma o empreendedorismo no setor primário da região.

Justificativa: O projeto a ser realizado visa fortalecer a atuação e retenção do jovem no meio rural, gerando atratividade a sua atividade profissional, estimulando o empreendedorismo econômico, o protagonismo social, a formação e desenvolvimento de competências e habilidades comportamentais e a liderança para a sucessão familiar.

Atualmente o crescimento do êxodo rural, associado a redução da natalidade e ao envelhecimento da população rural, vem afetando a capacidade produtiva, a geração de renda e a continuidade da agricultura familiar, responsável pela diversificação de alimentos, preservação do meio ambiente e evolução do PIB do setor primário dos 22 municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio e Alto Uruguai. Cabe destacar a condição ainda mais precária a que estão submetidas as jovens mulheres.

A cultura patriarcal do campo e a desigualdade nas relações de poder nas famílias tornam as possibilidades de permanência no ambiente rural e de sucessão das propriedades familiares mais difíceis. Em decorrência disso, soma-se ao fenômeno do envelhecimento do campo a masculinização do espaço rural brasileiro.

Neste contexto, o maior gargalo está nas perspectivas de permanência da juventude no campo, seja como agricultores propriamente ditos, sejam em alguma outra atividade que contribuía na sucessão e na construção da agricultura familiar no futuro. Dentre os muitos desafios postos ao jovem rural, destacam-se: i) conquistar o seu lugar no meio rural e disputar seu espaço no âmbito coletivo, em especial nos espaços decisórios do rural (família, associações, cooperativas, sindicatos, etc.) e; ii) disputar espaço e pautas com jovens do meio urbano, lutando pela superação da visão preconceituosa que identifica o rural como atrasado, sem perspectivas de segurança financeira e sem conexão com o mundo digital atual.

A produção de alimentos no Brasil, de fato, é em boa parte proveniente da agricultura familiar. Se é verdade que produção da agricultura empresarial (agronegócio) se destaca pelos recordes de safra e pelo seu papel nas exportações anuais, é também verdade que a mesma não abastece integralmente a demanda do mercado interno, sendo a produção da agricultura familiar a responsável pela garantia de segurança alimentar e nutricional. São as pequenas e médias propriedades rurais que asseguram nossa soberania alimentar, diante de eventual escassez externa e alta de preços, produzindo alimentos de alta qualidade, com baixa utilização de agrotóxicos, relação saudável com a natureza, em especial, rios e mananciais, primando por relações sociais e de trabalho dignas.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o último realizado pelo IBGE, dos 5.175.489 estabelecimentos rurais do país 84,4% são pequenas propriedades; estas ocupam 80,25 milhões de hectares, ou 24,3% do território nacional. Em termos populacionais, o Censo verificou 30 milhões de pessoas vivendo em áreas rurais, sendo 27% jovens. Dado que a população brasileira jovem é de 51 milhões de pessoas, tem-se que uma em cada seis jovens é do meio rural (IBGE, 2011).

Relativo ao papel da agricultura familiar, não é exagero afirmar que, do ponto de vista do projeto nacional, se não houver uma política voltada para o enfrentamento da vulnerabilidade da juventude rural e para a garantia de condições para que ela permaneça no campo, em pouco mais de um par de décadas o Brasil irá enfrentar, por exemplo, problemas de abastecimento alimentar, segurança e soberania hídrica e energética.

Numa análise detalhada das dimensões sociocultural e ambiental, a ameaça recai sobre nosso rico patrimônio natural e imaterial. São nossas línguas, danças, tradições, conhecimentos medicinais tradicionais, formas de cultivo do solo, e de animais, pesca artesanal, extração de frutas, matérias-primas para a confecção de moradias, barcos, artesanatos e tantas outras práticas que podem se perder no intervalo de uma ou duas gerações.

A importância da educação do campo como principal fator motivador da permanência juvenil no meio rural (formação, incentivos e políticas públicas), pois para continuar diversificando a produção interna de alimentos saudáveis, de forma a assegurar a soberania alimentar e promover o desenvolvimento sustentável, é um olhar sobre os jovens rurais é fundamental.

A despeito das muitas dificuldades e desafios enumerados, existem milhares de exemplos de jovens rurais que vem inovando, empreendendo, gerando renda e viabilizando condições de permanência no campo. Acreditamos que as práticas ecologicamente sustentáveis, aliadas ao desenvolvimento e aplicação de tecnologias, adoção de postura profissional de gestão e agregação de valor à produção por meio de agroindústrias e outras formas associativas, será o caminho para mudar o futuro. O fato de a escolaridade média dos jovens rurais ser bastante superior à de seus pais, os torna muito mais capazes e propensos a adotar tecnologias, mecanizar quando possível e preciso a produção agrícola, e viabilizar cultivos e outras atividades. Há também esforços no sentido da criação e ampliação de redes de comunicação e interação entre eles próprios, para a troca de informações e conhecimentos.

Beneficiários:(indicar os beneficiários diretos do projeto)

- Jovens residentes nos 22 municípios do COREDE Médio Alto Uruguai;
- Agricultores e agricultoras que possuem filhos que participarão do programa, além dos demais interessados, os quais serão convidados a participar;
- Lideranças que atuam diretamente com o público envolvido;
- Secretários e técnicos das Prefeituras Municipais que trabalham diretamente com o público alvo;
- Extensionistas da EMATER/RS – ASCAR dos 22 municípios, por ser estes que estarão ajudando na elaboração dos projetos técnicos e produtivos, além de realizar o trabalho de assistência técnica nas diferentes atividades que forem escolhidas pelos empreendedores.
- Representantes de entidades parceiras do programa;
- Profissionais contratados e voluntários do programa.

Resultados pretendidos: (enumerar os resultados possíveis de serem alcançados no curto, médio e longo prazos)

1. Possuir pessoas/empreendedores rurais qualificados, sabedores das novas tendências de mercado, bem como da importância da união e cooperação entre eles para que efetivamente consigam obter sucesso e rentabilidade no mercado consumidor, com produtos de qualidade, capazes de aumentar a renda e a melhoria na qualidade de vida das famílias envolvidas.
2. Outro fator fundamental que se espera com este projeto/programa é a redução do êxodo rural, bem como o surgimento de novos empreendedores rurais, através dos cursos de empreendedorismo e qualidade total que serão trabalhados junto aos jovens filhos de agricultores, como também o surgimento, entre as pessoas qualificadas, de interessados em investir no turismo rural como uma alternativa de explorar e empreender a propriedade.
3. Fortalecer e facilitar a sucessão nas propriedades rurais, ampliando o protagonismo e liderança dos jovens.

Alinhamento Estratégico: Instigar o espírito empreendedor da população regional, através da agregação de valor nas cadeias produtivas, tanto na indústria, comércio e serviços. Este projeto trará mudanças significativas na região, dentre as quais:

- Inclusão do jovem agricultor no mercado de trabalho regional, como efetivamente um empreendedor rural;
- Valorização do agricultor na sua profissão;
- Resgate da importância da união e trabalho cooperado e integrado entre os agricultores familiares;
- Capacitação dos jovens rurais motivando-os a continuar seus estudos e qualificações, como forma de investir na propriedade rural, melhorando a renda e a qualidade de vida dos mesmos;
- Conseguirá ao longo de sua execução despertar em novas pessoas a importância da qualificação e aperfeiçoamento para trabalhar-se no setor primário.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Sensibilização, capacitação e organização dos 22 municípios do Corede com cursos, seminários, palestras, fóruns, oficinas e incentivos, focando os jovens com características e perfil empreendedor e na sucessão familiar
Meta: realizar 22 seminários nos municípios que compõem o Corede.
Custo: R\$23.000,00 por atividade total de R\$ 506.000,00
Prazo: 120 meses

Produto 2: Visitas técnicas, trocas de experiências com cases de outras regiões.
Meta: mostrar aos jovens o potencial existente da região.
Custo: R\$ 194.000,00
Prazo: 60 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Codemau, Emater, Cooperativas e Universidades.
Órgãos Públicos Envolvidos: Governo Federal, Governo do Estado, SDR.
Organizações parceiras: Emater, Sindicatos, Cooperativas, AMZOP, demais entidades do setor.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal, Governo do Estado, SDR, Prefeituras e Cooperativas.
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 700.000,00
Fontes de recursos: União, Estado e Município.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos: R\$ 700.000,00
Despesas Correntes:
 Investimentos e despesas correntes por produto:
 Produto 1: R\$ 506.000,00
 Produto 2: R\$ 194.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produtos	Período(semestres)																			
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Produto 1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x										

PRIORIDADE 03

PROJETO Nº 118

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de apoio às empresas instaladas, e incentivos a instalação de novos empreendimentos na região.
Localização: Região do Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.995.000,00
Duração do projeto: 150 meses
Responsável pela implementação: Corede Médio Alto Uruguai,
Escopo: apoio as empresas existentes na região do Médio Alto Uruguai e estimular novos investimentos.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Criar mecanismos para que os empreendedores locais e regionais consigam competir e obter sucesso em suas atividades, agregando qualidade e rentabilidades aos produtos e serviços ofertados. Oferecer condições de suporte aos empreendedores que desejarem se instalar na região.
Justificativa: Desenvolver ações que possam oferecer alternativas para que os jovens permaneçam na região é um dos grandes desafios para a comunidade regional, e para isso é fundamental que as forças vivas da região, possam, juntas encontrar alternativas e estratégias para motivar, instigar e despertar no jovem o interesse em permanecer na região, em construir sua trajetória profissional e pessoal em um dos 22 municípios do COREDE Médio Alto Uruguai. Pensar em oferecer alternativas para que os jovens permaneçam na região é um dos grandes desafios para a comunidade regional, e para isso é fundamental que as forças vivas da região, possam, juntas encontrar alternativas e estratégias para motivar, instigar e despertar no jovem o interesse em permanecer na região, em construir sua trajetória profissional e pessoal em um dos 22 municípios do COREDE Médio Alto Uruguai. Aproximar empreendedores e pesquisadores para juntos construir ações propositivas que aliem o uso do conhecimento acadêmico e científico, de inovação, na geração de emprego e renda, além, da geração de novos produtos e serviços, ampliar a atuação de entidades fomentadoras do empreendedorismo e da inovação. A elaboração e criação de programas de apoio a promoção do empreendedorismo na gestão e do intraempreendedorismo aplicado com as especificidades da região, trarão certamente enormes reflexos nos processos de desenvolvimento harmônico e sustentável da região do Corede. Destacamos que, este programa de apoio ao empreendedorismo regional, vem em um momento muito oportuno em ser desenvolvido, implementado e trabalhado, por dois motivos: Primeiro, por estarmos com um número significativo de empresários jovens, com grande potencial de investimento atuando na região, podendo direcionarmos esforços para esses empresários permaneçam na região e o outro motivo é que, atualmente os grandes centros estão sofrendo com altos índices de desemprego, sendo possível oferecer mão de obra de qualidade e oportunidade de crescimento profissional em municípios de porte médio e pequeno do interior do estado.
Beneficiários: População da região dos 22 municípios do CODEMAU.
Resultados pretendidos: qualificar o espírito empreendedor, direcionando a sucessão familiar dos empreendimentos regionais, bem como, de novos empreendedores dinamizando ainda mais a economia local e regional.
Alinhamento Estratégico: Instigar o espírito empreendedor da população regional, através da agregação de valor nas cadeias produtivas, tanto na indústria, comércio e serviços.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
<p>Produto 1: sensibilização, organização e capacitação dos empreendimentos existentes na região do Corede.</p> <p>Meta: apresentar programas e ferramentas gerenciais de fomento e agregação de valor para o aumento da renda das atividades econômicas dos empreendimentos da região do Corede.</p> <p>Custo: R\$ 1.935.000,00</p> <p>Prazo: 120 meses</p>
<p>Produto 2: criar um programa de apoio técnico e financeiro para auxiliar os empreendedores que desejarem instalar suas unidades empresarias na região, apontando alternativas de geração de renda e importância de implementar ferramentas gerenciais.</p> <p>Meta 1: mapear quem são as empresas que estão interessadas em estabelecer-se economicamente na região.</p> <p>Meta 2: promover reuniões com o empresariado para a apresentação dos municípios e estudo das atividades econômicas presentes na região, bem como possíveis benefícios para instalação.</p> <p>Custo: R\$ 1.180.000,00</p> <p>Prazo: 120 meses</p>
<p>Produto 3: proporcionar com que todas as entidades regionais possam estar no mesmo espaço discutindo e construindo alternativas para os empresários com a presença da classe empresarial e poder público.</p> <p>Meta: Criar fóruns permanentes a nível local e regional, para que os empresários possam se encontrar e juntos, construir alternativas de geração de renda.</p> <p>Custo: R\$ 360.000,00</p> <p>Prazo: 120 meses</p>
<p>Produto 4: aplicar ferramentas de monitoramento e avaliação dos resultados proporcionados pelo trabalho realizado junto a classe empresarial.</p> <p>Meta: apresentar os resultados a população e ao poder público.</p> <p>Custo: R\$ 620.000,00</p> <p>Prazo: 60 meses</p>

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Codemau, Cooperativas, ACIs, CDLs, Prefeituras e Universidades.
Órgãos Públicos Envolvidos: Governo Federal, Governo do Estado, AMZOP, entre outros.
Organizações parceiras: Universidades, Cooperativas, AMZOP, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, ACIs, CDLs e Empresas do setor.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.995.000,00
Fontes de recursos: Governo Federal, Governo do Estado, entre outras.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não
Investimentos:
Despesas Correntes: R\$ 2.995.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO																				
Produtos	Período(semestres)																			
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Produto 1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 3	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 4															x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 04

PROJETO Nº 68

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de apoio ao Turismo Rural como alternativa de geração de emprego e renda no meio rural.
Localização: Municípios de abrangência do COREDE Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.315.000,00
Duração do projeto: 120 meses
Responsável pela implementação: Corede do Médio Alto Uruguai - Codemau
Escopo: Instigar os empreendedores a investir no turismo rural, como alternativa de ampliar a renda e fomentar a permanência do jovem na região.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Fortalecer o turismo rural sustentável, focando a transversalidade das cadeias produtivas, visando priorizar a agricultura familiar nos eixos: econômico, ambiental e social.
Justificativa: A região do Médio Alto Uruguai gaúcho possui uma riqueza cultural, gastronômica e étnica muito grande, necessitando apenas fomentar e instigar as pessoas a empreender e enxergar opção de geração de renda através do turismo rural, do olhar a propriedade rural como um empreendimento, capaz de receber turistas para conhecer o dia-a-dia da propriedade, de vender o excedente da produção e degustar as maravilhas da culinária local e regional. A região já possui algumas rotas turísticas já consolidadas, o que facilita a divulgação e a captação de mais turistas para vir conhecer e visitar os atrativos regionais, e permanecer por mais tempo na região, uma vez que terá um portfólio maior a oferecer. Este projeto pretende proporcionar o fortalecimento da agricultura familiar, com a implantação das atividades turísticas integradas aos arranjos produtivos locais, agregando renda, gerando postos de trabalho especialmente no meio rural e a consequente melhoria das condições de vida das populações focando o desenvolvimento sustentável.
Resultados pretendidos: Maior número de famílias envolvidas com o turismo rural, investindo e melhorando as suas propriedades para bem receber os turistas. Fortalecimento da atividade rural como indutora do desenvolvimento local e regional. Maior aproveitamento com foco comercial das belezas e riquezas existentes nos diferentes municípios da região do CODEMAU. Fluxo maior de turistas circulando, visitando, conhecendo e gastando na região.
Alinhamento Estratégico: Instigar o espírito empreendedor da população regional, através da agregação de valor nas cadeias produtivas, tanto na indústria, comércio e serviços.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
<p>Produto 1: Despertar nas famílias rurais o interesse em investir e adaptar a propriedade rural para receber turistas e visitantes.</p> <p>Meta 1: Realizar conversas de sensibilização em cada município.</p> <p>Meta 2: Realizar visitas <i>in loco</i> nas propriedades interessadas.</p> <p>Meta 3: Realizar visitas técnicas em municípios nos quais o turismo rural já está consolidado.</p> <p>Meta 4: Acompanhar periodicamente as famílias interessadas na adequação necessária para transformar a propriedade em empreendimento turístico.</p> <p>Custo: R\$ 540.000,00</p> <p>Prazo: 60 meses</p>
<p>Produto 2: Realizar as adequações necessárias para oferecer um ambiente acolhedor, agradável e acolhedor aos turistas.</p> <p>Meta 1: Efetuar o levantamento das adequações necessárias.</p> <p>Meta 2: Captar os recursos financeiros necessários para realizar as referidas adequações.</p> <p>Meta 3: Efetuar o lançamento/apresentação do empreendimento familiar para visitação do público em geral.</p> <p>Custo: R\$ 2.350.000,00</p> <p>Prazo: 120 meses</p>
<p>Produto 3: Consolidar e integrar as rotas e roteiros turísticos rurais.</p> <p>Meta 1: Formatar os roteiros, e cadastra-los nos órgãos competentes.</p> <p>Meta 2: Divulgar e buscar parceria com operadoras de viagens para comercializar os roteiros turísticos consolidados.</p> <p>Custo: R\$ 425.000,00</p> <p>Prazo: 120 meses</p>

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
<p>Equipe do Projeto: Codemau, Emater, Universidades, e demais profissionais do setor.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério do Turismo, Secretaria de Turismo, Governo do Estado, AMZOP, Prefeituras e Universidades.</p>
<p>Organizações parceiras: Fórum Regional do Turismo, Sindicatos, Emater.</p>

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Sim</p>
<p>Licitação: Sim</p>

6 - RECURSOS DO PROJETO
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 3.315.000,00</p>
<p>Fontes de recursos: Ministério do Turismo e parcerias públicas e privadas.</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim</p>
<p>Investimentos:</p>
<p>Despesas Correntes: R\$3.315.000,00</p>
<p>Investimentos e despesas correntes por produto: valores inclusos nos produtos.</p>

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO																				
Produtos	Período(semestres)																			
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Produto 1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x										
Produto 2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 3	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 05

PROJETO Nº 127

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de agregação de valor e renda na cadeia produtiva de gemas e joias da região do Médio Alto Uruguai Gaúcho.
Localização: Corede do Médio Alto Uruguai - Codemau
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.375.000,00
Duração do projeto: 60meses
Responsável pela implementação: Corede do Médio Alto Uruguai – Codemau
Escopo: Qualificar pessoas para trabalhar na transformação da pedra bruta em joias e artesanato, visando agregar valor na atividade da extração das pedras preciosas atividade considerada de muita importância para a economia local e regional.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
<p>Objetivo: Oportunizar as pessoas a oportunidade de qualificar-se na lapidação e confecção de joias e artesanato, uma das principais riquezas do município.</p> <p>Despertar o empreendedorismo nas pessoas, através da oportunidade de qualificação nas atividades de transformação da pedra bruta em produto pronto, estimulando assim as pessoas a abrir seu próprio empreendimento, produzindo e comercializando joias e artesanato.</p> <p>Promover cada vez mais o empoderamento da comunidade local e regional de Ametista do Sul ser um polo na produção de joias em pedras preciosas.</p> <p>Instigar a motivação nas pessoas, através de novas oportunidades de trabalho, com matéria prima local e regional.</p> <p>Melhorar os índices de pessoas beneficiárias dos programas assistenciais do governo, como o Bolsa Família, através da qualificação e capacitação das pessoas, oportunizando assim o acesso ao mercado de trabalho mais preparados, conseguindo desta forma melhores condições de emprego e renda.</p>
<p>Justificativa: O presente projeto justifica-se pela necessidade de serem retomadas algumas ações que foram iniciadas em meados de 2006 até 2009 e que trouxeram resultados significativos para a comunidade local e regional. Destaca-se, conforme já relatado acima, na contextualização feita, a qualificação e o fortalecimento do APL de Gemas e Joias na região do Médio Alto Uruguai muito contribuirá com o desenvolvimento desta região, conseguindo gerar mais renda, emprego e desenvolvimento, estimulando assim a abertura de novas empresas do setor e estimulando ainda mais os serviços do turismo, que é possível ver a cada mês o crescimento do número de pessoas visitando, conhecendo e comprando produtos produzidos pelos empreendedores da região, que em sua grande maioria participaram dos cursos, oficinas e atividades oportunizadas no decorrer de 2006 a 2009.</p> <p>Vale a pena destacar que antes de iniciar esse trabalho de treinamento e qualificação das pessoas na transformação da pedra bruta em produto final, sejam através de joias ou artesanato, 96% das pedras extraídas dos garimpos da região eram vendidas in natura, sem agregação de valor e hoje, 10 anos depois de ter iniciado o primeiro trabalho e com ações trabalhadas por 4</p>

anos consecutivos já conseguiu-se baixar para 80%. Percebe-se com isso, a necessidade de ser retomada essa ação, visando oportunizar para novas pessoas qualificar-se e para os que já participaram conhecer novas técnicas e aprimorar e inovar no seu rol de produtos ofertados atualmente no mercado.

Atualmente o município de Ametista do Sul apresenta um índice elevado de pessoas cadastradas no CAD Único, dados atualizados de maio de 2016 apresentam que 55,76% da população estão cadastradas, percentual acima da média nacional que é de 42,44%, e 25,57% da população recebem bolsa família, ou seja, 1.872 pessoas do total de 7.323 habitantes, e este projeto, pretende também servir como opção de inclusão ao mercado de trabalho, oferecendo oportunidade de qualificar-se e depois estar apto a buscar oportunidades de emprego, melhorando desta forma sua renda e a qualidade de vida. Acredita-se que somente se conseguirá melhorar esses números oferecendo oportunidades para que as pessoas possam qualificar-se e trabalhar em atividades que gerem renda, qualidade de vida e motivação. A proposta aqui apresentada pretende trabalhar em uma atividade muito forte e presente em Ametista do Sul e que por muitos anos, foi uma atividade apenas extrativista, sem preocupar-se em agregar valor e renda na atividade, preocupação essa que está presente nas entidades regionais a mais de 10 anos, e que juntas estão buscando desenvolver alternativas para melhorar a realidade existente, mas para isso, é fundamental o aporte financeiro dos órgãos públicos para conseguir-se trabalhar e fomentar essas ações.

Beneficiários: População regional, principalmente jovens e mulheres residentes nos municípios onde se tem extração das pedras preciosas, como: Ametista do Sul, Frederico Westphalen, Planalto, Irai, Rodeio Bonito, Cristal do Sul, Trindade do Sul e Gramado dos Loureiros.

Resultados pretendidos: Pessoas qualificadas, capazes de trabalhar na transformação da pedra em joias e artesanato, sendo empreendedores, agregando valor e renda na atividade.

Alinhamento Estratégico: Instigar o espírito empreendedor da população regional, através da agregação de valor nas cadeias produtivas, tanto na indústria, comércio e serviços.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Adquirir novas máquinas para realizar o processo de transformação da pedra bruta em joias e artesanato.

Meta 1: Efetuar a compra das máquinas necessárias para implementar as capacitações.

Meta 2: Revisar e consertar as máquinas já existentes para serem utilizadas nos cursos e capacitações.

Custo: R\$ 1.995.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 2: Sensibilizar as pessoas para participar dos cursos de capacitação

Meta 1: Capacitar mulheres e jovens em cursos voltados a transformação da pedra em joia e artesanato.

Meta 2: Encaminhar as pessoas capacitadas para o mercado do trabalho, sendo empreendedores ou funcionários.

Meta 3: Buscar recursos financeiros para custear os investimentos iniciais para as pessoas capacitadas empreender na atividade.

Custo: R\$ 1.380.000,00

Prazo: 60 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Membros do CODEMAU, APL Gemas e Jóias, Universidades e Técnicos envolvidos do setor na região.

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministérios, Secretarias, IGPM.

Organizações parceiras: Fórum das Acis, Coogamai, Creluz, Sicredi, Coperametista.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal, Ministério do Turismo, Governo do Estado, Secretaria do Turismo do Estado.

Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.375.000,00
Fontes de recursos:
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos:
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto: valores inclusos nos produtos
Produto 1: R\$ 1.995.000,00
Produto 2: R\$ 1.380.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO						
Produtos	Período(semestres)					
	I	II	III	IV	V	VI
Produto 1	x	x				
Produto 2			x	x	x	x

PRIORIDADE 06**PROJETO N° 69**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Projeto de sinalização turística e valorização do Produto Turismo na região do Codemau.
Localização: Municípios de abrangência do COREDE Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.040.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: Corede do Médio Alto Uruguai – Codemau
Escopo: Para fomentar turismo na região é necessária uma boa sinalização indicando a riqueza cultural, gastronômica e étnica da Região.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Fortalecer a sinalização para turismo sustentável na região, com foco na transversalidade das cadeias produtivas e priorizando a agricultura familiar nos eixos: econômico, ambiental e social.
Justificativa: A região do Médio Alto Uruguai gaúcho possui uma riqueza cultural, gastronômica e étnica muito grande. Para que os futuros empreendedores possam enxergar opções de geração de renda através do turismo, vislumbrem o potencial de empreendimento da região, capaz de receber turistas para conhecer o dia-a-dia das propriedades rurais, venderem o excedente da produção e possibilitar a degustação das maravilhas da culinária local e regional. A região possui algumas rotas turísticas já consolidadas, o que facilita a divulgação e a captação de turistas que possam conhecer e visitar os atrativos regionais, e permanecer por mais tempo na região, uma vez que existirá um portfólio maior. Para tanto, este projeto pretende fortalecer a sinalização e divulgação, que é quase inexistente na região, proporcionando aos turistas e mesmo passantes pela região, localizar e despertar interesse em conhecer e principalmente localizar os pontos turísticos da região. Fortalecendo assim a possibilidade de criar novas formas de empreendedorismo na região.

Resultados pretendidos: Criar uma maior visibilidade do turismo na região a partir de uma boa sinalização dos potenciais turístico existente na região; fortalecer a atividade Turística como indutora do desenvolvimento local e regional; Maior aproveitamento com foco comercial das belezas e riquezas existentes nos diferentes municípios da região do CODEMAU; fluxo maior de turistas circulando, visitando, conhecendo e gastando na região.

Alinhamento Estratégico: Instigar o espírito empreendedor da população regional, através da agregação de valor nas cadeias produtivas, tanto na indústria, comércio e serviços.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: realizar levantamento das necessidades de placas de sinalização para colocação na região, e de outdoors a serem colocados em pontos estratégicos de centros metropolitanos da região Sul do país.

Meta 1: definição das quantidades e tipos de sinalização.

Custo: R\$120.000,00

Prazo: 12 meses

Produto 2: sinalizar com placas as rodovias da região indicando a localização dos potenciais turísticos regionais.

Meta 1: efetuar a sinalização com o produto turismo na região.

Custo: R\$ 660.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 3: sinalizar pontos estratégicos de centros metropolitanos da região Sul do país, com outdoors das atrações da região do Médio Alto Uruguai, com a localização dos produtos turísticos.

Meta 1: colocação e locação de 12 outdoors (3 em Porto Alegre, 3 em Florianópolis e 3 em Curitiba).

Custo: R\$ 260.000,00

Prazo: 36 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Codemau, Emater, Universidades, e demais profissionais do setor.

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério do Turismo, Secretaria de Turismo, Governo do Estado, AMZOP, Prefeituras e Universidades.

Organizações parceiras: Fórum Regional do Turismo, Sindicatos, Emater.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.040.000,00

Fontes de recursos: Ministério do Turismo e parcerias públicas e privadas.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 1.040.000,00

Despesas Correntes:

Investimentos e despesas correntes por produto: valores inclusos nos produtos.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO						
Produtos	Período(semestres)					
	I	II	III	IV	V	VI
Produto 1	x	x				
Produto 2			x	x	x	x
Produto 3	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 07

PROJETO Nº 72

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Criar um Consórcio Regional para Gerenciar as ações do Turismo regional, integrando e envolvendo as diferentes instituições afins.
Localização: Corede do Médio Alto Uruguai - Codemau
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.370.000,00
Duração do projeto: 60 Meses
Responsável pela implementação: Corede do Médio Alto Uruguai – Codemau.
Escopo: Motivar a criação de um consórcio público privado para gerenciar o turismo regional
Responsável: Codemau, Emater e Fórum Regional do Turismo.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Instigar as pessoas envolvidas diretamente com os produtos turísticos regionais a participar, juntamente com o poder público municipal de um consórcio para organizar, administrar os roteiros e produtos turísticos existentes na região.
Justificativa: A região do CODEMAU possui inúmeros atrativos turísticos nos diferentes municípios, atrativos ligados as belezas naturais das águas e das pedras, a gastronomia, a hospitalidade, as igrejas, grutas e monumentos, agroindústrias e propriedades, todas elas disponíveis no meio urbano e rural, já com algumas rotas e roteiros consolidados. Necessitando para fortalecer e dinamizar ainda mais esse fator de geração de renda e desenvolvimento, unir, em um mesmo espaço os empreendedores das atividades turísticas e o poder público municipal, para juntos, construir ações e estratégias a serem trabalhadas de forma integrada, fortalecendo assim o setor e potencializando os escassos recursos existentes atualmente. A criação de um consórcio é de fundamental importância, para congregar essas atividades e servir como um grande indutor para o fortalecimento dos produtos turísticos locais e regionais, bem como, para aproximar ainda mais os municípios com maior potencial e vocação turística, a estarem mais próximos e construindo juntos, ações e estratégias para impulsionar este setor em pleno crescimento na região.
Beneficiários: População dos 22 municípios do CODEMAU; Turistas que efetuarão visitas nos atrativos turísticos regionais.
Resultados pretendidos: Fortalecimento do setor, com maior empoderamento dos empreendedores, além de uma maior aproximação de todas as forças vivas que defendem e trabalham na atividade turística regional. Como resultados também se espera o aumento do fluxo e permanência de pessoas na região, criação de novos postos de trabalho, maior e melhor oferta na qualidade dos serviços prestados, crescimento da arrecadação do setor de serviços na região.
Alinhamento Estratégico: Instigar o espírito empreendedor da população regional, através da agregação de valor nas cadeias produtivas, tanto na indústria, comércio e serviços.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
<p>Produto 1: Sensibilizar os empreendedores regionais da importância de participar e construir junto com o poder público municipal estratégias para fortalecer e dinamizar o setor turístico regional.</p> <p>Meta 1: Efetuar visita em todos os municípios que estão dentro da regionalização turística do Ministério do Turismo.</p> <p>Meta 2: Ampliar as visitas aos demais municípios, apresentando os benefícios que estarem dentro da regionalização turística do Ministério do Turismo</p> <p>Custo: R\$ 280.000,00</p> <p>Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 2: Sugerir a construção de um consórcio público privado para administrar e organizar o turismo na região.</p> <p>Meta 1: Implantar o consórcio público privado para administrar e organizar o turismo na região.</p> <p>Meta 2: Apoio, suporte e acompanhamento nos primeiros meses da implantação do consórcio.</p> <p>Custo: R\$ 210.000,00</p> <p>Prazo: 48 meses</p>
<p>Produto 3: Fortalecer constantemente o consórcio, através do empoderamento das pessoas que pensam, trabalham e vivem o turismo nos municípios.</p> <p>Meta: Realizar capacitações, visitas técnicas para outras regiões que já possuem a dinâmica de ter o consórcio administrando o turismo regional.</p> <p>Custo: R\$ 880.000,00</p> <p>Prazo: 60 meses</p>

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Membros do Codemau, Emater, Universidades e Técnicos envolvidos do setor na região.
Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério, Secretaria de Turismo, Prefeituras da Região e Universidades.
Organizações parceiras: Fórum Regional do Turismo Águas e Pedras, Sindicatos, Emater, Cooperativas.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Ministérios do Turismo e Integração Nacional, Secretaria do Turismo
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.370.000,00
Fontes de recursos: Públicos e Privados
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Não
Despesas Correntes: R\$ 1.370.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: inclusas no total de cada produto.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
Produtos	Períodos(semestres)									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Produto 1	x	x								
Produto 2			x	x	x	x	x	x		
Produto 3			x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 4							x	x	x	x

PRIORIDADE 08**PROJETO Nº 67**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Formatação do Roteiro Turístico Águas e Pedras
Localização: Corede do Médio Alto Uruguai - Codemau.
Valor total estimado do projeto: R\$ 800.000,00
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Corede do Médio Alto Uruguai – Codemau e Universidades.
Escopo: valorização do produto Turismo na região do Corede.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Formatar e implantar o Roteiro Turístico Integrado das Águas e Pedras nos municípios da Região Turística Águas e Pedras/RS.

Justificativa: A medida que o turismo cresce e ganha importância, multiplicam-se os desafios para o gerenciamento de suas atividades setoriais. De um lado, os números crescentes da demanda apontam às suas possibilidades para o crescimento econômico do destino turístico; enquanto, de outro, a preocupação com a satisfação e o encantamento proporcionado aos usuários de seus produtos e serviços, alertando para a necessidade de repensar as estratégias de desenvolvimento de modo que possam ser garantidas condições essenciais de sustentabilidade do destino turístico, como um polo receptivo.

As oportunidades para o turismo da Região Águas e Pedras foram muitas vezes levantadas, porém outras tantas desqualificadas por políticas públicas soltas que não continham planejamento que visasse a sua sustentação.

Destaca-se na conjuntura regional como opções turísticas, as pedras preciosas, a água mineral e termal, os rios, as reservas indígenas e florestais, as propriedades rurais com base na agricultura familiar, agroindústria artesanal, o artesanato, e o turismo religioso, entre outras, que formam um conjunto de inúmeras belezas naturais e culturais, que elevam as possibilidades de revigorar a região nos aspectos sociais e econômicos.

Tem-se no planejamento um importante vetor de desenvolvimento, apoiado na prática do planejamento estratégico, buscando alternativas para reduzir as desigualdades regionais. Um estudo proposto pelo Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável (CIDS), da fundação Getúlio Vargas (2003), expressa a necessidade de um Estado capaz de induzir a mobilização de atores sociais em cada região, através de um real incentivo ao trabalho em parceria (Estado, mercado e sociedade civil organizada), para direcionar suas forças de maneiras coerentes com seu meio.

O Ministério do Turismo através do módulo operacional "Roteirização Turística" do Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo (MTur), o qual define roteiro turístico como "[...] itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro." (MTUR, 2007, p. 13), destaca a importância da formatação do Roteiro Turístico, buscando a integração das potencialidades e transformando em um produto turístico.

Visto a situação econômica dos municípios que integram a região turística Águas e Pedras, sendo estes basicamente voltados à agricultura familiar (minifúndios) e a agroindústria artesanal deve-se buscar alternativas para seu desenvolvimento, com a participação da comunidade objetivando o progresso social, a geração de empregos e, conseqüentemente, o aumento da renda.

Para que o desenvolvimento aconteça, deve-se agregar valor através dos produtos e serviços oferecidos, usando a inovação e a diversificação, possibilitando assim, uma maior rentabilidade para o setor produtivo. Isto associado com as potencialidades turísticas poderá fazer com que haja um crescimento e desenvolvimento regional gerando mais empregos e renda.

Justifica-se a relevância no desenvolvimento deste projeto através de ações de caráter estratégico, integrando, num primeiro momento, os municípios com maior potencialidade turística, no contexto do desenvolvimento regional, possibilitando, assim, melhorar a qualidade de vida da população, demonstrado pelos indicadores econômicos, sociais e culturais.

<p>Beneficiários: Em primeiro lugar os beneficiários serão a própria comunidade e os empresários da região; Os turistas e visitantes da região que serão beneficiados com melhores serviços e maiores opções para a visitação e compras; Também, os governos municipais, o estado e o país com aumento da arrecadação.</p>
<p>Resultados pretendidos: Gerar maiores postos de trabalho, aumentar o nº de turistas na região e sua permanência, melhora na qualidade dos serviços, aumento na arrecadação do setor de serviços na região.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Instigar o espírito empreendedor da população regional, através da agregação de valor nas cadeias produtivas, tanto na indústria, comércio e serviços.</p>

<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Diagnóstico das potencialidades turísticas da região para formatação de roteiro Turístico Integrado da Região Águas e Pedras/RS. Meta: efetuado em todos os municípios que compõe o roteiro. Custo: R\$ 150.000,00 Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 2: Elaboração do Projeto de viabilidade do Roteiro Turístico Integrado da Região Águas e Pedras/RS. Meta: projeto elaborado. Custo: R\$ 120.000,00 Prazo: 12 meses</p>
<p>Produto 3: Implantação do Roteiro Turístico Integrado da Região Águas e Pedras/RS. Meta: consolidação do roteiro na região. Custo: R\$ 360.000,00 Prazo: 24 meses</p>
<p>Produto 4: Monitoramento e avaliação do Roteiro Turístico Integrado da Região Águas e Pedras. Meta: avaliar a qualidade dos produtos e serviços ofertados. Custo: R\$ 170.000,00 Prazo: 12 meses</p>

<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Membros do Codemau, Emater e Técnicos envolvidos do setor na região.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério, Secretaria de Turismo e Prefeituras da Região.</p>
<p>Organizações parceiras: Fórum Regional do Turismo Águas e Pedras.</p>

<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Ministério do Turismo</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Não</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: Sim</p>

<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 800.000,00</p>
<p>Fontes de recursos: Público e Privado</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim</p>
<p>Investimentos: R\$ 800.000,00</p>
<p>Despesas Correntes:</p>
<p>Investimentos e despesas correntes por produto: já inclusos nos produtos.</p>

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
Produtos	Períodos(semestres)									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Produto 1	x	x								
Produto 2			x	x						
Produto 3					x	x	x	x		
Produto 4									x	x

PRIORIDADE 09

PROJETO Nº 70

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implantar Centros de Apoio e Informações Turísticas na Região do CODEMAU.
Localização: Corede do Médio Alto Uruguai - Codemau
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.450.000,00
Duração do projeto: 48 Meses
Responsável pela implementação: Corede do Médio Alto Uruguai - Codemau
Escopo: construção do Portal Turístico e Centros de Informações Turísticas.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
<p>Objetivo: Viabilizar a construção do Portal Turístico e Centros de Informações Turísticas para atender aos turistas que visitarem a região, proporcionando informações e segurança, favorecendo a permanência e o retorno dos visitantes à Região;</p>
<p>Justificativa: Na proporção que estamos buscando o desenvolvimento integrado para a região do Médio Alto Uruguai, vemos no Turismo uma alternativa de grande importância, econômica e social, contudo a necessidade de qualificar as estruturas e os recursos humanos da região e indispensável. Neste sentido, a preocupação com a satisfação e o encantamento proporcionado aos usuários de seus produtos e serviços, alertando para a necessidade de repensar as estratégias de desenvolvimento de modo que possam ser garantidas condições mínimas e essenciais de sustentabilidade do destino turístico. Políticas públicas deficientes e insatisfatórias, acabam por vezes desqualificando ou descontinuando ações propositivas voltadas ao fomento do turismo, assim este Plano Estratégico que estamos apresentando auxiliará em muito a evolução do produto turismo na Região do Codemau.</p> <p>Destacamos diversas opções turísticas na região, como as pedras preciosas, a água mineral e termal, os rios, as reservas indígenas e florestais, as propriedades rurais com base na agricultura familiar, agroindústria artesanal, o artesanato, e o turismo religioso, entre outras, tudo isso contribui para um infinito número de belezas naturais, culturais e religiosas da região.</p> <p>Tem-se no planejamento um importante vetor de desenvolvimento, apoiado na prática do planejamento estratégico, buscando alternativas para reduzir as desigualdades regionais. Um estudo proposto pelo Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável (CIDS), da fundação Getúlio Vargas (2003), expressa a necessidade de um Estado capaz de induzir a mobilização de atores sociais em cada região, através de um real incentivo ao trabalho em parceria (Estado, mercado e sociedade civil organizada), para direcionar suas forças de maneiras coerentes com seu meio.</p> <p>Visto a situação econômica dos municípios que integram a região turística Águas e Pedras, sendo estes basicamente voltados à agricultura familiar (minifúndios) e a agroindústria artesanal deve-se buscar alternativas para seu desenvolvimento, com a participação da comunidade objetivando o progresso social, a geração de empregos e, conseqüentemente, o aumento da renda.</p> <p>Para que o desenvolvimento aconteça, deve-se agregar valor através dos produtos e serviços oferecidos, usando a inovação e a diversificação, possibilitando assim, uma maior rentabilidade para o setor produtivo. Isto associado com as potencialidades turísticas poderá fazer com que haja um crescimento e desenvolvimento regional gerando mais empregos e renda.</p> <p>Justifica-se a relevância no desenvolvimento deste projeto através de ações de caráter</p>

estratégico, integrando, num primeiro momento, os municípios com maior potencialidade turística, no contexto do desenvolvimento regional, possibilitando, assim, melhorar a qualidade de vida da população, demonstrado pelos indicadores econômicos, sociais e culturais.

Beneficiários: Qualidade de vida para os usuários, geração de renda aos trabalhadores e maior faturamento aos empresários do setor. Elevação no ticket médio de compras e permanência na região, por consequência aumento nas arrecadações.

Resultados pretendidos: Aumento da passagem e permanência de pessoas na região, criação de novos postos de trabalho, maior e melhor oferta na qualidade dos serviços prestados, crescimento da arrecadação do setor de serviços na região.

Alinhamento Estratégico: Instigar o espírito empreendedor da população regional, através da agregação de valor nas cadeias produtivas, tanto na indústria, comércio e serviços.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Concluir o Portal de Informação Turísticas Regional na BR 386 km 44 – Distrito de Osvaldo Cruz no município de Frederico Westphalen;

Meta: Retomar as ações com objetivo de concluir a estrutura já existente do Portal Turístico, dotar a mesma com equipamentos e recursos humanos

Custo: R\$ 300.000,00

Prazo: 12 meses

Produto 2: Ampliar e requalificar os Centros de Informações Turísticas nos municípios de Iraí, Ametista do Sul e Nonoai;

Meta: Treinar os atendentes e dotar de ferramentas para que possibilitem uma boa orientação aos turistas quando das visitas.

Custo: R\$ 110.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 3: Implantação de Centros de Informações Turísticas nos demais municípios integrantes da região Turística.

Meta: Treinamento e organização das estruturas das Secretarias de Turismo dos municípios da Região, qualificando o quadro de técnicos e assessorando para que estes de fato atuem com proatividade nas atividades do setor.

Custo: R\$ 980.000,00

Prazo: 48 meses

Produto 4: Monitoramento e avaliação das atividades relacionadas a qualidade do atendimento, bem como a avaliação dos serviços turísticos prestados.

Meta: Qualificar o maior número possível de técnicos tanto do setor público como do setor privado.

Custo: R\$ 60.000,00

Prazo: 12 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Membros do Codemau, Emater e Técnicos envolvidos do setor na região.

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério do Turismo, Governo do Estado, Secretaria de Turismo, AMZOP, Prefeituras e Universidades.

Organizações parceiras: Fórum Regional do Turismo, Sindicatos, Emater.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Ministérios do Turismo e parcerias públicas e privadas.

Elaboração de Projeto Executivo: sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$1.450.000,00
Fontes de recursos: Público e Privado
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: Não
Despesas Correntes: R\$ 1.450.000,00
Investimentos e despesas correntes por produto: inclusas no total de cada produto.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
Produtos	Períodos(semestres)									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Produto 1	x	x								
Produto 2		x	x	x	x					
Produto 3			x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 4							x	x	x	x

PRIORIDADE 10 PROJETO N° 128

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de fortalecimento e valorização das águas termais
Localização: Corede do Médio Alto Uruguai - Codemau
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.050.000,00
Duração do projeto: 60 Meses
Responsável pela implementação: Corede do Médio Alto Uruguai – Codemau.
Escopo: Tornar as águas minerais de Irai e Vicente Dutra mais conhecidas no cenário nacional e internacional, sendo indutoras do desenvolvimento local e regional.
Responsável: Codemau, Emater e Fórum Regional do Turismo.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Promover maior divulgação dos benefícios das águas minerais de Irai e Vicente Dutra, através do fortalecimento dos atrativos turísticos e do envolvimento e engajamento do setor público e privado em prol de um setor mais forte e dinâmico.
Justificativa: Os municípios de Irai e Vicente Dutra possuem uma das melhores águas minerais do mundo, e infelizmente nos dias atuais estão sendo pouco exploradas comercialmente. Em ambos os municípios existem uma pequena infraestrutura de balneários até hoje bancados pelo poder público municipal, onde necessita urgentemente realizar uma parceria público-privada para melhor aproveitar e dinamizar esta atividade, que se bem trabalhada pode trazer inúmeros benefícios para a comunidade local e regional e promover o desenvolvimento das comunidades. Pretende-se com este programa, unir todas as forças vivas do município e região, no intuito de juntos, fortalecer a atividade turística nestes municípios tendo o produto água mineral como principal atrativo a ser divulgado. Ampliar a divulgação dos atrativos, bem como, o rol de serviços a serem ofertados pela comunidade aos turistas, para assim, juntamente com o turismo religioso dos Mártires, o Mineral das pedras preciosas e o rural, com as agroindústrias e propriedades familiares, ter um maior portfólio de atrativos para ser comercializado junto às agências de turismo nos grandes centros comerciais.
Beneficiários: População dos 22 municípios do CODEMAU; Turistas que efetuarão visitas nos atrativos turísticos regionais.
Resultados pretendidos: Fortalecimento do setor, com maior empoderamento pela comunidade local e regional destes produtos como sendo únicos e de nossa propriedade, bem como motivar e instigar empreendedores a investir e acreditar mais nesta atividade, ainda pouco explorada comercialmente pela região. Como resulta dos também espera se, o aumento do fluxo e permanência de pessoas na região, criação de novos postos de trabalho, maior e melhor oferta na

qualidade dos serviços prestados, crescimento da arrecadação do setor de serviços na região.

Alinhamento Estratégico: Instigar o espírito empreendedor da população regional, através da agregação de valor nas cadeias produtivas, tanto na indústria, comércio e serviços.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Sensibilizar a comunidade de Irai e Vicente Dutra do potencial que as águas termais poderão trazer, se receberem a devida atenção por parte dos empreendedores e do poder público.

Meta 1: Efetuar visita nos municípios para apresentar a ideia e motivar as pessoas a acreditar no potencial turístico local e regional.

Meta 2: Instigar pessoas a empreender, oferecendo um portfólio maior de serviços e atrativos turísticos.

Custo: R\$ 760.000,00

Prazo: 30 meses

Produto 2: Auxiliar os empreendedores a captar recursos financeiros para implementar seu plano de negócios.

Meta 1: Elaborar plano de negócios para cada empreendedor, de acordo com a sua vocação e interesse de investimento.

Meta 2: Apoio, suporte e acompanhamento junto aos agentes financeiros para obter os recursos necessários para implementar o plano de negócios.

Custo: R\$ 410.000,00

Prazo: 60 meses

Produto 3: Ampliar os produtos turísticos a serem divulgados da região.

Meta 1: Construir um material de divulgação única com todos os atrativos existentes nos municípios da região.

Meta 2: Escolher pontos estratégicos em grandes centros para divulgar e apresentar os nossos atrativos e produtos turísticos.

Custo: R\$ 1.880.000,00

Prazo: 60 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Membros do Codemau, Emater, Universidades e Técnicos envolvidos do setor na região.

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério, Secretaria de Turismo, Prefeituras da Região e Universidades.

Organizações parceiras: Fórum Regional do Turismo Águas e Pedras, Sindicatos, Emater, Cooperativas.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Ministérios do Turismo e Integração Nacional, Secretaria do Turismo

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 3.050.000,00

Fontes de recursos: Públicos e Privados

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: Não

Despesas Correntes: R\$ 3.050.000,00

Investimentos e despesas correntes por produto: inclusas no total de cada produto.

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO										
Produtos	Período (semestres)									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Produto 1	x	x	x	x	x					
Produto 2	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 3	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

26.7 ESTRATÉGIA 7 - Integrar todas as iniciativas existentes das mais variadas entidades e instituições regionais, visando o fortalecimento e a união de esforços em prol de um maior desenvolvimento harmônico e sustentável.

O desenvolvimento sustentável visa garantir que os recursos naturais estejam disponíveis para a geração atual e para as gerações futuras. O desenvolvimento de projetos e programas que tenham como princípio a recuperação e a preservação do meio ambiente são de extrema importância para a melhoria e a manutenção da qualidade ambiental da região do CODEMAU.

Uma das principais fontes de poluição são os dejetos humanos oriundos principalmente dos meios urbanos através do esgotamento sanitário. Nos municípios do CODEMAU são praticamente inexistentes as estações de tratamento de esgoto e para agravar, as redes coletoras do esgoto fluvial é junto com o esgoto doméstico. Os resíduos industriais, de serviços também precisam atenção especial para não agravarem a agressão que o meio ambiente já sofre.

Aliado a ações de destinação correta dos resíduos proveniente das atividades humanas, a recuperação de nascente e da mata ciliar contribuirão para a melhoria da qualidade das águas superficiais e subterrâneas. Para monitorar a qualidade das águas é necessária a implantação de um laboratório de água para o consumo humano, devidamente registrado e homologado para a realização de análises.

Conscientizar a população sobre a importância da preservação e dos cuidados com o meio ambiente é importante para que as gerações futuras possam usufruir dos recursos naturais da região. Para isso a realização de ações de sensibilização ambiental são importantes, através de ações educativas desenvolvidas na sociedade.

PRIORIDADE 01

PROJETO Nº 115

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de Saneamento Básico Regional, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e tratamento de resíduos em todos os municípios da região do Codemau.
Localização: Corede Médio Alto Uruguai – Codemau
Valor total estimado do projeto: R\$ 246.053.397,79
Duração do projeto: 60 meses
Responsável pela implementação: Poder Executivo Municipal; Concessionária de Serviços Públicos no Município com outorga de concessão; Governo do Estado.
Acompanhamento da execução: Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai – CODEMAU.
Escopo: Construir um conjunto de obras de infraestrutura para implantar saneamento básico nos 22 municípios da região do Codemau, através de coleta e tratamento de esgoto sanitário, abastecimento de água, coleta e tratamento de resíduos sólidos e drenagem urbana. Projeto Executivo, Licenciamentos, desapropriações e conclusão das obras.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Implantação de Sistema de Tratamento de Esgoto Sanitário nos 22 municípios da região do Codemau, abrangendo Estação de Tratamento, Rede Coletora, Rede Emissárias e Elevatórias.

Justificativa: Através de reestruturação de Sistemas de Coleta, Transporte e Tratamento de Esgoto Sanitário Urbanos Públicos (**abreviado em: SES**), nos Municípios buscar-se-á adequá-lo às novas tecnologias na área de inserção das sedes administrativas municipais existentes e consolidadas, visto que a maior parte das estruturas instaladas em datas pretéritas e que, pelo aumento populacional por ora encontram-se subdimensionadas e obsoletas.

Tendo em vista as diferentes áreas de inserção destas atividades no cotidiano urbano, quanto aos ambientes conceituados por Viana (2004)¹, para o qual de acordo com sua abrangência, sendo didática, para facilitar seu estudo está distribuído conforme o que se segue, destacamos a seguinte conclusão:

- **Meio ambiente natural:** Destina-se a regulação do ambiente natural que inclui a proteção do solo, da água, do ar, da fauna e da flora, momento em que os presentes almejos de projetos, dever-se-á garantir melhoras significativas nos representantes destes ambientes;
- **Meio ambiente artificial ou meio ambiente edificado ou construído:** destina-se à regulação dos centros urbanos e rurais tem seu foco principal nas edificações antrópicas, objetiva disciplinar a exemplo de: formação de loteamentos urbanos e rurais, regular o tráfego de veículos e fiscalizar edificações no meio urbano e rural e tem como finalidade proporcionar uma melhor qualidade de vida à população, momento em que apresentar-se-á condições de saneamento básico atualmente inexistente nas sedes administrativas municipais, principalmente no quesito Esgotamento Sanitário;
- **Meio ambiente cultural:** objetiva a busca pelo conhecimento e preservação do patrimônio histórico, turístico, estético, paisagístico, artístico, arqueológico, paleológico e científico, neste ambiente dever-se-á significativas melhoras por tratar-se de modelo a ser seguido pelas demais áreas das sedes administrativas, momento em que a população passa a ter conhecimento de todos os processos que envolvem a destinações de seus esgotamentos sanitários;
- **Meio ambiente do trabalho:** objetiva a busca pelo conhecimento dos ambientes funcionais e deve exercer a proteção da saúde e segurança do trabalhador, neste quesito ganha toda a população, assim como a comunidade localizada normalmente a jusante das sedes administrativas, que passa a contar com cursos hídricos, parcialmente livres de agentes poluidores oriundos de toda a sorte de esgotamentos sanitários urbanos.

Visando a universalização do saneamento básico à todos os cidadãos, por direito assegurado conforme Lei federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, denominada de “Lei do Saneamento Básico”, faz-se necessário investimentos que garantam a qualidade de vida da população, qualidade do ambiente, e de todos os seres que nele estão inseridos.

Conforme esta mesma lei considera-se Sistema de Esgotamento Sanitário, toda a sorte de atividades que englobam as estruturas de geração, coleta, transporte, tratamento e disposição final ao qual se resume desde a ligação predial até a disposição final no ambiente de entorno.

A falta de tratamento dos esgotos e condições adequadas de saneamento pode contribuir para a proliferação de inúmeras doenças parasitárias e infecciosas além da degradação dos corpos hídricos. A disposição adequada dos esgotos é essencial para a proteção da saúde pública. Aproximadamente, cinquenta tipos de infecções podem ser transmitidas de uma pessoa doente para uma sadia por diferentes caminhos, envolvendo os excretas humanos. Os esgotos, ou excretas, podem contaminar a água, o alimento, os utensílios domésticos, as mãos, o solo ou ser transportados por moscas, baratas, roedores, provocando novas infecções.

Epidemias de febre tifoide, cólera, disenterias, hepatite infecciosa e inúmeros casos de

¹ VIANA, M. B., 2004: **A Contribuição Parlamentar para a Política Florestal no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados. Consultoria Administrativa. Estudo setembro.

verminoses - algumas das doenças que podem ser transmitidas pela disposição inadequada dos esgotos são responsáveis por elevados índices de mortalidade em países do terceiro mundo. As crianças são suas vítimas mais frequentes, uma vez que a associação dessas doenças à subnutrição é, geralmente, fatal. A elevação da expectativa de vida e a redução da prevalência das verminoses que, via de regra, não são tão letais, mas desgastam o ser humano, somente podem ser pretendidas através da correta disposição dos esgotos.

Outra importante razão para tratar os esgotos é a preservação do meio ambiente. As substâncias presentes nos esgotos exercem ação deletéria nos corpos de água: a matéria orgânica pode causar a diminuição da concentração de oxigênio dissolvido provocando a morte de peixes e outros organismos aquáticos, escurecimento da água e exalação de odores desagradáveis; é possível que os detergentes presentes nos esgotos provoquem a formação de espumas em locais de maior turbulência da massa líquida; defensivos agrícolas determinam a morte de peixes e outros animais. Há, ainda a possibilidade de eutrofização pela presença de nutrientes, provocando o crescimento acelerado de algas que conferem odor, gosto e biotoxinas à água (CETESB, 1988)².

No campo de tecnologias para o tratamento de esgotos sanitários, a escolha entre as diversas alternativas disponíveis é ampla e depende de diversos fatores, dentre eles, podem ser citados:

- Área disponível para implantação da ETE;
- Topografia dos possíveis locais de implantação e das bacias de drenagem e esgotamento sanitário;
- Volumes diários a serem tratados e variações horárias e sazonais da vazão de esgotos;
- Características do corpo receptor de esgotos tratados;
- Disponibilidade e grau de instrução da equipe operacional responsável pelo sistema;
- Disponibilidade e custos operacionais de consumo de energia elétrica;
- Clima e variações de temperatura da região;
- Disponibilidade de locais e/ou sistemas de reaproveitamento e/ou disposição adequados dos resíduos gerados pela ETE.

O tratamento de esgotos pode ser dividido em níveis de acordo com o grau de remoção de poluentes ao qual se deseja atingir. O tratamento preliminar destina-se a remoção de sólidos grosseiros em suspensão (materiais de maiores dimensões e o sólidos decantáveis como areia e gordura). São utilizados apenas mecanismos físicos (gradeamento e sedimentação por gravidade) como método de tratamento. Esta etapa tem a finalidade de proteger as unidades de tratamento subsequentes e dispositivos de transporte como por exemplo: bombas e tubulações, além de proteção dos corpos receptores quanto aos aspectos estéticos. Os tratamentos primários além dos sólidos sedimentáveis, removem também uma pequena parte da matéria orgânica, utilizando-se de mecanismos físicos como método de tratamento. O tratamento secundário, geralmente constituído por reator biológico, remove grande parte da matéria orgânica, podendo remover parcela dos nutrientes como nitrogênio e fósforo.

De acordo com a área, com os recursos financeiros disponíveis e com o grau de eficiência que se deseja obter, um ou outro processo de tratamento pode ser mais adequado. Os Sistemas de Tratamento de Esgoto Sanitário nas sedes urbanas dos Municípios abrangendo as estruturas de Estação de Tratamento, Rede Coletora, Rede Emissárias e Elevatórias, **estando como referência**

² Governo do Estado de São Paulo: Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo; CETESB - Instituto de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo; SABESP- Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pela concessionária com outorga de prestação de serviços no Município de Frederico Westphalen com projeto no modelo da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.

Beneficiários: aproximadamente 155 mil pessoas residentes na região do Corede.

Resultados pretendidos: Melhoria na qualidade das águas que estão inseridas dentro da área de abrangência do Corede, redução no número de patologias crescimento econômico e social e o desenvolvimento sustentável, proporcionando melhor qualidade de vida à população.

Alinhamento Estratégico: Integrar todas as iniciativas existentes das mais variadas entidades e instituições regionais, visando o fortalecimento e a união de esforços em prol de um maior desenvolvimento harmônico e sustentável.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Alpestre - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$9.121.335,95

Prazo: 48 meses.

Produto 2: Ametista do Sul - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$ 9.121.335,95

Prazo: 48 meses.

Produto 3: Caiçara - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$ 5.398.776,93

Prazo: 24 meses.

Produto 4: Cristal do Sul - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$ 9.121.335,95

Prazo: 48 meses.

Produto 5: Dois Irmãos das Missões - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$ 9.121.335,95

Prazo: 48 meses.

Produto 6: Erval Seco - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$ 9.121.335,95

Prazo: 48 meses.

Produto 7: Frederico Westphalen - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$ 52.311.551,39

Prazo: 60 meses.

Produto 8: Gramado dos Loureiros - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$ 7.117.775,93

Prazo: 48 meses.

Produto 9: Iraí - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$ 11.722.325,96

Prazo: 48 meses.

Produto 10: Nonoai - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$ 13.352.875,06

Prazo: 48 meses.

Produto 11: Novo Tiradentes - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$ 7.906.999,98

Prazo: 48 meses.

Produto 12: Palmitinho - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$ 9.042.689,65

Prazo: 48 meses.

Produto 13: Pinhal - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$ 7.962.320,11

Prazo: 48 meses.

Produto 14: Pinheirinho do Vale - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$ 8.633.230,10

Prazo: 48 meses.

Produto 15: Planalto - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$ 12.810.355,96

Prazo: 48 meses.

Produto 16: Rio dos Índios - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$ 7.117.775,93

Prazo: 48 meses.

Produto 17: Rodeio Bonito - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$ 8.736.351,10

Prazo: 48 meses.

Produto 18: Seberi - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$ 14.603.931,04

Prazo: 48 meses.

Produto 19: Taquaruçu do Sul - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.

Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.

Custo: R\$ 7.767.721,90

Prazo: 48 meses.

<p>Produto 20: Trindade do Sul - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.</p> <p>Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.</p> <p>Custo: R\$ 8.950.666,00</p> <p>Prazo: 48 meses.</p>
<p>Produto 21: Vicente Dutra - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.</p> <p>Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.</p> <p>Custo: R\$ 9.631.036,00</p> <p>Prazo: 48 meses.</p>
<p>Produto 22: Vista Alegre - Construção de rede coletora de esgoto e central de tratamentos resíduos.</p> <p>Meta: Implantação de estação de tratamento, Inserção de estrutura de tratamento, Implantação de Rede, Coletora, Emissárias e Elevatórias, Inserção dos sistemas de transporte na sede urbana, obras concluídas.</p> <p>Custo: R\$ 7.380.335,00</p> <p>Prazo: 48 meses.</p>

<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Técnicos da Concessionária de Serviços Públicos locais com outorga de concessão; Técnicos do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, do Município; Técnicos da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento do Município.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Governo Federal, Governo do Estado, FEPAM, Emater, Ministério Público, Ministério do Meio Ambiente. Ministério das Cidades, Empresas do setor.</p>
<p>Organizações parceiras: Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Governo do Estado, Concessionária de serviços públicos no Município, Codemau, Emater, ADMAU, Universidades.</p>

<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Sim</p>
<p>Licença Ambiental: Sim</p>
<p>Licitação: Sim</p>

<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 246.053.397,79</p>
<p>Fontes de recursos: Governo Federal, Estadual e Municipal.</p>

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 246.053.397,79

Despesas Correntes: inclusos no valor dos produtos

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

	Período (semestres)									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Produto 1	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 2	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 3	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 4	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 5	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 6	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 7	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Produto 8	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 9	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 10	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 11	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 12	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 13	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 14	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 15	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 16	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 17	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 18	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 19	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 20	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 21	x	x	x	x	x	x	x	x		
Produto 22	x	x	x	x	x	x	x	x		

PRIORIDADE 02

PROJETO Nº 98

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Programa de Implantação do Laboratório de Análise de Água para Consumo Humano (LAACH) – Análise de Parâmetros da Portaria 2914 de 2011.

Localização: COREDE Médio Alto Uruguai.

Valor total estimado do projeto: R\$ 3.200.000,00 (Três milhões e duzentos mil reais)

Duração do projeto: 36 meses

Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai.

Escopo: Implantação do Laboratório de Análise de Água para Consumo Humano (LAACH) – Análise de Parâmetros da Portaria 2914 de 2011.

Responsável:

Direção do CODEMAU e instituições parceiras

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Implantação de um laboratório de referência na análise de águas para o consumo humano, que atenda a portaria nº 2.914 de 12 de dezembro de 2011, na região Sul (Médio Alto Uruguai.) do Brasil.

Objetivos específicos:

- a) Instalar um laboratório de análise de água na região do COREDE alto médio Uruguai;
- b) Avaliar a qualidade das águas consumidas pela comunidade rural e urbana;
- c) Desenvolver, implementar e adaptar rotinas para análise de Resíduos de Pesticidas em águas na cadeia produtiva;
- d) Atuar na formação de recursos humanos possibilitando a melhor gestão das águas na região do COREDE alto médio Uruguai;
- e) Promover a continuidade científico-tecnológica dos trabalhos de pesquisa e fortalecer as linhas de pesquisa que tratam das águas da cadeia produtiva.

Justificativa: A preocupação com a água adquire maior complexidade na medida em que amplia-se o campo de visão e assume aspectos ambientais, econômicos, políticos e sociais, envolvidos na sua gestão pública. A degradação ambiental que afeta a qualidade das águas de rios e lagos, decorrentes do acelerado e desorganizado desenvolvimento industrial e, os indicadores de abrangências da cobertura do saneamento básico do país, são fatores que nos fornecem um quadro dramático da situação da qualidade atual das águas do país, com maior gravidade e possibilidade de colapso nas regiões metropolitanas.

Além do aspecto da degradação ambiental, os indicadores de moléstias associadas à falta de saneamento básico são alarmantes, prevalecendo as chamadas moléstias de veiculação hídrica, cuja contaminação e propagação estão diretamente relacionadas às condições de saneamento ambiental, e cuja prevenção, está diretamente ligada à melhoria das condições do saneamento básico.

Dentro do amplo quadro no qual se insere a preocupação com políticas públicas voltadas aos recursos hídricos, a água, vista como recurso natural, conquista o status de bem ambiental e incorpora a preocupação com relação aos aspectos de sua sustentabilidade e sua relação com os impactos ambientais.

Beneficiários: Municípios, Agropecuárias, Agricultores da região de abrangência do Corede Médio Alto Uruguai.

Resultados pretendidos: Os resultados esperados são diversos e beneficiam diretamente os produtores rurais e indiretamente os habitantes urbanos, principalmente pela melhoria na qualidade da água e dos produtos consumidos pela população.

Dentre os resultados pretendidos, destacam-se:

- a) Melhoria na qualidade das águas e com conseqüente melhoria na qualidade de vida da população
- b) Aumento das receitas dos agricultores pela redução de gastos na saúde;
- c) Melhoria das receitas dos agricultores pela valorização do produto.

Alinhamento Estratégico: Integrar todas as iniciativas existentes das mais variadas entidades e instituições regionais, visando o fortalecimento e a união de esforços em prol de um maior desenvolvimento harmônico e sustentável.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Instalação do laboratório de análise da qualidade das águas;

Meta: Aquisição e instalação dos equipamentos para análise da qualidade das águas das propriedades rurais da região de abrangência do projeto.

Custo: R\$ 2.250.000,00 (Dois Milhões e duzentos e cinquenta mil reais)

Prazo: 12 meses

<p>Produto 2: Avaliar a qualidade das águas consumida pela comunidade rural e urbana</p> <p>Meta: Caracterizar a qualidade das águas das propriedades e os sistemas produtivos desenvolvidos nas propriedades rurais.</p> <p>Custo: R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais)</p> <p>Prazo: 12 meses após o produto 1.</p>
<p>Produto 3: Criar estratégias, pautadas nas avaliações da qualidade da água, com o propósito de informar e definir os sistemas de tratamentos das águas das propriedades e dos sistemas produtivos e desenvolvidos nas propriedades rurais.</p> <p>Meta: Definir e sugerir sistemas de tratamentos das águas das propriedades, nos sistemas produtivos e nas atividades agropecuárias desenvolvidas nas propriedades rurais, com base na caracterização realizada no Produto 2.</p> <p>Custo: R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais)</p> <p>Prazo: 06 meses após o produto 2.</p>
<p>Produto 4: Desenvolvimento e publicação de cartilha com orientações sobre os tratamentos e cuidados com a qualidade da água na região do COREDE alto médio Uruguai e realização de seminários municipais sobre o tema.</p> <p>Meta: Definir e sugerir o manejo adequado das águas para as atividades agropecuárias desenvolvidas nas propriedades rurais, com base na caracterização realizada no Produto 2.</p> <p>Custo: R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais)</p> <p>Prazo: 06 meses após o produto 3.</p>

4 – ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: CODEMAU, Universidades, EMATER/RS, Prefeituras Municipais.
Órgãos Públicos Envolvidos: Universidades, Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Comitê de Gerenciamento de Bacia hidrográfica do rio da Várzea, Prefeituras Municipais.
Organizações parceiras: CODEMAU, Universidades, EMATER/RS, Prefeituras Municipais.

5 – REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Estadual através de suas secretarias, como: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Sim
Licitação: Sim
Outros: Compra via importação direta e contratação de Fundação (custo 8% do projeto)

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 3.200.000,00 (Três milhões e duzentos mil reais)
Fontes de recursos: Governo Estadual através de suas secretarias, como: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)
Despesas Correntes: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 2.250.000,00
Produto 2: R\$ 450.000,00
Produto 3: R\$ 250.000,00
Produto 4: R\$ 250.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO						
Produto	Período (semestre)					
	I	II	III	IV	V	VI
Produto 1	x	x				
Produto 2			x	x		
Produto 3					x	
Produto 4	x					

PRIORIDADE 03

PROJETO Nº 95

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de recuperação de nascentes.
Localização: COREDE Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai
Escopo: Localizar, examinar, analisar a qualidade da água e executar a sua recuperação e com a restauração manter-se ativa a nascente, direcionando as águas recuperadas para consumo em geral e a recondução para córrego, sanga ou rio mais próximo da nascente/fonte.
Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
<p>Objetivo Geral: Promover ações, junto aos proprietários de áreas nas quais se encontram as nascentes (fontes de águas naturais) e demais áreas até o ponto de encontro de outras águas (sangas, córregos e rios) na área de abrangência do COREDE Médio Alto Uruguai, a saber:</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> Reabrir ou ampliar a área da nascente; Alargar os espaços margens para facilitar o curso das águas da nascente; Criar, desenvolver e divulgar através de uma Cartilha de Educação Ambiental específica, a necessidade da preservação da quantidade e da qualidade das águas, principalmente nas escolas de nível inicial, tanto na área rural como na área urbana.
<p>Justificativa: A região do CODEMAU sofreu, durante o período da chamada Revolução verde, sofreu processos de supressão de áreas naturais para implantação da agricultura, o que ocasionou redução significativa da cobertura vegetal que existia nesta região. Como consequência deste processo, inúmeras nascentes secaram, causando redução no volume e na qualidade das águas superficiais.</p> <p>A preservação e recuperação de nascentes proporcionará como principal benefício o aumento no volume das águas superficiais e conseqüentemente, aumentará a qualidade das águas que abastecem tanto o meio rural quanto as cidades.</p>
<p>Beneficiários:</p> <ol style="list-style-type: none"> Todos os seres vivos, uma vez que água é vida; Os proprietários e ou conviventes às margens desses cursos d'água. Populações urbanas que utilizam águas superficiais para o abastecimento.
<p>Resultados pretendidos:</p> <ol style="list-style-type: none"> Melhorias nas águas recuperadas; Aumento da quantidade de águas na região recuperada; Benefícios a toda a população local e regional. Melhor aproveitamento no uso das águas recuperadas. Redução do uso de águas subterrâneas para abastecimento de áreas urbanas e rurais.
<p>Alinhamento Estratégico: Integrar todas as iniciativas existentes das mais variadas entidades e instituições regionais, visando o fortalecimento e a união de esforços em prol de um maior desenvolvimento harmônico e sustentável.</p>

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Levantamento do número de nascentes passíveis de recuperação; Identificação das coordenadas geográficas das nascentes e seus cursos, através de mapeamento.

Meta: Identificar nascentes degradadas com possibilidade de recuperação.

Custo: 250.000,00

Prazo: 12 meses.

Produto 2: Criação de um programa de recuperação de nascentes

Meta: Recuperar nascentes degradadas na região do CODEMAU.

Custo: 750.000,00

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Equipe do CODEMAU, Corsan, Comitê de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica, Emater/RS, Universidades.

Órgãos Públicos Envolvidos: SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente
Secretaria Estadual da Agricultura, Comitê de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica do Várzea, Universidades

Organizações parceiras: Universidades, Empresas privadas, ONGs, Cooperativas, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Emater/RS.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Secretarias Estaduais vinculadas ao Meio Ambiente, Prefeituras Municipais

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Fontes de recursos: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através de suas secretarias vinculadas ao meio ambiente e prefeituras municipais.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)

Despesas Correntes: R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 250.000,00

Produto 2: R\$ 750.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produto	Período (semestres)					
	I	II	III	IV	V	VI
Produto 1	x	x				
Produto 2			x	x	x	x

PRIORIDADE 04

PROJETO Nº 92

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Programa de conservação de solos e água na zona rural

Localização: COREDE Médio Alto Uruguai.

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.050.000,00

Duração do projeto: 30 meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai.
Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
<p>Objetivo Geral: Promover ações de conservação do solo e das águas nos municípios do Corede Médio Alto Uruguai.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Levantar do número de propriedades rurais da região de abrangência do projeto. b) Realizar caracterização estrutura da paisagem. c) Classificar a aptidão agrícola das terras. d) Identificar e analisar os sistemas produtivos adotados e a situação da propriedade em relação ao CAR e PRA. e) Definir do sistema de manejo adequado para as atividades agropecuárias desenvolvidas, de acordo com a aptidão do solo. f) Desenvolver e publicar cartilha com orientações sobre preservação, manejo, conservação e recuperação do solo e água, considerando as características regionais. g) Realizar capacitação de técnicos e agricultores sobre manejo e conservação do solo e águas. h) Elaborar Planos Municipais de conservação do solo e águas. <p>Justificativa: O desgaste do solo é um causador de diversos problemas, tanto de ordem econômica quanto de ordem ambiental. Na economia, impacta por ocasionar perda de nutrientes, matéria orgânica e, conseqüentemente, da fertilidade do solo, acarretando na necessidade de reposição artificial com calagem e adubação, o que aumenta os custos de produção. No ambiente, impacta pelos processos erosivos que depositam sedimentos no leito dos rios, causando assoreamento e contaminação das águas pelo acúmulo de fertilizantes e defensivos agrícolas nos mananciais hídricos.</p> <p>Ações que podem minimizar os processos negativos causados pelo uso inadequado das terras podem ser divididas em 3 etapas:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Diagnóstico: dimensionar o problema; b) Interpretação: confrontar com normas técnicas para ver o que pode ser feito para minimizar os impactos; c) Ações: Propor ações estratégias para conservação do solo e das águas no meio rural. <p>Desenvolver ações que visem minimizar os problemas causados pelos processos de degradação do solo traz benefícios diretos para a economia dos produtores rurais e para os municípios, além de trazer benefícios para o meio ambiente, principalmente no que diz respeito aos recursos hídricos.</p> <p>A redução na contaminação dos mananciais hídricos reduz também os custos de tratamento para sua potabilidade. Além disso, mananciais hídricos mais limpos favorecem outras atividades como pesca e recreação.</p> <p>Beneficiários: Agropecuaristas e usuários das águas da região de abrangência do Corede Médio Alto Uruguai.</p> <p>Resultados pretendidos: Os resultados esperados são diversos e beneficiam diretamente os produtores rurais e indiretamente os habitantes urbanos, principalmente pela melhoria na qualidade da água que, em muitas cidades, é captada dos rios que cruzam o município.</p> <p>Dentre os resultados pretendidos, destacam-se:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Conhecimento da estrutura da paisagem da região do CODEMAU. b) Mapear a aptidão agrícola das terras da região do CODEMAU. c) Conscientização sobre o manejo adequado do solo. d) Conservação do solo. e) Redução dos processos erosivos. f) Redução da necessidade de correção do solo. g) Redução dos processos de assoreamento dos rios. h) Melhoria na qualidade das águas.

<ul style="list-style-type: none"> i) Diminuição nos custos de tratamento das águas para consumo. j) Aumento das receitas dos agricultores pela redução de investimentos. k) Produção de material orientador sobre manejo e conservação do solo, considerando as características regionais. l) Capacitação de técnicos e agricultores sobre manejo e conservação do solo e das águas. m) Elaboração de Planos Municipais de e conservação do solo e das águas.
<p>Alinhamento Estratégico: Integrar todas as iniciativas existentes das mais variadas entidades e instituições regionais, visando o fortalecimento e a união de esforços em prol de um maior desenvolvimento harmônico e sustentável.</p>

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Levantamento do número de propriedades rurais da região de abrangência do projeto.

Meta: Identificação e caracterização das propriedades rurais dos 22 municípios do CODEMAU.

Custo: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Prazo: 06 meses

Produto 2: Mapa com a caracterização da paisagem e com a classificação da aptidão agrícola das terras da região do CODEMAU.

Meta: Caracterização da paisagem e a aptidão agrícola das terras

Custo: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)

Prazo: 06 meses

Produto 3: Identificação e análise do sistema produtivo adotado.

Meta: Identificação do sistema produtivo agropecuário adotados e desenvolvidos nas propriedades rurais.

Custo: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Prazo: 06 meses após o produto 1.

Produto 4: Definição do sistema de manejo adequado para as atividades agropecuárias desenvolvidas, de acordo com a aptidão agrícola das terras.

Meta: Definir e sugerir o sistema produtivo e de manejo adequado para as atividades agropecuárias desenvolvidas nas propriedades rurais, com base na caracterização realizada no Produto 2.

Custo: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Prazo: 06 meses após o produto 2.

Produto 5: Desenvolvimento e publicação de cartilha com orientações sobre manejo, recuperação e conservação do solo e das águas considerando as características regionais e realização de seminários municipais sobre o tema.

Meta: Definir e sugerir o sistema produtivo e de manejo adequado para as atividades agropecuárias desenvolvidas nas propriedades rurais, com base na caracterização realizada no Produto 2.

Custo: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Prazo: 06 meses após o produto 3.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Equipe do CODEMAU, Universidades, Emater, Cooperativas do ramo Agropecuário, Bancos e Cooperativas de crédito

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Comitê de Gerenciamento de Bacia hidrográfica do Várzea, Prefeituras Municipais.

Organizações parceiras: Emater, Universidades, Escolas, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos Rurais, Empresas, ONGs, Cooperativas

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo Estadual através de suas secretarias, como: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais)
Fontes de recursos: Governo Estadual através de suas secretarias, como: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
Despesas Correntes: R\$ 850.000,00 (Oitocentos e cinquenta mil reais).
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 100.000,00
Produto 2: R\$ 400.000,00
Produto 3: R\$ 150.000,00
Produto 4: R\$ 150.000,00
Produto 5: R\$ 250.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO					
Produto	Período (semestres)				
	I	II	III	IV	V
Produto 1	x				
Produto 2		x			
Produto 3			x		
Produto 4				x	
Produto 5					x

PRIORIDADE 05

PROJETO Nº 94

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Instalação de unidade de destino adequado para resíduos industriais e de serviços de saúde.
Localização: COREDE Médio Alto Uruguai.
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.550.000,00 (um milhão quinhentos e cinquenta mil reais)
Duração do projeto: 96 meses.
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai.
Escopo: Instalação de uma unidade de recebimento e destino adequado para resíduos industriais e de serviço de saúde
Responsável: Direção do CODEMAU instituições parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo Geral: Instalar uma unidade de tratamento e destino final para resíduos industriais classe I e II e de serviços de saúde.
Objetivos Específicos:
a) Cadastramento quali-quantitativo dos geradores desses tipos de resíduos;
b) Fornecer o destino adequado aos resíduos industriais classe I e II, além dos oriundos dos serviços de saúde e;
c) Redução dos custos de destinação aos geradores localizados na região do COREDE.

Justificativa: A destinação dos resíduos industriais e de serviços de saúde representam uma grande preocupação de seus geradores. Sendo que estes tipos necessitam de um tratamento diferenciado dos demais resíduos, sendo este tratamento mais complexo e de maior custo. Poucas unidades realizam esse tratamento atualmente.

Aliado a isso, se tem como principal objetivo a redução de custos de coleta e envio destes, por parte dos geradores, sejam públicos ou privados. Assim, busca-se alternativas para esse fim, sendo uma destas a construção de uma estrutura em um local que já opera com a destinação de resíduos, porém de outras classes.

Beneficiários: Todos os geradores desses resíduos na abrangência do Corede Médio Alto Uruguai.

Resultados pretendidos: Dentre os resultados pretendidos, destacam-se:

- 1) Destinação adequada dos resíduos classificados nas classes pretendidas;
- 2) Redução dos custos de envio e tratamento para esses materiais e;
- 3) Cadastramento e levantamento da quantidade de resíduos produzidos.

Alinhamento Estratégico: Integrar todas as iniciativas existentes das mais variadas entidades e instituições regionais, visando o fortalecimento e a união de esforços em prol de um maior desenvolvimento harmônico e sustentável.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Cadastramento dos geradores (Formais e informais) destes resíduos.

Meta: Cadastrar e quantificar os geradores, públicos e autônomos, na região de abrangência do projeto.

Custo: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Prazo: 12 meses

Produto 2: Fornecer o destino adequado aos resíduos industriais classe I e II, além dos oriundos dos serviços de saúde.

Meta: Construção e operação de uma unidade que realize o destino adequado para esses resíduos, sem comprometer o meio ambiente e a população em geral.

Custo: R\$ 1.500.000,00 (um milhão quinhentos e cinquenta mil reais)

Prazo: 24 meses após o produto 1.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Universidades Federais e Particulares, Equipe do CODEMAU, Emater, Equipe técnica das prefeituras, Consórcios de Gestão de Resíduos (CIGRES e CONIGEPU).

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério do Meio Ambiente, Fundação Nacional da Saúde, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Comitê de Gerenciamento de Bacia hidrográfica do Várzea, Prefeituras Municipais.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Ministério do Meio Ambiente, Fundação Nacional da Saúde, Governo Estadual através de suas secretarias, como: Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.550.000,00 (um milhão quinhentos e cinquenta mil reais)

Fontes de recursos: Ministério de Meio Ambiente, Fundação Nacional da Saúde Secretaria Estadual de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais)

Despesas Correntes: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 50.000,00
Produto 2: R\$ 1.500.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO				
Produtos	Período (semestre)			
	I	II	III	IV
Produto 1	x	x		
Produto 2	x	x	x	x

PRIORIDADE 06 PROJETO Nº 97

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Ações de sensibilização ambiental através de ações educativas desenvolvidas na sociedade
Localização: COREDE Médio Alto Uruguai.
Valor total estimado do projeto: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai.
Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
<p>Objetivo Geral: Desenvolver atividades educativas direcionadas a sensibilização ambiental em escolas, universidades, comunidades e produtores rurais, com enfoque na coleta seletiva, compostagem de material orgânico e produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Trabalhar temas de sensibilização ambiental em escolas; b) Realizar palestras para comunidades e em escolas, buscando-se ensinar formas de reaproveitamento de resíduos orgânicos gerados nos domicílios; c) Desenvolver ações de incentivo à separação e destinação correta de resíduos; d) Nas escolas e na comunidade, ensinar e incentivar práticas de agricultura orgânica que venham a produzir alimentos sem agrotóxicos; e) Criar, organizar e dar funcionalidade a um sistema de compostagem e horta orgânica junto à sociedade. <p>Justificativa:A preocupação com o meio ambiente é um tema relativamente novo na história da humanidade. Especificamente no Brasil, somente em 1973 é que foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente, SEMA, no âmbito do Ministério do Interior, que entre outras atividades, começou a promover ações de Educação Ambiental a nível nacional. Felizmente, hoje em dia, ter e manter o meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado é um direito e um dever de todo cidadão (AMOY, 2007).</p> <p>Neste contexto, um dos grandes desafios da atualidade é a minimização da geração de resíduos sólidos e a utilização dos resíduos orgânicos para o processo de compostagem. A partir da compostagem, busca-se a produção de hortas orgânicas garantindo uma alimentação segura, com alimentos saudáveis, que não comprometam o meio ambiente e as próximas gerações. Sabe-se que desde o local de produção até chegar ao consumidor, os alimentos percorrem longos caminhos, com muitos riscos de contaminação, e a falta de cuidados tanto com a segurança como com a qualidade de produção destes, acarretando perigo para a saúde dos consumidores.</p> <p>Procurando atingir este patamar de produção de alimentos seguros, a agricultura orgânica apresenta-se como uma opção de grande expansão a nível mundial no que se refere a produtos de qualidade, com certificação de origem e sustentabilidade (SANTOS; MATEUS, 2012).</p> <p>E é nesta perspectiva que este projeto se insere, incentivando práticas de agricultura orgânica que venham a produzir alimentos seguros, desenvolvendo e aprimorando ações de Educação Ambiental, que primem pela redução na quantidade de resíduos gerados diariamente pelas pessoas, coleta seletiva e melhoria na qualidade de vida, fazendo com que os cidadãos construam</p>

valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas à conservação do meio ambiente.

Beneficiários: Comunidade escolar, universidades, comunidades e produtores rurais da região de abrangência do Corede Médio Alto Uruguai.

Resultados pretendidos: Espera-se que o trabalho de sensibilização ambiental relacionado à amenização na quantidade de resíduos gerados, a coleta seletiva, ao descarte ambientalmente correto de resíduos e a produção de alimentos seguros venha a ser uma importante ferramenta para formação de uma sociedade consciente da importância dessas práticas para o desenvolvimento sustentável.

Conhecendo-se a grande quantidade de resíduos sólidos gerados pela população da região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, e em função da necessidade de transformação desses resíduos em produtos advindos de processos biológicos para posterior utilização na produção orgânica, propõe-se a compostagem como uma alternativa viável e eficiente no tratamento de resíduos sólidos orgânicos agrícolas, agroindustriais e urbanos, uma vez que assim se poderá produzir um adubo que é essencial para o solo, promovendo melhorias em sua estrutura e fertilidade, além de proporcionar às culturas um aumento na sua produtividade e segurança nutricional.

Busca-se assim ampliar conhecimentos dos envolvidos com o projeto, abrangendo desde agricultura, ciências naturais e economia solidária, ampliando ensinamentos voltados aos ambientes humanos sustentáveis e produtivos, em equilíbrio e harmonia com a natureza.

Alinhamento Estratégico: Integrar todas as iniciativas existentes das mais variadas entidades e instituições regionais, visando o fortalecimento e a união de esforços em prol de um maior desenvolvimento harmônico e sustentável.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Realização de ações de Educação Ambiental em escolas.

Meta: Trabalhar (Palestras, oficinas) temas de conscientização ambiental em escolas da região do COREDE Médio Alto Uruguai, procurando ensinar procedimentos de separação adequada de resíduos, em favorecimento aos objetivos da coleta seletiva;

Custo: R\$ 30.000,00

Prazo: 06 meses

Produto 2: Ensinar a técnica da Compostagem

Meta: Realizar palestras para comunidades escolares buscando ensinar formas de reaproveitamento de resíduos orgânicos gerados nos domicílios

Custo: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Prazo: 06 meses após o produto 1.

Produto 3: Produção de horta orgânica

Meta: Nas escolas e na comunidade, ensinar e incentivar práticas de agricultura orgânica que venham a produzir alimentos seguros, livres de contaminação;

Custo: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Prazo: 06 meses após o produto 2.

Produto 4: Elaboração de cartilha

Meta: Desenvolvimento e publicação de cartilha com orientações sobre Separação dos resíduos, compostagem e horta orgânica.

Custo: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Prazo: 06 meses após o produto 3.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: CODEMAU, Universidades, EMAT ER, Prefeituras Municipais.

Órgãos Públicos Envolvidos: Universidades, Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Comitê de Gerenciamento de Bacia hidrográfica do rio da Várzea, Prefeituras Municipais.

Organizações parceiras: CODEMAU, Universidades, EMATER, Prefeituras Municipais, Cooperativas

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo Estadual através da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Prefeituras Municipais.
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$100.000,00 (cem mil reais)
Fontes de recursos: Governo Estadual através da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Prefeituras Municipais.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Despesas Correntes: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 30.000,00
Produto 2: R\$ 50.000,00
Produto 3: R\$ 10.000,00
Produto 4: R\$ 10.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO				
Produto	Período (semestre)			
	I	II	III	IV
Produto 1	x			
Produto 2		x		
Produto 3			x	
Produto 4				x

PRIORIDADE 07

PROJETO Nº 93

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa para Recuperação de Mata Ciliar
Localização: COREDE Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.200.000,00 (um milhão de reais)
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai
Escopo: Localizar, examinar, analisar as margens dos rios levantando a necessidade de recuperação das matas ciliares, para, após, executar a sua recuperação através de replantio de árvores nativas, adequadas à fauna e a flora, e, ainda, formar uma barreira protetora do assoreamento e contaminação das águas correntes dos rios, fornecedores das águas para consumo em geral.
Responsável: Direção do CODEMAU e Entidades parceiras

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo Geral: Promover ações, junto aos proprietários de áreas nas quais se encontram os rios e sangas, na área de abrangência do COREDE Médio Alto Uruguai, a saber:
Específicos:
a) Recuperar e ampliar a área da mata ciliar às margens dos rios, sangas e córregos, desde as nascente;
b) Proteger as margens do curso das águas naturais;

<p>c) Criar, desenvolver e divulgar através de uma Cartilha de Educação Ambiental específica, a necessidade da preservação da quantidade e da qualidade das matas ciliares, protetoras dos cursos naturais das águas, principalmente nas escolas de nível inicial, tanto na área rural como na área urbana.</p>
<p>Justificativa:</p> <p>a) Aumentar e preservar a quantidade das matas ciliares protetoras das águas naturais;</p> <p>b) Melhorar e preservar a qualidade das águas naturais, principalmente dos rios fornecedores de águas para consumo humano.</p>
<p>Beneficiários: Todos os seres vivos, uma vez que água é vida; os proprietários e ou conviventes às margens desses cursos d'água. Os consumidores de água na zona urbana, através de abastecimento domiciliar.</p>
<p>Resultados pretendidos:</p> <p>a) Melhorias nas águas dos rios, sangas e córregos;</p> <p>b) Aumento da quantidade e qualidade das águas na região recuperada;</p> <p>c) Benefícios a toda a população local e regional</p> <p>d) Melhor aproveitamento no uso das águas recuperadas.</p> <p>e) Melhorias na fauna e na flora.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Integrar todas as iniciativas existentes das mais variadas entidades e instituições regionais, visando o fortalecimento e a união de esforços em prol de um maior desenvolvimento harmônico e sustentável.</p>

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Levantamento das áreas devastadas, passíveis de recuperação; Identificação dos pontos a ser objeto de recuperação, através de mapeamento.

Meta: Caracterização da mata ciliar nos municípios do CODEMAU.

Custo: R\$ 400.000,00

Prazo: 18 meses

Produto 2: Criar e lançar uma Cartilha específica objetivando elevar o conhecimento e a importância das matas ciliares.

Meta: Criar e distribuir nas escolas e à população material informativo sobre a importância da mata ciliar para o meio ambiente.

Custo: 200.000,00

Prazo: 24 meses

Produto 3: Criar um viveiro regional para produção de mudas de árvores nativas

Meta: Produzir mudas de árvores nativas para serem usadas na recomposição da mata ciliar da região

Custo: 600.000,00

Prazo: 36 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Equipe do CODEMAU, Comitê de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica, Prefeituras Municipais, Horto Florestal da Creluz

Órgãos Públicos Envolvidos: SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Secretaria Estadual da Agricultura, Prefeituras Municipais, Comitê de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica do Várzea.

Organizações parceiras: Universidades, Empresas privadas, ONGs, Cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais, Creluz e Comitê de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica do Várzea.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Secretarias Estaduais vinculadas ao Meio Ambiente

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos reais)
Fontes de recursos: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através de suas secretarias vinculadas ao meio ambiente, Prefeituras Municipais, Ministério do Meio Ambiente.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).
Despesas Correntes: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 400.000,00
Produto 2: R\$ 200.000,00
Produto 3: R\$ 600.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO						
Produto	Período (semestres)					
	I	II	III	IV	V	VI
Produto 1	x	x				
Produto 2			x	x		
Produto 3					x	x

PRIORIDADE 08

PROJETO Nº 111

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Reaproveitamento e destino final de Resíduos da Construção Civil - RCC
Localização: COREDE Médio Alto Uruguai.
Valor total estimado do projeto: R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais)
Duração do projeto: 96 meses.
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai.
Escopo: Reaproveitamento dos resíduos de construção civil e destino final dos rejeitos, para que estes sejam destinados de forma adequada além do reaproveitamento dos mesmos.
Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo Geral: Realizar o reaproveitamento dos resíduos oriundos da construção civil.
Objetivos Específicos:
<ul style="list-style-type: none"> a) Cadastramento dos geradores (Formais e informais) de RCC; b) Produzir materiais alternativos a partir de RCC; c) Destinar adequadamente os rejeitos contidos nos RCC; d) Reduzir o consumo de bens produtivos a partir da utilização de materiais reaproveitados.
Justificativa: Os RCC são materiais, que por suas características, podem ser reaproveitados dentro de processos produtivos. Com isso, geram vantagens tanto econômicas, quanto ambientais, substituindo os materiais naturais pelo entulho beneficiado, não gerando acúmulo desses materiais em locais inadequados. A partir do reaproveitamento, os consumidores podem associar esses materiais no produto comercial, reduzindo seu consumo e posterior custo. Assim, essa etapa contribui no ciclo produtivo, não somente na esfera econômica, mas principalmente ambiental.
Beneficiários: Toda a população de abrangência do Corede Médio Alto Uruguai.
Resultados pretendidos: Dentre os resultados pretendidos, destacam-se:
<ul style="list-style-type: none"> a) Reaproveitamento de um resíduo até então não utilizado; b) Conservação do solo; c) Benefícios ambientais e econômicos; d) Destino final adequado aos rejeitos;

<p>e) Redução da utilização de materiais comerciais;</p> <p>f) Ganhos energéticos a partir da utilização de materiais reutilizados e;</p> <p>g) Desenvolvimento econômico da região.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Integrar todas as iniciativas existentes das mais variadas entidades e instituições regionais, visando o fortalecimento e a união de esforços em prol de um maior desenvolvimento harmônico e sustentável.</p>

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Cadastramento dos geradores (Formais e informais) de RCC.

Meta: Cadastrar e quantificar os geradores, comerciais e autônomos, de RCC na região de abrangência do projeto.

Custo: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Prazo: 06 meses

Produto 2: Produzir materiais alternativos.

Meta: Produzir materiais alternativos a partir de RCC com potencial de utilização na construção civil.

Custo: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Prazo: 24 meses após o produto 1.

Produto 3: Destinar adequadamente os rejeitos contidos nos RCC.

Meta: Obtenção das licenças ambientais e operação da atividade.

Custo: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

Prazo: 18 meses antes da Etapa1.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Universidades Federais e Particulares, Equipe do CODEMAU, Emater, Equipe técnica das prefeituras Municipais, Consórcios de Gestão de Resíduos (CIGRES e CONIGEPU).

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério do Meio Ambiente, Fundação Nacional da Saúde, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Comitê de Gerenciamento de Bacia hidrográfica do Várzea, Prefeituras Municipais.

Organizações parceiras: Universidades, Empresas, ONGs, Cooperativas, Prefeituras Municipais.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Ministério do Meio Ambiente, Fundação Nacional da Saúde, Governo Estadual através de suas secretarias, como: Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Elaboração de Projeto Executivo: Sim

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Sim

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)

Fontes de recursos: Ministério de Meio Ambiente, Fundação Nacional da Saúde Secretaria Estadual de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

Despesas Correntes: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Produto 2: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Produto 3: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO				
Produtos	Período (semestre)			
	I	II	III	IV
Produto 1	x			
Produto 2	x	x	x	x
Produto 3	x	x	x	

26.8 ESTRATÉGIA 8 - Tornar o plano estratégico como principal ferramenta para captação de recursos junto às esferas municipal, estadual e federal e balizador dos investimentos da iniciativa privada.

Para que os projetos e programas propostos neste documento tragam resultados efetivos, os governantes, em todas as esferas, devem adotá-lo como principal instrumento para o planejamento e o a implementação de estratégias que visem o desenvolvimento regional. É necessário que sejam desenvolvidas ações de organização e capacitação dos agentes municipais envolvidos no processo de desenvolvimento.

A elaboração e implantação do Plano Estratégico Municipal, em consonância com este Plano Estratégico Regional, é um instrumento que poderá alavancar o desenvolvimento dos municípios. Para isso, os municípios precisam se articular internamente e regionalmente para a criação de centrais de projetos, consórcios intermunicipais, ampliar a atuação e o desenvolvimento de ações junto ao Corede, buscando efetiva melhora nas atividades desenvolvidas no âmbito dos municípios e conseqüentemente incrementando as receitas municipais.

PRIORIDADE 01

PROJETO N° 106

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Implementação do Plano Estratégico de desenvolvimento nos municípios do COREDE-Médio Alto Uruguai em consonância com os Planos Estratégicos Estadual e Municipal.
Localização: Municípios do COREDE Médio Alto Uruguai - CODEMAU
Valor total estimado do projeto: R\$ 945.000,00 (Novecentos e Quarenta e Cinco Mil Reais)
Duração do projeto: 36 Meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai - CODEMAU
Escopo: Organizar e Implantar o Plano Estratégico de desenvolvimento nos municípios do CODEMAU em consonância com os Planos Estratégicos Estadual e Municipal
Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo:
<ul style="list-style-type: none"> a) Dotar os municípios do COREDE-Médio Alto Uruguai de um Plano Estratégico para dar uma nova dinâmica à Gestão Pública. b) Contribuir para um planejamento mais racional e lógico visando alcançar os melhores resultados na condução do processo administrativo. c) Instrumentalizar os atores para que o fluxo das ações alcancem os resultados esperados no menor tempo possível com qualidade.
Justificativa: As rápidas e profundas transformações que vem ocorrendo, tanto no processo de Gestão Pública como Privada, exige cada vez mais tomadas de decisões para enfrentar as mudanças, com menos risco de fracasso, considerando que no âmbito da Gestão Pública o objetivo é atender as demandas da população com a melhor perfeição possível.
Beneficiários:
<ul style="list-style-type: none"> a) Os responsáveis em conduzir a Gestão Pública; b) s funcionários que participam no planejamento das ações, o que eleva seu comprometimento; c) A população que espera respostas às suas demandas, acompanhando os resultados
Resultados pretendidos: O Planejamento Estratégico, constituem-se uma ferramenta eficaz no processo de Gestão Pública;
<ul style="list-style-type: none"> a) Agilizar a identificação de problemas, bem como encaminhar soluções; b) Estimular maior participação e integração entre os agentes e atores do processo; d) Decidir com base nos elementos apresentados no Planejamento; c) Maior transparência das ações desenvolvidas, o que possibilita a participação da comunidade.

Alinhamento Estratégico: Tornar o plano estratégico como principal ferramenta para captação de recursos junto às esferas municipal, estadual e federal e balizador dos investimentos da iniciativa privada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Levantamento de dados (diagnóstico) do município. Conhecimento da realidade e Identificação dos Pontos Fortes: Potencialidades, Oportunidades e Pontos Fracos: Fraquezas e Ameaças.

Meta: Conhecer a realidade dos municípios, identificando as potencialidades e as dificuldades do momento.

Custo: R\$ 465.000,00 (Quatrocentos Sessenta e Cinco Mil Reais)

Prazo: 12 meses

Produto 2: Com base no diagnóstico realizados através de Seminários nas comunidades do interior e dos bairros da cidade, com a Identificação das potencialidades e dificuldades, elaborar uma Carteira de Projetos focando as demandas prioritárias.

Meta: Elaborar uma Carteira de Projetos com base nas demandas prioritárias identificados para contribuir com planejamento das ações municipais.

Custo: R\$ 480.000,00 (Quatrocentos e Oitenta Mil Reais).

Prazo: 36 (trinta e seis) meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Técnicos colaboradores do CODEMAU; Técnicos das Universidades; Prefeituras Municipais; COMUDES- Conselhos Municipais de Desenvolvimento.

Órgãos Públicos Envolvidos: Governo Estadual; Governo Federal; Prefeituras Municipais; Organizações Não Governamentais

Organizações parceiras: URI - Campus de Frederico Westphalen; UFSM- Campus de Frederico Westphalen; UERGS-Campus de Frederico Westphalen; Prefeituras Municipais; COMUDES- Conselhos Municipais de Desenvolvimento.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal; Governo Estadual; Prefeituras Municipais; Organizações Não Governamentais

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 945.000,00 (Novecentos e Quarenta e Cinco Mil Reais)

Fontes de recursos: Governo Federal; Governo Estadual; Prefeituras Municipais; Organizações Não Governamentais.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 165.000,00 (Cento e Sessenta e Cinco Mil Reais).

Despesas Correntes: R\$ 780.000,00 (Setecentos e Oitenta Mil Reais)

Despesas com Levantamentos Seminários, Sistematização e Elaboração do Plano Estratégico.

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 465.000,00 (Quatrocentos e Sessenta e cinco mil reais)

Produto 2: R\$ 480.000,00 (Quatrocentos e Oitenta Mil Reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO						
Produtos	Período (semestre)					
	I	II	III	IV	V	VI
Produto 1	x					
Produto 2	x	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 02

PROJETO Nº 99

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Estruturar, organizar e Implantar uma Central de Projetos para avaliar o mérito e acompanhar a sua execução.
Localização: Municípios do COREDE Médio Alto Uruguai CODEMAU
Valor total estimado do projeto: R\$ 630.000,00 (Seiscentos e Trinta Mil Reais)
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai CODEMAU
Escopo: Implantar uma central de projetos para qualificação e avaliação técnica dos projetos elaborados pelas secretarias municipais
Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceira

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: a) Estruturar uma Central de Projetos que congregue todos os projetos elaborados pelas secretarias municipais com base nas demandas da população; b) Criar instrumentos que qualifiquem tecnicamente os projetos elaborados para atender as necessidades da comunidade; c) Acompanhar e avaliar os resultados alcançados, bem como proceder ajustes complementares, se necessário.
Justificativa: Diante dos avanços tecnológicos e a necessidade cada vez mais de se obter resultados que efetivamente atenda as demandas, é imperativo que se implemente mecanismos que identifiquem ações direcionadas à solução de problemas, contribuindo para otimizar a gestão pública. Dado o exposto, justifica-se o presente projeto.
Beneficiários: A Administração Municipal, que evita erros e desperdícios com projetos desconectados com a realidade, gerando má aplicação de recursos e a população que é beneficiada com maior rapidez e qualidade na execução do projeto.
Resultados pretendidos: A viabilização do projeto possibilitará: a) Maior eficiência e eficácia dinâmica da gestão pública; b) Funcionários mais qualificados quanto a compreensão da oportunidade da Central de Projetos; c) Maior rapidez na elaboração de projetos, bem como no seu acompanhamento; d) Possibilita avaliar os resultados, pela gestão pública e a população beneficiária.
Alinhamento Estratégico: Tornar o plano estratégico como principal ferramenta para captação de recursos junto às esferas municipal, estadual e federal e balizador dos investimentos da iniciativa privada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Desenvolver um programa de treinamento para os funcionários/Técnicos, visando melhor entender a dinâmica de uma Central de Projetos, sua interatividade entre os diferentes órgãos dos diferentes setores; Meta: Qualificar os projetos em foco em obter os melhores resultados, diante da escassez de recursos; Custo: R\$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais) Prazo: 24 meses
Produto 2: Organizar e implementar uma Central de Projetos dotada de Equipamentos (logística) visando oferecer condições para elaboração de Projetos qualificados e identificados com as necessidades.

Meta: Tornar a Administração Pública mais eficiente e eficaz, para melhor atender as demandas da sociedade.

Custo: R\$ 435.000,00 (Quatrocentos e trinta e cinco mil reais).

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Profissionais qualificados das Universidades, Prefeituras Municipais, CODEMAU, FAMURS, SEPRAN, Instituições Privadas e Universidades.

Órgãos Públicos Envolvidos: Assessoria de Assistência aos Municípios; Secretarias de Estado; órgãos Federais; Prefeituras Municipais

Organizações parceiras: URI- Campus de Frederico Westphalen; UFSM- Campus de Frederico Westphalen; UERGS - Campus de Frederico Westphalen; Prefeituras Municipais

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal, Governo Estadual, Prefeituras Municipais, Organizações Não Governamentais

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 630.000,00 (Seiscentos e trinta mil reais)

Fontes de recursos: Governo Federal, Governo Estadual, Prefeituras Municipais, Organizações Não Governamentais.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: R\$ 435.000,00 (Quatrocentos e trinta e cinco mil reais): Compra de material permanente

Despesas Correntes: R\$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais): Despesas de organização de materiais para dinamizar o funcionamento da Central de Projetos.

Investimentos e despesas correntes por produto:

Investimento: R\$ 435.000,00 (Quatrocentos e trinta e cinco mil reais)

Despesas Correntes: R\$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produtos	Período (semestre)			
	I	II	III	IV
Produto 1	x	x	x	x
Produto 2	x	x	x	x

PRIORIDADE 03

PROJETO Nº 103

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Fortalecer a estrutura Organizacional dos COMUDES - Conselhos Municipais de Desenvolvimento e capacitação de seus dirigentes.

Localização: Municípios do COREDE - Médio Alto Uruguai - CODEMAU

Valor total estimado do projeto: R\$ 550.000,00 (Quinhentos e Cinquenta mil Reais)

Duração do projeto: 24 Meses

Responsável pela implementação: COREDE - Médio Alto Uruguai - CODEMAU

Escopo: Promover o fortalecimento dos COMUDES através de reestruturação e qualificação de pessoas

Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: Fortalecer a estrutura organizacional dos COMUDES, qualificando a dinâmica de suas ações, bem como os atores responsáveis.

- a) Reestruturar os COMUDES para que os mesmos desenvolvam com maior eficiência e eficácia;
- b) Desenvolver Treinamento das pessoas que atuam junto aos COMUDES para melhor qualificar suas ações.

Justificativa: O desenvolvimento Municipal exige um processo de Planejamento qualificado e integrado no âmbito local e regional. Considerando que os COMUDES congregam os diferentes setores que atuam na dinâmica do desenvolvimento, torna-se necessário que os atores envolvidos conheçam as ferramentas indispensáveis para conduzir as ações com sucesso.

Dado o exposto, justifica-se o presente projeto.

Beneficiários: As entidades que congregam os COMUDES, os gestores públicos e especialmente a população que terá a sua disposição uma gama de serviços mais qualificados com maior eficiência e eficácia.

Resultados pretendidos: Com uma estrutura mais sólida, qualificada e dinâmica, os COMUDES fortalecem suas ações, agilizando:

- a) As discussões e debates sobre problemas locais/regionais;
- b) As soluções alternativas aos problemas identificados;
- c) O Planejamento para ações futuras;
- d) As tomadas de decisões inerentes a questões locais;
- e) O fluxo de informações junto aos Gestores Públicos;
- f) A integração COMUDES/CODEMAU/SEPLAN, para Consulta Popular e outras.

Alinhamento Estratégico: Tornar o plano estratégico como principal ferramenta para captação de recursos junto às esferas municipal, estadual e federal e balizador dos investimentos da iniciativa privada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Reestruturação dos COMUDES, visando estimular os órgãos, Instituições e demais membros a participarem espontaneamente, respeitando o pluralismo e tendo foco levantar e discutir as demandas locais/regionais, bem como construir respostas à estas demandas

Meta: Tornar o COMUDE uma Instituição Municipal organizada e forte em que a comunidade participe cooperando em todo seu processo.

Custo: R\$ 104.000,00 (Cento e quatro mil reais)

Prazo: 12 meses

Produto 2: Organizar e criar condições para que os COMUDES tenham um local adequado e dotado de logística para o seu pleno funcionamento.

Meta: Tornar os COMUDES dotados de infraestrutura e logística e recursos humanos para desenvolverem as atividades que conduzam as suas ações ao desenvolvimento local/regional sustentável.

Custo: R\$ 445.000,00 (Quatrocentos e quarenta e cinco mil reais).

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Técnicos membros dos COMUDES, das Universidades, Institutos e Escolas Técnicas, Prefeituras Municipais, FAMURS, SEPLAN e Iniciativa Privada.

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras Municipais; SEPLAN e FAMURGS; órgãos Federais; Universidades Públicas.

Organizações parceiras: URI- Campus de Frederico Westphalen; UFSM- Universidade Federal de Santa; Prefeituras Municipais; SEPLAN; Organizações Não Governamentais.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo Federal; Governo Estadual; Prefeituras Municipais; Cooperativas de Crédito; Organizações Não Governamentais
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais)
Fontes de recursos: Governo Federal; Governo Estadual; Prefeituras Municipais; Cooperativa de Crédito; Organizações Não Governamentais
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais): Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.
Despesas Correntes: R\$ 505.000,00 (Quinhentos e cinco mil reais): Despesas com pessoal, organização, material de consumo e de manutenção.
Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 1: R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais) Produto 2: R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO				
Produtos	Período (semestre)			
	I	II	III	IV
Produto 1	x	x		
Produto 2	x	x	x	x

PRIORIDADE 04

PROJETO Nº 100

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Fortalecimento e Implantação de Consórcios Públicos Municipais
Localização: Municípios do COREDE Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais)
Duração do projeto: 30 meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai
Escopo: Fomentar a organização de Consórcios Públicos Municipais, com base em demandas regionais
Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Fomentar a organização de Consórcios Públicos Municipais, com base em demandas regionais;
<ul style="list-style-type: none"> a) Sensibilizar os gestores públicos municipais da importância da formação de parcerias/consórcios para atender demandas da comunidade regional com maior eficiência, eficácia e menores custos; b) Organizar e formalizar os consórcios estabelecendo normas e procedimentos, bem como criar infraestrutura e logística para o pleno funcionamento do processo operacional do consórcio.
Justificativa: A região do Médio Alto Uruguai é formada por 22 municípios de pequeno porte, com uma população total, atualmente de cerca de 150 mil habitantes, o que facilita a

organização de consórcios e o melhor atendimento das necessidades da população, com menores custos e qualidade dos serviços. Dado o exposto, justifica-se o presente projeto.

Beneficiários: A população que precisa dos serviços e os gestores públicos que, com menores custos atendam as demandas pertinentes com maior eficiência, eficácia, agilidade e qualidade.

Resultados pretendidos: A organização e implementação de Consórcios Municipais geram:

- a) Maior agilidade no atendimento às demandas da população;
- b) Menores custos aos municípios que fazem parte dos consórcios;
- c) Maior nível de satisfação aos beneficiários
- d) Facilidade na interação de objetivos entre município, estado e união

Alinhamento Estratégico: Tornar o plano estratégico como principal ferramenta para captação de recursos junto às esferas municipal, estadual e federal e balizador dos investimentos da iniciativa privada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Diagnóstico das demandas da população, sensibilizar os gestores públicos quanto a importância da organização dos consórcios a partir do diagnóstico.

Meta: Ampliar e qualificar os serviços prestados à comunidade

Custo: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)

Prazo: 12 meses

Produto 2: Formalizar a organização dos consórcios, bem como dotar os mesmos de infraestrutura e logística para o perfeito funcionamento.

Meta: Instrumentalizar e capacitar funcionários para o processo operacional observando os princípios legais

Custo: R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais)

Prazo: 30 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Profissionais qualificados do CODEMAU, das prefeituras municipais, das universidades e entidades Públicas e Privadas.

Órgãos Públicos Envolvidos: Prefeituras municipais; órgãos estaduais; órgãos federais.

Organizações parceiras: Prefeituras municipais; órgãos estaduais; órgãos federais; Universidades.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo estadual; Prefeituras municipais; Instituições Públicas e Privadas

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Depende do foco do projeto/consórcio

Licitação: Não

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais)

Fontes de recursos: Estado; União; Prefeituras municipais.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: Material permanente – R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

Despesas Correntes: R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais)

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1 : R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais)

Produto 2 : R\$ 290.000,00 (Duzentos e noventa mil reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO				
Produtos	Período (semestre)			
	I	II	III	IV
Produto 1	x	x		
Produto 2	x	x	x	x

PRIORIDADE 05 PROJETO N° 104

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa regional de incremento de receitas municipais.
Localização: Municípios do COREDE Médio Alto Uruguai – CODEMAU.
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)
Duração do projeto: 24 (vinte e quatro) meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai – CODEMAU.
Escopo: Promover a eficiência e qualificação das atividades municipais através de ações que gerem aumento na receita dos municípios
Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Dotar os Municípios de abrangência do Corede do Médio Alto Uruguai – CODEMAU de instrumentos e ações que possam promover o aumento das receitas dos Municípios.
Justificativa: O CODEMAU é integrado por municípios de pequeno porte, nos quais qualquer valor de receita que possa ingressar nos cofres públicos torna-se imprescindível para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento das comunidades. Melhorar as receitas dos Municípios representa em muito em termos de objetivos a serem alcançados pelas administrações públicas, neste aspecto, para investimento em políticas públicas que ofereçam serviços de qualidade depende de recursos, dessa forma, qualquer ação que promova incremento de receita para os municípios, representa ganho para toda a sociedade.
Beneficiários: O projeto tem como objetivo beneficiar de forma direta os 22 municípios de abrangência do Corede do Médio Alto Uruguai – CODEMAU, seus servidores e órgãos administrativos, além de contemplar toda a população dos respectivos Municípios.
Resultados pretendidos: A expectativa é de que com o desenvolvimento do projeto, os municípios possam de uma forma efetiva incrementar suas receitas, de modo a fazer frente às demandas da população e contribuir para o desenvolvimento do Estado e do país.
Alinhamento estratégico: Tornar o plano estratégico como principal ferramenta para captação de recursos junto às esferas municipal, estadual e federal e balizador dos investimentos da iniciativa privada. O projeto de incremento nas receitas públicas municipais a ser implementado nos municípios de abrangência do Corede, contara com as seguintes ações: a). Atualização cadastral de todos os contribuintes dos municípios, de modo a facilitar ações como troca do responsável pelo pagamento do tributo, agilidade nos processos e fortalecimento das ações dos fazendários. b). Qualificar os servidores dos municípios para atendimento ao público, para que ofereçam um bom atendimento e serviço eficiente nas fases interna e externa da administração pública. c). Qualificar e dotar de instrumentos informatizados s servidores para que dar rapidez no andamento dos processos administrativos que versam sobre tributos, desde o lançamento de novos imóveis, recadastramentos e agilidade na resposta ao contribuinte através de novas tecnologias. d). Efetivar parceria com o Poder Judiciário, contabilistas e as sociedades representativas dos contribuintes para agilizar as execuções fiscais e as cobranças de tributos e). Dotar a estrutura administrativa fazendária de um bom software público na área tributária, preferencialmente um sistema de informática que “dialogue” com os demais programas implantados na prefeitura que propicie gerenciamento e controle das

receitas.

f). Fortalecer o Jurídico do município para a adoção de medidas ágeis nas cobranças e nas execuções dos créditos do município.

g). Instituir campanhas de parcelamento em períodos determinados, oferecer acesso aos parcelamentos de forma facilitada, estabelecendo regras firmes no parcelamento, por meio de leis municipais.

h). Ampliar a fiscalização junto aos setores e contribuintes municipais de modo a coibir sonegações.

i). Implementar política pública permanente de educação fiscal e de conscientização da população para engajamento nas ações que promovam a arrecadação pública, nas escolas e nas comunidades em geral

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 01: Sensibilizar, organizar e capacitar todos os agentes público das secretarias da fazenda dos 22 municípios do Codemau.

Meta:01. Implementar a nível regional, mediante organização do Corede do Médio Alto Uruguai, ações de qualificação de servidores municipais que atuam diretamente com a arrecadação, (secretários de fazenda, diretores de receita, fiscais e procuradores) de modo a oferecer-lhes mecanismos, informações e conhecimento das legislações para a atuação diária nas prefeituras, que estejam relacionadas a arrecadação de tributos municipais.

Custo: R\$ 100.00,00 (cem mil reais).

Prazo: 12 (doze) meses.

Produto 2:Dotar as secretarias municipais de equipamentos e sistemas informatizados que permitam o controle de contribuintes e da arrecadação, acompanhado da qualificação de manejo.

Meta: Adquirir sistemas de informática e equipamentos que propiciem agilidade de controle, de arrecadação e de atendimento aos contribuintes.

Custo: R\$300.000,00

Prazo: 24 meses.

Produto 3:Implementar políticas públicas locais de educação fiscal, que envolvam professores, alunos e a comunidade como um todo, objetivando conscientização e o desenvolvimento de uma ética de responsabilidade social.

Meta: Qualificação de professores e agentes públicos para capacitação permanente de educação fiscal, adquirir equipamentos e materiais destinados à educação fiscal.

Custo: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Prazo: 24 (vinte e quatro) meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto:Profissionais do Corede do Médio Alto Uruguai – CODEMAU, dos municípios, das universidades, do estado e da união.

Órgãos Públicos Envolvidos: SEPLAN/RS; Secretarias Estaduais, municipais e nacionais da receita.

Organizações parceiras:URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões; UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, Campus Frederico Westphalen; UERGS – Campus de Frederico Westphalen; ANZOP – Associação dos Municípios da Zona da Produção; UERGS – União os Vereadores do Estado.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento:Governo Federal; Governo do Estado; Governos Municipais.

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)
Fontes de recursos: Governo Federal; Governo do Estado; Governos Municipais.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
Despesas Correntes: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 01: Investimentos R\$ 10.000,00 (dez mil reais) Despesas correntes R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)
Produto 02: Investimentos R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) Despesas correntes R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
Produto 03: Investimentos R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) Despesas correntes R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO				
Produtos	Período (semestre)			
	I	II	III	IV
Produto 1	x	x		
Produto 2	x	x	x	x
Produto 3	x	x	x	x

PRIORIDADE 06**PROJETO Nº 101**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de capacitação de profissionais para atuar no âmbito das Administrações Municipais.
Localização: Municípios do COREDE Médio Alto Uruguai.
Valor total estimado do projeto: R\$ 485.600,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil e seiscentos reais)
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai.
Escopo: Capacitar gestores, servidores e lideranças através de cursos de qualificação na área de gestão pública.
Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Promover a realização de cursos para capacitar recursos humanos, visando melhorar e qualificar o desempenho das atividades que desenvolvem junto às Prefeituras Municipais, Câmaras de Vereadores e órgãos Públicos.
<ul style="list-style-type: none"> a) Capacitar os gestores, os servidores e as lideranças municipais e regionais para administrar os recursos públicos de maneira a atender as necessidades da municipalidade com eficiência e eficácia, respeitando as normas legais e administrativas. b) Desenvolver, nas pessoas que participam da gestão pública, habilidades que permitam tanto melhorar os processos de trabalho nas administrações municipais quanto oferecer produtos e serviços de relevante valor para a população.
Justificativa: O mundo globalizado de hoje está exigindo cada vez mais uma gestão pública qualificada e com qualidade, para melhor responder as demandas da população cada vez mais exigente. Para responder a tais exigências é primordial que os atores que participam do processo estejam preparados para desempenhar suas atividades com eficiência e eficácia. Trata-se de uma dinâmica interativa com a sociedade, uma vez que o funcionário público tem a missão de prestar serviços com qualidade. Dado o exposto, justifica-se o presente projeto.

Beneficiários: Gestores municipais e regionais, servidores e empregados públicos municipais, ocupantes de cargos políticos, dirigentes de entidades financiadas com recursos públicos, candidatos a cargos eletivos, lideranças municipais e regionais, demais pessoas interessadas em participar ou fiscalizar a gestão pública. Formam este público 22 prefeitos, 22 vice-prefeitos, 200 vereadores e as 6.444 pessoas que trabalham na administração municipal direta nos 22 municípios do CODEMAU, sejam eles estatutários, celetistas, comissionados, estagiários ou contratados, conforme a Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014 – MUNIC – realizada pelo IBGE.

Resultados pretendidos: Espera-se que no final do curso os participantes estejam preparados para:

- 1) Melhorar o desempenho de suas atividades.
- 2) Interagir constantemente com a sociedade para melhor identificar as demandas prioritárias, tendo como foco melhorar a qualidade de vida das pessoas.
- 3) Tornar a gestão pública mais dinâmica, agilizando as respostas.
- 4) Melhor compreender a dimensão da gestão pública, no contexto Municipal, Estadual e Federal.

Alinhamento Estratégico: Tornar o plano estratégico como principal ferramenta para captação de recursos junto às esferas municipal, estadual e federal e balizador dos investimentos da iniciativa privada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Levantamento das demandas de pessoas interessadas, no contexto das Gestão Pública, em participar do projeto de capacitação junto às Prefeituras Municipais, Câmaras de Vereadores e órgãos Públicos e preparar o material necessário à execução dos Cursos de Capacitação: Controle Interno, Planejamento,

Meta: Atingir o máximo possível de pessoas interessadas, em aprofundar seus conhecimentos no exercício de suas atividades no Setor Público.

Custo: R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais)

Prazo: 06 meses

Produto 2: Executar os cursos de capacitação com base no levantamento feito, identificando os setores priorizados.

Meta: Instrumentalizar funcionários para execução de suas atividades com eficiência/eficácia.

Custo: R\$ 332.600,00 (trezentos e trinta e dois mil e seiscentos reais)

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Profissionais qualificados do CODEMAU, das universidades, das Prefeituras Municipais, da FAMURS, da SELPAN e da Iniciativa Privada.

Órgãos Públicos Envolvidos: Assessoria de assistência aos Municípios; SEPLAN-RS; Prefeituras Municipais.

Organizações parceiras: URI – Campus de Frederico Westphalen; UFSM – Campus de Frederico Westphalen; UERGS – Campus de Frederico Westphalen

Prefeituras Municipais; Assessoria de Assistência aos municípios.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal; Governo Estadual; Prefeituras Municipais; Organizações não governamentais.

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO	
Valor total estimado do projeto:	R\$ 485.600,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil e seiscentos reais).
Fontes de recursos:	Governo Federal; Governo Estadual; Prefeituras Municipais; Organizações não governamentais.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:	Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:	Sim
Investimentos:	A execução do projeto não exige investimentos em obras e material permanente.
Despesas Correntes:	
Investimentos e despesas correntes por produto:	
Despesas correntes por produto:	
Produto 1:	R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais)
Produto 2:	R\$ 332.600,00 (trezentos e trinta e dois mil e seiscentos reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO				
O Projeto será executado em 24 meses a partir da liberação dos recursos				
Produtos	Período (semestre)			
	I	II	III	IV
Produto 1	x			
Produto 2	x	x	x	x

PRIORIDADE 07**PROJETO Nº 109**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
Título:	Revisão dos planos diretores municipais já implantados e elaborar planos diretores nos municípios que ainda não possuem.
Localização:	Municípios do COREDE Médio Alto Uruguai.
Valor total estimado do projeto:	R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)
Duração do projeto:	24 meses
Responsável pela implementação:	COREDE Médio Alto Uruguai
Escopo:	Revisar os Planos Diretores Municipais para adequar as necessidades atuais e implementar nos municípios que ainda não possuem
Responsável:	Direção do CODEMAU e instituições parceiras

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO	
Objetivo:	Promover a revisão dos Planos Diretores Municipais já implantados para atender o que diz o Estatuto das Cidades: Qualquer proposição de alteração ou revisão do Plano Diretor deverá ser formulada com a participação direta do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano. Plano Diretor deverá ser revisado na ocorrência de, pelo menos, uma das seguintes situações: I. depois de passados 10 anos de sua entrada em vigor, na forma prevista nos termos do Estatuto da Cidade; II. caso seja instalado algum empreendimento de grande impacto no Município. O Plano Diretor Participativo, através do órgão Coordenador do Sistema de Planejamento e Gestão Integrada, deverá obrigatoriamente ser submetido à revisão e atualização, aprovada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e em audiência pública específica do Fórum do Plano Diretor. Os planos e leis suplementares do Plano Diretor serão elaborados ou revisados pelos órgãos municipais competentes, mediante acompanhamento da Coordenação do Sistema de Planejamento e Gestão Integrada. a) Fazer o levantamento dos municípios do CODEMAU que já o possuem e verificar nos

<p>incisos acima a sua situação.</p> <p>b) Fazer o levantamento dos municípios que não o possuem e promover a implantação do Plano Diretor Simplificado.</p>
<p>Justificativa: A necessidade de se ter um Plano Diretor Municipal Participativo é uma ferramenta de um valor de grande alcance. Haverá a participação da comunidade em geral, pois haverá a promoção da articulação entre o Poder Público Municipal, Sociedade Civil, entidades e demais órgãos governamentais que tenham relação com a política territorial e urbanística.</p> <p>Adequação a gestão orçamentária às diretrizes das políticas territoriais e urbanísticas estabelecidas no Plano Diretor Participativo;</p> <p>Promover a realização do Congresso Municipal, na forma da presente Lei.</p> <p>Dado o exposto, justifica-se o presente projeto.</p>
<p>Beneficiários: Poder Público Municipal, a população do perímetro urbano e, também a rural.</p>
<p>Resultados pretendidos: Uma cidade para todos os cidadãos da área urbana e rural:</p> <p>a) O que é necessidade realizar está escrito na Lei do Plano Diretor Participativo, discutido amplamente pela comunidade.</p> <p>b) A Interação de toda a sociedade.</p> <p>c) Ter a compreensão real dos direitos e de veres de cada cidadão e também do poder público municipal.</p>
<p>Alinhamento Estratégico: Tornar o plano estratégico como principal ferramenta para captação de recursos junto às esferas municipal, estadual e federal e balizador dos investimentos da iniciativa privada.</p>

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: a) Levantamento daqueles Municípios que já tem Plano Diretor e fazer a sua revisão; b) Levantamento daqueles Municípios que não tem Plano Diretor e fazer a sua Implantação.

Meta: Municípios do CODEMAU.

Custo: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Prazo: 06 meses

Produto 2: a) Executar a revisão do Plano Diretor; b) Executar a elaboração do Plano Diretor

Meta: Municípios do CODEMAU

Custo do Produto da Elaboração de Novos Planos Diretores Simplificados:

R\$ 1.800.000,00

Prazo: 36 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Profissionais qualificados do CODEMAU, das universidades, das Prefeituras Municipais, da FAMURS, da SEPLAN e da Iniciativa Privada.

Órgãos Públicos Envolvidos: Assessoria de assistência aos Municípios; SEPLAN-RS; Prefeituras Municipais.

Organizações parceiras: URI- Campus de Frederico Westphalen; UFSM – Campus de Frederico Westphalen; UERGS - Campus de Frederico Westphalen; Prefeituras Municipais; Assessoria de assistência aos Municípios.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal, Organizações não governamentais.

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO					
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)					
Fontes de recursos: Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal, Organizações não governamentais.					
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: sim					
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: sim					
Investimentos: A execução do projeto não exige investimentos em obras, apenas material permanente. R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)					
Despesas Correntes: R\$ 1.880.000,00					
Investimentos e despesas correntes por produto:					
Produto 1: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)					
Produto 2 : R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais)					
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO					
Produtos	Período (semestre)				
	I	II	III	IV	V
Produto 1	x				
Produto 2	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 08**PROJETO Nº 108**

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
Título: Implementar a prestação de serviço usando as novas tecnologias e mídias sociais digitais no âmbito das Administrações Municipais.	
Localização: Municípios do COREDE Médio Alto Uruguai.	
Valor total estimado do projeto: R\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais)	
Duração do projeto: 24 (vinte e quatro) meses	
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai e Prefeituras Municipais.	
Escopo: Aprimorar a prestação de serviço através do aperfeiçoamento de tecnologias e as mídias sociais disponíveis para atender as demandas da população	
Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras	

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO	
Objetivo: Promover a cultura da inovação nas políticas públicas, através de cursos de capacitação e desenvolvimento de ferramentas, visando à qualificação da participação e o aumento da eficiência da gestão pública.	
<ul style="list-style-type: none"> a) Habilitar os gestores públicos, lideranças municipais e regionais para dominar essa tecnologia, bem como aos cidadãos, para um perfeito conhecimento de utilização, que lhes permitam receber, elaborar, transmitir informação e usufruir de serviços eletrônicos. b) Possibilitar a modernização das nossas empresas públicas como forma de prestar um melhor atendimento ao contribuinte/cidadão, através de um sistema de informações, controle e gerenciamento com menores custos e maior eficiência. c) Desenvolver através do CODEMAU e das nossas Universidades uma plataforma para troca de experiência entre os municípios aproveitando o mundo da internet para o estabelecimento de importantes parcerias. 	
Justificativa: Com o avanço tecnológico podemos melhorar a prestação de serviço usando mais e melhor nossos equipamentos e as mídias sociais disponíveis, interagindo com a população sobre campanhas, emergências, agendar consultas, matrículas em escolas, solicitações, enfim; criando unidades que concentrem diversos serviços que facilitem a vida dos cidadãos, de forma eficiente e reduzindo custos. O caminho para alcançar esses benefícios se identifica pela habilidade das pessoas de terem acesso total a essas tecnologias.	
Beneficiários: A comunidade regional através de seus gestores, lideranças e servidores públicos, bem como, toda a sociedade, que além de participar, ter acesso a um serviço mais rápido e eficiente, pode fiscalizar a gestão pública.	

Resultados pretendidos: A democracia e a gestão pública poderão sofrer enormes transformações pelas novas tecnologias digitais. A sociedade em rede irá possibilitar o aparecimento de novos instrumentos de participação cidadã e o alargamento do espaço público, exigindo uma nova postura dos agentes públicos, mais inclusiva e dialógica. Os gestores e políticos poderão acompanhar sistematicamente o debate nas redes e reconhecer as demandas consideradas prioritárias pelos cidadãos.

Alinhamento Estratégico: Tornar o plano estratégico como principal ferramenta para captação de recursos junto às esferas municipal, estadual e federal e balizador dos investimentos da iniciativa privada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Levantar as demandas, preparar o material necessário para o funcionamento das tecnologias necessárias, identificando os recursos disponíveis e como o produto será desenvolvido.

Meta: Alcançar o máximo possível de pessoas interessadas em aprofundar seus conhecimentos para dominar essa técnica, tornando-os multiplicadores para os demais.

Custo: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

Prazo: 12 (doze) meses

Produto 2: Capacitar os profissionais de comunicação para atuarem nas mídias sociais, desenvolvendo metodologias e ferramentas capazes de aumentar a efetividade da gestão pública.

Meta: Qualificar recursos humanos para uso das novas tecnologias, possibilitando que as mídias sociais alcancem o devido lugar nas instituições, inovando a forma de comunicar, tornando mais imediata e interativa, melhorando o exercício e a participação nas atividades do setor público.

Custo: R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais)

Prazo: 24 (vinte e quatro) meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: Profissionais qualificados do CODEMAU, Universidades, Prefeituras, FAMURS, SELPAN e da Iniciativa Privada.

Órgãos Públicos Envolvidos: Assessorias de Assistência aos Municípios; SEPLAN-RS; Prefeituras Municipais

Organizações parceiras: URI – Campus de Frederico Westphalen; UFSM – Campus de Frederico Westphalen; UERGS – Campus de Frederico Westphalen
Prefeituras Municipais; Assessorias de Assistência aos Municípios.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal, Governo Estadual, Prefeituras Municipais, Organizações não governamentais.

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais)

Fontes de recursos: Governo Federal, Governo Estadual, Prefeituras Municipais, Organizações não governamentais.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos: A execução do projeto não exige investimentos em obras, apenas em material permanente. R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

Despesas Correntes: R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais)

Investimentos e despesas correntes dos respectivos produtos:

R\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Produtos	Período (semestre)			
	I	II	III	IV
Produto 1	x	x		
Produto 2	x	x	x	x

PRIORIDADE 09**PROJETO Nº 105****1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO****Título:** Assessoria para implantação de Parcerias Público – Privadas na região do Médio Alto Uruguai**Localização:** Corede Médio Alto Uruguai, municípios da região do Médio Alto Uruguai**Valor total estimado do projeto:** R\$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais)**Duração do projeto:** 36 meses**Responsável pela implementação:** COREDE Médio Alto Uruguai Prefeituras municipais do Médio Alto Uruguai**Escopo:** Implementar ações que visem a realização de parcerias com entidades privadas junto aos municípios integrantes do CODEMAU**Responsável:** Direção do CODEMAU e instituições parceiras**2-QUALIFICAÇÃO DO PROJETO****Objetivo:** Proporcionar a realização de parcerias público-privadas na região do Médio Alto Uruguai, para fomentar investimentos e para atender a demanda por serviços públicos de qualidade nos municípios membros do CODEMAU.

- Capacitar os gestores e servidores públicos municipais, da região do Médio Alto Uruguai, para a efetivação de parcerias público-privadas.
- Criar legislação municipal para a realização de parcerias público-privadas e os respectivos órgãos gestores.
- Elaborar estudos nos municípios da região para produção de projetos de parceria público-privada.
- Instituir programas municipais e regional de parceria público-privadas.
- Fomentar o investimento público e privado, na região, por intermédio da realização de PPP.
- Descentralizar a administração pública municipal, através da criação de entidades da administração indireta, para viabilizar PPP de âmbito regional.

Justificativa: Para atender as demandas da sociedade por serviços públicos cada vez mais eficientes e com melhor qualidade o poder público precisa, em alguns casos, realizar parcerias com a iniciativa privada, tanto para conseguir financiar projetos, quanto para sua execução e gestão.

Entretanto, nem sempre os gestores públicos possuem os recursos necessários para identificar as necessidades da população e as oportunidades de investimento existentes, principalmente no caso dos municípios de pequeno porte, nos quais até mesmo a elaboração de legislação e de projetos é bastante limitada. Desta forma, é necessário o auxílio externo para a elaboração de estudos e projetos que buscam o desenvolvimento local e regional ao mesmo tempo que atendem as necessidades da população.

Considerando a vigência da lei federal nº11.079/2004, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”, apresenta-se uma importante alternativa para o atendimento de necessidades da população através do investimento e da gestão privada em parceria com o poder público. Tanto é que vários estados, inclusive o Rio Grande do Sul, já elaboraram legislação própria sobre o tema e instituíram seus programas de parcerias público-privadas. Nesse mesmo sentido, alguns

municípios, com maior população e recursos financeiros, também já criam suas leis e programas de parcerias público-privadas.

No entanto, os municípios de menor porte populacional e financeiro apresentam grande dificuldade de acesso a esta alternativa, por não dispor de conhecimento e assessoria para a elaboração de legislação e de programa próprio, ou em conjunto, que permita reconhecer as necessidades e oportunidades existentes, buscando junto a iniciativa privada, parceiros para a execução de projetos de desenvolvimento e atendimento à população.

Da mesma forma que o Programa de Parceria de Investimentos, do governo federal, se constitui em importante mecanismo para o desenvolvimento econômico nacional, programas municipais ou regionais podem ajudar no desenvolvimento local e na redução das diferenças regionais, como tantas vezes dispõem a legislação brasileira.

Outro aspecto que cabe destacar e muito tem afetado no desenvolvimento regional é que nenhum dos municípios da região do Médio Alto Uruguai possui administração indireta, demonstrando que a gestão pública nestes municípios pode estar excessivamente centralizada. Situação agravada ainda mais com a tentativa de redução dos gastos públicos através da diminuição do número de secretarias municipais, revertendo muito do esforço anterior de desconcentração da gestão pública municipal.

A reforma administrativa iniciada na administração federal com o decreto-lei nº 200/1967, os avanços estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e as posteriores reformas administrativas da década de 1990 e anos 2000, que tiveram grande impacto na administração da União e dos estados, infelizmente, não se estenderam a todos os municípios, havendo grande carência de recursos para a reforma e modernização da gestão pública municipal.

Assim, este projeto possibilita que municípios com menos recursos também possam usufruir dos benefícios da modernização da estrutura administrativa, principalmente da sua descentralização, e de parcerias público-privadas para impulsionar o desenvolvimento, atendendo, nas mais diversas áreas, as necessidades da população.

Beneficiários: Toda a região do Corede Médio Alto Uruguai, composta por 22 municípios; com população estimada, pelo IBGE, em 151.330 habitantes para o ano de 2016.

Resultados pretendidos: Com a execução deste projeto busca-se os seguintes resultados:

- a) Difundir na região o conhecimento necessário para identificar oportunidades de parceria público-privada.
- b) Criação de legislação, programas e órgãos gestores de parcerias público-privadas nos municípios da região do Médio Alto Uruguai.
- c) Elaboração de projetos de parceria público-privada.
- d) Divulgação de oportunidades de investimento na região.
- e) Descentralização e modernização da administração pública nos municípios da região.

Alinhamento Estratégico: Tornar o plano estratégico como principal ferramenta para captação de recursos junto às esferas municipal, estadual e federal e balizador dos investimentos da iniciativa privada.

O projeto está alinhado com o Programa de Parceria de Investimentos, do governo federal, criado pela lei nº13.334/2016, com o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Rio Grande do Sul, criado pela lei nº12.234/2005, com a lei estadual nº14.686/2015 e busca estender aos municípios da região do Médio Alto Uruguai os benefícios da lei federal nº11.079/2004.

Também está alinhado com programas e ações dos planos plurianuais federal e estadual:

Programa do PPA Federal 2016-2019:

2021-Ciência, Tecnologia e Inovação

2029-Desenvolvimento Regional e Territorial

<p>Objetivo do PPA Federal 2016-2019: 1056 - Promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas e nas cadeias produtivas. 0789 - Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial.</p>
<p>Iniciativa do PPA Federal 2016-2019: 04QO - Implementação de projetos estruturantes de ciência, tecnologia e inovação, baseados em parcerias público-privadas, focados na resolução de problemas concretos para o desenvolvimento do País. 05RS - Ampliação de parcerias com as instituições de ensino superior e centros de pesquisas visando à organização de uma rede de assistência técnica e ao fortalecimento técnico-gerencial de municípios e consórcios multifinalitários.</p>
<p>Programa do PPA Estadual 2016-2019: Planejamento para o desenvolvimento regional.</p>
<p>Ações do PPA Estadual 2016-2019: Escritório de PPPs.</p>

<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto1: Assessoria técnica e capacitação Meta: Orientar e capacitar os gestores municipais interessados em identificar oportunidades de investimento através de parcerias público-privadas e assessorar na criação de legislação e projetos, na divulgação das oportunidades existentes, na descentralização e modernização da administração pública municipal. Custo: R\$640.000,00(seiscentos e quarenta mil reais) Prazo:36meses</p>

<p>4-ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Equipe do Projeto: Profissionais do CODEMAU e das instituições membros do conselho.</p>
<p>Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul, Prefeituras Municipais</p>
<p>Organizações parceiras: URI – Campus de Frederico Westphalen; UFSM – Campus de Frederico Westphalen; UERGS – Campus de Frederico Westphalen Prefeituras Municipais; Câmaras de Vereadores.</p>

<p>5-REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Fonte de Financiamento: Governo Federal, Governo Estadual, Prefeituras municipais, Empresas privadas.</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Não</p>
<p>Desapropriação: Não</p>
<p>Licença Ambiental: Não</p>
<p>Licitação: Sim</p>

<p>6-RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 640.000,00(Seiscentos e quarenta mil reais)</p>
<p>Fontes de recursos: Governo Federal, Governo Estadual, Prefeituras municipais, Empresas privadas.</p>
<p>Possui vinculação como PPA Estadual 2016-2019: sim</p>
<p>Possui vinculação como PPA Federal 2016-2019: sim</p>
<p>Investimentos: A execução do projeto não exige investimentos em obras e material permanente.</p>
<p>Despesas Correntes: Assessoria técnica e capacitação</p>
<p>Investimentos e despesas correntes por produto: Produto 1: Assessoria técnica e capacitação: R\$640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais)</p>

7-CRONOGRAMADO PROJETO					
Produto	Período (semestre)				
	I	II	III	IV	V
Produto 1	x	x	x	x	x

PRIORIDADE 10

PROJETO N° 102

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de Integração entre as Administrações Públicas Municipais e as Comunidades.
Localização: Municípios do COREDE Médio Alto Uruguai – CODEMAU.
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai – CODEMAU.
Escopo: Promover a integração da administração municipal com as comunidades através de canais de comunicação
Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Dotar os Municípios de abrangência do Corede do Médio Alto Uruguai – CODEMAU de instrumentos e ações que viabilizem a promoção da integração entre a Administração Municipal e a comunidade local.
Justificativa: O CODEMAU é integrado por municípios de pequeno porte, nos quais as relações com as comunidades são muito próximas, qualquer ação repercute entre a população. Assim, incrementar essa relação é fundamental para a transparência administrativa e para o exercício da cidadania.
Beneficiários: O projeto tem como objetivo beneficiar de forma direta os 22 municípios de abrangência do Corede do Médio Alto Uruguai – CODEMAU, seus servidores e órgãos administrativos, além de contemplar toda a população dos respectivos Municípios.
Resultados pretendidos: A expectativa é de que com o desenvolvimento do projeto, os municípios possam de uma forma efetiva incrementar suas receitas, de modo a fazer frente às demandas da população e contribuir para o desenvolvimento do Estado e do país.
Alinhamento Estratégico: Tornar o plano estratégico como principal ferramenta para captação de recursos junto às esferas municipal, estadual e federal e balizador dos investimentos da iniciativa privada.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 01: Implemento de espaços públicos de cidadania municipal. Meta: Implementar a nível regional, mediante organização de cada Município um espaço público de diálogo com a comunidade, no qual o cidadão possa interagir através de sites, aplicativos e pela participação direta contribuindo para a definição das políticas públicas locais. Custo: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) Prazo: 12 (doze) meses.
Produto 2: Implementar espaço público de controle e de transparência nas ações municipais Meta: Dotar as Administrações municipais de instrumentos e espaços destinados a demonstrar para a comunidade o comportamento da receita e do gasto público de forma total e objetiva que permitam o conhecimento pelos cidadãos. Custo: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) Prazo: 24 (vinte e quatro) meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipe do Projeto: Profissionais do Corede do Médio Alto Uruguai – CODEMAU, dos municípios, das universidades, do estado e da união.

Órgãos Públicos Envolvidos: SEPLAN/RS; Secretarias Estaduais, municipais e nacional a receita.
Organizações parceiras: URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões; UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, Campus Frederico Westphalen; UERGS – Campus de Frederico Westphalen; AMZOP – Associação dos Municípios da Zona da Produção; UERGS – União os Vereadores do Estado.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Fonte de Financiamento: Governo Federal, Governo do Estado, Governos Municipais.
Elaboração de Projeto Executivo: Não
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)
Fontes de recursos: Governo Federal, Governo do Estado, Governos Municipais.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim
Investimentos: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
Despesas Correntes: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 01: Investimentos R\$ 10.000,00 (dez mil reais) Despesas correntes R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)
Produto 02: Investimentos R\$ 100.000,00 (cem mil reais) Despesas correntes R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO				
Produtos	Período(semestres)			
	I	II	III	IV
Produto 1	x	x		
Produto 2	x	x	x	x

PRIORIDADE 11**PROJETO Nº 107**

1-IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Desenvolvimento de website e aquisição de novos equipamentos de informática para o CODEMAU
Localização: Corede Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
Duração do projeto: 12 (doze) meses
Responsável pela implementação: COREDE Médio Alto Uruguai
Escopo: Implementação de um novo website para o CODEMAU e novos equipamentos com a finalidade de melhor atender a comunidade regional
Responsável: Direção do CODEMAU e instituições parceiras

2-QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Dotar o Conselho de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai de equipamentos e tecnologias de informação e comunicação mais atuais, permitindo a disponibilização de melhores serviços para a comunidade regional.
a) Desenvolver um novo website para o CODEMAU, com tecnologias atuais, que permita maior interação com a população, comunicação mais eficiente, disponibilize informações de forma dinâmica e ágil, além de ferramentas para gestores municipais.
b) Aumentar a disponibilidade de dados do Médio Alto Uruguai na internet, dando mais

<p>visibilidade para a região.</p> <p>c) Adquirir equipamentos novos de informática e telecomunicações para a sede do Conselho de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai.</p>
<p>Justificativa:As tecnologias de informação e comunicação são componentes vitais nas transformações socioeconômicas da atualidade e a internet é o epicentro no qual transita a inovação, a inquietação e as novas ideias nos mais diversos campos.</p> <p>É desafiador para as entidades públicas e aquelas orientadas para o desenvolvimento regional acompanhar o grande crescimento na produção de dados e na demanda por informações e conteúdos digitais.</p> <p>O aumento do acesso à internet e do uso de novos sistemas de informação e comunicação, ao mesmo tempo em que possibilitam comunicação rápida entre milhões de pessoas e maior produção de conhecimento, demonstram novas necessidades da sociedade para atendimento por parte dos órgãos públicos e das entidades sociais.</p> <p>Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014, do IBGE, em seu suplemento Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal em 2014, dos 67 milhões de domicílios brasileiros 42,1% possuíam computador ligado a internet.</p> <p>O número de domicílios brasileiros em que há utilização de internet passou de 6,3 milhões em 2004 para 36,8 milhões em 2014. Destes 76,6% utilizaram microcomputador para realizar o acesso, 80,4% o celular e 21,9% o tablet, havendo, portanto, domicílios que acessavam a internet através de mais de um tipo de equipamento.</p> <p>O telefone celular, presente em 61 milhões de domicílios brasileiros (91,1% do total), foi utilizado em 29,6 milhões de domicílios para acessar a internet. Em relação há o ano de 2013 o acesso à internet através de tablet aumentou 50,4%, de telefone celular 76,8% e de televisão 114,34%.</p> <p>No âmbito das prefeituras municipais brasileiras, 100% delas utiliza computador, conforme dado do Centro Regional para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), que também apresenta pesquisa em que 98% das empresas com mais de 10 pessoas possuem computador.</p> <p>Enquanto este acesso à internet oferece aos conselhos de desenvolvimento regional a oportunidade de se comunicar com uma grande quantidade de pessoas, com um baixo custo, também impõem o desafio de adquirir e desenvolver novas tecnologias, com recursos financeiros escassos.</p> <p>Cabe destacar que a disponibilidade de um site na internet e a utilização de equipamentos de informática e telecomunicação atualizados são condições básicas para que um Corede possa atuar na “era digital”, principalmente para impulsionar o desenvolvimento regional na sociedade do conhecimento, conforme pode ser observado em conceito utilizado pela UNESCO:</p> <p>“Uma sociedade do conhecimento é aquela capaz de produzir, processar e disseminar informações de forma a aplicar esse conhecimento para o desenvolvimento humano – um processo que se intensifica com a disseminação das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Assim, a sociedade do conhecimento está baseada no empoderamento cívico das pessoas e na garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, e deve ser plural, participativa, inclusiva e solidária, transformando as pessoas em cidadãos ativos e emancipados no uso das novas tecnologias e mídias digitais.”</p> <p>Diante deste cenário, justifica-se o presente projeto, que se mostra de grande relevância para que o CODEMAU possa utilizar o potencial das modernas tecnologias de informação e comunicação na prestação de serviços à população, para o desenvolvimento regional.</p>
<p>Beneficiários:Toda a região do Corede Médio Alto Uruguai, composta por 22 municípios; com população estimada, pelo IBGE, em 151.330 habitantes para o ano de 2016; com 4.995 empresas e organizações atuantes em 2014, conforme o cadastro central de empresas do IBGE, havendo 5.429 unidades locais com atividade na região no ano de 2014.</p> <p>Também serão beneficiados estudantes, pesquisadores, servidores públicos, investidores e empresários interessados em informações da região do Médio Alto Uruguai.</p> <p>Além disso, beneficia o estado do Rio Grande do Sul como um todo, através da</p>

disseminação de informações regionais e estaduais para toda a internet.
<p>Resultados pretendidos: Com a execução deste projeto busca-se os seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> g) Disponibilização de um novo website do Conselho de Desenvolvimento Regional do Médio Alto Uruguai, moderno e com o uso de tecnologias atuais, que sirva para disponibilizar notícias, informações e ferramentas úteis ao desenvolvimento regional. h) Ampliar a participação e melhorar a representação da região do médio alto Uruguai na internet. i) Possibilitar ao CODEMAU a utilização de formas de comunicação mais eficientes. j) Atualizar os recursos de informática e telecomunicações das e dedo CODEMAU.
<p>Alinhamento Estratégico: Tornar o plano estratégico como principal ferramenta para captação de recursos junto às esferas municipal, estadual e federal e balizador dos investimentos da iniciativa privada.</p> <p>O projeto está alinhado como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da ONU (17 objetivos para transformar nosso mundo), principalmente como objetivo 9. Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.</p> <p>Também está alinhado com os Planos Plurianuais dos governos federal e estadual:</p>
<p>Programa do PPA Federal 2016-2019:</p> <p>2025- Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia</p> <p>2038- Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública</p>
<p>Objetivo do PPA Federal 2016-2019:</p> <p>1062- Ampliar a produção e o acesso da sociedade a conteúdos multimídia, de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotores da cidadania, ofertados de forma colaborativa pela Rede Nacional de Comunicação Pública.</p> <p>1161- Aproximar as pessoas do Estado fortalecendo as políticas de controle social, transparência governamental e de acesso à informação</p> <p>1162- Fortalecer a comunicação social do Poder Executivo Federal com a sociedade, promovendo o conhecimento das políticas, programas e ações governamentais de forma democrática, abrangente, transparente e interativa</p>
<p>Iniciativa do PPA Federal 2016-2019:</p> <p>05GB- Fomento de parcerias para a ampliação da oferta de conteúdos multimídia diversificados e atrativos de forma interativa e em colaboração com a sociedade</p> <p>06MB- Implementação de programas de educação voltados ao controle social, ética e cidadania</p> <p>06MF- Reestruturação e atualização das tecnologias dos portais</p> <p>06MI- Produção de conteúdos regionalizados, para facilitar o acesso do cidadão às informações do Poder Executivo Federal na sua região/estado/cidade.</p>
<p>Programa do PPA Estadual 2016-2019: Inovação e modernização em comunicação social.</p>
<p>Ações do PPA Estadual 2016-2019: Democratização e qualificação da comunicação governamental.</p>

<p>3-PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Desenvolvimento de website</p> <p>Meta: Desenvolver um novo website para o CODEMAU, com utilização de tecnologias atuais.</p> <p>Custo: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)</p> <p>Prazo: 12 (doze) meses</p>
<p>Produto 2: Aquisição de equipamentos de informática e telecomunicações</p> <p>Meta: Substituir os equipamentos de informática e telecomunicações das e dedo CODEMAU por novos equipamentos, mais atualizados e eficientes.</p> <p>Custo: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)</p> <p>Prazo: 12 (doze) meses</p>

<p>4- ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p> <p>Equipe do Projeto: Profissionais do CODEMAU e das instituições membros do conselho</p>
--

Órgãos Públicos Envolvidos: Secretaria de Comunicação do Rio Grande do Sul; Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul; Prefeituras Municipais

Organizações parceiras: URI – Campus de Frederico Westphalen; UFSM – Campus de Frederico Westphalen; UERGS – Campus de Frederico Westphalen
IBGE; Prefeituras Municipais; Câmaras de Vereadores; Imprensa regional

5-REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Fonte de Financiamento: Governo Federal, Governo Estadual, Empresas privadas
Prefeituras municipais, CODEMAU.

Elaboração de Projeto Executivo: Não

Desapropriação: Não

Licença Ambiental: Não

Licitação: Sim

6-RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$20.000,00(Vinte mil reais)

Fontes de recursos: Governo Federal, Governo Estadual, Empresas privadas
Prefeituras municipais, CODEMAU.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: sim

Investimentos: Equipamentos de informática e telecomunicações

Despesas Correntes: Desenvolvimento de website

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1 – Desenvolvimento de website: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Produto2 – Equipamentos de informática e telecomunicações: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

7-CRONOGRAMA DO PROJETO

Produtos	Período(semestres)	
	I	II
Produto 1	x	x
Produto 2	x	x

26.9 ESTRATÉGIA 9 - Fomentar a inovação tecnológica, através do fortalecimento do Polo de Modernização Tecnológico, transformando-o em parque de inovação tecnológica, congregando todas as instituições de ensino e pesquisa regional.

A pesquisa e a inovação tecnológica contribuem para o desenvolvimento regional, pois são instrumentos que apontam para novas alternativas e criam novos mecanismos, tecnologias e técnicas que auxiliam na produção, transformação e gestão de atividades econômicas, sociais e ambientais.

PRIORIDADE 01

PROJETO Nº 73

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Programa de implementação de um Parque Tecnológico na região do Médio Alto Uruguai
Localização: COREDE do Médio Alto Uruguai
Valor total estimado do projeto: R\$ 58.834.786,70
Duração do projeto: 96 meses
Responsável pela implementação: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Frederico Westphalen/RS. Universidade Federal de Santa Maria – Campus Frederico Westphalen/RS Instituto Federal Farroupilha – Campus Frederico Westphalen/RS Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS unidade de Frederico Westphalen/RS
Escopo: A criação do Parque Tecnológico do Médio Alto Uruguai não se trata de um simples distrito industrial de alta tecnologia. A estratégia é criar economias tecnológicas de aglomeração através da concentração espacial de atividades de P&D no âmbito interno do parque, com possibilidade de efeitos de transbordamento no âmbito externo, ou seja, para o entorno do parque. Com a concepção desse espaço espera-se contribuir para o desenvolvimento do sistema local de ciência e tecnologia, tendo a inovação como o objetivo central do esforço de P&D; gerar localmente novos conhecimentos passíveis de serem transformados em novos produtos e processos, através do estímulo à criação de ligações entre agentes inovativos na troca de conhecimentos específicos e do desenvolvimento de conexões locais de redes mundiais de informações; facilitar o surgimento de novas empresas provenientes de instituições locais estabelecidas, como universidades e empresas de base tecnológica (<i>spin-offs</i>); criar ambiente favorável para o desenvolvimento de empresas inovadoras baseadas em novos conhecimentos, gerados especialmente através de redes locais de informações; melhorar a competitividade das empresas estabelecidas a nível local regional, estadual, nacional e Internacional; criar novos mercados de produtos e serviços especializados; criar postos de trabalho especializados contribuindo para aumentar o efeito multiplicador da renda local.
Responsável: Diretor(a) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Frederico Westphalen/RS. Diretor(a) da Universidade Federal de Santa Maria – Campus Frederico Westphalen/RS Diretor(a) do Instituto Federal Farroupilha – Campus Frederico Westphalen/RS Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Campus Frederico Westphalen/RS
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos
2.1 Geral
A implementação de um Parque Tecnológico na região do Médio Alto Uruguai tem como objetivo geral a construção de um espaço de articulação universidade/empresa para o desenvolvimento de tecnologias e serviços voltados para agricultura e agroindústrias de base familiar.

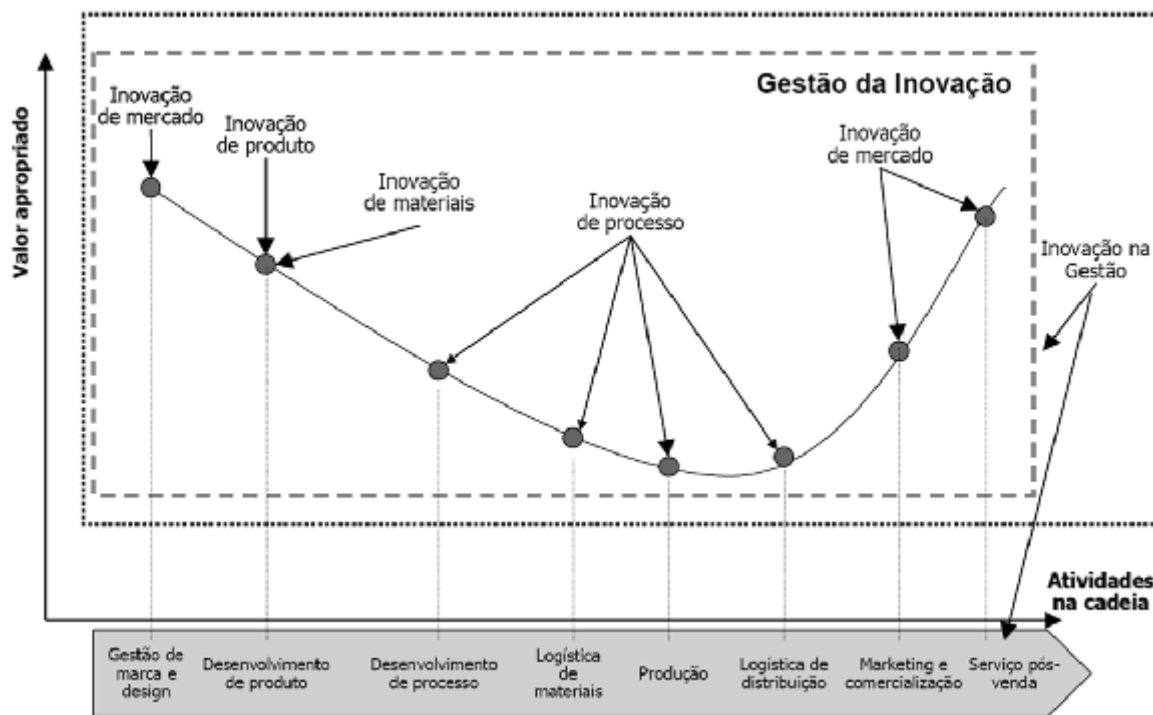
2.1.1 Específicos

- Criar espaços de articulação entre a pesquisa básica e aplicada das universidades com o setor produtivo da região;
- estreitar os laços das universidades e centros de pesquisa com o setor produtivo empresarial através do desenvolvimento de um sistema regional de inovação;
- desenvolvimento de produtos e/ou processos direcionados para agricultura e agroindústrias de base familiar em parceria com as empresas tecnológicas

Justificativa: A região do COREDE do Médio Alto Uruguai é composta por 22 (vinte e dois) municípios, localizados no extremo norte do Estado do Rio Grande do Sul, divisa com o Estado de Santa Catarina, somando uma população de 148.403 habitantes, sendo 54,74 % residentes no meio urbano e 45,26 % no meio rural, segundo Censo 2010. A sede do CODEMAU localiza-se no município de Frederico Westphalen, o qual possuía a maior estimativa populacional da região com 30.558 habitantes, no ano de 2015, caracterizando-se como polo microrregional. Dados preliminares do IBGE para o ano de 2015 estimou uma população de 151.357 habitantes. Em termos de ocupação territorial no Rio Grande do Sul, sendo a última a ser desbravada com a vinda de imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos. Esse episódio pode estar ligado às características edafoclimáticas, que se diferenciam das demais regiões do Estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2016; CODEMAU, 2016).

Os imigrantes da região do CODEMAU iniciaram as atividades agropecuárias voltadas, principalmente, para subsistência. O primeiro produto elaborado dessa prática agropecuária primitiva que ganhou destaque foi a banha, que era produzida para o autoconsumo e o excedente para comercialização. A transformação do modelo Colonial para agricultura familiar ocorreu, na região do Médio Alto Uruguai, na década de 70 (1970), com a comercialização dos excedentes do cultivo de vegetais e da criação de animais. Desde então, a região vem melhorando os índices agropecuários tanto quali, quanto quantitativos. Entretanto, para aumentar o valor agregado direto por unidade de produção, bem como o fortalecimento das cadeias produtivas e o aumento da circulação da riqueza na esfera da região, faz-se necessário a transformação dessas matérias-primas a nível local. Na área de abrangência do CODEMAU, atualmente a economia regional é focada na pequena agroindústria, agricultura familiar, prestação de serviços e comércio em geral. A região possui a maior concentração de minifúndios do Estado do Rio Grande do Sul. Possui 20.457 estabelecimentos rurais, totalizando 326.843 hectares, com uma média de 15,98 hectares por propriedade, predominando a agricultura familiar e evidenciando sua aptidão no setor agrícola. Com características rurais, a participação da agropecuária na economia da região é superior à média estadual. A indústria de transformação, com pouca participação na economia local, restringe-se ao beneficiamento de produtos primários (SEPLAN, 2016; IBGE, 2016).

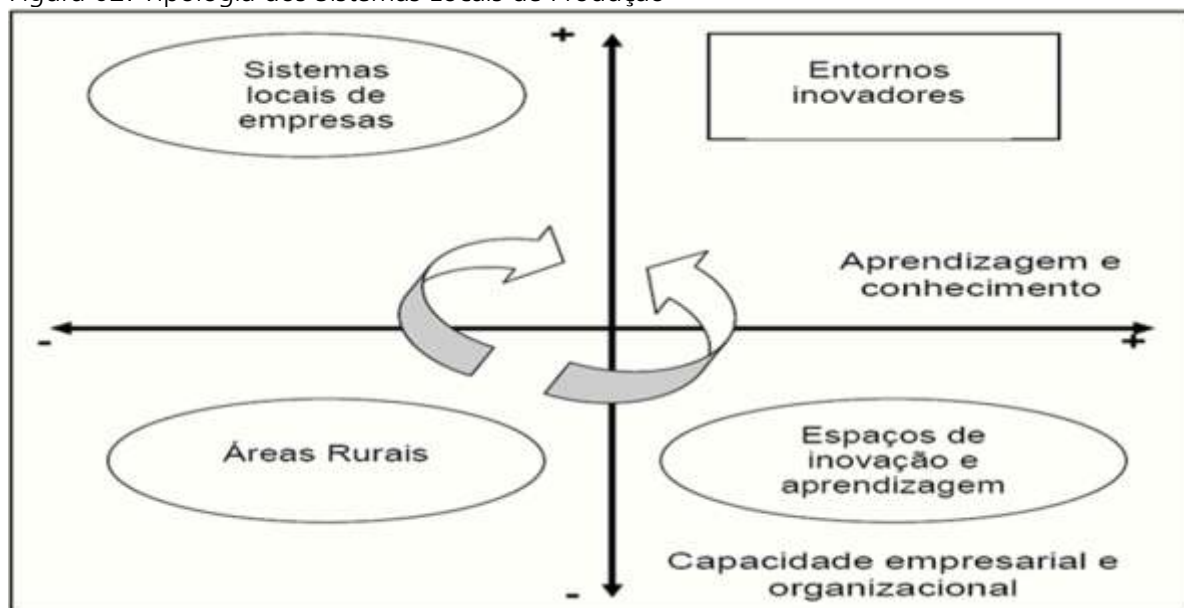
As agroindústrias familiares existentes na região que tiveram sua origem a partir de práticas de transformação dos produtos coloniais, seja para aumentar a durabilidade ou melhorar a qualidade durante o processo de colonização. Nesse momento esses estabelecimentos enfrentam dificuldades quanto a qualificação da mão de obra, aquisição de matéria-prima, ambiental, legislação e inovação de produtos e processos (Figura 1).



Fonte: APL do Médio Alto Uruguai, 2014.

Ações visando a busca de soluções para os problemas encontrados são microrregionalizadas, não possuindo um objetivo comum definido. Todavia, faz-se necessário a criação de um espaço regional que busque atender as demandas coletivas deste setor. Contudo, pode-se propor, formular e direcionar políticas públicas, para estruturação de um modelo de tipologia dos sistemas locais de produção, sendo o modelo apresentado na Figura 02 de Barquero (2001), o qual se propõe a diagnosticar as deficiências e carências de uma região, e, com a análise realizada, pode-se formular um planejamento que busque potencializar o desenvolvimento regional de forma sustentada.

Figura 02: Tipologia dos Sistemas Locais de Produção



Fonte: Barquero (2001, p. 65).

Em suma, a estrutura de um sistema local de produção pode abrigar, dentro do seu entorno, um apanhado de empresas e indústrias, com capacidades afins e complementares uma das outras e de variados portes. Essas empresas e indústrias, por sua vez, atraem fornecedores, investidores e outras indústrias correlatas e de apoio, os *Stakeholders*, cuja presença e importância nos sistemas locais são determinadas por inúmeras forças do mercado. Para que as estratégias de desenvolvimento regional endógeno ocorram dentro da maneira esperada são necessários o fomento e a criação de um entorno econômico atrativo e favorável à sua aplicação. No qual seja possível relacionar os recursos disponíveis ou criados em uma região, as aptidões locais e regionais, por exemplo, podem-se citar as indústrias de transformação ou a criação de um polo educacional (WESENDONCK, 2016).

Reforça-se esse pensamento com a ideia da instalação de uma indústria motriz, a qual poderá impulsionar o desenvolvimento de uma região, quando as mesmas forem apoiadas por políticas que incentivem economicamente a permanência das indústrias. Se o incentivo ocorrer de forma adequada, irá promover a agregação de valor, a produção e a retenção do excedente econômico que é gerado nesta economia local. Este processo pode ter como resultado a ampliação do emprego, dos produtos e da renda local e da região (PERROUX, 1967; NORTH, 1977).

Beneficiários: Uma série de iniciativas voltadas para agricultura familiar e agroindústria vem sendo tomadas na região do Médio Alto Uruguai. Essas ações visam tornar o setor agro uma atividade econômica sustentável para economia da região. Sendo assim, com a implantação do Parque Tecnológico do Médio Alto Uruguai serão beneficiados todos os envolvidos na produção agropecuária e agroindustrialização desses produtos na região.

Resultados pretendidos:

- I) surgimento e desenvolvimento de pequenas empresas inovadoras em tecnologias voltadas para agricultura e agroindústrias de base familiar, tais como biotecnologia, tecnologia de processos agroindustriais, tecnologias da informação e comunicação, novos materiais ou em novas frentes que a pesquisa científica e tecnológica que venham a abrir, criando vantagens para as novas "janelas de oportunidade" que surgir;
- II) abrigar laboratórios de P&D associados com empresas inovadoras em tecnologias para atender a demanda da economia regional, podendo excepcionalmente estender a jusante de suas operações para atividades manufatureiras;
- III) abrigar empresas de serviços voltadas para as demandas do parque e a economia regional;

Alinhamento Estratégico: Fomentar a inovação tecnológica

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Resultado intermediário obtido ao longo do projeto

Prédio da Administração/coordenação

Custo: valores referentes a cada produto, consideradas as quantidades

Área Prevista = 1060 m². *Custo/m²= R\$ 2.079,83. R\$ 2.204.619,8

Hidráulica: R\$ 110.230,99. Elétrica: R\$ 176.369,58. Serviços técnicos: R\$ 110.230,99.

Aquisição de imóveis: R\$ 440.923,96

Equipamentos: R\$ 661.385,94

Material permanente: R\$ 661.385,94

Subtotal: R\$ 4.365.147,20

Meta: quantificação do produto

Recepção e Show Room, 2 salas de reuniões, sala de coordenação, sala para equipe técnica, sala de informática, copa, central de telecomunicações e sanitários.

Pessoas que irão utilizar a área= ± 120 pessoas

Prazo: 24 meses

Produto 2: Centro Empresarial edificado no pavimento superior do prédio da administração.

Custo: valores referentes a cada produto, consideradas as quantidades

Área Prevista = 800 m². *Custo/m²= R\$ 2.079,83. R\$ 1.663.864,00

Hidráulica: R\$ 83.193,20. Elétrica: R\$ 133.109,12. Serviços técnicos: R\$ 83.193,20.

Aquisição de imóveis: R\$ 332.772,80

Equipamentos: R\$ 499.159,20

Material permanente: R\$ 499.159,20

Subtotal: R\$ 2.994.955,20

Meta: 1 sala para conferência e videoconferência para 400 pessoas com 600m² de área, 2 salas de treinamento para 80 pessoas, secretaria e sanitários.

Pessoas que irão utilizar a área: ± 100 pessoas

Prazo: 24 meses

Produto 3: Bloco Empresarial para as Incubadoras

Custo: valores referentes a cada produto, consideradas as quantidades

Área Prevista = 3.000 m². *Custo/m²= R\$ 2.079,83. R\$ 6.239.490,00

Hidráulica: R\$ 311.974,50. Elétrica: R\$ 499.159,20. Serviços técnicos: R\$ 311.974,50.

Aquisição de imóveis: R\$ 1.247.898,00

Equipamentos: R\$ 1.871.847,00

Material permanente: R\$ 1.871.847,00

Subtotal: R\$ 11.231.082,00

Meta: 20 conjuntos modulares, com 60m² cada, para o funcionamento de salas para pré-incubação e 40 conjuntos modulares, com 120m² cada, para o funcionamento de salas para incubação.

Pessoas que irão utilizar a área= ± 120 pessoas

Prazo: 24 meses

Produto 4: Laboratórios de P&D e controle de qualidade de matérias primas e produtos manufaturados

Custo: valores referentes a cada produto, consideradas as quantidades

Área Prevista = 3.000 m². *Custo/m²= R\$ 2.079,83. R\$ 6.239.490,00

Hidráulica: R\$ 623.394,90. Elétrica: R\$ 623.394,90. Serviços técnicos: R\$ 311.974,50.

Aquisição de imóveis: R\$ 1.247.898,00

Equipamentos: R\$ 18.718.470,00

Material permanente: R\$ 12.478.980,00

Subtotal: R\$ 40.243.602,30

Meta: 40 conjuntos modulares, com 120 m² cada, para os laboratórios de P&D e 20 conjuntos modulares, com 60m² cada, para o funcionamento dos laboratórios de controle de qualidade de matérias primas e produtos manufaturados.

Pessoas que irão utilizar a área: ± 120 pessoas

Prazo: 24 meses

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Equipe do Projeto: A experiência na criação de parques mostra que mais de 60 % deles possuem a participação direta da universidade em seu desenvolvimento, seja como proprietária, membro do conselho de administração ou participante de operação. Esta é uma forte evidência do papel central exercido pelas universidades neste tipo de iniciativa, em particular quando o foco do empreendimento são as atividades de P&D em detrimento das atividades eminentemente manufatureiras. Sendo assim, farão parte da equipe responsável pela viabilização do projeto, professores vinculados ao desenvolvimento de tecnologias e serviços voltadas para finalidade do Parque designados pela Diretor(a) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Frederico Westphalen/RS, Diretor(a) da Universidade Federal de Santa Maria – Campus Frederico Westphalen/RS e Diretor(a) do Instituto Federal Farroupilha – Campus Frederico Westphalen/RS.

Órgãos Públicos Envolvidos: Ministério, Secretaria, autarquia, empresa pública, Prefeitura
Organizações parceiras: Universidade, Empresa, ONG, Cooperativas, etc.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO**Fonte de Financiamento:** identificação da origem dos recursos**Elaboração de Projeto Executivo:** Sim**Desapropriação:** Sim**Licença Ambiental:** Sim**Licitação:** Sim**6 - RECURSOS DO PROJETO****Valor total estimado do projeto:** R\$ 58.834.786,70**Fontes de recursos:** Ministério da Ciência e Tecnologia.**Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019:** Sim ou Não**Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019:** Sim ou Não**Investimentos:** gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc.**Despesas Correntes:** gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc.**Investimentos e despesas correntes por produto:****Produto 1:** R\$ 4.365.147,20**Produto 2:** R\$ 2.994.955,20**Produto 3:** R\$ 11.231.082,00**Produto 4:** R\$40.243.602,30**7 - CRONOGRAMA DO PROJETO**

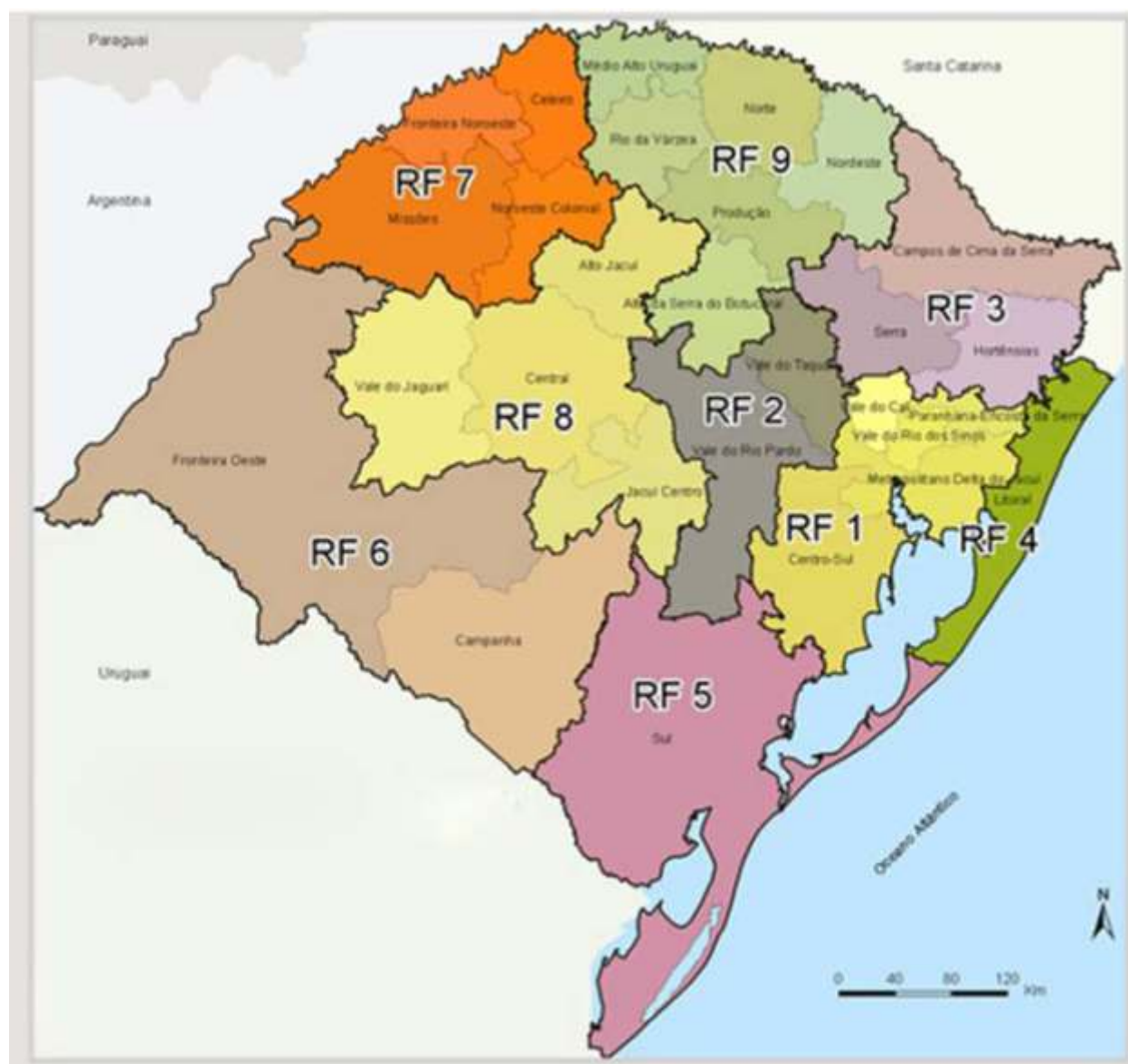
Produtos	Período(semestres)															
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI
Produto 1	x	x	x	x												
Produto 2					x	x	x	x								
Produto 3									x	x	x	x				
Produto 4													x	x	x	x

27 HIERARQUIZAÇÃO DE PROJETOS ESTRUTURANTES DA REGIÃO FUNCIONAL 9

No dia 17 de janeiro de 2017, reuniram-se os COREDES Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte, Produção e Rio da Várzea, que conformam a Funcional 9 do RS.

Foram discutidos, aprovados e hierarquizados os projetos de maior interesse da Macrorregião Funcional 9, sendo que todos os referidos projetos considerados prioritários para auxiliar no processo de desenvolvimento harmônico e sustentável da região, estão devidamente elencados no caderno de projetos, sendo que a sua ordem de hierarquização leva em consideração as ações integradas da Região Funcional 9.

Assim seguem os 20 projetos elencados:



6 COREDES: ALTO DA SERRA DO BOTUCARAI, MÉDIO ALTO URUGUAI, NORDESTE, NORTE, PRODUÇÃO E RIO DA VÁRZEA
1- Programa de fortalecimento das cadeias produtivas – agroindustrialização e comercialização.
2- Fortalecimento dos Hospitais Públicos Regionais
3- Acesso e ligação inter-regional entre Regiões: ALTO DA SERRA DO BOTUCARAI, MÉDIO ALTO URUGUAI, NORDESTE, NORTE, PRODUÇÃO e RIO DA VÁRZEA
4- Duplicação da BR 386/158 – Iraí/Tio Hugo/Soledade
5- Acesso asfáltico aos municípios sem ligação asfáltica da região funcional 9.
6- Ferrovia Norte/Sul
7- Ampliação e melhorias dos aeroportos regionais
8- Internet para todos – rural e urbana
9- Acesso a fontes de energias renováveis e melhorias da qualidade da rede de energia elétrica
10- Videomonitoramento - Segurança Regional
11- Saneamento básico
12- Estruturação da Oferta Turística Regional
13- Implantação e apoio a cursos técnicos profissionalizantes
14- Eco centros e Eco pontos regionais
15- Qualificação dos gestores públicos (Prefeituras)
16- Criação e Fortalecimento dos consórcios intermunicipais
17- Reorganizar órgãos regionais a partir das regiões Coredianas
18- Qualificação das equipes de APS – atenção primária da saúde
19- Formação continuada para professores e gestores escolares
20- Formação e qualificação de gestores empresariais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Médio Alto Uruguai, Norte do Estado do Rio Grande do Sul, resultou da articulação e da mobilização das instituições públicas e privadas, com a efetiva participação das lideranças, da comunidade e do governo do Estado, através da SPGG – Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão e do Fórum dos Coredes/RS.

Foram realizados 22 (vinte e dois) seminários na sede de cada um dos municípios que abrangem a região do CODEMAU e reuniões de trabalho para definir as diretrizes da ação que orientam os caminhos a seguir, visando construir um processo de desenvolvimento sustentável de médio e longo prazo. Depois de um exaustivo trabalho, contando com a participação de representantes de instituições e profissionais qualificados, conhecedores da realidade regional, definiu-se as Diretrizes Estratégicas em 05 (cinco) Dimensões: **Ambiental, Social e Cultural, Infraestrutural, Econômica, Institucional e Gestão Pública.**

Com base nas diretrizes foram constituídos 05 (cinco) grupos de trabalho representativos da região, que por um longo período passaram a discutir e formular propostas alternativas para responder às demandas da região, com base no diagnóstico realizado, bem como focando as potencialidades e oportunidades, as necessidades e os obstáculos a serem superados, foi elaborado um elenco de projetos, os quais poderão ser implementados, na medida em que há disponibilidade de recursos públicos e privados.

Embora este documento, no seu conjunto, tenha suas limitações no que diz respeito às soluções definitivas dos problemas da região, constituir-se-á em instrumento que muito contribuirá no futuro, para que a região possa tornar-se referência no processo de reconstrução de um modelo de desenvolvimento harmônico e sustentável. Com esta visão, caberá a cada um participar ativamente na socialização e no engajamento para a viabilização deste novo projeto regional.

Por fim, cabe mais uma vez reconhecer a participação do Governo do Estado, que através da SPGG, aportou recursos para publicação deste trabalho. Reconhecimento extensivo ao FÓRUM dos COREDES/RS pelo empenho na viabilização da construção dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento em todas as regiões do Estado.

Nas conclusões deste trabalho, o qual será disponibilizado às instituições públicas e privadas, à imprensa e à comunidade para uma ampla discussão, ficou acordado que o mesmo será continuamente revisado, readequado e ampliado quando necessário, levando em conta as mudanças que ocorrem nos âmbitos internos e externos. Com esta visão fica a certeza de que encontramos o caminho a trilhar na construção de um novo processo de desenvolvimento sustentável para a região do Médio Alto Uruguai gaúcho, reconhecendo e agradecendo a contribuição de todos aqueles que, direta ou indiretamente, participaram na construção deste Plano Estratégico.

AGRADECIMENTOS

ÀS ENTIDADES QUE PARTICIPARAM E APOIARAM

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
SPGG - Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Fórum dos Coredes
URI - Campus de Frederico Westphalen
UFSM - Campus de Frederico Westphalen
UERGS - Campus de Frederico Westphalen
IFFar - Campus Frederico Westphalen
FESAU - Fundação de Ensino Superior do Alto Uruguai
CRA-RS - Conselho Regional de Administração
CRC-RS - Conselho Regional de Contabilidade
19º Coordenadoria Regional de Saúde
20º Coordenadoria Regional de Educação
37º Batalhão de Policiamento da Brigada Militar
Polícia Civil - Frederico Westphalen
AMZOP - Associação dos Municípios da Zona da Produção
ACVERMAU - Associação das Câmaras de Vereadores do Médio Alto Uruguai
ASAERMAU - Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Médio Alto Uruguai
ADMAU - Agência de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai
COMUDEs - Conselhos Municipais de Desenvolvimento
EMATER/RS - ASCAR - Escritório Regional de Frederico Westphalen
GRUPO CRELUZ - Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia
COTRIFRED - Cooperativa Tritícola de Frederico Westphalen LTDA
SICREDI Alto Uruguai RS/SC
SICOOB Oestecredi SC/RS
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen
Regional Sindical dos Trabalhadores Rurais
Fórum Regional das Entidades
Prefeituras Municipais
Câmaras de Vereadores
ACI - Associação Comercial Industrial e de Prestação de Serviço de Frederico Westphalen
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio da Várzea
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Unidade de Frederico Westphalen
Fórum Regional do Turismo
Imprensa escrita e falada
CORSAN - Companhia Riograndense de Saneamento
5ª Seção de Combate a Incêndio de Frederico Westphalen
CIGRES - Consórcio Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos
CRESOL - Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
ARCAFAR SUL - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil
SUSEPE - Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul - Unidade de Frederico Westphalen

AOS PROFISSIONAIS QUE PARTICIPARAM NA ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DOS PRÉ-PROJETOS

Adolfo Jones Oesterlein	Germano José Harmann
Adriana Rotoli	Igor Senger
Adriano Alves Jorge	Ivan Carlos Viana
Alberto Freu	Ivanir José Coldebella
Alisson Silveira	João Carlos Frantz
Analisa Tiburski Sommer	João Kosvoski
Andressa Conterno Rodrigues	Jorge Antonio da Rosa Oliveira
Arão da Silveira	Lauri Ribeiro
Arci Dirceu Wastowski	Lauri Inácio Slomski
Carina Forchezato	Lauro Luis Somavilla
Carlos Eduardo Blanco Linares	Loreno Cerutti
Carlos Guilherme Trombetta	Lorimar Francisco Munaretto
Carlos Roberto Olczewski	Luis Panosso Netto
Catiane Peroza Scheeren	Luis Pedro Hillesheim
Cezar Riboli	Luiz João Queiroz
Cibele Zeni	Marcia Faccin
Clairto Dalforno	Marcio Girardi
Claudia Cristina Wesendonck	Marcos Antonio Ritterbuch
Cledir Magri	Maria Cristina Gubiani Aita
Cleo Alberto Marchesan	Marilda Balestrin
Cleovane Selbach	Mario Antonio Coelho da Silva
Deivid Guareschi Fagundes	Mauro Cezar Rosa
Dionara Wokweis	Nadir José Buzatto
Dulceneia Haas Wommer	Nair Schuch
Edemar Girardi	Nedia Giacomini
Eduardo Ferronato Nardi	Nelson Gambin
Elemar Battisti	Patricia Cerutti
Eliane Pereira dos Santos	Paula Balestrin
Elio Luiz Duarte Pacheco	Pedro André Bernardi
Eliseu Luis Liberalesso	Sali de Fatima Fortes
Elizane de Oliveira	Sandro Albarello
Eugenio Poltronieri	Sandro Rogério Giacomelli
Evandro Carlos Faccin	Silvia Regina Canan
Fabrcio Dupont	Sergio Antônio Grassi
Fernando Panosso	Thais Prestes Stein
Francisco Frizzo	Valdir Sangaletti
Gaspar Antônio Scheid	Verciane Schneider Cezarotto
Gelson Pelegrini	Vinicius Johann

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEBRANDT, Sergio Luís, BÜTTENBENDER, Pedro Luís, SIEDENBERG, Dieter R. **Detalhamento de um Modelo de Planejamento Estratégico Territorial In: Fundamentos e Técnicas de Planejamento Estratégico Local/Regional**. Santa Cruz do Sul/RS: Ed. UNISC, 2010, p. 49 a 79.
- CARDOSO Jr., J. C. e MELO, V. Introdução. In: CARDOSO Jr., J. C. (org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil. estrutura das revoluções científicas**. Brasil: IPEA, 2011.
- CARGNIN, Antonio Paulo. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 1 Ed. 2014. 240p.
- FACCIN, Marcia. Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP. In: Luis Moretto Neto. et al, (Org). **Meritocracia como Alternativa para Modernizar e Dinamizar a Gestão Pública Municipal**– Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; CAPES: UAB, 2014. v.1 p.229-256.
- FRANTZ, João Carlos. **O Sentido político pedagógico da metodologia do PRORENDA: um estudo sobre a agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. Ijuí, Ed. da UNIJUÍ, 2002.
- FRANTZ, João Carlos. **A formação de estrutura descentralizada na fase de expansão do Projeto PRORENDA – Agricultura Familiar/RS**. 1999: 280-285. Apud Markus Brose. Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas, EDUNISC/GTZ, 1999.
- GIRARDI, E.; FERON, M. J.; GASTMANN, C. R. **Realidade Regional: Proposta e Alternativas**. Frederico Westphalen, 1987.
- MISSIO, E. **Proposta Conceitual de zoneamento ecológico-econômico para o município de Frederico Westphalen-RS**. São Carlos: UFSCAR, 2003. Tese de Doutorado.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. São Paulo, Atlas, 26ª Ed. 2009.
- Perfil Socioeconômico COREDE Médio Alto Uruguai. Porto Alegre, 2015.
- PEREIRA, Maurício Fernandes. **Planejamento estratégico: teorias, modelos e processos**. São Paulo, Atlas, 2010.
- PIRAN, N. **Contribuição à caracterização do Alto Uruguai (RSjk): breve releitura e novos desafios: Perspectiva**, Erechim. v. 39, Especial 40 Anos, p. 53-64, setembro/2015.
- Plano Plurianual 2016-2019: **Cadernos de regionalização: Região Funcional 9**, 2015.
- Relatório de Atividades do CODEMAU, 2015.
- Relatório de Atividades do CODEMAU, 2013.
- REZENDE, F. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. In: CARDOSO Jr., J. C. (org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil. Estrutura das revoluções científicas**. Brasil: IPEA, 2011.
- ROSA, Mauro Cezar. Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP. In: Luis Moretto Neto. et al, (Org). **O Planejamento Estratégico na Gestão Pública Municipal**– Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; CAPES: UAB, 2014. v.2 p.299-326.
- SIEDENBERG, D. R. (org.). **Orientações para o processo de planejamento estratégico regional dos COREDES-RS**. Ijuí, maio de 2009.
- SNIF- Sistema Nacional de Informações Florestais. **Os Biomass e Suas Florestas**. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/os-biomass-e-suas-florestas>. Acesso: 22/04/2016.

FONTES DE PESQUISA DE DADOS SECUNDÁRIOS

19ª CRE- Coordenadoria Regional da Saúde

20ª CRE- Coordenadoria Regional de Educação

Brigada Militar – 37ª BPM – Batalhão De Polícia Militar.

Câmaras Municipais de Vereadores

COMUDES – Conselhos Municipais de Desenvolvimento.

EMATER/RS-ASCAR - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

FEE – Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul.

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Polícia Civil Frederico Westphalen, Erechim e Palmeira das Missões.

Prefeituras e Secretarias Municipais

SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente

Unidades do Corpo de Bombeiros de Frederico Westphalen e Nonoai.

URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen.

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria – Campus de Frederico Westphalen.

A presente edição foi composta em caracteres Frutiger 45 Light e Frutiger 87 Extra Black Cn. Formato 21x27,5, impresso pela Grafimax Editora Gráfica, em sistema offset, papel sulfite 75g (miolo) e cartão tríplex 250g (capa), em junho de 2017.

ISBN: 978-85-98253-29-9



9 788598 253299